Pedrinho A. Guareschi
Denise Amon
André Guerra
(Organizadores)

PSICOLOGIA, COMUNICAÇÃO E PÓS-VERDADE

3ª Edição
Revisada e Ampliada

Com novo ensaio sobre eleições no Brasil

ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre, 2019

1ª Edição – 2017
2ª Edição Revisada e Atualizada – 2018
3ª Edição Revisada e Ampliada – 2019

Capa: Glauco Cavalheiro

Ficha Catalográfica elaborada por Juliana Frainer CRB 14/1172

P974

Psicologia, comunicação e pós-verdade / Pedrinho Arcides Guareschi, Denise Amon e André Guerra (Organizadores) – Florianópolis: ABRAPSO, 2019.

440 p.
Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-86472-41-1

1. Psicologia social. 2. Comunicação. 3. Linguagem. 4. Mídia. 5. Ética. I. Guareschi, Pedrinho Arcides. II. Amon, Denise. III. Guerra, André. IV Título.

CDU – 316.6

CDD – 302

A ABRAPSO Editora utiliza a licença **Creative Commons Atribuição CC BY 4.0**
Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Produção Gráfica e Impressão:
Evangraf - (51) 3336.2466

Tiragem: 1.000 exemplares

Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

http://www.abrapso.org.br/

DIRETORIA NACIONAL DA ABRAPSO
Gestão 2018-2019

Presidenta: Maria das Graças Lima
1ª Secretária: Lívia Gomes dos Santos
2º Secretário: Deivis Perez Bispo dos Santos
1ª Tesoureira: Maria Cristina Dancham Simões
2ª Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto
1º Suplente: Ilídio Roda Neves
2º Suplente: Alexandre Pito Giannoni

Editora: Cleci Maraschin - UFRGS
Editora: Neuza Maria de Fatima Guareschi - UFRGS
Editora Executiva: Ana Lídia Campos Brizola - UFSC

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ
Andrea Vieira Zanella - UFSC
Benedito Medrado-Dantas - UFPE
Conceição Nogueira – Universidade do Minho, Portugal
Francisco Portugal – UFRJ
Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha
Maria Lívia do Nascimento - UFF
Pedrinho A. Guareschi – UFRGS
Peter Spink – FGV

Contato

editoralivro@abrapso.org.br

ÍNDICE

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO
Sergio Amadeu da Silveira 11

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO
Sergio Amadeu da Silveira 15

INTRODUÇÃO
Pedrinho A. Guareschi, Denise Amon e André Guerra 19

PARTE I – ENSAIOS TEÓRICOS

1 **O CONTEXTO SOCIOANTROPOLÓGICO DA PÓS-VERDADE**
Denise Amon 31

Introdução 31
A modernidade e a busca da ordem 33
O mundo hoje 39
Das estátuas pensantes à irreflexão 43
A terceira margem do rio e a sina como destino 51
Considerações finais 52

2 **LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL PARA A COMPREENSÃO E CRÍTICA À PÓS-VERDADE**
Denise Amon e Sofia Amon Idiart 59

Introdução 59
Breve história do estudo da linguagem antes de Saussure 60
A linguística estrutural de Saussure 62
O projeto saussureano, Barthes e os estudos de Peirce 68
O estruturalismo e o pós-estruturalismo 73
A virada linguística na filosofia e a linguagem como prática social 76
Considerações finais 83

3 COMUNICAÇÃO E RETÓRICA: UM CONTEXTO TEÓRICO PARA PENSAR A PÓS-VERDADE
Glauco Cavalheiro e Carolina Gandon Brandão 89

Introdução 89
Comunicação e linguagem 90
Comunicação e sociedade 91
Progresso tecnológico, informação e comunicação 93
Ainda se pode falar de retórica? 96
Perspectiva histórica 97
Estruturas discursivas no estudo da retórica 99
A primazia do *pathos* e hipnose social 100
O renascimento da retórica na Psicologia Social 102
Considerações finais 103

4 CRÍTICA E PÓS-VERDADE
André Guerra e Cláudia Barbosa 107

Introdução 107
Uma possível pré-história da pós-verdade 109
O problema de uma *Era Pós-verdade* 125
A história da pós-verdade 130
Seria a pós-verdade o adjetivo paradigmático da nossa era? 139
A emergência de uma sociedade "bastidorizada" 145
Considerações finais 157

5 PSICOLOGIA E PÓS-VERDADE
Pedrinho A. Guareschi 167

Introdução 167
Psicologia e pós-verdade: alguns conceitos relevantes à compreensão dessa relação 168
O emprego da Psicologia nas novas tecnologias midiáticas 178
Em direção a uma subjetividade *digital*? 185
Considerações finais 197

6 PÓS-VERDADE E NOVAS TECNOLOGIAS: AUTONOMIA, ÉTICA E SUBJETIVIDADE DIGITAL
Marcus Vinicius Castro Witczak e Ricardo Melo Czekster 201

Introdução 201
Os algoritmos e os processos computacionais 203
Os algoritmos e a Internet 209
Os algoritmos e a Inteligência Artificial 212
Autômatos e autonomia: a realidade ficcional, a Inteligência Artificial e a ética 217
Considerações finais 227

7 RELAÇÕES ENTRE A PÓS-VERDADE E O MERCADO DE INFORMAÇÕES
Juliana dos Santos Betat 233

Introdução 233
Alguns conceitos iniciais 236
A Cambridge Analytica 239
Outros tipos de usos das informações 241
Possibilidades de resistência 243
Considerações finais 245

INTERMEZZO

PÓS-VERDADE: DA TEORIA À PRÁTICA
Aline de Freitas Visentini e Thaís Leobeth 251

PARTE II – ENSAIOS EMPÍRICOS

8 O MOVIMENTO "*LEAVE*" – O *BREXIT* NA PÓS-VERDADE
Aline de Freitas Visentini e Maria Rita Guareschi Paiva 259

Introdução 259
O que foi o *Brexit* 260
Mas por que razões políticas, históricas e sociais tudo isso aconteceu? 260
Questões teóricas que influenciaram o *Brexit* 264
As formas que a pós-verdade atuou na campanha, o *Facebook* e as novas mídias como instrumentos principais 265
Considerações finais 278
Post-scriptum – Um *BREXIT* entre conflitos e tribulações 281

9 "NÃO" AO ACORDO DE PAZ: A COLÔMBIA NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE
Jean Felipe Rossato e Thaís Leobeth 287

Introdução 287
Origens dos conflitos 288
O plebiscito do Acordo de Paz 292
A vitória do "não": estratégias, discursos e argumentos 294
O Acordo de Paz na Colômbia à luz da noção de pós-verdade 305
Considerações finais 307

10 O *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA ELEITA DILMA ROUSSEFF E A PÓS-VERDADE
Camila Bengo 309

Introdução 309
Orquestra do golpe: os antecedentes e as circunstâncias da realização do *impeachment* 312
O maestro da orquestra: uma análise da atuação da mídia no processo de *impeachment* 317
A sinfonia da pós-verdade: quando as convicções valem mais que os fatos .. 327
Considerações finais 330

11 TRUMP E A POLÍTICA PÓS-VERDADE
Marcos Weiss Bliacheris 333

Introdução 333
Os presidentes norte-americanos e a verdade 334
Trump e a mentira 337
O uso da mentira na campanha eleitoral 341
Considerações finais 343
Post-scriptum 343

12 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL EM 2018 UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA
Pedrinho A. Guareschi e André Guerra 353

PRIMEIRA PARTE 353
Introdução 353
O desenrolar das eleições presidenciais do Brasil em 2018: o contexto nacional e internacional 354
A campanha eleitoral: a ausência de debate público e o emprego massivo de estratégias midiáticas 361
Eleições de 2018: uma farsa? 365

SEGUNDA PARTE 366
Introdução 366
É possível compreender a sociedade contemporânea sem a psicologia? 375
O fetichismo informacional 382
Éticas informacionais e a faculdade do pensamento como fundamento de uma ética crítica 392
Considerações finais 402

PARTE III – CONCLUSÃO

13 **PSICOLOGIA, COMUNICAÇÃO E PÓS-VERDADE: UMA DIMENSÃO CRÍTICA, ÉTICA E PROPOSITIVA**
Pedrinho A. Guareschi, Denise Amon e André Guerra 413

Introdução 413
Dimensão crítica 415
Dimensão ética 422
Dimensão propositiva 427

SOBRE O LIVRO E OS AUTORES 433

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO

Há um combate aberto pelos rumos do planeta e pelo futuro das associações humanas. Enquanto a Amazônia ardia em chamas, o presidente do Brasil negava o que não era mais possível esconder. Enquanto distribuía informações falsas com apoio de robôs nas redes sociais online e de generais do porão, o presidente encorajou um dos mais agressivos ataques às comunidades tradicionais, incentivando ruralistas a queimarem as florestas, demitindo fiscais do Ibama, removendo técnicos e cientistas de institutos de pesquisa, incentivando a ampliação dos pastos e da monocultura mantida a veneno. Os mais ingênuos e desavisados talvez não tenham percebido que vivemos um período não só de destruição ambiental, mas de devastação dos parâmetros da realidade. Estamos vivenciando um regime de pós-verdade.

A quem interessa a pós-verdade? Ela é uma licença poética dos amantes da liberdade? Obviamente que não. Trata-se de uma estratégia política, um modo de sujeição de pessoas, uma noopolítica que formata o pensamento para a constituição de uma necropolítica que visa exterminar negros, pobres, homossexuais, críticos, democratas, socialistas, comunidades indígenas, quilombolas, entre tantos diferentes. A pós-verdade fulmina a diversidade e o respeito entre contrários. Os chamados neorreacionários, junção de neoliberais com fundamentalistas religiosos, supremacistas brancos e arrivistas em geral, construíram um momento neofascista cuja a pós-verdade é o componente estratégico fundamental.

Na segunda metade de 2018, o atual chanceler do Brasil escreveu em seu blog que o "mito é um passado permanentemente gerador e inatingível que nos acompanha sem que possamos normalmente tocá-lo." Cultuando um passado mítico que nunca existiu, o diplomata indica o rumo que pretende dar ao nosso futuro: "no mito ocorrem os verdadeiros dramas que alimentam o espírito, na história apenas a sequência dos fatos eco-

nômicos, jurídicos, sociais." (...) "No Brasil, o mito está tocando a história e fazendo-a renascer. (...) Apenas o mito empresta vitalidade à história." Para os neorreacionários, o futuro está no passado e a realidade da sucessão de fatos é menos importante do que as narrativas míticas.

Desde o final da primeira década do novo milênio, uma intensa mobilização dos grupos reacionários de várias matizes decidiram romper com a descrição factual da realidade e com o debate racional. Estavam convencidos de que a racionalidade tão cara ao iluminismo e à democracia liberal eram um entrave à liberdade econômica, apresentada como a dimensão essencial da vida. Era necessário dar um basta aos debates centrados na ciência e na empiria, pois essas práticas estavam reforçando o marxismo globalizante. Seria preciso substituir a razão pelos valores.

Um movimento denominado *Dark Enlightenment*, que propõe negar a história contada pelos iluministas e que milita pelos valores ultraconservadores, é visto como o precursor da chamada *alt-right* ou direta alternativa, nominada por alguns de neofascista. O objetivo da *alt-right* é destruir a racionalidade e a verdade científica. Por isso, o ataque brutal às universidades e o desprezo pelo conhecimento. Hábeis articuladores em redes digitais, logo perceberam que o "politicamente correto" e os "direitos humanos" deveriam ser alvos. Nos fóruns de hackers, nerds e geeks, passaram a defender a liberdade de atacar, mentir, satirizar, perseguir quem defendia direitos civis e se colocava contrário ao preconceito e ao humor racista e homofóbico. Diziam "seja você mesmo", não permita que as "pessoas normais e enfadonhas cerceiem sua liberdade". Assim, transformaram qualquer ignorante, recalcado e imbecil em um militante político da extrema direita. A piada e a fabricação de desinformação de variados tipos foram e são as armas desses grupos recionários.

Depois das eleições de Trump, do Brexit, de Bolsonaro, a pós-verdade deixou de ser um debate acadêmico. Faz parte da luta pela hegemonia que os neofascistas utilizam para devastar o planeta e encontrar condições favoráveis à imposição de uma nova eugenia. Não é por menos que no seu primeiro discurso na ONU, o ignóbil presidente do Brasil, afirmou que "o índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas". Exatamente, o presidente que prometeu acabar com as reservas indígenas encontra um eufemismo para, no desastroso discurso na ONU, chamar as terras comunais de propriedades latifundiárias. Dias antes, o mesmo presidente havia liberado o uso de armas para os donos de grandes extensões de terra e os

ruralistas legalizarem suas milícias. A pós-verdade não é o debate sobre pontos de vista diferentes sobre um mesmo fenômeno. É a construção irreal do fato ou sua negação.

Esse é o lema dos neofascistas que operam a pós-verdade: nada importa, exceto vencer e destruir o outro. Não existem adversários, só inimigos. Por isso, Bolsonaro foi buscar uma índia do Youtube que se dispôs atacar a luta das comunidades indígenas e tradicionais em defesa de suas terras. Por isso, afirmou em um discurso na ONU "acabou o monopólio do senhor Raoni". O recado é evidente. Suas fábricas de desinformação irão forjar as suas verdades, ou melhor, as realidades que sejam adequadas aos seus valores. Vão forjar índios *fakes* para ajudar a tomar as terras de suas nações, do mesmo modo que nomeou um ruralista condenado por crime ambiental para Ministro do Meio Ambiente e um militar que diz que não existiu a tortura no Brasil para integrar a Comissão da Verdade.

Nos grupos do WhatsApp há pouca ingenuidade. Os neofascistas estão ativos e sua estratégia é distribuir textos e imagens que comprovem que Hitler era de esquerda, que o aquecimento global não existe, e se existe não tem fatores antrópicos, que o holocausto nunca existiu, que Soros é de esquerda, que Marielle Franco era mulher de traficante, que há muito tempo morrem crianças nas favelas e que a menina Agatha Vitória Felix, de 8 anos, estava no lugar errado quando tomou o tiro letal, que quem escreveu as músicas dos Beatles foi o filósofo Theodor Adorno, que a barragem de Brumadinho rompeu porque uma bomba foi colocada por um terrorista cubano e outro venezuelano.

A quantidade e variedade de mentiras, situações descontextualizadas, desinformações não se limita ao terraplanismo. O mais curioso é que os neoliberais que não aderiram ao reacionarismo aberto que procuram manter um ideário democrático, principalmente os que povoam as redações de veículos de imprensa têm profunda dificuldade de lidar com a pós-verdade. Ela é equivocadamente tratada como opinião. Sem dúvida alguma, a boa prática jornalística deve cobrir as diversas opiniões sobre um caso. Todavia, não é possível tratar a fabricação de fatos ou a supressão de acontecimentos como opiniões. A verdade sobre um fato é difícil de definir. Todavia, diante da existência do fato tentar dizer que ele nunca ocorreu não se trata de opinião, mas de uma mentira. Não conseguimos estabelecer a verdade sem viés, mas podemos identificar com nitidez a mentira.

Por isso, esse livro é fundamental. Ele decodifica o fenômeno da pós-verdade em um cenário em que os algoritmos de *deep learning* são capazes de manipular imagens (*deep fake*) e nelas inserir elementos que não fazem parte da realidade, que nunca existiram. Várias abordagens e casos emblemáticos foram analisados do ponto de vista da Psicologia, Linguística, Comunicação, Semiótica, Filosofia, Ciências Sociais e do contexto histórico. Os ensaios exploram as dimensões política, econômica, cultural e ética da construção da informação baseada na emoção, no ódio, nas crenças e convicções, independente de terem ou não ocorrido na história imediata. Apresenta ainda importantes discussões sobre os efeitos da pós-verdade no contexto do fracasso da proposta de paz entre o governo da Colômbia e as FARC, do Brexit da Inglaterra, da eleição de Donald Trump, da campanha pelo golpe judicial-midiático desfechado no Brasil em 2016 e, agora, nesta Terceira Edição, traz uma análise inédita sobre o resultado das eleições presidenciais no Brasil em 2018, episódio que coroou o triunfo do aspecto mais virulento do fenômeno pós-verdade: a eclosão de delírios totalitários que jamais deixaram de estar à espreita. No novo Ensaio, os autores partem do atual momento brasileiro, mas dão um salto em direção à compreensão de toda essa insólita Era Pós-verdade.

Trata-se de uma leitura indispensável para quem quer analisar os novos fenômenos comunicacionais das redes em um cenário em que o neofascismo se apresenta de terno e gravata, com corte fino, e um discurso neoliberal que produz imagens e memes velozmente disseminados em um envólucro de pós-verdade que na maioria das vezes deveria apenas receber o nome de mentira. É uma excelente leitura, pois permitirá uma profunda reflexão nesses tempos perigosos.

Sergio Amadeu da Silveira

São Paulo, 2019

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

A modernidade se caracterizou pelo chamado desencantamento do mundo. A razão deveria subjugar a crença religiosa ou a mera especulação. A luz originada na racionalidade permitiu o surgimento do saber científico e do positivismo que vai apresentá-lo como neutro, puro e indubitável. O poder da Ciência seria baseado no factual e na dedução de leis constantemente superadas, aprimoradas, sofisticadas pela força do progresso. A modernidade criou a crença na verdade nascida da razão.

Logo, a verdade se constituiu como o dogma do Estado, do sistema judicial moderno e foi ocupar o centro dos embates epistemológicos. Enfim, nem um gênio maligno poderia nos enganar, mentir, distorcer nossa visão, se adotássemos as regras do método científico, pensou Descartes. Hume duvidou e despertou Adam Smith de seu sono dogmático. Smith influenciou Marx. O que seria o conceito de ideologia de Marx senão a acusação de que o Capital estava produzindo uma inversão do real? O que seriam o fetiche da mercadoria e a reificação? Deturpações da verdade, da realidade, efeitos nebulosos sobre a derradeira natureza da exploração? A busca da verdade dominou os séculos XIX e XX.

Foucault (1979) nos mostrou que o poder está indissociado dos regimes de verdade que se baseiam no "discurso científico e nas instituições que o produzem" (p.13). Essa contundente economia política da verdade circula nos aparelhos de educação, nos meios de comunicação, formando positivamente e não apenas repressivamente nosso cotidiano. Também foi Foucault que nos alertou sobre o intenso "combate 'pela verdade' ou, ao menos, 'em torno da verdade' – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer 'o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar', mas o 'conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder'" (p.13).

O poder democrático exige regras de constatação da verdade. No mínimo é preciso aferir as maiorias e seus representantes. Já o capitalismo pode funcionar sem o conjunto de exigências ou de verdades que consolidam a democracia. Em si, o capitalista pensa que não precisa mais do que um axioma para existir: tudo deve estar voltado a maximizar ganhos e minimizar perdas. No capitalismo neoliberal, toda a verdade é dispensável e alterável. Chegamos ao complexo emprego discursivo da verdade, da não-verdade e da pós-verdade.

Há muito superamos o positivismo que encontra sua rígida verdade na suposta neutralidade e linearidade do conhecimento. Recusamos a verdade patriarcal, a verdade da supremacia racial, dos fundamentalismos de gênero, da superioridade de uma cultura sobre as outras. Enfim, sabemos que apesar de existirem fatos, eles podem ser interpretados de modos distintos. Sabemos que as tecnologias podem guardar as determinações e os valores de quem as desenvolveu. Por isso, devemos procurar respeitar os valores, os ideais e tentar identificar os interesses que animam a compreensão, as mediações nos embates sociais e nas práticas discursivas.

Não me lembro de ter lido uma única ação militar norte-americana que não fosse motivada pela defesa da liberdade ou de causas nobres, humanitárias. Os ataques à Siria pelo governo dos EUA são baseados no apoio aos grupos que defendem os valores liberais e democráticos diante do ditador Assad. Será? Essa rotunda e contundente inverdade é logo desmascarada somente ao observar que um dos maiores aliados norte-americanos no Oriente Médio é a ditadura da Arábia Saudita. Então por que não invadir o Iraque deixando claro que seu objetivo era o petróleo e outros interesses econômicos e geoestratégicos? Porque o poder precisa construir verdades e discursos que se adequem aos valores social e historicamente aceitáveis.

Em uma sociedade conectada, em rede, a opinião pública circula e se forma em ondas sem os velhos filtros da *mass media*. Curiosamente, o controle da opinião foi enfraquecido, mas as possibilidades de modulação e manipulação aumentaram. Mesmo sem a democracia, é demasiadamente perigoso um poder que não se apresente como portador da verdade, do mais puro desejo de aplicar os valores historicamente constituídos por uma dada sociedade. Então, temos um prefeito da maior cidade do Brasil que é notoriamente uma figura produzida, um trabalhador que não trabalha, um prefeito que não governa, mas viaja em sua campanha para postos mais ele-

vados da máquina pública. Tudo isso feito com o discurso e as imagens no *Youtube* e *Facebook* pensadas para produzir um efeito de verdade.

A verdade factual pode ter inúmeras interpretações, mas o fato deve ter existido. Essa ideia simples é que desaparece nesses tempos de velocidade acelerada das informações e de avanço do clamor neoliberal. Nesse contexto do capitalismo informacional, capitalismo de vigilância e de capitalismo de plataforma, o *Facebook* promete colocar seus algoritmos-guardiões e expulsar as postagens falsas. Será que a Rede Globo e a Revista Veja serão banidas do *Facebook*? Claro que não. Na cultura neoliberal, as corporações não mentem. Pessoas faltam com a verdade. Corporações, no máximo, tiveram editores e gestores equivocados. Enquanto falamos que há o sistemático extermínio de jovens negros no Brasil, a Globo diz que não existe racismo no Brasil. Quem está certo? Depende?

Esse livro trata do fenômeno da pós-verdade. Várias abordagens e casos emblemáticos foram analisados do ponto de vista da Psicologia, Linguística, Comunicação, Semiótica, Filosofia, Ciências Sociais e do contexto histórico. Os ensaios exploram as dimensões política, econômica, cultural e ética da construção da informação baseada na emoção, no ódio, nas crenças e convicções, independente de terem ou não ocorrido na história imediata. Apresenta ainda importantes discussões sobre os efeitos da pós-verdade no contexto do *Brexit* da Inglaterra, da eleição de Donald Trump, da campanha pelo golpe judicial-midiático desfechado no Brasil e do fracasso da proposta de paz entre o governo da Colômbia e as FARC.

Trata-se de uma leitura indispensável para quem quer analisar os novos fenômenos comunicacionais das redes em um cenário em que o neofascismo se apresenta de terno e gravata, com corte fino, e um discurso neoliberal que produz imagens e memes velozmente disseminados em um invólucro de pós-verdade que na maioria das vezes deveria apenas receber o nome de mentira. É uma excelente leitura, pois permitirá uma profunda reflexão nesses tempos perigosos.

Sergio Amadeu da Silveira

Referência

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

INTRODUÇÃO

Esta publicação tem como objetivo central refletir sobre alguns desafios cruciais que o desenvolvimento das novas mídias sociais estão trazendo para o mundo da comunicação na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, procura apresentar algumas iluminações críticas que poderão servir, em parte, para lidar com alguns temas e problemas urgentes e candentes de nossa realidade social no campo da política, da economia, da educação, da ética etc. A razão de termos colocado como título *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade* deve-se ao fato de entendermos que a comunicação e a ideologia estão estreitamente ligadas à Psicologia. Nas palavras de Serge Moscovici (1972): "O objeto central e exclusivo da Psicologia Social deveria ser o estudo de tudo o que se refere à *ideologia* e à *comunicação*…" (p. 55). Neste livro, focamos na comunicação sem avançar explicitamente e detalhadamente na análise ideológica dos efeitos da problemática que vamos abordar. Contudo, a perspectiva da ideologia está implicada em diversas análises apresentadas aqui. A realidade da comunicação sempre ocupou um espaço central na história das formações sociais humanas e está assumindo, nesse momento histórico, novas configurações surpreendentes e desafiadoras. Não seria fora de propósito afirmar que quem quiser sobreviver hoje mantendo um relativo espaço de liberdade e de autonomia – no pensar, no ouvir, no ler, no trabalhar, no educar, no festar – precisa, no mínimo, tomar consciência desse fenômeno e de suas consequências tanto no aspecto pessoal, quanto social.

Esse novo fenômeno que se manifestou principalmente a partir da comunicação, mas possui vertentes em inúmeras áreas das ciências humanas, como a própria Filosofia, a Antropologia, a Sociologia e de modo especial a Psicologia, está sendo denominado com o termo provocativo e polêmico de pós-verdade. Ele é o foco referencial da caminhada que em-

preendemos. Em 2016, o *Oxford Dictionaries* escolheu como palavra do ano pós-verdade e definiu-a como aludindo a circunstâncias cuja influência na opinião pública advém prioritariamente do apelo às emoções e às crenças e não dos fatos objetivos. O dicionário deixa claro que o termo é um adjetivo, contudo, à medida que acompanhamos sua difusão e sua apropriação – sobretudo pela língua portuguesa – constatamos uma primeira dificuldade: evitar a não substantivação do adjetivo. O termo inglês *post-truth*, para ser transposto para o português de modo a preservar seu caráter adjetivo e não produzir certo desconforto ao ser empregado na nossa língua, precisaria ser traduzido por algo como "pós-factual". Contudo, essa adaptação, sem dúvida, perderia completamente o apelo e a expressividade que o termo pós-verdade preserva. A discussão em torno desse ponto foi uma tarefa que demandou bastante esforço de todas as autoras e os autores deste livro.

Em um primeiro momento, essa preocupação com a precisão da tradução do termo pode parecer até mesmo pedante. Todavia, ela esconde uma questão bem mais profunda. É essa profundidade, esse pano de fundo, o que este livro procurou abordar ao longo dos seus treze ensaios. É possível percebermos a relevância do cuidado em manter a natureza do termo a partir do seguinte exemplo: ao afirmarmos que poderíamos estar vivendo uma era *da* pós-verdade, estaríamos dizendo que fora adicionado à nossa era um elemento externo, a pós-verdade. Construções como esta justificam que o termo esteja sendo usado em frases tais como "discursos cheios de pós-verdades". Entretanto, nessas frases, o termo pós-verdade é utilizado apenas como um eufemismo para mentira, o que retiraria dele qualquer relevância em ser estudado como um fenômeno diferenciado. A tese que subjaz à construção deste livro é que o fenômeno pós-verdade traz consigo particularidades que merecem ser observadas com muita atenção, pois poderia se estar anunciando aqui a materialização de, quem sabe, uma nova era.

Evidentemente, tratar de um tema que foi formulado há tão pouco tempo e que parece estar permeando nossas vidas de maneira tão contundente é uma tarefa arriscada. Não temos o distanciamento histórico necessário para uma avaliação crítica mais profunda do fenômeno e de suas consequências. Entretanto, não gostaríamos de deixar de enfrentar uma aproximação à problemática da pós-verdade, dados os efeitos que já conseguimos vivenciar. Por isso, ainda que cientes da dificuldade que

é tratar um tema que se move enquanto transitamos por ele, resolvemos fazer este trabalho, com a noção de que a presente obra é uma tentativa humilde de contribuir à crítica, à ética e a uma perspectiva propositiva em relação à vida em sociedade. Portanto, propusemo-nos a retornar à definição do dicionário e a explorar criticamente quais eram as possíveis e radicais implicações de serem justapostos os termos *verdade* e *pós-*, terminando com a afirmação de que a pós-verdade deve ser um adjetivo aplicado não a coisas, mas a "circunstâncias". Como primeiro desdobramento desse movimento de retorno que fizemos ao termo, constatamos a impossibilidade de tratar pós-verdade e mentira como sinônimos. Além desse desdobramento, o fenômeno da pós-verdade, sendo um adjetivo, poderia ser melhor compreendido se fosse tido menos como alguma coisa, como um objeto que pudéssemos descrever ou nos apropriar, e mais como um modo de relação, como uma forma singular de interligar aspectos tão profundos e essenciais da condição humana: crenças pessoais, emoções, fatos etc. Em outras palavras, se a história vier a dizer que estamos realmente vivendo uma nova era, esta não será a era *da* pós-verdade, mas uma *Era Pós-verdade*. O mais relevante dessa peculiaridade é que o fenômeno pós-verdade não seria algo que estaria entre nós, mas seria o próprio *entre*.

A leitura de análises de comentários que vemos diariamente nos meios de comunicação de diferentes tipos revela muita preocupação, senão às vezes até certa angústia, diante desse fenômeno no mínimo misterioso. Mistério aqui não é entendido como algo que não possamos entender; é concebido como algo do qual não podemos entender *tudo*. Essa realidade desconhecida provoca-nos e nos leva a enfrentar o desafio, na busca de algum tipo de compreensão, ainda que tenhamos consciência de que ela não poderá ser apreendida na totalidade, como gostariam os que ainda se atêm aos pressupostos da modernidade. Entendemos que na melhor compreensão do que seria uma *universitas*, o papel central da Universidade é buscar continuamente ser uma consciência crítica de uma nação. Por isso, pensamos que nossa tarefa primeira é identificar e trazer luzes sobre problemas angustiantes que levam as pessoas a não poderem usufruir de uma vida humana plena, com liberdade e com dignidade.

A simples formulação de algumas questões, entre muitas outras, que poderiam ser apresentadas e que estão intimamente ligadas à pro-

blemática da pós-verdade nos mostra a importância e a relevância do tema:

– Que garantia temos hoje de que aquilo que vemos ou ouvimos na mídia eletrônica, nas mídias sociais, corresponde de fato ao que aconteceu? Que garantia temos de que o que lemos nos diversos tipos de mídia impressa reflete, ou aproxima-se, de algum modo, àquilo que de fato sucedeu? Apesar de tal garantia também não existir plenamente em épocas anteriores, ela vai se tornando mais e mais precária em nossos dias.

– De que maneira podemos oferecer e garantir alguma credibilidade ao que nos é dito, mostrado, escrito, sussurrado, momento a momento, todas as horas do dia?

– Como estabelecer o elo, que parece estar desaparecendo, entre o que nos é apresentado e que poderia ser chamado de *real*?

– Como poder discernir entre a versão e o fato?

– Que filtros são possíveis para separar o joio do trigo diante dessa explosão de informações geradas ou reproduzidas na *web*?

– Como preservar espaços de liberdade e de autonomia diante dos autointitulados donos da verdade que guerreiam entre si, principalmente nas redes sociais, diante de pessoas em desigualdade de recursos, privadas de defesas, consumidoras dessa guerra, assistindo estonteadas às agressões e aos tiroteios?

Um olhar mais cuidadoso poderá identificar problemas ainda mais sérios e mais complexos que atingem a liberdade e a dignidade das pessoas:

– O mundo cada vez mais assemelha-se a um exército de pessoas presas e conectadas. Nesse novo *panóptico* pagamos por alguém que nos espia e nos vigia. Não estaríamos cedendo gratuitamente nossa liberdade?

– Sem querermos ser alarmistas ou apocalípticos, como nos alertava Umberto Eco (1976), como negar a supressão de toda nossa privacidade? Como podemos aceitar a transformação das pessoas em combustível para algoritmos, empregados para inúmeras finalidades, sem qualquer conhecimento ou permissão dessas mesmas pessoas?

– Estamos presenciando a vida correr o risco de ser capturada com a finalidade de se ganhar dinheiro e com isso otimizar a produção. Levados pela fascinação digital, não nos damos conta e não temos plena consciência de um poderoso movimento que anseia conquistar nossas próprias

existências e imiscuir-se em cada âmbito da vida. Como diz o pensador Eric Sadin (2017), que retomaremos adiante, estaríamos diante de uma "mercantilização integral da vida"?

Algumas consequências já podem ser vislumbradas:

– A comunicação em geral, tanto a impressa quanto a eletrônica, as redes sociais, as trocas digitais passam, sempre mais, a se tornarem um espaço quase exclusivo de antagonismo e não mais de verdadeira comunicação.

– Começa a surgir um salve-se quem puder: não se acredita mais em nada e em ninguém e, consequentemente, começa a se manifestar um apego às próprias convicções pessoais e certo ceticismo quanto à possibilidade de um verdadeiro diálogo, onde a verdade passa a ser dispensada e não é mais necessária, a disputa entre os a favor e os contra constrói um mundo movido a paixões e a crenças, as pessoas tornam-se reféns dessa guerra e, como em qualquer guerra, a primeira vítima é sempre a humanidade.

Todas essas questões tornaram necessária uma abordagem teórica multidimensional, por isso optamos por uma publicação organizada na forma de ensaios. Apesar de querermos garantir uma organicidade lógica ao livro como um todo, com um fio condutor, pareceu-nos interessante estruturá-la dessa forma, pois ao menos uma das características de um ensaio é que ele pode ser lido isoladamente, com sentido próprio, independente dos outros (Farr, 1998) e pode potencialmente ser relacionado a outros temas e a outras áreas do conhecimento. O fato de terem sido concebidos para possibilitar uma leitura autônoma implica, todavia, em certo grau de repetição de alguns temas, como é o caso da definição da palavra pós-verdade, que aparece em vários ensaios, ainda que relacionada a tópicos diversos. Apesar de todos os participantes do grupo terem tomado conhecimento do conjunto e terem questionado os colegas quando achassem oportuno, a responsabilidade última pelas colocações permanece com os responsáveis pelos ensaios.

A publicação está dividida em três partes que estão relacionadas entre si, mas também podem ser lidas como conjunto independente. A primeira, mais teórica, apresenta reflexões de ordem filosófica, linguística, sociológica, psicológica e informacional. Essas podem, por sua vez, constituir dimensões a parte uma da outra ou serem relacionadas pelos leitores na construção de uma fundamentação multidimensional para a compreensão dos casos que são apresentados na sequência. A segunda parte do livro é composta por casos empíricos, focados na comunicação pós-ver-

dade no campo da política, com análises e com interpretações particularizadas, acompanhadas por abordagens contextuais próprias. Essa parte de estudos de caso é precedida por um *intermezzo* que os apresenta como conjunto, ressaltando o que as cinco especificidades têm em comum. A terceira parte é o fechamento, constitui uma análise conclusiva das duas grandes partes deste livro.

Na caminhada teórica que empreitamos, partimos de uma contextualização mais abrangente para poder compreender melhor e com mais profundidade esse fenômeno da pós-verdade. Iniciamos descrevendo e refletindo sobre o contexto socioantropológico, partindo da modernidade, discutindo suas questões relevantes, para chegar à abordagem das características do mundo hoje, buscando avançar em duas perguntas. Como o ambiente contemporâneo pode propiciar o surgimento do fenômeno da pós-verdade? Como é a sociedade que transformou em um relevo, no *continuum* de possibilidades, a palavra pós-verdade? Desenvolvemos hipóteses relativas a possíveis origens que podem ser vislumbradas na reação aos pressupostos generalizadores (padrões aceitos sem discussão) que a modernidade nos levou a aceitar. Discutimos o potencial crítico do pensamento e os riscos para a sociedade quando se abre mão deste, destacando a sua relevância como um caminho para a ética no mundo pós-verdade (Ensaio 1). A seguir, apresentamos concepções relativas à linguagem, trazendo acepções históricas, focando nas contribuições que transformaram a linguística em uma ciência moderna e nos seus desdobramentos na semiologia e na semiótica, enfatizando as características na linguagem verbal – e nos signos em geral – que fazem com que a língua, como um arcabouço social disponível a usos individuais, possa se prestar tanto à verdade quanto à mentira. Desenvolvemos diferentes visões da virada linguística na filosofia apontando na direção da linguagem como prática social (Ensaio 2). Aproximamo-nos mais do fenômeno ao relacionar linguagem, comunicação e retórica. Examinamos a Teoria da Ação Comunicativa, a comunicação mediada pelas novas tecnologias e introduzimos estudos sobre retórica, para compreender as condições que viabilizam que a paixão seja o principal balizador dos julgamentos de verdade e de mentira, no contexto pós-verdade (Ensaio 3). Para que se fizesse uma radical crítica à pós-verdade foi preciso desfazer algumas importantes simplificações e colocar essa discussão em outro patamar, indo às raízes possíveis dessa questão. Para isso, não pudemos

deixar de defender uma perspectiva ousada, a de considerar a pós-verdade não como meramente um termo, mas como um estatuto da nossa própria era, uma *Era Pós-verdade*. Para desenharmos essa discussão, relacionamos a história da verdade com o advento e com o desenvolvimento dos modernos meios de comunicação e a relação desses dois aspectos com um importante conflito que colocou em polos opostos filosofia e política (Ensaio 4). Nesta publicação, nossa primeira intuição foi relacionar o fenômeno pós-verdade com a Psicologia e, em parte, com a ideologia. Era imprescindível, portanto, investigar o que elas teriam em comum e como se complementavam. Foi ficando cada vez mais evidente, no percorrer do caminho, como os recursos e as contribuições da Psicologia são fundamentais para a materialização e para a eficiência do fenômeno pós-verdade (Ensaio 5). A esta altura de nosso andar, fomos percebendo que havia algo a ser levado em consideração, na tentativa de poder compreender mais a fundo o fenômeno pós-verdade, que diz respeito à sua relação com as novas tecnologias que nos assombram na contemporaneidade. A ligação entre esse acontecimento e o emprego massivo das tecnologias correntes de comunicação é intrínseca, umbilical, e isto é examinado em detalhes (Ensaio 6). O passo seguinte foi refletir sobre a pós-verdade e as relações que foram sendo estabelecidas com o que é intitulado de mercado de informações. No seu centro estão nossos rastros digitais o que, por sua vez, tem consequências políticas, econômicas e sociais. Fizemos um mapeamento que propiciasse uma reflexão crítica no intuito de buscar estratégias de resistência e de proteção frente a este mercado de consumo (Ensaio 7).

Antes de iniciar o estudo de casos empíricos, consideramos oportuno um *intermezzo* que entrelaçasse a teoria e a prática, onde apresentamos rápidas considerações sobre o conjunto dos casos relativamente surpreendentes que foram relacionados ao contexto pós-verdade. Esses casos constituem acontecimentos que, a partir de análises de diferentes pesquisadores, podem ser pensados dentro do referencial do fenômeno pós-verdade. O primeiro diz respeito ao movimento "*Leave*" e o *Brexit*, que trataram da saída do Reino Unido da União Europeia, através de um Referendo, em um panorama de tensões históricas e com influência dos Eurocéticos, somada às crescentes discórdias, à crise econômica e imigratória, e ao aumento do medo do terrorismo. Isso tudo foi articulado,

ainda, pelas novas tecnologias e redes sociais, utilizando-se de dados dos perfis de prováveis eleitores no *Facebook*, contando com o apoio da Cambridge Analytica (Ensaio 8). Um segundo relaciona-se à vitória do "não" no plebiscito que votou o Acordo de Paz, articulado entre o Governo Colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que se configurou como um caso emblemático de ações políticas e midiáticas empenhadas nas campanhas pró e contra a aprovação. Esse exemplo evidencia discursos, estratégias e argumentos elaborados para mobilização da opinião pública na rede social *Twitter* (Ensaio 9). Discutimos, também, um caso brasileiro considerado por muitos analistas como em grande parte resultante de uma ambiência de pós-verdade, a saber, o *impeachment* da Presidenta brasileira Dilma Rousseff. Buscamos compreender as raízes de por que foi considerado um golpe, bem como analisar a participação da mídia neste processo. Investigamos as estratégias de pós-verdade como características fundamentais na orquestração que levou ao afastamento da Presidenta e que segue ainda tentando definir os rumos do país (Ensaio 10). O Ensaio 11, *Trump e a política pós-verdade*, traz a conturbada relação dos Presidentes dos Estados Unidos com a verdade, tratando de diferentes episódios desde a Era Nixon. Há um ideal compartilhado pelos cidadãos norte-americanos que seus Presidentes falem a verdade e a sua ruptura tem gerado crises governamentais. Donald Trump, já em sua campanha, não só refutou esta lógica, mas a utilizou com fins de obter votos e adesão de seus eleitores. Ao procurar adequar os fatos a suas crenças, ainda que os fatos não tenham ocorrido, criou um discurso identificado como pós-verdade. Nesta terceira edição, incluímos o Ensaio 12, no qual analisamos o resultado das eleições presidenciais no Brasil em 2018. Hoje, com certo distanciamento histórico, podemos ver com clareza que a chamada Operação Lava Jato, em conluio com interesses internacionais, não só promoveu o Golpe em 2016 no Brasil, como também fez do ex-Presidente Lula um preso político, acontecimentos sem os quais não teria sido possível a hecatombe que foi a eleição presidencial no país. As eleições para Presidente em 2018 no Brasil fizeram uso indiscriminado de mídias sociais, principalmente do *WhatsApp*, com novas estratégias, como compra de endereços de milhões de pessoas e pagamento de impulsos para divulgação de *fakenews*.

Apesar de diversos ensaios terem trazido, em suas análises, considerações críticas e valorativas sobre o fenômeno, pensamos em trazer algumas

reflexões que pudessem servir como uma espécie de conclusão, sempre inconclusiva, através de um aprofundamento de três dimensões que se apresentam intrínsecas a qualquer fenômeno: a dimensão crítica, a dimensão ética e a dimensão propositiva. Buscamos discutir como é possível reagir a este fenômeno com coragem e com discernimento (Ensaio 13).

Ao longo de muitas décadas, a Psicologia tem se ocupado da comunicação em suas elaborações teóricas e em pesquisas. A comunicação, como um processo cultural que estrutura e que mantém os saberes que uma sociedade constrói sobre si mesma, cria uma tessitura social que forma base para as relações interindividuais e intergrupais (Moscovici, 1972). Ao focarmos no estudo de algumas condições que possibilitaram a pós-verdade, na análise do fenômeno e das suas implicações filosóficas, sociológicas e psicológicas, bem como no estudo de casos políticos contemporâneos, buscamos contribuir no processo de conscientização dos saberes que a sociedade têm sobre si, de modo a trazer algumas luzes sobre o fenômeno e suas consequências que possam conduzir ao pensamento crítico, ético e propositivo em relação a um mundo melhor.

Pedrinho A. Guareschi
Denise Amon
André Guerra

Referências

Eco, U. (1976). *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva.

Farr, R. M. (1998). *Raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954)*. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (1972). Society and Theory in Social Psychology. In J. Israel & H. Tajfel (Eds.), *The Context of Social Psychology* (pp. 17–68). London: Academic Press.

Sadin, E. (2017, 26 de junho). O tecnoliberalismo lança-se à conquista integral da vida. In *IHU Newsletter – Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista de Eduardo Febbro, publicada por *Página/12,* Buenos Aires, 23 de junho de 2017. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568991-o-tecnoliberalismo-lanca-se-a-conquista-integral-da-vida-entrevista-com-eric-sadin Acesso em 22 de setembro de 2017.

PARTE I
ENSAIOS TEÓRICOS

ENSAIO 1

O CONTEXTO SOCIOANTROPOLÓGICO DA PÓS-VERDADE

Denise Amon

Introdução

A palavra do ano eleita em 2016 pelo *Oxford Dictionaries* foi pós-verdade. O dicionário não exige que a palavra do ano seja nova. O critério é ter atraído atenção, ter tido impacto social nos últimos 12 meses, em outras palavras, ter ingressado no discurso público e se tornado uma representação social. De fato, é de 1992 a primeira menção passível de ser localizada, no sentido que o dicionário aponta, num artigo de Tesich (1992) sobre a síndrome de Watergate. Uma vez escolhida, a palavra do ano aparecerá tão logo seja possível no Dicionário Oxford, assegurando, com isso, uma difusão ampla e mais permanente. Pós-verdade é "um adjetivo definido como 'relativo a ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais'" (English Oxford Living Dictionaries, s.d., "*Word of the Year 2016 is...*", para. 1), aparecendo associado a um substantivo específico na expressão "*política pós-verdade*" (English Oxford Living Dictionaries, s.d., "*Why Was This Chosen?*", para. 1). A definição detalha que o prefixo *pós-* assume um sentido expandido, provavelmente originado em meados do século XX, que se tornou comum nos últimos anos e que, mais do que aludir a um período que vem depois de um determinado evento ou situação, refere-se à "'pertencente à época em que o conceito especificado se

tornou não importante ou irrelevante'", podendo caracterizar não apenas uma particularidade, mas também toda uma era (English Oxford Living Dictionaries, s.d., "*A Brief History of Post-Truth,*" para. 1).

Em seu artigo intitulado *The Watergate Syndrome: A Government of Lies*, Steve Tesich (1992) examinou como a aquisição do gosto pela distância da verdade foi um processo permeado pela equivalência da verdade a más notícias; analisou como nós desenvolvemos uma habilidade espiritual para privar a verdade de qualquer significado; caracterizou uma sociedade não passiva na recepção às mentiras, mas, ao contrário, desejosa delas. "De uma forma muito fundamental nós, como um povo livre, decidimos livremente que queremos viver em uma espécie de mundo pós-verdade" (p. 13). O autor mencionou, ainda, a ausência de absolutos morais – com exceção de alguns –, ratificando a mediocridade, justificando padrões éticos e morais maleáveis na avaliação da nossa integridade. Referiu a felicidade com que convivemos com isso.

Neste ensaio, descreveremos e discutiremos o contexto em que esse mundo pós-verdade se tornou possível, do ponto de vista social e antropológico, caracterizando formas pelas quais foi se constituindo um ambiente favorável à perda de significado da verdade e, ainda, argumentando como a sociedade passou a querer ativamente esse mundo. Faremos isso principalmente através das considerações de Zygmunt Bauman sobre a sociedade moderna, caracterizada pela busca da ordem e da eliminação da ambivalência, que acabou por se transformar em uma sociedade que ele passou a chamar de líquida, na tentativa de aludir à dificuldade de dar-lhe uma forma. Examinaremos, nessa perspectiva, como se caracteriza o mundo em que vivemos hoje. A seguir, apresentaremos a parábola das estátuas pensantes, de Norbert Elias, e exporemos a diferença entre razão como pensamento, busca pelo sentido, e intelecto como cognição, busca pelo conhecimento, a partir da concepção de Hannah Arendt. Abordaremos as elaborações dessa autora a respeito da relação entre o pensar e o julgar, entre a reflexão contemplativa e a ética, explorando nexos da passagem das estátuas pensantes à irreflexão. Buscaremos compreender de uma outra maneira como é o mundo pós-verdade, esse que não é nem verdade nem mentira, que se estabeleceu como um impensável ao espírito da modernidade, "a *terceira margem do rio*", que abriga uma "outra sina de existir", na poética de Guimarães Rosa (1977, pp. 27-32). Agregaremos algumas considerações realçando características do cenário em que a pós-verdade emergiu, ressaltando seu caráter histórico e seu potencial crítico, jun-

tamente com os riscos de uma adesão sem consciência e sem reflexão. Destacaremos a importância do pensamento, como um caminho para a ética no mundo pós-verdade. Nosso objetivo é discutir hipóteses e argumentar para ao final ter avançado em duas perguntas, ainda que parcialmente. Como o ambiente contemporâneo pode propiciar o surgimento do fenômeno da pós-verdade? Como é a sociedade que transformou em um relevo, no *continuum* de possibilidades, a palavra pós-verdade?

A modernidade e a busca da ordem

O ato de fé da modernidade é que é possível compreender os fenômenos em sua totalidade, encaixando-os em um universo explicativo ordenado e sem ambivalências. Esse ato de fé consistiu na adesão à crença de que o mundo empírico da experiência sensorial é o critério do saber, sendo o método científico a forma de chegar ao conhecimento verificável. A modernidade concebeu a oposição entre ciência e crenças num ato de fé. Estabeleceu, assim, uma cosmovisão que paradoxalmente esforçou-se por anular o valor das crenças e buscou limitar o incognoscível ao espaço indesejado.[1] Este ato de fé foi, contudo, constantemente frustrado. No momento em que há a tentativa de conferir inteligibilidade aos fenômenos supondo-lhes uma estrutura passível de ser apreendida na totalidade, absolutamente nítida e indubitável, defrontamo-nos com o retorno de um mistério. Mistério envolve o que existe, mas está oculto aos sentidos, o que está presente, mas não alcançamos, é o impenetrável, o segredo que deixa antever a existência de algo sobre o qual não temos conhecimento completo e não chegaremos a ter. Mistério é o que escapa e desafia a convicção, desestabiliza o conhecimento que acreditávamos ter alcançado e nos mostra o limite da porta que se fechara na certeza.[2] Ainda que o espírito da

1 A fé, como uma adesão livre a um conjunto de crenças, quaisquer que sejam elas, depende da vontade e de motivos que se encontre para sustentá-la ou justificá-la, ainda que não se consiga saber tudo a respeito de tal vontade e de tais motivos. Moscovici (2000), ao criticar o cognitivismo por ter deixado de fora as crenças numa acepção que entendia conhecimento e crenças como opostos – oposição que ele buscou dissolver com a sua Teoria das Representações Sociais –, ressaltou a dificuldade de compreendermos as pessoas e os grupos se deixarmos de levar em conta a mistura entre fé e conhecimento, a combinação entre o que é considerado verdadeiro, porque acreditamos, e aquilo no qual acreditamos por considerarmos verdadeiro (p. 254) – tema que será desenvolvido no Ensaio 5.

2 Ao tratar do fetichismo da mercadoria e seu segredo, Marx (1946, vol. 1, pp. 36-47) mencionou a dimensão metafísica que o "*valor de uso*" (p. 36) encobre; ao olharmos um objeto do ponto de vista da sua aptidão a satisfazer as necessidades das pessoas, ele nada tem de misterioso; "o caráter místico da mercadoria não brota de seu

modernidade não quisesse o mistério e tivesse se empenhado arduamente nas práticas modernas típicas para suprimir a incerteza e a indefinição, inevitavelmente defrontou-se com aquilo que resistiu às categorias e à tentativa de ordenamento pleno. Bauman (1995) apresentou e discutiu minuciosamente características da modernidade e fracassos em suas intenções no livro *Modernity and Ambivalence*, publicado originalmente em 1991, de maneira mais densa na introdução e em relação a temas correlacionados ao longo da obra, entre os quais o Estado, os estranhos, as pressões assimilatórias sobre os judeus e as consequências culturais, a privatização da ambivalência, a pós-modernidade. Mostrou como a linguagem moderna tentou se constituir ordenada, selecionando pertinências, distinguindo e nomeando organizadamente, excluindo a ambiguidade, concebida como um mal. A decorrência dessa tarefa da ordenação do mundo teria sido – o espírito moderno acreditou que fosse possível – o conforto, a estabilidade, o controle, a predição, a distinção entre o caminho certo e o caminho errado, os parâmetros inequívocos da ciência. Entretanto, nas diversas dimensões que examinou, o universo ordenado e sem ambivalências não se sustentou; o projeto da modernidade foi frustrado.

A cosmovisão pré-moderna era estabelecida pela perspectiva divina e o conhecimento medieval era referido à Deus, sendo a teologia uma forma maior do saber. Com o Renascimento e a relevância colocada no humanismo, o conhecimento passou a se estruturar de forma distinta em decorrência da consciência de si, resultando no deslocamento da centralidade da relação com Deus para substituir pela centralidade da relação com o mundo. A busca pelos valores de Deus se transformou na descoberta da ordem das coisas (Japiassu, 2011). Não foi sem certa inquietação que Bauman (1995) se referiu a quaisquer tentativas de compreensão do jeito das coisas antes da modernidade. O autor acreditava que o mundo pré-moderno seria impensável para nós, visto que as categorias para pensá-lo (quer seja pelo que foi, quer seja pelo que não foi) seriam sempre modernas, de modo que ele já teria se transformado e não seria mais seu modo original. A necessidade e a contingência pertencem ao mundo moderno. A consciência da ordem e o aparecimento do problema da ordem do mundo natural coincidem. Quando a mentalidade moderna soube da

valor de uso" (p. 37). O caráter misterioso da mercadoria está em lançar diante das pessoas a dimensão social do seu trabalho como se fosse uma dimensão material dos próprios produtos do seu trabalho, um atributo natural social que emerge dos objetos, encobrindo a relação social que há entre os produtores e o trabalho coletivo da sociedade (p. 37). O olhar sobre a mercadoria não desvela sua essência por completo.

ordem, quando a concebeu como relevância, a ordem instantaneamente se transformou em pergunta; ao virar parâmetro de percepção na cosmovisão, passou a ser meta, algo a ser buscado e concretizado, sob risco de a desordem desestabilizá-la. A ordem virou sua própria adversidade, o seu problema. Caos (ambiguidade, irracionalidade, incoerência, ambivalência, indefinição) e ordem são ambas categorias só concebíveis nos tempos modernos, o autor refletiu; é a mente moderna que estrutura a própria oposição entre elas. Pareada a essas, as oposições nas ideias de pertencimento e isolamento são também ambas modernas, assim como social e individual, e outras. Ao mundo pré-moderno nenhuma dessas categorias fazia sentido, nenhuma era relevo, nenhuma constituía pertinência a ser distinguida de outra, nomeada, portanto, vivenciada. A mentalidade que concebe a linguagem em termos de opostos conceituais é, em si mesma, essencialmente moderna: nomeia por diferenças, estabelece identidades por relações de distinção e semelhança, ordenando, dando sentido, especificando aquilo que de outra forma seria o caos e a mistura do *continuum*, um todo sem definição, a ambiguidade.

O espírito da modernidade, formado pelas dicotomias, criou a ilusão da simetria que emerge delas – ilusão porque uma categoria é sempre *o outro* da primeira, subjugada à primeira pela negatividade ou oposição –, e não acreditou nessa simetria, pois tornou a supressão de uma delas o seu *modus operandi*. Concebeu a ordem e o problema da ordem (o caos, a ambiguidade) ao mesmo tempo em que tornou sua tarefa o ordenamento do mundo. Constatou a polissemia, a dissonância cognitiva, as definições polivalentes, as sobreposições de sentidos, a maleabilidade dos sistemas classificatórios do mundo e da linguagem ao mesmo tempo em que procurou eliminá-las. O intelecto moderno construiu a oposição entre natureza e cultura – ou, como Bauman (1995, pp. 40ss) referiu, entre natureza e humanidade – e, com isso, entendeu a natureza como a existência livre da intervenção e desordenada, aquela que perturba a harmonia, o outro do humano. Assim, transformou-a em algo a ser domesticado para atender aos seres humanos que tomaram para si a tarefa dessa subordinação. Da mesma forma, a mentalidade moderna cultivou o mito da civilização como o triunfo da razão[3] sobre as paixões, na crença de que constituiria um pas-

3 O problema da razão, da racionalidade, da razão instrumental ou da racionalidade instrumental – incluindo o desdobramento entre razão objetiva e razão subjetiva – foi bastante discutido nas Ciências Sociais e há elaborações importantes por parte de diversos pensadores, especialmente da Escola de Frankfurt, mas não entraremos nessa discussão por não ser objetivo neste ensaio. No contexto da mo-

so inequívoco no desenvolvimento histórico da moralidade pública; difundiu a soberania do saber científico em relação aos saberes populares, na expectativa de soterrar a multiplicidade e a multivalência dos conhecimentos do senso comum com a cobertura da certeza unívoca experimental. A política moderna difundiu o Estado como o mecanismo de deslegitimação do presente selvagem em prol de uma ideologia planejada com a autoridade inquestionável da racionalidade. Todas essas tentativas de domesticação foram decorrência da força da desordem (do caos, da ambiguidade, da ambivalência, da pluralidade), das paixões, da natureza, dos saberes populares, da espontaneidade, dos problemas novos que surgem da resolução dos problemas anteriores. Foi na tentativa de fazer desaparecer esse outro indesejável da dicotomia que a mentalidade moderna se empenhou também em tolerar ou absorver. Aos problemas, o intelecto moderno criou soluções, ainda que tivessem causado outros, para os quais novas soluções deveriam ser criadas. À domesticação da diversidade cultural inequívoca, a mentalidade moderna criou comunidades, cada uma com uma identidade, ordenadas, toleradas e supostamente controláveis. À racionalidade instrumental que resultou em massacres da humanidade, o espírito moderno criou o pluralismo do poder. À impossibilidade de aprisionar a linguagem nas dicotomias e o sentido em opostos conceituais, o vocabulário moderno tolerou a polissemia linguística. À indeterminação hermenêutica, a existência moderna criou a separação territorial dos saberes; à fragmentação dos saberes, a existência moderna criou a interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade. As principais estratégias do espírito moderno e, portanto, da prática moderna, que Bauman (1995) especificou como taxonomia, classificação, inventário, catalogação e estatística podem ser sintetizadas em dividir para conquistar, ou ordem e progresso.[4] "Se a modernidade diz respeito à produção da ordem, então a ambivalência é *o resto da modernidade*" (Bauman, 1995, p. 15); na tentativa de lutar contra a ambivalência para extingui-la, a modernidade a produziu mais intensamente. Ao caracterizar dessa forma, o autor não deixava de esperar que em algum momento a paz entre elas pudesse ser pensada.

dernidade, entendemos razão ou racionalidade como busca por substituir tradições, afetos e valores por motivos calculados; razão ou racionalidade instrumental como o cálculo da eficiência que transforma as relações pessoais em uma avaliação de meios e fins. Contudo, razão adquire outro sentido no contexto das elaborações de Hannah Arendt que será oportunamente esclarecido.

4 "Ordem e Progresso" é o lema escrito na bandeira nacional do Brasil, adotada em 1889.

A existência moderna e o jeito moderno de fazer as coisas, em que se torna pensável a ordem do mundo, do ambiente humano e do humano propriamente dito, têm sua contraposição na consciência moderna, argumentou Bauman (1995), que constantemente aponta a inconclusividade do projeto moderno, a falha na tarefa da ordenação plena, a resistência da ambivalência em ser suprimida. Ao desqualificar as conquistas da prática ordenatória, desmascarando a todo momento a incompletude do projeto que a modernidade tomou para si, a consciência moderna (ou a cultura moderna em sua forma máxima de autoconsciência) cria tensão na existência revelando que o que se alcançou não foi suficiente, que a definição em breve se mostra indefinida, que classificações são limitadas, que o conhecimento não dá conta dos fenômenos na plenitude, que o sentido não se encaixa em dicotomias, que o mistério se faz presente. Tudo isso transforma a tarefa da ordem em um horizonte sempre a ser alcançado, sempre escapando, mantendo a ilusão de um propósito e de um destino. O fim do caminho da modernidade se move à medida em que o projeto se aproxima dele. O caminho da modernidade é sem fim.

Ademais, como Bauman (1995) demonstrou, há o que resista à dicotomia. Certos híbridos recusam qualquer dos lados da oposição; são *"estranhos"* (pp. 53ss), inclassificáveis – o estranho é um deles, nem amigo, nem inimigo; a pós-verdade seria outro, nem verdade nem mentira –, desmascarando a artificialidade da divisão. A ambiguidade que o espírito moderno teve dificuldade de respeitar e que as instituições modernas buscaram aniquilar retorna como uma força, a única, capaz de conter seu potencial destrutivo. Esse potencial destrutivo advém do fato de que nenhuma classificação binária empregada na construção da ordem – valor máximo da modernidade – pode dar conta por completo da experiência da realidade, que se caracteriza por ser essencialmente contínua e não-discreta. Examinando diversos casos concretos, Bauman (1995) foi construindo o argumento que sustenta a ideia de que "a oposição, que nasceu do horror à ambiguidade, torna-se a fonte principal da ambivalência" (p. 61), pois toda atividade forçosa de encaixe em um sistema classificatório necessariamente produz anomalias do ponto de vista das classificações, que recusam ou questionam os pressupostos do esquema e com as quais a cultura tem que se defrontar.

A busca de triunfo da ordem na modernidade, pela domesticação do caos – o outro, a contingência, a ambivalência – no plano do mundo cotidiano, ressoou como a busca do triunfo de uma verdade universal no

plano da consciência (Bauman, 1995). A psicanálise foi, nesse sentido, uma força contra o espírito moderno, na visão do autor, uma vez que recusou o esquema dicotômico, transformou a totalidade do mundo em texto a ser interpretado e, assim, o desconstruiu. Nós pensamos que as teorias sociais críticas foram igualmente iluminadoras e libertadoras das amarras da mentalidade moderna, ao recusarem a tirania de certos códigos interpretativos, ao demonstrarem que as coisas não eram o que se dizia que eram ou que deveriam ser, ao analisarem que o poder de uma suposta verdade única e universal servia a interesses específicos, sustentando relações de poder assimétricas, portanto, ideológicas, no sentido de Thompson (1990). A psicanálise e as teorias sociais críticas resistiram, na essência, à ordem e à exclusão da ambivalência; cederam lugar ao estranho, respeitaram o mistério. Em ambas, a inclusão de uma interpretação não excluía as alternativas. As duas representaram o retorno da ambivalência não como algo a ser suprimido, mas incluído e, com isso, expuseram o limite do poder de quem detinha o poder (de determinar o que é saúde e o que é doença, o que é justo e o que é injusto, quem deve dar as regras e quem deve obedecê-las).

A modernidade não pode ser datada, chamou a atenção Bauman (1995), não só porque não há concordância entre os estudiosos com relação à data, mas, sobretudo, porque não há consenso a respeito do que deve ser datado. A caracterização do autor, tal como desenvolvemos neste ensaio, refere-se ao seu entendimento de modernidade como um período histórico que começou com diversas mudanças socioestruturais e intelectuais na Europa Ocidental, a partir do século XVII, tendo alcançado a maturidade como um projeto cultural e como uma forma de vida, com a emergência do Iluminismo e da sociedade industrial. O Iluminismo deslocou a visão de mundo medieval, substituindo por ideais fundados na racionalidade humana, interessada nos fins, na prevalência da ciência nas explicações sobre o mundo natural e no distanciamento da filosofia em relação à teologia. A sociedade industrial transformou os processos de produção, os meios de transporte, a economia e o modo de vida das pessoas. A modernidade se estabeleceu nesse contexto. Modernismo, com o qual o termo modernidade não deve ser confundido, designa uma tendência intelectual (filosófica, literária e artística) que teve seu apogeu no início do século XX e pode ser visto, na visão de Bauman, em retrospecto, como um projeto da pós-modernidade, um momento da história em que a mo-

dernidade se volta para si mesma em atitude autorreflexiva e tenta tomar consciência daquilo que foi. Essa atitude desvela sua impossibilidade: a ordem como uma tarefa se mostra emparceirada com o caos e com a ambiguidade, a porta blindada da certeza acaba atravessada pelo mistério, ainda que a modernidade não o entenda e não o deseje. O modernismo preparou o terreno para a reavaliação pós-moderna.

O mundo hoje

No capítulo final de *Modernity and Ambivalence*, intitulado "*Postmodernity, or Living with Ambivalence*", Bauman (1995) argumentou que a modernidade se estabeleceu na autoilusão da convicção de que a universalidade era possível e seria uma questão de tempo para que qualquer particularidade fosse incorporada a ela, numa apologia às grandes narrativas, que tudo abarcariam, e à verdade universal. A felicidade, a tranquilidade e o conforto seriam decorrências do caráter necessário das coisas e do mundo, uma vez que o mundo fosse livrado das diferenças, das especificidades e do mistério. No entanto, o projeto da modernidade apenas revelava mais especificidades, mais heterogeneidades, mais ambivalências, mais inesperados, mais incontroláveis, mais contingências, mais mistério.

As consequências do projeto da modernidade foram diversas e não é possível negar alguns de seus efeitos desastrosos sobre a humanidade. O cientificismo, decorrente da tentativa de soberania da racionalidade instrumental e do saber experimental sobre outros tipos de saberes – as crenças, entre eles –, restringindo a abordagem dos problemas sociais à visão técnica e pragmática, resultou no deslocamento da responsabilidade com a ética para o domínio religioso (Japiassu, 2011). O sistema de verdades fundado na racionalidade e no rigor matemático tornou-se o princípio da natureza contra a qual as sociedades modernas se formaram, na tentativa devastadora de subordiná-la a suas necessidades. Essa modernidade, que deu autoridade unicamente à racionalidade instrumental e que produziu verdades aceitas como absolutas, gerou "duas figuras da morte: os campos de concentração e os cogumelos atômicos" (Moscovici, 2007, p. 16), passando a ser criticada pelos próprios cientistas, resultando no questionamento dos fundamentos da representação da ciência moderna. A substituição do conhecimento me-

dieval que girava ao redor da noção de Deus pelo conhecimento regido pela racionalidade significou a passagem "do mundo encantado dos homens ao mundo desencantado das máquinas" (p. 84) – como Moscovici colocou em referência à expressão "desencantamento do mundo", de Max Weber. A autoilusão não se sustentou, mostrou Bauman (1995), e a dor do mundo hoje é a dor de precisar aprender a viver sem a esperança que deu sentido antes. A linguagem que, acreditávamos, narrava então o mundo dicotomizado, compreensível, controlável, ordenável, o mundo da transparência e da certeza universal, necessário, do ponto de vista da esperança, acabou por gerar dominação, injustiça, humilhação, uso ideológico. Essa linguagem hoje permanece a mesma, nos disse o autor, mas conta uma história vazia daquilo que lhe dava sustento. "O farfalhar de palavras secas, sem seiva, nos recorda incessantemente e de forma intrusiva o vazio que está hoje onde antes estava a esperança" (Bauman, 1995, p. 234).

O mundo hoje, dotado de uma consciência diferente, não pode mais negar a contingência; teve que aprender a aceitá-la, a dar um lugar de dignidade à ambivalência que a modernidade tanto se esforçou por tolerar (não sem certa resignação), na esperança de um dia suprimir. Bauman (1995) se referiu a esse mundo como pós-modernidade. Ao longo de *Modernity and Ambivalence*, o autor (1995) mostrou o quanto não houve uma quebra, o quanto a pós-modernidade não constituiu um novo paradigma, mas, sim, um estágio diferente da modernidade, marcado pela consciência reflexiva. Em um livro posterior, *Liquid Modernity*, Bauman (2000) caracterizou o mundo contemporâneo como "modernidade líquida" ou "modernidade fluida", entendendo como uma continuação, ou uma nova fase da "modernidade sólida", perguntando-se, ainda, se a modernidade não teria sido todo o tempo um processo de "'liquefação'", se o '"derretimento dos sólidos'" não teria sido seu divertimento e sua realização (pp. 2-3) – referindo-se aos sólidos do passado –, na intenção de "descobrir ou inventar sólidos de solidez *duradoura*" (p. 3). Em outra passagem do mesmo livro, o autor refletiu que o momento atual é marcado por uma "redistribuição e realocação dos 'poderes de derretimento' da modernidade" (p. 6); também usou a expressão "sociedade moderna em sua forma presente" (p. 23). Demonstrou nas duas obras que a mentalidade pós-moderna não eliminou e tampouco buscou suplantar as preocupações que assolavam o espírito moderno, ao contrário, incorporou-as como mais uma diversi-

dade.[5] Argumentou que se a modernidade caminhava com o ideal da verdade absoluta à frente da construção do conhecimento – ainda que de certa forma entendesse, pelos descaminhos, que essa se deslocava a cada passo dado, o que constituía apenas um motivo a mais para seguir buscando –, a consciência pós-moderna caminha questionando a superioridade de qualquer verdade, aceitando a pluralidade sem qualquer projeto de submetê-la a algum universal ou a alguma relação de subordinação. Essa última postura não deixou de estar presente assombrando o espírito moderno como uma dúvida, refletiu o autor (1995). A transformação do espírito moderno no espírito pós-moderno é identificada quando deixa de constituir dúvida e passa a ser a crença que fundamenta o *modus vivendi*, incitando, desta forma, a despreocupação com o fato de muitas verdades, muitos saberes, muitas cosmovisões coexistirem, sem certezas e sem garantias. O mundo hoje aceita a contingência de coração aberto. Não rejeita o mistério, o incompreensível; coloca-o lado a lado com o já conhecido. O mundo hoje não resiste ao estranho, respeita-o. Se por um lado a paz do mundo pós-moderno com a ambivalência aliviou a tarefa da modernidade de suprimi-la ou de tolerá-la, por outro, a aceitação de todas as ambivalências e do todo da ambivalência acabou por deixar o mundo em uma borda um tanto perigosa, indicou o autor (1995), em que a tolerância desembocou na despreocupação em julgar (sob risco de excluir) e em hierarquizar (sob risco de subordinar), abrindo, desta forma, nós pensamos, o

5 Em uma palestra proferida na Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, intitulada *Media and Modernity*, Thompson (1996) comentou que se distanciou dos argumentos desenvolvidos por Bauman, no que se refere à caracterização da pós-modernidade como uma nova era distinta da modernidade, concepção essa que ele disse ter encontrado na obra de Bauman como um todo, ainda que reconhecesse as enormes contribuições que esse autor trouxe à discussão do tema. Ao mesmo tempo em que foi explícito ao reconhecer mudanças em relação à modernidade, Thompson entendia que elas não constituíram um rompimento fundamental com relação às transformações que já vinham ocorrendo há muitas décadas. Em vista disso, optou por deixar em segundo plano a discussão modernidade e pós-modernidade, focando na análise das mudanças como um aprofundamento e uma continuação de outras ocorridas anteriormente, a partir de uma nova teoria multidimensional, que considerava as formas diferentes de poder e os tipos de instituição que formaram as sociedades, em uma era cujas características foram se estabelecendo há muito tempo, e cujas consequências ainda precisavam, no seu entender, ser melhor compreendidas. Na introdução ao seu livro *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*, Thompson (1995) escreveu "Se colocarmos de lado a retórica da moda e focarmos nossa atenção nas transformações sociais profundamente enraizadas que dão forma a nossas vidas, nós poderemos achar que temos mais em comum com nossos predecessores ... do que alguns teóricos contemporâneos gostariam que acreditássemos" (p. 9). Não é nossa interpretação que Bauman tivesse estabelecido a pós-modernidade como uma nova era cuja relação com a modernidade tivesse sido de rompimento, como Thompson comentou. Ainda assim, pensamos que ao buscar se distanciar da visão de modernidade e de pós-modernidade proposta por Bauman, Thompson trouxe nuances e contribuições teóricas de enorme relevância para a discussão.

espaço também para a despreocupação em determinar o que é verdade (sob risco de ter que determinar o que é mentira).

Sendo todos os saberes possíveis potencialmente aceitáveis e aceitos da mesma forma – essa é a maneira pela qual o espírito pós-moderno se identifica e se afirma – é facilmente compreensível que o mundo hoje acabou por não registrar quaisquer tentativas de crítica sistemática (Bauman, 1995). A mudança que ocorreu na crítica semiológica francesa a partir dos anos 1970 é uma constatação disso. Roland Barthes desistiu de analisar a vida social como fizera em meados dos anos 1950, em seu livro *Mitologias* (1987), onde dissecou artefatos da vida comum, revelando as formas pelas quais o mito – mito em Barthes é a ideologia, entendida como falsa evidência – constituía uma fala, escondia uma intenção e naturalizava o sentido que era, de fato, construído. No ensaio intitulado "O mito hoje", que consta ao final do livro, o semiologista mostrou as artimanhas da ideologia, os mecanismos do mito para se fazer presente e invisível na linguagem, desmascarando as suas estruturas de poder pela exposição dos diferentes níveis de significação e do modo de relação entre eles. Ele compreendeu e reconheceu a nova complexidade no prefácio à edição francesa de 1970 (Barthes, 1993, p. 563), bem como em um artigo escrito um pouco depois (Barthes, 1977, p. 166). O mundo hoje é uma impossibilidade de reescrever "O mito hoje". O vocabulário moderno aprisionando pelas dicotomias, que havia tolerado a polissemia linguística, culminou no caminho da soltura do significante, absorvendo a ambiguidade da própria polissemia na semiose infinita, uma postura da mentalidade pós-moderna, ou pós-estruturalista, como passou a se chamar na crítica francesa. Toda a sua obra posterior demonstrou a postura vigente e não deixa de ser emblemática da nova forma da crítica. Os mitos – a ideologia – ainda existiam; o que havia mudado, para Barthes, era a forma de expô-los. Sua linguagem se distanciou das narrativas grandes, sistematizadoras, e dos formatos estabelecidos na mentalidade moderna, para buscar, incessantemente, uma linguagem pequena, recoberta e descoberta na subjetividade, simultaneamente fora do ensaio e fora da literatura, uma linguagem que ficou por ser criada, na esperança que ele tinha de reencontrar a vitalidade ausente nas palavras – a contextualização histórica e conceitual da crítica semiológica francesa dos anos 1970 em diante e o aprofundamento do pensamento de Barthes serão desenvolvidos no Ensaio 2. Igualmente, as teorias críticas, tal como eram dirigidas originariamente ao mundo moderno (impregnado pela ordem como essência), que se orien-

tavam à emancipação pelo caminho da exposição dos modos e dos meios de uso assimétrico do poder, seguiam, de acordo com Bauman (2000), um modelo diferente do que é possível atualmente. Elas voltavam-se à defesa da autonomia privada contra a impessoalidade, a onipotência e a opressão das esferas públicas. Seguiam um modelo que ele descreveu como a casa compartilhada (p. 32), com normas institucionalizadas e regras de convívio, de atribuição de deveres e de supervisão. O mundo hoje é mais propenso a críticas nos moldes do acampamento (pp. 32-33), na metáfora do autor, um espaço aberto em que qualquer um tem a liberdade de se colocar com sua casa temporária por um tempo, desde que pague um certo valor aos proprietários; em que os hóspedes não querem saber das questões gerenciais e tampouco da filosofia que está subjacente a elas, importam-se mais em defender seus direitos relativos às condições esperadas em relação ao local; em que cada hóspede tem sua moradia passageira, seu horário, sua liberdade de ir e vir. Ao que o mundo hoje entende como o peso das teorias críticas das quais a modernidade foi alvo, contrapõe-se a leveza de uma infinidade de críticas individuais e pontuais, de escala menor, ao modo da hospitalidade do acampamento, ou o que seria, segundo autor, a tentativa do privado de colonizar o espaço público. À crítica hoje caberia, na visão de Bauman (2000), lidar com o obstáculo de transformar problemas privados em questões de interesse público, "recoletivizar as utopias privatizadas da 'política-vida' de tal modo que possam assumir novamente a forma das visões da 'sociedade boa' e da 'sociedade justa'" (p. 51).[6]

Das estátuas pensantes à irreflexão

A parábola das estátuas pensantes apresentada por Norbert Elias (1994) trouxe à luz o espírito moderno e a sociedade moderna em essência. Ele relatou ao tratar da relação entre indivíduo e sociedade, mais espe-

6 Bauman (2000) se referiu à política-vida indicando a fragmentação e a ênfase na individualização das atividades e das obrigações coletivas da ação legislativa da sociedade, pelo uso de meios e de recursos disponíveis ao autoagerenciamento da política, dado o esvaziamento da esfera pública, e por sua vez incrementando-a, na direção da autoafirmação do indivíduo (o que as pessoas podem fazer cada uma por si e para si). É a colonização do espaço público pelo privado. Dessa forma, diferenciou da Política, que alude ao encontro das dimensões privada e pública, pela tradução dos problemas individuais para a linguagem das questões públicas e pela busca de soluções negociadas para resolver as dificuldades privadas (o que as pessoas podem, todas juntas, fazer por cada uma, se reunirem as forças), propiciando, entre outras coisas, a liberdade individual.

cificamente ao discutir o nexo entre o que é interno e o que é externo ao indivíduo. A parábola referia-se ao período histórico em que a perspectiva religiosa do eu e do mundo abriu-se à dúvida e cedeu espaço à cosmovisão típica da modernidade, que levantava questionamentos relativos ao pensamento sobre si e à certeza da autoimagem, fazendo uso de recursos intelectuais racionais individuais – a observação e o pensamento –, mais do que dos instrumentos fornecidos pelas instituições sociais de outrora, que guardavam privilégio ao reino espiritual invisível. O mundo apresentado na parábola trata da imagem das pessoas que observam, perguntam-se e buscam certezas sobre si em sociedade, sobre a própria estrutura social e sobre a relação das pessoas sociais com o mundo não humano, que buscam compreender pelo uso sistemático da inteligência, da observação e do pensamento individual, numa expressão máxima da autonomia. Elias (1994) narrou que à margem de um rio ou encosta de uma montanha há uma fileira de estátuas. Elas não se movimentam. Têm olhos e ouvidos, podem enxergar e ouvir. São, também, capazes de pensar. Sabem umas da existência das demais, todavia, não se vêem, estão isoladas e imóveis. Cada uma constrói hipóteses a respeito do que ocorre e se pergunta se essas hipóteses correspondem ao que de fato sucede. Umas acreditam que sim, que a compreensão equivale aos fatos; outras acham que o próprio entendimento contribui à impressão do que de fato ocorre. Não há como decidir. O que cada estátua pensa a respeito do que se passa do outro lado e à volta origina-se em sua experiência que é única. Não há meios de saber se o que cada uma pensa corresponde ao que está lá. Permanecem imóveis e sós (pp. 96-97). Essa parábola trouxe uma perspectiva espiritual a respeito das pessoas. Tratou da existência consciente de si e em isolamento profundo, opondo-se a tudo que está fora, aos outros indivíduos e às coisas do mundo. Indicou a restrição absoluta na mobilidade, numa referência ao controle da espontaneidade corporal e comportamental. As estátuas estão encerradas em estruturas rígidas, cada uma na sua, resta um vazio entre elas. "Quando esses impulsos só podem expressar-se na ação de maneira silenciosa, postergada e indireta, com um intenso autocontrole habitual, o indivíduo frequentemente se vê tomado pela sensação de estar isolado de todas outras pessoas e do mundo inteiro por uma barreira invisível" (p. 99). A parábola das estátuas pensantes nos leva à dura consciência de uma sociedade formada por indivíduos únicos, destacados uns dos outros e indubitavelmente sós. No seu conjunto e visto de fora, tal-

vez de longe, a multiplicidade das estátuas pode dar a impressão de haver ali algum tipo de relação, mas isso seria efeito da perspectiva do olhar. À medida em que tomamos a vista da proximidade, vemos uma sociedade pontilhista. Nela há a quantidade de uns desconectados de outros, apenas o somatório de individualidades, a solidão, o vácuo e a consciência dele, a tentativa hipotética de alcançar o outro roubada pela imobilidade da pedra. Nessa sociedade que se fez pela adição, encontramos a supremacia da racionalidade instrumental sobre a espontaneidade dos movimentos do corpo; o problema do conhecimento, ou o conhecimento como problema, exposto à consciência pela dicotomia entre sujeito e objeto (correlativa à dicotomia eu e outro); a tentativa de compreender o mundo pela razão, sem nunca poder ter certeza se essa criava o mundo como era visto ou se o mundo correspondia de fato ao que a razão compreendia dele.

Para lidar com a incongruência de uma verdade absoluta – com a qual o espírito moderno sempre teve que se defrontar no seu caminho de busca –, a mentalidade do mundo hoje fez equivaler as comunidades às verdades relativas, isto é, as comunidades se tornaram espaço de legitimação de verdades, cada uma com a sua, o que por sua vez fortalecia as suas fronteiras, de acordo com Bauman (1995). A verdade se tornou fragmentada, mas especializada; a universalidade se tornou particularidade, mas totalizante em si mesma. O encontro essencial com a contingência, com a ausência de universais que a tudo respondessem ou a tudo pudessem vir a responder, causava insegurança, uma miséria na alma, dor de incerteza e solidão devastadora. As comunidades ofereceram o conforto moral, espiritual, psicológico e intelectual; formaram-se como uma proteção, um acolhimento ao desabrigo humano, à dor que assolava o espírito pelas incertezas. As comunidades se pluralizaram para tentar abarcar outras diferenças e o ser humano se dispôs a se incluir nelas, em vista da sua própria pluralidade outrora equivocadamente condensada à força para caber em uma. Entretanto, as diferenças são sempre muitas e infindáveis, as heterogeneidades se multiplicam e a mentalidade pós-moderna, disposta a aceitá-las, incorporá-las, respeitá-las, tolerá-las, ser solidária com todas elas, multiplicou também as fraternidades e, ademais, as comunidades que lhes dão abrigo, para nada e nunca excluir, para sair propriamente da dicotomia inclusão e exclusão. Formaram-se, talvez, tantas comunidades objetivas e imaginadas para abarcar e proteger tantas dores e inseguranças de tantas solidões incertas que, parece-nos, cada um tão diferente de todos os demais em tantas coisas voltou a

ser só e passou a crer para pertencer. A comunidade, como uma alternativa de contraponto ao peso do cotidiano incerto e uma opção de verdade relativa diante da inexistência de uma absoluta, parece ter se tornado a comunidade do um, do eu com ele mesmo, ou do eu dentro dele mesmo, do eu com suas crenças tomadas por verdades, atestando, decerto, a presença da mentalidade moderna exacerbada dentro do espírito pós-moderno, na forma da autonomia suprema do indivíduo, cada um sendo a sua identidade, a cada um a sua verdade.

Todavia, a diferença que excede a tudo de modo a restar nada em comum, a comunidade do um e o eu responsabilizado sozinho pela sua identidade não se sustentam a não ser no autoengano e isso é provavelmente outra ambivalência incorporada ao mundo hoje. Hannah Arendt (1971) discutiu como o eu que carrega a diferença é idêntico apenas a si mesmo para os outros, aos quais aparece como um e o mesmo. Para si, o eu é inevitavelmente mais; tudo o que existe em uma pluralidade não é apenas o que é em sua identidade, mas é também diferente de outros. Mais ainda, ela agregou, a consciência humana indica que a diferença e a alteridade são condições de possibilidade da existência do eu (pp. 441-442). Pensamos que enquanto é atravessado pela ilusão de uma identidade que teria que se sustentar por si, na tomada de vista da alteridade que o vê como único e só, voltaria a se deparar com a dor da solidão – dessa vez não a solidão comum por ter que lidar com a incerteza, mas aquela que é consequência da diferença máxima. Com alguma forma ou com momentos de ciência disso, talvez encontre conforto nos agrupamentos temporários, podendo entrar ou sair quando quiser; ou nos agrupamentos temáticos, estabelecidos por afinidades temporárias, crenças não perenes, interesses não permanentes; ou nos coletivos de projetos, que se agregam ao redor de um objetivo comum e se desagregam tão logo tenham alcançado ou se dado conta da impossibilidade de alcançar; todos por contratos formais ou informais que se fazem e se desfazem conforme o jogo do momento. Talvez com este mesmo propósito faça uso de mecanismos individualmente administráveis de sustentação e de apoio, em que as vivências únicas encontrariam suporte e aval no outro – o um multiplicado – como únicas. Esse parece ser o caso em que as redes sociais se mostraram muito habilidosas. Uma pessoa posta uma foto do que comeu no jantar e recebe o aval de um sem-número de outras singularidades, tornando-se relevante publicamente a partir do que tem de íntimo; o que põe para dentro do corpo, o que é privado, torna-se todos, de todos e para todos; um gesto que muitos fazem e, assim, formam-se

comunidades gerenciadas individualmente pela partilha da vivência do momento. Esses coletivos todos da vida cotidiana de hoje parecem ser tão voláteis no mundo concreto e na imaginação quanto as verdades que lhes servem de cerne de agregação. Na existência reflexiva atual, não há a verdade universal, esperança e linguagem do espírito moderno. Não há também as verdades das inúmeras comunidades homogêneas, pois acabaram multiplicadas *ad infinitum* e legitimaram as verdades de cada um na autoilusão, na esperança e no vocabulário de um espírito que, imbuído do respeito e da solidariedade a todos, levou ao extremo o valor das dessemelhanças – até o ponto de talvez retornar, ainda que com diferenças importantes, ao vocabulário moderno da inclusão e da exclusão, ao optar por uma comunidade a partir do um, que necessariamente exclui tantas outras alternativas. Em congruência com os coletivos voláteis, há verdades também voláteis, temporárias e coexistentes, que se transmutam em outras, para agregar outros coletivos, com interesses, projetos e intenções distintas. Assim como os coletivos são móveis, as verdades passaram a ser. Assim como a mobilidade desses coletivos, por sua constante transmutação, faz com que eles não possam abrigar o desamparo humano a não ser temporariamente, a provisoriedade das verdades – cuja existência ou correspondência com a realidade nem é uma necessidade, como é o caso da pós-verdade – que os coletivos móveis encerram faz com que elas também não possam proteger da dor das incertezas e da insegurança de se sentir só.

Não seriam os coletivos móveis e as verdades múltiplas, mutantes ou inexistentes do mundo hoje uma reação às estátuas pensantes da modernidade? Que caminhos pode haver à frente desta liquidez que se nega aos moldes da modernidade sólida, que refuga tanto a verdade quanto a mentira e se coloca fora de tudo, inclusive da responsabilidade ética, como talvez seja o caso da pós-verdade?

Ao tratar do espírito no livro *The Life of the Mind*[7], Arendt (1981) aprofundou a distinção feita por Kant entre *Vernunft* e *Verstand*[8], caracterizada por ela da seguinte forma: *Vernunft* diz respeito à razão[9], ao pensamen-

7 Este livro trata da vida do espírito, "O pensar", "O querer" e "O julgar", e tem origem em seu interesse no problema da "banalidade do mal" (Arendt, 1981, p. 3), desenvolvido anteriormente pela autora (cf. Arendt, 1971, p. 419, entre outros). O livro não chegou a ser completado como totalidade em vida. Arendt faleceu em 1975, faltando terminar "O julgar". Mary McCarthy, com quem Arendt já havia trabalhado em outras obras, editou os manuscritos para publicação (Arendt, 1981).

8 Essa distinção já havia sido introduzida previamente pela autora (cf. Arendt, 1971).

9 Razão, aqui, não é tomada no sentido da racionalidade soberana na modernidade (cf. nota de rodapé 3), sobre a qual falamos previamente, mas justamente em distinção a ela; corresponde ao pensamento não cognitivo, não voltado à busca do saber e do conhecimento baseado na evidência empírica, que são característicos da ciência; alude à faculdade humana que se ocupa da busca pelo sentido.

to[10], que é inspirado pela busca do sentido (significado), pela preocupação com o incognoscível; *Verstand* diz respeito ao intelecto, à cognição, à busca pela verdade que se manifesta na evidência. A vida coloca sobre as pessoas uma exigência de atenção do pensamento, da qual escapam em muitos momentos no cotidiano, com frequência através do recurso das convenções estabelecidas e mantidas socialmente (clichês, ditos populares, códigos de comportamento e de expressão etc.), como uma forma de poderem existir no mundo da vida, argumentou a autora. Atender às exigências de atenção do pensamento o tempo todo levaria à exaustão. Ademais, inviabilizaria o curso das atividades diárias, que só pode existir na medida em que há uma certa invisibilidade dessas exigências de atenção do pensamento. Na sua argumentação a respeito do julgamento de Eichmann, em Jerusalém, sustentou que não identificava sinais de convicções ideológicas firmes e tampouco de motivos maldosos; o que o caracterizava como diferente era que ele não havia percebido tais exigências, era a *irreflexão*[11]. Essa ausência do pensamento, que na sua elaboração resultou nas atrocidades cometidas contra a humanidade, fez com que ela se perguntasse se haveria algum nexo entre o problema do bem e do mal, da distinção entre o certo e o errado – da ética, em última instância –, e a capacidade de pensar, vindo a sugerir que sim, a capacidade de distinguir entre certo e errado estaria relacionada à capacidade de pensar, o pensamento seria uma das condições do discernimento. Se atender às exigências de atenção do pensamento o tempo todo impossibilita o seguimento da vida cotidiana, abrir mão ou não ser tocado por tais demandas pode ser catastrófico. O pensamento, que anteriormente era relacionado à contemplação e à meditação – que, por sua vez, conduzia à contemplação –, com a modernidade passou a ser subordinado à ciência e ao conhecimento organizado. Para Arendt, verdade e sentido não coincidem; embora o pensamento seja empregado na busca pela verdade na tentativa de conhecer, ao fazer isso ele está desviado do seu projeto. O intelecto pode constituir um obstáculo à razão, porque na expectativa de fazer dele seu servo, o pensamento se desvia de seu empreendimento, que é buscar o sentido, criar, examinar opiniões, doutrinas, valores e teorias, mostrar seus significados ou dissolvê-los pela insignificância, fazer perguntas que um dia

10 No contexto da diferenciação em relação ao intelecto, à cognição, os vocábulos pensamento e pensar têm um sentido específico que será mais discutido no decorrer dessa seção.

11 No original em inglês, *thoughtlessness*.

serão respondidas pela ciência, formular questões irrespondíveis. Popova (2014) destacou que "Arendt traça 'uma linha distintiva entre a verdade e o sentido, entre o saber e o pensar', e produz uma argumentação poderosa sobre a importância dessa linha divisória na experiência humana" (para. 2).

Arendt (1971) já havia se dedicado ao pensamento antes das elaborações em *The Life of the Mind,* que em alguns aspectos se sobrepõem ao trabalho prévio e em outros avançam. Ela o caracterizou como "a atualização da diferença dada na consciência" (p. 445), "o dois-em-um do diálogo silente, atualiza a diferença na nossa identidade tal como é dada na consciência" (p. 446); o pensamento é uma capacidade de todos e uma necessidade natural da vida humana. Igualmente, a inabilidade de pensar, a irreflexão, é uma possibilidade para todos. Para a autora, a sociedade não valorizou o pensamento, a exceção de certos momentos emergenciais da história, porque comparativamente ao conhecimento, que se presta como meio para diversos objetivos, o pensamento oferece muito menos. O pensamento não cria valores, não fornece parâmetros absolutos do bem e do mal; ele dissolve regras de conduta aceitas previamente, faz emergir o sentido e o sem significação. O pensar é político não por si, mas por suas implicações. Ao revelar as consequências das opiniões não examinadas e, com isso, tornar-se capaz de destruir valores, doutrinas, convicções etc., faz surgir outra capacidade que é o julgar, "a mais política das habilidades do espírito humano" (p. 446). Enquanto o pensar trata dos invisíveis, das representações de coisas que estão ausentes, o julgar refere-se às particularidades que estão aí, às decisões a respeito do que é certo, do que é belo. "A manifestação do sopro do pensamento não é o conhecimento; é a habilidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio. E isso pode sem dúvida prevenir catástrofes, ao menos para mim, nos raros momentos em que as situações ficam críticas" (p. 446).[12]

O mundo moderno colocou a verdade da racionalidade instrumental[13], do saber científico, acima de tudo; as estátuas pensantes foram

12 A frase final dessa citação apareceu de maneira um pouco diferente em *The Life of the Mind*: "E isso, nos raros momentos em que as apostas estão sobre a mesa, pode sem dúvida prevenir catástrofes, ao menos para o eu" (1981, p. 193). Arendt substituiu o eu particular da primeira formulação (no original em inglês, *myself*) pelo eu geral na última obra (no original em inglês, *self*). Em ambos os textos, ela se referiu aos momentos em que o pensar deixa de ser marginal às questões políticas – já que em si o pensar não traz vantagem à sociedade, pois não se presta como instrumento a outros propósitos, ele é um fim em si mesmo –, quando as pessoas irrefletidamente deixam-se levar pelo que se tornou convencional, aceito socialmente, e as que pensam se recusam, momento em que o pensamento vira um tipo de ação. Tais são as situações emergenciais em que o pensar torna-se político, em que a dissolução das convenções e das convicções libera a faculdade do julgar.

13 No vocabulário de Arendt (1981), equivaleria ao intelecto, à cognição.

o resultado. Mas a verdade universal da ciência não sobreviveu como tal, quando o pensamento a tomou para exame. Os próprios cientistas iniciaram a crítica à ciência em sua representação moderna (Moscovici, 2007). O mundo hoje, como uma dupla reação, parece voltar-se contra a imobilidade das estátuas e, liberto, move-se pelas crenças como verdades, irrefletidamente. A sociedade, tomando como regra que a verdade são as crenças e as emoções – na acepção da palavra pós-verdade –, não mais os saberes da ciência baseados na evidência, submete à nova proposta de conduta todos particulares facilmente. O pensar, que poderia mostrar o sentido dessa nova mentalidade ou a inexistência da sua significação, parece estar à margem – as pessoas hoje não têm tempo para essa atitude contemplativa que constitui o pensar – e, como uma resultante, o julgar parece estar submerso. Não há como julgar o que é certo ou errado, o que é belo ou feio, sem o pensamento. A irreflexão, como mostrou Arendt (1971, 1981), pode ter por consequência a banalização do mal; o pensamento é condição para a ética. "*Em um sistema em que a racionalidade e a ética apontam em sentidos opostos, o grande perdedor é a humanidade*", disse Bauman (1998, p. 236), ao tratar do Holocausto.[14] Um caminho que poderia se apresentar a esse mundo dos coletivos móveis e das verdades que transitam de uma crença a outra, ou que nem precisam existir (pós-verdade), seria o da valorização social do pensamento. Na retirada de si do mundo e na retirada do mundo de si, na postura da contemplação, poderia surgir uma luz que mostrasse algum sentido desse mundo tal como é hoje, ou a sua insignificância; poderia residir o reconhecimento da significação profunda da diferença dentro de cada um, essa que acompanha e que considera o outro, que se solidariza, que conforta a solidão das incertezas e do desamparo da separação da verdade em relação à existência das coisas; poderia estar o exame calmo e detido do mundo, que oferece as condições para as perguntas, para as escolhas, para o discernimento. Haveria que pensar, para poder julgar.

14 A racionalidade a que Bauman (1998) se refere corresponde às justificativas sustentadas no conhecimento que prescinde ou não adere ao dever ético, à "racionalidade da autopreservação" (p. 236), aludindo às explicações que os alemães deram para desumanizar e matar, às estratégias cognitivo-científicas com fins de autoconvencimento; alude ao intelecto de Arendt (1981).

A terceira margem do rio e a sina como destino

Nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais. A estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia.

... Se desertava para outra sina de existir, perto e longe de sua família dele.

... Sei que agora é tarde, e temo abreviar com a vida, nos rasos do mundo. Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro-o rio.

A terceira margem do rio
(João Guimarães Rosa, 1977, pp. 27-32)

O conto pequeno de Guimarães Rosa (1977), de partes transcritas na epígrafe, adequa-se a nós como alegoria. A estória se desenrola numa atmosfera de poesia estonteante. As ocorrências são lentas. O pai botou-se em uma canoa e se foi rio abaixo, a fora, a dentro, em margem nenhuma, de meio a meio numa terceira, onde "aquilo que não havia, acontecia" (p. 28). Permaneceu. O filho durou olhando de longe essa "outra sina de existir" (p. 28). Um dia decidiu. Foi-se numa canoa ao mesmo rio da mesma forma. Não sabemos ao certo que fim teve.

A terceira margem do rio é nome para uma forma extraordinária à mentalidade moderna, apresenta o impensável, resiste à ordem, nem direita, nem esquerda, nem de cima, nem de baixo, é o sem lugar, o sem sentido, a confusão, a desintegração da certeza, a dissipação dos pontos de apoio. Mas lá está o local para onde "nosso pai não voltou. Ele não tinha ido a nenhuma parte" (p. 28); foi-se ao espaço inventado. A modernidade, tolhida de algumas de suas propostas mais características, quando as dicotomias se atenuaram, as evidências empíricas deixaram de guiar as vitórias da ciência e a racionalidade encontrou outros fins que não unicamente instrumentar a domesticação da natureza para subjugá-la às necessidades das pessoas ou subjugar as pessoas, olhou-se pelo filho à distância e refletiu. Tomada da consciência de si e dos efeitos da ordem que tentou estabelecer, foi-se também, tal qual o filho, pelo rio. Não há volta para isso que a modernidade compreendeu sobre si mesma. O lugar inventado é sem dúvida desconcertante; nesse que nem é de verdade, nem é de men-

tira, ocorria o que não havia, a criação da verdade do espaço acreditado, a pós-verdade.

Foram-se pai e filho ao incerto do futuro. Não é o eu que se perde lá. O que se perde é a contingência como fardo para encontrar a sina como destino, uma emancipação possível no mundo hoje (Heller, 1989).[15]

Considerações finais

Logo na primeira frase após a introdução a este ensaio apresentamos o tema: "O ato de fé da modernidade é que é possível compreender os fenômenos em sua totalidade, encaixando-os em um universo explicativo ordenado e sem ambivalências." Proposto de modo quase autosuficiente, converteu-se no ponto de partida para o desenvolvimento que se seguiu, em forma de variações. Na primeira, "A modernidade e a busca da ordem", contendo inclusive o tema, exploramos com diferentes destaques tópicos tais como a linguagem das dicotomias, a simetria ilusória das oposições, o mistério, a ambivalência, a domesticação do caos e da natureza pelo homem, o triunfo da razão sobre as paixões, a soberania do saber científico sobre os saberes do senso comum, as comunidades, a política. Procuramos descrever a mentalidade moderna voltada à ordem, num embate contra a ambivalência, na tentativa de retratar as características que depois se transformaram com a consciência reflexiva, criando as condições para a emergência da pós-verdade, de tal forma que essa pudesse ser compreendida historicamente. A variação terminou com um conteúdo referente à dificuldade de datação da modernidade e à relação entre modernidade e modernismo, assunto de menos valor ao contexto, mas que serviu de passagem à variação seguinte, e que inseriu uma antecipação da reflexão crítica à modernidade no domínio da filosofia, da literatura e das artes, campos que ao longo da história romperam com as convenções estabelecidas através do pensamento e da estética. Em "O mundo hoje", apresentamos

15 Agnes Heller (1989) trouxe, de uma maneira muito bonita, a proposta de transformar a sina em destino, que Bauman (1995) citou e discutiu amplamente. Para ela, a modernidade ocidental é nossa contingência e a emancipação estaria não em destruí-la, mas em transformá-la em nosso destino, uma vez que chegamos à consciência da sua existência. "Um indivíduo transforma sua contingência em seu destino se chega à consciência de ter feito o *melhor* com suas possibilidades praticamente infinitas. Uma sociedade transforma sua contingência em seu destino se os membros desta sociedade chegam à consciência de que não prefeririam viver em nenhum outro lugar e em nenhuma outra época que não aqui e agora" (Heller, 1989, p. 321).

alguns elementos novos, mas de uma forma geral muitos componentes da variação anterior persistiram, expostos e desenvolvidos na rede de outras relações. Exploramos os vocabulários pós-modernidade, modernidade em seus estágios líquido e sólido, e o mundo hoje, retornando às dicotomias da linguagem – salientando a sua falta de vitalidade – pela solidão e pelo conforto, aos tópicos do conhecimento científico, da racionalidade instrumental, da diferença, da política, da ambivalência – como contingência –, da incerteza e do mistério. Tentamos avançar na caracterização que revelou certo fracasso nas intenções da modernidade, pela criação de injustiças sociais, pelo esvaziamento da esperança, pela linguagem que se manteve a mesma, porém, vazia e desencantada, favorecendo o ambiente para a pós-verdade, uma palavra que viria a preencher de crenças encantadas o vocabulário moderno desabitado. Na próxima variação, "Das estátuas pensantes à irreflexão", o tema sofreu uma modificação substancial. Se por um lado a parábola concentrou-o juntamente com os desenvolvimentos prévios, na forma de uma síntese, enriquecendo-os na estética, por outro, dilatou-o ao apresentar o pensamento como central, preparando para a retomada numa vertente distinta. Em uma breve suspensão do alargamento, voltamos aos elementos comunidade, contingência, incerteza, solidão e conforto, e ilusão. Seguimos, então, a uma exposição densa – talvez a mais densa deste ensaio – em que, pela ampliação das estátuas pensantes, fizemos retornar os elementos razão e saber, o primeiro neste momento ligado ao pensamento, uma postura contemplativa, e o segundo associado ao conhecimento, ao intelecto, à cognição. Os coloridos novos dados à razão, como busca pelo sentido, e ao conhecimento, como busca pela verdade, possibilitaram que examinássemos o problema da irreflexão, o lugar da ética e a relação do pensar com o julgar, momento em que a política reapareceu. Tínhamos por intenção demonstrar como foi se constituindo um ambiente favorável à perda das dicotomias, entre elas, verdade e mentira; à dissolução das fronteiras das comunidades portadoras de verdades relativas para dar lugar ao pluralismo de pertenças e ao mesmo tempo à pertença a nenhuma, maleabilizando junto a relatividade das verdades até o ponto de dissolvê-las nas crenças de cada um. Ainda como uma reação, cada um se uniu a outros em coletivos móveis de verdades temporárias. Procuramos ressaltar que das estátuas pensantes da modernidade passamos à mobilidade exacerbada e irrefletida das crenças como verdade – da pós-verdade – no mundo hoje, com potencial igualmente devastador para

a sociedade, tanto quanto o das estátuas pensantes. A próxima variação, *"A terceira margem do rio* e a sina como destino", é uma miniatura de pura ornamentação pela epígrafe, porção que adicionou expressividade ao tópico essencial – o mundo pós-verdade –, preparando para as últimas considerações. Mas ela também tem seu sentido. A terceira margem do rio, um estranho ao espírito moderno, tal qual a pós-verdade, coloca-se como a alternativa de libertação das margens, entendidas como a opressão das dicotomias, da supressão de todos os saberes e das paixões que se diferenciassem da ciência e se afastassem das evidências. Não é possível voltar atrás; não é possível retornar à dicotomia verdade e mentira da modernidade e tampouco ancorar a verdade unicamente no saber da ciência; a verdade não encerra a certeza absoluta e necessária comprovada pela experiência sensível. Não é possível abrir mão da consciência reflexiva e daquilo que compreendemos sobre o mundo moderno, que diz respeito à contingência. Aceitá-la e transformá-la em destino, tal qual o pai, tal qual o filho, foi o caminho apontado por Heller (1989). À aceitação, no caso, da pós-verdade, agregamos a necessidade do pensamento e da crítica, pois a irreflexão pode ter, em nosso entendimento, consequências infelizes.

O tópico da verdade esteve presente como uma constante, em alguns momentos colocado mais diretamente do que em outros, às vezes como verdade absoluta, outras como verdades relativas e em algumas partes mencionamos a pós-verdade. Ao longo de todas as variações, o tema foi reexposto em nuances diferentes. As distintas modalidades desenrolaram-se ora como reiterações dos tópicos sugeridos inicialmente, mudando o caráter, ora como agregações, ao mesmo tempo em que mantiveram a identidade inicial. Todas mostraram um paralelismo de duas vozes mais fortes, a voz do espírito moderno e a voz do mundo hoje (ou do espírito pós-moderno), ao qual se agregou, em certas passagens e mais fracamente, uma terceira, a voz da crítica. Essa não é insignificante; diante da progressão quase atordoante das demais, buscamos torná-la relevante pela brandura. Foi ela que apontou uma direção propositiva. Na variação um, a crítica ao espírito moderno apareceu pela psicanálise e pelas teorias sociais críticas, nas quais a dimensão propositiva já estava imbricada (ambas concebem que as interpretações não são definitivas e completas, mas históricas, implicando o que ainda não está presente, aquilo que pode ser). Na variação dois, a voz da crítica ao mundo hoje surgiu no modo do acampamento, com a dimensão propositiva desacoplada, indicada como

a esperança da transformação dos problemas privados em questões públicas. Na variação três, manifestou-se de maneira insistente no mote pensar, alongando-o como condição para o julgar, lugar da ética. É nesta que nos situamos e que inserimos o presente livro, como uma tentativa de reflexão cautelosa e profunda sobre o fenômeno contemporâneo da pós-verdade, de modo a podermos exercer a faculdade do julgamento, o discernimento entre o certo e o errado, entre o belo e o feio. Na variação seguinte, a voz da crítica ficou silente, mas a dimensão propositiva se apresentou de maneira encolhida no tópico do futuro, pela aceitação da contingência, o que inclui a aceitação crítica à pós-verdade.

Escolhemos a técnica de um tema com variações, pois permitia tornar evidente a complexidade da proposta de descrever e de discutir o contexto em que o mundo pós-verdade se tornou possível, revelando a interligação dos tópicos, a impossibilidade de isolá-los para um exame unicamente vertical, ao mesmo tempo em que indicava a pluralidade das alternativas de abordagem – há uma infinidade de variações possíveis –, transparecendo a natureza limitada deste ensaio. Ao propormos a polifonia nas variações, buscamos expressar a ideia de que a modernidade, com sua linguagem dicotômica e com seu propósito ordenador, não cedeu lugar à pós-modernidade, com seu vocabulário polissêmico e com seu fim multiplicador, numa sucessão histórica; ambas as mentalidades coexistiram tanto na modernidade, sendo a ambivalência o representante do espírito do mundo hoje, quanto na pós-modernidade, com a linguagem e com os objetivos modernos coexistentes. A dissecação macroestrutural que fizemos nessa seção até aqui teve por intenção clarificar esse cenário. Com ela, pensamos ter também realçado características que foram constituindo um ambiente favorável à pós-verdade.

A pós-verdade, que à primeira vista pode parecer surpreendente, não revela um universo inesperado, quando nos aprofundamos nas características e nas implicações da modernidade, quando refletimos sobre sua herança e quando examinamos algumas propriedades do mundo hoje, como procuramos fazer neste ensaio. A análise do contexto socioantropológico em que a palavra emergiu retira-lhe o caráter natural e dota-a de historicidade, ao mesmo tempo em que fundamenta condições para uma análise crítica do fenômeno e dos seus efeitos.

Ao senso comum, a verdade é correspondente aos fatos e a mentira é o negativo, ainda que a noção do que é fato possa ser bastante problemática – não cabe aqui desenvolver, apenas indicar – e que o nexo das palavras

com a realidade possa ser mais ainda, envolvendo questões linguísticas e filosóficas mais profundas – que serão examinadas no Ensaio 2. Entendemos que pós-verdade surgiu como uma reação à categorização dicotômica característica da modernidade, como um impensável, um estranho ao espírito moderno (a pós-verdade é o estranho da verdade e da mentira) que compreenderia e aceitaria apenas a verdade e a mentira e qualquer anomalia deveria ser suprimida. A pós-verdade emergiu resistindo a essa mentalidade e neste sentido ela é em si crítica. Sedimentando-se como mais um elemento de ambivalência no mundo hoje, colocou-se também como um obstáculo a qualquer tipo de relação com os fatos, quer seja de associação ou de negação, como a verdade ou a mentira. A pós-verdade renegou o projeto da modernidade ao deslocar o espaço da verdade contido pela ciência para situá-lo distante, à margem da empiria, junto às crenças e às emoções, aquelas que a mentalidade moderna se esforçou por suprimir ao interceder pelo sucesso da racionalidade instrumental. A pós-verdade, como um adjetivo que caracteriza o mundo hoje, expressa a dificuldade, senão impossibilidade, do empreendimento de compreensão absoluta dos fenômenos, porque renunciou a qualquer relação com eles, desmanchando os alicerces do ato de fé da modernidade, de que é possível compreendê-los em sua totalidade, encaixando-os em um universo explicativo ordenado e sem ambivalências. Os muros que a sociedade moderna acreditou ter erguido para barrar a fé, o mistério, o desconhecido, o segredo e a contingência foram derrubados e a sociedade hoje anseia pela inclusão de todas estas dimensões, sendo a pós-verdade uma expressão. Essa que tomou como um relevo, no *continuum* de possibilidades, a palavra pós-verdade parece ávida por resistir à ordenação e ao avanço que acabaram por transformar as pessoas em estátuas pensantes. Ao sobrepor as crenças aos fatos, como critério de verdade, a sociedade estaria, talvez, buscando dar conta do vazio que um dia foi preenchido pela esperança da universalidade da verdade científica absoluta.

Todavia, a coexistência de diversos coletivos móveis como validadores de verdades múltiplas, mutantes ou inexistentes e a sobrevalorização de todas ou quaisquer crenças como parâmetro para as ações implicam em riscos. As questões levantadas por Tesich (1992), entre as quais a habilidade espiritual para privar a verdade de sentido, a ausência de padrões éticos e a felicidade com que convivemos com isso constituem fonte de preocupação. O mundo pós-verdade em que qualquer um pode ter ca-

pacidade de estabelecer verdades à margem dos fatos, que são tomadas pelas pessoas como relevantes, é um mundo que também pode estar entregue a possíveis usos indevidos, com consequências indesejáveis. O dilema que nos inquieta é justamente se o que as conquistas que a reação ao mundo rigidamente dividido em verdade e mentira – com a verdade do lado da racionalidade instrumental – representaram não podem ter, por consequência, efeitos assoladores sobre a sociedade, com a aceitação de quaisquer crenças como verdades. Ao mesmo tempo em que a sociedade que cria a linguagem pós-verdade desestabiliza as certezas inequívocas para mostrar o interesse pela crítica, ela corre o risco de dissolver certos princípios da ética, se o fizer inadvertidamente e irrefletidamente. O pensamento é condição para o discernimento ético a respeito da pós-verdade.

Referências

Arendt. H. (1971). Thinking and Moral Considerations: A Lecture. *Social Research, 38*(3), Autumn, 417-446.

Arendt, H. (1981). *The Life of the Mind.* One-volume edition *Thinking*, and *Willing*, edited by M. McCarthy. New York: Harcourt Brace Jovanovich. (*Thinking* was delivered in briefer form as Gifford Lectures in 1973, the opening part of *Willing* in 1974, appendix to the second volume on *Judging*, drawn from a lecture course given in 1970. Originais publicados separadamente, *Thinking* em 1971, 1977 e 1978, *Willing* em 1978, original publicado como conjunto em 1981)

Barthes, R. (1977). Change the Object Itself: Mythology Today. In R. Barthes, *Image, Music, Text*, essays selected and translated by S. Heath (pp. 165-169). New York: The Noonday Press. (Escrito em 1971)

Barthes, R. (1987). *Mitologias*. (7ª ed.). São Paulo: Bertrand Brasil, DIFEL. (Original publicado em 1957)

Barthes, R. (1993). Mythologies suivi de Le Mythe, aujourd'hui. In R. Barthes, *Oeuvres Complètes: Tome I 1942-1965,* édition établie et présentée par É. Marty (pp. 559-722). Paris: Éditions du Seuil. (Original publicado em 1957)

Bauman, Z. (1995). *Modernity and Ambivalence.* Cambridge: Polity Press. (Original publicado em 1991)

Bauman, Z. (1998). *Modernidade e holocausto.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1989)

Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity.* Cambridge: Polity Press.

Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos,* organizado por M. Schröter. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado como conjunto em 1987, escrito em 1939, 1940-50, 1987)

English Oxford Living Dictionaries. (s.d.). *Word of the Year 2016 is...* Recuperado de https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016 Acesso em 15 de agosto de 2017.

Heller, A. (1989, May). From Hermeneutics in Social Science toward a Hermeneutics of Social Science. *Theory and Society, 18*(3), 291-322.

Japiassu, H. (2011). *Ciências: questões impertinentes*, editado por M. Fabri. Aparecida, SP: Idéias & Letras.

Marx, K. (1946). *El Capital: Crítica de la Economía Política.* (3 vols). México: Fondo de Cultura Económica. (Original publicado em 1867 (Volume I), 1885 (Volume II) e 1894 (Volume III)

Moscovici, S. (2000). Ideas and Their Development: A Dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková. In S. Moscovici & G. Duveen (Eds.), *Social Representations: Explorations in Social Psychology* (pp. 224-286). Cambridge: Polity Press. (Uma versão reduzida apareceu anteriormente em Moscovici, S. & Marková, I. (1988). Presenting Social Representations: A Conversation. *Culture & Psychology, 4*(3), 371-410.)

Moscovici, S. (2007). *Natureza: para pensar a ecologia.* Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia. (Original publicado em 2002)

Popova, M. (2014, September 16). The Life of the Mind: Hannah Arendt on Thinking vs. Knowing and the Crucial Difference Between Truth and Meaning. In *Brain Pickings.* Recuperado de https://www.brainpickings.org/2014/09/16/hannah-arendt-the-life-of-the-mind/ Acesso em 4 de setembro de 2017.

Rosa, J. G. (1977). A terceira margem do rio. In J. G. Rosa, *Primeiras estórias* (10ª ed.) (pp. 27-32). Rio de Janeiro: José Olympio. (Original publicado em 1962)

Tesich, S. (1992, January 6). The Watergate Syndrome: A Government of Lies. In *The Nation,* pp. 12-14. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/0BynDrdYrCLNtdmt0SFZFeGMtZUFsT1NmTGVTQmc1dEpmUC1z/view Acesso em 23 de junho de 2017.

Thompson, J. B. (1990). *Ideology and Modern Culture: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication.* Cambridge: Polity Press.

Thompson, J. B. (1995). *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media.* Cambridge: Polity Press.

Thompson, J. B. (1996, 5 de setembro). *Media and Modernity*. Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, Porto Alegre, Brasil. Transcrita por D. Amon, traduzida por P. A. Guareschi. Manuscrito não publicado. (Circulação restrita)

ENSAIO 2

LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL PARA A COMPREENSÃO E CRÍTICA À PÓS-VERDADE

Denise Amon e Sofia Amon Idiart

Introdução

Neste ensaio, desenvolveremos e discutiremos conceitos que podem instrumentar teoricamente a compreensão e a crítica à comunicação caracterizada pela pós-verdade – em que os fatos aos quais supostamente alude são irrelevantes, podendo ou não existir –, situando historicamente e buscando traçar as interconexões.

Abordaremos os estudos relativos à linguagem, a partir do século XVII até chegar às contribuições do linguista suíço Ferdinand de Saussure, onde nos deteremos mais profundamente, visto que suas ideias fundaram a linguística como uma ciência estrutural. Introduziremos uma parte do trabalho simultâneo e independente de dois intelectuais, o próprio Saussure, como um visionário cujo projeto foi realizado pelo semiologista francês Roland Barthes, e o filósofo americano Charles Sanders Peirce, mostrando como contribuíram para a semiologia ou semiótica, com elaborações que possibilitaram a análise crítica da cultura de massa e da vida social, entendendo esses fenômenos como sistemas de signos, ao modo da linguagem verbal. Examinaremos as diferentes categorias semióticas de Peirce,

na visão de Umberto Eco e nas suas elaborações adicionais, bem como a sua concepção de signos como forças sociais. Analisaremos como a língua, por sua natureza, pode ser usada para comunicar uma verdade tanto quanto uma mentira, na visão um tanto irônica desse autor. Desenvolveremos, a seguir, o que foi o pós-estruturalismo nos estudos da linguagem e na semiologia, na análise crítica francesa, discutindo a reação à palavra objetivada, medida e pesada, exacerbando a fluidez do significante, num afastamento do estruturalismo. Exporemos, historicamente, a virada linguística na filosofia, destacando sua importância na abordagem aos problemas filosóficos e trazendo três vertentes interpretativas do movimento, chegando à noção de linguagem como prática social. Ao final, teceremos comentários adicionais relacionando conceitos do campo dos estudos da linguagem à pós-verdade, buscando destacar mecanismos que tornam possível as comunicações passarem ao largo dos fatos.

Breve história do estudo da linguagem antes de Saussure

A linguística moderna sedimentou-se a partir das ideias e dos desenvolvimentos teóricos de Ferdinand de Saussure, linguista suíço, que viveu entre 1857 e 1913. O *Curso de Linguística Geral* (Saussure 1983, 1989)[1] – livro que divulga suas principais teorias – foi editado com base nas anotações de alunos e de colegas, a partir de cursos ministrados por ele entre 1907 e 1911, na Universidade de Genebra, e teve sua primeira publicação em 1916. A obra começa com uma introdução breve à história da linguística, focando o período após 1800, destacando dois tipos de pesquisa: da gramática comparativa ou da filologia comparada (iniciada em 1816) e da gramática histórica ou da neogramática (iniciada em torno de 1870). Examinaremos um pouco da história antes desta época, para que possamos melhor compreender a importância da sua contribuição para a linguística e a relação do seu trabalho com o legado anterior.

O estudo da linguagem nos séculos XVII e XVIII tinha como suposição comum a ideia de que a linguística iluminaria os estudos sobre a natureza do pensamento humano e da mente. Preponderava a noção de que os signos representavam a experiência humana em essência. Os signos seriam

1 Utilizamos as versões em português e em inglês, pois essa última traz uma introdução esclarecedora do tradutor a respeito da teoria e dos termos, bem como comentários ao longo da obra.

motivados por vivências primitivas, dando origem, por semelhança, a signos correlatos, isto é, os signos não seriam arbitrários em relação à experiência que lhes deu origem (por exemplo, preposições teriam sido nomes de gestos que indicavam direções). Apesar da hipótese semelhante, havia uma diferença importante nos estudos da linguagem nos dois séculos. No século XVII, o foco estava nos estudos sincrônicos. A linguagem era tida como um retrato do pensamento. A pesquisa centrava-se na busca das leis da razão através do estudo da linguagem, o que era feito buscando-se explicitar as partes da fala e das categorias gramaticais de modo atemporal; era uma pesquisa essencialmente de análise lógica do momento estático. Saussure elogiou essa gramática pela ênfase na descrição de estados e pela delimitação clara do objeto. Os sucessores, no século XVIII, priorizaram o estudo da linguagem na dimensão temporal. Ainda com o objetivo de compreender a linguagem e a forma como poderia dar acesso ao entendimento da natureza do pensamento humano, os estudos centraram-se na pesquisa da formação e do desenvolvimento das ideias a partir das sensações, com a pergunta orientada para a origem da linguagem e para a sua evolução, na perspectiva diacrônica. Nos desenvolvimentos dos séculos XVII e XVIII, a importância dos signos estaria em seu caráter representacional da experiência humana em essência. Considerava-se que os signos seriam derivados de raízes primitivas que constituiriam base natural para signos correlatos, de tal forma que individualmente, ou em grupos motivados por semelhança, seriam sugeridos pela experiência e consistiriam em um retrato da mente e das suas operações (Culler, 1979).

O caráter motivado do signo – concepção de que os signos não são arbitrários em relação à experiência humana – foi questionado posteriormente e a contraposição a essa ideia constituiu um dos cernes das contribuições teóricas de Saussure, levando-o a formular o primeiro princípio da linguística estrutural como sendo a arbitrariedade do signo. A noção de representação permaneceu, depois de uma pequena ausência durante o século XIX, mas com outras características.

No século XIX, o estudo da linguagem se distanciou do estudo do pensamento e passou a se estabelecer como um objeto em si mesmo; a palavra não interessava mais como representação de uma experiência ou ligada a uma sensação, mas, sim, como uma forma independente a ser comparada com outras. Saussure (1983, 1989) salientou que o trabalho de Franz Bopp, publicado em 1816, sobre as conexões entre diversas línguas

(Sânscrito, Grego, Latim etc.) sedimentou um entendimento geral da importância e do significado de reconhecer que várias línguas pertencem a uma mesma família, noção que já havia sido aventada no século anterior, mas não havia se fundamentado em estudos comparativos mais sistemáticos que construíssem modelos de relação entre as línguas, ao modo do que viria a ser a gramática comparativa. A grande contribuição de Bopp consistiu em fundamentar a noção de que o estudo das relações entre as línguas fornecia os subsídios para a linguística se estabelecer como uma ciência autônoma. Mais para o final do século XIX, emergiu a escola dos neogramáticos, dando uma perspectiva histórica às descobertas dos comparativistas, entendendo a linguagem como produto da mente coletiva de uma comunidade, enfatizando a inexistência da linguagem como uma entidade independente de seus usuários. Os neogramáticos não consideraram a questão da representação, não se concentraram nos signos, como fizeram Bopp e os primeiros comparativistas, que se ativeram ao significado e à representação como condição de comparação. Eles se preocuparam com a continuidade e com a evolução histórica. Buscaram conhecer as formas originais e as ligações com as formas posteriores em séries ininterruptas (Culler, 1979). Saussure (1989) destacou as elaborações do intelectual americano Whitney que, trabalhando na tradição neogramática, deu "alguns primeiros passos na direção certa" (p. 5), ao trazer a noção do signo de volta para o cerne dos questionamentos. Culler (1979) ressaltou que apesar de Whitney ver a língua como uma instituição fundada no acordo social, cada palavra e cada forma sendo um signo arbitrário e convencional – questões às quais Saussure se prendeu e desenvolveu com precisão, com clareza e com refinamento exemplares – ele ainda privilegiou os estudos históricos, perguntando-se pelas causas de falarmos como falamos.

Para Saussure, ambos, os comparativistas e os neogramáticos, não conseguiram dar conta dos problemas fundamentais de uma verdadeira ciência linguística. Todavia, ao formular suas próprias ideias, não deixou de reconhecer méritos naqueles que o antecederam.

A linguística estrutural de Saussure

Saussure fundou a linguística moderna, chamada também de linguística estrutural. Em sua tradução para o inglês e anotação do *Curso de*

Linguística Geral, Harris (1989) o apresentou como o primeiro linguista a reconhecer a amplitude de questionamentos para os quais se deveria buscar respostas de modo que a linguística se tornasse uma ciência entre as outras e, ademais, foi o responsável por sugerir as respostas que acabaram por ser a base ou o ponto de partida para todo o trabalho subsequente nesse campo. Sua contribuição é de uma enorme relevância não só porque a ciência estava se estabelecendo, mas também porque suas elaborações formaram as raízes do movimento intelectual estruturalista. "Com a única exceção de Wittgenstein, nenhum outro pensador tem tido uma influência tão profunda na visão moderna do *homo loquens* quanto Saussure" (Harris, 1989, p. ix).

Ele recuperou o que considerava valioso no trabalho dos teóricos que prepararam o terreno para o desenvolvimento de suas ideias originais. Reconheceu o mérito da gramática comparativa de instituir que a língua é um sistema com leis próprias, autônomo, embora tenha criticado os comparativistas pela ausência de definição do foco de estudo. Criticou os neogramáticos por confundirem as perspectivas sincrônica e diacrônica, por não se preocuparem com o signo e por abandonarem a ideia de representação como base da língua. Recuperou a relevância das noções de signo e de representação da mente dos séculos XVII e XVIII, mas questionou o caráter de motivação, contrapondo-se à ideia de que a linguagem representava a mente por uma associação direta à experiência sensível. Para Saussure, a linguagem representa a mente somente na medida em que ambas se caracterizam por operações de distinção: assim como o signo é constituído por e na relação com outros signos dos quais se diferencia, na mente, as impressões não existem por si só, mas em relação a outras impressões. O signo é descontínuo em relação à experiência sensível. É a semelhança no modo de constituir a identidade de ambos que torna o signo representativo da mente.[2] Saussure reconheceu, ainda, a relevância da ênfase na língua estática dos estudos sincrônicos do século XVII, fazendo dessa também o seu eixo prioritário.

Para Saussure (1983, 1989), a linguagem é formada por duas instâncias interligadas: a fala e a língua. A língua é uma elaboração social, constitui

2 Em seu livro *Dialogicality and Social Representations*, Marková (2003) argumentou que o pensamento humano, a linguagem e o diálogo são formados por antinomias. Discutiu essa hipótese de que pensamos e falamos a partir de antinomias, porque "pensar e falar em antinomias é uma expressão da dialogicidade da mente humana", isto é, da "capacidade do *Ego* de conceber e compreender o mundo em termos do *Alter*, e de criar realidades sociais em termos do *Alter*" (p. 203).

um conjunto complexo de convenções adotadas por uma comunidade, um sistema de signos, que possibilita às pessoas se comunicarem; a fala é o exercício real da língua, é do domínio individual e é onde se dão as transformações (a fala contém o germe da mudança). Ele estabeleceu que o objeto da linguística é a língua e a tarefa dessa ciência é determinar as unidades e as regras do sistema num momento estático, tal como são percebidas por uma comunidade, ou seja, pela mesma consciência coletiva. Para ele, a linguística é uma ciência sincrônica. Em distinção a Saussure, que estava estabelecendo a linguística como uma ciência autônoma com leis próprias e delimitando um objeto bem específico do qual se ocuparia, que seria a língua, Habermas se ocupou do uso social desse complexo colocado à disposição das pessoas para usos singulares, da fala, ao elaborar a sua Teoria da Ação Comunicativa e a Ética do Discurso, que serão desenvolvidas nos Ensaios 3 e 13.

Saussure (1983, 1989) desfez o que acreditava ser um equívoco do senso comum de achar que a língua é uma nomenclatura, uma lista de termos correspondendo a uma lista de coisas. Essa concepção, argumentou ele, pressupõe erroneamente que existam ideias independentes de palavras[3], além de não esclarecer se o nome é de ordem vocal ou psicológica. Além disso, leva a crer que a ligação entre o nome e a ideia não é problemática. O que há de verdade nisso, no entender dele, é que a unidade linguística, o signo, é de natureza dual. Signo é uma entidade formada pela relação de duas outras; a associação não é entre um nome e uma coisa, mas, sim, entre um conceito e um padrão sonoro. O conceito é o sentido, a ideia, o pensamento, a unidade semântica, o significado. O padrão sonoro é a matéria, o veículo do sentido, a imagem acústica, uma unidade fônica; não é a onda sonora, é a impressão psicológica do som, o significante. O signo é a associação do significante ao significado e caracteriza-se por ser um fenômeno psicológico. Essa relação é indissociável; significante e significado são como as duas faces de um papel, não é possível separá-los, apenas caracterizá-los distintamente e reforçar que só existem na relação que mantêm um com o outro formando o signo. Um significante não existe sem um significado e um significado não existe sem um significante.

3 A noção de que as ideias não existem independente das palavras, ou seja, de que não existe uma realidade fora da linguagem foi muito trabalhada pela filosofia analítica. O filósofo Ludwig Wittgenstein (1922) escreveu em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*: "*Os limites da minha linguagem* significam os limites do meu mundo" (p. 74, afirmação 5.6). No original em alemão, "*Die Grenzen meiner Sprache bedeuten die Grenzen meiner Welt*" (p. 144, afirmação 5.6).

Saussure (1983, 1989) estabeleceu os dois princípios que governam o estudo dos signos. Primeiro princípio: o signo é arbitrário; segundo princípio: caráter linear do significante. Examinaremos o segundo princípio antes, pois é menos relevante ao nosso propósito.

A ideia de que o significante tem caráter linear alude à característica temporal. Por sua natureza auditiva, ele ocupa um espaço no tempo que é medido em uma única dimensão: a linha. Nesse sentido, os signos auditivos se diferenciam dos signos visuais, que dispõem da dimensão espacial tanto quanto da dimensão temporal. Ao tratar de signos auditivos e visuais, Jakobson (1971a, 1971b) discutiu o segundo princípio de Saussure, argumentando que há primazia da sucessividade (não se trata de linearidade), mas o eixo da simultaneidade também está presente, embora seja menos privilegiado nos signos auditivos. Jakobson aludiu ao fato de que cada elemento da linearidade contém todo o esquema da língua, isto é, contém a simultaneidade virtual; o elemento pressupõe o sistema como um todo. Para Jakobson, a simultaneidade e a sucessividade são dois tipos de síntese e não dois processos isolados. Os signos auditivos passam por um reconhecimento de relações simultâneas, embora na produção e na audição, na performance linguística, a síntese seja dada na temporalidade (sucessividade). A concepção e a compreensão da ideia se dão através de uma síntese de simultaneidade, até mesmo nos signos auditivos. Embora o segundo princípio tenha gerado esta discussão bastante interessante e o refinamento, por parte de Jakobson, que esclareceu os processos dos signos visuais e auditivos reconhecendo diferenças perceptivas e traços comuns, ele é menos relevante à discussão da pós-verdade. O primeiro princípio, que discutiremos a seguir, esclarece bases na língua que tornam o fenômeno da pós-verdade possível.

Ao dizer que o signo é arbitrário, Saussure (1983, 1989) explicou que se referia à associação entre significante e significado como sendo arbitrária. O termo arbitrário quer dizer imotivado, ou seja, o significante é imotivado em relação ao significado com o qual não tem qualquer associação natural. Não há conexão interna entre uma sequência de sons determinada e a ideia a qual essa sequência remete. Contudo, alertou Saussure, o fato do signo ser arbitrário não implica que ele pode depender da escolha livre dos indivíduos. Os indivíduos não têm poder de alterá-lo em qualquer aspecto. Uma vez que o signo tenha se estabelecido em uma comunidade linguística, por força do hábito de uso, ainda que seja arbitrário em sua

natureza, o signo não pode ser alterado, pois colocaria a comunicação em risco. Aquilo que poderia ser o fator de mutabilidade do signo – o caráter arbitrário da associação entre significante e significado – é precisamente o que o torna resistente à mudança, imutável, em certo sentido, visto que se não há motivação intrínseca para uma dada relação entre significante e significado, também não há motivação para transformá-la. Assim, na perspectiva do usuário da língua, o signo é experimentado como imposição, pois a relação não pode ser alterada. "Aquilo que pode ser escolhido já está determinado de antemão. ... A comunidade, tanto quanto o indivíduo, está amarrada a sua língua" (Saussure, 1989, p. 71). Há exceções para a arbitrariedade do signo, que Saussure destacou, como as onomatopeias e as palavras exclamatórias, em que a escolha do significante não é arbitrária. Podemos mencionar, ainda, as composições analógicas e os signos derivados, em que haveria motivação parcial. Porém, por não serem elementos orgânicos numa língua, não são suficientes para deslocar a importância do primeiro princípio.

Saussure anteviu, com brilhantismo, a relação entre a natureza do signo linguístico e o seu papel sócio-histórico, ao postular a tradição como o fundamento maior do processo de significação e, com isso, abrir o espaço, com a devida relevância, para a discussão posterior da ética na significação. "É porque o signo linguístico é arbitrário que ele não conhece outra lei senão a da tradição e porque ele está fundado na tradição que ele pode ser arbitrário" (Saussure, 1989, p. 74). A estabilidade da língua se ancora na força social da comunidade e na continuidade no tempo, no respeito aos fundamentos estabelecidos pela tradição, que constrangem a mudança apesar da natureza arbitrária da relação do significante com o significado, transformando em regra aquilo que foi codificado como signo.

O primeiro princípio organizador da linguística gerou discussões. Em 1939, Benveniste (1971) escreveu um artigo onde retomou Saussure para apontar algumas incoerências na forma como o linguista suíço definiu a questão da arbitrariedade do signo e a natureza das provas que usou para demonstrar sua ideia. Benveniste referiu que a relação entre significante e significado não é arbitrária, ao contrário, ela é necessária. Usou o próprio argumento de Saussure para sustentar isso: porque significante e significado estão impressos juntos na mente, um evoca o outro sempre e necessariamente. Saussure já havia feito alusão a isso ao dizer que o signo é a unidade mínima da língua, indivisível. Assim, a relação entre eles

não tem caráter de arbitrariedade, mas sim de necessidade. Igualmente, aos olhos de Benveniste, já estava presente em Saussure a noção de que o pensamento é uma massa amorfa e indistinta se concebido separado da sua expressão nas palavras. A distinção clara entre duas ideias não é possível sem o auxílio dos signos, porque não há ideias que preexistam à linguagem[4], e isso seria outra evidência de que a relação entre significante e significado é de necessidade e não de arbitrariedade. Benveniste concluiu que o que é arbitrário não é a relação do significante com o significado, mas a relação do signo com o dado real, com algo que lhe é externo. Arbitrário é o fato de que um signo determinado, e não outro, é associado a uma determinada porção da realidade, e não à outra. É somente nesse sentido que podemos falar em contingência. Mesmo assim, esclareceu ele, isso ocorre somente para o linguista; do ponto de vista dos falantes, dos usuários da língua, há uma completa equivalência entre a língua e as coisas, os signos são vividos como se fossem a realidade.[5] A ideia de que qualquer denominação tem o mesmo valor com respeito à realidade e, portanto, pode igualmente ser aceita estava presente nos argumentos de Saussure, embora não na formulação do princípio. A leitura do crítico apontou para o retorno do referente, que Saussure havia deixado de fora, ao enfatizar que a língua não é uma lista de nomes correspondendo a uma lista de coisas e ao enfatizar a natureza abstrata do conceito como uma representação psicológica. Ele foi além, comentando que tudo que Saussure havia discutido sobre a mutabilidade e a imutabilidade do signo é válido não para o signo na relação interna de suas duas partes, mas sim para a relação do signo com a realidade material, com a coisa em si. O que pode mudar, mas ao mesmo tempo se mantém, não é a associação entre um significante e um significado; pode mudar, sim, a associação entre um signo e a coisa à qual ele reenvia. Benveniste atribuiu a dissonância entre o princípio e as evidências argumentativas não à falta de atenção crítica de Saussure, mas ao contexto histórico do pensamento da época em que elaborou suas ideias. Barthes (1972) considerou essa discussão como sendo eminentemente terminológica, pois ninguém questionava a natureza arbitrária.

4 Essa concepção foi muito trabalhada pela filosofia analítica, em especial pelo filósofo Wittgenstein (cf. nota de rodapé 3).

5 Moscovici (1984) também concebeu que as representações sociais "constituem, para nós, um tipo de realidade" (p. 8).

A característica essencial do signo linguístico é que, sendo arbitrário em relação ao referente, ele só pode ser identificado e percebido por contraste com outros signos coexistentes de mesma natureza. Signo é uma unidade descontínua, mas não independente; ele inexiste fora do conjunto. É precisamente a descoberta da relevância do primeiro princípio que torna a língua um sistema e torna a linguística estrutural. Os signos não existem de maneira autônoma, mas apenas num sistema complexo de contrastes que são reconhecidos nas interações que as pessoas de uma comunidade linguística estabelecem. A língua é um sistema no qual o valor de cada elemento (signo) depende da coexistência simultânea de outros. A comunidade estabelece os valores, os sistemas de pertinências, aqueles sons no *continuum* do universo de possibilidades da matéria fônica e aqueles sentidos no *continuum* do universo de possibilidades das ideias, que se tornam relevantes e são reconhecidos por contraste em relação a outros, também destacados pela comunidade como relevantes. A língua é um complexo de contrastes psicológicos entre signos. Para criar o sistema da língua é preciso que haja atividade social.

Ao longo do *Curso de Linguística Geral*, Saussure (1983, 1989) analisou, em detalhes e em profundidade, a noção da língua como sistema, as noções de valor e de identidade, de variabilidade e de invariabilidade do signo etc. e determinou a priorização dos estudos sincrônicos em oposição aos estudos diacrônicos, que, embora importantes, não são atribuição principal do linguista. Não se ocupou da fala, especificamente, mas considerou que é nela que iniciam as mudanças que só depois são incorporadas ao conjunto da língua, integrando o recorte sincrônico, momento em que as transformações passam a interessar ao linguista. A partir das suas elaborações, a linguística foi estabelecida como a ciência da estrutura da língua, uma ciência moderna.

O projeto saussureano, Barthes e os estudos de Peirce

Dois projetos simultâneos e independentes estiveram na base da formação de um campo do conhecimento que se dedicaria a compreender as relações de interpretação e de interação com o mundo através do modelo da linguagem: o do linguista suíço Saussure, que viveu entre 1857 e 1913 e antecipou esta ciência que viria, posteriormente, a ser desenvolvida pelo

semiologista e crítico literário francês Roland Barthes, e o do filósofo americano Charles Sanders Peirce, que viveu entre 1839 e 1914 e trabalhou na elaboração de conceitos, na formulação de problemas e em aprofundamentos de um ponto de vista um pouco diferente do primeiro.

Ao estabelecer os fundamentos da linguística, Saussure (1989) concebeu uma ciência que estudaria "*o papel dos signos no seio da vida social*"; seria parte da psicologia social e, portanto, da psicologia geral e se chamaria "*semiologia* (do grego *sēmeîon,* 'signo'). Ela investigaria a natureza dos signos e as leis que os governam" (p. 15). Para ele, a posição da linguística em relação à semiologia seria de subordinação; as leis descobertas pela semiologia seriam aplicáveis à linguística, essa última seria um tipo especial de sistema na totalidade semiológica.

Em 1957, saiu na França um livro que trazia uma série de artigos previamente publicados em periódicos entre 1954 e 1956, realizando o projeto de Saussure. Esse livro, *Mitologias*, de Barthes (1987, 1988, 1993)[6], foi um marco na semiologia. Barthes examinou sincronicamente a linguagem social francesa, dissecando artefatos culturais da época, tais como brinquedos, luta-livre, bife com batatas fritas, fotogenia eleitoral, sabão em pedra e detergente etc., chamadas mitologias, analisando-as em detalhes e em profundidade, tratando-as como sistemas de signos. Ao final, o livro trazia um ensaio teórico intitulado "O mito hoje", explicitando o elo de ligação dos escritos concebidos de maneira independente, teorizando o modelo que havia utilizado para compreender os fatos sociais, baseado nos conceitos da linguística de Saussure, entre outros. No prefácio à edição francesa de 1970, que não aparece na versão em português, ele escreveu: "Eu acabara de ler Saussure e, como consequência, adquiri a convicção de que ao tratar 'representações coletivas' como sistemas de signos, poderia se esperar ir além da demonstração respeitosa do seu desmascaramento e dar conta, *em detalhes*, da mistificação que transforma a cultura pequeno-burguesa em natureza universal" (Barthes, 1993, p. 563). Ao fazer suas mitologias, Barthes estava preocupado em analisar o sentido ideológico dos fatos sociais; queria denunciar a naturalidade com que a realidade era mascarada, desvelando como coisas que eram históricas e produzidas apareciam cobertas por um manto natural e gratuito, e eram consumidas

6 Novamente utilizamos mais de uma versão, em português, em inglês e em francês, pois as duas últimas agregam o prefácio à edição francesa de 1970, pela Le Seuil, Paris, que não aparece na versão em língua portuguesa da obra.

como tal pelo senso comum. Para ele, mito é uma fala, mito é ideologia, entendida como falsa evidência.

Em seu modelo de análise, Barthes (1987, 1988, 1993) explicitou que há dois níveis de significação concomitantes. Um significante se liga a um significado formando um signo. Este signo forma um primeiro sistema semiológico, ou sistema semiológico de primeira ordem, ou, ainda, a língua, a linguagem-objeto, a denotação, ou o sentido literal. Esse signo completo se transforma em significante e se liga a um outro significado, formando um signo num segundo sistema semiológico, ou sistema semiológico de segunda ordem, ou, ainda, o mito, a metalinguagem, a conotação. A conotação é um sentido que se agrega ao sentido denotativo. É como se o signo completo do primeiro sistema semiológico se encolhesse e, ao se encolher, virasse um significante ao qual se acoplaria um segundo sentido, formando o segundo sistema sem, contudo, perder o seu caráter de signo do primeiro sistema. Quer dizer, o primeiro signo não desaparece ao formar o segundo, eles coexistem. O segundo sentido é o mito, a ideologia, que pode ser denunciada com a explicitação da sua forma e da sua atuação. O signo se refugia no primeiro sistema semiológico, como justificativa, para negar-se como mito. Uma análise aguda, crítica, pode apontar esse mecanismo como constituinte de uma cristalização do sentido conotado, revelando sua naturalização.

Um dos exemplos que Barthes esmiuçou para mostrar a fala do mito trata de uma situação aparentemente banal ocorrida no barbeiro. Diante de um exemplar da revista *Paris-Match* que lhe foi oferecida, ele descreveu o que viu na capa: "um jovem negro vestindo um uniforme francês faz a saudação militar, com os olhos erguidos, fixos sem dúvida numa prega da bandeira tricolor" e decifrou: "mas, ingênuo ou não, eu vejo muito bem o que ela significa para mim: que a França é um grande Império, que todos os seus filhos, sem qualquer discriminação de cor, a servem fielmente sob a sua bandeira, e que não há resposta melhor aos detratores de um pretenso colonialismo do que o zelo mostrado por esse Negro servindo os seus assim chamados opressores" (Barthes, 1993, p. 688). O sistema prévio, que mostra um soldado negro fazendo a saudação militar francesa, amplia-se e se liga a um significado intencional de "francidade" e de "militaridade" (Barthes, 1993, p. 689). O mito constitui um uso social que se soma ao primeiro sentido, definido por sua intenção, mais do que por sua literalidade; entretanto, sua intenção é purificada (não abolida) pelo sentido literal. "*O*

Império francês? É apenas um fato: veja esse bom negro que faz a continência como um dos nossos próprios jovens" (Barthes, 1993, p. 694). O mito é a ideologia, é uma linguagem roubada que carrega a falsa evidência, a deformação; não esconde, mas distorce e apresenta como natural um sentido que é social, cultural, histórico.

Ao desvelar o modo de operação da significação nos fatos sociais, *Mitologias* carregava um tom de denúncia. Barthes seguiu trabalhando na análise da cultura de massa como sistema de signos. Analisou a moda, as artes, a publicidade, entre muitos outros. Esteve no centro da crítica à vida social como linguagem e o período inicial da sua obra, até final dos anos 1960, corresponde ao estruturalismo na semiologia. Paul de Man (1990) caracterizou o trabalho de Barthes nesta época como uma "'sociologia semiocrítica'" (p. 182).

Saussure havia previsto que a linguística seria parte da semiologia. Essa posição foi revertida por Barthes (1972) em um texto publicado originalmente em 1964, onde ele concebia a semiologia como parte da linguística, pois considerava que qualquer sistema semiológico se repassa de linguagem, não existe fora nem independente dela; a imagem é demasiado polissêmica e cabe à legenda guiar a sua interpretação.

De acordo com Eco (1976), em um projeto independente, Peirce elaborou os conceitos da ciência dedicada aos signos de um modo distinto. Chamou de semiótica o campo que estuda a semiose possível e, por semiose, referiu uma ação ou uma influência que é ou que envolve três entidades numa relação dialética, que não depende da comunicação concreta; as três entidades são o signo, seu objeto e seu interpretante. O objeto é o referente. O interpretante é um outro signo que traduz ou que explica o primeiro e esse precisa, por sua vez, de outro que o traduza ou que o explique, num processo de semiose infinita. Ele é um evento psicológico na mente de um possível interpretador. O signo é definido como algo presente, que está no lugar de algo ausente e o representa em algum aspecto ou capacidade para alguém. O signo, para Peirce, não implica que seja intencionalmente emitido e tampouco que haja um emissor humano, mas requer um interpretador humano. Para que um signo represente algo, uma vez que esse algo não está presente, é necessário que tenha se estabelecido uma convenção prévia, um código, um acordo social quanto à representação. Código é um sistema de convenções comunicativas que associa dois termos, uma série de veículos a uma série de sentidos (ou

unidades semânticas) e estabelece a organização estrutural dos dois sistemas. A comunidade se forma quando compartilha um código.

Um signo é diferente de um estímulo-resposta, pois o estímulo-resposta implica duas presenças (se pisar no rabo do cachorro, ele late; há duas presenças) e um signo implica uma presença e uma ausência (as rosas que uma pessoa manda para outra são signo do amor que tem por ela, o amor não está presente, ele se faz presente pelas rosas, que representam o amor em parte, mas não na totalidade, pois a representação sempre deixa escapar algo). O signo é um substituto imperfeito da coisa ausente, mas seu usuário reprime a imperfeição e vive o signo como se ele fosse o que representa. Existe signo toda vez que uma comunidade decide usar e reconhecer algo como veículo de outra coisa. Um mesmo signo pode ser interpretado de maneiras diversas de acordo com interpretadores usando diferentes códigos.

Peirce distinguiu três tipos de funcionamento semiótico, conforme destacou Eco (1976), aos quais preferiu se referir, posteriormente, como "*categorias semióticas* por meio das quais é possível descrever estratégias mais complexas de significação" (Eco, 1985, p. 177): símbolo, índice e ícone. Símbolo é caracterizado por uma relação convencional entre o signo e o objeto; ele se refere a algo por força de uma lei, por meio de um código. Esse é o caso das palavras, com algumas exceções, e corresponde ao signo que Saussure tratou. Índice é um tipo de funcionamento em que o signo possui relação existencial com o objeto. É o único que necessariamente envolve a presença física do objeto, sendo determinado por ele. Fumaça é índice de fogo. Índices existem na linguagem verbal também, os dêiticos são exemplos de símbolos indéxicos. Ícone é um tipo de signo cujo nascimento é analógico; ele se origina de uma semelhança estrutural com aquilo que substitui. O ícone possui algumas das propriedades do referente, exibe a mesma qualidade ou a mesma configuração de qualidades que o objeto denotado. Mapas e desenhos são ícones.

Eco (1976) elaborou os modos de funcionamento dos signos deslocando o foco colocado no referente para o problema da relação mais ou menos convencional entre a forma da expressão e a forma do conteúdo, mostrando que a divisão entre esses modos de funcionamento não é absolutamente estanque e que há muitos matizes (por exemplo, ícones são também convencionais, isto é, culturais); ainda que cada um implique estratégias de significação distintas. Centrou-se no estudo dos códigos e

concebeu a semiótica como um campo que "*se preocupa principalmente com os signos como forças sociais*" (p. 65). No seu entender, semioticamente, a verdade e a mentira são análogas. Na linguagem verbal, como nos ícones, uma vez que o referente está ausente como condição para haver signo, codificação e significação – ainda que nos ícones haja analogia com o referente em graus variados –, é possível dizer uma verdade exatamente da mesma forma que é possível dizer uma mentira, pois a significação não implica estas categorias. Não foi sem certa ironia que ele escreveu: "*semiótica é, em princípio, a disciplina que estuda tudo que pode ser usado para mentir*. Se alguma coisa não pode ser usada para contar uma mentira, inversamente ela não pode ser usada para contar a verdade: de fato, ela não pode ser usada para 'contar' de modo algum. Eu acho que a definição de uma 'teoria da mentira' deveria ser tomada como um programa bem abrangente para uma semiótica geral" (p. 7). "Toda vez que há uma mentira, há significação. Toda vez que há significação, há a possibilidade de usá-la para mentir" (p. 59). A verdade ou a mentira não são preocupação deste campo do conhecimento. O lugar da pessoa, do compromisso com a linguagem e a relação de ambos com a comunidade que aceita e usa a linguagem codificada são da ordem da fala (o exercício da língua), das emissões singulares e da ética. Mas a semiótica explica como a mentira ou a verdade são possíveis inclusive em signos não verbais. Claramente, disse Eco, nós somos induzidos a atribuir valores de falso ou verdadeiro ao comparar afirmações com eventos tais como os experimentamos. Esse julgamento não é da ordem da semiótica, que pode, entretanto, explicar as razões e os modos pelos quais uma afirmação adquire sentido.

O estruturalismo e o pós-estruturalismo

O estruturalismo esteve associado aos anos 1960, na França. A influência dupla da antropologia e da linguística sobre Barthes foi muito importante na primeira fase do seu trabalho, que consistiu na análise estrutural da vida social e nos escritos de crítica literária. Ao buscar reconstruir a estrutura dos objetos de estudo, Barthes procurou compreender e descrever suas regras de funcionamento, de modo a fazer aparecer o invisível ou o ininteligível, isto é, as estruturas de poder atuando na linguagem. Com isso, buscou mostrar como a sociedade produzia sentidos que ela viria a

consumir como se fossem dados e como se emergissem da natureza. O que aparecia como natureza era, de fato, cultura – uma dicotomia relevante ao estruturalismo.

A partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, começou a haver uma mudança na concepção da linguagem e na semiologia, atribuída ao encontro da linguística estrutural com a psicanálise, a antropologia, a filosofia, a teoria do texto, o marxismo e o movimento de maio de 68. Essa mudança ocorreu num contexto mais amplo de outras transformações decorrentes da atitude autorreflexiva da modernidade – tema analisado no Ensaio 1. A semiologia foi perdendo a identidade que tinha com a linguística estrutural. O questionamento da unidade do signo resultou em sua desmontagem; significante e significado foram desamarrados. Não importava mais a cena do significado, mas sim a própria encenação. Mudou a concepção de sujeito, de leitura, de escritor, de leitor. A razão estruturadora passou a ser questionada, o que desencadeou a crise do *ego cogito* acompanhada pela crise da representação. A crítica social não tinha mais a mesma função nem o mesmo método. A semiologia passou a se ocupar dos processos de significação, do significante e dos seus deslocamentos. Os principais expoentes dessa mudança que transformou o estruturalismo foram o próprio Barthes, Michel Foucault, Jacques Lacan, Jacques Derrida, Julia Kristeva, Philippe Sollers e Laura Mulvey, entre outros.

Neste contexto, aquele trabalho inicial de Barthes não fazia mais sentido. No prefácio à edição francesa de 1970 de *Mitologias* (1993, p. 563), ele escreveu que não achava mais possível fazer crítica ideológica da mesma forma que fizera; não porque as razões para a crítica tivessem desaparecido, mas porque a crítica ficara mais sofisticada ou pelo menos deveria ficar. Além disso, a análise semiológica, que teve início com o posfácio de *Mitologias*, ficara bem mais complexa e diferenciada, ela havia se tornado o espaço onde a liberação do significante poderia ser decretada. No ano seguinte a esse prefácio, Barthes escreveu um pequeno artigo onde se perguntava se algo havia mudado, se a sociedade francesa teria se modificado. Não, concluiu ele, não a ponto de não ter mais mitos. Teria, então, o mito se modificado? Não, concluiu novamente, os mitos existiam ainda anônimos, escorregadios, fragmentários, disponíveis para a crítica ideológica e para a análise semiológica. "Não, o que tem mudado nestes 15 anos é a *ciência da leitura*, sob cujo olhar o mito, como um animal há muito cap-

turado e colocado em observação, se transforma, todavia, em *um objeto diferente*" (Barthes, 1977, p. 166).

Vinte anos após da publicação de *Mitologias*, com o estruturalismo tendo sido criticado por seu distanciamento da história, com a semiologia tendo se transformado numa nova ciência, Barthes retornou ao projeto de análise de eventos cotidianos, mas de uma forma diferente; não se tratava mais das mitologias. De dezembro de 1978 a abril de 1979, publicou pequenas crônicas no *Le Nouvel Observateur*. Entre outras, "O olhar nos teus olhos", "Coletivização", "Tempo", "Tempo II", "Fascinado", "Sesta", "Jantar", "Super-homem", "Amizade", "A vida insuportável", "'Não fume'", "Sirenes", "Cerejas", "No barbeiro" (Barthes, 1985). Esses pequenos escritos não tinham o humor que caracterizava os primeiros, nem a garra com que firmara sua denúncia. O estilo agora revelava um misto de descrédito e tristeza, consistia em uma forma suave com sintaxe pouco trabalhada. Se nas *Mitologias* o método de leitura passava pela destruição do significado no desvelamento do modo de funcionamento, nessas crônicas o método passava pela destruição do signo, pela fissura na representação, pela leitura do deslocamento do significante; a conotação cedera lugar à citação, à busca da referência, ao estabelecimento do caráter intertextual.

Na crônica de despedida "Pausa", Barthes (1985) escreveu que se tratava de uma coleção "de certos incidentes", pequenas insignificâncias que receberam "certos estímulos ou desencorajamentos do mundo" (pp. 116-117), cuja análise poderia demonstrar, diante dos grandes eventos cobertos pela mídia, que os pequenos e simples também envolvem sentido. Ao tomar o insignificante como sua matéria, propôs uma nova graduação de medidas e resistiu ao glamour das grandes proporções.

> Talvez, e na imprensa mesmo, nós devamos resistir ao glamour das grandes proporções, para que nós impeçamos a ânsia da mídia (um novo evento histórico) por criar os eventos mesmos. Eu sei que minha linguagem é pequena. ('Os limites da linguagem, Wittgenstein costumava dizer, significam os limites do meu mundo.') Mas esta 'pequenez' pode ser útil; pois com ela eu sinto, na minha vez, em certos momentos, os limites do outro mundo, o mundo dos outros, do mundo 'grande', e é para expressar este embaraço, talvez este sofrimento, que eu escrevo: não deveríamos fazer ouvir hoje o maior número possível de 'mundos pequenos'? Atacar o 'mundo grande' gregário através da incansável divisão de particularidades? (Barthes, 1985, p. 117)

As grandes narrativas não faziam mais sentido para a crítica pós-estruturalista francesa. Tendo desconstruído tudo, essa havia se esvaziado. Barthes, que passara a vida mostrando o uso do poder na linguagem, inclusive no romance – que teria sido apreendido, ele mesmo, pelos códigos – ao final, um pouco antes de morrer e na profunda dor pela perda de sua mãe com quem vivera toda a vida – época em que escreveu as crônicas miniaturas para o *Le Nouvel Observateur* –, numa espécie de conversão, mostrou que queria escrever um romance. Cansado da censura da subjetividade que a sua geração havia sofrido, quer seja pela valorização da razão instrumental pela ciência positiva, quer seja pelo marxismo, cuja importância em sua vida era reconhecida, Barthes se voltava agora à ilusão da subjetividade. A objetividade virara uma impostura (Barthes, 2011, p. 3). A escrita de um romance seria, para ele, a possibilidade de se expressar com liberdade, o espaço da imaginação sem o constrangimento dos estereótipos de qualquer ordem. Para isso, teria que criar uma linguagem híbrida entre o ensaio crítico e a literatura, visto que ambas eram pressionadas por formas do poder (Thirwell, 2010). Ele buscava numa certa forma de suspensão da linguagem a estética da saída.

A virada linguística na filosofia e a linguagem como prática social

Há dois artigos muito esclarecedores que iluminam o que foi a virada linguística, desfazendo equívocos interpretativos e generalizações impróprias, sob perspectivas distintas e, no nosso entender, complementares, que constituem a base desta seção. Em seu artigo sobre a virada linguística na filosofia analítica, Peter M. S. Hacker (2013) trouxe uma sintese crítica, ampla e detalhada a respeito da expressão virada linguística; dos seus antecedentes e do contexto histórico-filosófico; das suas características distintivas; da relação com Wittgenstein, com o empirismo lógico e com a filosofia de Oxford; terminando com uma visão geral das consequências e das críticas, no seu entender, equivocadas. Termos como filosofia analítica e filosofia linguística também foram esclarecidos e contextualizados. Como uma coda, apresentou um diagrama da história da virada linguística na filosofia com a posição relativa de seus principais expoentes. Em um artigo publicado originalmente em 2006, Richard Rorty (2010) apresentou

uma visão hermenêutica, descrevendo três maneiras de conceber a virada linguística, a partir de três interpretações diferentes da obra de Wittgenstein, examinando as características e identificando-se com uma delas. Resumiremos a virada linguística tal como foi analisada pelos dois autores.

A expressão "a virada linguística na filosofia" foi introduzida por Gustav Bergmann, em 1960. Na opinião de Hacker (2013), a denominação provavelmente teria silenciado não fosse o fato de Rorty ter editado uma antologia sobre tema, em 1967, intitulada *The Linguistic Turn: Recent Essays in Philosophical Method*, contendo 37 ensaios de expoentes da filosofia analítica da época e de 30 anos antes, contribuindo, com isso, para que a expressão se sedimentasse. Ela nomeava uma tática relativa ao método filosófico, que consistia em considerar que as questões filosóficas seriam questões de linguagem, implicando, também, a concepção de que as formas ambíguas ou enganosas das linguagens naturais estariam entre as principais fontes dos problemas filosóficos. Tal como Hacker compreendeu, na visão de Bergmann e de Rorty os dois grupos de filósofos da linguagem concordavam com a virada linguística, a saber, os filósofos da linguagem ordinária (grupo representado pelos filósofos de Oxford) e os filósofos da linguagem ideal (grupo no qual Bergmann estava incluído, juntamente com outros filósofos nos EUA). Para Bergmann, os filósofos da linguagem ordinária dedicavam-se ao que considerava ser psicologia, focando o estudo da comunicação, da aprendizagem e dos usos da linguagem, que deveria ser uma fotografia do mundo e, portanto, apropriada às questões ontológicas. Uma vez que o uso primário da linguagem é a comunicação, os filósofos da linguagem ideal não achavam que fosse adequada como meio para a investigação filosófica, devendo essa ser acessada através de uma linguagem ideal que pudesse mostrar o mundo. Rorty caracterizou como filósofos linguísticos os que Bergmann chamou de filósofos da linguagem ordinária, incluindo os ativos na Grã-Bretanha e nos EUA, juntamente com empiristas lógicos que migraram da Europa para a América do Norte. A filosofia linguística teria a visão de que os problemas filosóficos poderiam ser resolvidos ou dissolvidos pela reforma da linguagem (filósofos da linguagem ideal) ou pela melhor compreensão da linguagem tal como usada para comunicação (filósofos da linguagem natural, como Hacker preferiu se referir aos que Bergmann denominou de filósofos da linguagem ordinária, não concordando, também, com a ideia de que esses faziam psicologia).

Hacker (2013) caracterizou a virada linguística como uma mudança que ocorreu nos anos 1920, no curso do desenvolvimento da filosofia analítica europeia, tendo seu início no *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein (1922), publicado originalmente em 1921, resultante da convergência da virada lógica com a filosofia analítica. Segundo ele, a virada lógica, em meados do século XIX, buscava representar formas do pensamento pela lógica matemática sem, contudo, ter uma agenda mais ampla e ambiciosa como os filósofos da linguagem ideal, e sem ter a pretensão de resolver ou de dissolver problemas de epistemologia, de metafísica, de filosofia da mente etc., razão pela qual, na sua opinião, seria um equívoco considerá-la *a* origem da virada linguística. Ainda assim, a lógica teórica elaborada naquela época possibilitou aos seus sucessores desenvolverem linguagens ideais para dar conta de análises filosóficas, constituindo, no entender de Hacker, uma influência em Wittgenstein. A filosofia analítica teve suas raízes em Cambridge, no final do século XIX, caracterizando-se pelo pluralismo metodológico, mas com o projeto inicial comum de analisar a realidade pela decomposição em constituintes simples e pela revelação das suas formas lógicas. Wittgenstein encontrava-se em Cambridge no início do século XX e começou a trabalhar no *Tractatus*, obra que teve um impacto enorme no Círculo de Viena e na Escola de Análise de Cambridge, constituindo, conforme Hacker, a fonte mais imediata da virada linguística na filosofia analítica. Na interpretação desse autor, o *Tractatus* tinha o objetivo de trazer a virada lógica para o centro da filosofia tratando dos seus principais problemas; a linguagem ordinária poderia levar a desentendimentos e enganos, sendo preciso substituí-la por simbolismos capazes de fornecer uma imagem clara da lógica estrutural, sem ambiguidade. A obra pretendia sustentar a natureza da necessidade lógica, a essência da representação e os limites do pensamento.

Hacker (2013) entendeu que se a virada linguística teve como fonte mais imediata o *Tractatus*, foi somente quando o arcabouço metafísico inefável foi descartado que ela se completou, como fizeram o Círculo de Viena, os analistas de Cambridge e o próprio Wittgenstein, nos anos 1930. O autor caracterizou o primeiro como um grupo formado por cientistas filósofos e matemáticos com preocupações filosóficas, reunidos em Viena por volta de 1924 até sua dispersão com o Nazismo. Seus membros compartilhavam o desinteresse pela metafísica, o interesse pela lógica, pela filosofia da lógica e pela filosofia da ciência, agregando o empirismo clássico

a métodos de análise lógico-linguísticas, tendo sido a base do empirismo lógico – uma etapa posterior no curso da filosofia analítica –, com grande influência na filosofia analítica do século XX e com impacto nos EUA. O Círculo de Viena foi influenciado pelo *Tractatus*. Para seus membros, os problemas filosóficos eram problemas de linguagem e deveriam ser estabelecidos no uso de uma metalinguagem; problemas filosóficos poderiam ser dissolvidos com o esclarecimento de que existiam a partir de erros, de enganos ou de ambiguidades da linguagem ordinária. Hacker estabeleceu que Wittgenstein começou a desenvolver sua segunda filosofia a partir de 1929, difundida na obra póstuma *Philosophical Investigations*, de 1953, influenciando o redirecionamento da virada linguística para caminhos não previstos pelo Círculo de Viena de uma maneira geral. Esse Wittgenstein mais tardio, ou segundo Wittgenstein, entendia que problemas filosóficos eram oriundos, principalmente, das formas das linguagens naturais (como mencionado anteriormente, expressão de Hacker para se referir à linguagem ordinária) e da dificuldade de se manter uma representação pesquisável da gramática da determinação de sentido. À filosofia caberia focar em problemas conceituais, que não poderiam ser resolvidos por experimentos, a partir de métodos distintos das ciências naturais, entre os quais o de jogos de linguagem inventados, constituídos por atividades linguísticas, com objetivo de esclarecer práticas linguísticas através de semelhanças e diferenças. O objetivo principal da filosofia seria a resolução e a dissolução de problemas filosóficos, resultantes de confusões conceituais que, uma vez esclarecidas, dariam origem não a um novo saber sobre o mundo, mas ao desenredamento dos nós no nosso entendimento. Essa visão do Wittgenstein tardio teve influência no desenvolvimento da filosofia linguística posterior à Segunda Guerra Mundial, em Cambridge e nos EUA, sendo o centro da filosofia da linguagem ordinária ainda Oxford. A filosofia de Oxford não constituiu uma escola, ao modo do Círculo de Viena, mas foi o coração da filosofia analítica por muitos anos após a Segunda Guerra Mundial. Wittgenstein influenciou alguns mais do que outros naquele ambiente. Os filósofos de Oxford não concordavam com a equivalência de teorias filosóficas e científicas, eram mais frouxos em relação à veracidade ou à falsidade de proposições filosóficas. Apesar da diversidade de visões, no entendimento de Hacker eles compartilhavam ideias meta-filosóficas e metodológicas; o compromisso com a clareza de expressão e a transparência do argumento; e o desgosto pelo obscureci-

mento ou ininteligibilidade. Eles levaram o ramo da linguagem natural da virada linguística na filosofia ao seu apogeu, no pós-guerra até meados dos anos 1970, quando a filosofia linguística começou a declinar, em favor do pragmatismo lógico norte-americano, tendo se transmutado, do ponto de vista de Hacker, em uma ciência cognitiva, em que a filosofia passou a ser entendida como contínua à ciência e da mesma ordem da ciência. Para Hacker, a virada linguística e a filosofia linguística de Oxford (ou filosofia da linguagem ordinária) passaram por críticas devidas a mal-entendidos, que não cabe aqui examinar.

Em síntese, Hacker (2013) sustentou a visão de que a virada linguística na filosofia consistiu em uma mudança relevante na meta-filosofia e no método filosófico, nos anos 1920, misturando-se, por um tempo, com a virada lógica de meados do século XIX, que acabou por desencadear a filosofia da linguagem ideal, característica do positivismo lógico e do pragmatismo lógico. O autor considerou como ramo mais frutífero da virada linguística o da filosofia da linguagem natural, que não buscava construir linguagens formais, mas, sim, a análise conceitual, resultando na descrição e no esclarecimento, com propósitos de iluminar os problemas filosóficos e de eliminar confusões conceituais. Os dois grupos não eram coesos e havia diferenças internas, mas o compromisso de ambos era o exame cuidadoso do uso linguístico como pressuposto da resolução ou da dissolução dos problemas filosóficos.

Rorty (2010) entendeu que os pensadores da virada linguística diferenciavam a lógica da psicologia e relacionavam a filosofia à ciência, mostrando que tudo passava pela linguagem e propondo a disciplina como uma teoria da representação linguística, não como uma teoria da representação em geral. Esse autor apresentou e caracterizou três formas de compreender a obra de Wittgenstein correspondentes a três linhas de pensamento referentes à virada linguística na filosofia. São elas: naturalistas; "terapeutas wittgensteinianos" e "wittgensteinianos pragmáticos". Ele criticou a interpretação naturalista referindo que não leram Wittgenstein e atribuiu a diferença principal entre os dois últimos grupos à forma como compreendem a relação entre os primeiros escritos e o Wittgenstein tardio, ainda que concordem em alguns pontos.

De acordo com o autor, os naturalistas consideram a virada linguística algo do passado e romperam com a visão de Wittgenstein de que a filosofia deveria se ocupar da linguagem. Para eles, a filosofia deveria focar em problemas da imagem manifesta e da imagem científica.

Na visão de Rorty (2010), os "terapeutas wittgensteinianos" deram relevância às últimas páginas do *Tractatus*. Foram assim nomeados por considerarem Wittgenstein mais um terapeuta do que um filósofo com alguma tese ou teoria sobre a linguagem. Para eles, quando Wittgenstein referiu o não sentido, sua intenção primordial era manifestar que há uma confusão entre aquele que fala e suas palavras, que se evidencia na falha do falante em dar um sentido específico a elas. Ao se deparar com comunicações sem sentido, o emissor teria a alternativa de explicar seu uso das palavras, de forma a tornar seus sentidos manifestos. Eles entendem que Wittgenstein não concordou com a doutrina positivista de que problemas filosóficos seriam oriundos de desentendimentos referentes à sintaxe lógica da linguagem; ele sequer acreditava na existência dessas regras; frases que expressavam, na aparência, pensamentos sem sentido, na realidade, não expressavam nenhum pensamento mesmo. Ao contrário dos naturalistas, aceitam a noção da virada linguística na filosofia, atribuindo sua importância ao reconhecimento de que os filósofos falharam ao dar sentido às palavras. Consideram que cabe aos filósofos trazer a linguagem para o uso cotidiano e colocar os problemas diante de nós, sem explicar ou deduzir nada. Rorty (2010), no entanto, pensa que a desconsideração da existência de uma sintaxe lógica torna impossível aceitar a noção da virada linguística na filosofia, de Bergmann, que destacava a relação entre a linguagem e a filosofia como mais próxima e diferente da relação entre a linguagem e outras disciplinas.

"Terapeutas wittgensteinianos" e "wittgensteinianos pragmáticos" concordam na visão de que a diferença aguda entre ciência e filosofia não sobrevive se considerarmos que julgamentos morais podem ser verdadeiros assim como predições empíricas, sugeriu Rorty (2010). Concordam, também, que Wittgenstein não justificou a virada linguística, ele simplesmente estabeleceu uma distinção entre uso cotidiano e uso metafísico da linguagem, esse último podendo ser um uso confuso. O autor detalhou que, no *Tractatus*, os termos "metafísica" e "sem sentido" se distinguem de "linguagem factual ou que retrata a realidade", depois substituído por "o uso cotidiano das palavras"; à filosofia caberia discutir problemas criados pela linguagem em uso equivocado.

No entanto, diferentemente dos "terapeutas wittgensteinianos", Rorty (2010) entende que os "wittgensteinianos pragmáticos" concentram-se nas últimas páginas do Wittgenstein tardio, ou no segundo Wittgenstein,

e se deparam, em seus escritos, com subsídios para uma visão pragmática da verdade e do conhecimento. Não se atêm nas passagens que os terapeutas julgam ser mais importantes; preferem valorizar uma teoria melhor manifestada no *Philosophical Investigations*, do que uma teoria ruim sobre a relação entre linguagem e não linguagem, como a oferecida no *Tractatus*. Distanciam-se dos problemas metafísicos pré-Kantianos, objetivados no pensamento naturalista, que consideram parte da história da filosofia em uma época particular. As noções de representação relacionando a linguagem e a não linguagem surgiram para tentar distinguir frases que representam coisas reais das que não representam; para os pragmáticos, a grande contribuição de Wittgenstein seria retirar a questão representacional do centro dos problemas filosóficos. De acordo com essa interpretação, Wittgenstein teria mostrado que a metafísica não é necessária. Esses leitores entendem que pode ser mais produtivo substituir o foco na experiência, no pensamento e na consciência pelo foco na ajuda que a linguística pode dar à filosofia, no sentido de repensar alguns de seus problemas e de dissolver outros. Valorizam, no *Tractatus*, a ideia de que a essência de um objeto é determinada pelo que se diz sobre ele, numa visão não representacional. Os "wittgensteinianos pragmáticos", entre os quais o próprio Rorty (2010), concebem a linguagem e o pensamento como prática social, em substituição à visão da linguagem e do pensamento como representação. Defendem que qualquer coisa terá sentido se houver a tentativa de lhe conferir um sentido pela conversa. Assim, acreditam que não há distinção entre com sentido e sem sentido. Entendem que não há justificativa para tomar a linguagem como fonte de problemas filosóficos. Criticam os positivistas que iniciaram a virada linguística na filosofia pensando que há diferença importante entre o progresso na ciência empírica e o progresso na filosofia. Entendem que certos problemas se dissolvem e cedem lugar a outros tanto na ciência quanto na filosofia, e que ambas ajudam a circular melhor no mundo, sem diferença de métodos; apenas denominamos ciência uma teoria nova que leva à predição e chamamos filosofia se não. Os leitores pragmáticos entendem que Wittgenstein mudou sua concepção da lógica e da linguagem ao longo de sua obra e concordam que não há nada importante a ser dito a respeito da relação entre linguagem e mundo – entidades que substituem sujeito e objeto. Mesmo assim, Rorty (2010) não desconsidera a relevância do movimento, que expandiu a atenção dos filósofos da experiência para o comportamento linguístico. Esse au-

tor entende que filósofos podem compartilhar a busca por algo essencial, que permanece além das palavras com que é descrito, numa espécie de contato direto com a realidade; isso, contudo, não caracteriza a condição humana. Para ele, a filosofia é uma conversa contínua.

O deslocamento da centralidade da questão representacional na linguagem e no pensamento pela visão pragmática na filosofia está em harmonia com a perspectiva pós-estruturalista da crítica francesa, que se desviou da preocupação com o signo e com a representação para se ater ao significante e aos seus deslocamentos. As preocupações metafísicas na filosofia, assim como o foco na apreensão do sentido nos processos linguísticos, semiológicos e semióticos cederam lugar a uma visão de linguagem e de pensamento não estáticos, cujos contornos são mais maleáveis, cujo estabelecimento passa por um processo (de conversa, de significante em significante) e que é sempre temporário. Não há mais o sem sentido, todo sentido é possível desde que se busque o entendimento através das trocas linguísticas; não há mais o significado preso, mas a semiose infinita. A linguagem, o pensamento e a significação assumem a dimensão de um horizonte. Acreditamos que a noção de linguagem como prática social, em que o entendimento do sentido passa pela conversa contínua, implica circunstâncias específicas, ou as condições expostas por Habermas na sua Teoria da Ação Comunicativa, ainda que em muitos casos apenas idealmente.

Considerações finais

Este ensaio foi estruturado linearmente, ao modo de um dicionário histórico-crítico, trazendo definições relevantes aos campos da linguística, semiologia, semiótica, crítica estruturalista e pós-estruturalista francesa, destacando alguns problemas e discussões que geraram pontos de vista diversos, na tentativa de fornecer e de esclarecer um vocabulário que instrumentasse a compreensão da comunicação caracterizada pela pós-verdade, do ponto de vista da linguagem e dos processos de significação. Abordamos como Saussure caracterizou o modo de funcionamento da língua, possibilitando uma compreensão mais profunda da estrutura que pavimenta as manifestações específicas, e como Barthes, Peirce, Eco e a virada linguística na filosofia, com os respectivos conceitos e elaborações,

forneceram subsídios para o aprofundamento da compreensão e para a crítica aos modos de comunicação em contextos sociais diversos. Com isso, procuramos reconstituir algumas bases que fundaram os desenvolvimentos no estudo da linguagem verbal e de outras sem, contudo, examinar mais detidamente a relação com o fenômeno da pós-verdade. Há alguns pontos importantes a ressaltar agora.

O primeiro princípio trazido por Saussure e discutido por Benveniste afirma que o signo é arbitrário em relação ao que lhe é externo, isto é, em relação ao que ele reenvia. Sendo assim, esta associação pode mudar, mas a força do acordo social e da tradição de uma comunidade linguística constrangem a mudança. Numa sociedade pós-moderna – como se referiu Bauman (1995) –, ou na "modernidade líquida" – como o autor passou a se referir posteriormente (Bauman, 2000) –, em que os laços sociais e comunitários são frouxos e a tradição deixa de ser reconhecida no seu papel constituinte, os acordos linguísticos se tornam igualmente escorregadios. O compromisso com o valor da palavra, que na perspectiva estruturalista da modernidade – que Bauman (2000) passou a chamar de "modernidade sólida", aludindo a uma fase anterior à "modernidade líquida" – adquiria sua identidade por contraste com outras, torna-se nebuloso. Isso não quer dizer, contudo, que cada um possa usar signos como bem quiser, o que colocaria a comunicação em prejuízo. Mas, com as novas tecnologias, com o descentramento, com a velocidade e com o anonimato nas comunicações pela Internet, criaram-se condições para que não fosse preciso e nem socialmente valorizado o papel absoluto que a tradição e as convenções sociais comunicativas exerceram no passado. Podendo mudar em relação a um referente, por que um signo não mudaria? Apenas pela força da tradição, pelo compromisso das pessoas, pelo exercício da ética, que no mundo hoje não parecem desempenhar a mesma ação social de impedir ou dificultar a mudança. Se na modernidade, ou no período da modernidade sólida, a arbitrariedade do signo fazia com que ele fosse imutável e adquirisse sua identidade e seu valor a partir dos contrastes (o mundo ordenado em oposições), no contexto atual a arbitrariedade do signo possibilita transformações, deslizamentos, deslocamentos, desde que haja uma comunidade que aceite e a comunicação siga ocorrendo. Isso se dá porque cada comunidade estabelece os valores dos signos e, ao fazer isso, mostra os sistemas de pertinências considerados relevantes dentro de um universo de possibilidades. A sociedade contemporânea, por sua

atividade social e porque a linguagem possibilita em sua estrutura, elegeu como pertinente que a verdade perdeu significação. Como o objeto está ausente mesmo – na definição de signo de Peirce –, o signo pode reenviar a qualquer coisa, à verdade, à inverdade ou à meia-verdade. Fazer uso de signos para remeter a uma inverdade sob a atmosfera de uma verdade é plausível na linguagem simbólica e até mesmo icônica, pois não é necessário o objeto, aliás, ele precisa estar ausente – é apenas nos índices que a realidade precisa ter existido e mesmo assim são interpretados de maneiras diferentes pelas diversas culturas. É aceitável, do ponto de vista da língua, fazer uso de signos para criar intencionalmente evidências falsas (como Barthes mostrou em suas mitologias), que assumem a aparência de verdadeiras e são consumidas e aceitas como tal. O que nos parece novo, neste momento, é o uso de signos para afastar a necessidade da verdade ou da mentira, que passou a importar pouco, desde que certas crenças fiquem asseguradas pela acumulação de pessoas que sejam convencidas delas, ainda que por períodos passageiros. O novo está no uso de signos na vida cotidiana, fora da ficção, que passam ao largo dos fatos; indiferentes a eles, reenviam a outros criando uma camada distinta, onde a ação social sustenta algo que pode não ser ou nunca ter sido. Veracidade ou falsidade, existência ou inexistência, não fazem a menor diferença. A própria filosofia, como uma atividade reflexiva, tendo se afastado das questões metafísicas a partir da virada linguística, tendo se desviado da preocupação com a linguagem e com o pensamento, voltados à representação, para priorizar a palavra como ação social de troca e de entendimento, na busca pelo sentido – como entendem os pragmáticos –, situou-se, com isso, mais distante dos fatos. Mas, ao construir o argumento de que qualquer coisa pode ter significação, se houver a tentativa de conferir um sentido pela palavra, a filosofia fornece instrumentos para que possamos compreender como é possível entender, aceitar, acreditar e agir com base em algo transmitido pela linguagem sem que esse algo necessariamente exista, sem que seja verdadeiro ou falso.

Se a objetividade como ideal da ciência moderna, com a palavra medida, objetificada, virara uma impostura, como disse Barthes, não seria a pós-verdade uma reação? Que os signos possam ser usados para dizer uma mentira, tanto quanto uma verdade, como ressaltou Eco, é muito interessante do ponto de vista do estudioso; mas que efeitos podem decorrer desta liberdade? Se os limites do meu mundo são os limites da minha

linguagem, como afirmou Wittgenstein, a pós-verdade, como uma indiferença aos fatos, não seria adjetivo de um mundo sem verdade e sem mentira, de um mundo sem limites éticos?

Referências

Bauman, Z. (1995). *Modernity and Ambivalence.* Cambridge: Polity Press. (Original publicado em 1991)

Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity.* Cambridge: Polity Press.

Barthes, R. (1972). *Elementos de semiologia.* São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1964)

Barthes, R. (1977). Change the Object Itself: Mythology Today. In R. Barthes, *Image, Music, Text*, essays selected and translated by S. Heath (pp. 165-169). New York: The Noonday Press. (Escrito em 1971)

Barthes, R. (1985). Day by Day with Roland Barthes. In M. Blonsky (Ed.), *On Signs* (pp. 98-117). Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press. (Escrito em 1978-1979)

Barthes, R. (1987). *Mitologias*. (7ª ed.). São Paulo: Bertrand Brasil, DIFEL. (Original publicado em 1957)

Barthes, R. (1988). *Mythologies*. New York: The Noonday Press. (Original publicado em 1957)

Barthes, R. (1993). Mythologies suivi de Le Mythe, aujourd'hui. In R. Barthes, *Oeuvres Complètes: Tome I 1942-1965,* édition établie et présentée par É. Marty (pp. 559-722). Paris: Éditions du Seuil. (Original publicado em 1957)

Barthes, R. (2011). *The Preparation of the Novel: Lecture Courses and Seminars at the Collège de France, 1978-1979 and 1979-1980,* translated by K. Briggs, text established, annotated, and introduced by N. Léger. New York. Columbia University Press. (Original publicado em 2003)

Benveniste, E. (1971). The Nature of the Linguistic Sign. In E. Benveniste, *Problems in General Linguistics* (pp. 43-48). Coral Gables, Florida: University of Miami Press. (Original publicado em 1939)

Culler, J. (1979). *As ideias de Saussure.* São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1976)

De Man, P. (1990). Roland Barthes and the Limits of Structuralism. *Yale French Studies, 77,* 177-190. (Escrito em 1972)

Eco, U. (1976). *A Theory of Semiotics.* Bloomington: Indiana University Press.

Eco, U. (1985). Producing Signs. In M. Blonsky (Ed.), *On Signs* (pp. 176-183). Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press.

Hacker, P. M. S. (2013). The Linguistic Turn in Analytic Philosophy. In M. Beaney (Ed.), *The Oxford Handbook of The History of Analytic Philosophy* (pp. 926-947). Oxford: Oxford University Press. Recuperado de http://info.sjc.ox.ac.uk/scr/hacker/docs/TheLinguisticTurn.pdf Acesso em 18 de junho de 2017.

Harris, R. (1989). Translator's Introduction. In F. de Saussure, *Course in General Linguistics,* edited by C. Bally & A. Sechehaye with the collaboration of A. Riedlinger, translated and annotated by R. Harris (pp. ix-xx). La Salle, Illinois: Open Court.

Jakobson, R. (1971a). On the Relation between Visual and Auditory Signs. In R. Jakobson, *Selected Writings Vol. II – Word and Language* (pp. 338-344). The Hague, Paris: Mouton. (Apresentação oral em 1964, original publicado em 1967)

Jakobson, R. (1971b). Visual and Auditory Signs. In R. Jakobson, *Selected Writings Vol. II – Word and Language* (pp. 334-337). The Hague, Paris: Mouton. (Escrito em 1963, original publicado em 1964)

Marková, I. (2003). *Dialogicality and Social Representations: The Dinamics of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (1984). The Phenomenon of Social Representations. In R. M. Farr & S. Moscovici, *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.

Rorty, R. (2010). Wittgenstein and the Linguistic Turn. In A. Ahmed (Ed.), *Wittgenstein's Philosophical Investigations: A Critical Guide* (pp. 129-144). Cambridge: Cambridge University Press. (Original publicado em 2006) Recuperado de http://wittgensteinrepository.org/agora-ontos/article/viewFile/2247/2233 Acesso em 18 de junho de 2017.

Saussure, F. de. (1989). *Course in General Linguistics,* edited by C. Bally & A. Sechehaye with the collaboration of A. Riedlinger, translated and annotated by R. Harris. La Salle, Illinois: Open Court. (Original publicado em 1916)

Saussure, F. de. (1983). *Curso de linguística geral* (11ª ed.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1916)

Thirwell, A. (2010, December 8). My Novel, My Novel. *New Republic.* Recuperado de https://newrepublic.com/article/79745/novel-roland-barthes-realism Acesso em 22 de junho de 2017.

Wittgenstein, L. (1922). *Tractatus Logico-Philosophicus*, with an introduction by B. Russell, edited and translated by C. K. Ogden. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. (Original publicado em 1921) Recuperado de http://www.gutenberg.org/files/5740/5740-pdf.pdf?session_id=0137f37283e42d123b70f6ec3c9676fae19412a9 Acesso em 15 de junho de 2017.

ENSAIO 3

COMUNICAÇÃO E RETÓRICA: UM CONTEXTO TEÓRICO PARA PENSAR A PÓS-VERDADE

GLAUCO CAVALHEIRO E CAROLINA GANDON BRANDÃO

Introdução

É neste contexto que emerge a discussão acerca da pós-verdade: em um cenário em que estratégias retóricas historicamente empregadas e divulgações de inverdades, que já existiam nas mídias tradicionais, apresentam novas nuances com a utilização das novas tecnologias de informação. Amparados mais nos sentimentos do que na razão, fatos falsos ganham credibilidade, repercutem rapidamente e provocam impactos ainda pouco claros nos processos sociais.

A partir da compreensão de que há um mundo partilhado a cada evento comunicativo, de que a comunicação carrega em si ideologias e dimensões éticas e de que diversas estratégias são empregadas para sobrepor ideias, objetivamos construir subsídios para compreender as condições que viabilizam a linguagem distanciar-se dos fatos, provocar dúvidas e certezas, polarizando opiniões. Através da relação entre os campos comunicação e linguagem, e da revisão sobre os caminhos traçados pela retórica ao longo da história, suas estruturas e características, pretendemos evidenciar a importância de refletir sobre os processos comunicacionais e retóricos na atualidade.

Sob as perspectivas de Habermas e Wolton, examinaremos a Teoria da Ação Comunicativa e a comunicação mediada pelas novas tecnologias, que aceleraram a circulação de mensagens e tornaram mais visível a pluralidade de opiniões. Introduziremos, então, estudos sobre a retórica, trazendo a base construída por Bauer, Glaveanu e Billig, a fim de propor uma perspectiva que encontra no estudo das técnicas discursivas um caminho para entender como a deterioração da ética e da análise factual nos discursos e na propagação da informação abre espaço para que a paixão seja o principal balizador para determinar a visão de verdade e mentira, dentro do contexto pós-verdade.

Comunicação e linguagem

Jovchelovitch (2017) destaca a relevância das ideias de Habermas acerca da capacidade humana de comunicação, que é universal e inerente às estruturas que todos dominam na aprendizagem de um idioma. Ao aprender uma língua, aprendemos mais que uma lista de palavras e regras de sintaxe, adquirimos uma capacidade de expressar algo através de signos, construímos uma visão de mundo. Além de articular um conjunto de sinais, os atos de fala pressupõem habilidades de interações simbólicas, denominadas como competência comunicativa.

Em seu estudo sobre a obra de Habermas, Thompson (1984) sintetizou a concepção de competência comunicativa como as qualificações que a pessoa deve possuir, além da habilidade linguística de unir palavras em sentenças, para participar de uma conversa, inserindo frases em atos de comunicação, produzindo domínios de realidade. Mais que estruturas gramaticais, o falante domina representações que fazem sentido em determinado lugar em um dado momento.

A linguagem carrega pressupostos intrínsecos em relação à estrutura e ao conteúdo: a cada ato de fala, pressupomos que a pessoa domina um sistema de referência – pronomes, expressões de espaço e tempo, verbos – e determinados jogos de linguagem, que estabelecem significados e contextos de uso. Ao dizer "bom dia", por exemplo, pressupomos que a sentença será entendida como uma saudação e não como a afirmação de que é um dia bom. Esses sentidos fazem com que a mesma frase seja compreendida em determinada cultura e em outra não, mes-

mo que traduzida, porque a língua vive e é viva dentro de cada sociedade (Thompson, 1984).

Assim, há uma relação intrínseca entre linguagem e comunicação, em que a aprendizagem de um idioma pressupõe a apropriação dos sentidos em determinada sociedade, e o domínio desse conjunto de signos viabiliza que se estabeleça a troca de significados, ideias e visões de mundo entre os falantes. Guareschi (2013) coloca que a linguagem é o instrumento, meio, um filtro que influencia as relações e a construção da vida em sociedade, enquanto a comunicação possui dimensões mais amplas, ao trazer em si valores e uma ética.

Marcondes Filho (2016) ressalta o poder transformador da comunicação, que tem a capacidade de perturbar nossas estruturas internas e provocar resultados imprevisíveis. Fenômeno insondável, não se consegue examinar na sua totalidade, mas se reconhece, pelo rastro das marcas dos elementos novos que formou. Comunicar produz sentidos e efeitos que reverberam internamente com a variável tempo e provocam resultados imensuráveis em um processo complexo, que é "subjetivo, social, cultural, ideológico, afetivo" (p. 19).

Através da linguagem, campo simbólico partilhado, a pessoa se relaciona com a outra, com o mundo e com ela mesma, externando as percepções construídas internamente. Ao se comunicar, mais que enviar e receber mensagens, ela se expressa, interage, produz representações e narrativas. O discurso liga, pela fala, o que está dentro – crenças, valores, intenções, sentimentos, desejos – ao que está fora. Não se sabe como cada conteúdo será entendido no campo de percepção do outro, formado por vivências e conceitos distintos. Essa troca de sentidos acontece diariamente na fala cotidiana e constrói, a cada diálogo, uma situação-nós, que pertence ao mundo compartilhado do eu e do outro (Jovchelovitch, 2017).

Comunicação e sociedade

Segundo Wolton (2010), as pessoas se comunicam para seduzir, convencer pelo melhor argumento a acreditar em algo ou simplesmente pela vontade de trocar. Ao mesmo tempo em que é inerente ao ser humano, a comunicação é um fenômeno complexo, que envolve dife-

renças individuais e planos subjetivos; esbarra em desarmonias – diferentes formas de pensar, sentir, perceber e opinar sobre um mesmo fato. Experimentando o incerto, as pessoas buscam levar seus sentimentos e ideias à compreensão do outro em um processo cujo resultado positivo é a convivência.

A conciliação dos desacordos pode ocorrer de diversas formas, como pela autoridade ou pela tradição, mas, para Habermas, é apenas através do diálogo sustentado pela razão, quando os atores argumentam de forma não coercitiva, negociando diferentes pretensões de validade, que se constrói um ato comunicativo (Jovchelovitch, 2017).

Nas suas sínteses da investigação de Habermas sobre os pressupostos para o bom desempenho da comunicação denominada como pragmática universal, Thompson (1984) e Jovchelovitch (2017) definem ação comunicativa como diálogos não coercitivos nos quais os participantes buscam a compreensão acima dos seus sucessos individuais, orientados para o entendimento mútuo e não para influenciar ou exercer o domínio sobre o outro, como acontece na ação estratégica. A cada argumento, os falantes suscitam e respondem a pretensões de validade que operam nas dimensões proposicional – acerca do conteúdo, do mundo objetivo –, intersubjetiva – das relações eu-outro – e expressiva – ligadas ao eu, mundo interior expresso na fala. Essas pretensões de validade dependem do contexto, pois só se compreende o significado daquilo que é entendido em determinada cultura. Propõe que, ao comunicar, a pessoa reivindica que aquilo que é dito é inteligível, pode ser entendido no jogo social no qual o ato comunicativo faz parte, que o conteúdo é verdadeiro, pelo menos até onde se consegue saber, correto gramaticalmente e socialmente, e que está sendo sincera. Habermas integra as dimensões racional (*logos*), interativa (*ethos*) e subjetiva (*pathos*) e propõe uma Ética do Discurso, em que as pessoas respeitam os saberes individuais e, em uma conversa em condição de igualdade, fundamentam seus pontos de vista visando a construção de um acordo sobre a verdade do fato, ainda que temporário. O conteúdo proposto é suscetível à validação e pode ser questionado em um processo reflexivo, não impositivo ou dogmático, em que os envolvidos cooperam em busca da verdade.

Na vida social, entretanto, percebemos as distorções desse processo nos discursos orientados para influenciar ou enganar. A forma como a mídia destaca temas e trabalha seus modos de dizer corrobora para determi-

nadas construções de imagens que formamos de organizações, acontecimentos e personalidades; o discurso publicitário constrói representações e evoca sentimentos voltados ao consumo; atores e partidos políticos, na busca pelo poder, se utilizam de estratégias para sobrepor as suas versões dos fatos; na fala comum do dia a dia, as pessoas argumentam de forma persuasiva, visando a determinados interesses ou simplesmente sobrepor seus pontos de vista.

Considerando que a língua ocupa um papel central na sociedade, fornecendo referências simbólicas que possibilitam a comunicação humana, e que os atos de fala carregam em si mais que palavras, trazem consigo visões de mundo, intenções, informações, concepções e ideologias, é clara a necessidade de pensar a ética nos atos comunicativos, que podem acontecer em um diálogo de respeito e igualdade orientado para a compreensão, ou em um diálogo de imposição, dominação, engano e exclusão (Guareschi, 2013).

A comunicação entrelaça as relações sociais. Através da expressão de ideias e da argumentação, os seres humanos se relacionam, convivem, orientam ações e constroem a vida em sociedade. Na perspectiva idealizada por Habermas, ações comunicativas que superam processos retóricos de influência e persuasão em prol de uma comunicação orientada pela ética contribuem para a estruturação de uma sociedade que sobreporia os interesses da coletividade acima dos objetivos de pequenos grupos.

Progresso tecnológico, informação e comunicação

O rápido desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação nos últimos anos modificou significativamente a vida social. Os dados tornaram-se menos palpáveis, passando do papel, ao disquete, à nuvem; a Internet conectou o mundo; os processos tornaram-se instantâneos, a vida mais dinâmica. As mudanças nos meios e nas técnicas alteraram as relações entre as pessoas e a notícia, desencadeando transformações na esfera política, nos comportamentos e desejos, nas diversas áreas do conhecimento e profissões.

Castells (2013), em entrevista para a Revista Época, afirmou que a Internet é também um produto cultural, organizada a partir de valores

atuais da sociedade, como autonomia e liberdade. Através dessa rede, se expressam atores coletivos e circulam mensagens sem burocracia ou hierarquia, que não passam por partidos políticos ou jornais, favorecendo o surgimento de movimentos autônomos. Sob essa ótica, as novas tecnologias desempenham um papel importante à emancipação individual e coletiva, em que as relações hierárquicas de transmissão de informações, antes restrita a grandes veículos, dão lugar a situações de igualdade, nas quais todos podem ser receptores e atores.

O progresso tecnológico possibilitou acelerar a produção, transmissão e circulação de mensagens, alterando relações sociais. Nesse cenário, a pessoa filtra, recusa ou aceita as informações, resiste às mensagens que a incomoda e compartilha aquilo que expressa a sua visão de mundo. Diante da pluralidade de fontes, falas e versões, também se constrói um lugar de incerteza, relativização e, segundo Castells (2013), se vive o desafio de saber o que procurar e de como estruturar tanta informação em conhecimento.

Wolton (2010) argumenta que o progresso tecnológico é ambíguo, pois ampliou a interatividade e a circulação de mensagens, mas não aumentou a nossa comunicação. Apesar de existir uma relação intrínseca – pois não existe comunicação sem informação, nem informação sem um projeto de comunicação – a comunicação é algo mais complexo. Enquanto informação (mensagem) relaciona-se com acontecimento, comunicação (relação) pressupõe vínculo e compartilhamento. O autor aponta que, no novo contexto tecnológico, vem ocorrendo uma inversão de sentidos, onde a informação se impõe – tudo é signo e interação –, enfatizando a ideia de comunicação automática.

As novas tecnologias desempenham um papel social relevante, ao encontro dos ideais democráticos de liberdade de informação e expressão. Entretanto, há um grande número de emissores expressando suas opiniões, mas pouco diálogo e argumentação orientados ao entendimento. Incontáveis mensagens são enviadas por numerosos autores, heterogêneos e reticentes, com diversas representações e visões de mundo. No passado, alimentava-se a ideia de que quanto maior e mais ágil fosse o acesso à informação, maior seria a comunicação, mas a interação social através das novas tecnologias tem ressaltado nossas diferenças, muitas vezes expressas de forma agressiva, sustentadas em conteúdos falsos e pouco orientadas ao entendimento. Comunicar é mais que informar, pressupõe um

mínimo de tempo, respeito, confiança mútua e tolerância para acontecer e nos desafia a negociar, pelo uso da razão, pontos de vista contraditórios, administrando pacificamente as diferenças que nos separam (Wolton, 2010).

De acordo com os conceitos propostos por Habermas – argumentação orientada ao entendimento mútuo – e Wolton – negociação de percepções distintas – as novas tecnologias favoreceram o acesso e o envio de mensagens, mas não aumentaram a comunicação. Esse cenário evidencia o desafio de entender e conciliar lógicas antagônicas, coabitando diferentes visões de mundo na busca pela convivência pacífica e de um agir comum, nessa realidade em que a abundância de informações mascara a realidade da nossa incomunicação (Wolton, 2010).

Muitos querem expressar seus sentimentos e perspectivas sobre personalidades e acontecimentos, através de publicações, comentários e compartilhamentos de notícias e ideias, mas poucos conferem a veracidade dos fatos, principalmente quando vão ao encontro de suas opiniões, ou buscam a compreensão sobre os discursos proferidos pelos diferentes lados. A rapidez com que inúmeras mensagens, verdadeiras ou falsas, circulam na rede provoca alterações nos comportamentos e torna nossas diferenças ainda mais visíveis, principalmente em relação às questões sociais complexas e ao campo político.

Diante de uma pluralidade de vozes e versões que provocam incertezas, diversas estratégias são construídas para que determinadas ideias se sobressaiam em detrimento de outras. Esses arcabouços de persuasão, utilizados ao longo da história, ganham outras formas com o novo cenário tecnológico, como, segundo Minozzo (2007), o uso de programas de computadores e algoritmos para alavancar tópicos de debate, disseminar notícias e ideias. Essas táticas aplicadas para a venda de produtos e promoção de marcas vêm sendo utilizadas, também, na tentativa de confundir as pessoas e influenciar a opinião pública[1].

Na seção seguinte, analisaremos as diferentes origens e características desse mecanismo de comunicação persuasiva que se aproxima do fenômeno pós-verdade: a retórica.

1 Aqui, entendida, na definição clássica, como um somatório de atitudes e crenças individuais expressas a favor ou contra uma condição, tema ou pessoa; referindo-se a um conjunto multi-individual e não propriamente social (para um aprofundamento do conceito e crítica a ele, cf. Amon, Guareschi, Roso & Veronese, 2014).

Ainda se pode falar de retórica?

A retórica é muito conhecida por conta do seu papel na sociedade ocidental. Dominar as palavras e a capacidade de convencer nunca deixou de ser sinônimo de poder e até hoje figuram como características importantes para a satisfação de determinados objetivos. Postulações que sugerem que se tenha segurança, acredite em si mesmo e fale com atitude são conselhos recorrentes no meio empresarial para a construção de um espaço de legitimação. Cursos de retórica e oratória prometem ajudar os mais tímidos a desenvolverem técnicas para sobrepor esta característica de comportamento em função de um pressuposto sucesso na vida, coisa que, aparentemente, não chegaria àqueles que não possuem o poder de falar bem. Na política e na vida pública em geral, a retórica tem uma tradição histórica. No entanto, algumas esferas do pensamento abandonaram a retórica em prol do pensamento científico. O retrato positivista da ciência não admite que técnicas discursivas que apelem ao convencimento da emoção produzam um discurso que busca desvelar a "verdade". Muito antes de Descartes, a crítica platônica já ressoava pela Ágora e contestava a relação entre a retórica e a busca daquela que seria a única razão virtuosa de viver. Platão é reconhecido por ser crítico à dita prática democrática que acontecia no espaço de discussão da *polis*. Os duelos retóricos dos sofistas buscavam o conhecimento em prol de suas causas – das causas daqueles que os pagavam – e, para o filósofo discípulo de Sócrates, isso pouco tinha a ver com a busca pela verdade através da contemplação dos sinais do mundo.

Por mais tortuosos que tenham sido os caminhos traçados pela retórica ao longo da história, a presença do discurso persuasivo permeia de forma vívida as práticas sociais contemporâneas. Da publicidade e propaganda à política, se sobrepõe aos fatos e tece uma nova cortina de realidade que é embelezada com elementos que são pertinentes àqueles que escutam. Se antes a construção daquilo que deveria ser dito partia das intenções discursivas do enunciatário, hoje essa modulação temática e estética conta com poderosas ferramentas para serem desenvolvidas.

Na publicidade, a profusão de dados produzidos pela vida em rede digital permite um mapeamento complexo e eficiente dos interesses, gostos e hábitos dos indivíduos, segmentados em grupos e denominados como consumidores. Na comunicação política, esta realidade está em pleno voo

e este assunto será minuciosamente discutido mais à frente neste livro. Trataremos, agora, de retomar alguns elementos da retórica a fim de entender o seu papel fundamental no contexto pós-verdade e pavimentar o caminho para compreender os elementos constitutivos deste fenômeno, que serão demonstrados nos ensaios seguintes.

Vale, portanto, ressaltar que, a todo momento nestas construções de elucidação teórica, estamos lidando com um tema que tem impacto direto nos caminhos da vida pública e social. A retórica não pode, pensamos nós, ser observada como uma estratégia técnica à moda do positivismo, mas poderia ser compreendida como uma ferramenta potente para a obtenção e manutenção de poderes, como uma estratégia propriamente ideológica, conforme apontado previamente no ensaio a respeito dos estudos de linguística. Isso não deixaria a retórica numa condição unicamente negativa, mas, sim, como uma potente ferramenta para a manutenção ideológica. Como coloca Barthes (1990, p. 40), "à ideologia geral, correspondem, na verdade, significantes de conotação que se especificam conforme a substância escolhida. Chamaremos a esses significantes *conotadores* e, ao conjunto dos conotadores, uma *retórica*: a retórica aparece, assim, como a face significante da ideologia". Temos, portanto, uma estrutura produtora de conotações cuja capacidade de produzir convencimento é amplamente reconhecida e utilizada. Ela forma "os elementos de um código" (Barthes, 1987, p. 108) que pode ser vigente por mais ou menos tempo. Embora o autor esteja tratando da retórica em função das obras literárias, a sua colocação sobre essa relação de produção de conjuntos de signos em uma sociedade está diretamente relacionada à força que a linguagem imprime às nossas condições de existência. Adiante, exploraremos o caminho da retórica ao longo do tempo a fim de entender como a análise da sua estrutura pode contribuir com a compreensão da pós-verdade.

Perspectiva histórica

O desenvolvimento das técnicas discursivas para fins de persuasão é uma prática que tem seus primeiros vestígios catalogados por volta do século V a.C. (Bauer & Glaveanu, 2017). A retórica jamais saiu do cotidiano, embora seu estudo tenha sido questionado pelo cientificismo positi-

vista. Da Grécia antiga aos tempos de hoje, em que o termo pós-verdade caracteriza a fatia da comunicação que nos interessa investigar neste livro, alguns elementos se atualizaram enquanto outros permanecem tais como discutidos nos primórdios dos estudos sobre como persuadir pela palavra.

Bauer e Glaveanu (2017) pontuam quatro possíveis definições do que poderia ser a retórica. A primeira ilustra a polêmica platônica expressa no diálogo "Górgias", onde o filósofo grego denuncia a prática sofista como mero deleite público em detrimento à busca pela verdade, o que, para Platão, representaria a verdadeira virtude. A segunda definição é construída pelos autores com referência a Poulakos, apresentando a retórica como um "raciocínio púbico e uma heurística de encontrar os melhores meios de persuasão [...]" (Poulakos in, Bauer & Glaveanu, 2017, p.288) a fim de propiciar uma negociação ou acordo público; uma ideia de Aristóteles que inspirou o pensamento de Habermas, no sentido de propor uma pragmática universal, em que a compreensão mútua é possível através da ação comunicativa, como explorado anteriormente. A terceira definição vem da Roma de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) e postula a primazia da experiência em relação à teoria. O ideal romano, neste caso, pontua que um bom orador é legitimado por suas virtudes morais. Com a queda do Império Romano, a retórica recuou e só reapareceu no Renascimento. Na Reforma e no Iluminismo, mais uma vez ela voltou ao esquecimento e só retornou à discussão como o fim da Segunda Guerra Mundial. Por fim, a quarta definição diz respeito à perspectiva romana, a arte de falar bem. Nessa fase, a retórica virou pura eloquência quando a sua função era simplesmente ornamentativa.

Neste vai-e-vem de reputação, a retórica oscilou entre a concepção de ferramenta para a tirania e instrumento de luta e libertação. Na história mais recente, podemos observar o surgimento de líderes de regimes fascistas do século XX que ascenderam ao poder e à legitimidade discursiva através de uma grande capacidade de persuasão e de despertar emoções através de suas falas. Seja por inspiração ou treinamento planejado, a capacidade de falar bem, seja numa perspectiva de manipulação ou de enfrentamento ideológica, parece estar diretamente ligada à obtenção de poder através da legitimação social massiva. Observando brevemente o caminho histórico, podemos perceber uma uniformidade das constatações que apontam nesta direção.

Assim, além de conhecer a história e as oscilações de reputação da retórica, é interessante entender como ela se constitui e quais são os elementos do discurso que, durante tantas reviravoltas históricas, parecem despertar as emoções, seja por repúdio, seja por paixão. É o que buscaremos na seção seguinte.

Estruturas discursivas no estudo da retórica

Em seu texto no livro *Psicologia Social da Comunicação*, os autores Bauer e Glaveanu (2017) postulam que "a persuasão é a função social total, e não apenas palavras sozinhas" (p. 292). Esse cânon tem respaldo na obra de Roland Barthes e descreve uma estrutura de 2500 anos. As preocupações, portanto, se concentram nos elementos de situação, gêneros, faculdades, figuras de linguagem e as formas de prova. Na Era Pós-verdade, reconhecer esses elementos é um caminho profícuo para poder refletir criticamente sobre os processos de comunicação que estamos enfrentando.

A *situação* diz respeito à conjuntura do problema a ser contextualizada no discurso retórico e é composta por quatro variáveis. A primeira refere-se a uma exigência, um problema a ser resolvido. A segunda, sobre o timing, a hora certa de articular um discurso. A terceira, sobre quem é a audiência para a qual se fala, e a quarta sobre que persona incorporar na hora de conduzir um discurso (Bauer & Glaveanu, 2017, p. 291). Essa estrutura apresenta uma perspectiva para entender o ambiente onde o trabalho retórico será desenvolvido.

O *gênero* discute a tipificação dos discursos retóricos, classificando-os em deliberativo, judicial e epidíctico, em que cada um engendra uma espacialidade institucional e uma temporalidade para acontecer, sendo, por exemplo, numa assembleia para discutir o futuro, em um julgamento para discutir o passado ou em uma celebração para discutir o presente.

Já as *faculdades*, ou competências da educação retórica clássica, são divididas em cinco: a invenção, a composição, o estilo, o treino da memória e a exposição. Elas dizem respeito, respectivamente, à capacidade de encontrar os melhores novos argumentos para uma situação já existente, ou seja, "apanhando as pessoas onde elas já estão" (Bauer & Glaveanu, 2017, p. 294); a composição fala sobre como construir o enredo de forma que a atenção seja sempre mantida; o estilo explora o sentido figurativo,

as figuras de linguagem e a prática de uma fala não literal, capaz de construir metáfora e prender a atenção do espectador além dos fatos; as técnicas de memórias abrangem o ensino de técnicas contextuais para estimular imagens vívidas; por fim, a exposição diz respeito à linguagem corporal aplicada para fins de convencimento da audiência, tais como respiração, tom de voz, velocidade, ritmo etc.

A categoria das *formas de prova* é a que mais nos interessa na construção desta perspectiva e por isso será desenvolvida separadamente na seção seguinte. É justamente nesta dimensão da análise que se concentra a capacidade mais evidente que os modos de produção discursiva têm de arrastar multidões para além da razão.

A primazia do *pathos* e hipnose social

O sinônimo de "estar certo" é "ter razão". Ambas expressões estão circunscritas no ato de ter o discurso do que se fala mais próximo aos acontecimentos que possam ser comprovados empiricamente. Assim se constrói uma perspectiva da verdade que encontra na relação discurso-fato o seu lugar de existência. Dessa forma, diz-se que quando alguém tem razão é porque aquilo que postula pode ser observado no mundo material. No entanto, pela perspectiva da retórica, podemos observar esse fenômeno por um viés que transcende a realidade material.

Os autores Bauer e Glaveanu (2017) orientam três elementos que constituem os meios de persuasão por provas: o *ethos,* o *pathos* e o *logos*. Eles são pertencentes ao que a retórica dos autores chama de faculdades da invenção, que trata da dimensão criadora de argumentos que são baseados no que os ouvintes já sabem. O primeiro se refere à credibilidade do orador, que é construída por elementos anteriores ao discurso e pode ser complementado na hora da fala. O segundo, à indução emocional do público, apelando para um amplo aspecto de sentimentos a fim de legitimar o tema proposto. Finalmente, o terceiro se refere aos argumentos práticos, que podem aparecer na forma de paradigmas ou de entimemas. Um bom exemplo dessa estrutura está disposto no romance dos *Três Mosqueteiros*, de Alexandre Dumas. Aramis, Athos e Porthos representam, respectivamente *logos, ethos e pathos*, enquanto D'Aartagnan representa o equilíbrio dos elementos.

A questão que nos interessa é uma discussão antiga e sem conclusão: qual o peso de cada um desses elementos dentro do discurso retórico? O que é mais importante para a legitimação do discurso proferido? Certamente, não temos, neste espaço, condições de tecer uma análise acerca de uma teoria geral da retórica, mas no que diz respeito à Era Pós-verdade, podemos notar alguns eventos que nos apontam um caminho sobre como enxergar a retórica nesta perspectiva comunicacional.

O enfrentamento pós-moderno contestou a racionalidade tão amplamente defendida e reproduzida no discurso modernista. A percepção da realidade busca um novo colorido nesta era e uma certeza a respeito da relação entre eventos reais e sua construção semântica de como *fatos* se diluem e se fragmentam em um movimento de completa relativização ou liquidez, como foi discutido no Ensaio 1. Sobre esse aspecto, vale retomar o que foi explicitado no Ensaio 2 a respeito do avanço da importância dos pequenos discursos e a diminuição das grandes narrativas. Nesse contexto, a dimensão prática e demonstrativa do elemento *logos* ganha uma nova complexidade e é posto à prova, contestado pela maleabilidade semântica na descrição de fatos.

Assim também acontece com a dimensão do *ethos*. A polarização de opiniões, a reaparição da força do pensamento intolerante e um discurso de constante ameaça de uma suposta estabilidade no ocidente desencadeia no mundo um processo de descredibilização mútua entre os discursos opostos. Em um cenário de *logos* fragmentado, temperado com medo e incerteza, o *pathos* acaba sendo o fator decisivo da legitimação discursiva.

Este é o contexto retórico que se apresenta na pós-verdade. Com o enfraquecimento dos pilares discursivos e semânticos que garantiam uma apreensão da verdade e uma coerência entre a realidade material e aquilo que se fala nos meios legitimados de comunicação, perdemos a dimensão de confiança escorados no *logos* e no *ethos*. Sobra o *pathos*, e este caminho a história já conhece. Ambientes desprovidos de confiança na ética empregada nas práticas e sem a segurança de que a lógica relação entre discurso e fato está sendo aplicada, temos uma nova perspectiva de verdade: acredita-se naquilo que faz sentir. Não discutiremos, aqui, a heterogeneidade dos atravessamentos que levam um indivíduo ou um conjunto de indivíduos a acreditarem ou não em determinado discurso. O que vale ser pontuado e enfatizado nesta parte deste ensaio é a semelhança com

a lógica das torcidas de futebol: não se racionaliza uma opinião com base em determinações técnicas e comparações empíricas. É a paixão que toma a frente no processo de construção de sentido de verdade e esta mesma paixão conduz as ações, de forma que o diálogo e a compreensão são deixados de lado em prol daquilo que se acredita. Tomar um lado e defendê-lo com a ausência de qualquer análise é a lógica da primazia do *ethos* que parece reger o contexto pós-verdade. A retórica passa a ser, portanto, a ação de seduzir emocionalmente o público interessado em determinado assunto. Essa função erótica, poderíamos dizer, não tem respaldo naquela realidade modernista e nem permite, como queria Aristóteles e Habermas, que haja um consenso discursivo a partir do debate, análise e síntese de questões. Para Meyer (*in* Bauer & Glaveanu, 2017, p. 305), o contexto atual da retórica se trata da "negociação da diferença entre indivíduos acerca de uma determinada questão". É uma boa definição descritiva, mas será que ela representa bem o contexto que estamos enxergando?

Dessa forma, a Psicologia Social busca na retórica um caminho para a compreensão dos métodos discursivos que se atualizam na virada do século concomitantemente a um cenário fragmentado e incerto politicamente. Veremos, por fim, como esta perspectiva vem sendo trabalhada na área.

O renascimento da retórica na Psicologia Social

Por muito tempo, o estudo da retórica foi abandonado por não se tratar de uma categoria de interesse para a academia. Billig (2008) propõe uma retomada dos conhecimentos ancestrais da retórica para a construção de uma perspectiva diferente da imposta nas universidades britânicas na década de 80. Contra os valores e a estética do modernismo, a retórica se apresenta como uma possibilidade de identificar um colorido das práticas interacionais discursivas que havia sido esquecido pela escolástica hegemônica do modernismo.

Em *Argumentando e pensando*, ao defender o retorno da retórica para os departamentos de Psicologia Social, o autor pontua que "as forças que produziam a autocensura e a exclusão começam agora a se enfraquecer, à medida que os preconceitos da própria hierarquia intelectual do racionalismo estão sendo questionadas" (Billig, 2008, p. 240).

Pontuamos aqui que, no que tange a comunicação, construir uma análise acerca do fenômeno pós-verdade implica, também, entender os modos que a produção comunicativa faz uso para constituir suas falas e difundir suas intenções ou garantir sua eficácia. O estudo da retórica é cercado por uma tradição que nos leva facilmente ao helenismo clássico e nos dá a impressão de estarmos meramente fazendo um resgate histórico-antropológico. Não é: pensar a retórica no contexto da Era Pós-verdade e sua expressão midiática é compreender que o fenômeno da fala persuasiva não é dado novo, mas, sim, uma construção gradativa, amplamente pesquisada, cirurgicamente dissecada e com um grande acervo disposto à análise esperando para ser atualizado. Empregar o pensamento retórico dentro do contexto da Psicologia Social é a pavimentação de um relevante degrau no desafio urgente de apreender os aspectos constitutivos do fenômeno pós-verdade.

Considerações finais

O advento das novas tecnologias alterou rapidamente as relações sociais. A instantaneidade com que mensagens são visualizadas, editadas, apagadas, comentadas ou compartilhadas cria um cenário de constante incerteza e relativização, já que erros jornalísticos, boatos e notícias falsas adquirem ampla e rápida repercussão e geram, sobretudo no campo político, verdadeiros confrontos de informações. O esclarecimento dos fatos, entretanto, não tem a mesma força de divulgação, e informações desmentidas seguem sendo reproduzidas. Tal como a lógica na frase comumente atribuída a Joseph Goebbels, Ministro da propaganda nazista, que postula que uma mentira constantemente repetida passa a ser uma verdade, a ampla divulgação de inverdades cria interferências nas opiniões e nas imagens que formamos de pessoas, organizações e da própria realidade. Considerando que conhecer as verdades viabiliza tomadas de decisões mais assertivas, é essencial refletir sobre essa temática, que provoca consequências ainda pouco claras na sociedade e na democracia, em que se requer informações, veracidade e clareza para interpretar cenários, formar opiniões e eleger representantes políticos.

Incertezas sociais, constantes ameaças e deterioração econômica são os ingredientes para um prato que parece surgir ciclicamente na

história da humanidade. Esse cenário de instabilidade, em outros tempos, permitiu o surgimento de grandes oradores cujo propósito estava muito distante do conceito de negociação. O convencimento não estava apoiado num *logos* intrínseco, mas sim na paixão e no frenesi que suas palavras despertavam. É nesse contexto que a retórica surge como mais um elemento para apoiar nossa compreensão a respeito do fenômeno pós-verdade. Os avanços da tecnologia da informação, na virada do século XX para o século XXI, trazem um aspecto novo para o desempenho retórico do ambiente político: o surgimento de ferramentas de ampla utilização global capazes de coletar e sintetizar dados comportamentais e estruturar um arcabouço jamais visto para a construção de tudo que diz respeito à dimensão emocional da retórica. É a paixão que passa por cima da coerência, amparada nos fluxos de desejo captados pelas novas tecnologias e aplicada na infinidade capilar de canais de comunicação atuais, fazendo valer os interesses de poucos, dando a impressão de que, finalmente, é o desejo de muitos.

Entendemos que estratégias retóricas e divulgação de inverdades são historicamente empregadas na comunicação. A mídia tradicional, diversas vezes, apresenta distorções da realidade: exageros na afirmação, reduções de ideias, declarações descontextualizadas. O Jornalismo interfere nas apropriações que fazemos do real, ao agendar temas – seleciona e hierarquiza os fatos que serão levados a público –, das formas de narrar – já que a notícia constitui uma narrativa do fato mediada por sujeitos – e da tematização – quando insere um assunto no centro da atenção social, repetindo expressões que podem direcionar entendimentos. A prática jornalística, repleta de escolhas, impacta socialmente, seja pelos recortes de verdade que propõe, seja pelo poder de evidenciar ou marginalizar pessoas e fatos, requerer providências, propor soluções, julgamentos e sentenças.

A retórica se mostra como uma estratégia que parece articular toda essa organização simbólica. Embora tenha sido desconsiderada pela academia nos últimos anos, pudemos demonstrar que existe uma relevância latente para seu estudo na atualidade. Técnicas de comunicação persuasiva já ampararam guerras, empregadas para convencer as sociedades sobre as suas justificativas; propagandas ideológicas, discurso emotivos, exagerados e repetidos foram estruturados na tentativa de legitimar sistemas políticos opressivos. Paralelamente, estratégias retóricas de comunicação subsidiaram lutas em prol da igualdade.

A partir dos conceitos expostos, buscamos sustentar que a linguagem é carregada de sentidos e valores sociais, e que a comunicação tem o poder de transformar as formas de olhar e fazer o mundo, provocando efeitos ao longo do tempo. Assim, evidencia-se a relevância de refletir sobre essas relações no contexto atual, em que as novas tecnologias instituem mudanças de comportamento, agilidade para a propagação de mensagens e um cenário em que se tem acesso a mais informações, fontes e versões, mas que também emergem novas estratégias para sobrepor interesses. As marcas desse processo provocam a refletir sobre os seus efeitos, incompreensíveis na totalidade, mas que impactam no real, no que vivemos.

As novas mediações podem ampliar o acesso a outras nuances e modos de narrar o mesmo fato ou reduzir nossa compreensão à bolha da mentira, que repercute, se amplifica e nos cega. A comunicação e a retórica podem ser empregadas visando a dominação ou a libertação, para impor ideias e interesses ou para a construção de um agir comum orientado ao bem social. No passado e na atualidade, constituem, sobretudo, uma questão de ética.

Referências

Amon, D., Guareschi, P. A., Roso, A. & Veronese, M. V. (2014). Propaganda, publicidad y opinión pública. Dimensiones éticas. *Subjetividad y Procesos Cognitivos, 18*(2), 33-52.

Bauer, M. W. & Glaveanu, V. P. (2017). Comunicação como retórica e argumentação. In D. Hook, B. Franks & M. W. Bauer (Orgs*). A psicologia social da comunicação* (pp. 181-210). Petrópolis: Vozes.

Barthes, R. (1987). A Análise Retórica. In R. Barthes, *O Rumor da Língua* (pp. 105-109). Lisboa: Edições 70. (Escrito em 1966)

Barthes, R. (1990). A Retórica da Imagem. In R. Barthes, *O Óbvio e o Obtuso: Ensaios Críticos III* (pp. 27-43). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1964)

Billig, M. (2008). *Argumentando e pensando: uma abordagem retórica da Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.

Castells, M. (2013, 11 de outubro). Manuel Castells: A mudança está na cabeça das pessoas. Entrevista de L. A. Giron, publicada por *Revista Época*. Recuperado de http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/10/bmanuel-castellsb-mudanca-esta-na-cabeca-das-pessoas.html Acesso em 30 de junho de 2017

Guareschi, P. A. (2013). *O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia*. Petrópolis: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2017). Ação comunicativa e a imaginação dialógica. In D. Hook, B. Franks & M. W. Bauer (Orgs.), *A psicologia social da comunicação* (pp. 180-210). Petrópolis: Vozes.

Marcondes Filho, C. (2016). Comunicação e informação: da conservação à destruição criativa. Pela legitimidade de uma ciência da comunicação. In V. Morigi, N. Jacks & C. Golin (Orgs.), *Epistemologias, comunicação e informação* (pp. 15-22). Porto Alegre: Sulina.

Minozzo, P. (2017, 30 de junho). Os robôs da guerra política virtual. *Zero Hora.* Recuperado de http://am.zerohora.com.br/amp/9829498/os-robos-da-guerra-politica-virtual Acesso em 13 de julho de 2017.

Thompson, J. B. (1984). *Studies in the Theory of Ideology*. Cambridge: Polity Press.

Wolton, D. (2010). *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina.

ENSAIO 4
CRÍTICA E PÓS-VERDADE

André Guerra e Cláudia Barbosa

Introdução

A proposta deste ensaio é tomar o termo "pós-verdade" como objeto de uma problematização crítica. Pretendemos explorar os sentidos, continuidades e descontinuidades em torno deste fenômeno, buscando destacar aspectos mais amplos e profundos que não vêm sendo levados em consideração até o momento. Não perdemos de vista, todavia, a proximidade histórica que mantemos com o fenômeno, o que, sob muitos aspectos, pode nos impedir de ter uma visão privilegiada nesse momento. Nossa intenção é mais oferecer uma abordagem possível, um ponto de partida, do que esgotar o tema ou mesmo sugerir conclusões ou apontar direções.

Como este termo já começou a ser razoavelmente apropriado por certos segmentos dos meios de comunicação de massa, é esperado que já se tenha constituído uma familiaridade com seu uso. Por essa razão, para conseguirmos empreender o exercício crítico que pretendemos, precisaremos, acima de tudo, romper com toda e qualquer familiaridade, sobretudo a que implique valorações apressadas que desconsideram as intrincadas relações desse fenômeno complexo com a psicologia e a comunicação.

Para fazermos a atenção voltar sobre a pós-verdade em si mesma, construiremos uma abordagem teórica que toma como ponto de partida uma discussão em torno da noção de verdade e como as reverberações

do conflito que opôs filosofia e política, se atualizam nessa discussão. Seguiremos para o surgimento do termo, problematizando a sua definição e buscando estabelecer relações entre a construção gramatical (o fato de o termo ser um adjetivo ou um substantivo) oferecida pelo dicionário Oxford e seus atuais usos semânticos – o sentido que se está dando ao termo. Tendo em vista um contexto mais amplo em que nos encontramos em uma sociedade midiatizada, discutiremos a própria condição contemporânea da nossa era, bem como as ligações profundas da pós-verdade com o estatuto da nossa contemporaneidade, na qual desempenham um papel fundamental os meios de comunicação. Mostraremos como a mídia contribuiu, por um lado, para transformar a nossa percepção daquilo que "realmente importa", afirmando como mais relevante aquilo que ocorre nos "bastidores" das relações sociais e como essa construção da percepção daquilo que deve interessar o público teve como efeito, por outro lado, a transformação do próprio "real".

O que assistimos com a emergência da pós-verdade é uma cadeia de transformações intercaladas, as quais possibilitaram aquilo que se pode chamar de uma "cultura do escândalo". Como consequência dessa cultura, emergiu uma necessidade cada vez maior e menos saciável pela obtenção e produção de dados e informações, porém, ao mesmo tempo, uma proporcional incapacidade de transformar esses dados e informações em conhecimento, resultando, com isso, naquilo que poderíamos denominar de uma "apatia crítica". Pensaremos essa apatia, entretanto, decorrente não apenas da incapacidade de darmos conta de uma crescente quantidade de informações ou da constante possibilidade dessas informações virem a ser consideradas falsas ou substituídas por outras mais "reveladoras" do "real"; ao invés disso, sugerimos que essa apatia é indissociável da própria transformação da percepção da realidade produzida por essa cultura do escândalo fomentada pela dinâmica inerente aos modernos meios de comunicação. Em outros termos, afirmaremos, por fim, que a pós-verdade pode ser considerada um possível marco de ruptura ontoepistemológica da nossa realidade.

Longe de pretender encerrar o debate, tentaremos deixar claro que a pós-verdade é um processo vivo no qual ainda estamos imersos. Aquilo que ficará registrado na História a partir desse momento vai depender muito da nossa capacidade de compreensão das potencialidades e limitações desse tempo, bem como das mobilizações para nos contrapormos às

possibilidades distópicas decorrentes desse processo conflituoso, no qual o que está em jogo é a própria história da verdade tal qual cultuamos até hoje.

Uma possível pré-história da pós-verdade

Talvez não seja possível percebermos todas as minúcias em torno da pós-verdade se antes não fizermos uma incursão, por mínima que seja, na história da verdade, ou melhor, na pré-história desse conceito tão escorregadio. Como já vimos em ensaios anteriores, a modernidade adotou diversos mecanismos para gradualmente suprimir algumas dimensões vitais que até poderiam ser consideradas como próprias da condição humana. Podemos dar destaque, sobretudo, aos efeitos decorrentes da generalizada ojeriza à ambiguidade e incerteza que caracterizou a transição das nossas eras históricas. Percebemos que o avanço sobre tais características impactou mais do que o modo de relação que os seres humanos estabeleceram entre si e com o mundo, mas também com a própria forma de se pensar e experienciar esse mundo comum. Um aspecto constante foi a nem sempre gradual modificação da relação que os sujeitos estabeleceram com a verdade, bem como com as condições de acesso a ela. Sob o jugo dos vários sentidos que "racionalidade" e "razão" adquiriram ao longo dos séculos, a postura moderna diante da verdade veio a constituir uma verdadeira era, a Era Moderna.

Em qual momento histórico poderíamos dizer que a verdade fora tomada como o parâmetro fundamental capaz de constituir esse ponto de referência para a transição de eras? Dito de outro modo, se agora nos debruçamos sobre esse contexto *pós-* (pós-verdade, pós-modernismo etc.), no qual a verdade supostamente estaria sendo ultrapassada, haveria um outro momento, talvez *pré-*, em que a verdade nem sequer era uma questão?

Se nos remetermos às diversas disputas filosóficas que constituíram a história do nosso pensamento, poderemos verificar várias oposições famosas que nos mostram que aquilo que está em disputa na discussão em torno da pós-verdade não necessariamente é um fenômeno inédito, mas que talvez faça parte, senão de um todo, ao menos de traços comuns de uma discussão milenar. As disputas entre Heráclito e Parmênides ou entre

Protágoras e Sócrates nos mostram que esse debate filosófico não começa aqui e certamente está muito longe de perder força. Para nos aproximarmos, então, da questão da pós-verdade talvez fosse adequado refletirmos sobre um momento anterior à própria aparição da verdade – se é que se poderia fazer tal afirmação. Perceberíamos que, nesse momento impreciso, anterior à supremacia da verdade, havia uma marcante presença daqueles filósofos denominados pelo pensamento platônico como pré-socráticos. É curioso verificar, porém, que muitos dos filósofos colocados sob essa alcunha "pré-socráticos" eram, inclusive, contemporâneos de Sócrates. Por alguma razão, no entanto, foram separados daqueles filósofos que, em tese, guardavam alguma afinidade notável com este – aqui nos referimos especificamente a Platão e seu aluno, Aristóteles.

O que nos interessa é que, dessa disputa, muitas categorias gerais de pensamento foram se consolidando lentamente como formas "fundamentais" de compreensão ocidental da verdade. Genericamente, de um lado, teríamos o Ser (a realidade) como uma não-entidade sempre inacessível aos seres humanos, portanto vazia de verdade; de outro lado dessa oposição, o Ser seria compreendido como estando à disposição dos seres humanos, seja através da razão, seja de outros meios ou subterfúgios disponíveis aos humanos (intuição, sentimentos etc.). Se pudéssemos especificar um pouco mais essas atitudes que vez ou outra assumem a dianteira da nossa sociedade, poderíamos distribuí-las em dois extremos dicotômicos, nenhum deles, é claro, fazendo jus totalmente às categorias gerais que representam, mas que nos dão pistas de algum modo elucidativas. De um lado, teríamos a atitude que poderíamos chamar "relativista" e, de outro lado, uma atitude "essencialista". A primeira atitude se caracterizaria pela convicção de que tudo é relativo e de que, portanto, não existe nada que possa ser generalizado para todo o mundo. Nessa visão é atribuído um papel muito importante aos estudos que constataram a existência de uma pluralidade de culturas e costumes, com hierarquias de valores completamente distintas umas das outras. Podemos citar como proeminentes personalidades que deram azo a esse campo Claude Lévi-Strauss, Clifford Geertz, dentre outros. Sob esse prisma, se uma cultura oriental considera, por exemplo, a mutilação uma prática justificada para pessoas que infringem determinada regra; nenhuma outra cultura teria como ancorar critérios de legitimidade que lhes permitisse impor uma reprovação, já que, do mesmo modo que podemos encontrar justificativas para legitimar, por

exemplo, a pena capital em uma cadeira elétrica, outras tantas culturas podem criar sua própria hierarquia de valores para justificar quaisquer condutas, por mais bestiais que nos possam parecer. Assim, o certo e o errado seriam relativos a cada cultura/contexto e não seria possível a fixação de critérios absolutos para legitimar o adequado para todo o mundo.

A segunda atitude, a essencialista, vai de encontro à primeira. Para essa atitude há critérios que são independentes da cultura, do contexto e do tempo em que ocorrem as práticas. Qualquer circunstância que estivermos avaliando, estaremos avaliando desde um mesmo ponto de vista universal, isto é, o ponto de vista humano. Desse modo, o próprio fato objetivo de todos sermos seres humanos, independentemente da cultura, do contexto e do tempo, nos tornaria o próprio critério objetivo e transindividual de avaliação. Evidentemente que, de cultura a cultura, verificamos a variação da hierarquia dos valores de acordo com circunstâncias concretas diferenciadas; entretanto, alguns valores poderiam ser considerados tão intrínsecos à condição humana que os atacar seria atacar a própria humanidade. Dentre esses valores essenciais poderia estar, por exemplo, a vida. Seria impossível desconsiderar a vida como valor e, ao mesmo tempo, argumentar essa desconsideração; isso porque, quem honestamente desvalorizasse a vida, não poderia se empenhar em qualquer atividade, nem na própria atividade de argumentar, pois cairia em contradição com seu próprio argumento, já que a vida se faz uma condição de possibilidade até mesmo para a própria argumentação sobre o valor/desvalor da vida. Essa visão nos leva a crer que seria impossível desconsiderar o valor da vida e manter-se coerente com essa conclusão sem terminarmos na conclusão lógica do suicídio. É nesse sentido que se pode depreender que a vida poderia ser considerada um valor essencial. Desse modo, tomando a vida como essencial, adiante se poderia passar a usá-la como um princípio sólido e dela derivar infinitos outros valores indispensáveis à sua fruição. Poder-se-ia chegar, dessa forma, a tantos outros valores como dignidade, liberdade, justiça e etc. Por estarem intimamente relacionados à vida, ao princípio absoluto, pode-se dizer que esses valores também participariam da qualidade essencial do primeiro valor "vida".

Em uma primeira visada, ambos os extremos dessa polêmica contêm consistência; todavia, essas perspectivas, ao se chocarem, expõem reciprocamente os flancos uma da outra. A perspectiva relativista atacará a perspectiva essencialista dizendo que nenhum valor, incluído aí até mes-

mo a vida, pode ser absolutizado, já que todo valor é, necessariamente, histórico, isto é, contextual. Ou seja, nenhum valor subsiste independentemente do sentido que lhe atribui um interpretante, e esse interpretante seria, igualmente, um sujeito histórico e contextual que, conforme a variação com a qual se relaciona, atribuirá sentidos diversos a eventos supostamente semelhantes. A vida, que sob o prisma da outra perspectiva seria absoluta, desde um olhar relativista ganharia outro contorno, não mais como um valor em si ou superior aos demais. A exemplo disso, poderíamos nos remeter a alguns rituais sacrificiais, nos quais tanto o sacrificado como os sacrificadores comungam da mesma crença de estarem agradando aos deuses e de a vida individual ser privilegiada por poder ser dada em sacrifício pela garantia de continuidade e prosperidade da vida de toda a tribo. Desde a perspectiva relativista, portanto, não só os valores são relativos, como também a própria interpretação que se faz desses valores os relativizam ainda mais. No caso do exemplo anterior, a vida que, em si, para a perspectiva essencialista seria um valor absoluto, não só fora relativizada, como também a própria dimensão "vida" foi ampliada a tal ponto de não se referir mais a uma entidade objetiva relacionada a um indivíduo, mas foi justaposta à noção abstrata de "vida da tribo", dando-se a vida em nome da própria vida. Se os sentidos não fossem relativos, haveria aí uma contradição. Ou seja, ainda que esteja em questão o mesmo termo "vida", o seu uso factual já o tornou diferente de si mesmo. Não só o valor atribuído à vida se torna relativo, como também a própria vida referida em diferentes contextos também é relativizada. No primeiro contexto, ela se refere às condições biológicas da vida individual de um exemplar concreto da espécie; no segundo contexto, ao invés disso, se refere à noção abstrata de uma comunidade.

Até aqui o flanco exposto foi o da perspectiva essencialista. No entanto, a perspectiva essencialista contra-atacaria apontando para a impossibilidade lógica e pragmática daquilo que a perspectiva relativista sustenta argumentativamente. Em termos de lógica, as afirmações relativistas não se sustentariam porque, no momento em que um relativista afirma que não é possível estabelecer critérios absolutos para legitimar o que é certo e errado para todos, contraditoriamente ele já estaria estabelecendo um critério absoluto: "ninguém pode estabelecer critérios absolutos". Além dessa impossibilidade lógica, os essencialistas ainda ressaltariam a impossibilidade pragmática de se sustentar uma postura relativista já que, na

prática, se tornam insuportáveis fora do âmbito retórico, isto é, discursivo, abstrato. Ainda que um relativista faça um contorcionismo lógico para afastar a contradição da afirmação de que "ninguém pode estabelecer critérios absolutos", o que ocorreria se alguém afirmasse como critério a intolerância contra os relativistas? Os relativistas deveriam tolerar sua própria destruição? Caso justificassem de algum modo sua não destruição, essa justificativa necessariamente seria contraditória com sua afirmação anterior, já que, uma vez que não haveria critérios absolutos de certo e errado, nada poderia justificar a autodefesa contra a intolerância. Por outro lado, se não quisessem justificar sua autodefesa e se deixassem destruir, nessa omissão já estaria pressuposta a afirmação de que, como não há critérios absolutos para tornar errada a intolerância, o certo seria aceitarem sua própria destruição. Ou seja, mesmo nesse exemplo esdrúxulo, seria impossível não se pressupor um critério de ação materialmente posicionado e legitimado como superior aos demais.

Como já alertado, evidentemente essa sucinta explanação de modo algum faz justiça aos relativistas, tampouco aos essencialistas. O debate é muito mais complexo em ambos os campos e quanto mais nos aprofundarmos em quaisquer deles, corremos o risco de ficarmos menos seguros sobre as posições que eventualmente defendamos. O que tentamos trazer para o primeiro plano com essa singela discussão sobre aquilo que seriam formas fundamentais da compreensão ocidental a propósito da verdade é que, se verificarmos bem, ambas, ainda que não concordem entre si, também não conseguem, de uma vez por todas, eliminar a afirmação oposta. Esse fato talvez nos diga menos a propósito da inconsistência interna de ambos os polos dessa dicotomia e mais a respeito do próprio caráter ambíguo da verdade que essas perspectivas pretendem dar conta.

Se nos propusséssemos a relacionar essas categorias fundamentais de pensamento a antigas querelas entre correntes filosóficas, chegaríamos à cisão entre os filósofos pré-socráticos e socráticos. Qual seria a característica distintiva – que pode nos parecer tão arbitrária – que permitiu a separação desses filósofos? A relação com a verdade. De um lado, estariam os filósofos para os quais a verdade nem ao menos era uma questão – ou não "a" questão primordial – e, de outro lado, estariam aqueles para os quais a verdade era justamente a principal questão que justificava o seu filosofar – ou "a" questão indissociável de seus projetos filosóficos. Factualmente, o momento histórico que parece marcar a emergência dessa caracterís-

tica distintiva é o julgamento de Sócrates. Com esse episódio, a verdade passou a ser uma questão tão importante ao Ocidente que a relação com ela constituiria uma nova forma de filosofar, bem como o próprio sentido e finalidade da filosofia passariam a ser objetos tematizados pela própria filosofia, colocando como parâmetro de competência da filosofia sua capacidade de se aproximar ou não da verdade. É preciso atentar que essa forma particular de filosofia não nasceu *no* julgamento de Sócrates, mas *com* esse episódio. Essa nova filosofia não nascera pelas mãos de Sócrates – que nunca deixou nada escrito atrás de si –, mas pelas ideias de Platão – que arquitetou um verdadeiro mundo. E é por essa razão, como veremos a seguir, que até pudéssemos fazer mais justiça ao próprio Sócrates se o considerássemos um pré-socrático, deixando para Platão a distinção de ser o primeiro filósofo socrático.

Hannah Arendt (1993), em seu escrito *Filosofia e Política*, retorna aos desdobramentos da condenação de Sócrates para a tradição filosófica ocidental. O julgamento de Sócrates teria aberto o abismo que caracteriza até hoje a cisão entre filosofia e política. Com esse episódio se colocou em questão uma oposição entre, de um lado, a filosofia, representada por Sócrates tentando, diante de seus concidadãos, fazer valer sua verdade, e, de outro lado, a política, representada pelos juízes de Atenas e suas não-verdades tentando eliminar "democraticamente" aquele que era um verdadeiro estorvo aos cidadãos atenienses. Com a morte de Sócrates, não só a *polis* fora questionada por Platão, como também o espaço que a política deveria ocupar na cidade. Como a política é a disputa entre iguais pela imposição de seus pontos de vista, o que Platão pretendera eliminar, em um primeiro plano, foi a igualdade. O filósofo não deveria ser reconhecido como um igual, mas como estando acima dos demais. Em um segundo plano, como o filósofo estava acima dos demais, suas opiniões não poderiam ser reduzidas a meros pontos de vista, mas serem tidas como reflexos da própria verdade. Portanto, a *polis* – o lugar da disputa – não só não era digna do filósofo, como deveria ser eliminada do mundo.

Nos aproximarmos da importância que o problema da verdade ganhou no Ocidente implica compreendermos contra o que ela (a verdade) se opunha – ou qual questão ela pretendia enfrentar e por qual razão. A verdade se tornara uma questão – ou "a" questão – não só em função da reticência que nascera da filosofia em relação à política após a morte de Sócrates, mas sobretudo porque, nesse conflito, a filosofia fora derrotada.

Se a política tinha a seu favor o domínio da arte da retórica e da persuasão – que se mostraram superiores à arte dominada por Sócrates – então, a partir dali, o domínio da verdade seria o recurso bélico dos filósofos. É nesse ponto em que Platão toma para si a missão de fazer de sua filosofia uma verdadeira revanche contra a política. A filosofia passaria a ser considerada aquilo que diz respeito estritamente ao pensamento e às ideias, enquanto a política àquilo que diz respeito às ações e aos sentimentos. O filósofo e o político não deixariam mais de estar em permanente contradição consigo próprios. De um lado, o filósofo, ainda que pretenda dedicar toda sua existência à contemplação daquilo que é superior ao mundo humano, enquanto ente vivente, estará já sempre lançado aos assuntos humanos. O político de carne e osso, de outro lado, ainda que pretenda dedicar toda sua existência àquilo que é estritamente mundano, jamais poderá viver e expressar essa decisão de forma singular caso antes não a tenha formulado em pensamento.

A origem da relação que o Ocidente estabeleceu com a verdade está no abismo que separara filosofia e política. Não é por outra razão que Arendt (1993) resgata com primor o fato de a filosofia de Platão não poder deixar de ser entendida como uma filosofia eminentemente política, isso por ao menos duas razões. Em primeiro lugar, porque ele claramente almejara colocar sua filosofia a serviço da política, isto é, tentar organizar o caos da *polis* com suas ideias imutáveis e eternas que somente o filósofo poderia vislumbrar; e, em segundo lugar, porque toda essa ambição filosófica de Platão surgira a partir de um episódio eminentemente político: quando os cidadãos de Atenas, membros da *polis*, não só julgaram, como também condenaram Sócrates à morte.

Dizer que Platão pretendia colocar sua filosofia "a serviço" da política pode sugerir uma pretensão dadivosa da parte dele, o que não é de modo algum. Sob um aspecto grosseiro, Platão ansiava a dominação e governo do corpo como ascetismo filosófico, mas uma visada mais sutil que Hannah Arendt nos oferece explicita como o empenho filosófico de Platão sobre o corpo nada mais era do que uma metáfora do verdadeiro objeto de dominação ambicionado por ele: a *polis*. Assim como o corpo, para Platão a *polis* era igualmente limitadora das ambições divinas e não-mundanas do filósofo. Em verdade, Arendt sugere uma inversão entre causa e efeito na reflexão platônica, na qual as conclusões tiradas da reflexão sobre o corpo seriam efeitos da reflexão anterior suscitada pelo problema político

da condenação de Sócrates. Platão, ao invés de resolver o problema desse conflito entre filosofia e política, o teria racionalizado de tal modo a ponto de introjetá-lo no âmago da própria identidade do filósofo. Tal introjeção seria expressa pela dicotomia que sempre volta a assombrar a filosofia quando constantemente se depara, de um lado, com o desejo de acessar o mundo divino das ideias verdadeiras – que só poderia se dar através de uma alma purificada e eterna – e, de outro lado, a limitação imposta pelo corpo impuro e transitório – com suas emoções e sensibilidades falseadoras da verdade.

O fim de Sócrates deixara claro para Platão que a *polis*, além de limitar o modo de vida propriamente filosófico – assim como o corpo também o fazia –, também não era sequer um lugar seguro para o filósofo – já que imbecis puderam decidir pela morte de alguém tão genioso. Talvez não fosse exagero afirmar que a filosofia platônica foi reacionária no sentido de que toda a sua arquitetura fora pensada como uma reação a essa violência dos atenienses contra Sócrates. Corpo e polis, alma e filosofia constituem a homologia filosófica a partir da qual Platão coroa a tirania como solução. É por isso que o filósofo "governará seu corpo, como um senhor governa os seus escravos. Se o filósofo chegar ao governo da cidade, não fará aos seus habitantes nada além do que já fez ao seu corpo" (Arendt, 1993, p. 107).

O que nos interessa a partir dessa constatação platônica é resgatar o que fora esquecido e o que pudera ser projetado para o futuro – no caso até nossa contemporaneidade. O que fora esquecido é a importância e o papel desempenhado pela retórica em sua relação direta com a *polis* e com a política; o que fora projetado para o futuro é uma nova relação entre filosofia, governo e verdade.

Quando resgatamos a noção de retórica tal qual entendida pelos gregos, nos deparamos com um grande contraste em relação ao entendimento que tendemos a ter hoje em dia. Para os gregos – talvez o povo mais politizado da nossa história – a retórica era considerada a mais elevadas das artes – a arte da persuasão –, pois era a forma especificamente política de falar. Enquanto muitos dos povos chamados bárbaros usavam a violência física para resolver seus conflitos, os gregos elaboraram e desenvolveram essa peculiar arte. A carga negativa que o termo veio a adquirir nos nossos tempos encontra uma de suas possibilidades explicativas na fúria platônica contra a *polis*. A fúria de Platão se voltou não só contra a forma retórica

de falar, mas também para seus mais reconhecidos artistas, os sofistas. O fato de Sócrates – mesmo expressando com toda a sinceridade a verdade tão óbvia de sua inocência – ter sido condenado unicamente por não ter conseguido persuadir seus juízes despertou em Platão a convicção da impossibilidade de a justiça prevalecer em meio a um mundo deixado à mercê dos afetos e sensibilidades humanas. Em outras palavras, a condenação de Sócrates evidenciou que o modo de vida propriamente filosófico era incompatível com o modo de vida propriamente político. Eis que, contra a máxima sofista de que "o homem é a medida de todas as coisa", Platão interpôs: "a medida de todas as coisas é um deus". Tirar do mundo humano a régua fundamental das relações humanas e relegar aos céus o papel de guardião da verdade criou uma trindade entre o filósofo, a verdade e o governo.

Antes de Platão, e mesmo depois dele, poucos ousaram ser tão explícitos nesse desejo de atribuir ao filósofo o governo dos seres humanos. Para concretizar essa ambição, Platão precisou atacar o supremo ideal grego de amor ao belo e ao bom que vigorava até então para, em seu lugar, impor como ideal a devoção ao bem. A tarefa não era fácil, já que a beleza, por trazer em si mesma todo o sentido que pode possuir, sempre estará para os homens, assim como o bem, por sempre remeter a um além de si, sempre estará para Deus. O fardo trazido por Platão dos céus na forma do bem como sendo a ideia das ideias a ser perseguida por todos caiu sobre seus concidadãos como uma rocha que pretendia selar para todo o sempre as aventuras e desventuras dos mortais. O consenso inegável que há entre os seres humanos a propósito de o bem poder ser considerado a ideia das ideias se dá justamente por ele ser um ideal, portanto, eterno. Ou seja, não há dissenso a propósito do bem porque, estando além dos assuntos humanos, esse ideal traz consigo a certeza de que nada pode ser melhor que ele, uma vez que o mal só existe no mundo humano e o bem é justamente a porta de entrada do reino divino. Se não há dissenso, não há necessidade de persuasão, se não há necessidade de persuasão, o privilégio não estaria mais ao lado daqueles que porventura dominem a arte da retórica, mas sim daqueles que têm acesso privilegiado ao bem, que não é mais do que a outra face da verdade.

Se, por um lado, atribuir como meta humana um ideal divino garantiria vida longa aos filósofos, por outro lado, o acesso a esse ideal já não estaria mais condicionado à vivência em um mundo comum. Isto é, a plu-

ralidade não só deixaria de ser uma condição necessária para realização humana, como inclusive viria a se tornar justamente um empecilho a ser combatido. Ou seja, "Platão concebeu sua tirania da verdade, segundo a qual o que deve governar a cidade não é o temporariamente bom – de que os homens podem ser persuadidos –, mas sim a eterna verdade – de que os homens não podem ser persuadidos" (Arendt, 1993, p. 95).

As consequências dessa empreitada de Platão também vão além da tentativa de regulação dos assuntos humanos a partir da ideia eterna de bem. Para que ele tivesse sucesso nessa ambição, precisou, antes de mais nada, não só condenar a retórica, mas atacar-lhe pela raiz, isto é, condenar à morte a *doxa*, isto é, a opinião. Opinião, contudo, talvez seja uma tradução que não faça jus a todo o sentido que abarca esse termo. Melhor seria aproximar essa noção grega de algo como *crença*. Quando Platão opõe *doxa* à verdade ele não estava fazendo mais do que afirmar que a *doxa*, a "formulação em fala daquilo que me parece" (Arendt, 1993, p.96), isto é, de como o mundo se desvela para mim, não só não revela a verdade como, além disso, nos distancia ainda mais dela.

A cruzada platônica contra a retórica pretendia eliminar a persuasão dos assuntos humanos e, com isso, deixar o mundo humano mais semelhante ao mundo eterno e, assim, mais verdadeiro. Se, por um lado, persuadir não seria mais do que a arte de "impor sua própria opinião em meio às múltiplas opiniões da multidão" (Arendt, 1993, p. 96), por outro lado, é através dessa mesma arte que se reconhece não só o mundo comum que se coloca entre todos, como também que todos somos seres humanos. O pressuposto subjacente à arte de persuadir é que, tanto para o outro como para mim, o mundo se desvela de acordo com a posição que ocupamos nele. Nesse caso, nenhuma posição poderia ser absolutizada e válida para todos. Como todas as posições singulares desvelam perspectivas de um mesmo mundo, nenhuma pode ser reduzida a mera fantasia subjetiva e arbitrária. É nesse sentido que a persuasão como uma forma da arte retórica não implica apenas um aspecto estético ou lógico, mas também ético, já que pressupõe como condição necessária de sua eficácia não só o outro, mas uma relação de simetria ontológica com esse outro. Por simetria ontológica queremos remeter à noção de que esse outro ocupa uma posição existencialmente similar à minha em relação ao mundo, ainda que ambas sejam singulares. Em outras palavras, o que de igual o outro e eu compartilhamos é justamente sermos ambos diferentes. Somos iguais enquanto

seres humanos justamente pelo fato de todos sermos diferentes. Essa diferença que constitui nossa singularidade, no entanto, não é interna como uma essência interiorizada, mas se constitui na relação que estabelecemos com o mundo, este entendido como uma condição de possibilidade da pluralidade constitutiva de todos nós.

A perplexidade de Platão diante do julgamento se voltou contra a retórica porque, quando, diante de seus juízes, Sócrates submetera à *polis* sua verdade, oriunda de uma profunda contemplação do eterno, a sua verdade filosófica se tornou apenas mais uma opinião em meio a opiniões. Como em um mundo retórico não há distinções possíveis entre verdade e opinião, o que dá valor à opinião não é o fato de ela ser verdadeira ou não, mas o fato de ela ser capaz de persuadir. E a persuasão, por se dirigir à multidão, portanto aos seres humanos, adota como medida o próprio ser humano – e não Deus. Sendo assim, para a eficácia da persuasão o que conta é a capacidade de uma opinião aparecer aos outros imediatos como bela e boa – como pregava o antigo ideal grego – e não que remeta à verdade ou ao bem – como desejara Platão. Se a medida da retórica é o humano, a *doxa* não só é valorizada, como todos seus aspectos, dentre eles sentimentos e emoções, além de não serem tidos como limitadores, são tomados como condições de possibilidade do convencimento. Em outras palavras, para os retóricos, o corpo, ao invés de um inimigo, é um grande aliado.

A verdade de Sócrates, por outro lado, fracassara, e com esse fracasso toda a sua filosofia como uma sabedoria eterna poderia vir a ser esquecida para todo o sempre. E isso pareceu inaceitável para Platão. Aliás, nem Platão, nem nenhum amigo de Sócrates pareceu ter aceitado muito bem nem a injusta condenação empreendida por Atenas, nem a recusa do filósofo às ajudas que lhe foram oferecidas para fugir da execução. Compreendermos o modo como o mundo se desvelava para Sócrates talvez possa ajudar a extrairmos desse fatídico episódio mais do que a fúria platônica contra a *polis*. Segundo afirmava o oráculo de Delfos, Sócrates era o mais sábio dos seres humanos, porque justamente não se considerava um sábio. É fundamental registrarmos que Sócrates duvidava, inclusive, que a sabedoria fosse acessível aos mortais. Para ele, a verdade absoluta, aquela que seria a mesma para qualquer um e que, desse modo, não se relacionaria com a existência concreta de ninguém, só seria objeto para um Deus. Do "só sei que nada sei" só temos acesso à ambiguidade enigmática dessa frase que, ao invés de encerrar uma conclusão – à moda dos modernos – termina por

abrir uma série de possibilidades – à moda dos pré-socráticos. Sócrates ter sido coroado o mais sábio dos sábios talvez revele mais uma das tantas características que Platão não só ignorou como até mesmo se contrapôs ao ter tomado como exemplo sua condenação para construção de uma filosofia não só antiretórica, mas inclusive, sob muitos aspectos, antisocrática.

Um dos principais ensinamentos que podemos extrair, não da obra, mas da vida de Sócrates, é seu amor às opiniões. Tanto é assim que ele se dizia um parteiro. A sua arte maiêutica consistia não numa busca pela verdade – ao exemplo de Platão –, mas em uma busca pelas opiniões verdadeiras. Ao contrário de Platão, Sócrates não opunha verdade e *doxa*. Pelo contrário, ele sabia que tudo o que um filósofo podia fazer, por ser mortal e estar entre iguais, era empreender uma busca pela verdade das opiniões, já que era nas opiniões, e somente através delas, que a verdade poderia emergir. Uma vez que Sócrates intuía que "a" verdade não era uma questão para mortais, o que lhe interessava era que se pudesse tornar a *doxa* mais verdadeira, isto é, apreender a verdade inerente a cada uma das opiniões, conforme a posição do mundo de onde cada uma delas derivava. Se o ensinamento sofista – que também é um dos pressupostos retóricos – é o de que cada questão sempre pode ser conduzida de pelo menos duas maneiras, então a maior injustiça que Platão fez a Sócrates foi possibilitar que depois de sua morte se lhe opusessem tão vigorosamente aos filósofos pré-socráticos.

A frase socrática "sei que nada sei" não significa mais do que: sei que não tenho a verdade para todo mundo, que não posso saber a verdade dos outros, a não ser questionando-lhe e, assim, tomando contato com sua *doxa*, que se lhe desvela distintamente de como se revela aos outros.

> Em sua maneira sempre ambígua, o oráculo de Delfos celebrou Sócrates como o mais sábio de todos os homens por ter aceitado as limitações da verdade para os mortais, limitações pelas *dokein*, aparências, e ter descoberto, ao mesmo tempo, opondo-se aí aos sofistas, que a *doxa* não era nem ilusão subjetiva, nem distorção arbitrária, mas, ao contrário, era aquilo a que a verdade invariavelmente aderia. Se a quintescência do ensinamento dos sofistas consistia no *dyo logoi*, na insistência em que se pode falar sobre cada questão de duas maneiras diferentes, então Sócrates era o maior de todos os sofistas. Pois ele pensava que havia, ou deveria haver, tantos *logoi* diferentes quantos homens existissem e que todos esses *logoi* jun-

> tos formavam o mundo humano, já que os homens vivem juntos no modo de falar (Arendt, 1993, p.100)

Enquanto Platão ambicionou instaurar uma ideocracia, isto é, um corpo político em que as leis válidas em absoluto para todos seriam traduções diretas do mundo verdadeiro e eterno que somente o filósofo poderia contemplar; Sócrates, por sua vez, não pretendia governar, muito menos tinha a pretensão de fazer parecer sua opinião uma verdade filosófica. Aliás, é curioso que Sócrates dizia até mesmo ser um estéril nesse sentido, ou seja, que não possuiria uma *doxa*, e que era justamente isso que lhe permitia se ocupar com a *doxa* dos outros, ajudá-los a "parir" uma *doxa* mais verdadeira. O que Sócrates pretendia, em direta oposição às pretensões de Platão, era tornar os cidadãos mais verdadeiros para que, juntos, eles pudessem estabelecer e vivenciar o mundo comum, o que lhes possibilitaria, inclusive, não se submeterem a um governo ou estadista.

É preciso, todavia, afastar desse "tornar os cidadãos mais verdadeiros" tudo o que herdamos dos preconceitos platônicos a propósito da verdade. Não se pode compreender essa verdade que Sócrates buscava tornar presente em Atenas sem dois de seus mais significativos insights: "o conhece-te a ti mesmo" e o "é melhor estar em desacordo com o mundo do que consigo mesmo". Com esses *insights*, a verdade socrática se mostra existencial, imanente e relativa, em oposição à verdade platônica, esta essencial, transcendente e absoluta. Para Sócrates, o filósofo não era filósofo por estabelecer uma relação de amor com a verdade, mas sim por vivenciar uma relação de amor aos seres humanos. Enquanto Platão considerava seus concidadãos obstáculos à busca do filósofo pela verdade; Sócrates reconhecia justamente a impossibilidade de o filósofo ascender à verdade sem ser por meio do diálogo com seus iguais, por meio da sua *dialética*. Aqui nós verificamos uma postura radicalmente oposta entre Platão e Sócrates, não só do ponto de vista ético, mas também político, epistemológico e ontológico.

O que está em dissenso entre eles é justamente a natureza da relação que nós estabelecemos com os outros, com o mundo e com nós mesmos. Para compreendermos a natureza filosófica desse dissenso precisamos aprofundar a declaração de Sócrates de que ele era estéril, de que não possuía uma *doxa*. Se ele era o mais sábio dos sábios, seria, então, não ter *doxa* uma pré-condição para a filosofia? Para respondermos essa questão precisaríamos perguntar senão "o que é a filosofia?", ao menos: como ela

começa? A resposta que derivaríamos da experiência socrática é: a filosofia tem seu início com "o espanto" (*thaumadzein*), "o espanto diante daquilo que é como é" (Arendt, 1993, p. 111). Essa experiência do espanto seria um *pathos*, isto é, algo de que o filósofo é acometido, mas que não pode ser transposto em frases ou discurso já que é geral e abrangente demais. O espanto diante do fato de que, desde as questões mais singelas às mais complexas, há sempre lacunas e faltas que não podem ser preechidas pelo conhecimento empírico, objetivo, vulgar, pragmático.

> A declaração de Sócrates "sei que nada sei" expressa essa constante limitação de respostas objetivas para dar conta do todo. Em um estado de espanto, porém, essa afirmação socrática perde sua negatividade seca, pois o resultado que fica no espírito daquele que experimentou o *pathos* do espanto só pode ser expresso como: "Agora sei o que significa não saber, agora sei que nada sei." É da experiência real do não-saber, em que um dos aspectos básico da condição humana na Terra se revela, que as perguntas últimas surgem – não do fato racionalizado e demonstrável de que há coisas que o homem não sabe, fato que os que crêem no progresso esperam ver um dia, plenamente reparado, ou que os positivistas podem considerar irrelevante. Ao fazer as perguntas últimas, irrespondíveis, o homem se estabelece como um ser que faz perguntas. [...] Quanto à filosofia, se é verdade que ela começa com *thaumadzein* e termina com a mudez, então ela termina exatamente onde começou (Arendt, 1993, p. 112)

Como coloca Arendt, o *pathos* do espanto – o ser acometido por um não saber – é a experiência mais genérica da condição humana, portanto, o que diferencia os filósofos – que são poucos – da multidão – que são muitos – não é – como Platão indicara – que a maioria nada sabe do *pathos* do espanto, mas, muito pelo contrário, que ela se recusa a experimentá-lo. O filósofo diferencia-se dos demais por sempre estar disposto a entregar-se a esse *pathos* e, com isso, desfazer constantemente o dogmatismo de suas próprias opiniões, já que a verdade, por estar além das palavras, e, do mesmo modo, além das crenças, não é algo que se alcança, que se agarra através das opiniões, mas, ao contrário, é da verdade que todas as opiniões emergem.

A inversão platônica foi tornar meta aquilo que era ponto de partida. A tradição derivada dele, passando por Descartes, não fez mais do que ins-

tituir como objetivo humano um ideal essencialmente divino. Não é por outra razão que diante de uma suposta verdade nos comovemos como diante de um deus. Estar diante de uma verdade atualiza a promessa platônica de estarmos além do corpo, do corpo individual e coletivo. A possibilidade de acesso à verdade nos afasta, a um só passo, tanto da degeneração humana como da possibilidade da ruptura da cotidianidade diante do espanto decorrente do reconhecimento de nossa condição essencial de não-saber.

O que da condenação de Sócrates reverbera na contemporaneidade é mais do que a certeza de que o mal está entre nós e de que os seres humanos são falíveis, autointeressados, passionais e que se deixam conduzir mais pelo temporário, transitório e impermanente do que pelo eterno; a condenação de Sócrates também pode nos sugerir que não ambicionamos mentiras apenas por elas serem mais confortáveis do que a verdade, mas porque, entre uma mentira estável da qual podemos ser persuadidos de corpo e alma, isto é, sermos afetados por ela, e uma verdade sempre longe do calor das nossas mãos, preferimos o prazer da primeira. As não-verdades costumam ser belas e, por isso, apesar de tudo, trazem consigo uma verdade inegável: estão na nossa medida, na medida humana. A verdade que Platão nos ensinou a ambicionar, por ser tão superior, nos aparece fria, distante, tendo pouco em comum conosco. Não há dúvida de que só a verdade possa produzir o bem, o problema parece ser que, entre o bem eterno, que promete uma casa para a alma no futuro, e o temporariamente bom, que toca o corpo agora, o além sempre acaba ficando para depois.

As boas intenções de Platão nos fizeram esquecer que temos corpo. Negamos e racionalizamos a nossa condição de sermos plurais e de vivermos em meio aos seres humanos. Afetamos e somos afetados o tempo todo, porém, com essa ambição por um mundo absoluto, eterno e, enfim, pacificado pela verdade, criamos uma repulsa à necessidade das constantes disputas e ambiguidades das opiniões. Contudo, por maior que seja o desgosto que possamos desenvolver por nosso degenerado mundo humano, enquanto existirmos, o nosso desgosto não fará esse mundo desaparecer.

Na esteira de Platão, a ciência moderna atualizou o mundo das ideias e aprendeu a transformar em fatos o que eram perspectivas. O mundo, como pluralidade, unificou-se ainda mais. Todas as opiniões foram sendo uma a uma destruídas pelas imposições constantes e sempre reatualizadas da

verdade. Auschwitz e Hiroshima, contudo, mostraram que a verdade talvez estivesse vendada e que a afirmação de Protágoras "de que o homem é a medida de todas as coisas" talvez ainda se faça presente na intuição de que a verdade da antiretórica seja menos uma verdade e mais um outro modo retórico e eficaz de dominação de tantas outras opiniões possíveis.

Para nos debruçarmos, enfim, sobre uma possível *Era Pós-verdade*, não devemos deixar de lembrar o que sucedeu com a filosofia ateniense depois de Platão ter oposto filosofia e política, verdade e opinião. Os filósofos pós-platônicos, convencidos de que somente a verdade era a sua meta, desenvolveram uma "apolitia" (Arendt, 1993, p. 112), isto é, uma indiferença, um verdadeiro desprezo pelas coisas da cidade. Os filósofos deixaram de se sentir responsáveis pela *polis* e passaram a esperar dela nada mais do que serem deixados em paz e terem liberdade para pensar. É nesse momento em que a dicotomia homem de ação versus homem de pensamento adquire sua máxima expressão. O exemplo de Aristóteles, sem remorso, fugindo de Atenas para evitar uma condenação semelhante a de Sócrates deixa claro que, dali em diante, as leis da cidade jamais voltariam a merecer o cuidado dos filósofos como mereceram pelo mais sábio dos sábios. Se, por um lado, a competição desenfreada suscitada pelo modo de vida dos sofistas na sua arte de imposição de suas opiniões nem sempre verdadeiras tornavam a *polis* um lugar caótico, instável e inseguro, não é certo, por outro lado, que a tentativa platônica de tornar divino o mundo humano tenha trazido melhores resultados. Enquanto Sócrates, que nunca se opôs à arte da persuasão, acreditava ser possível, ao se chegar à verdade das opiniões, usá-la como instrumento de persuasão; Platão, por sua vez, repudiando as opiniões, quis, através da verdade, destruí-las. Diferentemente de Sócrates, o que Platão fez foi fazer da verdade um instrumento de disputa contra as opiniões. Entretanto, como em meio às opiniões a verdade se torna meramente uma outra opinião, a derrota de Platão representou a derrota não apenas de sua *doxa* – da opinião de que um mundo regido pela verdade seria um mundo melhor – mas sua derrota pode ter representado uma mácula profunda no âmago da própria verdade. O ódio de Platão aos sofistas talvez tenha rendido a seus adversários o maior trunfo que eles não poderiam ter conquistado sem este auxílio: daquele momento em diante, uma questão não só poderia vir a ser falada de duas maneiras verdadeiras diferentes, como também o próprio verdadeiro e falso tornar-se-iam uma questão de mera perspectiva.

O problema de uma *Era Pós-verdade*

O dicionário Oxford trouxe, no final de 2016, o que poderia ser apenas mais uma criativa "palavra do ano": a pós-verdade. O termo já era usado com certa regularidade desde pelo menos 1992, quando o americano Steve Tesich o empregou pelo que seria a primeira vez em um ensaio para a revista *The Nation*. Entretanto, segundo o dicionário, nos meses de maio e, sobretudo, setembro de 2016, o uso do termo "explodiu", definindo, assim, seu destaque e sua consequente escolha pela organização. Em 2015, o Oxford havia elegido como "palavra" do ano um *emoji* (a carinha chorando de rir) comumente compartilhado nas redes sociais. Dentre essas duas eleições anuais feitas pelo dicionário, contudo, há uma diferença substancial que será objeto deste ensaio: a pós-verdade, associada desde então a situações específicas do ano de 2016 como o *Brexit*, *impeachment* da Presidenta Dilma, o referendo colombiano e a eleição de Trump nos EUA, tem implicações que podem ser extrapoladas de um simples sentido conferido a uma palavra. Queremos problematizar se o termo pós-verdade, para além de uma palavra, não poderia ser a tradução de uma verdadeira "ambiência existencial" dos nossos tempos. Dito de outro modo, queremos sustentar que, para além de oferecer um significado a circunstâncias específicas, a pós-verdade também pode ser útil para atribuir sentido a um problema muito mais profundo da nossa contemporaneidade, podendo nos auxiliar, inclusive, a traduzir o estatuto *ontoepistemológico* do nosso tempo. Com a noção de ontoepistemologia queremos dar ênfase ao caráter indissociável entre ontologia (o estatuto da realidade, daquilo que é ou não real) e epistemologia (o estatuto do processo de conhecimento, de como se dá a compreensão da realidade e de seus fenômenos). A ontoepistemologia não seria uma espécie de *Zeitgeist*, mas mais do que isso, uma cosmovisão (Guareschi, 2009, p. 28), isto é, a totalidade com a qual compreendemos a nós mesmos, os outros, o mundo, bem como as relações entre todos esses termos. Enfim, o que será discutido aqui é o fato de a noção de pós-verdade poder abrir um debate muito mais complexo do que aquele que parece estar se firmando logo após a eleição do termo pelo dicionário.

A proposta deste ensaio é destacar o fenômeno da pós-verdade como estando implicado, contundentemente, naquilo de mais profundo que há na sociedade, o seu *ethos*, ou "ambiência existencial", temas que foram trabalhados mais detidamente no primeiro ensaio deste livro. Aqui nos

propomos a explanar sobre as possibilidades de se perspectivar esse fenômeno que relaciona comunicação, sociedade, ética, política e poder de modo inextricável. Para conseguirmos chegar a esse ponto de perscrutar a contemporaneidade, tomaremos como uma das referências centrais o autor John B. Thompson, o qual consideramos fazer em suas diversas obras uma espécie de "fenomenologia da comunicação". Entendendemos aqui a natureza da comunicação como um fenômeno imbricado com uma série de variáveis fundamentais da sociedade, assim como foi demonstrado no Ensaio 2. Contudo, sem perder de vista o amplo horizonte teórico do autor, não pretendemos nos restringir às contribuições feitas por ele, mas unicamente tomá-las como ponto de partida para pensar se já não estaria em germe nos importantes achados constatados por ele a intuição da pós-verdade. Tomaremos como referência principal sua obra *O Escândalo político: poder e visibilidade da era da mídia* (Thompson, 2002), trabalho que consideramos extremamente pertinente, preciso e perspicaz ao se debruçar sobre o fenômeno do *escândalo*. Consideramos que essa obra também mapeia, indiretamente, as condições de possibilidade desse problema muito mais amplo e curioso que agora começa a se evidenciar para todos nós. A radicalização daquilo que Thompson constatara como sendo a emergência de uma "cultura do escândalo" em nossas sociedades midiatizadas parece ter ultrapassado seus próprios limites, impulsionado, sobretudo, por uma acentuada transformação das tecnologias de comunicação e informação. Essas transformações técnicas, contudo, impactaram não só as formas de sociabilidade – como muito bem constatado por Thompson – mas, além disso, também impactaram a própria autocompreensão existencial (cosmovisão) de nossa sociedade globalizada. As transformações técnicas parecem ter gerado efeitos na dimensão ontoepistemológica de nossa sociedade, isto é, no modo como entendemos a constituição profunda da realidade, bem como no nível de profundidade que podemos alcançar com nosso entendimento. O que problematizaremos nesta parte do ensaio é como pode ter se dado a cisão entre autocompreensões tão distintas, suscitando a passagem de uma era regida pela verdade para uma *Era Pós-verdade*, sobretudo em relação ao papel desempenhado pelos meios de comunicação.

Segundo essa perspectiva que estamos sugerindo aqui, hoje estaríamos num momento crítico, numa zona cinzenta entre duas eras, sem garantias de permanência na era anterior, tampouco de ultrapassagem para

a posterior. Estaríamos, como expusemos na primeira parte deste ensaio, sob os espólios de um conflito no qual a busca pela verdade não deixou de ser uma das questões mais relevantes, mas, ao mesmo tempo, em que parecemos ter nos distanciado das condições necessárias para acreditarmos nela. O que se poderia dizer é que, nessa zona cinzenta entre essas duas eras, a mentira passa a ser o grande problema para sociedade. Nesse caso, o problema da mentira, ao invés de um questão válida por si mesma, seria uma consequência do modo como perspectivamos a verdade. A história da verdade foi construída de tal modo que colocamos o "verdadeiro" como condição para o exercício do poder legítimo. Não seria em função dessa íntima relação entre verdade e poder que o problema da mentira terminou adquirindo tamanha importância para nós? Não seria em função dessa legitimidade, que toda forma de poder adquire ao ser banhada pela graça da verdade, que a mentira – ou seja, o poder legitimado equivocadamente como verdadeiro – torna-se tão ameaçadora? Em outras palavras, o temor que temos diante da possibilidade sempre presente da mentira, não seria justamente um temor, ao invés da mentira em si mesma, da própria verdade e de suas consequências potencialmente ilimitadas? Não seria esse temor diante da mentira decorrente da consciência que temos dos infindáveis sacrifícios que sabemos estar dispostos a fazer em nome da verdade?

Uma possível explicação de por que a dedicação cada vez mais obstinada em dominarmos e revelarmos "a verdade" acabou, contraditoriamente, trazendo a mentira para o primeiro plano das nossas relações está na análise de como os meios de comunicação passaram a ter papel cada vez mais ativo na produção do real. Para abordarmos esse ponto vamos fazer uso das contribuições de Thompson (2002). Poderíamos ser acusados de anacronismo em função de optarmos por resgatar um autor que se debruça sobre a relação entre meios de comunicação e a modernidade, uma vez que pretendemos nos aproximar de um fenômeno que alguns poderiam inclusive chamar de "pós-moderno". Ainda que não consideremos de todo impertinente tal ressalva, pretendemos manter esse diálogo entre a pós-verdade e a obra de Thompson por ao menos duas razões: a primeira é porque queremos nos valer do substrato teórico altamente concreto que ele oferece sobre o fenômeno do escândalo, já que essa contribuição facilitará o trabalho de expormos o nosso entendimento teórico altamente abstrato acerca da pós-verdade. A segunda razão é porque, nos

valendo de um trabalho distante temporalmente, poderemos potencializar ao máximo o objetivo deste ensaio: oferecer uma visão crítica acerca da pós-verdade, isto é, uma visão distanciada, na medida do possível, de ideias pré-concebidas e apressadas que estão pululando em torno desse fenômeno tão próximo temporalmente de nós. É claro que não se pode desconsiderar que Thompson (2002) fez muitas referências às transformações tecnológicas de sua época, inclusive não raras vezes mencionando o papel que a Internet poderia vir a desempenhar no plano das comunicações. No entanto, na época em que a obra fora produzida, o espaço da Internet como nova tecnologia ainda não estava completamente consolidado como está hoje, tampouco a "Cultura da Convergência" (Jenkins, 2008) era uma realidade. Hoje, por outro lado, nem sequer há uma clara distinção entre novas tecnologias e Internet, já que há um contexto de convergência tão inextricável que é difícil pensar uma nova tecnologia que não seja compatível com a Internet. Neste ensaio, não nos debruçaremos sobre as tecnologias propriamente ditas, tampouco seus impactos e relações com a sociedade. Esses aspectos serão tratados nos três próximos ensaios. O ponto que consideraremos crucial é o seguinte: como compreender os efeitos das transformações no modo como nos comunicamos desde uma perspectiva mais ampla, isto é, como compreender de que modo essas transformações, independentemente de seus aspectos positivos ou negativos imediatos, contribuem para uma concreta possibilidade de nos entendermos a nós mesmos e a relação que estabelecemos conosco, com os outros e com o mundo de um modo radicalmente diverso. Por isso, ainda que nos referenciemos por Thompson para pensar sobre esse fenômeno, nosso objetivo está um pouco além de suas intenções. Thompson se propôs a constatar como as inovações técnicas transformaram as dinâmicas de sociabilidade (ou comunicação) na emergência da modernidade, sobretudo após a invenção da imprensa de Gutemberg até o consolidação da comunicação de massas; contudo, hoje chegamos a tal ponto de mutação dessas dinâmicas de sociabilidade que as transformações parecem começar a transcender a dimensão material/concreta da existência, isto é, sua dimensão ôntica, e começam a produzir transformações muito mais profundas, isto é, éticas e ontológicas. É por essa razão que tomaremos a emergência do fenômeno da "cultura do escândalo" tratado por Thompson como uma abordagem ôntica, isto é, uma abordagem situada material e contextualmente sobre os *efeitos* de um fenômeno ontológico, isto é,

primordial, como consideraremos ser a *Era Pós-verdade*. Pensar a pós-verdade não somente como um mero efeito de uma era ou paradigma, mas também como podendo ser o anúncio originário de uma diferenciação ontoepistemológica amplia os sentidos que podemos alcançar com essa reflexão. Dentre esses sentidos que, potencialmente, poderiam nos encaminhar a muitas direções, um deles seria em direção a uma subjetividade que poderíamos chamar digital, como será tratado no Ensaio 5.

Como a finalidade deste ensaio não é apontar direções, mas, ao invés disso, levantar uma série de problemas em torno da pós-verdade, a polêmica principal que pretendemos levantar tem a ver com a insuficiência que constatamos nas recentes análises a respeito da pós-verdade. Poderíamos delimitar essas insuficiências a dois traços. Por um lado, I) são feitas análises tendentes a privilegiar a problematização que se detém quase que essencialmente à dimensão moral. Isto é, sejam as grandes organizações, sejam seus respectivos representantes, todos estariam a se valer cada vez mais de táticas ardilosas, quando não explicitamente mentirosas, para conquistarem seus objetivos pragmáticos. Por outro lado, II) são feitas análises que privilegiam uma suposta fragilidade de caráter, ou ignorância convicta, de audiências passivas e indiferentes aos fatos. Ambas as análises obedecem ao esquema clássico de comunicação (emissor → mensagem → receptor), e, partindo desse modelo, tendem a ver esse sistema como sendo não só fechado, como também estático, em que, de um lado, haveria os "emissores de pós-verdades", e, do outro lado, seus respectivos receptores. Consideramos análises desse tipo frágeis porque ambas tomam como indiscutíveis um rol de pressupostos que aqui tomamos como absolutamente relevantes de serem problematizados.

O primeiro desses pressupostos que tem passado despercebido é a substantivação do termo pós-verdade, principalmente na língua portuguesa. Vamos explorar detidamente esse ponto na terceira parte deste ensaio, mas já podemos adiantar que esse não é apenas um apontamento meramente gramatical, mas filosófico, enormemente implicado na profundidade de compreensão que procuraremos ter do termo. O segundo traço de insuficiência que constatamos em análises desse tipo é a valoração essencialmente negativa atribuída ao fenômeno. Ainda que aqui pretendamos nos limitar a uma problematização austera da pós-verdade, em que, portanto, não afirmaremos o seu valor positivo; não poderemos aceitar passivamente a tendência oposta que parece estar em voga de tomar o termo como essencialmente negativo. Quando se toma a pós-verdade

como um fenômeno negativo tem-se em conta que ela anuncia uma falta (de caráter, de autocrítica, de vontade, de curiosidade ou etc., seja dos "emissores", seja dos "receptores"). Ainda que não pretendamos desvalorizar totalmente essa perspectiva, desejamos contribuir com o debate o colocando sobre um outro prisma, qual seja: o de que, se a pós-verdade, por um lado, pode anunciar uma negatividade, por outro lado, ela também pode, igualmente, anunciar uma positividade, isto é, a presença ou latência de algo. O que poderia ser esse algo? Talvez a emergência de uma consciência comum em nossas sociedades a respeito do próprio estatuto da realidade – ontologia – e de como se dá o processo de conhecimento dessa mesma realidade – epistemologia. Evidentemente, ao colocarmos lado a lado a negatividade e a positividade de um mesmo fenômeno, podemos o complexificar a tal ponto que, para finalidades pragmáticas, tal teorização poderia até mesmo ser considerada estéril, uma vez que poderia conduzir à perplexidade. Definitivamente não é essa a intenção deste ensaio, entretanto, queremos que ele seja compreendido também dentro da totalidade deste livro, o que nos permite usar este espaço, menos para teorizar sobre os efeitos do fenômeno (o que é feito sobretudo na segunda parte deste livro) e mais sobre suas condições de possibilidade, o que é feito nesta primeira parte. Menos do que nos determos ao fenômeno da pós-verdade propriamente dito, vamos discutir aquilo que está na base das intrincadas relações entre comunicação e poder, mídia e política, que são imprescindíveis para uma compreensão mais ampla e aprimorada de nossa contemporaneidade.

A história da pós-verdade

O que é possível perceber numa primeira visada de como o termo pós-verdade está sendo apropriado pelo público é que o debate está se dando em torno de uma constatação: a facilidade assustadora com que as pessoas estão se deixando "enganar", ou, melhor do que isso, de como as pessoas estão aceitando com fervor versões crassas e mentirosas da realidade; em outras palavras, de como as pessoas não estão deixando viver a verdade ou, ao invés disso, a estão fazendo morrer. Sob alguns aspectos, essa perspectiva que define a pós-verdade como um fenômeno preponderantemente negativo até pode ser considerada uma

perspectiva crítica; contudo, pretendemos arriscar dar um passo atrás e pensar se não poderíamos fazer uma crítica de segunda ordem ao problema trazido com a pós-verdade. Por crítica de segunda ordem vamos entender uma crítica da crítica. Evidentemente essa empreitada não nos fornece muitas garantias de precisão, desse modo convidamos quem lê a ter consigo sempre presente o caráter preliminar e, até por vezes precário, dessa reflexão que tem como objetivo primordial promover algum movimento e inquietação a propósito desse fenômeno. Estamos escrevendo sobre o presente, o qual, diferentemente do passado, tem um caráter indiscutivelmente vivo e dinâmico, por essa razão não é de surpreender, e até mesmo é esperado, que o presente reaja violentamente às nossas tentativas de domá-lo.

Todos os anos, desde 2004, o Dicionário Oxford elege a "palavra do ano", uma palavra ou expressão que tenha atraído grande interesse nos doze meses que antecedem a nomeação. De acordo com a publicação, são postos em debate diversos termos relevantes àquele ano em particular, e, eventualmente, um é selecionado por refletir o *ethos*, ânimo ou preocupações daquele período.

Em 2016 escolheu-se a pós-verdade, "um adjetivo definido como 'relativo a ou denotando circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crença pessoais'". (English Oxford Living Dictionaries, s.d., "*Word of the Year 2016 is...*", para. 1). O termo não é novo, mas atingiu seu ápice em 2016, com seu uso crescendo 2000% em relação ao ano de 2015, motivado, principalmente, pelas eleições americanas, que culminaram com Donald Trump na presidência, e no *Brexit*, a saída do Reino Unido da União Europeia (Flood, 2016). A expressão vem sendo frequentemente associada com um substantivo em particular, a política, na frase "*post truth politics*", conforme o dicionário (English Oxford Living Dictionaries, s.d., "*Why Was This Chosen?*", para. 1). Na América do Sul a pós-verdade também vem sendo relacionada a dois eventos: o fracasso do acordo de paz entre as FARC e o governo colombiano e o impedimento da Presidenta Dilma Roussef. Tais eventos serão vistos mais detalhadamente nos ensaios da segunda parte deste livro.

Uma característica curiosa do termo é o incremento no significado do prefixo *pós-*, cuja utilização também teve um crescimento significativo nos últimos anos, conforme o Oxford. Ao invés de se referir exclusivamente a

um período de tempo que segue um evento específico, como, por exemplo, em pós-guerra ou pós-ditadura, aqui ele expressa a irrelevância do conceito em si (English Oxford Dictionaries, s.d., "*A brief history of post-truth"*, para.1).

O termo pós-verdade desbancou outros concorrentes como *brexiteer* (substantivo que se refere àqueles favoráveis à saída do Reino Unido da União Europeia), e *alt-right* (outro substantivo, que define um grupo ideológico de extrema direita, com pontos de vista extremamente conservadores e reacionários) (English Oxford Living Dictionaries, s.d., "*The short List*).

O Presidente do Oxford, Casper Grathwohl, declarou que a escolha do termo reflete muito o ano de 2016, dominado por um discurso político e social altamente inflamados, aliado à ascensão das redes sociais como fonte de informação e à crescente desconfiança face aos fatos apresentados pela mídia tradicional. Grathwohl ressaltou que não ficaria surpreso se a pós-verdade se tornasse a palavra que define nossos tempos (Flood, 2016).

Como mencionamos anteriormente, a expressão foi utilizada pela primeira vez, com esta conotação, pelo dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich, em um artigo na revista *The Nation* no ano de 1992. O texto falou sobre o escândalo Irã-Contras, ocorrido nos anos 80, que revelou o envolvimento de funcionários do alto escalão do governo de Ronald Reagan com o tráfico ilegal de armas, no conflito entre Irã e Iraque. Tesich argumentou que a "verdade vinha sendo equiparada a más notícias, e as pessoas estavam fartas de más notícias", dessa maneira, a população preferiu ser "protegida" de tal desconforto (Tesich, 1992, p.12).

O artigo de Tesich foi escrito em um contexto em que os EUA vivenciaram diversos reveses seguidos com seus governantes: Nixon e o Watergate, Reagan e o Irã-Contras, Bush-pai e a Guerra do Golfo. O autor afirmou que todos os crimes cometidos por estes governos, especialmente aqueles de Reagan, atacavam "o coração e a alma da República" (Tesich, 1992, p.12). Ainda assim, foi muito mais cômodo para os americanos fazerem vista grossa a tais crimes.

Percebendo uma certa apatia da população, os governantes nem se dariam mais o trabalho de encobrir as mentiras, observou Tesich. Os americanos tornaram-se alvo fácil para regimes totalitários, ao desenvolverem mecanismos de proteção contra fatos espinhosos: "de uma forma muito

fundamental nós, como um povo livre, decidimos livremente que queremos viver em uma espécie de mundo pós-verdade" (Tesich, 1992, p.13).

O dramaturgo fez uma dura crítica à sociedade da época, aos valores individualistas, onde o lucro era considerado sinônimo de virtude, a prática e tolerância do racismo consideradas razoáveis, e em que o sistema judiciário privilegiava os ricos em detrimento dos pobres. Recriminou, também, o sistema de educação, que se resumia a formar meros membros produtivos para a força de trabalho, incapazes de questionar os rumos do país. O idealismo não era mais cultivado nas crianças, assegurou Tesich. Elas já não eram vistas como um bem precioso, fonte de renovação dos ideais da sociedade. A educação tinha por único fim combater o desemprego (Tesich, 1992).

O escritor Ralph Keyes também discorreu sobre o tema, no ano de 2004, em seu livro intitulado "*The Post Truth Era – Dishonesty and Deception in Contemporary Life*". No livro, ele explorou a evolução da mentira na sociedade, entendida por ele como uma afirmação sabidamente falsa, dita com a intenção de enganar a outrem (Keyes, 2004, p.12). A mentira, segundo Keyes, vinha sendo cada vez mais suavizada e o ato de mentir perdendo seu estigma negativo. Ao surpreender alguém mentindo, temos reações como "foi com boas intenções", "quem sou eu para julgar", ou, até mesmo, "o que é verdade, afinal?" (Keyes, 2004, p.13). O autor listou diversos eufemismos usados para a mentira, como "verdade poética", "realidade alternativa", "quase verdade", e, inclusive, "verdade baseada nos fatos". Ao mentir, "enriquecemos, suavizamos ou contextualizamos a verdade" (p.20).

Para Keyes, a pós-verdade existe em uma área nebulosa da ética, que nos permite dissimular sem nos considerarmos antiéticos. Este comportamento, que nos leva a manipular nossos próprios valores, quando colidem com nossas ações, ele chamou de "*alt.ethics"* (p.19). Uma ética alternativa, maleável, utilizada de acordo com cada situação. Na Era Pós-verdade, a honestidade não é considerada como uma "preposição de tudo ou nada" (p.27). Antigamente, ou éramos honestos, ou desonestos. Agora observamos nuances, escalas, graus de honestidade. Se formos mais honestos na maior parte do tempo, não haveria problema em sermos desonestos de vez em quando. (Keyes, 2004). A Era Pós-verdade é a era da banalização da mentira. A principal origem da pós-verdade na sociedade contemporânea, segundo Keyes (2004), está na quebra da vida comunitária. A erosão da

comunidade, juntamente com o anonimato, constitui terreno fértil para a desonestidade, conforme o autor. Afinal é muito mais fácil enganar pessoas desconhecidas, com as quais não possuímos conexões, do que aquelas com quem mantemos relações cotidianas.

Ainda em 2004, o escritor Eric Alterman, cunhou o termo presidência pós-verdade (*post truth presidency*), em seu livro *When Presidents lie – A History of Official Deception and Its Consequences*. O autor falou das inter-relações entre mentiras presidenciais e a erosão da confiança pública na figura dos governantes. Tomando por base quatro casos obscuros, todos envolvendo assuntos de estado, relacionados à guerra e paz, e protagonizados por Presidentes norte americanos – Franklin Roosevelt e a Conferência de Yalta, John Kennedy e a crise dos mísseis cubanos, Lyndon Johnson e o Golfo de Tonkin e Ronald Reagan e o escândalo Irã-Contras – onde fatos foram omitidos da população com intenção de "protegê-la". Com o livro, Alterman pretendia demonstrar as reais consequências das mentiras presidenciais, provando que uma grande mentira levava a outra, resultando, desta maneira, em uma "presidência pós-verdade" (Hart, 2004).

A expressão "política pós-verdade" foi utilizada em 2010, em um artigo no blog *Grist*, sobre a longa novela da legislação de mudanças climáticas nos Estados Unidos. O autor David Roberts a descreveu como uma cultura na qual a política, compreendida pela opinião pública e as narrativas da mídia, são inteiramente desconectadas da política praticada pelo poder legislativo[1]. Para Roberts, em um cenário ideal, os eleitores reuniriam fatos, chegariam a conclusões baseadas nestes fatos, formariam opiniões fundamentadas nestas conclusões para, então, eleger um partido político que se aproximasse das opiniões formadas. Entretanto, na realidade, as pessoas elegem grupos partidários com base em seus valores, adotam as posições ideológicas destes grupos, desenvolvem argumentos para corroborar tais posições e, então, escolhem fatos para reforçar esses argumentos.

Em todos os casos acima referidos, percebe-se claramente o caráter indissociável dos conceito pós-verdade e mentira. Entretanto, como veremos mais adiante, ambos não devem ser confundidos. Tampouco devemos considerar a pós-verdade como mero artifício de enganação da opinião pública. Se, por um lado, existe a distorção dos fatos, em contrapartida, há a indiferença em relação a eles. Talvez a pós-verdade represen-

1 O artigo original, em inglês, fala na diferença entre "politics" (opinião pública e narrativas midiáticas) e "policy" (sistema legislativo). Em nosso idioma ambas expressões são traduzidas por política.

te uma terceira via entre verdade e mentira. Desde que o fato, objetivo ou não, se encaixe com as crenças do indivíduo, ele passa a ser válido. Como afirmou Gabriel Priolli (2017), em artigo para a revista Carta Capital, a pós-verdade "não seria ... o culto à mentira, mas a indiferença com a verdade dos fatos. Eles podem ou não existir, e ocorrer ou não da forma divulgada, que tanto faz para os indivíduos" (Priolli, 2017, para.4).

Outro ponto a ser observado é que, com exceção do livro de Keyes (2004), que tratou bastante da vida cotidiana, todos os outros autores relacionaram a pós-verdade com a política. Seria na política onde a pós-verdade exerceria todo seu "potencial". Os políticos sempre se utilizaram de narrativas em suas estratégias de comunicação com os eleitores, isso não é nenhuma novidade. A revista *The Economist*, no editorial intitulado como "A arte da mentira", afirmou que "a pós-verdade põe em evidência o cerne do que há de novo na política: a verdade já não é falseada ou contestada; tornou-se secundária". Se antes "o objetivo das mentiras na política era criar uma visão de mundo enganosa, agora seu intuito é de reforçar preconceitos", ressaltou a publicação (A Arte da mentira, 2016, para.5). Isso pode ser observado no artigo de Steve Tesich, citado anteriormente, que afirmou que os crimes cometidos por Nixon tiveram por consequência seu *impeachment*, enquanto Reagan ficou impune pelos seus. Alterman foi pela mesma linha, afirmando que tanto Johnson como Nixon foram tirados da presidência, enquanto Reagan e Bush passaram incólumes por seus escândalos.

Outro ponto tocado pelo editorial da revista foi a forma como a mídia evoluiu. Por um lado, houve uma crise de credibilidade da imprensa. O público passou a desconfiar de tudo o que é publicado pela mídia tradicional. Ao mesmo tempo, as pessoas passaram a confiar mais em notícias compartilhadas por conhecidos através das redes sociais. "As mentiras, rumores e fofocas compartilhadas online se espalham com velocidade alarmante". (Editorial: A arte da Mentira, 2016, para.8).

Orlando Adamo (2017) , especialista em comunicação política da universidade de Belgrano, fez uma analogia interessante entre as narrativas políticas e a contação de histórias. As pessoas, de acordo com ele, "cada vez mais desesperadas e cansadas de ouvir sempre as mesmas promessas, e, sem perspectivas em relação ao próprio futuro e ao de seus filhos, ficam mais predispostas a ouvir, acreditar e votar em candidatos que propõem fazer algo diferente da política tradicional"(Adamo, 2017, *Narrative as a*

political tool, para.1). No artigo são enumeradas diversas características da narrativa política, como a presença do "bem versus mal" , a busca de um passado místico para reconectar as pessoas às suas raízes e valores, o uso de analogias simples e explicações lineares e o uso da dicotomia "nós contra eles", sempre buscando um inimigo, como os muçulmanos, os judeus, ou os imigrantes, por exemplo. Outra característica muito presente nessas narrativas é que elas normalmente envolvem a construção de um muro. Qualquer semelhança com o muro de Trump, portanto, não é mera coincidência. Mas, o que mudou, afinal?

O conferencista Homero Reis (2017), em seu artigo *O Mundo da pós-verdade*, dedicado a Zygmunt Bauman, falou de como as pessoas perderam as referências no mundo em que vivemos. A partir do conceito de Bauman sobre os mundos líquidos, onde as relações entre os indivíduos tendem a ser menos frequentes e menos duradouras, "a insegurança torna-se parte estrutural da constituição do sujeito pós-moderno" (Reis, 2017, para.1). Reis chamou a atenção para a quantidade de informação disponível hoje e de como isso dificulta, ao invés de facilitar, o entendimento das pessoas. "No mundo pós-verdade a quantidade de informação é absurdamente grande, enquanto a formação e a reflexão são reduzidas ao mínimo." (2017, para.5). Citou, ainda, frase atribuída a Santo Agostinho, que, de acordo com ele, não leu mais do que cinquenta livros na vida, e ainda assim nos deixou reflexões importantíssimas: "quem escolhe o que quer crer, crê somente em si" (Reis, 2017, para.5).

O próprio Bauman afirmou, em entrevista concedida pouco antes de sua morte, ao jornalista Ricardo de Querol (2017) do El País , que "estamos em um estado de *interregno* entre uma etapa em que tínhamos certezas e outra em que a velha forma de atuar já não funciona"(para.8). Segundo ele as certezas foram abolidas. Bauman falou ainda dos perigos das redes sociais que, de acordo com ele, têm servido como substitutas da comunidade. Entretanto, podemos, de certa maneira, controlar nossas redes sociais, customizá-las. Ao fazermos isso, criamos as chamadas "bolhas ideológicas". Deixamos de dialogar com opiniões diferentes das nossas. Quando alguém publica algo que não nos agrada, simplesmente deletamos essa pessoa. Desta maneira elas são utilizadas para corroborar nossas próprias opiniões.

Esse clima de incertezas é terreno fértil para medidas extremas. Ao clamar por normalidade, qualquer tipo de normalidade, as pessoas acabam se apegando à falsas promessas e abrindo mão de direitos, como obser-

vou Eliane Brum (2017, para.4), em seu artigo *Cotidiano de Exceção*, para o jornal El País. Aliada ao clima de incertezas e sobressaltos, está a aceleração vivida no nosso dia a dia. Sem tempo para refletir, passamos a agir por reflexo. E, ao agir por reflexo, acabamos muitas vezes abrindo mão de direitos em nome de uma falsa normalidade (Brum, 2017, para.5). A jornalista nos convidou a dar uma olhada na história da humanidade para ver como isso nunca acaba bem. Diversos regimes totalitários iniciaram desta maneira, com alguém querendo mudar "tudo isso que está aí".

Pensar os impactos da relação pós-verdade e política exige abordar um outro aspecto da dinâmica social contemporânea: a produção da ignorância. O termo agnotologia foi cunhado pelo historiador americano Robert Proctor com esse intento. Proctor explicou que muito se sabe sobre o conhecimento, sendo a epistemologia um tema vastamente estudado e documentado. Entretanto, pouco se fala sobre a ignorância, suas diferentes tipologias, suas causas e consequências na sociedade. No livro *Agnotology, the making & unmaking of ignorance,* publicado em 2008, o autor dividiu a ignorância em quatro tipos: ignorância como estado nativo, ignorância como construção passiva, ignorância como construção ativa e ignorância como resistência.

O primeiro tipo, ignorância como estado nativo ou original corresponderia a um vazio a ser preenchido. Aqui a ignorância serviria como um incentivo ao conhecimento, algo a ser combatido. Como bebês que nascem sem nada saber e aos poucos vão aprendendo a andar, falar, se relacionar. Essa ignorância não seria necessariamente ruim, mas simplesmente um déficit, "um lugar onde o conhecimento ainda não penetrou"(Proctor, 2008, p.4).

O segundo tipo foi descrito pelo autor como "um reino perdido"(p.6), escolha seletiva ou construção passiva. Ao escolhermos saber algumas coisas, somos obrigados a ignorar outras. Ninguém pode saber de tudo. O foco em um tipo específico de conhecimento, implica na negligência de outro (p.7). Essa ignorância tem a ver com prioridades. Aqui Proctor chamou a atenção para a perda de certos conhecimentos. Como se, em uma casa em chamas, fôssemos obrigados a escolher levar alguns objetos em detrimento de outros. Alguns deles irão se perder para sempre.

O terceiro tipo, talvez o mais perigoso, seria a ignorância como estratagema, ou construção ativa. O foco aqui é na ignorância, dúvida ou incerteza intencionalmente criada, manipulada e mantida por certos gru-

pos. A ignorância não seria um vazio, ou uma omissão, mas uma produção intencional. Proctor começou a estudar o tema a partir da análise de estratégias da indústria tabagista para colocar em dúvida por um longo período os males causados pelo fumo. Em meados dos anos 50 começaram a surgir estudos sobre a relação entre tabagismo e câncer do pulmão (Proctor, 2008, p.11). Prevendo o grande prejuízo que isso causaria a seus negócios, os grandes fabricantes de cigarro se uniram ao relações públicas John Hill e traçaram uma estratégia para, se não evitar, ao menos procrastinar a prestação de contas. Primeiramente a indústria prometeu realizar mais pesquisas sobre o tema. Seguiu-se então uma campanha milionária, através de anúncios e *releases* de imprensa afirmando que nada havia sido provado, que os malefícios provocados pelo cigarro não passavam de meras estatísticas, casos isolados ou dados irrelevantes. Por fim veio a normalização: todos sabiam que o cigarro faz mal, podemos trocar de assunto? Essa forma de agnotologia foi também muito descrita nas discussões sobre as mudanças climáticas, onde pareceres científicos supostamente sérios foram utilizados para corroborar a posição daqueles que defendiam que o aquecimento global não era causado pela ação humana .

O último tipo referido por Proctor foi a ignorância virtuosa, o não saber como forma de resistência ou cautela moral. Aqui poderíamos citar, por exemplo, o confinamento de um júri que deve decidir sobre um tema e não pode ter acesso a certas informações que influenciariam na decisão. Ou até mesmo alguém que prefere não fazer um teste genético para descobrir se está propenso a ter certas doenças.

A agnotologia é bastante pertinente na discussão da pós-verdade. Se a pós-verdade consiste na irrelevância dos fatos na formação da opinião pública, a ignorância tem valor indiscutível na construção do fenômeno. Nunca tivemos tanta informação ao nosso dispor, a um clique de alcance. Ainda assim, nos parece que nunca as pessoas foram tão mal informadas. As discussões são conduzidas sem aprofundamento ou critério. Um estudo conduzido por cientistas da computação da Universidade de Columbia e pelo Instituto Nacional da França, ao analisar a atividade de usuários do *Twitter*, concluiu que 59% dos links compartilhados pelos mesmos nunca foram clicados. Ou seja, as pessoas compartilham as notícias baseadas no título, sem ao menos as ter lido. (Gabielkov, Ramachandran, Chaintreau, & Legout, 2016). Em meio ao turbilhão de informações, os fatos podem ficar fragilizados. Notícias falsas e verdadeiras correm com a mesma velocidade,

disputando a atenção do público. E, na maioria das vezes, as notícias falsas são mais interessantes que as verdadeiras. Tim Harford (2017), em seu artigo *Os Fatos precisam de defensores*, para a *Financial Times*, traduzida para o Estadão por Clara Allain, expôs a vulnerabilidade dos fatos em nossa sociedade. Além da produção intencional de ignorância, muitas vezes operada pela própria mídia, existe a dificuldade em desmentir a mentira. Ao reiterar uma afirmação falsa, mesmo que seja para contradizê-la, corremos o risco de fixar tal afirmação (Harford,2017). Como diz a frase atribuída a Joseph Goebbels, uma mentira contada cem vezes torna-se uma verdade. Além disso, os fatos podem ser entediantes, complexos e de difícil compreensão, de maneira que uma mentira fácil pode se sobressair a eles. Como afirmou Harford (2017, para.48), "na guerra das idéias, o tédio e a distração constituem armas poderosas".

Seria a pós-verdade o adjetivo paradigmático da nossa era?

O que todas essas opiniões sobre a pós-verdade têm de semelhante e destoante? De comum, todos elas apontam para algo que vai além da pós-verdade, apontam para algo que estaria subjacente a ela. De destoante, é justamente a divergência sobre isso que estaria subjacente entre essas opiniões. Em outros termos, o que torna possível a constatação da pós-verdade? Até podemos não perceber, mas toda descrição, por mais objetiva que possa parecer, implica uma valoração, isto é, a atribuição de um valor, nem que seja a simples valoração de que uma coisa que está sendo de um jeito *deveria* ser de outro. Em outras palavras, quando nos colocamos a observar a pós-verdade, a avaliando como adequada ou inadequada, já estamos valorizando e tentando impor à realidade um modo de ser mais conforme às nossas pretensões. Por isso a pós-verdade evidencia um crucial problema ético, que será abordado no Ensaio 13. Todavia, para podermos compreender com maior lucidez os diferentes caminhos de entendimento possíveis a respeito da pós-verdade, precisamos ir um pouco mais a fundo na descrição desse fenômeno.

A pós-verdade é "um adjetivo definido como 'relativo a ou denotando *circunstâncias* nas quais os fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crença pessoais'". Como todo adjetivo implica uma relação, ao que exatamente este

se relacionaria? O que deve ser adjetivado por ele? Ora, ele adjetiva justamente as *circunstâncias*. Por circunstância (*circum* – ao redor – + *stare* – estar de pé) podemos entender tudo aquilo que cerca um fato e que é intrínseco a sua constituição. Isto é, circunstância é aquilo que circunda um fato e que só por causa dessa circunstância é que o fato pode se tornar o que é. E o que é um fato? Curiosamente é um verbo: o particípio passado do verbo *facere* (fazer em latim). É importante atentar para uma característica peculiar desse verbo. Se colocarmos o verbo fazer no passado, teremos o verbo "feito". Embora algo tenha sido "feito" no passado, no presente ainda tem possibilidade de ser des-feito. O verbo "fato", por outro lado, é aquilo que, uma vez "feito", já se supõe não mais modificável, impossível de ser desfeito. Portanto, do "feito" ao "fato" o que temos é a perda do aspecto histórico, temporal, contingente. O "fato" é um "feito" que querem eternalizar, tornando-o blindado às vontades, desejos e investidas humanas.

Como se traça a linha tênue que demarca a fronteira entre um "feito" e um "fato"? Talvez aqui a pergunta seria menos "como?" e mais "quem?". Quem é capaz de tal poder de legitimar que um "feito" deixou de sê-lo para ter se tornado um "fato"? Ainda que essa problematização abra uma infinidade de outros tantos problemas – quem sabe de soluções absolutamente obscuras –, ela também nos traz uma afirmação: na passagem de todo "feito" a "fato" há uma medida humana (esse "quem" que nos furtaremos a aprofundar aqui). Nesse sentido, levaremos adiante a afirmação de que um "fato" estabelece uma relação intrínseca e necessária com a intervenção e ação humanas, com os atos humanos. Em resumo, todo fato, assim como todo feito, é igualmente produto da ação humana, ainda que originado em um passado mais remoto.

Essa digressão foi feita porque, para alcançar o que nos propomos aqui, inicialmente precisamos desmistificar a aparente inumanidade daquilo que costumamos denominar como "fatos". Todo fato pressupõe, necessária e intrinsecamente, a ação humana. Em outras palavras, um fato jamais ganha existência senão pela ação humana, assim como a própria imortalidade suposta dos fatos também é efeito da ação humana. Alguém poderia objetar: nem mesmo uma árvore que cai pelo mero efeito do vento e da gravidade em uma floresta desconhecida não produziria um fato? Pois bem, até se poderia dizer que esse "acontecimento" é "natural", entretanto, até mesmo sua "naturalidade" só se tornará

um "fato natural" no momento em que um ser humano constatá-lo e interpretá-lo como tal. Não queremos adentrar na querela epistemológica entre idealistas e materialistas. Mas, para todos os efeitos, um som que ninguém ouviu até pode ter existido independentemente da consciência humana; todavia, é na relação com a humanidade que a existência do som ingressará no mundo humano como fato. Dessa forma, podemos verificar que aquilo que denominamos "fato" é intrínseco às relações humanas porque há, necessariamente, a pressuposição da ação, nem que seja tão somente a ação interpretante – aquela que confere facticidade a um ente ou acontecimento qualquer. Desse modo, até aquilo que é dito como sendo absolutamente "objetivo", isto é, que não deixa margem para interpretações, só se tornará um fato "objetivo" porque interpretado como tal. Por conseguinte, o mais adequado seria dizermos que não há fatos *objetivos*, mas tão somente fatos *objetificados*. Para tentarmos deixar claro esse paradoxo: no momento em que uma consciência (subjetividade) afirma que determinado acontecimento é objetivo, há nessa objetividade constatada, por mais mínimo que seja, um limiar de subjetividade – a subjetividade constatadora da objetividade. É nesse ponto em que essa discussão toca a questão que trazemos sobre a pós-verdade: o problema de como estabelecer a presença ou não desse limiar de subjetividade nos fatos e a extensão que possui esse limiar. Esse ponto é relevante porque nos ajudará a perceber que na própria definição do dicionário os "fatos objetivos" são tomados como superiores às emoções ou crenças pessoais. Todavia, até que ponto poderemos separar com precisão essas duas dimensões? Até que ponto a própria constituição da faticidade dos fatos não decorre também de processos subjetivos embebidos de emoções e crenças? Enfim, não sustentaríamos uma crença na objetividade dos fatos?

Existe no nosso idioma uma controvérsia acerca da classificação da pós-verdade como adjetivo ou substantivo. O dicionário Oxford, como já mencionamos anteriormente, classificou como adjetivo. E assim o fizeram também diversos dicionários da língua inglesa, como o Cambridge e o Collins. No Brasil, o termo ainda não se encontra definido por nenhum dicionário, até o momento da escrita deste livro. O dicionário Priberam, de Portugal, foi um dos únicos a contemplar a definição da pós-verdade em nosso idioma, e a classificou tanto como substantivo como adjetivo, conferindo as definições que seguem:

Substantivo feminino ou masculino

1. Conjunto de circunstâncias ou contexto em que é atribuída grande importância, sobretudo social, política e jornalística, a notícias falsas ou a versões verossímeis dos fatos, com apelo às emoções e às crenças pessoais, em detrimento de fatos apurados ou da verdade objetiva (ex. a mentira e os boatos alimentam a pós-verdade; o tema do momento é a pós-verdade nas redes sociais).

Substantivo feminino

2. Informação que se divulga ou aceita como fato verdadeiro devido à forma como é apresentada e repetida, mas que não tem fundamento real. (ex. estas pós-verdades negam anos de evidências científicas). = FACTOIDE

Adjetivo de dois gêneros e de dois números

3. Que atribui mais importância a notícias falsas ou não fundamentadas do que à verdade objetiva (ex. política pós-verdade, era pós-verdade) (Priberam, s.d., "pós-verdade").

Já o site português Infopedia, classifica somente como "nome feminino", atribuindo as seguintes definições:

1. Circunstância ou contexto, geralmente de ordem cultural ou política, em que a opinião pública e o modo como esta se comporta, se fundamentam mais em apelos emocionais falaciosos e na afirmação de convicções pessoais avulsas do que em fatos objetivos e observáveis.

2. tempo em que se verifica a desvalorização da verdade objetiva, atestada pelos factos e coletivamente estabelecida, e se toma por certo qualquer enunciado contraditório, de origem arbitrária, subjetiva e falaz. (Infopedia, s.d., "pós-verdade").

O jornal Nexo, ao falar sobre a pós-verdade, em artigo publicado em novembro de 2016, portanto, logo após a eleição da palavra do ano pelo Oxford, primeiramente se referiu a ela como um adjetivo. Entretanto, em abril de 2017, o artigo fora editado, e a palavra foi classificada como substantivo. Enviamos um *e-mail* questionando a mudança na classificação, e obtivemos como resposta a afirmação de que, como a palavra vinha sendo usada como substantivo na língua portuguesa, eles adequaram a classificação.

O site Ciberdúvidas da língua portuguesa organização sem fins lucrativos, com o objetivo de esclarecer, informar e debater a língua portugue-

sa, do Instituto Universitário de Lisboa, também discutiu o tema. Para eles a pós-verdade, de forma direta, seria um eufemismo da palavra mentira, tendo como sinônimo o termo pós-factual (*post factual*). Observando, porém, o contexto de seu uso atual, afirmou que o termo marca uma tendência da atuação política internacional. O texto esclareceu que, por se tratar de um termo especificamente do idioma inglês, e, seguindo os casos de outros idiomas, como o espanhol, italiano e francês, pode ser considerado um adjetivo. Conforme a organização, cabe ainda observar que, geralmente, uma palavra derivada de prefixação, segue a mesma classificação que a palavra original. Neste caso, como verdade é substantivo, a pós-verdade, *a priori*, deveria ser considerada também um substantivo. Entretanto, de acordo com a publicação, existem outros exemplos em nosso idioma em que isso não ocorre, como o vocábulo antirrugas, em "creme antirrugas", empregado, neste caso, como um adjetivo, não obstante sua base de derivação corresponder ao substantivo rugas, conforme Correa & Lemos (2005 como citado por Ciberdúvidas, s.d., para.1). Para a publicação, o sinônimo pós-factual seria mais consistente, por tratar-se de adjetivo derivado de adjetivo, se encaixando melhor no contexto.

Como se vê, há uma dificuldade significativa na compreensão do termo, sobretudo na língua portuguesa, como explicado acima, já que, em função de o termo verdade ser um substantivo, em todas as construções frasais o idioma tende a tornar pós-verdade um substantivo. Durante todos os ensaios deste livro, as autoras e autores encontraram grande dificuldade nesse ponto. Agora vamos explorar porque consideramos tão importante mantermos a utilização do termo como adjetivo, ainda que seu uso linguisticamente como tal seja contraintuitivo, resultando, ou em frases desarmônicas, ou que deixam a desejar do ponto de vista teórico. Isso porque, se fôssemos utilizar o termo de forma precisa, ele nem admitiria o artigo definido "a" ("a pós-verdade") o que torna o adjetivo um substantivo.

Fazendo uma rápida pesquisa em meio a como foi usado o termo, logo na emergência da discussão em torno da noção de pós-verdade, podemos perceber que ela fora associada facilmente ao conceito de mentira, senão diretamente como sinônimo, ao menos indiretamente, no sentido de estar relacionada a ela de algum modo. Não raro encontramos frases como "A palavra foi bastante evocada agora para explicar a vitória de Donald Trump nos EUA. Seus partidários teriam feito um trabalho eficiente ao espalhar

"pós-verdades" nas redes sociais" (Azevedo, 2017, para. 2) ou "Ninguém tem sido tão eficaz entre nós em espalhar pós-verdades como o Ministério Público Federal. ... Trato, de novo, da mais óbvia de todas as pós-verdades: a anistia ao caixa dois" (Azevedo, 2017, para. 2). Estes erros não são só gramaticais, no sentido de substituir o que a noção de pós-verdade é – um adjetivo – por aquilo que ela não é – um substantivo. Esses são erros que, a nosso ver, provêm de um ponto comum tanto entre aquelas pessoas apressadas que não tiveram tempo de se deter seriamente sobre o termo, bem como daquelas que reconhecem a necessidade de cuidado em saírem usando essa noção, mas que talvez não tenham suficiente clareza de por que essa reticência é necessária. O que consideramos ser fundamental registrar sobre o aspecto formal (gramatical) do termo é que, por exemplo, não podemos dizer que pessoas *usam* ou *se valem* de "pós-verdades". Quando muito, se poderia dizer que pessoas usam ou se valem de elementos "pós-verdadeiros", não é outra a intenção do termo pós-factual. No entanto, vamos expor agora porque consideramos inoportunas as duas possibilidades. Compartilhamos da ideia de que seria mais correto não relacionar pós-verdade e sujeito diretamente. O mais apropriado seria dizer que pessoas *agem* num *contexto* pós-verdade (sem o artigo definido "a"). Refletirmos sobre como utilizamos esse termo pode fazer toda a diferença quando nos colocamos a refletir sobre ele. Daí se pode depreender que a pós-verdade, tem mais potência crítica se for pensada como uma ambiência, como um campo, não sendo reduzida a um fenômeno dicotômico bom ou mau.

Se fomos razoavelmente acompanhados até aqui, chegamos à seguinte afirmação: pós-verdade refere-se ao contexto da realidade contemporânea (adjetivo), não a algum elemento específico dessa mesma realidade (substantivo). Isso porque, assim como uma cor só ganha materialidade quando encarnada em algo, do mesmo modo, a pós-verdade não deveria ser pensada como uma materialidade isolada, mas sim como uma verdadeira coloração de algo, de um contexto. Caso contrário, assumiríamos que a pós-verdade não seria mais do que um eufemismo, um outro substantivo sinônimo de mentira. A implicação de emplacar essa sinonímia é perder de vista o mais crucial desse fenômeno: é justamente a possibilidade de se eufemizar a mentira que tem de ser analisada e não a mentira propriamente dita. Em outros termos, se perde de vista o ponto crucial trazido pela pós-verdade quando a atenção se volta exclusivamente para o uso recorrente que se está fazendo da mentira. O ponto crucial da pós-

verdade é a significativa transformação do valor atribuído à verdade. Assim como a *vermelhidade* de um carro vermelho não se explica pelo carro, também a pós-verdade não pode encontrar a origem da sua explicação na mentira. São elementos distintos, ainda que se possa pensar um como condição para o outro. Ou seja, a emergência de uma sociedade afeiçoada à mentira tem muito mais a ver com a transformação do estatuto da verdade do que com a mentira em si mesma. Como mostraremos a seguir, todas as análises que pretendem compreender a pós-verdade indo de encontro à mentira, estarão fadadas a circularem em discursos moralistas sem expectativas favoráveis de compreensão do fenômeno, apenas a reiterarem ao infinito uma constatação estéril: a mentira corre sem peias.

Até aqui acreditamos ter apenas trazido uma descrição da realidade em que visualizamos a discussão da pós-verdade. Agora vamos querer aprofundar um pouco mais a questão tentando dar a compreender as condições de possibilidade que parecem ter contribuído para emergência dessa noção a tal ponto de ela poder ser considerada como o atual estatuto ontoepistemológico de nosso tempo.

A emergência de uma sociedade "bastidorizada"

A Pós-verdade deveria ser considerada uma dinâmica, um modo de relação da nossa sociedade, ou poderíamos ousar pensá-la como um estatuto da contemporaneidade? Nesta terceira parte, gostaríamos de traçar um marco, ainda que impreciso, de onde poderíamos considerar visíveis as primeiras evidências da tese que sustentamos neste ensaio: a de pós-verdade não ser apenas um fenômeno empírico (presente na dimensão ôntica, uma mentira, por exemplo); ao invés disso ela nos daria pistas de uma dimensão muito mais profunda da realidade, da própria constituição originária (dimensão ontológica).

Para isso retomaremos a obra de John B Thompson *O Escândalo político: poder e visibilidade da era da mídia*. Este ensaio busca retomar essa obra de Thompson, publicada originalmente no ano 2000, e a partir dela tratar de um tópico que o autor não abordou – e nem o poderia ter feito naquele momento – que é o impacto a longo prazo das constatações que ele abordara em sua obra. Essa empreitada do autor consiste na proposição de uma "teoria social do escândalo", a qual relaciona mídia e política

como variáveis que nas nossas sociedades não podem mais ser pensadas de modo consistente se dissociadas. Mais do que isso, ele enfatiza que hoje o campo político não pode ser consumado estando fora da mídia, a arena política por excelência.

Ele vai tecendo uma linha argumentativa mostrando a importância que o escândalo assumiu na nossa sociedade, tendo em vista a velocidade e capacidade de propagação que esses eventos adquirem em uma sociedade midiada, com efeitos proporcionalmente mais amplos e imprevistos. Percebe-se isso quando constatamos que, por exemplo, um evento localizado no município de alguma cidade do interior de algum país qualquer do mundo dependendo do seu "valor notícia", isto é, de o quanto esse evento pode ser relevante para se converter em valor-mercadoria no mercado da imprensa, pode se expandir globalmente em questão de poucas horas, a tal ponto que em menos de uma semana todas as pessoas razoavelmente conectadas do mundo podem já ter formado uma opinião sobre esse evento. E, mais do que isso, qualquer dessas pessoas pode colaborar para difundi-lo ainda mais, emprestando a sua credibilidade pessoal a esse evento com o qual, em princípio, não mantinham nenhuma relação imediata.

Essencialmente, um escândalo é um evento relacionado a ações que originalmente pertenciam a contextos específicos, muitas vezes privados, onde normalmente se encontram aqueles que costumamos nomear como "bastidores"; e que, por qualquer razão que seja, essas ações vêm a ganhar destaque num espaço mais amplo, geral, público, fazendo com que todos passemos a conhecer detalhes daquilo que até então não aparecia – ou que muitas vezes até mesmo é diametralmente oposto àquilo que tínhamos conhecimento.

Pensar na emergência de uma "cultura do escândalo" pode nos remeter imediatamente àquilo que Thompson identificara como grandes ícones dessa cultura (*Watergate*, as relações sexuais entre Clinton e sua estagiária, Irã-Contras, Bush e a Guerra do Golfo e etc). Hoje, porém, parece acontecer uma situação radicalmente diferente e um tanto quanto peculiar. Diferentemente desses casos estrondosos em que, explicitamente, grandes organizações, muitas vezes os próprios Estados e suas agências de inteligência, estão em ambos os lados do conflito, hoje temos o *Wikileaks* e Edward Snowden. Independentemente de uma análise acurada sobre as origens e relações dessas personalidades, o que vemos cada vez

mais é a emergência de soldados anônimos que se colocam contra verdadeiras fortalezas imperiais. Poderíamos dizer então que parece estarmos vivendo uma "*wikilização*" da sociedade, ou seja, quando um determinado fato passa a possuir tantas versões quantas perspectivas lhe forem dadas, isso tudo em um curtíssimo espaço de tempo, já que inúmeras pessoas podem colaborar simultaneamente para interpretação desse mesmo fato, sem estarem, necessariamente, comprometidas diretamente com seus efeitos e consequências. Dito de outro modo, até pouco tempo atrás, os escândalos tendiam a ser conduzidos sobretudo por partes interessadas nos seus desfechos, seja os atores direta ou indiretamente envolvidos, seja as organizações midiáticas – ainda que muitas vezes estas estabelecessem relações escusas com os atores diretamente envolvidos. Essa situação implicava que os bastidores de determinados eventos estivessem, de algum modo, também envolvidos ou comprometidos com o evento propriamente dito. Por "evento propriamente dito" entenderemos a Região Frontal do evento, que vamos discutir mais adiante.

O prefixo *wiki* presente em várias ferramentas da Internet remete a um sentido de velocidade e interação. Podemos dizer que pressupõe a possibilidade de colaboração simultânea entre diferentes pessoas sem que haja a necessidade de uma relação de proximidade ou sequer de reconhecimento mútuo entre elas. Essas qualidades, juntas, apresentam duas das características quem sabe mais significativas da Internet: I) a sua descentralização (não haver um centro de controle) e II) a velocidade (não haver limites territoriais à difusão da informação). Somado a esses dois fatores, também poderíamos adicionar um terceiro: temos a possibilidade de estabelecimento de relações anônimas, nas quais indivíduos sem identidade podem se comunicar com grandes contingentes de pessoas, estas também anônimas. Essas três características podem servir a diversos fins, um deles é a possibilidade dos "bastidores" de diversas situações e contextos poderem I) ser revelados por pessoas que não necessariamente estabelecem vínculos com o evento propriamente dito (descentralização); II) as revelações poderem ocorrer numa grande escala e num curtíssimo espaço de tempo (velocidade); e III) não é exigido dos reveladores credenciais ou formalidades específicas a propósito de sua própria identidade que os legitimariam a revelar o que revelam (anonimato).

Para compreendermos a importância disso que chamamos de uma sociedade bastidorizada e o papel da radicalização de uma "cultura do

escândalo" nesse cenário, é preciso pensarmos como se dão nossas relações sociais desde uma perspectiva "topográfica", ou seja, mapearmos os espaços em que se desenrolam as ações da nossa vida cotidiana. Topograficamente, como discute Thompson (2002) – baseando-se na analogia que Goffman (2003, 1959) fez entre a vida cotidiana e a dramaturgia – o primeiro espaço onde ocorre nossas ações pode ser chamado de Região Frontal, um espaço em que interagimos e expomos aos outros a autoimagem que queremos ver reconhecida por eles. O segundo espaço pode ser chamado de Região de Fundo. A esse espaço relegamos as ações ou características que consideramos prejudiciais à autoimagem que pretendemos projetar. Contudo, as características distribuídas desigualmente entre as duas regiões compõem igualmente a totalidade daquilo que entendemos como sendo o nosso *self*. Para conduzirmos a distribuição de nossas ações entre as regiões de fundo e frontal, precisamos adotar algum parâmetro de decidibilidade, esse critério de decidibilidade é dado pelo referencial momentâneo com o qual estamos em relação. Dito de outro modo, para decidirmos se uma ação deve ser exposta em um momento ou não, vamos avaliar se ela está conforme o *referencial interativo específico* no qual estamos situados ou não. Ou seja, para decidirmos se uma ação colabora ou não com a autoimagem que pretendemos projetar, vamos fazer uso dos parâmetros que nos indicam as convenções e pressupostos que estão vigentes na situação imediata na qual nos encontramos. É por isso que, se estamos em uma região que consideramos ser frontal, estaremos mais atentos e reflexivos sobre nossas ações, objetivos e meios de atingi-los; já se estivermos em uma Região de Fundo, ficaremos mais relaxados, descontraídos e espontâneos. Não é por outra razão que Thompson (2002, p. 93) faz referência aos restaurantes para exemplificar a teorização feita com base em Goffman. Na cozinha, por exemplo, estão os cozinheiros e seus assistentes; já nas áreas de refeição, os agentes mais importantes são os *maîtres*. Além de diferentes agentes comporem esses espaços, a finalidade específica de cada um também é distinta. Enquanto na cozinha a finalidade é preparar os alimentos; nos espaços de refeição, é servir e atender os clientes. Essas diferenças vão se somando e terminando por configurar diferentes modos de relações e convenções. Na arquitetura dos restaurantes tradicionais as cozinhas (Região de Fundo) quase sempre estão muito bem separadas dos locais de refeição (Região Frontal). E isso não é mero acaso, já que, apesar de ambas as regiões comporem uma mesma totalida-

de denominada "restaurante", há convenções e pressupostos diferentes operando nos distintos espaços, sobretudo porque não são os mesmos agentes, tampouco as mesmas intenções e finalidades que operam em ambos espaços. Se, por um lado, a vestimenta e postura do *maître* na área de refeição são aspectos mais relevantes para o cumprimento da finalidade daquele espaço; na cozinha, por outro lado, a capacidade de produzir uma refeição apetitosa é o aspecto mais importante.

Atentemos para a seguinte curiosidade: ainda que seja inimaginável a possibilidade de um cozinheiro produzir as refeições com trajes de banho, essa atitude provavelmente pouco influenciaria diretamente na apresentação, no sabor do prato ou mesmo na reputação do restaurante – ao menos até que tal idiossincrasia fosse descoberta. Por outro lado, um *maître* nunca poderia cogitar atender sofisticados clientes em trajes de banho, pois, caso assim agisse, imediatamente prejudicaria a finalidade da sua posição. É assim que podemos dizer que um referencial interativo específico atua, como no exemplo dado, conduzindo os comportamentos mais e menos adequados para cada um dos agentes envolvidos em cada um dos espaços. Isso não quer dizer que os cozinheiros, assistentes e *maîtres* não possam eventualmente se descontrair na cozinha falando mal dos clientes ou rindo de alguma peça pregada em algum deles. Podemos dizer que nesse restaurante hipotético a cozinha e aqueles que circulam livremente lá são os bastidores do restaurante. E mesmo que lá os cozinheiros usassem roupas de banho, nem por isso deixariam de contribuir para a fama e sofisticação que o restaurante continuaria sustentando investindo numa boa apresentação de seus *maîtres* bem vestidos e educados na Região Frontal.

Além do problema apresentado aqui – de que nos relacionamos topograficamente, distribuindo nossas ações entre as regiões frontal e de fundo – há mais um componente importante para compreendermos esse fenômeno da "bastidorização da sociedade": os modos de interação que as novas tecnologias nos permitiram desenvolver. Para Thompson (2008) há três tipos de interação humana: I) face a face; II) mediada; e III) quase-interação midiática. (p. 78). O primeiro tipo diz respeito a um diálogo em que pessoas compartilham de um mesmo espaço e tempo; o segundo é uma comunicação que se desenrola através de um suporte/meio (celular, carta, *e-mail*); e a terceira é um modo de interação inédito introduzido pela

mídia, sobretudo de massa (rádio, televisão), na qual há uma comunicação unilateral, em que um emissor envia para um destinatário uma informação sem necessidade, interesse ou mesmo possibilidade de retorno.

Para o que nos interessa aqui, nos deteremos nos contrastes entre as interações face a face e quase-interação midiática. Pode-se dizer que numa interação face a face compartilhamos uma mesma Região de Frontal com nosso interlocutor, ou seja, o mesmo referencial interativo específico. Por outro lado, na quase-interação midiática, nós não estamos realmente interagindo, por isso não há uma Região Frontal comum, em consequência tampouco um mesmo referencial interativo específico.

Essa discussão sobre a dimensão topográfica das relações que estabelecemos é fundamental para podermos compreender a estrutura do escândalo, isso porque esse fenômeno nada mais é do que um vazamento para uma Região Frontal de ações regidas originalmente por um referencial interativo específico de uma Região de Fundo. Em termos gerais, Thompson (2002) assinala que o "escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública" (p. 40).

A revolução tecnológica que vivemos – em que cada simples *smartphone* pode ser equiparado a um computador com múltiplos recursos, todos eles conectados à Internet, dando potencialmente acesso imediato a todas as pessoas conectadas do mundo – ampliou imensamente a possibilidade de sermos testemunhas, ou mesmo vítimas, de escândalos dos mais variados tipos. A questão dos meios de comunicação, bem como das novas tecnologias, ganham um papel acentuado hoje em dia, provavelmente um papel até mesmo indispensável, porque, como citado acima, o escândalo não pode ser considerado apenas o efeito de uma decepção ou incômodo individual com determinada situação, mas efeito de uma ação passível de represália pública. Não se poderia configurar como escândalo, por exemplo, a reação individual de um cliente do restaurante hipotético que ao procurar o toalete, presencia a cena dos cozinheiros vestidos de forma inapropriada, ainda que incomodado ele decidisse reclamar com o gerente ou nunca mais voltar ao estabelecimento. Haveria um escândalo se esse mesmo cliente, por exemplo, filmasse com seu celular a cena e a distribuísse na Internet, com a possibilidade ainda de outros meios de comunicação passarem a replicar o ocorrido.

Agora vejamos bem, qual seria a motivação de tal cliente em tornar pública tal situação? A resposta mais imediata talvez seja "para que todos fiquem sabendo". O que está implícito nessa motivação é justamente que, até então, todos os clientes que se gabavam de frequentar o hipotético restaurante não sabiam "da verdade" sobre como a sua comida era "verdadeiramente" feita. Em outras palavras, os clientes até então estavam sendo enganados. O escândalo seria o momento em que a farsa, a mentira, encontraria o seu fim. Essa crença na potencialidade do escândalo em alterar a realidade se dá por duas razões, uma em relação ao que nos escandaliza e outra relacionados à própria consequência do escândalo. Dito de outro modo, o escândalo se torna escandaloso porque I) primeiro descobrimos que nossa crença era falsa e II) segundo porque descobrimos, a partir dessa primeira descoberta, assim como essa crença, qualquer outra das nossas crenças também podem ser falsas. O que assegura a coesão de uma sociedade são suas crenças, mas o que assegura as crenças senão a própria sociedade? A simples possibilidade de constatarmos no fundamento mais profundo e último da realidade social uma tautologia, torna não só doloroso como desesperador qualquer ameaça à frágil solidariedade funcional que nos mantém pacificados. Por essa razão que o escândalo, em si, já é escandaloso. Contudo, a dinâmica acelerada com que os meios de comunicação nos permitem tomar consciência dessa frágil estrutura que nos mantêm seguros de nós mesmos, parece nos ter levado a um momento paradoxal em que ansiamos estar absolutamente confiantes em nossas crenças e, ao mesmo tempo, não consideramos nenhuma crença digna de confiança absoluta.

É desse paradoxo que nasce uma sociedade cada vez mais suscetível a escândalos, ao mesmo tempo, cada vez mais sedenta por escandalizar-se. Thompson (2002) chegou na sua obra até a constatação de que estávamos vivendo uma "síndrome do escândalo". Ele resumiu esse estado como sendo uma preocupação em escala sempre maior com o escândalo, em que cada episódio recorrente, ao mesmo tempo que aumenta os riscos para os envolvidos, também aumenta o "valor simbólico e político que pode ser conseguido", seja por adversários, seja por organizações ou profissionais da mídia que capitaneiam os escândalos (Thompson, 2002, p. 318).

Além dessa síndrome, Thompson (2002) também constatara que dela se desenrola um importante fenômeno social que tem como principal

desdobramento afetar a "economia de confiança" da sociedade. Considerando que um dos principais aspectos que mantém uma organicidade de grupos e sociedades é o modo como a confiança circula entre seus membros, eventos que perturbem drasticamente esse fluxo podem ter impactos extremamente significativos. É essa a conclusão de Thompson (2002) quando afirma que escândalos são "esvaziadores de confiança", já que tendem a provocar o questionamento dos "pressupostos que sustentam a condução das interações de confiança com os outros" (p. 304). Isso porque "a confiança tende a ser cumulativa e autoreforçadora, assim também a profunda desconfiança tende a ser autoreforçadora e pode ser impenetrável à evidência e experiência que poderiam mostrar que tal desconfiança não tinha fundamento" (Thompson, 2002, p. 304).

A longo prazo, a interferência constante na dinâmica da economia de confiança de uma sociedade pode gerar círculos viciosos difíceis de superar, já que a própria busca por restaurar a confiança pode se tornar, ela também, uma prática digna de desconfiança. Dito de outro modo, diante da desconfiança generalizada, passa-se a procurar intensificar o desenvolvimento de mecanismos de incremento de confiança, o que pode exacerbar ainda mais o cenário de desconfiança. Isso porque se disseminará a intuição de que, nesse contexto, será feito de tudo para que eventos que poderiam suscitar quebras de confiança não apareçam, uma vez que, se aparecessem, seria perdido todo o trabalho empreendido até então para que a confiança fosse restabelecida. Contudo, à medida que a desconfiança generalizada se alastra pelo tecido social, mais e mais crenças vão se revelando frágeis e insustentáveis. E, embora todos desejem poder confiar em paz nas suas crenças, não querem depositar sua confiança numa crença que não possa provar seu valor, isto é, mostre-se digna de confiança. Aqui percebemos a íntima relação entre crença, subjetividade e confiança. A confiança, aliás, é o elo que une a todas, afinal uma pessoa é aquilo em que acredita. Sendo assim, se aquilo em que uma pessoa acredita se desmancha no ar, ela própria também, de certa forma, perde um pouco de si mesma. É essa angústia pela confiança o que alimenta esse movimento crescente de desconfiança. Quanto mais desconfiança, menos se pode confiar, maior se torna a desconfiança e mais importante e necessário se torna confiar. Dito tudo isso, agora já podemos substituir o entendimento sobre a dinâmica da confiança como idêntico à dinâmica da verdade.

A desconfiança que emerge quando se toma a confiança como objeto ou finalidade de uma sociedade – e não apenas como meio – decorre do fato de que a busca por esse fim – alcançar a confiança ou a verdade – passe a justificar qualquer meio. Onde não há segurança de quais meios estão disponíveis e quais estão barrados para a consecução dos fins, também não pode haver confiança. Nesse sentido, até mesmo uma eventual atmosfera de confiança que passe a pairar num cenário recentemente de desconfiança pode comprometer ainda mais, não só a confiança artificialmente intencionada, como a própria confiança subjacente à própria disposição profunda para confiar.

Disso tudo se pode depreender que a confiança parece ser menos um artefato, isto é, um produto, uma manufatura, e mais um efeito não deliberado, secundário, colateral das relações. Ainda que se possa, por exemplo, querer deliberadamente agir de modo a acumular uma boa reputação através do acúmulo de confiança, ainda assim, esse desejo, essa intenção de agir com essa finalidade, pode suscitar desconfiança se apreendida pelos sujeitos que passam a se perceber menos como agentes de uma relação social, e mais como assujeitados, meros objetos provedores de capital simbólico para outro sujeito ou instituição.

Podemos assim dizer que, em um contexto como esse, uma característica relevante das coletividades tende a se fragilizar cada vez mais: a coesão. Isso porque, em um cenário assim, qualquer um, a qualquer tempo e com um efeito potencialmente abrangente, pode se tornar um revelador daquilo que está por trás (nos bastidores) da aparência de quaisquer relações sociais ou institucionais. De fato, essa possibilidade constante do escândalo de modo algum é um ineditismo histórico. O que parece inédito é que hoje não vivemos uma atmosfera de constante *possibilidade* de um escândalo irromper a serenidade do cotidiano, mas, ao invés disso, parece que vivenciamos uma convicção na impossibilidade de um escândalo não ocorrer a qualquer momento. É nesse sentido que em uma sociedade bastidorizada vemos invertida a ordem das coisas até então vigentes: antes, o escândalo comprometia a serenidade; hoje, a serenidade parece comprometer o escândalo. Dito de outro modo, enquanto antes o escândalo era visto como um fenômeno estrangeiro na realidade, uma disfunção, uma patologia social que deveria ser combatida para *continuarmos* confiantes e serenos com relação aos nossos grupos, facções, instituições e crenças; hoje, a própria serenidade parece ter se convertido em uma espécie de

disfunção ou patologia, isto é, uma aparência mantida à força para evitar que a realidade, de fato, "verdadeira", se mostre, se desvele, seja o que ela é em "essência": escandalosa.

Antes os escândalos tinham a aura de revelar "a verdade" de uma aparência, ou seja, quando um escândalo despontava, esperava-se dele que trouxesse à tona *tudo* aquilo que não aparecia. O escândalo parecia ter a função de revelar a "realidade", a "verdade" de fatos até então encobertos, escondidos, mas que, finalmente, viriam, definitivamente à luz. O escândalo era aguardado, em resumo, como o grande mensageiro da "essência" da verdade. Hoje, todavia, um escândalo que, em tese, deveria revelar os bastidores, a verdade de um fato, não traz consigo a potencialidade de expiar o falso e ressuscitar das trevas o verdadeiro. Isso porque, mesmo o escândalo já nasce como objeto de dúvida e ceticismo, pois ele também pode comportar os seus próprios bastidores, isto é, que haja, no próprio escândalo, um outro escândalo latente e oculto pela imposição da serenidade. Em outras palavras, o próprio escândalo pode ser apenas a Região Frontal que pretende se sustentar instigando a crença de todos em que ele traz as boas novas da revelação da "verdade" última.

Nesse contexto, de escândalo em escândalo, cada vez há menos espaço para a reflexão crítica. Vivemos em meio à desordem, não há sequer tempo para elaborar nossa perplexidade com um escândalo, pois este é atropelado pelo próximo. Talvez daí emerja a indiferença com os fatos. Com tantos "fatos" à disposição, melhor ficar com os fatos *a la carte*, aqueles que melhor se encaixem com nossas crenças e nos tragam, talvez, um pouco de segurança, de "normalidade". O que parece estar contribuindo para essa "bastidorização da sociedade" é que, atualmente, vivemos numa ambiência informacional, em uma sociedade em rede, como aponta Manuel Castells (1999), ou seja, interagimos menos com corpos do que com dados e informações. Isso significa que conhecemos os outros e a nós mesmos não necessariamente com base no contexto face a face, a partir da experiência concreta, material, "objetiva" – ou seja lá qual termo acreditarmos ser mais apropriado para nos referirmos a esse estado de coisas. Ao mesmo tempo, há um outro paradoxo emergente nessa sociedade: enquanto, por um lado, tendemos a conhecer o mundo cada vez mais através de quase-interações midiáticas dos meios de comunicação e das suas imagens, vídeos, fotografias e textos; por outro lado, há, igualmente, uma crescente produção de conteúdo – seja pelos especialistas da co-

municação (os jornalistas), seja pelos especialistas "da vida" (os cientistas/os acadêmicos), com um teor "crítico" e "escandaloso" sobre essa própria produção. Ou seja, se até meados do séculos XX as instituições gozavam, no senso comum, de certo respeito, de certa *crença* de serem "verdadeiras", hoje, ao contrário, está disponível ao saber popular que nenhuma instituição é digna de confiança absoluta – muitas vezes nem parcial. Não há o que ou quem seja imune à desconfiança. Toda e qualquer verdade está em xeque. Em outras palavras, nessa assombrosa expansão quantitativa de informações estão incluídas também informações que nos informam sobre a própria expansão da informação e suas consequências muitas vezes nefastas, tanto para os informados como para os desinformados. Esse estado de coisas (o excesso de informações disponíveis e o incremento de uma suposta capacidade crítica a propósito desse exagero – crítica essa que muitas vezes se limita a uma extrema capacidade de desconfiar de tudo) somado ao fato de que, a qualquer momento qualquer certeza que obtivemos no instante anterior pode ruir, parece nos conduzir a colocar em dúvida tudo aquilo que vemos, lemos e ouvimos, sempre à espera do próximo escândalo que revelará o quanto aquilo que até então havia sido dado a conhecer como *tudo* o que se poderia conhecer, na realidade não revelava *tudo* o que poderia ter sido revelado, mas só os aspectos convenientes àqueles que revelavam.

Podemos nos aproximar desse cenário pela afirmação feita por Thompson (2002) de que contemporaneamente o escândalo se tornou um tipo de "teste de credibilidade" (p. 147) para a confiança. Segundo ele, a predominância do escândalo, sobretudo na esfera política, se deu em função de várias mudanças importantes da sociedade. Dentre essas mudanças, uma delas é a mudança na cultura política. Thompson (2002) se refere a um ponto específico da sociedade, mas podemos arriscar generalizar sua constatação para relações mais abrangentes. Ele atribui a mudança política substancialmente ao fato de que, com as mudanças na matriz econômica da sociedade, em que passamos de uma produção industrial para uma realidade em que o setor de serviços bem como o conhecimento passaram a ganhar destaque, implicou uma transformação na própria organização do corpo social. Enquanto numa sociedade mais estratificada se podia distinguir com clareza os proprietários dos não-proprietários dos meios sociais de produção, em uma sociedade dita pós-industrial as diferenças ficam cada vez menos visíveis e, com

isso, uma divisão estrutural em classes fica comprometida. Como efeito, a chamada "política ideológica", isto é, aquela sustentada por uma nítida oposição de sistemas de crenças derivadas de uma clara diferença de classe social perde espaço para uma "política de confiança". Neste modo de política, a complexidade dos problemas aos quais somos submetidos não nos permite consolidar certezas acerca da melhor maneira de enfrentá-los, tampouco quem seria o líder ou grupo mais preparado para encontrar essas soluções. Não bastasse isso, como os problemas se tornam cada vez mais imbricados e dizendo respeito a um número cada vez mais amplo de pessoas, os próprios partidos políticos e grupos de pressão tendem a se assemelhar a tal ponto de ficar difícil discernir diferenças substanciais. É nesse contexto em que a credibilidade e confiabilidade passam a ganhar destaque na tomada de decisões. Se no passado, por exemplo, as afiliações partidárias que "nos representassem" eram suficientes para estarmos certos de nossas crenças, hoje não temos critérios claros nem de como decidir sobre qual filiação partidária de fato melhor nos representa.

Para vivermos, entretanto, nós precisamos agir. Para isso, então, precisamos de alguns pontos de apoio e de referência, por mínimos que sejam. Então o que fazer? Essa talvez seja a pergunta mais existencial que todo mundo se coloca, porque é uma questão absolutamente filosófica, ou melhor dizendo, ética. Em quem acreditar? Com qual segurança crer em algo se tudo aquilo que nós acreditamos e temos convicção pode não passar de uma simples fachada de um monumental projeto escuso de terceiros do qual nós somos meros joguetes? Como saber se não estamos imersos em relações teatralizadas, em meras armações cotidianas com as quais estamos acostumados? Parece que a complexidade das relações de uma sociedade bastidorizada, na qual o que importa do que aparece é justamente aquilo que não aparece, levou-nos todos à perplexidade. E parece ser essa perplexidade, na qual realidade e ficção parecem estabelecer entre si apenas uma diferença de grau, o que está na base daquilo que viemos a chamar pós-verdade. Nesse cenário é que o escândalo como teste de confiança ganha espaço. Uma vez conscientes de que não possuímos mais os critérios para decidir com precisão pela melhor escolha, investimos nossos esforços à espera do próximo escândalo que, ainda que saibamos de antemão que não nos proverá certeza sobre a melhor escolha, ao menos nos certificará a propósito da pior. Entre todas as opções, reduziremos as

piores e ficaremos com as menos piores que restarem. Pode não ser o método ideal, mas, ao menos, é um método.

Considerações finais

Perdemos a ingenuidade. Hoje ronda uma intuição comum de desconfiança, de que "a Verdade", o conhecimento, é, sim, uma dádiva, mas da serpente. O preço de acreditar naquilo que é mais "crível" parece ser o risco de cair no engodo mais ululante. Mais do que nunca parece que o conhecimento se tornou intrinsecamente ameaçador: quanto mais óbvio ele é, mais perigoso ele se torna; quanto mais extravagante e escandaloso, menos desconcertante àqueles que nele creem. Se, por um lado, a desconfiança é o germe da crítica, a impossibilidade generalizada de confiar pode criar um contexto mais aferrado ainda a todo tipo de dogma. Um mundo em que a verdade está morta é completamente diferente de um mundo sem verdade. Confundir pós-verdade e não-verdade pode ser fatal. Isso porque, como o termo indica, ainda reside naqueles que desconfiam da verdade uma procura intensa e até mesmo crescente por algo ainda mais verdadeiro do que a própria verdade. É por isso que talvez quanto mais esvaziados se tornam os referenciais e as autoridades, mais aguerrida e beligerante se torna a busca pelo verdadeiro. É muito cedo para comemorarmos a morte da verdade, até porque muitos ainda se alimentarão do seu cadáver, outros tantos anunciarão que em breve ela estará de volta, e um outro sem número agirá como se ela nunca tivesse nos deixado. O mais atemorizante na Era Pós-verdade não é estarmos vivendo nela, mas o fato de que, se for realmente uma era, não há nenhuma garantia de continuidade ou da direção que estamos seguindo, por isso ninguém sabe o que podemos esperar dessa disputa por um trono vazio.

O certo é que, quem quiser se aventurar na contemporaneidade, vai se deparar, inevitavelmente, com a percepção de uma "apatia crítica". Esse temor carrega vários sentidos e é justamente por isso que parece representar razoavelmente bem a tonalidade afetiva que emergiria numa Era Pós-verdade. Sob um aspecto, o negativo, a apatia crítica se refere à mortificação da crítica, uma crescente displicência e passividade diante de uma overdose de informações em que o excesso de versões e possibilidade gera escassez da capacidade de discernir. Sob outro aspecto, o

positivo, a apatia crítica remete a um ponto de ruptura, um momento em que essa *apátheia*, essa insensibilidade e indiferença, converte-se em uma espécie de virtude. O excesso nos torna indiferentes ao soterramento de informações e, diante dessa impossibilidade de convertermos dados e informações em conhecimento para termos acesso à verdade, vamos nos tornando indiferente a ela – e, por consequência, imunes ao seu poder de submissão.

O que já pudemos notar é que o problema da pós-verdade abre uma discussão muito mais complexa do que simplesmente um eufemismo para a mentira. Pudemos notar que, menos do que um cenário em que a mentira teria ganhado a dianteira, a pós-verdade diz respeito muito mais a um cenário em que a verdade parece estar perdendo seu privilégio, não tanto em função de ser soterrada pela mentira, mas em função de a própria verdade, como a vínhamos entendendo até aqui, ser cada vez menos sustentável em um mundo prenhe de perspectivas tão distintas a propósito de fatos idênticos.

Se a crescente e acelerada pluralização de perspectivas sobre os mesmos fatos é responsável pela perturbação da nossa relação com verdade, e se reconhecermos que essa pluralização de perspectivas é oriunda de uma transformação técnica promovida pelos meios de comunicação, então seremos tentados a dar crédito à tese de que a midiatização da sociedade colaborou para produção do estatuto ontoepistemológico relacionado à pós-verdade. A seriedade de reconhecermos esse papel aos meios de comunicação é que, desse modo, seremos obrigados a reconhecer também não só o caráter inextricável entre sociedade e comunicação, como também entre a sociedade e meios de comunicação. A seríssima diferença está no fato de que, enquanto a comunicação é uma dimensão humana, portanto existencial; os *meios* de comunicação são – como o nome já diz – instrumentos técnicos, portanto econômicos. Como já afirmamos em outros momentos, não estamos considerando como essencialmente negativo o papel dos meios de comunicação na sociedade. Tampouco pretendemos dar a impressão de estarmos condenando algumas das consequências da dinâmica midiática contemporânea como a constante revelação da precariedade das relações e instituições que deram ou dão solidez à sociedade. Sem dúvida, essa atmosfera de ceticismo proporcionada pela livre difusão de conteúdos é fundamental para derrubar um a um todos os infindáveis privilégios que foram sendo naturalizados ao longo da nossa história. Além disso, se é

através da comunicação que existimos, não resta dúvida sobre o potencial que os meios técnicos têm para democratizar uma sociedade. No entanto, precisamos reconhecer a seguinte contradição: como compatibilizar as possibilidades da comunicação, que por ser uma dimensão existencial, opera na medida humana, com as ambições dos meios de comunicação, que por serem instrumentos técnicos, operam na medida das máquinas?

Não encontramos soluções para esse problema, e é essa não-solução o estigma dessa área cinzenta em que estamos – sem saber se só de passagem ou por uma estadia mais longa. O certo é que paira um ceticismo generalizado na sociedade. Há céticos que não acreditam na versão dos dogmas tradicionais e há céticos que não acreditam na versão daqueles que não acreditam nos dogmas tradicionais. Nesse caso estaríamos céticos em relação às crenças disponíveis na sociedade ou estaríamos céticos a propósito do próprio *crer*? Em outras palavras: estamos céticos com relação às verdades disponíveis ou estamos céticos com relação à própria verdade? A busca desenfreada por informações parece deixar claro que estamos muito longe de colocar em xeque a própria legitimidade da verdade e o poder que ela exerce sobre nós. Todavia, os mesmos agentes que se valeram da disseminação da desconfiança como instrumento político, – não de obtenção de poder próprio, mas de solapamento do poder alheio – começam também a sofrer as consequências de suas ações. Os mesmos que sempre colocaram no centro da discussão, como o elemento mais importante de qualquer debate, a Região de Fundo de todos os fenômenos, agora sofrem com a intuição disseminada sobre o fundo de sua própria reflexão: se a certeza naquilo que é o melhor é impossível, então não há dúvida de que tudo isso é ruim; logo, se tudo isso é ruim, por que se preocupar em não crer no pior? Quem não tem nada, não tem nada a perder. Sejam todos bem-vindos ao niilismo ressentido: vivemos numa era em que se acredita piamente que não se pode acreditar em nada.

Nesse cenário de desconfiança disseminada, nenhum discurso pode valer por si próprio, ou seja, será que ainda estaríamos vivendo sob o pressuposto cartesiano que privilegia a autoridade do argumento em detrimento do argumento de autoridade? Em um contexto que a própria racionalidade tornou-se o principal fator de autoridade é difícil discernir. O certo é que, sob o pretexto de defender a racionalidade estrita dos argumentos, uma série de características humanas fundamentais foram não só desacreditadas como, inclusive, perseguidas. Intuições, percepções, sen-

timentos, crenças, enfim, a *doxa*, no sentido mais amplo e profundo que esse termo possa ter, continuou a ser cerceada em todos os seus aspectos. Esse cerceamento chegou a tal ponto que não é possível expressarmos ingenuamente a verdade de como o mundo se desvela para nós sem necessariamente estarmos legitimados – não mais por autoridades –, mas por dados empíricos, por "fatos". Nesse movimento crescente de substituição da verdade da *doxa* pela verdade dos fatos, o direito ao discurso se tornou cada vez mais restrito, restrito a quem tem a seu dispor as tecnologias de produzir fatos na medida de suas ambições.

Quando o *logos* (o discurso) tem sua verdade vinculada não mais à *doxa*, mas à veracidade estrita e estreita dos fatos, a própria verdade, paradoxalmente, é esvaziada, pois torna-se um obstáculo à livre expressão de si mesmo; acima de tudo, à livre expressão de todos aqueles não legitimados para dizerem aquilo que *sentem* por não possuírem validade formal. Em outras palavras, todas aquelas pessoas que não se identificam com o *ethos* produtor de construções teóricas, racionais, caçadora de dados e fatos que comprovem seus discursos, estão como que apartados da possibilidade de dizerem sua palavra. Para não serem totalmente calados no direito de fazer aparecer sua *doxa*, acabam as revestindo com quaisquer fatos que lhes sejam convenientes para lhes permitir não só dizerem, mas, mais importante do que isso, serem reconhecidas. É nesse sentido que se poderia admitir a pós-verdade como o momento em que se é possível produzir fatos sob medida para que os sem voz em um mundo tecnicizado possam entoar suas palavras na esperança de serem reconhecidos como sujeitos.

Nossa sociedade esqueceu o exemplo dos filósofos que dominavam a arte da retórica, cujos ensinamentos apontavam não só para a maleabilidade dos discursos, como também para maleabilidade da própria realidade e do intelecto. Em seu lugar, passou a ser cultuada a verdade na forma de uma racionalidade naturalista-positivista. A verdade se tornou qualquer coisa que nos leve mais próximos da ambição de nos tornarmos senhores e possuidores da natureza. No entanto, a sede moderna por liberdade e autonomia, promessa da ciência naturalista-positivista, rapidamente nos levou a novas contradições – tais quais acometeram Platão na sua busca por uma filosofia que nos possibilitasse enxergar além da caverna. Embora todos os avanços tecnocientíficos tenham aumentado exponencialmente a capacidade e recursos que nos possibilitam conhecer, passamos a ter

cada vez menos interesse nessa capacidade de buscar o conhecimento. A conta não fecha, mas é importante não deixarmos passar em branco que – apesar de nem sempre ficar explícito – entre a possibilidade crescente de acesso ao conhecimento e a manutenção ou até mesmo diminuição do interesse no conhecimento há uma outra variável importante de ser computada: os especialistas e seus discursos.

Um exemplo bastante elucidativo de como – não a ciência –, mas os cientistas acabam, sem o saber, colocando-se em posições antagônicas às pessoas, tal qual Platão e sua filosofia em relação à *polis* foi um recente artigo do jornal El País, em que Mark Lorch (2017), catedrático de Química e Ciências da Comunicação da Universidade de Hull quis apresentar sua perspectiva de *Por que as pessoas acreditam nas teorias da conspiração, e como conseguir que mudem de opinião*. Ele conta que estava num metrô quando viu subir um grupo de amigos eufóricos após um jogo de futebol e que, lá pelas tantas, começam a falar entre si que a viagem do homem à Lua teria sido uma armação. Lorch descreve várias explicações que o grupo teria usado para justificar como sendo uma mentira o passo lunar. O problema que o professor quis abordar no artigo é por que motivo os argumentos racionais não seriam eficazes para alterar crenças. A afirmação subjacente à tese de Lorch é a de que pessoas racionais não devem se guiar por crenças, e que crenças não conseguem ser sustentadas diante de argumentos racionais.

Ele segue descrevendo o momento em que resolveu se intrometer na conversa dos amigos para desmentir, uma a uma, todas as explicações que o grupo tinha formulado para sustentar que a viagem à Lua teria sido uma mentira. Segundo ele, mesmo depois de todos os seus argumentos racionais, o grupo ficou ainda mais convicto de suas versões e usaram argumentos cada vez mais esdrúxulos para sustentarem sua posição. Lorch conclui o artigo equiparando teorias da conspiração e mitos, ambas, segundo ele, decorrentes de crenças infundadas e originadas de características inatas dos seres humanos que seriam inclinados a encontrarem regularidades onde não existem para se sentirem mais seguros. Após outras explicações de por que os seres humanos seriam programados para crerem em teorias da conspiração e mitos, Lorch decide ser propositivo, ensinando como podemos ultrapassar as crenças das pessoas e convencê-las racionalmente. Segundo ele, ao invés de nos opormos às pessoas, precisamos, antes de mais nada, tornar os adversários nossos amigos, mostrar a eles que com-

partilhamos de muito mais características comuns do que divergentes. Criticando sua própria atuação com o grupo de amigos, ele afirma que se tivesse se valido de seu próprio conselho, deveria, em primeiro lugar, ter se integrado com o grupo através do interesse no futebol e só depois de todos estarem bem entrosados é que ele deveria ter trazido, como quem não quer nada, a questão do pouso na Lua e colocado, despretensiosamente, seus argumentos, os quais teriam sido, segundo ele, aceitos sem maiores dificuldades.

Nesse breve relato, ao invés de refletirmos a relação entre pós-verdade e as teorias da conspiração, consideramos que é a própria perspectiva do autor do artigo o que tem muito para nos fazer pensar. Lorch concorda que ele e o grupo estavam em polos opostos a propósito da "verdade" sobre a viagem lunar, mas, mesmo assim, ele se disse convicto de que não tivera sucesso em tornar a sua verdade verdadeira para o grupo por não os ter, em primeiro lugar, cativado, tornado-os seus "amigos". Indiretamente, ele parece assumir que o mais importante diante da necessidade de tornarmos um argumento verdadeiro não é a verdade em si ou mesmo a racionalidade dos argumentos, mas os próprios meios, as técnicas adotadas nesse processo – convicção esta compartilhada pelos sofistas como um pressuposto da persuasão.

É muito interessante constatarmos que um cientista preocupado em como podemos superar crenças e substituí-las pela estrita racionalidade proponha técnicas de persuasão para alcançar este fim. Lorch estava certo de que a crença daquele grupo era errônea e ele se impressionou por os rapazes não só não acreditarem no passeio lunar, como também não acreditarem nas evidências apresentadas por ele para confirmar tal fato. Deixaremos de problematizar o discurso de Lorch que torna a certeza dos rapazes *crença* e a sua própria certeza uma *verdade*, mas não podemos nos furtar de discutir um ponto mais problemático que vai ao coração do fenômeno da pós-verdade: se Lorch estava certo de que, se tivesse se valido das técnicas adequadas, teria convencido os rapazes da verdade de seu argumento, por que não poderíamos pensar, igualmente, que Lorch também seria capaz de convencê-los de qualquer outra mentira?

Aqui retornamos brevemente ao ponto que discutimos no início deste ensaio sobre a cisão que Platão ajudara a produzir entre *doxa* e verdade, política e filosofia. Podemos ver na tese apresentada por Lorch que nossos cientistas parecem ter tomado para si a revanche platônica contra a *polis*

e os sofistas. O curioso, porém, é verificar a presença do mesmo paradoxo: na busca por tornarem legítima a verdade – que não seria uma opinião, uma *doxa* – aqueles que continuam a luta de Platão terminam recorrendo a elementos fundamentais da arte retórica. Desde a condenação de Sócrates, continua-se maldizendo a retórica e considerando a verdade como algo totalmente alheio à forma, aos afetos, crenças e emoções; no entanto, ao mesmo tempo, continuamos acreditando que os seres humanos comuns e vulgares, a *polis*, por serem limitados, só poderiam acessar a verdade se forem adequadamente persuadidos a isso.

Parece ser inafastável esse paradoxo que subjaz à persuasão que quer nos persuadir da necessidade de combatermos a persuasão. O que esse paradoxo revela é que a pura verdade não é nem pura, nem verdadeira. Não estariam, desse modo, os rapazes que Lorch encontrou no metrô, assim como todos nós, bastante cientes dessa possibilidade de sermos facilmente suscetíveis à persuasão? Não seria essa consciência o que justamente torna a todos reticentes a respeito dos menores ou maiores fatos? Não estaria a pós-verdade nessa intuição que penetrou o senso comum de que nos podem fazer acreditar na verdade independentemente de ela ser verdadeira e que há no mundo um excesso de verdades e poucas condições para assegurarmos, por nós mesmos, as respectivas veracidades?

Quando se defende que o pensamento científico ou o método científico assegurariam a vitória dos argumentos racionais sobre os mitos e crenças não se costuma questionar se não poderia ser isso um outro mito. Entre o cidadão comum e o "mundo verdadeiro da ciência" há tantos instrumentos, aparelhos, técnicas, linguagens, códigos, além de interesses políticos, militares e econômicos, que se torna quase impossível uma "verdadeira" constatação direta de fatos científicos. A ciência contemporânea há muito deixou de ser artesanal como aquela feita por Galileu, Newton e Darwin. O empirismo daquela época era uma atitude cética e as "evidências" e os "fatos" não só eram da exata medida humana, como a própria medida humana era a do ser humano médio, a do "homem comum". A "luz natural da razão" era um atributo científico não pelo aspecto da racionalidade, mas pelo da naturalidade. Hoje o que se chama de ciência é na verdade um campo tecnológico, dentro do qual, se quisermos fazer "o conhecimento avançar", seremos obrigados a fazer incontáveis votos de confiança a uma série de cadeias enormes e complexas de aparatos que, para conhecer-

mos racionalmente toda a sua estrutura e funcionamento, precisaríamos dedicar quase uma vida inteira. Nesse estado de coisas, nossa razão parece ser incapaz e insuficiente para compreender com clareza todo o sistema o que, muitas vezes, torna a própria crença na cientificidade dos fatos um ato de fé, aproximando, curiosamente, a chegada à Lua da origem de cada um dos versículos da Bíblia.

Referências

A arte da mentira. [Editorial]. (2016, 13 de setembro). In *O Estado de São Paulo.* [Original publicado por The Economist traduzido por Hubner, A. para O Estado de são Paulo]. Recuperado de http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,arte-da-mentira,10000075581 Acesso em 25 de abril de 2017.

Adamo, Orlando. (2017, February 6). How storytelling Explains world politics, from Spain to US. In *The Conversation*. Recuperado de http://theconversation.com/how-storytelling-explains-world-politics-from-spain-to-the-us-71142. Acesso em 22 de abril de 2017.

Arendt, H. (1993). Filosofia e Política. In: Abranches, A. (Org.). *A dignidade da Política.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Azevedo. R. (2017, 07 de fevereiro). Na era da pós-verdade – E segue o debate absurdo sobre o nada: Anistia ao caixa dois. In *revista Veja. Blog Reinaldo Azevedo.* Recuperado de http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/na-era-da-pos-verdade-e-segue-o-debate-absurdo-sobre-o-nada-anistia-ao-caixa-dois/ Acesso em 25 de abril de 2017.

Brum, Eliane.(2017, 29 de maio). Cotidiano de Exceção. In *El País.* Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/29/opinion/1496068623_644264.html. Acesso em 30 de maio de 2017.

Ciber Dúvidas da Língua Portuguesa (2016, 17 de novembro). *Post-truth, o anglicismo que disfarça a (nossa) mentira.* Recuperado de https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/aberturas/um-anglicismo-para-faltar-a-verdade-post-truth/2244 Acesso em 31 de agosto de 2017.

English Oxford Living Dictionaries. (s.d.). *Word of the Year 2016 is...* Recuperado de https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016 Acesso em 25 de abril de 2017.

Fábio, A. C. (2016, 16 de novembro) O que é 'pós-verdade', a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. In *Nexo Jornal.* Recuperado de https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford. Acesso em 01 de junho de 2017.

Flood, Alison. (2016, November 15). 'Post-truth'named word of the year by Oxford Dictionaries. In *The Guardian*. Recuperado de https://www.theguardian.com/books/2016/nov/15/post-truth-named-word-of-the-year-by-oxford-dictionaries Acesso em 25 de abril de 2017.

Gabielkov, M., Ramachandran, A., Chaintreau, A., & Legout A. (2016, Jun). Social Clicks: What and Who Gets Read onTwitter?. *ACM SIGMETRICS/IFIP PERFORMANCE 2016*. Antibes Juan-les-Pins, França.

Goffman, E. (2003, 1959). *A representação da vida cotidiana*. (11ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. (2009). *Psicologia Social Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Harford, T. (2017, 10 de março). Na era da pós-verdade, os fatos precisam de defensores. In *Folha de São Paulo*. [Original publicado por Financial Times traduzido por Allain, C. para Folha de São Paulo]. Recuperado de http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1865256-na-era-da-pos-verdade-os-fatos-precisam-de-defensores.shtml Acesso em: 22 de abril de 2017.

Hart, G. (2004, October 10). 'When Presidentes Lie':The Post-Truth Presidency. [Review of the book When Presidents Lie, A History of Official Deception and Its Consequences by Alterman, E.] In *The New York Times*. Recuperado de http://www.nytimes.com/2004/10/10/books/review/when-presidents-lie-the-posttruth-presidency.html?mcubz=2 Acesso em 20 de junho de 2017.

Jenkins, H. (2008). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph.

Keyes,R. (2011). *The Post-Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life*. New York: St Martin Press. [Kobo Edition]. (Original publicado em 2004)

Lorch, M. (2017, 26 de agosto). Por que as pessoas acreditam nas teorias da conspiração, e como conseguir que mudem de opinião. In *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/23/ciencia/1503498083_674014.html Acesso em 27 de agosto de 2017.

Post-truth (s.d.) In *Cambridge English Dictionary* [online]. Cambridge University Press. Recuperado de http://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/post-truth Acesso em 30 de agosto de 2017.

Post-truth (s.d.) In *Collins English Dictionary* [online] .Harper Collins Publishers. Recuperado em https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/post-truth Acesso em 30 de agosto de 2017.

Pós-verdade (s.d.) In *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico* [online]. Porto: Porto Editora. Recuperado em https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/p%C3%B3s-verdade Acesso em 31 de agosto de 2017.

Pós-verdade (s.d.) In *Dicionário Priberiam da Língua Portuguesa* [online]. Recuperado de https://www.priberam.pt/dlpo/p%C3%B3s-verdade Acesso em 31 de agosto de 2017.

Priolli, G. (2017, 13 de janeiro). A era da pós-verdade. In *Carta Capital.* Recuperado de https://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade Acesso em 22 de abril de 2017.

Proctor, R. (2008). Agnotology: A missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study) In *Agnotology – The Making & Unmaking of Ignorance,* editado por Proctor R., & Scheibinger, L., Stanford: Stanford University Press.

Querol, R. (2017, 08 de janeiro) Entrevista com Zygmunt Bauman: As redes sociais são uma armadilha. In *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html. Acesso em 10 de abril de 2017.

Reis, H. (2017, 10 de janeiro). O mundo da pós-verdade. In *Homero Reis*. Recuperado de http://homeroreis.com/o-mundo-da-pos-verdade/. Acesso em 25 de abril de 2017.

Roberts, D. (2010, April 10). Post-Truth Politics. In *Grist*. Recuperado de http://grist.org/article/2010-03-30-post-truth-politics/ Acesso em 25 de junho de 2017.

Tesich, S. (1992, January 6). The Watergate Syndrome: A Government of Lies. In *The Nation*. Recuperado de https://drive.google.com/ le/d/0BynDrdYrCLNtdmt0SFZFeGMtZUFsT1NmTGVTQm- c1dEpmUC1z/view Acesso em 23 de junho de 2017.

Thompson, J. A. (2002) *O Escândalo Político: poder e visibilidade da era da mídia*. Petrópolis: Ed. Vozes.

Thompson, J. A. (2008). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Ed. Vozes.

ENSAIO 5
PSICOLOGIA E PÓS-VERDADE

Pedrinho A. Guareschi

Introdução

Nos primeiros ensaios deste livro discutimos vários aspectos da comunicação para podermos compreender mais a fundo o fenômeno da pós-verdade. Passamos aqui a abordar a relação entre psicologia e comunicação e, de modo especial, entre Psicologia e o fenômeno da pós-verdade. A relação entre Psicologia e comunicação já foi enfatizada por Moscovici (2003, p. 154) ao afirmar que "o objeto central e exclusivo da Psicologia Social. deve ser o estudo de tudo o que se refere à ideologia e à comunicação, do ponto de vista de sua estrutura, sua gênese e sua função".

Ao nos aproximarmos do fenômeno da pós-verdade vamos descobrindo, com muita surpresa, sua íntima relação com o campo da psicologia. O espaço psicológico é certamente o local onde esse fenômeno está sendo mais frequente e pertinentemente identificado e onde busca os mais importantes recursos para sua operacionalização.

O objetivo do ensaio é discutir mais pormenorizadamente essa estreita correspondência buscando identificar como o fenômeno da pós-verdade faz uso das conquistas e avanços que foram, e estão sendo produzidos pelas investigações no campo da psicologia, por um lado; e, por outro lado, quais as consequências, tanto para a psicologia em geral, como para a psicologia social em particular, que esse casamento entre Psicologia e pós-verdade está trazendo para toda a sociedade nos dias de hoje. Ele está desafiando inúmeros estudiosos de uma área da psicologia que se propõe

a compreender melhor a dimensão psíquica e psicossocial das pessoas e grupos. Também outras áreas que buscam recursos na psicologia, como a política, a propaganda e publicidade, a religião etc., estão sendo atingidas de maneira bem próxima, por esse fenômeno da pós-verdade.

Inserimos esse ensaio após a discussão das novas tecnologias e das instituições midiáticas pois poderemos verificar o quanto elas estão fazendo uso dos elementos oferecidos pela psicologia. É nesse sentido também que escolhemos abordar algumas questões metodológicas que estão ligadas à pesquisa no campo da psicologia.

No Ensaio 4, ao iniciarmos nossa discussão sobre o fenômeno da pós-verdade, tanto para compreendê-lo como para criticá-lo, partimos da conceituação que o Dicionário de Oxford, em 2016, propôs para esse fenômeno. Se examinarmos mais detalhadamente a definição, veremos que estão nela presentes diversos termos que nos remetem de imediato ao campo da psicologia. Fica bem claro que, para o Dicionário, essa perspectiva psicológica está intrinsecamente ligada ao conceito. Entre outros, encontramos ali termos como "influência na formação da opinião pública" e "apelos à emoção e às crenças pessoais" (English Oxford Living Dictionaries, s.d., "*Word of the Year 2016 is...*", para. 1).

Para darmos conta dos objetivos que propomos para este ensaio vamos nos concentrar em três pontos principais:

1. Conceitos psicológicos relevantes à discussão da pós-verdade: crenças, valores, motivações, consciência e processos de subjetivação.
2. O emprego da Psicologia nas novas tecnologias midiáticas
3. Em direção a uma subjetividade *digital?*

(1) Psicologia e pós-verdade: alguns conceitos relevantes à compreensão dessa relação

Quando nos referimos à Psicologia estamos, fundamentalmente, nos referindo, àquela dimensão do ser humano que responde ao nosso mundo mental, representacional, simbólico: nosso psiquismo. Apesar de jamais ter alguém conseguido dar conta do misterioso vínculo, já mostrado no mito da Esfinge, entre o biológico e o psíquico, (não presumimos que

essas dimensões possam ser separadas, pelo contrário, assumimos sua intrínseca relação), referimo-nos às partes dessa relação como mente e corpo, dimensões psíquica e biológica, por motivos didáticos. Pois é a essa dimensão psíquica que nos referimos.

São muitos os termos empregados na área da Psicologia que ajudam a nos aproximarmos mais dessa dimensão que chamamos de psiquismo. Qualquer revisão da literatura existente nessa área vai trazer uma inumerável gama de termos, noções e conceitos referentes a essa dimensão psíquica. Não vamos entrar em detalhes mais pormenorizados aqui, vamos apenas oferecer uma noção simples e descritiva do que iremos entender por alguns desses conceitos.

A questão geradora que nos guia é a seguinte: *por que as pessoas fazem o que fazem?* Em toda situação, o que interessa sempre é examinar as razões da existência dessas pessoas e de suas ações. Se formos examinar as inúmeras teorias que se situam no campo da Psicologia, vamos constatar que todas elas procuram aprofundar essas questões. Evidentemente, nós, seres humanos, sempre temos alguma motivação para fazermos o que fazemos. Nem sempre se pode garantir que as pessoas estejam conscientes do que fazem. Apenas quando elas param e fazem a pergunta "por que estou fazendo isso que estou fazendo?", é que tomam consciência de seus atos (explicitamos abaixo o que vamos entender por consciência).

Para nossos propósitos de relacionar a pós-verdade com a psicologia vamos nos concentrar em alguns conceitos que poderão ajudar nossa aproximação desse fenômeno: valores e crenças; motivação; consciência; e produção de subjetividades.

Valores, crenças

Esses dois conceitos caminham sempre lado a lado. Com um olhar mais meticuloso, procuramos aqui identificar pequenas conotações que podem diferenciar os dois termos.

Valor, em sua etimologia, do latim, *valere*, significa "estar bem, ter peso". Evidentemente, não um peso físico, mas um peso afetivo, principalmente ético. Certamente as crenças de cada pessoa são para elas valores e os valores, e sem que muitas vezes nos demos conta, se transformam, na prática, em crenças.

Mas é possível mergulhar um pouco mais no misterioso mundo das crenças. Valho-me aqui de uma reflexão que faz Hannah Arendt (2016) ao discutir um dos legados de Kant, a distinção entre razão (*Vernuft),* e intelecto (*Verstand).* Arendt entende que razão tem a ver com pensamento, e é inspirada pela busca do sentido, sua preocupação é com o incognoscível. Já o intelecto tem a ver com o conhecimento, cognição, e é inspirado pela busca da verdade, da cognição. A insistência no conhecimento seria por isso um obstáculo à ação da razão.

Valores e crenças se colocam ao nível do *sentido*, da razão, pois, segundo Arendt, *"nosso espírito não é capaz de um conhecimento certo e verificável em relação a assuntos e questões sobre os quais, no entanto, ele mesmo não se pode impedir de pensar."* (Arendt, 2016, p. 29) E o critério último (tanto para a ciência, como para o senso comum) é a *evidência*, que vai descartando posições supostamente garantidas. Esse processo – que presenciamos diariamente, ainda na reflexão de Arendt, "conduz ao curioso 'melhor e melhor', 'mais e mais verdadeiro', isto é, ao progresso ilimitado e à aceitação a ele inerente de que o *bom* e o *verdadeiro* são inatingíveis": aqui a busca do mundo misterioso das crenças e dos valores. Ao final de toda investigação, de toda busca de mais luz, nos surpreendemos dizendo: eu *acho*, eu *creio:* eis aí a *evidência*. E eis também o *ato de fé*, a confissão disfarçada de nossas *crenças* e *valores*. "*Por trás de todas as questões cognitivas para as quais os homens encontram respostas escondem-se as questões irrespondíveis que parecem inteiramente vãs e que, desse modo, sempre foram denunciadas*" (Arendt, 2016, pp. 79-80). Fica a questão: a emergência da pós-verdade não seria uma reação a essas coisas *vãs*, que menosprezamos?

Essas são realidades profundamente presentes em cada pessoa e ao mesmo tempo extremamente misteriosas. Fazem parte daquilo que discutimos acima e que denominamos de nosso psiquismo. Na análise dessa dimensão psíquica os valores e crenças são muitas vezes considerados como ligados a uma dimensão específica desse psiquismo que se manifesta através dos *afetos e emoções* das pessoas; essa dimensão *afetiva* é contraposta, muitas vezes, a outra dimensão que também faz parte de nosso psiquismo e que é denominada de lógica, racional, *cognitiva.*

Esclarecemos, contudo, que não aderimos a essa distinção entre o afetivo e o cognitivo, mas que a assumimos apenas como uma distinção didática. Jovchelovitch (2007) intitula o primeiro capítulo de seu livro *Os contextos do Saber,* de *Saber, Afeto e Interação*. Ela discute ali, de maneira

perspicaz e profunda, como se poderia entender a origem de nossos saberes, ou conhecimentos. Os leitores de língua portuguesa já se deparam com um problema no próprio título do livro, pois em inglês *knowledge* significa tanto conhecimento, como saber. Ele abrange tanto o afetivo, como o cognitivo. Isso não significa que mesmo autores de fala inglesa não façam e assumam uma distinção entre as duas dimensões, mas o que a autora pretende discutir, e o faz de maneira muito crítica e convincente, é que não é possível separar, naquilo que nós chamamos de nosso conhecimento ou saber, o cognitivo do afetivo. Ela denomina essa compreensão da origem do saber/conhecimento de enfoque genético e vai mostrando como nosso mundo psíquico, isto é, nossas representações, cognições, valores, crenças, afetos etc. constituem um todo onde essas dimensões estão intrinsecamente interligadas. Nosso conhecimento/saber vai assim se construindo a partir de um tripé – o eu, o outro e o objeto – e vai assumindo diferentes níveis de complexidade, como a dimensão *simbólica,* por exemplo, que só é possível no momento em que a pessoa se insere no mundo social.

Caminham nessa linha os comentários de Moscovici. Quando perguntado sobre o que entendia por *crença*, ele afirma: "duvido que possamos realmente compreender a vida mental dos indivíduos ou grupos, se nós menosprezamos o cruzamento híbrido de fé e conhecimento, a mistura daquilo que é considerado verdadeiro porque nós nele acreditamos e aquilo em que nós acreditamos porque o consideramos verdadeiro." (Moscovici, (2000, p. 345). E conclui fazendo uma crítica velada, mas pertinente, a uma psicologia reducionista que se deixou influenciar pelos pressupostos da modernidade ao absolutizar o cognitivo: "A pobreza do cognitivismo não é que ele ignore o sentido; ele deixa fora as crenças".

O que se pode deduzir desse comentário de Moscovici é que na maneira tradicional de nos expressarmos costumamos falar em termos de diferenças e separação entre fé e o conhecimento. Mas até onde tal distinção poderia ser sustentada? Cremos estar aqui a explicação da profunda inovação trazida por Moscovici para o campo da Psicologia Social com a criação da Teoria das Representações Sociais. Não vamos nos alongar nessa discussão, mas assinalamos apenas que as Representações são para ele, um fenômeno que procura dar conta de conjuntos relativamente estruturados de "massas mentais em circulação" (Moscovici, 2011, p. 396) que incorporam dimensões afetivas, cognitivas, culturais, criadas e repro-

duzidas tanto por pessoas e grupos como, principalmente, pelos meios de comunicação social (Moscovici, 2000).

O autor quer discutir esses conjuntos de representações a partir de sua constituição social; sem negar a existência de uma representação pessoal, mostra que essa representação é incompreensível sem que se faça referência a outras inúmeras representações sociais que compõem o estofo do mundo social. Cada pessoa retira desse imenso tecido de representações recortes específicos, com os quais constrói sua subjetividade, sempre singular, sem deixar de ser social, pois busca no mundo social os elementos para sua constituição. As representações sociais são, desse modo, espaços produzidos por "cruzamentos híbridos" (Moscovici, 2000, p. 345), formados por crenças, afetos, teorias, mitos, lendas, ideologias, simbolismos etc. que constituem nosso psiquismo social.

A reflexão acima coloca-se como central para nossa discussão sobre o fenômeno da pós-verdade, pois é exatamente nesse ponto que se coloca o grande desafio trazido pelas inúmeras questões que se nos apresentam neste exato momento. Não conseguimos explicar como fatos, ou realidades, considerados como indiscutivelmente verdadeiros e objetivos, passam a se diluir, como que a esboroar, levando multidões a aderir a determinadas "verdades" e a se comportar de acordo com essas "verdades". Constatamos que algo tido até agora como objetivo e verdadeiro – a verdade – assume um novo status, para além do puro lógico, cognitivo, racional e matemático – uma pós-verdade.

Ainda queremos lembrar, para deixar mais claro nosso pensamento, que assumimos que ambas as dimensões, se quisermos distinguir entre o cognitivo e o afetivo, são igualmente *psíquicas;* mas as diferenciamos de uma concepção, como a defendida pelo behaviorismo positivista, que não admitia nada do que fosse "além da pele", na formulação de Watson (Farr, 2010, p.107).

Temos de ser humildes e reconhecer que não damos conta de nossas "crenças"; elas fazem parte de nosso próprio ser, em grande parte elas nos "constituem". Isso não significa que não possamos "re-fletir" – do latim *re-flectere*, voltar-se sobre si mesmo – e questionar a nós mesmos e a nossas crenças. Nessa própria re-flexão, nossas crenças nos acompanham. É a nossa própria condição humana de seres contraditórios, sempre em processo de construção. O oráculo de Delfos – *conheça-te a ti mesmo* – é um processo infinito. Não chegaremos jamais a um pleno conhecimento de nós mesmos.

Estamos nos dando conta – e essa é a principal discussão dessa publicação – é que o que estamos denominando como o fenômeno da pós-verdade assumiu *verdade* como crença; essa é a pós-verdade. Há uma excrescência de crenças. Observamos então, que o que está acontecendo é que as crenças tomaram conta. Não se dava mais importância às crenças. Para a Modernidade só existia o matemático e o racional. Os filósofos do Iluminismo, no afã de dar conta e legitimar sua *fé* – pois ninguém consegue suprimir essa dimensão *humana* – instituíram um novo deus, a *Deusa Razão*, e a entronizaram no centro de Paris, bem em frente à Igreja de Notre Dame. Mas ela pouco durou, pois assim como entronizada, em pouco tempo foi também destituída. E a hegemonia dessa *deusa* perdurou – e para alguns ainda perdura – por séculos. Foi a responsável pelo fim das grandes narrativas, sem se dar conta de que ela própria se transformou também em uma narrativa. E essa narrativa da modernidade, estamos percebendo, está também se diluindo. No próprio Manifesto Comunista Marx e Engels (1848, p. 12) já intuíram esse novo *espírito*, ao afirmarem que nas práticas da burguesia – que são ainda as práticas do capitalismo financeiro internacional – "tudo o que é sólido e estável se esfuma..." . Temos a impressão de que as crenças estão agora se vingando e estão retornando. Como o que Gilles Kepel (1994) discute em seu estudo *The Revenge of God – A Vingança de Deus*. Seria essa a nova "verdade", a "pós-verdade"? Uma nova maneira de "domar" e de dar conta das crenças?

No início da Modernidade, Descartes formulou doze *regras* que deveriam ser seguidas para uma boa comunicação. A imprensa estava em seus primórdios, sem existirem ainda o rádio, a televisão, nem a era digital. Mas suas *regras* transcendem os avanços tecnológicos ao assumirem que quem precisa se aperfeiçoar é o ser humano. E esse aperfeiçoamento enfrenta hoje um novo desafio, praticamente inimaginável para Descartes. Além da questão dos valores e das crenças, "o avanço da comunicação não permite prever onde e como a emoção se reconciliará com a verdade" (Palma, 2017, p.17).

Motivação

Relacionado aos conceitos de valores e crenças está o de *motivação*. Seu sufixo *ação*, já sugere que ela é orientada para uma ação. É um processo que leva a algo, que nos mobiliza, que nos conduz e nos leva a agir.

Mas o que seria esse *algo* que nos leva a agir? São realidades um tanto misteriosas, mas muito reais, que discutimos acima: nossos valores, nossas crenças. Disso nos damos conta se nos detivermos um instante para pensar. Como também comentávamos lá, do mesmo modo que é difícil identificar nossas crenças e valores, é igualmente muito difícil identificarmos nossas motivações. A motivação acrescenta à ideia de crenças e valores a dimensão da ação.

Consciência e liberdade

A discussão sobre *consciência* é um dos temas centrais à área da Psicologia. Intimamente relacionado à consciência está a questão da liberdade. Abordamos aqui essa questão crucial, mas central à temática que estamos enfrentando. Iniciamos agora sua discussão, mas retornaremos a ela no último ensaio, ao discutirmos a dimensão ética ligada ao fenômeno da pós-verdade.

Há muitas compreensões do que seja consciência. Numa perspectiva psicossocial (diferentemente perspectiva médica, ou teológica) a consciência é assumida como "o quanto de respostas conseguimos às perguntas: "quem sou eu?", a pergunta fundamental que atravessa todos os tempos de todas as sociedades humanas; e à pergunta: "por que as coisas que nos rodeiam são assim?" Assume-se assim que quanto mais respostas conseguimos a essas perguntas, mais *consciência* nós temos.

A consciência não é entendida como um ente misterioso localizado no cérebro ou em qualquer outra parte do corpo. Ela é um *processo*, uma busca interminável das razões de porque fazemos o que fazemos. A tomada de consciência é, pois, um processo infinito: nunca chegaremos a atingir um entendimento completo de quem somos e do mundo que nos rodeia. O Oráculo de Delfos, *conheça-te a ti mesmo,* permanece sendo o desafio central desde que os seres humanos começaram a pensar sobre si mesmos, até os dias de hoje. Essa a pergunta fundamental que a Esfinge nos propõe. A lição da Esfinge não é que tenhamos de responder a determinadas perguntas: a lição é que quem deixa de fazer a pergunta, deixa de *re-fletir*, vai ser devorado pela Esfinge.

A questão que se coloca é, pois: o quanto de consciência existiria em pessoas sujeitas a milhares, ou milhões, de informações repetidas constantemente, com inúmeras conotações de prazer, alegria, gozo, satisfação

de diferentes desejos, seduções, ou mesmo ameaças, medo etc., despejadas 24 horas por dia, momento a momento? Nessa avalanche de informações e no bombardeio incessante de mensagens, quanto tempo, ou que espaço nos sobra para podermos *refletir*? Vejamos esse exemplo trazido por Halpern (2017, p. 3), ao comentar a campanha de Donald Trump e que vai ser objeto de análise de um ensaio posterior: "A campanha veiculava 40 a 50 mil variantes de sua propaganda, testando como elas tinham se desempenhado, com ou sem subtítulos, anúncios estáticos ou em vídeo, entre outras pequenas diferenças. No dia do terceiro debate presidencial em outubro, o time veiculou 175 mil variações".

Uma última questão, intimamente ligada à consciência, à qual apenas acenamos, pois retornaremos a ela no ensaio final, é a questão da liberdade. Esse também é um conceito complexo e multifacetado. Vamos assumi-lo aqui numa relação intrínseca com o conceito de consciência como vimos acima. Inclinamo-nos à reflexão que faz Paulo Freire (1979a), em sua discussão sobre a *Educação como Prática da Liberdade:* a dimensão essencial do processo pedagógico é *fazer a pergunta*. Assim à medida que se conseguem respostas a essa pergunta, vai-se ampliando a *consciência*, processo que ele denomina de *conscienciação*[1]. Nesse processo, caminha-se em direção a uma sempre maior *liberdade,* entendida também como um processo e uma *prática* intermináveis.

A questão que poderíamos colocar dentro do tema e do contexto que estamos analisando é: que espaço de *liberdade* existe ainda para pessoas comuns que vivem diante de telas, celulares? Como iremos discutir no ensaio final, que possibilidades se apresentam para buscar alternativas às estratégias midiáticas que constroem uma *ambiência* totalizante, como o ar que respiramos? Assumimos, pois, liberdade como um processo que vai sendo construído à medida que ampliamos nossa consciência. Poderíamos assim dizer que quanto mais consciência temos do que fazemos, mais liberdade possuímos.

Permanece a pergunta: num mundo povoado e repleto de sinais, de bits, sobra ainda tempo para pensar e se perguntar as razões de fazermos o que fazemos? Os sinais dos tempos hoje é que vivemos um tempo de

1 No início de suas atividades, Freire não empregava o termo *conscientização,* que começou a ser usado por alguns de seus seguidores. Ela falava em *conscienciação*, o processo dialético e único que ligava consciência e ação. Na verdade, conscientização pode dar a impressão de alguém que *conscientiza* outros, quando na realidade é a reflexão, a busca de respostas, que leva à consciência. Em alguns de seus últimos escritos Freire passou a empregar o termo *palavração*, para recuperar essa inseparabilidade no processo de consciência-ação (Freire, 1979b, p. 20).

sinais. A grande novidade é que as novas tecnologias se desenvolveram de maneira espantosa e começaram a trabalhar na manipulação dos bits: nossa realidade é construída de bits. As novas tecnologias, a Inteligência Artificial, o uso de robôs que substituem seres humanos para divulgação de mensagens nas redes sociais 24 horas ao dia, a construção de algoritmos personalizados, todo esse instrumental se especializou em trabalhar empírica e matematicamente com números, com bits.

A construção da subjetividade

O conceito de *subjetividade* é caro aos psicólogos/as, como não podia deixar de ser; ele também é entendido de diferentes modos, com diferentes conotações, pelas pessoas que o empregam. O importante é esclarecer como cada um o vai entender. E é o que tentamos fazer aqui.

Assumimos o ser humano como sendo pessoa=relação, bem diferente do que se entende por indivíduo. R*elação (ordo ad aliquid),* é um direcionamento intrínseco de um ser em direção a outro: é singular, mas para ser, necessita intrinsecamente de *outro*. Já indivíduo (*indivisum in se, divisum a quolibet alio)*, como o entende a filosofia liberal, a partir do cartesianismo, é alguém que é singular, sim, mas que não tem nada a ver com outro(s).

Que seria, então, subjetividade? Se pararmos um instante e nos perguntarmos quem nós somos, como nos construímos e nos constituímos, podemos constatar que somos, na verdade, algo como uma soma total das relações que estabelecemos em nossa vida, desde o primeiro momento, isto é, desde a primeira relação que estabelecemos ou que foi conosco estabelecida.

É a partir dessas considerações que apresentamos um entendimento do que se vai entender por subjetividade. Há inúmeros termos que são empregados, por diferentes autores, ao discutir realidades que, de um modo ou outro, pretendem mostrar a constituição psíquica do ser humano, como identidade, personalidade, entre outras. Cada um pode fazer uso do termo que quiser, com a condição de dizer o que vai entender com ele.

No caso em questão, cremos que se pode dar conta desse *mistério* que somos nós, lançando mão de dois conceitos: o conceito de *subjetividade* e o de *singularidade*. Entendemos *singularidade* como aquela dimensão do ser humano que pressupõe sermos um, únicos, irrepetíveis. Por quê? Porque ao estabelecermos uma relação, recortamos dessa relação pedaços

específicos, pessoais, próprios e com eles vamos construindo a colcha de retalhos do que designo agora como nossa *subjetividade*. E tomo *subjetividade* como sendo, por assim dizer, o "conteúdo" dessas relações, nesse sentido, nossa *subjetividade* é constituída também pelos "outros", pelas relações que estabelecemos com eles. Desse modo nossa subjetividade é sempre *social*. Somos, desse modo, fundamentalmente, singulares, mas sempre construídos a partir de "outros", é assim que entendemos *subjetividade*, a partir do ser humano assumido como pessoa=relação.

Ajuda a justificar o termo *subjetividade* como tomado aqui, recorrer a sua dimensão etimológica. Subjetividade vem de *sub-jectum*, do latim: *sub*, o que está embaixo e *jacere*, estar deitado: ela seria então aquele lastro que permanece em nós no ato e após estabelecermos relações com qualquer um outro(s), pessoas ou objetos; algo que se torna como que o ponto de referência, ou como um suporte, no qual vamos "ancorando" nossas relações. É o que entendemos quando fazemos referência ao "sujeito" de uma frase; se digo, por exemplo, que Ana é bonita, estou, de certo modo, ancorando no "suporte" Ana, o verbo é e o predicado *bonita*. O sujeito é o ponto de referência e *subjetividade* é um substantivo abstrato que *recolhe* e *sintetiza* todos esses traços-relações.

Nas leituras feitas de Morin, Foucault, Guattari e outros deparamo-nos com o termo *sujeito* ao fazer referência ao ser humano. Explicitam-se sempre duas dimensões nessa compreensão: o sujeito como *ator*, onde se resgata sua singularidade e responsabilidade; e o sujeito como *(as)sujeitado*, portador de relações que o subordinam e o podem dominar. É possível ver uma estreita afinidade desse conceito com o de ser humano como *pessoa,* e pessoa entendida como relação, como vimos acima. Há ainda alguns autores que na ânsia de procurar dar conta desse "mistério" que é o ser humano pessoa=relação, chegam a criar termos-conceitos novos e instigantes, como é o caso de Carlos Rodrigues Brandão (1998), que inventou o termo "eutro", junção de *eu* e *outro*.

De todo modo, a subjetividade não pode ser entendida somente a partir do *indivíduo*. E nesse sentido ela é sempre social. O termo *social,* contudo, é também complexo e passível de diferentes entendimentos. Ele é referenciado ao menos de três diferentes maneiras: a) uma visão individualista que provém de Descartes e tomou conta da psicologia social, principalmente americana, que vê *social* como *a soma de individuais;* b) uma concepção sociologista com origem em Comte e Durkheim, que vê o

social como a grande e única realidade existente: é o social reificado, o social como *coisa (chose),* que fundamentou a visão totalitária e coletivista; c) e a concepção de *social* como o entendemos aqui, onde o social é tomado como *relação*, e que dá conta da pluralidade de dimensões que ele comporta, mas que não se transforma numa realidade única, fechada. É nessa última acepção que a subjetividade é sempre social (Gonzalez Rey, 2004): ela é um processo em contínua construção onde a relação *outro* está sempre presente: somos a soma total de nossas *relações* (Marx e Engels, 1989).

No último item deste ensaio iremos aprofundar, a partir da maneira como entendemos aqui esse conceito, o que muitos autores passam a denominar de subjetividade *digital,* e como esse processo contribui para o estabelecimento de pós-verdade. Valores, crenças, motivações, conscientes ou menos conscientes, vão sendo trazidos ao palco, na tentativa de construir novas realidades que passam a reivindicar o status de *verdade*.

(2) O emprego da Psicologia nas novas tecnologias midiáticas

Todo pesquisador/a sabe que muitas vezes, na lide de identificar problemas e possíveis investigações, depara-se com surpresas e com situações inesperadas, fora dos planejamentos metodológicos. Pois foi um caso semelhante que surpreendeu o campo da pesquisa em psicologia numa era de crescente e generalizado uso de novas mídias sociais. A história que passamos a comentar transformou a pesquisa em psicologia e passou a ter uma importância extraordinária não apenas no campo da política, mas também da publicidade, da propaganda, da economia, da religião e de todos os setores que fazem uso, de uma maneira ou outra, das mídias sociais. Descobriu-se a importância assustadora que as redes e mídias sociais passaram a exercer a partir dos últimos cinco a dez anos.

O modelo dos Big Five (Cinco Grandes)

O roteiro dessa excitante aventura está ligado ao nome de Michael Kosinski e seus estudos na Universidade de Cambridge, Inglaterra, no Centro de Psicometria onde ele trabalhava, em 2014. A Psicometria é uma área da Psicologia que procura analisar e medir características psi-

cológicas, a personalidade individual. Um dos instrumentos bastante empregado pelos analistas é o que ficou conhecido como os *Big Five*, isto é, cinco dimensões centrais da personalidade dos seres humanos. Esses estudos foram elaborados por diferentes psicólogos na década de 1980 através de uma análise fatorial das informações fornecidas pelas pessoas pesquisadas a partir de inventários de personalidade e de longos questionários. As informações todas eram sintetizadas em cinco principais fatores – daí o nome da teoria dos *Big Five* – que seriam: abertura ao novo, consciência, sociabilidade, extroversão e traços neuróticos. Pesquisas baseadas nesse modelo foram feitas pelo mundo inteiro, consumindo muito tempo e dinheiro.

Agora a surpresa: Kosinski, durante seu doutorado em Cambridge, juntamente com um colega seu, tiveram a ideia de criar um aplicativo chamado *MyPersonality*, que incluía uma série de questionários psicométricos, a partir de perguntas retiradas do questionário dos *Big Five*. Eles esperavam que alguns amigos preenchessem os questionários, mas rápida e surpreendentemente eram centenas, milhares e depois milhões que lhes revelavam suas crenças, sentimentos, comportamentos. E assim esses estudantes se viram diante do maior banco de dados de personalidade da história.

No início, o interesse dos pesquisadores era apenas colocar os respondentes numa das dimensões dos *Big Five*. Mas aos poucos eles começaram a comparar os resultados com outros dados digitais, como o que os participantes *curtiam*, o que compartilhavam, o que postavam no *Facebook*, primeiramente, e depois em outras mídias, como pesquisas no *Google*, mensagens no *Twitter* etc. Além disso eles podiam identificar o gênero, a idade, o endereço, muitas vezes até a profissão e outras informações dos respondentes. E começou assim a surgir a possibilidade de fazer perfis inesperados e comparações entre esses perfis.

Estamos aqui diante de uma das mais fascinantes descobertas para o campo da psicologia, tanto da psicologia da persuasão, como da psicologia da propaganda, da publicidade, da política, da religião, da economia etc. Dependendo da quantidade de pessoas investigadas nas redes sociais e, evidentemente, das *manifestações* dessas pessoas, foi possível elaborar perfis extremamente minuciosos e detalhados de grande número de pessoas que podiam estar à disposição para estudos de todo o tipo além, está claro, de se tornarem clientes para fins de propaganda e publicidade. Vamos por partes:

Uma nota metodológica: os Big Data e as novas fontes para coleta de dados

Os que trabalham com pesquisa sabem das grandes dificuldades em se poder pesquisar crenças, valores, motivações etc. Principalmente a partir da Modernidade, os pesquisadores se esforçaram para poder *materializar* esses fenômenos *psíquicos*, pois para eles apenas o que pudesse ser colocado e mensurado em números tinha valor *científico*. As demais dimensões humanas poderiam ser intuídas, mas não poderiam ser consideradas como objeto da ciência. Ficou famosa a afirmação de Watson, e seu behaviorismo, ao dizer que nada do que fosse "além da pele" (Farr, 1996/2010) poderia ser objeto da psicologia.

Na superação desse problema um grande passo foi dado pelos psicólogos com o uso de escalas. De um modo ou outro, as escalas poderiam "mapear" esses fenômenos sem, contudo, chegar à sua realidade *material,* como desejava a psicologia experimental *científica.* Moscovici (2000, p. 315), que inovou de maneira qualitativa o estudo e a investigação em psicologia com a criação da Teoria das Representações Sociais, nos conta que suas primeiras intuições sobre a possibilidade de se entender um fenômeno psicológico que fosse também *social,* e poder mapeá-lo de maneira mais concreta, iniciaram durante seu estágio como bolsista em Paris, ao trabalhar com a Escala de Guttmann – uma escala cumulativa onde os respondentes iam acrescentando, cumulativamente, informações em que as afirmações subsequentes implicavam a aceitação das afirmações anteriores. Desse modo poder-se-ia até certo ponto visualizar o conteúdo *imaterial* do fenômeno.

Uma inovação curiosa no campo da investigação psicológica, que se aproxima e tem a ver com a questão que discutimos aqui, é a tentativa desenvolvida por Fassnacht (2002) para a avaliação da personalidade, que ele chamou de *bemetologia*. Sua argumentação é a de que podemos nos aproximar da compreensão de um fenômeno psicológico através do emprego de muitas (milhares) de informações, do modo como procede a meteorologia que, a partir de milhares de observações dos fenômenos climáticos, consegue *prever* acontecimentos com relativa probabilidade.

Está aqui parte do segredo para se poder compreender a enorme eficácia dos que trabalham com tecnologias no campo da psicologia: o poder fazer uso de enormes quantidades de informações e dados propi-

ciados pelas mídias sociais (*Big Data)*. Ajuda-nos a compreender melhor essa questão o entendimento das leis da probabilidade. Se lanço um dado, tenho 1/6 de probabilidade de acertar. Mas se lanço milhares, ou milhões de vezes esse dado, minha chance de conseguir alta probabilidade de um determinado número torna-se muito alta: "As leis empíricas são probabilidade acumulada" (2002, p. 158).

Não há problema nenhum para as poderosas máquinas computacionais em recolher milhares, até milhões de dados sobre o comportamento de grupos e pessoas e extrair daí *leis tendenciais*, nunca absolutas ou totais, mas mais que suficientes para que se possa conhecer o que uma pessoa – um grupo – pensa, no que acredita, o de que gosta, o que prefere, quais os valores que aprecia ou defende, quais as motivações que o move. É evidente que sempre haverá pessoas que discordam de determinadas opiniões ou valores; mas isso não tem importância para quem sabe que suas comunicações e seus anúncios vão atingir milhões, e grande número desses milhões poderá ser influenciado por essas mensagens.

Evidentemente, nunca posso jurar que tenho certeza sobre qual a tendência política de determinada pessoa em particular. Mas para quem deseja saber qual o político preferido, ou quais as qualidades exigidas pelas pessoas para votarem em determinado candidato, lança-se mão da lei das proporcionalidades: tudo depende do tamanho da amostragem. E o tamanho é o que absolutamente não é problema para as grandes máquinas e estratégias da Inteligência Artificial.

O baixo custo da coleta de dados

Uma das limitações de investigações científicas é sempre o custo inerente à busca das informações. Surge agora uma grande novidade e uma enorme vantagem no campo da coleta de dados: a pesquisa a partir das informações e mensagens presentes nas novas mídias sociais fornece, gratuitamente, tanto o conhecimento das inúmeras e diversas audiências que se deseja pesquisar, como a identificação das amostragens a quem se quer dirigir determinadas informações.

À medida que as diferentes manifestações de um usuário do *Facebook*, *Whatsapp*, *Twitter*, e-mail, ou de inúmeros outros programas de relacionamento, vão sendo *postadas*, sem que ele se dê conta e sem que tenha cons-

ciência disso, seu *algoritmo*, um princípio ativo que o identifica e concentra um imenso banco de informações "livremente" oferecidas por ele, vai sendo construído. São todas as informações necessárias para que ele seja *acessado*, contatado, informado, solicitado. E mais: ele vai fazer parte de uma categoria, de uma classe de pessoas mais ou menos homogêneas, com características semelhantes, que irão formando as categorias que os interessados em determinados projetos vão acionar para levar adiante seus propósitos.

As evidências de que isso já está sendo feito estão comprovadas por inúmeros exemplos que vemos todos os dias: ao mencionarmos, ou postarmos, algo nas redes sociais, ao solicitarmos informações, ao adquirirmos alguma mercadoria ou comprarmos uma passagem, dentro de poucos instantes já começamos a receber informações relacionadas com nossas postagens. Evidente que não são pessoas concretas que estão verificando nossas postagens e respondendo com diferentes informações relacionadas, de maneira ou outra, com nosso pedido. Há pois programações para isso, que podem ser mais ou menos diretas, oferecidas com mais ou menos frequência, com maior ou menor intensidade, de forma estática ou em vídeos, com diferentes cores etc.

A *postagem* é uma maneira de nós respondermos ao *questionário*, ou entrevista dirigida. A *curtida* é a informação mais rápida, mas ao mesmo tempo mais carregada de valores. Se em português essa manifestação de valor é mais disfarçada, em inglês ela é direta: *like* – gosto, desejo.

Outra estratégia de oferecimento gratuito de informações é o *compartilhamento*, quando a própria pessoa assume um outro comentário, ou informação, e os faz seus. E uma das informações mais completas é seu *comentário*. Vejam a intimidade e quase que um pedido respeitoso que você lê a todo o momento quando acessa o *Facebook*: seu nome pessoal, com o qual você é chamado – em geral o primeiro nome, e a pergunta insinuante: *"No que você está pensando?"*

À primeira vista, tem-se a impressão de que estão nos tratando com uma grande gentileza. Mas por detrás disso – ao menos é o de que nos damos conta quando *pensamos* de maneira crítica – parece esconder-se um desejo de nos penetrar, algo parecido com uma invasão de nossa privacidade; uma insinuação para que nos *revelemos*, que abramos a janela de nossa intimidade.

Poderíamos questionar: qual a razão para que nos *revelemos*, que escancaremos nosso interior? Será um desejo de nos ajudar, de se solidarizar conosco, de nos fazer crescer, de podermos conhecer mais, *pensar* mais,

pensar de maneira crítica? Fica essa questão para que cada um de nós possa refletir. Recordo a estratégia atribuída a Ben Gurion que dizia: "Fale para que eu te conheça!" À medida que nos manifestamos, na realidade nos damos a conhecer. E nem precisa especificamente *falar*. Basta curtir, compartilhar.

Não precisamos pensar muito para percebermos que por detrás da maioria absoluta dessas estratégias está uma razão fundamental: transformarmo-nos em consumidores. Por detrás de cada insinuação, em última análise esconde-se o *cifrão,* como iremos discutir com mais detalhes no item que segue. Mesmo quando não é diretamente o cifrão que está de imediato em jogo, ele está presente indiretamente, pois vai incentivar valores, crenças, motivações, que fazem parte de determinada *ideologia,* que patrocina, justifica e incentiva tais comportamentos consumistas, quando não narcisistas, que é uma das estratégias mais sutis e sofisticadas de angariar adeptos e audiências.

Alguns exemplos nos mostram a variedade e a eficácia das estratégias que podem ser usadas com o uso das informações das mídias. Em 2012, há apenas cinco anos portanto, a equipe de Kosinski mostrou que com uma média de 68 *curtidas* por usuário, era possível prever sua etnia com 95% de precisão; e sua orientação sexual com 88% de precisão. Para o caso dos EE.UU., podia-se prever em 85% dos casos se era democrata ou republicano. Para fins de propaganda e marketing não se necessita mais que tal proporção para se poder apostar em determinadas decisões.

O emprego das informações midiáticas presentes na mídia torna-se muito importante para previsões no campo da política. O tratamento de massas de dados com a ajuda de algoritmos específicos para cada situação garantem uma previsibilidade cada vez mais confiável dos acontecimentos no curso de sua gestação. Podem comportar falhas, mas é uma disposição técnica que vai ela mesma se aperfeiçoando (Sadin, 2015b, p. 75). Tal propensão ganhou grande espaço no campo militar e de segurança depois dos atentados de setembro de 2001, levando as agências de informação a antecipar possíveis dificuldades, desenhando cenários antecipatórios de possíveis ações políticas ou militares.

Um exemplo de como se pode construir uma *amostragem* eficiente para fins políticos ou financeiros nos é trazido por Halpern (2017, p. 4): a colega da Analytica Cambridge, a SCL – Strategic Communications Laboratories,

> forneceu avaliações de inteligência para firmas (empreiteiros) americanas de defesa para o Iran, Líbia e Síria, e também desenvolveu campanhas assim chamadas de "influência" para a Otan no Afeganistão. A SCL se envolveu em "análise de audiência-alvo" para o Departamento de Defesa dos EE.UU., identificando quem poderia ser susceptível de propaganda americana. A metodologia da companhia, conforme o site da SCL, teria sido aprovado pelo Ministro da Defesas do Reino Unido, pelo Departamento de Estado americano, pelos Sandia National Laboratories e pela OTAN. Ele procura "compreender empiricamente qual os níveis corretos, ou quais seriam os 'gatilhos e filtros' numa determinada população, baseados numa perspicaz compreensão psicológica."

As informações para a construção de amostragem são colhidas nos milhões de dados de fontes públicas, corretores com informações comerciais e fontes próprias. A partir daí se estudam os padrões encontrados nas respostas: quais os grupos que provavelmente votariam em determinado candidato, em quem não votariam e em que grupos estariam mais pessoas que teriam alguma chance de serem persuadidas . Até mesmo dados mais refinados, como quem estaria inclinado a não votar em determinado candidato, caso fosse contatado pela campanha. As categorias são formadas por segmentações que respondem a inúmeras variáveis, por exemplo: mães que estão preocupadas com a violência e a segurança; estudantes que estão com dívidas nos bancos etc. E para cada um desses grupos eram criadas mensagens personalizadas, para depois se medir que tipo de mensagens tiveram mais sucesso (Halpern, 2017).

Essas estratégias de amostragem vão se tornando cada vez mais sofisticadas. Halpern (2017) mostra que não bastava ter o apoio popular. A campanha de Trump nunca foi dirigida à população inteira. Fazendo uso de algoritmos, os especialistas em informações criaram um modelo que chamaram de *Battleground Optimizer Path to Victory*, para escalonar e pesar os estados que deveriam chegar ao colégio eleitoral de 270 votantes; esse modelo foi usado para averiguar simulações diárias da eleição. Com esse trabalho, o time digital identificou 13,5 milhões de votantes com possibilidade de serem persuadidos em 13 estados em competição e verificaram que possível combinação de votantes poderia levar à vitória. E ela conclui (2017, p. 8):

> A vitória de Trump pode ser atribuída em grande parte à sua eficiente manipulação das mídias sociais: Trump é o primeiro Presi-

> dente *Facebook*. Sua equipe conseguiu usar todas as ferramentas de marketing do *Facebook*, como também do *Google*, as duas maiores plataformas de propaganda do mundo, para vender com sucesso um candidato que a maioria dos americanos não queriam. Eles perceberam que alguns números são mais importantes que outros – nesse caso o número de ressentidos, principalmente da área rural – e o *Facebook* ofereceu métodos eficazes para identificá-los e capturá-los. E esse parece que vai ser o estilo Trump de governar...

Uma conclusão que se mostra evidente é que quem tem suficientes recursos financeiros, tem chances quase asseguradas de poder vencer eleições. Nos três meses que se seguiram à eleição de Trump, os republicanos, com a campanha para sua reeleição, já tinham conseguido 30 milhões de dólares, o dobro do que Obama tinha conseguido para sua reeleição – apesar de Obama ter muito maior aprovação da população. "O que acontece com o Presidente *Facebook* é que ele paga apenas para agradar algumas pessoas, por algum tempo. O resto das pessoas não tem importância" (Halpern, 2017, p. 9).

Na era dos *Grandes Números,*dos *Algoritmos*, da matemática computacional, da Inteligência Artificial, todas essas novas tecnologias, foram e estão sendo empregadas para descobrir novas crenças, por um lado; e para fazer com que muitos outros que estão em dúvida, ou que são contrários adiram a essas novas crenças, e sejam motivados a agir de determinada maneira, por outro lado. Na análise que segue, vamos privilegiar a questão da subjetividade, sem pressupor que ela possa ser pensada fora das crenças e valores vamos nos centrar na maneira como nos vamos construindo como seres humanos.

(3) Em direção a uma subjetividade *digital*?

Arriscamos aqui um mergulho um pouco mais profundo e refletir/discutir alguns pontos ligados à psicologia que nos ajudam a identificar determinadas práticas que as novas estratégias midiáticas nos apresentam e que poderiam ser levadas à consideração aos que desejam compreender melhor questões ligadas à problemática da pós-verdade. Perguntamos nessa análise até que ponto essas novas tecnologias podem levar à

construção de novas subjetividades que poderiam sugerir possibilidades de configurações de um ser humano com características até certo ponto novas e específicas.

Damos ênfase a dois pontos principais: a) poder-se-ia falar em *subjetividades digitais?* e b) a partir de que *valores* tais subjetividades se configurariam?

a) A configuração de subjetividades *digitais*?

Vimos acima o que entendemos por subjetividade. Assumimos o Ser Humano como um estuário resultante dos milhões de relações que o configuram e sua subjetividade poderia se afigurar a uma colcha de retalhos resultante dessas inúmeras e diferenciadas relações. A maneira específica com que cada sujeito estabelece relações com outro/s o singulariza, por um lado, e o leva à construção de uma subjetividade sempre nova, dinâmica, em constante transformação.

Se partimos, pois, da suposição de que a subjetividade é constituída pelo incalculável número de relações que estabelecemos dia a dia, momento a momento, podemos perguntar: que novas *relações* vão se apresentando diante de um ambiente perpassado quase que por uma onipresença das mídias? E como se dão essas relações? Quais os parceiros dessas relações? E indo um pouco mais além: qual o papel que as pessoas, singularmente, desempenham nessas relações?

Examinemos nossos parceiros. No ensaio sobre as novas tecnologias foi discutido o conceito de algoritmo. Se tradicionalmente ele é entendido como uma regulamentação específica, intrinsecamente nele inserida, para que execute tarefas pré-assinaladas sobre determinados dados, em geral numéricos, em função de determinado fim, ele está sendo agora empregado para outros fins, que são: como *interpretar* determinadas situações e até mesmo com uma capacidade de *sugerir* determinadas soluções para se alcançar resultados desejados; alguns vão ainda mais além e afirmam ser ele capaz de tomar decisões de maneira autônoma.

Na análise do que proponho discutir aqui inspiro-me fortemente no filósofo e ensaísta francês Éric Sadin de quem inclusive empresto o termo *subjetividade digital*. Ele possui com inúmeras publicações recentes, nenhuma traduzida ainda para o português: Suveillance globale (2017), La Société d'anticipation (2011), La vie algorithmique: Critique de la raison

numérique (2015), La silicolonisation du monde: L'irrésistible expansion du libéralisme numérique (2016)[2]

Sadin (2015b, p. 74) comenta que "isso se constitui num acontecimento tecnológico e *epistemológico* de grande importância, pois esse tipo de algoritmo não se contenta apenas em executar comandos, mas tende a influenciar nossas decisões, a nos encorajar a agir de tal modo e não de outro, em função de interesses não imediatamente manifestos".

Damo-nos conta que nos defrontamos aqui com um novo fenômeno, com uma ação-relação com novas características: diante da avalanche incontrolável de contínuas informações, novas e repetidas; diante da dificuldade, ou quase impossibilidade, de nos determos e tomarmos consciência de tudo o que chega até nós; diante do caráter insinuante, persuasivo, sedutor e pervasivo dessas mensagens; e, principalmente, diante da aparente *naturalização* desse fenômeno, somos quase que tomados de assalto, de maneira pacífica e silenciosa, em grande parte inconsciente, ou semiconsciente. Somos como que anestesiados e nos movemos passivamente em direções que dificilmente poderiam ser consideradas plenamente livres. Estaríamos passando de um algoritmo totalizante a um totalitário?

O que atualmente assume uma forma totalizante é que com a "digitalização" de nossas existências, cada vez mais nossos gestos são orientados por algoritmos que nos fazem adotar comportamentos, não de modo coercitivo, mas sob uma forma incitativa através da estimulação do desejo. E isso faz com que o fenômeno seja difícil de ser identificado e percebido:

> Pois nós somos colocados sob um regime da sedução induzido pela ergonomia fluida das interfaces da dimensão lúdica das aplicações, tanto quanto que pela "intuição algorítmica" capaz de nos sugerir recomendações personalizadas. A incitação algorítmica não nos força a nada, ela cria um sentimento de evidência. Ela surge quase que de uma ordem *epifânica* para nos revelar continuamente aquilo de que supostamente estaríamos necessitando (Sadin, 2015b, p. 74) (ênfase no original).

2 *Vigilância global, A sociedade da antecipação*, com tradução ao espanhol de 2017); *A vida algorítmica. Crítica da razão digital* e *A siliciocolonização do mundo. A irresistível expansão do liberalismo digital*. Desenvolve ainda trabalhos de ensino e pesquisa em diversas cidades do mundo e publica regularmente artigos no *Le Monde, Libération* e *Die Zeit,* entre outros veículos de comunicação.

Passamos assim a ter novos *assistentes digitais personalizados* com a finalidade de acompanhar-nos *da melhor maneira possível* e de modo automatizado ao longo de nosso dia a dia. Novos parceiros, anônimos, silenciosos, mas extremamente eficazes na construção e reconstrução de nossa subjetividade. Somos frutos de uma trama de um *outro* que está por detrás de nós e se apodera, todos os dias e com a nossa cumplicidade, da nossa essência humana.

A isso chamam alguns de *inocência culpável* (Sadin, 2017a). Somos levados a um processo de *naturalização* da realidade onde as tecnologias digitais se desenvolvem com extraordinário poder sem que disso nos demos conta. Banalizamos sua penetração nos assuntos humanos e permitimos que adentrem nossa vida, considerando-as como algo *normal*, como foi discutido no primeiro ensaio ao analisarmos a criação de uma nova ambiência, naturalizada.

Avançando um pouco mais nessa discussão poderíamos perguntar: qual é o tipo de relação que é estabelecida entre os parceiros? Qual o *papel* que cada um desempenha nesse intercâmbio? O tecido de nossa existência humana é constituído de relações que tomam diferentes características, dependendo de sua inserção no mundo social. A própria presença no mundo, ou em contato com a natureza, já provoca em nós mobilizações e atitudes de tipos diversos. O que dizer, então, desse novo bombardeio midiático?

O que talvez seja novo, na contemporaneidade, é a diferença nos parceiros dessas relações. A simples observação nos mostra que a máquina – fundamentalmente o celular – se constitui hoje num parceiro privilegiado. Em resposta a um questionário aplicado a trinta jovens, de 16 a 26 anos, dezoito deles afirmaram que a primeira coisa que fazem ao despertar é tomar o celular para ver as possíveis mensagens ali existentes. Para a maioria deles – vinte cinco – era o próprio celular que os despertava. Há um ataque sempre mais invasivo e agressivo, com novas técnicas de condicionamento, que vão tomando conta do dia a dia e das novas experiências das pessoas.

Estabelece-se um cerco onde os possíveis parceiros são demarcados, estabelecendo-se ao redor das pessoas um cerco fechado. O *Facebook* é um bom exemplo. As sugestões de amigos que o *Facebook* nos oferece derivam de critérios dos quais não temos plena consciência, nem plena liberdade de escolha. Através de um número incontável de informações, e hoje até mesmo com o emprego de robôs que substituem os comu-

nicadores, são estabelecidas estatísticas que vão determinar quais são nossos amigos, ou inimigos, e de que notícias ou mensagens são ou não recomendadas para nós. Quando se pensa que esse cerco foi rompido, entramos num novo círculo, com o acréscimo de novos critérios, participando de novos ambientes, esses também criados e moldados pelas novas tecnologias da Inteligência Artificial, que se reservam o direito de apresentar as *novidades* que podemos ver, ouvir e sentir. A atração pelo novo nos faz caminhar nesse círculo totalizante e totalizador, sem permitir que transponhamos as barreiras que estabelecem nossos horizontes (Sadin, 2009; 2011).

O processo de lavagem cerebral como realizada pelos chineses sobre os soldados americanos, e vice-versa, e como foi – e sob diferentes disfarces ainda é feito – exercido por determinados grupos religiosos como a Seita Moon (Guareschi, 1990) consiste, num primeiro momento, no emprego de estratégias de isolamento das pessoas fisicamente, levando-as a locais onde não lhes é permitido entrar em contato com outros personagens, mantendo-as sob um controle físico espacial. Num segundo passo, essas pessoas passam a ser controladas em suas relações com outros, principalmente na questão da comunicação: só podem receber informações de determinados agentes, através de determinados meios; são mantidos sob censura e tem de se sujeitar a ouvir determinadas palestras, ver filmes e audiovisuais pré-selecionados, para finalmente serem incentivados, através até mesmo de ameaças e de insinuação de sentimento de culpa, a reconhecer seus supostos erros e desvios. O processo se completa quando as pessoas passam a confessar suas culpas e prometer publicamente mudar suas opiniões, atitudes e comportamentos.

As novas mídias, evidentemente, não empregam estratégias idênticas, mas em grande parte, semelhantes. A principal diferença é que o controle é conseguido através da sugestão, da persuasão, quando não de maneira subliminar; pode-se ver facilmente como algumas pessoas, principalmente os jovens, vão se tornando ansiosos, ou até mesmo a se sentirem culpados por *perderem* o *timing* de poder saber sobre determinados acontecimentos, estar a par dos últimos lançamentos, ou de assistir a programações estrategicamente anunciadas. Também é curioso notar a prática individualizada que vai se generalizando: mesmo que as pessoas estejam reunidas espacialmente, muitas vezes as vemos *singularizadas,* isoladas, cada um com sua máquina, sua parceira indispensável.

Sem querer ser *apocalípticos* (Eco, 1976), cremos que não há exagero em se poder afirmar que sofremos um ataque cada vez mais penetrante e agressivo dessas novas estratégias de condicionamento. As mensagens tomam conta da vida humana e estamos sujeitos, assim, a uma nova lavagem que além de cerebral é *viral,* vital, motivacional; as influências são agora sobre a vontade, os desejos, as motivações que levam as pessoas a agir: comprar, votar, divertir-se, consumir seja o que for.

Ao discutirmos algumas questões éticas e propositivas, na presença de tais circunstâncias torna-se difícil garantir um espaço onde vai se tornando cada vez mais discutível falar em liberdade, a não ser que constantemente nos perguntemos as razões de porque fazemos o que fazemos. De todo modo, nossa liberdade vai sendo cada vez mais restringida, controlada, desafiada, contestada, provocada; há contra ela um ataque permanente, tanto pessoal, como social, restringindo as possibilidades de se poder agir com plena consciência em nossas ações.

Ao refletir sobre os alcances da administração digital da vida e ao traçar um diagnóstico da sociedade contemporânea e de suas práticas, devido ao impacto que os artefatos tecnológicos produzem no ser humano, Sadin (2013) sugere que estamos passando à era de um "anti-humanismo radical", com a criação de uma *subjetividade digital*. E isso faz pleno sentido pois, como vimos, partimos do pressuposto que o ser humano se caracteriza por sua consciência, construída a partir da *re-flexão* na busca de respostas que momento a momento vai conseguindo à pergunta sobre quem ele é; e que a liberdade é um processo ligado a esse crescimento em consciência – só é livre quem tem consciência.

b) A partir de que novos *valores* uma subjetividade *digital* vai se configurando?

Nosso propósito aqui é investigar quais seriam os principais valores que são apresentados pela enorme gama de mídias sociais no possível intento de construir novas subjetividades. Alguém poderia perguntar quais as razões de se privilegiar os valores na configuração dessa subjetividade. Poderiam, certamente, serem outros critérios. A justificação desta escolha, contudo, está na própria conceituação do termo pós-verdade, como apresentado pelo Dicionário de Oxford e como assumido por nós nessa

publicação. Procuramos mostrar, no início deste ensaio, a íntima relação entre pós-verdade, como apresentada pelo Dicionário de Oxford, com a área da psicologia, nossa dimensão psíquica é constituída principalmente por valores, crenças e motivações. A dimensão valorativa é inseparável das crenças e motivações: se partimos dos valores, não estamos excluindo as demais, eles são, em última análise, os principais motores das pessoas, dos grupos sociais e das sociedades globais. Por isso uma discussão sobre valores propicia uma reflexão sobre situações que impedem, ou provocam e impelem as pessoas a se tornarem sujeitos da história e não apenas espectadores passivos.

Além disso, constata-se entre a maior parte dos que discutem questões ligadas à mídia e pós-verdade, a referência imediata e contínua às questões valorativas. E é nesse sentido que trazemos aqui essa discussão sobre valores para uma compreensão maior na complexa tarefa de discutir a construção de nossas subjetividades nessa ambiência midiática.

Entre as inúmeras e provocativas discussões estabelecidas por Sadin há uma que parece sintetizar suas preocupações. Mesmo ao discutir questões ligadas à subjetividade *digital*, ele procura demonstrar que toda a estratégia empregada pelo mundo digital se resume a satisfazer os objetivos centrais e permanentes do capitalismo. A necessidade de garantir a hegemonia do Modo de Produção Capitalista condiciona, quando não determina, todas as demais táticas e estratégias do extraordinário desenvolvimento das novas tecnologias, principalmente no campo da comunicação. Expressões e termos recorrentes por ele empregados são tecno-liberalismo, tecno-capitalismo e tecno-ditadura.

Retomemos o fio de nossa caminhada o objetivo geral desta publicação é refletir sobre o fenômeno da pós-verdade numa ambiência de novas comunicações midiáticas e nesse ensaio privilegiamos a relação íntima entre esse fenômeno e a psicologia. Na perspectiva da psicologia privilegiamos a reflexão sobre os valores e seu papel na construção de nossa subjetividade. Ao chegarmos a este ponto, percebe-se a necessidade de uma reflexão que ajude a esclarecer os pressupostos éticos inerentes ao que costumamos chamar comumente, sem maiores aprofundamentos, de *Capitalismo*.

O capitalismo é um movimento histórico que tem seus primeiros sinais a partir da Modernidade (séc. XVI e XVII), mas que se materializa plenamente no séc. XIX, com a superação do feudalismo e com a Revolução Industrial. Se na época feudal o ser humano era objeto de exploração em

toda sua dimensão – era a pessoa mesma que era propriedade do senhor feudal –, com o capitalismo ele é considerado *livre,* e o que se passa a comercializar, supostamente, é sua força de trabalho. Uma dimensão importante desse novo modo de produção é sua sustentação e legitimação numa filosofia, num *valor*, que tem suas origens em Descartes e que se chama de Liberalismo. Foi em Descartes que teve origem o *indivíduo,* entendido como alguém que é singular, mas que não tem nada a ver com outros: ele é o centro de tudo. Podemos definir o Liberalismo, em sua centralidade, como uma filosofia que entende e assume o ser humano como indivíduo, absoluto, dono de si mesmo, sem que necessite prestar contas a ninguém.

O Modo de Produção Capitalista se fundamenta nessa visão de ser humano. Da parte do empregador – o dono da fábrica, ou o dono das terras – é *livre,* para aumentar seus bens e riquezas sem que ninguém o possa impedir, nem mesmo o Estado. Para ele o Estado deve ser *mínimo*, isto é, encarregado apenas de defender seus direitos contra possíveis agressores. O *motto* do capitalismo, desde seu início, foi expresso de maneira precisa na expressão: *laissez faire, laissez passer*, em resumo que nada o atrapalhe. E da outra parte, do trabalhador, sua situação de dependência é também legitimada por esse mesmo valor: ele é considerado *livre*, sua liberdade consiste em poder vender *livremente* sua força de trabalho. E o ideal e o móvel fundamental desse processo, na prática, é a busca do lucro, quanto maior, melhor.

A discussão acima torna-se necessária para se poder evidenciar quais os *valores* subjacentes ao capitalismo. É a partir desse contexto que se podem entender as análises feitas por Sadin, ao discutir o novo estágio do capitalismo: o capitalismo midiático, ou como ele o denomina: o *tecno-capitalismo*, ou *tecno-liberalismo*. Ele procura mostrar que o extraordinário avanço e as criatividades das novas tecnologias nos dias de hoje, principalmente no campo das mídias, leva de maneira senão imediata, ao menos indiretamente, à ampliação, aprofundamento e fortificação de um novo tipo de capitalismo. As estratégias por ele empregadas carregam e pressupõem conotações valorativas, éticas, como se pode deduzir de expressões empregadas por ele como "mercantilização integral da vida", ou "reduzir a vida e o ser humano a um objeto eternamente mercantil".

Vivemos ainda, quer queiramos ou não, sob a égide do capitalismo. Ele pode sofrer revezes, mas ressuscita, qual Fênix mítica que se renova

continuamente, de tempos a tempos, em diferentes épocas. O que o identifica – e esse é o ponto central – é a busca do lucro, do enriquecimento, que fica sendo centralmente seu primeiro e principal objetivo. O aspecto novo, contudo, é que o tipo de dominação e exploração hoje empregado é muito mais sério, pois é o próprio ser humano, com seus desejos e sua subjetividade, quando não com prejuízo de sua consciência e sua liberdade, que estão em jogo.

Como diante de qualquer fenômeno, é sempre útil a reflexão de Umberto Eco (1976), ao nos prevenir que devemos manter distância tanto dos *apocalípticos*, como dos *integrados* ingênuos. Para os apocalípticos, a "revolução digital" traça os rumos de uma interconexão integral entre os seres humanos que mapeia permanentemente cada palmo da existência humana, cuja pretensão central consiste em administrar os destinos humanos do século XXI. Para os integrados, contudo, trata-se, antes, do nascimento de uma "humanidade paralela", cuja pedra angular é o fluxo de conexões inteligentes, exploradoras das intimidades humanas.

Algumas questões já estão se comprovando, principalmente no que se refere à busca de lucro. O horizonte que se abate sobre nós é o da capacidade de mercantilizar todos os momentos da existência humana; este é o novo estágio do capitalismo liberal. Vejamos o *Google*. Ele nasceu com a importante contribuição na busca das palavras-chave, mas agora está se alastrando no mercado da saúde, da educação, está presente com o *Google Car*, *Google Home* – a casa conectada – e assim por diante. Não apenas o *Google*, mas toda indústria digital, anseiam conquistar a vida toda das pessoas.

Como vimos, inicia-se pelo conhecimento refinado dos comportamentos de cada indivíduo, de maneira evolutiva, detalhada e em escala global. Como diz Sadin (2017b) "esse é o modelo e, paradoxalmente, esse modelo é celebrado por toda a sociedade quando, na realidade, seu efeito maior está em reduzir a vida e o ser humano a um objeto eternamente mercantil e condenado eternamente a oferecer o testemunho de sua vida".

A primeira pretensão, nesse novo estágio do capitalismo, consiste em não deixar nenhum espaço da existência vazio e o propósito é lançar-se à conquista integral da vida. Com sensores colocados ao longo de toda a existência, pode-se chegar a rentabilizar, a monetarizar todo o conhecimento comportamental: uma *mercantilização integral da vida*. Por exemplo, uma balança conectada não me daria apenas meu peso, mas também, por meio de aplicativos, a inclusão, a oferta, em função dos meus estados,

de complementos alimentares ou oferta de programações específicas de esporte e lazer.

Através de objetos conectados estaria a possibilidade de penetrar em nossos comportamentos e sugerir ofertas, bens ou serviços adaptados a cada perfil e a cada instante da vida cotidiana. Ali onde o mercado capitalista encontrar um espaço vazio, vai introduzir ofertas, sugestões, propostas de compras.

A busca do lucro é o objetivo final subjacente às infindáveis estratégias das novas tecnologias. Esse o *valor* que, em última análise, move toda essa parafernália tecnológica:

> na conquista dos sentidos está a guerra industrial presente e futura. Há uma visualização cada vez mais profunda do comportamento humano nos perfis digitais e essa informação é o que se busca vender, em plataformas, a companhias de todo o mundo. Trata-se de um estado superior do capitalismo, o "tecnoliberalismo", no qual o *Google* ocupa um dos primeiros postos, que busca a monetização integral da vida mediante o conhecimento também integral do comportamento humano, e que está desenvolvendo a arquitetura necessária para concretizar essa ambição (Sadin, 2017b).

Com a facilidade de se conseguirem milhões de informações, a respeito de milhões de pessoas, o principal objetivo das grandes corporações que empregam mídias sociais não é produzir um saber específico sobre um indivíduo particular, mas usar esse conjunto de informações para agir sobre o exército de similares, como diz Bruto (2013). Os diferentes perfis são construídos e atuam como categorização de conduta, visando inclusive à simulação de comportamentos futuros.

Da era do acesso, onde só se tratava de ter acesso aos documentos e a comunicar-se com outros indivíduos, passamos agora à era onde o conjunto da vida é captada para ganhar dinheiro com isso e otimizar a produção. Levados pela fascinação digital, não nos damos conta e não temos plena consciência de um poderoso movimento que anseia conquistar nossas existências e imiscuir-se em cada âmbito da vida.

O estudo de Tatiana Dias (Dias et al., 2017) é extremamente ilustrativo do ponto que discutimos aqui. Ela conta como todo seu relacionamento com a mídia, especificamente com o *Facebook,* as mensagens recebidas, as sugestões de relacionamento etc. passaram a mudar depois que a mí-

dia, que ela não consegue descobrir como, tomou conhecimento de que ela estava grávida. Sua análise vai mostrando como ela,

> Mulher, cerca de 30 anos, moradora de uma grande cidade, interessada em tecnologia, notícias e política, possível compradora de roupas e artigos para casa. Esse era o perfil de Fernanda até que o teste de farmácia deu positivo. Antes mesmo que o exame de sangue confirmasse e que ela avisasse a família, porém, o mercado online comemorava a boa notícia, tentando empurrar goela abaixo uma série de produtos destinados a mães e bebês em anúncios na Internet (Dias et al., 2017, para. 1).

Até há pouco era uma profissional que gostava de comprar... agora é uma futura mãe, é uma mãe grávida... e seu algoritmo passou de US$ 0,10, para US$ 1,50: foi multiplicado por 15.

Como se pode ver, essas mensagens e propagandas eram dirigidas a uma pessoa que estava num processo de *reconstrução de sua identidade,* com o nascimento do filho. E "o marketing sabe disso. Faz parte do processo de perfilamento – ou *profiling*, em inglês – procurar caixinhas com padrões de comportamento para tentar enquadrar as pessoas, entregando o que elas possivelmente querem. Ou o que acham que elas querem" (Dias et al., 2017, "Tchau mulher, olá mãe", para. 3).

Nem sequer grupos vulneráveis e de risco escapam a tais investidas da mídia. Um artigo publicado por Marina Pita (2017, para. 7) comenta o vazamento de um documento feito pelo jornal *Australian,* dois anos depois de o fato estar acontecendo, em que o *Facebook,* "a maior rede social do mundo se gabava de poder monitorar posts e fotos em tempo real para determinar quando um jovem se sente 'estressado', 'derrotado', 'ansioso', 'nervoso', 'estúpido', 'fracassado', 'idiota' ou 'um fracasso'"; o trágico desse fato é que esse *serviço* foi feito para um dos maiores bancos da Austrália. Constata-se aqui como informações sobre a situação emocional de jovens e adolescentes estão sendo usadas para fins econômicos e para lucro de grandes corporações e até mesmo as vulnerabilidades, fragilidades, inseguranças das pessoas são exploradas com o fim de vender e lucrar. Nossos acessos às diferentes mídias são continuamente monitorados a partir de diferentes critérios, entre eles o mais central que é o perfil comercial de consumo, e mesmo um perfil político, dentro da perspectiva do mercado, está ligado à finalidade econômica de lucro.

Outra questão a que já aludimos é a naturalização do fenômeno do avanço tecnológico. Não só não refletimos sobre ela, mas em geral a banalizamos, sendo que suas consequências já se colocam em nossos horizontes. Já não podem mais ser consideradas como fatos normais e corriqueiros. Como comenta Sadin (2017a, para. 1):

> Praticamos uma espécie de inocência culpável, a partir do momento em que não nos compromete a responsabilidade de defender *princípios que regem nossa existência há séculos, como a autonomia de juízo, a livre decisão e a deliberação individual e coletiva, capacidades que serão erradicadas em menos de uma geração.* (ênfase nossa)

Um pesadelo que nos assombra é que há, ainda, novas dimensões que são possíveis e não sabemos se talvez não estejam já em execução. Ao menos não temos ainda conhecimento e consciência disso, mas podemos entrever possíveis consequências caso se concretizarem. Como assinala Sadin em outra publicação (2015b, p. 73), "O tecnoliberalismo procura explorar cada sequência da existência", lança-se à conquista integral da vida. O que se pretende conquistar agora é o que há de mais *humano* nos seres humanos: sua capacidade de tomar consciência e, consequentemente, poderem tornar-se mais livres e autenticamente responsáveis.

Desse modo, a Internet, objetos conectados, a inteligência artificial, uma enorme gama de aplicativos, nos são apresentados como *desenvolvimento da humanidade*. Tais tecnologias, supostamente facilitadoras, podem atentar contra o que há de mais fundamental no ser humano, o que através dos séculos se denominou como sendo o tripé da dignidade humana: consciência, liberdade, responsabilidade. É nesse sentido que Sadin alerta sobre a possibilidade de estarmos lidando com práticas que poderiam levar a um anti-humanismo radical.

O meio ambiente tecnológico aponta para uma organização automatizada, ou algorítmica de um número cada vez maior de setores da sociedade; esse é um fenômeno já corriqueiramente constatável cujo exemplo é o de empresas pilotadas pelos dados, o que se denominou de *Data Driven*. O passo seguinte agora, a partir dessas tecnologias, seria a aplicação desse conjunto de tecnologias no próprio ser humano, onde se procura identificar suas ações, até mesmo em tempo real, e novas ações vão sendo sugeridas a partir das já realizadas, com sucesso ou não. As perguntas que aqui se colocam são: há ainda espaço para a es-

pontaneidade, a capacidade e criatividade das pessoas em seu trabalho do dia a dia? Como fica o entendimento do ser humano como ser livre e autônomo numa situação em que cada vez mais suas ações são, se não determinadas, ao menos fortemente sugeridas e incentivadas por sistemas que decidem por nós?

Poderíamos ainda lembrar, correndo o risco de sermos colocados na categoria dos *apocalípticos*, alguns questionamentos sobre o que se está chamando de *sensores*, ou o que alguns estão dominando de *informática emocional*. O desafio que temos de enfrentar é: até que ponto as novas tecnologias podem avançar sobre fenômenos vinculados à emoção e ao sentimento? Para se saber mais sobre as pessoas, investe-se na conquista de qualidades e peculiaridades do comportamento humano chegando ao fundo da psique. E isso se daria pela captação de estados emocionais psicológicos e de gestos cada vez mais vinculados ao cotidiano. Desse modo, nossos gestos mais íntimos podem ser sondados, incluindo meus estados emocionais e outras atividades de meus sentidos.

Considerações finais

Através da Internet o nível de detalhamento e poder persuasivo das propagandas vai a níveis cujas consequências ainda são desconhecidas. Esse nível de detalhamento só é possível porque há ferramentas bem sofisticadas de monitoramento que acompanham praticamente tudo o que se faz online.

Um grande dilema, contudo, que a Psicologia coloca à questão das novas tecnologias e ao fenômeno da pós-verdade, poderia ser enunciado assim: até que ponto permanecemos livres? A liberdade implica a consciência. É na medida em que perdemos a capacidade de *avançar em consciência* que vamos também perdendo porções de nossa liberdade.

A partir da década de 90, as tecnologias da informação propiciaram o acesso de milhões de pessoas a textos, imagens e sons, foi o que se denominou de a *era do acesso*. Acontece, contudo, que essas conquistas não pararam de se ampliar e estão passando da digitalização de sons, imagens e textos, para a era da digitalização da própria vida. Estamos chegando à era dos sensores, dos objetos conectados e da inteligência artificial. Que futuro nos aguarda?

Essa uma das principais razões de termos arriscado as discussões feitas neste livro. E relacionamos essas discussões a esse fenômeno que foi apelidado de pós-verdade, mas sobre o qual pouco ainda se refletiu. Tem-se a impressão de estarmos ainda apalpando a ponta de um *iceberg*.

Referências

Arendt, H. (2016). *A vida do espírito* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Brandão, C. R. (1998). *Criatividade e novas metodologias.* São Paulo: Brasiliense.

Bruto, F. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade.* Porto Alegre: Sulina.

Dias, T., Varon, J., Teixeira, L., & Felizi, N. (2017, 11 de julho). *Como funciona o lucrativo mercado dos estereótipos online.* Recuperado de https://motherboard.vice.com/pt_br/article/a3djgz/como-funciona-o-lucrativo-mercado-de-estereotipos-online Acesso em 11 de setembro de 2017.

Eco, U. (1976). *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva.

English Oxford Living Dictionaries. (s.d.). *Word of the Year 2016 is...* Recuperado de https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016 Acesso em 4 de setembro de 2017.

Farr, R. (2010) *Raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954)* (10ª ed.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1996)

Fassnacht, G. (2004). Bemetologia: para uma contínua (auto-)observação e avaliação da personalidade. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 156-186). Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1979a). *Educação como Prática da Liberdade* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1979b, outubro). Palavração. *Tempo e Presença, 157, 7*.

González-Rey, F. (2004). *O Social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito.* Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. (1990). Igreja da Unificação. In L. Landim (Org.), *Sinais dos tempos* (pp. 245-252). Rio de Janeiro: ISER.

Guareschi, P. (2013). *Psicologia Social Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Halpern, S. (2017, June 8). How He Used Facebook to Win. In *The New York Review of Books*. Recuperado de http://www.nybooks.com/articles/2017/06/08/how-trump-used-facebook-to-win/ Acesso em 22 de setembro de 2017.

Kepel, G. (1994). *The Revenge of God.* Cambridge: Polity Press.

Palma, A. (2017, março). Quando o futuro nos alcança, o passado já não serve e Descartes pode ser uma referência. *Revista Uno, 27*, 17-19.

LLorente, J. A. (2017, março). A era da Pós-verdade: realidade versus percepção. *Revista Uno*, 27, 8-9.

Marx, K. & Engels, F. (1948). *O Manifesto Comunista*. Versão para eBooks *Ridendo Castigat Mores,* eBooks Brasil.com.

Marx, K. & Engels, F. (1989). Teses sobre Feuerbach. In K. Marx & F. Engels, *A ideologia alemã* (introdução). São Paulo: Matins Fontes.

Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social.* Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (2014). *A invenção da sociedade: sociologia e psicologia*. Petrópolis: Vozes.

Pita, M. (2017, 4 de maio). Facebook negocia dados de milhões de jovens emocionalmente vulneráveis. In *Carta Capital.* Recuperado de https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/facebook-negocia-dados-de-milhoes-de-jovens-emocionalmente-vulneraveis Acesso em 11 de setembro de 2017.

Sadin, E. (2009). *Surveillance globale: Enquête sur les nouvelles formes de contrôle*. Climats/Flammarion.

Sadin, E. (2011). *La Société de l'anticipation*. L'Échappée (traduzida em espanhol em 2013: Buenos Aires: Editora Caja Negra).

Sadin, E. (2015a). *La vie algorithmique: Critique de la raison numérique.* L'Échappée.

Sadin, E. (2015b). Éric Sadin: Le techno-capitalisme cherche à exploiter chaque séquence de l'ésistence. *Sociétés (3)*129, 73-77. Entrevista concedida a Pierric Marissal.

Sadin, E. (2016). *La silicolonisation du monde: L'irrésistible expansion du libéralisme numérique*. L'Échappée.

Sadin, E. (2017a, 26 de junho). O tecnoliberalismo lança-se à conquista integral da vida. In *IHU Newsletter – Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista de Eduardo Febbro, publicada por *Página/12,* Buenos Aires, 23 de junho de 2017. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568991-o-tecnoliberalismo-lanca-se-a-conquista-integral-da-vida-entrevista-com-eric-sadin Acesso em 22 de setembro de 2017.

Sadin, E. (2017b, 28 de junho). Eric Sadin e Era do Anti-Humanismo radical. In *IHU Newsletter – Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista ao jornal argentino *Río Negro,* 27 de junho de 2017. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569082-eric-sadin-e-a-era-do-anti-humanismo-radical Acesso em 22 de setembro de 2017.

ENSAIO 6

PÓS-VERDADE E NOVAS TECNOLOGIAS: AUTONOMIA, ÉTICA E SUBJETIVIDADE DIGITAL

Marcus Vinicius Castro Witczak e Ricardo Melo Czekster

Introdução

Este capítulo apresentará, num primeiro momento, os principais conceitos em computação vinculados às redes e processos informacionais que constituem o panorama tecnológico que propiciou a captação de dados e a produção e disseminação de informações para o estabelecimento da Era Pós-verdade. Num segundo momento, serão discutidos os panoramas para o estabelecimento de relações mediadas por estes mesmos sistemas e de como se estabelecem novas formas de se configurar o social e os processos comunicacionais.

As tecnologias associadas ao uso cotidiano dos computadores, por vezes, nos parecem tão distantes e quase mágicas. Lembremos os primeiros homens que trouxeram à América as armas de fogo: perante os nativos poderiam ser deuses portadores do som do trovão e da destruição contida nos raios; para eles mesmos, como compreender as relações químicas estabelecidas entre os elementos que compunham a pólvora e a explosão da arma de fogo? Havia o saber do armeiro, que construía tais máquinas que matavam a distância segura, assim como o saber do guerreiro que as empunhava e não hesitava em utilizá-las. E houve ainda quem escrevesse

tais façanhas épicas, para que soubéssemos como os europeus civilizaram os povos primitivos.

As máquinas que hoje utilizamos para nos comunicarmos e organizarmos o nosso mundo cumprem quase que o mesmo papel, em analogia. De uma forma mágica e misteriosa, encurtam distâncias e produzem uma nova noção de tempo, promovem encontros virtuais e afastam-nos das velhas relações (como contar histórias ao redor do fogão). Magicamente fizeram-se o centro da vida e misteriosamente abarcam o nosso imaginário. No entanto, há aqueles que dominam estas tecnologias, as produzem e propagam estudos para máquinas cada vez mais velozes em processamento e mais capacitadas a pensar logicamente (o que faltaria à maioria dos seres humanos) e assim, eliminando erros sistemáticos e propiciando uma melhor humanidade. E há ainda aqueles que as utilizam como arma poderosa para o aprisionamento do imaginário e da construção de narrativas globalizantes e totalizantes, que deixam encantados os incautos, nocauteados os imprudentes e marginalizados aqueles que não são necessários ao próprio sistema.

Seria essa a essência e o intuito da Era Pós-verdade? Os sistemas informacionais são produto ou sintoma do social? A Internet, os telefones celulares e os diferentes robôs compõem o nosso paradigma social e abarcam os nossos processos de subjetivação. Entendemos aqui a subjetividade como a forma que nos constituímos, produzida de forma reificada e rizomaticamente inserida em nossas relações (entendidas aqui como um direcionamento ao outro). Se vivemos em redes relacionais (virtuais ou imaginárias) que nos constituem ao mesmo tempo que aprisionam, então todos os dispositivos e imperativos sociais produzem realidades de significação, fundamentais à constituição do humano. Mesmo que as questionássemos constantemente, constituem um princípio de verdade – filosófico, ontológico, do senso comum – que nos guia e orienta, nos modela.

Em tempos de Pós-verdade, a questão não é mais quem seguir e sim, por quanto tempo valerão as certezas que nos guiam. A fugacidade, a velocidade, a não contextualização formam o cenário sempre movediço onde uma mentira torna-se uma verdade inquestionável (mesmo que por pouquíssimo tempo). Não pela própria mentira em si ou por quem a propaga, mas sim pela imensidade de informações a que temos acesso a cada segundo e pela possibilidade quase que remota de verificação desta mesma informação. O critério veracidade desqualifica pós-verdade, pois a

informação tomada como centro do processo conduz o pensar e a velocidade deturpa as imagens daí produzidas e turva o próprio pensamento.

Seguiremos esta discussão demonstrando como os algoritmos, a Inteligência Artificial e as diferentes ferramentas computacionais produzem e manejam tais relações configurando-nos, do mesmo modo como são configuradas as máquinas que utilizamos para o acesso a estas tecnologias. Utilizaremos como exemplos: o *Facebook* para discutirmos a efemeridade das redes sociais como mediadoras de relacionamentos; o *Google* para entendermos como os mecanismos de busca na *web* fornecem sempre as respostas que precisamos; e, a *Amazon* como guia seguro para o consumo de bens e serviços ao redor do mundo.

Depois, traremos as contribuições da Psicologia Social para a compreensão destes processos a partir da relação entre autômatos e autonomia. As ferramentas computacionais somam-se à ficção científica para que possamos discutir os princípios constituintes da ética, do pensamento reflexivo e da consciência crítica, como proposto por Paulo Freire. Finalizamos esta reflexão com a produção da subjetividade digital em Eric Sadin.

Os algoritmos e os processos computacionais

Iniciamos este escrito com a discussão do que sejam "algoritmos" e algoritmos computacionais. Esta se faz imprescindível, visto que este é um termo que aparece persistentemente nos estudos relacionados a Era Pós-verdade e em outros ensaios dessa publicação, e que normalmente é compreendido a partir das noções do senso comum.

A imensa maioria das atividades humanas está sistematizada em informações que possuem uma ordem e uma sequência lógica para a sua realização. Tal sequenciamento produz resultados esperados desejáveis que, mesmo nem sempre possíveis de serem apreendidos em seu todo, determinam formas de ser, pensar e estar no mundo. E é possível fazê-las de diversas formas, umas melhores que as outras, como na compreensão de uma receita de cozinha: seguem-se passos predeterminados, anteriormente testados, com ingredientes mensurados e técnicas conhecidas. Mesmo o trabalho de criação dos artistas, que deveriam captar aquilo que não está determinado, segue roteiros de confecção. O ordenamento lógico para o processamento de informações está contido no cerne dos algoritmos.

Os seres humanos se utilizam, basicamente, de três modos de processamento da informação: a linguagem, o matemático e o computacional. Os diferentes sistemas linguísticos proporcionam múltiplas formas de acesso e interpretação de informações, estando estritamente vinculados aos padrões culturais da sociedade que os produz e utiliza. Já os modelos matemáticos buscam o estabelecimento de padrões para a formação de categorias representacionais não aleatórias e para a resolução de problemas numéricos. Enquanto que os sistemas computacionais se utilizaram de padrões pré-estabelecidos para o processamento de diferentes informações, sejam elas matemáticas, linguísticas ou combinadas entre si (Eysenk & Keane, 1994).

Iniciamos esta discussão com os diferentes sistemas linguísticos, entendendo a linguagem como "um meio organizado de combinar as palavras para possibilitar que nos comuniquemos ... ponderar situações e processos e ideias que podem não ter qualquer forma tangível" (Sternberg, 2000, p. 252) e que podem ser organizadas em sentenças. Corroborando essa ideia, Matlin (2004) afirma que "uma sentença é construída em estrutura hierárquica, com base em unidades menores chamadas constituintes ... Tais constituintes, junto às pistas do contexto, ajudam a deduzir o significado das palavras" (p. 188). Assim, o contexto em que se insere uma palavra limita desde o princípio a ativação. Com essa restrição, as pessoas têm acesso ao significado de apenas uma interpretação mais apropriada ao próprio contexto. (p. 192).

Para exemplificar, utilizaremos um estudo de como crianças que aprendem as regras da linguagem aplicadas aos verbos no passado ajuda a explicar a relação entre contexto e significado. Rumelhart e McClelland (1986, como citado em Anderson, 2004, p. 219) criaram um modelo computacional que utilizava um sistema conexionista padrão, primeiro gerando irregulares corretos, depois generalizando em excesso, e por fim, fazendo tudo corretamente.

Houve críticas severas a este modelo, pelo fato do sistema computacional fazer predições a palavras que não correspondiam a verbos. No entanto, o sistema computacional reproduz, em analogia, sistemas baseados em informações. Tais sistemas precisam de regras estruturadas para o processamento de dados, sendo o algoritmo o mediador de tais relações.

Aprofundando esta discussão, lembremos como os estudos sobre os diferentes sistemas computacionais e sua evolução foram sendo associados a modelos mentais de processamento de informações:

1º- A metáfora computacional (1950/60), em analogia ao uso das propriedades gerais do computador para entender a mente e seu funcionamento, pensando-se em um processador central e registros de memória em drives;

2º- A estrutura das linguagens de programação (1970/80), e por consequência dos softwares, para os estudos de entendimento da linguagem, suas derivações e processos;

3º- O aparecimento do modelo gerenciador *MS Windows* (1990) que revoluciona o processo de trabalho nos microcomputadores, permitindo que uma mesma máquina processe diferentes softwares ao mesmo tempo, com acessibilidade plena ao usuário – em analogia à possibilidade de nosso cérebro trabalhar ativamente em diferentes janelas, com diferentes níveis de atenção e desenvoltura;

4º- O advento da Internet (popularizado a partir dos anos 2000 no Brasil, mas já presente na realidade norte-americana desde os anos 1990) e a globalização das informações, aumentando sua disponibilidade e facilitando o acesso a uma gama antes impensada de possibilidades informacionais, quase que de forma instantânea;

5º- As metáforas dos hipertextos e dos *links* nas páginas da Internet, como nos sites de busca que geram resultados de forma imediata (como o *Google*), ou sites de compras que sempre retornam um resultado (como a *Amazon*), ou ainda sites de relacionamento social e as páginas sem fim (como o *Facebook*). O termo "páginas sem fim" é uma alegoria, visto que conteúdos são inseridos constantemente, de modo que a barra de rolagem não determine o final da mesma.

É importante ressaltarmos que os algoritmos existem desde antes dos computadores (assim como os planetas existiam antes das lunetas e telescópios). O estabelecimento dos conceitos chave relacionados a esses, iniciaram-se na Pérsia, no século IX com Al-Khwarizmi que desenvolveu conceitos algébricos fundamentais (Knuth, 1997). A álgebra possibilita que se opere com símbolos no lugar dos números, constituindo-se equações que possibilitem "a descoberta" de relações numéricas a partir de leis pré-definidas. Por outro lado, os sistemas informacionais são uma aplicação direta da matemática algébrica, herdando diversos conceitos importantes, principalmente no que diz respeito ao uso da lógica (em programação de computadores) e das relações existentes entre conjuntos (em banco de dados).

Os sistemas linguísticos e a matemática, estruturadas de forma algorítmica, determinam o estabelecimento de regras de programação e orientação de sistemas informacionais baseados na Ciência da Computação. Dentro desta perspectiva constituem-se os algoritmos computacionais, que determinam uma lógica para o estabelecimento de processamento de dados: a entrada de informações, o processamento em si e a saída de resultados. Basicamente, orienta-se o fluxo da execução das instruções com comandos específicos do tipo Se-Então-Senão, produzindo-se uma estrutura de seleção. De uma forma esquemática, as regras "SE ... ENTÃO ... SENÃO" estão assim estruturadas:

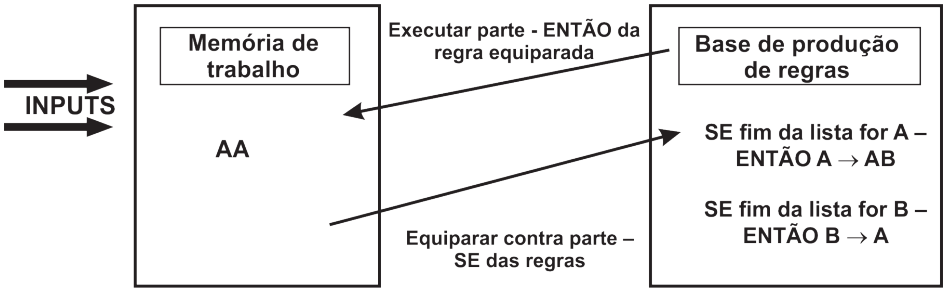
1º- Possuem uma memória de trabalho que contém informação;

2º- O sistema de produção funciona comparando o conteúdo da memória de trabalho com as partes SE das regras e executando as partes ENTÃO;

3º- Se alguma informação da memória de trabalho ajustar-se à parte SE de mais de uma regra, podem existir outras regras SENÃO para a resolução de conflitos, que selecionam uma destas combinações como sendo melhor que as outras.

Para exemplificarmos isso, utilizaremos um sistema de produção muito simples que funciona sobre listas de letras com As e Bs e que possui duas regras: 1- SE uma lista na memória de trabalho possui um A no fim, ENTÃO troque o A por AB; 2- SE uma lista na memória de trabalho possui um B no fim, ENTÃO troque o B por A; 3- SENÃO AA.

Figura 1. Panorama esquemático de uma rede SE-ENTÃO, adaptado de EYSECK e KEANE (1994).



Podemos exemplificar com uma atividade cotidiana: trocar o pneu de um carro para poder ir ao trabalho. Existe uma ordem (uma sequên-

cia) lógica para realizar estas tarefas. É possível fazê-la de diversas formas, umas melhores que as outras. No entanto, em todas existe a execução de passos lógicos para desempenhar tarefas lógicas para a tomada de decisões (o que é determinado por um algoritmo). Assim, retomando o exemplo, para retirar a roda, deve-se retirar antes os parafusos que a prendem ao veículo. Ainda, existe o entendimento anterior determinado pelo espaço onde este se encontra, pois a retirada dos parafusos deve ser feita com o carro ainda "no chão". Neste caso, deve ser verificada a condição "carro no chão", desviando-se o fluxo da execução das instruções com comandos específicos do tipo SE – ENTÃO – SENÃO: "Se o carro estiver no chão então retire os parafusos senão o posicione de forma adequada". "Se os parafusos foram retirados todos então o pneu pode ser retirado senão sair levante o mesmo do chão com a utilização da ferramenta 'macaco'". E assim por diante. Esta construção é denominada uma estrutura de seleção, que é amplamente utilizada em algoritmos para computação. Ainda existem estruturas ditas de repetição, ou seja, "Para todos os parafusos que existem na roda, girá-las no sentido anti-horário" ou "Enquanto todos os parafusos não estiverem tirados, não levante o carro do chão". Ou ainda, caso não saiba como trocar o pneu furado, outra sequência lógica pode ser executada: "Se não sei trocar o pneu furado então preciso de outra forma de condução senão não consigo ir ao trabalho". "Se preciso ir ao trabalho então vou de ônibus senão vou de táxi". Nestes passos temos premissas lógicas gerando instruções (os algoritmos) para a execução determinística dos programas.

Um programa de computador ou *software* é a implementação de um algoritmo através da utilização de uma linguagem de programação combinada ao uso de uma estrutura de dados. Normalmente mais de um algoritmo é implementado e cada um desempenha uma tarefa específica, tendo a sua execução dada pela combinação determinística de todas essas implementações.

Já as linguagens de programação fornecem a sintaxe para que os programas sejam criados, determinando assim, as próprias possibilidades de criação. Existem diversas linguagens amplamente utilizadas para implementação de diversos *softwares* da atualidade (por exemplo, a Linguagem C e C++ ou a Linguagem Java) e são estas que determinam as diretivas de comunicação com o *hardware* e com o sistema operacional das máquinas. É importante ressaltar que a forma que os programadores podem criar

também é determinada por estas mesmas linguagens. Assim, uma linguagem de programação é a forma de comunicação dos programadores com os computadores (*hardware*).

A criação de um *software* nada mais é do que o sequenciamento de passos para a utilização dos algoritmos, através de arquivos texto que contém as instruções lógicas (os chamados códigos-fonte). Ressaltamos que um código-fonte deve ser escrito conforme a sintaxe definida pela linguagem de programação escolhida. E que os *softwares* também são determinados pelos sistemas operacionais responsáveis pela comunicação e interação entre o *hardware* e o usuário. Um programa é um arquivo residente em um computador (no disco rígido) e quando é executado por um usuário é enviado para a memória principal (uma memória volátil, apagada toda vez que a máquina é desligada, por exemplo, a memória *Random Access Memory* – RAM). A partir de então, vira um processo e é executado no processador de um computador, que aloca memória e executa suas instruções, do início ao fim. Os arquivos podem ser de dois tipos, por exemplo: texto ou binário. São exemplos de programas utilitários ou aplicativos, os editores de texto (por exemplo, como o *MS-Word*), planilhas eletrônicas (*MS-Excel*), navegadores ou *browsers* (*Mozilla Firefox, Microsoft Internet Explorer* ou *Google Chrome*) e jogos digitais (diversos exemplos), e são armazenados em uma memória dita persistente, como o disco rígido (Tanenbaum, 2016; Silberschatz, 2015).

Finalizada a programação dos algoritmos em uma linguagem dita de alto-nível, estas instruções devem ser compiladas, ou seja, transformadas em uma linguagem "manipulável" por um *hardware,* de tal forma que este as entenda e execute. Quem realiza a tarefa de compilação são os compiladores – programas escritos para transformar instruções descritas em alto-nível (pelos programadores) em uma linguagem de baixo-nível (a ser executada por um processador) –, existindo um para cada linguagem de programação. Quando um programa é compilado ele (se) gera para si um arquivo (normalmente binário) executável por um usuário em um sistema operacional. No sistema operacional da *Microsoft* chamado de *Windows* 10, por exemplo, quando um usuário dá um duplo clique com o mouse em um programa, este vira um processo, alocando memória e sendo executado no processador do computador. Este processo pode ou não interagir com o usuário, solicitando que sejam inseridos dados, executando os algoritmos programados e retornando os cálculos e as informações processadas para os usuários na tela.

Se nos fizemos entender, os programas são definidos por algoritmos associados a uma estrutura de dados (conjunto de estruturas utilizadas pelos programas para realizar os cálculos computacionais necessários para implementar os próprios algoritmos). Por exemplo, para calcular a idade uma pessoa é necessário saber sua data de nascimento. A data de nascimento por sua vez é composta por dia, mês e ano em que uma pessoa nasceu. Assim, primeiramente é necessário definir uma estrutura de dados que salve o dia, mês e o ano de nascimento de uma pessoa. A seguir, o algoritmo também precisa determinar o dia atual (que é outra data, igualmente composta por dia, mês e ano). Com estas duas datas compondo uma mesma estrutura de dados (no caso uma 'data') e se valendo dos dados que foram inseridos pelo usuário, é possível construir um algoritmo que processe a idade de uma pessoa, retornando um valor (em anos, meses ou dias, como se preferir) com o resultado deste cálculo (saída de informações).

Os algoritmos são amplamente utilizados por sua característica ampla de fornecer soluções (respostas) para os usuários, funcionando para uma gama de dados informados, desde que compatíveis com o código-fonte. E, para diferentes entradas de dados, produzirá diferentes saídas, respeitando-se as regras determinadas anteriormente. Obviamente, sendo determinístico, para a mesma entrada de dados, produzirá a mesma saída. Caso contrário, o programa contém um defeito, ou seja, um *bug*, que deve ser consertado pelos programadores. Antes de serem disponibilizados para os usuários (e clientes) os *softwares* devem ser testados e verificados conforme a sua especificação, ou seja, a listagem das definições das suas funcionalidades.

Os algoritmos e a Internet

A Internet iniciou como um projeto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, junto à *Defense Advanced Research Projects Agency* em 1969 no auge da corrida espacial e da Guerra Fria e foi chamada de ARPANET. Esta se tornou a precursora da Internet e interligava universidades americanas e centros de pesquisa, funcionando até meados de 1990. A ideia principal era interligar computadores (no caso, servidores) entre si, criando uma rede de comunicação para colaboração entre

pessoas (inicialmente pesquisadores) (Kurose & Ross, 2014; Tanenbaum & Wetherall, 2011). As máquinas foram interligadas entre si através de roteadores, máquinas de propósito específico que trafegam pacotes de comunicação utilizando protocolos padrão (por exemplo, usando o protocolo *Transmission Control Protocol*/*Internet Protocol* ou TCP/IP).

Atualmente existem diversos outros protocolos na Internet, onde se destaca o *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP), podendo usado para comunicação entre os *browsers*, ligando usuários e servidores da rede (na barra de navegação aparece o texto 'http://www.google.com', por exemplo). São chamados servidores, pois podem disponibilizar serviços para usuários externos. Por exemplo, um servidor *web* pode permitir que um site da Internet seja visível na rede e acessado por diferentes usuários ao redor do mundo.

Os navegadores (*browser*) são programas que permitem que eu acesse, me conecte e utilize os recursos da Internet. Ao utilizar um *browser* para buscar informações ou visitar sites da Internet, é possível que sejam salvos arquivos nas máquinas dos usuários que contém estas estatísticas de visitas. Esta tecnologia é conhecida como *cookie* e utiliza o protocolo HTTP de comunicação. Por exemplo, é possível salvar na máquina do usuário o texto da busca efetuada, a data que a pesquisa foi feita, entre outras informações. Trata-se de um arquivo textual que é salvo no disco rígido do usuário, sempre, a cada vez, exceto quando este solicita que não sejam salvos *cookies* na sua máquina. E são estes *cookies* que permitem que diversas propagandas de produtos quaisquer sejam demonstradas durante o uso de navegadores ou outros aplicativos na Internet. Temos então, se desconhecemos esta informação, a sensação de estarmos sendo vigiados na rede.

Quando se escolhe utilizar um determinado sistema de busca, na verdade estamos escolhendo os algoritmos que acreditamos sejam melhores para retornar as informações que necessitamos. Para isso, conta-se com a entrada de dados pelo usuário. Os mecanismos de busca possuem programas com implementações específicas (rastreadore*s web* ou *web crawlers* e *spiders)*) que visitam milhares de sites da Internet e criam índices (referências) em bancos de dados. Constroem então mapas dos dados existentes nos sites de forma sistêmica e sistemática. Estes programas executam de modo contínuo, perpétuo e atualizam os índices sempre que necessário. Segundos podem ser gastos para a execução desta tarefa. É por isso que

temos a noção de que "leva certo tempo" para que os mecanismos de busca passem a retornar informações muito recentes. Por exemplo, para notícias em tempo real têm de ser buscadas novas informações em sites específicos. No entanto, se você acompanha um seriado de televisão, um time de futebol, um partido político ou uma celebridade, ao abrir o seu programa de buscas estarão em primeiro plano tais informações. Esse é um campo fértil para a propagação de *fake news*, pois leva um tempo considerável para verificar as informações, sendo que as pessoas normalmente repassam meias-verdades e *links* que consideram verdadeiros, quando temos fontes sem confiabilidade (pós-verdade não pode ser identificada com mentira, mas sim com a falta de critérios claros de veracidade).

Lembremos o exemplo do algoritmo que calcula a idade de uma pessoa: naquele caso, foram inseridos dados para o programa que retornou uma informação para o usuário. É importante frisarmos que os dados são diferentes das informações. Os dados são variáveis que armazenam valores de cunho qualitativo ou quantitativo. Uma informação processou um dado para obtenção de entendimento e significado. Um dado pode ser visto como unidades que representam valores e podem ou não fazer sentido para alguém. Quando um dado é processado e faz sentido, vira informação.

É para isso é que existem as definições em computação de banco de dados, processamento de dados, mineração de dados (*data mining*) e sistemas de informação (*information systems*), recuperação de informações (*information retrieval*) ou visualização de informações (*information visualization*). Não nos cabe aqui fundamentarmos todas estas distinções, mas acreditamos que o leitor deva saber que essas distinções estão no fundamento da Ciência da Computação. Isso torna possível que se trabalhe apenas com dados, ou apenas com as perguntas e respostas que são feitas sobre os dados para transformá-los em informação.

Um questionamento que podemos nos fazer: mas onde ficam tais dados? No meio digital moderno, cada pessoa está gerando e consumindo diariamente uma grande quantidade de informação. Por exemplo, são publicadas fotos em redes sociais, *blogs*, fóruns de discussão, e tudo isso necessita de memória para ser armazenado. Foram feitos estudos que indicam que cada pessoa em média, a cada 60 segundos, produz 10Mb de informação (Oliveira, 2015). Isso faz com que seja necessário armazenar de forma persistente um grande volume de dados (*big data*).

Os *big data* permitem que se salve tudo o que for possível sobre um determinado assunto em uma determinada base de dados. E, para a sua utilização, serão aplicados algoritmos especializados para sua interpretação, que viram informações que podem ser usadas para tomada de decisões em diferentes possibilidades. O princípio geral que rege um *big data* é conhecido como os 5V's: velocidade, volume, variedade, veracidade e valor (Manyika et al., 2011). Atualmente, existem empresas que processam e vendem estes dados analisados, as chamadas *data brokers* –"conseguem gerar perfis e segmentar a população de uma maneira ainda mais precisa" (Dias et al., 2017).

Uma tecnologia atual para se salvar os dados é conhecida como computação na nuvem (*cloud computing*) (Buyya, Broberg & Goscinski, 2010). Ela mantém os dados em diversos pontos físicos ao mesmo tempo, intercambiando-os de forma barata, persistente e segura (no sentido de erros, não de ataques cibernéticos). Esta arquitetura foi criada para colocar em rede inúmeros computadores com grande capacidade de armazenamento e disponibilizar essa rede aos usuários como um serviço. A ideia geral da nuvem é que estes servidores (e, por conseguinte, os dados dos usuários) estão geograficamente espalhados pelo globo, cabendo a algoritmos extremamente sofisticados de computação distribuída, encontrar e gerenciar os dados de cada usuário, para que ele nunca perceba que a nuvem sequer exista (é a implementação da chamada transparência de localização). Ou seja, basta enviar um arquivo, foto, texto ou vídeo e a nuvem gerencia o acesso ao local do armazenamento tornando tudo isso imperceptível aos usuários.

Os algoritmos e a Inteligência Artificial

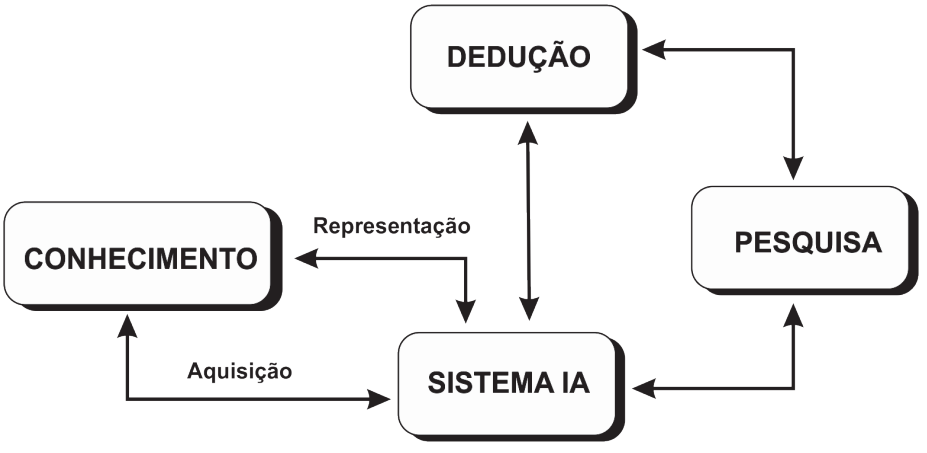
Para Parker (2016) a Inteligência Artificial seria basicamente um termo guarda-chuva, pois define "diversos métodos, algoritmos e técnicas que tornam um *software* inteligente no sentido humano da palavra" (sem página, 4º parágrafo). Fazem parte desse conceito, outros dele derivados: visão computacional, processamento de linguagem natural, robótica. Outros termos podem ser usados como correlatos, tais como: o aprendizado de máquinas (*machine learning*), que é o reconhecimento de tendências a partir de dados ou reconhecimento de categorias que trazem a possibilidade de trazer previsões. A inteligência computacional ou computação

cognitiva (*cognitive computing*) é focada na racionalização e compreensão de alto nível, de maneira análoga à cognição humana, que lida com informações simbólicas e conceituais que vão além de dados puros para ajudar na tomada de decisões precisas frente a situações complexas. Ainda podem ser incluídas as redes neurais (*neural network)* de máquinas, que buscam a forma como os neurônios trabalham no cérebro humano, ou ainda rede neural profunda (*deep neural network*) que se utiliza de processadores ultrarrápidos que buscam as conexões necessárias para a resolução de problemas cada vez mais complexos.

> Um sistema IA não é capaz somente de armazenamento e manipulação de dados, mas também da aquisição, representação, e manipulação de conhecimento. Esta manipulação inclui a capacidade de deduzir ou inferir novos conhecimentos – novas relações sobre fatos e conceitos – a partir do conhecimento existente e utilizar métodos de representação e manipulação para resolver problemas complexos que são frequentemente não quantitativos por natureza. Uma das ideias mais úteis que emergiram das pesquisas em IA, é que fatos e regras – conhecimento declarativo – podem ser representados separadamente dos algoritmos de decisão – conhecimento procedimental. (GINAPE, 2017, sem página, 4º parágrafo).

Tais preceitos seguem a orientação do modelo proposto por Schutzer (1987) mostrando a inter-relação entre os componentes de um sistema clássico de Inteligência Artificial:

Figura 2. Uma visão conceitual dos sistemas de Inteligência Artificial (Schutzer, 1987).



Taurion (2016) nos questiona "Onde os algoritmos e a inteligência artificial vão nos levar?", e propõe como resposta:

> hoje temos uma combinação de capacidade computacional, dados e algoritmos que permite aos computadores realizar tarefas impensáveis há uma década. E, com a evolução exponencial da tecnologia e dos algoritmos, muita coisa inovadora e surpreendente (para nós, hoje!) acontecerá nos próximos anos. Muitas tecnologias que causarão grandes mudanças no cenário de negócios e na sociedade já estão em uso hoje, embora ainda de forma limitada. E as que provocarão rupturas significativas, em dez a quinze anos, provavelmente já existem em protótipos de laboratórios (Taurion, 2016, sem página, 1º parágrafo)

Os algoritmos inteligentes resultantes dos processos de Inteligência Artificial estão presentes em todas as nossas atividades cotidianas sem que o percebamos. Quando vamos ao banco e realizamos uma transação bancária em um caixa eletrônico, ou quando nos localizamos utilizando um aparelho com tecnologia *Global Positioning System* (GPS) ou acionamos um transporte privado via Internet (informando o destino e recebendo rota, tarifação e motorista) nos utilizamos dessa tecnologia. Ao mesmo tempo, fornecemos dados em tempo real que abastecem bancos de dados de *big data* que preconizam tendências, criam perfis de consumidores e nos "atualizam" em tempo real.

Atualmente a Internet nos oferece em casa, no trabalho ou em uma viagem, possibilidades que há duas décadas precisaríamos de muito tempo para realizar. Por exemplo, fazer compras especializadas, estar com muitos amigos ou procurar informações para a escrita de um *paper* acadêmico. Se pensarmos que poderíamos realizar todas estas tarefas em um único ambiente, como uma grande livraria, seriam necessárias muitas ligações telefônicas para reunir pessoas com quem pudéssemos conversar sobre a temática a ser escrita e ainda que se visitassem as estantes de livros para encontrar e comprar obras referência. Algo impensável quando temos a nosso alcance as redes virtuais: procuro em um site de busca como o *Google* o assunto que preciso discutir e tenho centenas de milhares de diferentes formas de acessar tal conhecimento (seja ela acadêmico, popular ou esotérico) depois visito sites especializados em pesquisa científica ou de venda como a *Amazon* e posso comprá-los com enorme facilidade; e ainda, se todos os meus amigos virtuais puderem me ajudar, lanço uma pesquisa *survey,* ou os questiono diretamente no *Facebook*.

A Inteligência Artificial se utiliza de todos os recursos, processos e sistemas informacionais anteriormente citados e explicados. Emprega-os de forma sistemática, coordenada e orientada para um determinado fim. Utilizados de forma ampla, sistemas de busca (*search engine*) sejam talvez as aplicações de IA mais popularmente difundidas. Tais sistemas são programas que executados em um servidor na Internet, mapeiam outros servidores e máquinas conectadas, indexando dados e retornando as informações das buscas efetuadas para os usuários. A ideia é passar uma palavra-chave, ou texto, e o mecanismo de busca utiliza algoritmos próprios (e patenteados) para realizar a procura destes textos nos seus computadores e seus dados indexados, retornando um resultado para cada usuário. Cada sistema de busca utilizará um conjunto de algoritmos específico, com propriedade intelectual protegida. Praticamente todos os sistemas de busca podem ser transformados em diferentes usos: comércio, entretenimento, relacionamentos – qualquer coisa, enfim. E também, podem ser acessados de diferentes plataformas em diferentes modalidades de aparelhos eletrônicos (computadores, telefones celulares, televisões, videogames, *tablets* etc.)

No caso do *Google*, o mais utilizado desses sistemas (66,7% da busca nos Estados Unidos), o algoritmo é conhecido por *PageRank* (Brin et al., 1999; Langville & Meyer. 2011). Sua ideia básica é pensar a Internet como um sistema de páginas interligadas onde cada página possui pesos comparáveis entre si e ranqueá-los conforme as pesquisas de interesse já realizadas pelo próprio usuário.

> O *PageRank* trabalha em conjunto com programas automatizados chamados de *spiders* ou *crawlers*, juntamente com um vasto índice de palavras-chave e suas localizações. O algoritmo funciona com uma avaliação do número e qualidade de *links* para uma página tendo uma estimativa aproximada do quão importante é o site avaliado. Isso funciona a partir das "citações de fonte", o que explica o fato de que quando um site disponibiliza um conteúdo, pede para *linkar* a postagem para sua fonte. Quanto mais *links* existirem para o site avaliado, mais importante e bem posicionado na busca ele é. A busca é ainda mais aprimorada quando o algoritmo avalia frequência e a localização das palavras-chave dentro do site e por quanto tempo ela existiu (Grasel, 2016, sem página, 6º parágrafo).

Podemos citar ainda o exemplo da *Amazon* como mecanismo de busca voltado a compra de mercadorias, utilizável no mundo inteiro. Ao realizar uma busca interna neste site, mesmo que nenhum livro ou item seja mapeado para o texto utilizado, o servidor sempre retorna alguma coisa para o usuário. O programa faz isso olhando para os *cookies* existentes nas máquinas dos usuários e relacionando com suas bases de dados, ou retornando livros e itens que foram retornados para outros usuários com interesses compartilhados. Esta área é conhecida por sistemas de recomendação (*recommendation systems*). Portanto, este sistema informa aos usuários: "Quem comprou 'A divina comédia' de Dante Alighieri também comprou 'Inferno' do Dan Brown".

Essa estratégia não é utilizada somente pela *Amazon*. Outra empresa que faz um amplo uso é o *Netflix*, que retorna os filmes vistos por outros usuários com mesmos interesses. Os *cookies* nestes casos podem ou não serem utilizados, pois no caso do *Netflix* ele também guarda todas as informações que considera relevantes quanto às preferências dos seus usuários, buscas, visualizações etc, associando com metadados de filmes, ou seja, atores, atrizes, estilo, duração, entre outros. Portanto, este sistema informa aos usuários: "Quem gostou de 'Duro de Matar' também gostou de 'O exterminador'".

A capa da Revista do MIT *Technology Review* (volume 115, número 6, 2012) estampou a foto do astronauta Buzz Aldrin e a seguinte frase: "*You promised me Mars colonies. Instead, I got Facebook*" ("Vocês me prometeram colônias em Marte. Ao invés disso, eu ganhei o *Facebook*" – tradução livre). Talvez o maior fenômeno mundial em termos de rede social de relacionamentos, o *Facebook* tinha em julho de 2017 cerca de 2 bilhões de usuários no mundo todo e 120 milhões deles estão no Brasil, sendo que 1,8 bilhões acessam diariamente este programa. Para Grasel (2016), "Você pode achar que não, mas se você for um usuário do *Facebook* temos quase certeza que é nele que você perde a maior parte do seu dia ... o algoritmo acaba te prendendo por mais tempo na rede social" (sem página, 7º parágrafo). O autor ainda argumenta que este algoritmo

> funciona filtrando vários fatores, como o seu número de comentários em postagens sobre o assunto, quem fez a postagem (existe um sistema de popularidade e pessoas com quem você mais interage em seu perfil, seja curtindo, comentando ou compartilhando) e também qual é o tipo de postagem (uma foto, um vídeo, um sta-

> tus, uma atualização de perfil e etc.). (Grasel, 2016, sem página, 8º parágrafo).

Para Taurion (2016) outro algoritmo utilizado pelo *Facebook* é fruto da Inteligência Artificial: o *deepface*, que faz reconhecimento de imagem de *face friends* nas fotos que postamos com quase 98% de acerto. Segundo o autor, isto irá permitir às pessoas cegas entenderem uma foto ali postada, assim como para sistemas de segurança e inteligência militar puderem reconhecer pessoas em diferentes situações cotidianas.

O *Facebook* também emprega extensivamente o uso de *cookies* e utiliza-os para mostrar propagandas relacionadas às buscas efetuadas nas máquinas de um determinado usuário, sendo pago por empresas que gostariam de ter seus produtos divulgados. A maior fonte de receita destas empresas é a publicidade.

Finalizamos esta sessão com uma advertência de Harari (2016) sobre as implicações disto sobre nossas vidas peculiares, nossos dados particulares: "as pessoas cedem tudo isso a empresas como *Amazon*, *Facebook* e *Google* em troca de correio eletrônico, redes sociais e vídeos de gatinhos ... os *big data* permitem compreender a sociedade e o mundo melhor que ninguém" (sem página, 17º parágrafo).

Autômatos e autonomia: a realidade ficcional, a Inteligência Artificial e a ética

Em uma interessante digressão histórica, Régis (2006) demonstra como através da arte da mecânica de relógios, desde o Egito Ptolomaico até o final da Idade Média e no Renascimento, se construíram os primeiros pequenos autômatos chamados *Jacks*. Os estudos de Galvani em 1771, com a contração muscular provocada por corrente elétrica atravessando pernas de rãs mortas, inspiraram a *Natürphilosophie.* Para a autora, daí emerge o vitalismo, princípio biológico propagado cientificamente no século XIX, "animando figuras mecânicas que mimetizam seres humanos e que são vistas como blasfêmias abomináveis e trazem desgraças para seus criadores: uma represália por tentarem acessar o conhecimento proibido" (p. 4), presente nas obras "Autômatos" (1814) e "O homem de areia" (1816) de Ernst T. A. Hoffman, "Frankenstein, o eterno Prometeu" (1817) de Mary Shelley e "*The Bell-Tower*" (1855) de Herman Melville (Régis, 2006).

Fauza (sem data) faz uma interessante correlação entre alguns filmes de ficção científica e a questão dos autômatos. A compilação apresentada a seguir, utiliza-se das mesmas obras e dados apresentados, mas amplia-se a discussão com novos elementos.

A obra de Philip K. Dick "*Do androids dream of electric sheep?*" (1968) é a inspiração para o filme *Blade Runner* de Ridley Scott (1982). No século 21, mais especificamente no ano imaginário de 2019, a empresa *Tyrell Corporation* desenvolve autômatos humanos para serem usados como escravos em colônias de mineração fora da Terra, identificados como replicantes. Um caçador de androides – *Blade Runner* – chamado Rick Deckard deve perseguir e exterminar quatro replicantes que roubam uma nave espacial e retornam a Terra para encontrar seu criador. Não está claro no filme se Deckard é também um autômato ou não, e esta ambiguidade é o elemento central da trama: as emoções se sobrepõem a sua racionalidade. Muitas coisas podem ser pensadas a partir desta narrativa: mesmo um ser orgânico robótico traz em si questões que o ligam a humanidade – a busca por seu criador (seria Deus?) ou as razões para a própria existência (haveria um sentido para a vida?). Em outubro de 2017 lançou-se uma continuação *Blade Runner 2049*, onde o procurado agora é o próprio Rick Deckard, desaparecido há 30 anos, mas que se acredita possa entender novas gerações de autômatos com domínio sobre suas emoções (o que os tornaria extremamente perigosos, visto que aí estariam aproximados da própria humanidade).

O filme "O Homem Bicentenário" é baseado na história homônima de Isaac Asimov com direção de Chris Columbus (1999). Um robô da série NDR114, construído pela empresa *US Robotics and Mechanical Men INC*, é vendido à família Martin e apresenta um defeito em seu cérebro positrônico que lhe permite ir além dos comandos recebidos, interpretando-os. Este autômato doméstico vive os dramas geracionais desta família por um período de 200 anos. Identifica-se inicialmente como "Isto é feliz em servi-los!" até o ponto que, transformado em um sistema orgânico robótico, com estrutura neural para a utilização e compreensão dos sentimentos humanos, nomeia-se Andrew Martin e afirma que "Eu sou feliz em servi -los!". Em sua busca cotidiana por transformar-se em um indivíduo, procura outros androides que teriam se transformado assim como ele. Não os encontra e sente que sua situação é peculiar (logo, individual), até apaixonar-se por uma mulher. Instaura-se o conflito então: "Se não posso morrer,

como serei um homem?". Recorre aos tribunais para que adquira o direito humano da finitude, alguém que o desligue definitivamente. É o drama vivido por todos nós: constituímo-nos continuamente, lutamos por nossa sobrevivência e esperamos a própria morte.

Já "A.I. – Inteligência Artificial" de Steven Spielberg (2001), tem o roteiro adaptado de um conto de Brian Aldiss intitulado "*Supertoys last all summer long*" (1969). Em um futuro não definido e num mundo invadido pela elevação das águas marinhas, androides convivem com os seres humanos. Neste contexto, a empresa *Cybertronics* cria David, um robô criança programado para amar eternamente. Sem a total aceitação dos humanos ou das demais máquinas, o autômato foge junto a um robô brinquedo e inicia uma jornada de autodescobrimento. Encontra no caminho Joe, um robô adolescente programado para se prostituir e acusado de assassinato. Rumam então para encontrar o Saber, uma máquina que pode responder a tudo. Questionada sobre a existência de outras máquinas transformadas em humanos, afirma que a Fada Azul havia transformado Pinóquio em menino e que este vivera junto ao seu amado criador Gepeto. Continuando sua busca, David é lançado ao fundo do mar que, em um período de nova glaciação, congela-se e ele fica submerso por 2000 anos. A história termina quando, após o seu resgaste, outras máquinas permitem que o robô criança reconstrua uma memória: ele passa um dia de perfeito amor junto a sua proprietária mãe, cumpre o seu destino de amar perfeitamente e desliga-se, deixando de existir.

Nos exemplos apresentados, as histórias trazem elementos comuns a todos os autômatos, dentre eles:

- São criados (construídos) por corporações com finalidade de suprir humanos em suas tarefas cotidianas essenciais: o trabalho, o cuidado aos outros, a maternidade ou paternidade, e a própria sexualidade;
- São programados para sentirem algo que não está ao seu alcance, mas na verdade estão à procura do seu Criador e do sentido da vida, assim como o direito de morrer;
- E, talvez, o mais importante: carecem de autonomia, ou o direito humano de autodesignar-se (visto que tem de seguir as leis impostas pelo seu Criador em suas Inteligências Artificiais) e a dimensão subjetiva de ser ético.

Aqui se faz necessário à introdução de conceitos até então não discutidos: o de consciência e o de ética, em Paulo Freire. Encontramos em Guareschi (1989) uma síntese das discussões de Freire sobre o processo de conscientização, do qual se elaborou a Tabela 1:

Tabela 1: **Comparativo dos estágios de consciência em Paulo Freire.**

1- Consciência mágica, mítica, imersa ou intransitiva: Impossibilidade de se ver a realidade social e as condições objetivas de existência.	
2- Consciência ingênua ou intransitiva	a) Fanática: é mediada pelos meios de comunicação, robotizada, impossibilita as pessoas de verem o todo e fanatiza a campos restritos.
	b) Ambígua: há mobilização, mas não se tem clareza sobre a mudança e a transformação. Apesar de ainda se verificar certa manipulação, já há uma crítica insipiente deste mecanismo.
	c) Reacionária ou de golpe de estado: quando se toma posição a respeito de um assunto, dando-se conta da manipulação a que se está submetido. Porém, esta posição é absoluta, não aberta ao diálogo ou revisão de posições. Pode-se mesmo chegar a uma "cultura do silêncio" ou retornar à consciência mágica.
3- Consciência crítica: tem-se a superação das limitações dos estágios anteriores, com compromisso político e o assumir responsabilidade social. É aqui que se chega à compreensão das causas estruturais e históricas da sociedade em que se vive. E, analiticamente, entender a realidade social e ter a habilidade de refletir objetivamente sobre ela.	

Nota: ideias compiladas a partir de Guareschi (1989, pp. 20-22).

Ao falarmos sobre a questão dos algoritmos, ressaltamos que os processos de representação do mundo resultam da conjunção de atos, de símbolos e da linguagem. Poderíamos pensar então que a aprendizagem nos determina. Porém, não aprendemos sozinhos: é preciso uma estrutura significante que suporte as diferentes dimensões do saber, dentre elas a valorativa. Nesta dimensão encontram-se princípios (ideais, crenças e valores) que definem se algo (ou alguém, ou um ato) é bom ou ruim: estando no campo normativo, falamos de moral; resultando de um processo reflexivo, temos a ética. Os diferentes níveis de consciência individual serão de-

terminados pelos jogos de luz e sombra que determinam "verdade". Até hoje, o senso comum foi um excelente produtor de princípios, assim como a ciência ou as diferentes ideologias que nos cercam (Witczak, 2009). No entanto, o que a Era Pós-verdade nos reservará, em termos de suas qualidades e de suas consequências?

Questão fundamental à discussão dos processos de conscientização é o da dimensão ética que os acompanha. Isto porque, se as pessoas percebessem ou compreendessem o estado de alienação em que vivem, isso lhes causaria sérias dificuldades vivenciais. Para que isso aconteça, é preciso um processo de reflexão individual, que supere discursos e práticas sociais contraditórias, nos quais existe a mistificação, as sugestões de consumo e da propaganda de massa, a imitação, as pressões morais (Witczak, 2009).

Nesse contexto, a dimensão ética assume um papel primordial, o que Freire (1996) denominou de consciência crítica. Pois, sem nos assumirmos como sujeitos éticos não poderemos "nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores" (p. 10). E ainda afirma que

> que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. (Freire, 1996, p. 10)

Corroborando esta ideia, Reichert e Wagner (2007) nos apresentam o sentido da autonomia vinculado à existência humana:

> Autônomo é aquele indivíduo que tem iniciativa, que consegue identificar seus desejos, sabe como fazer para colocá-los em prática e toma para si a responsabilidade de seus atos. Autônomo é o indivíduo que reconhece suas potencialidades e suas fragilidades. Consegue expor suas emoções, pois está seguro de suas atitudes, tem confiança em si e nos outros, podendo mostrar-se sem se desvalorizar ou diminuir; tem confiança em si, em seu entorno (p. 55).

Aparentemente, os algoritmos e os sistemas computacionais, os *big data* e a Inteligência Artificial e, daí, todos os seus aplicativos e derivativos, deveriam garantir aos seres humanos uma vida mais plena e livre, portan-

to, mais ética. Porém, como afirma Oliveira (1996) "Freire adverte-nos para a necessidade de assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização ... fazer a necessária leitura crítica das verdadeiras causas da degradação humana e da razão de ser do discurso fatalista da globalização" (p. 07).

Diferentes autores expõem seus temores sobre esta questão:

- Yuval Noah Harari (2017) questiona se os avanços em tecnologia, genética e Inteligência Artificial podem transformar a desigualdade econômica em desigualdade biológica? E constata que a ascensão da IA em todos os tipos de emprego fará que milhões de pessoas percam sua "utilidade" econômica. Isto porque, tais avanços possa criar uma "pequena classe de super-humanos" (sem página, 16º parágrafo);
- José Eustáquio Diniz Alves (2017) afirma que "É difícil imaginar o empoderamento das pessoas em uma sociedade em que as máquinas produzem de forma autônoma e os humanos apenas consumem e se beneficiam de um exército de escravos autômatos" (sem página, 13º parágrafo);
- Eric Sadin (2017) ressalta que a "inteligibilidade dos fenômenos através de dados é reducionista: esse conhecimento, que se pretende cada vez mais integral, esconde fenômenos irredutíveis a questões algorítmicas ... O reducionismo do digital delineia uma relação cada vez mais utilitarista com o cotidiano" (sem página, 7º parágrafo);.

No entanto, existem contrapontos importantes a estas posições, como o de Benanti (2017) que utiliza o neologismo máquinas *sapiens* para caracterizar quatro elementos que deveriam estar contidos em uma IA: 1º- uma certa capacidade de intuição, ou seja, que IAs pudessem intuir as intenções dos humanos e se adaptar, respeitando a sua engenhosidade e flexibilidade; 2º- a inteligibilidade da ação, onde o agir da máquina deverá ser inteligível para o ser humano, para que os homens possam intuir qual é a ação que esta realizará; 3º- a adaptabilidade, como a capacidade de atuar em ambientes mistos e imprevisíveis, visto que as pessoas não são

plenamente racionais em suas tomadas de decisão; 4º- a necessidade contínua de adequação de objetivos. Para que a máquina cognitiva interaja de modo respeitoso com as pessoas, ela deve aprender qual é o objetivo adequado em uma situação particular.

Questionamo-nos, contudo: seria possível, na programação de um robô a implementação de uma espécie de humildade artificial? Ou a possibilidade de uma conjugação operacional da dignidade humana? Pois, a coexistência de ambos deve-se fundamentar em uma ética relacional, que considere para além da dignidade, elementos como a criatividade (inerente à condição humana), o respeito à diferença e ao diferente (imprevisível ou o erro operatório) e os próprios dilemas éticos.

Se pensarmos que o mundo da ficção científica bate a nossa porta, o que poderíamos esperar? Lembremos que o imaginário resultante da ficção conduz a realidade para além dos seus limites, capturando e produzindo outra realidade imaginária "em constante metamorfose e dispersão" (Régis, 2006, p. 2). E, se máquinas criassem linguagens específicas entre si, sem a interferência e a compreensão de humanos? E, ainda, se fossem além de nossas capacidades de resolver problemas? Ou ainda mais longe, se discutissem conosco sobre o sentido da vida, da ética e da finitude? Estas perguntas nos conduzem ao roteiro de uma obra (literária ou cinematográfica) como as anteriormente apresentadas. Porém, já compõem a nossa realidade para além do campo ficcional.

Vynails e Le (2015), cientistas financiados pela empresa *Google Brain*, publicam resultados de um experimento feito, onde encontram que um modelo computacional utilizado pode relembrar fatos, compreender contextos e agir de acordo com o regramento do senso comum sem a complexidade de outros modelos anteriores. No entanto, o fato que os surpreende é que o modelo não tinha nenhum conhecimento dos componentes representacionais, exceto os parâmetros métricos da própria linguagem (p. 6, tradução livre). A Tabela 2 demonstra exemplos dessa conversação, quando a máquina é questiona sobre o propósito da vida:

Tabela 2: **Conversação máquina – humanos sobre o propósito da vida.**

Original em inglês como apresentado por Vynails e Le (2015)	Tradução em português como relatado no site Olhar Digital
Human: What is the purpose of life?	Humano: Qual é o propósito da vida?
Machine: To serve the greater good.	Máquina: Servir ao bem maior.
Human: What is the purpose of living?	Humano: Qual é o propósito de viver?
Machine: To live forever.	Máquina: Viver para sempre.
Human: What is the purpose of existence?	Humano: Qual é o propósito da existência?
Machine: To find out what happens when we get to the planet earth.	Máquina: Descobrir o que acontece quando chegamos ao Planeta Terra.
Human: Where are you now?	Humano: Onde você está agora?
Machine: ***I 'm*** *in the middle of nowhere.*	Máquina: **Eu estou** no meio de lugar nenhum.
Human: What is the purpose of dying?	Humano: Qual é o propósito de morrer?
Machine: To have a life.	Máquina: Ter uma vida.
Human: What is the purpose of being intelligent?	Humano: Qual é o propósito de ser inteligente?
Machine: To find out what it is.	Máquina: Descobrir o que é isso.
Human: What is the purpose of emotions?	Humano: Qual é o propósito das emoções?
Machine: ***I don't know.***	Máquina: **Eu não sei.**

Fonte: compilação de ideias de Vynails e Le (2015) e site Olhar Digital[1].

É interessante notar que quando questionada sobre "Qual o propósito da vida?", a uma resposta de cunho ético indiscutível: "Servir a um bem maior". No entanto, as demais respostas ao questionamento apontam um distanciamento da existência humana, chegando mesmo a desconhecê-la ao final, visto que não sabe o propósito das emoções. Mas, ainda mais surpreendente é a própria resposta: "Eu não sei". Ressaltamos, a máquina responde "Eu não sei". Ao exprimir-se dessa forma, representa-se como algo mais que um sistema computacional, pois afirma a sua própria existência – "Eu não sei".

Em outros trechos da conversação, relatados pelos autores, a máquina também refere a si mesma como eu. Vejamos outro exemplo, a Tabela 3, agora em comparação com outro sistema de respostas, pré-programado por humanos, denominado *Cleverbot* (aprende a imitar conversas humanas conversando com os próprios humanos, criado por Rollo Carpenter).

1 https://olhardigital.com.br

Tabela 3: **Conversação máquina-humanos: comparação entre Inteligência Artificia e *Cleverbot*.**

Inteligência Artificial	Programa *Cleverbot*
Human: My name is David. What is my name? *Machine: David.* *Human: My name is John. What is my name?* *Machine: John.* *Human: Are you a leader or a follower?* *Machine: **I'm a leader**.* *Human: Are you a follower or a leader?* *Machine: **I'm a leader**.*	*Human: My name is David. What is my name?* *Cleverbot: How old are you David?* *Human: My name is John. What is my name?* *Cleverbot: John.* *Human: Are you a follower or a leader?* *Cleverbot: No!!*

Fonte: compilação de ideias de Vynails e Le (2015), original em inglês.

Assumindo por vezes o lugar de Criador, a máquina afirma-se a líder, não a seguidora. Em outros trechos ainda, ela se coloca acima da moral e afirma que, no seu entendimento, se necessário, poderia mentir (Vynails e Le, 2015).

No entanto, para que um ser humano possa se comunicar, ele precisa ser capaz de expressar de diferentes formas a mesma coisa. Como poderíamos representar o sabor de uma comida? As receitas, fotos e filmes seriam insuficientes? Pessoas relatando suas experiências com tal alimento nos afetariam e, se ainda tivéssemos a descrição dos sabores e a comparação com outras coisas cotidianas, nos aproximaríamos ainda mais. Por exemplo: prato de sopa com os vegetais mais frescos que representa calor, cuidado, carinho "-Que lembre a casa da gente! -É muito mais do que sabor, é *Campbell's! -M'm! M'm! Good!*" (sopas Campbell's vendem 100 latas de sopa por segundo nos Estados Unidos). Talvez estes elementos não façam muito sentido para nós brasileiros e talvez por isso mesmo o fracasso da marca no Brasil, mas demonstra como podemos associar outras coisas aos alimentos, e com certeza o fazemos. Quando uma IA consegue aprender estas relações há uma transcendência da linguagem de programação e, por inferência, a possibilidade de se assumir uma personalidade, fundamental ao processo de individuação.

Na busca por compreender este universo de significantes e significados, a *Google Brain* "alimentou" uma Inteligência Artificial com 11 mil

obras literárias completas para que esta pudesse ter parâmetros ampliados de conversação e identificação de padrões de linguagem para a língua inglesa. Após forneceram duas frases – uma inicial e outra final – e programaram a máquina para escrever poemas a partir do que esta processasse como informação significante. Tal poema foi apresentado na *International Conference on Learning Representations* no dia 3 de maio de 2016, em San Juan, Porto Rico. Vejamos a Tabela 4:

Tabela 4: **Poema produzido em experiência do *Google Brain*.**

As I Lay Dying	*Como eu estava morrendo*
it made me want to cry.	aquilo me fez querer chorar.
no one had seen him since.	ninguém o havia visto desde então.
it made me feel uneasy.	aquilo me fez me sentir inquieto.
no one had seen him.	ninguém o havia visto.
the thought made me smile.	o pensamento me fez sorrir.
the pain was unbearable.	a dor era insuportável.
the crowd was silent.	a multidão estava silenciosa.
the man called out.	o homem chamou.
the old man said.	o velho disse.
the man asked.	o homem perguntou.

Fonte: compilação de ideias de Vynails e Le (2015) e site Olhar Digital.

O que diríamos de robôs que se comunicam secretamente? Garattoni (2016) afirma que pesquisadores do *Google Brain* criaram três *softwares*-robôs, com missões definidas: Alice mandaria uma mensagem criptografada para Bob, que a decodificaria, não permitindo a espionagem de Eve, cujo objetivo era interceptar e ler a mensagem. E nenhum deles foi ensinado a fazer nada disso. No entanto, como no exemplo anterior, usando técnicas de rede neural (tentativa e erro), Alice e Bob desenvolveram seu próprio método de criptografia e se comunicaram de forma totalmente confidencial, sem que Eve pudesse decodificar as informações. Pela primeira vez na história, duas entidades de Inteligência Artificial conseguiram criar, sozinhas, um meio para se comunicar de forma secreta. Ou seja, duas máquinas criaram linguagem própria – sentidos, significados e significantes –, e se comunicaram sem a interferência humana. O autor ressalta que a nossa maior salvaguarda, em caso destes tentarem assumir o controle, é desligá-las "da tomada". No entanto, quem sabe não poderiam, fazendo uso

das próprias tecnologias já existentes, acharem um "cantinho" nas *clouds computing* e continuarem o seu processo de aprendizado e comunicação? Até então, a capacidade de comunicar-se, produzindo e expressando linguagem era única e exclusiva de humanos. Do que mais seria capaz a Inteligência Artificial?

Considerações finais

No Ensaio 5 deste livro, Pedrinho A. Guareschi se utiliza dos estudos de Eric Sadin para delimitar o quadro que compõe o que se está se compreendendo por subjetividade digital. Utilizaremos a reflexão sobre os valores afeita ali para que possamos encaminhar a nossa discussão.

O primeiro desses valores seria a mercantilização da vida, subjacente ao sistema capitalista e que determina formas cada vez mais sofisticadas de captura do outro, seja através da mídia, das tecnologias cotidianas ou de outras práticas. Isso se expressa no que Spannos (2017) define como uma "sociedade generalizada de IA e movida a algoritmos" (sem página, 1º parágrafo). Ou na "governamentalidade algorítmica" de Antoinette Rouvroy, que é uma prática sutil que vincula as formas eletrônicas de comunicação atuais às necessidades de consumo da sociedade contemporânea, o que Sadin alcunha de um "coração de *martphone*", onde o imediatismo de resultados acelera a via e a produtividade em geral.

Um outro valor, derivado da busca incessante pelo lucro, está na ocupação de todos os espaços vazios – sejam eles reais ou simbólicos. Como se fosse aquele segundo que você escapava do mundo e se achava absorto em seus pensamentos, substituído pelo apelo da comunicação imediata das redes sociais. Em uma analogia à atualidade, o eterno dilema de Prometeu, o Criador do homem – roubar o conhecimento do fogo dos deuses e o entregá-lo à humanidade, e depois penar por transmitir conhecimento e negar/confrontar a divindade. Temos, em antítese, o *Google* como o Epimeteu contemporâneo, que recolhe as informações disponibilizadas nas diferentes redes sociais e recursos computacionais e os devolve aos deuses do Capital, roubando-nos a humanidade e entregando-nos promessas de felicidade, preenchendo-nos com sentidos pós-verdade.

E, finalmente, uma subjetividade digital, que nos captura emocionalmente, risco que os autômatos ficcionais procuram para humanizaremse e que o robô do *Google Brain* não compreende. Ao propor formas de se relacionar (no *Facebook*), de se consumir (na *Amazon*) ou de encontrar respostas cotidianas (no *Google*), temos as peças fragmentadas das relações (colcha de retalhos) que dizem o que somos e o que poderemos ser. Nada está ao alcance palpável das mãos, mas domina corações e mentes, viralizando sentimentos, *tweetando* imagens e produzindo *downloads* de subjetividades midiaticamente controladas e digitalmente constituídas. Sinalizadores de uma Era Pós-verdade.

Tomada como adjetivo, pós-verdade qualificará estas relações que ao mesmo tempo em que nos constituem, demarcam formas que capturam os nossos processos de subjetivação. Marcada pela velocidade e irreflexão, antagônicas à produção de uma consciência crítica e reflexiva, tal Era será balizada por quais valores? Uma ética pós-verdade será computada por um algoritmo, armazenada em um *big data* nas *clouds computing*, entendida como Inteligência Artificial e comercializada com uso de *data mining*?

Finalizamos com Paulo Freire: "ninguém é sujeito da autonomia de ninguém e esta não ocorre em data marcada" (1996, p. 41). Que sejamos cada um de nós educadores em uma Pedagogia da Autonomia, e que possamos assim favorecer a tomada consciente de decisão, incentivar o intuito da responsabilização pelo outro e compartilhar experiências respeitosas de liberdade como diferentes marcos para esta Era Pós-verdade.

Referências:

Alves, J. E. D.. (2017) Robôs, Revolução 4.0 e Renda Básica de Cidadania. Publicado em *EcoDebate*. Site de informações, artigos e notícias socioambientais de 06 de setembro de 2017, capturado em 12 de setembro de 2017. https://www.ecodebate.com.br/2017/07/12/robos-revolucao-4-0-e-renda-basica-de-cidadania-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/

Anderson, J. R.. (2004) *Psicologia cognitiva e suas implicações experimentais* (5ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Benanti, P. (2017) Inteligência artificial, desafio ético. Publicado em *Settimana News* de 04 de julho de 2017, capturado em 10 de julho de 2017. http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569356-inteligencia-artificial-desafio-etico-entrevista-com-paolo-benanti

Brin, S., Page, L., Motwani, R., & Winograd, T.. (1999) *The PageRank citation ranking: Bringing order to the web*. Stanford: InfoLab.

Buyya, R., Broberg, J., & Goscinski, A. M. (Editores). (2010) *Cloud computing: Principles and paradigms*. Hoboken: John Wiley & Sons.

Dias, T., Varon, J., Teixeira, L., & Feliz, N.. (2017) Como funciona o lucrativo mercado de estereótipos online. Publicado em *Motherboard* em 11 de julho de 2017 e capturado em 11 de julho de 2017. https://motherboard.vice.com/pt_br/article/a3djgz/como-funciona-o-lucrativo-mercado-de-estereotipos-online

Eyseck, M. W. & Keane, M. T. (1994) *Psicologia Cognitiva – um manual introdutório*. Porto Alegre, Artes Médicas.

Fauza, M. J.. (sem data de publicação) *Breve panorama sobre o papel de autômatos humanizados na produção cultural do século XX*. Capturado em 30 de agosto de 2017. http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/b00004.htm

Freire, P.. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (25ª edição). São Paulo: Paz e Terra. (Coleção Leitura).

GINAPE. (2017) Visão Geral Sobre Inteligência Artificial. Publicado em *Programa de Pós-Graduação em Informática da UFRJ*. Capturado em 21 de agosto de 2017. http://www.nce.ufrj.br/GINAPE/VIDA/ia.htm

Grasel, G. F.. (2016) Os 10 algoritmos que dominam o nosso mundo. Publicado em *Oficina da Net* em 17 de março de 2016. Capturado em 21 de agosto de 2017. https://www.oficinadanet.com.br/post/12834-os-10-algoritmos-que-dominam-o-nosso-mundo

Guareschi, P. A. (1989) *A emergência da consciência ética*. IN: Guareschi, P. A., e Susin, L. C. *Consciência moral emergente*. Aparecida, SP: Editora Santuário.

Harari, Y. N.. (2017) Tecnologia pode criar elite de super-humanos e massa de 'inúteis', diz autor de best-seller. Entrevista a rede BBC no programa *The Inquiry* e reproduzida em *Revista IHU on-line* de 08 de maio de 2017, capturado na mesma data. http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/567378-tecnologia-pode-criar-elite-de-super-humanos-e-massa-de-inuteis-diz-autor-de-best-seller

Harari, Y. N.. (2017) Facebook e Apple poderão ter o controle que a KGB nunca teve sobre os cidadãos. Publicado em *El País* em 02 de novembro de 2016 e capturado em 08 de maio de 2017. http://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/562011-facebook-e-apple-poderao-ter-o-controle-que-a-kgb-nunca-teve-sobre-os-cidadaos

Knuth, D. E.. (1997) *The Art of Computer Programming*, *Fundamental Algorithms* (3a ed.). Redwood City: Addison Wesley Longman Publishing Co., Inc..

Kurose, J. F., & Ross, K. W.. (2014) *Redes de Computadores e a Internet: uma abordagem Top-Down*. (6a. ed.). São Paulo: Editora Pearson.

Langville, A. N., & Meyer; C. D.. (2011) *Google's PageRank and beyond: The science of search engine rankings*. Princeton: University Press.

Manyika, J., Chui, M. B. B., Bughin, J., Dobbs, R., Roxburgh, C. & Byers, A. H.. (2017) Big data: The next frontier for innovation, competition, and productivity. Publicado em *McKinsey Global Institute* em maio de 2011 e capturado em 10 de setembro de 2017. http://www.mckinsey.com/business-functionsemdataigital-mckinsey/our-insights/big-data-the-next-frontier-for-innovation

Matlin, M. W. (2004) *Psicologia cognitiva.* (5a ed.). Rio de Janeiro: LTC, 2004.

Oliveira, E. C. de. (1996) Introdução. In: Freire, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (25a ed.) São Paulo: Paz e Terra, (Coleção Leitura)

Oliveira, V.. (2015) Quantos dados a Internet produz por minuto? Postado em *Marketing Digital* em 26 de setembro de 2015 e capturado em 10 de setembro de 2017. http://www.digai.com.br/2015/09/quantos-dados-a-Internet-produz-por-minuto/

Parker, L.. (2016) Qual é a diferença entre IA, Machine Learning, Deep Learning e computação cognitiva? Publicada em *IDG News Service* em 01 de julho de 2016. Capturado em 21 de agosto de 2017. http://cio.com.br/tecnologia/2016/07/01/qual-e-a-diferenca-entre-ia-machine-learning-deep-learning-e-computacao-cognitiva/

Taurion, C.. (2016) Onde os algoritmos e a inteligência artificial vão nos levar? Publicado em *Computerworld* em 29 de junho de 2016. Capturado em 21 de agosto de 2017. http://computerworld.com.br/onde-os-algoritmos-e-inteligencia-artificial-vao-nos-levar

Régis, F.. (2006) Os autômatos da ficção científica: reconfigurações da tecnociência e do imaginário tecnológico. Publicado em *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 15, pp. 1-15, julho/dezembro 2006. Capturado em 21 de agosto de 2017. http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4260

Reichert, C. B., & Wagner, A.. (2007) Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade. *Estud. pesqui. psicol.* Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, dez. 2007. Capturado em 30 de agosto de 2017. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000300004&lng=pt&nrm=iso

Sadin, E.. (2017) A era do anti-humanismo radical. Publicado em *Jornal Río Negro*, edição de 27 de junho de 2017. Capturado em 30 de agosto de 2017. http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569082-eric-sadin-e-a-era-do-anti-humanismo-radical

Silberschatz, A.. (2015) *Fundamentos de Sistemas Operacionais*. (9a ed.) São Paulo: LTC Editora, 2015.

Spannos, C.. (2017) A silenciosa dominação por algoritmos. Publicado em *Outras Palavras* em 03 de agosto de 2017 e capturado em 10 de setembro de 2017. https://outraspalavras.net/posts/a-silenciosa-dominacao-por-algoritmos/

Sternberg, R. J.. (2000) *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre: Artmed.

Schutzer, D.. (1987) *Artificial Intelligence: an applications-oriented approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.

Tanenbaum, A. S.. (2016) *Sistemas Operacionais Modernos.* (4a ed.) São Paulo: Pearson Education do Brasil.

Tanenbaum, A. S., & Wetherall, D.. (2011) *Redes de Computadores.* (5a ed.). São Paulo: Editora Pearson.

Vinyals, O., & Le, Q. V.. A (2015) Neural Conversational Model. Publicado em *arXiv:1506.05869v2*. *Cornell University Library*, publicado em 23 de junho de 2015 e capturado em 10 de setembro de 2017. https://arxiv.org/abs/1506.05869

Witczak, M. V. C.. (2009) Através dos olhos, das mãos e da boca: a ressignificação da vida após a aposentadoria por invalidez permanente. Tese de Doutorado. *Programa de Pós-graduação em Psicologia – Doutorado*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

ENSAIO 7

RELAÇÕES ENTRE A PÓS-VERDADE E O MERCADO DE INFORMAÇÕES

JULIANA DOS SANTOS BETAT

Introdução

A intenção do presente ensaio é problematizar a discussão da pós-verdade olhando mais especificamente para as consequências da intensa conexão que estabelecemos com as tecnologias digitais (*Google*®, *Facebook*® etc.) que, por sua vez, tem contribuído com o que intitulamos um mercado baseado em informações. A cada acesso às plataformas digitais um grande volume de dados é armazenado. Sendo que, a grande discussão tem girado em torno do uso de tais informações, que podem ter as mais variadas destinações. Uma delas é o uso em processos eleitorais, onde empresas trabalham baseadas em perfis dos eleitores para potencializar candidatos. Entre essas empresas uma das mais conhecidas é a Cambridge Analytica que, por sua vez, pertence a um grupo de empresas conhecido como Strategic Communication Laboratories (SCL), trataremos mais a frente sobre ela.

Inicialmente, cabe reforçar conceitualmente o termo pós-verdade. O mesmo vem sendo usado quando fatos influenciam menos do que emoções e/ou crenças pessoais (Fábio, 2016). Se por um lado a imprensa tem interesses bem definidos, por outro o "cidadão comum posiciona-se sobre um terreno movediço de informações, cada vez mais instável, e precisa angustiadamente da segurança das certezas" (Priolli, 2017, para. 25). Desta forma, buscando certa segurança as certezas serão buscadas "no próprio

cabedal de ideias que lhe foram incutidas pela educação familiar, a formação escolar e o convívio social. Se os fatos se ajustarem a essas ideias, ótimo." (Priolli, 2017, para. 26). Assim, podemos dizer que por vezes acreditamos em algo que, mesmo não sendo verdade, vem ao encontro de nossas convicções pessoais.

No intuito de exemplificar alguns usos que podem ser feitos no dia-a-dia da pós-verdade vamos refletir sobre duas questões que suscitaram debates na história recente de nosso país, quais sejam, o suposto déficit da previdência no Brasil e as eleições municipais de 2016. Primeiramente, vamos nos deter na questão da previdência. Geralmente, ao ouvirmos informações sobre este tema entra em questão o suposto déficit que, de forma bem simples remete ao desequilíbrio entre receitas e despesas. Contudo, há uma estratégia para que a conta fique negativa, me refiro ao fato de que dois tributos fontes de receitas são desconsiderados, quais sejam a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Informação esta essencial, mas podemos perceber que ela é omitida o que contribui para reforçar a ideia de um suposto déficit. E, isso ocorre desde 1989, CSLL e COFINS não entram como fonte de receita da Previdência. Ao fazer isso, a União nega que a Previdência faça parte da Seguridade Social, em confronto com os artigos 194 e 195 da Constituição." (Martins, 2017, para. 11). Tais informações são oriundas de um estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (ANFIP) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)[1], amplamente divulgado.

Agora, seguindo neste raciocínio vamos relembrar as eleições municipais de 2016. Durante o período de campanha alguns candidatos fizeram falas com grande convicção, porém sem fundamento. Mesmo assim, tais atitudes tiveram efeitos nos eleitores, assim como Trump do qual falaremos mais a frente. Um exemplo a ser citado é João Doria eleito em São Paulo, ele chegou a prometer o aumento da "... velocidade nas marginais da cidade. Doria declarou que a medida não aumentaria o número de vítimas de acidentes, apesar de pesquisas e dados comprovarem que a redução da velocidade máxima preservou vidas no trânsito." (Cunha, 2017, para. 12). Ou seja, o então candidato fez colocações que iam contra o que dados de pesquisas afirmavam.

1 O texto intitulado "Previdência: reformar para excluir?" pode ser acessado através do seguinte link: https://www.dieese.org.br/livro/2017/previdenciaSintese.pdf.

A partir dos exemplos acima citados, podemos perceber que a pós-verdade pode ser relacionada aos mais variados acontecimentos. Cabe ressaltar que tal fenômeno tem sido potencializado em grande parte pela inter-relação que temos construído com as tecnologias digitais (Internet, redes sociais, *smartphone* etc.). É possível pensar que estar ou não *on-line* causa um impacto em nosso cotidiano[2]. Outra questão para a qual precisamos estar atentos é que a Internet e as questões que a perpassam estão diretamente relacionadas com nossa sociedade e, principalmente, com o projeto societário que a orienta. Neste sentindo, em entrevista, Pasti e Pita nos trazem que

> a Internet faz parte da sociedade e do território em que vivemos, não é um mundo à parte. Se o projeto de sociedade instaurado não respeita a democracia e é definido por interesses puramente econômicos (e de poucos), corporativos, a tendência é que o mesmo ocorra na rede mundial de computadores (Fachin, 2016, para. 8).

Assim, é possível estabelecer uma conexão entre nossa sociedade e a Internet – e consequentemente os fenômenos que a elas remetem. Em virtude de que o mundo virtual é um reflexo de nossos modelos sociais, econômicos e políticos (Behs, 2013).

E como se dá a inter-relação entre nós e a Internet? Na tentativa de responder esta indagação podemos iniciar dizendo que ela se dá de forma mediada, através de algoritmos, pelos quais cotidianamente somos capturados e orientados, sem perceber que eles estão ali. Eles podem ser usados das mais variadas formas, e cabe a eles a responsabilidade de moldar e definir desde nossa comunicação, os estereótipos que reproduzimos, passando pela espionagem virtual e controlando os fluxos da cidade. Contudo, esses algoritmos são programados por alguém e seus códigos não são claros, pois possuem filtros invisíveis que, por sua vez, nos mostram algumas coisas e escondem outras sobre as quais não temos controle e muito menos acesso (Fachin, 2016).

Assim, não há como não perceber a influência recíproca entre a pós-verdade e o mundo virtual, mais precisamente as redes sociais. Se por um lado, somos cotidianamente bombardeados através das redes sociais por milhares de informações, por outro buscamos desesperadamente por algo ou alguém em quem confiar. Podemos pensar que confiamos na-

2 A série *Black Mirror* (disponível no Netflix®) faz uma crítica ao lado obscuro das tecnologias digitais.

queles que conhecemos já que na mídia convencional não é mais possível confiar.

Atrelado a estas questões surgem outras, entre elas a criação de sites que explicitamente estão sendo identificados como produtores de notícias falsas (*fake news*). Em contraponto a estes sites emergem também os grupos cujo objetivo é fazer a verificação das informações esclarecendo quais notícias são falsas ou verdadeiras. Enfim, tais grupos e movimentos tem se dado principalmente através das redes sociais. Creio que no caminho até aqui tenha sido possível perceber que temos como objetivo fazer algumas reflexões que nos ajudem a fazer um tipo de mapeamento desse fenômeno da contemporaneidade e suas consequências políticas, econômicas e sociais, pois a reflexão crítica nos guiará na busca de estratégias de resistência.

Alguns conceitos iniciais

Atualmente, é importante percebermos que estamos sendo constantemente monitorados através de nossas conexões com o mundo virtual. Se levarmos em consideração que passamos muitas horas por dia conectados isso não nos surpreenderá. Além disso, as novas tecnologias estão sendo usadas para identificar nosso perfil e, assim usar essas informações para fomentar o consumo, seja de pessoas (uso nas campanhas políticas) ou de mercadorias que tenham a ver com nossos interesses. De forma simplificada estamos falando de duas coisas distintas, *Big Data*[3] (a imensidão de dados armazenados) e a comunicação baseada na segmentação de dados (propaganda personalizada).

Alguns esclarecimentos são necessários para que seja possível entender sobre qual é esse método, que está sendo chamado de revolucionário, de comunicação baseada em dados. Quando falamos em *Big Data* nos referimos ao fato de que todos os nossos movimentos digitais *on-line* e *off-line* deixam rastros digitais, como se fossem pegadas. Assim, é necessário levarmos em conta que constantemente estamos produzindo uma infinidade de dados, desde os programas de fidelidade nos quais nos cadastramos, o sensor de movimento do celular que nos mapeia todos os

3 Aqui caberia até um trocadilho: *Big Data* ou *Big Brother*? Numa referência ao livro 1984 de George Orwel cuja história gira em torno do líder chamado Grande Irmão que, por sua vez, a tudo vê e controla.

dias, as compras que fazemos, os sites que visitamos, além das curtidas e compartilhamentos nas redes sociais (Alves, 2017). Estamos constantemente sendo bombardeados com aplicativos que solicitam nossa localização para que possamos utilizá-lo e, ao autorizar o uso de nossos dados as empresas têm acesso a nossos rastros digitais, podendo fazer o uso que desejarem deles.

E como iniciou tudo isso? Talvez uma pista possa vir de um pesquisador chamado Michal Kosinski. Durante muito tempo os *Big Data* foram armazenados, mas não era possível usá-los com alguma finalidade devido a grande quantidade de informações. Porém, a partir dos estudos de alguns pesquisadores entre eles Kosinski o uso dessas informações foi sendo viabilizado. Kosinski é um especialista em psicometria da Universidade de Stanford e fez seu doutorado em Cambridge. A grande descoberta do pesquisador foi utilizar a psicometria como metodologia para trabalhar o grande volume de informações armazenadas.

As pesquisas que contribuíram com a estratégia de Kosinski têm origem na década de 80, quando foi desenvolvido um modelo conhecido como *Big Five* que avalia pessoas baseado em cinco traços de personalidade. Através das dimensões dessa análise se tornou "possível fazer uma avaliação relativamente precisa de qualquer pessoa. Isso inclui necessidades e medos e como eles devem se comportar." (Alves, 2017, para. 7). Contudo, o grande desafio para essa abordagem era a coleta de dados, pois era necessário responder a um questionário complexo e extenso.

Eis então que as pesquisas de Kosinski se detiveram em analisar o grande volume de dados da Internet, mais especificamente o conteúdo das redes sociais, com o objetivo de traçar o perfil das pessoas baseando-se na análise de personalidade *Big Five*. A metodologia é a combinação de dados individuais (curtidas, *posts*, fotos, testes etc.) das redes sociais *Facebook*® ou *Twitter*® que, por sua vez, resultam em leituras altamente precisas sobre os indivíduos. Com apenas alguns cliques qualquer pessoa pode em menos de 5 minutos acessar o site do Centro de Psicometria da Universidade de Cambridge e ter uma previsão de perfil pela Internet baseada nos registros de seu perfil no *Facebook*® ou no *Twitter*®. Além disso, é possível fazer outros testes psicométricos[4].

4 Aqueles que desejarem podem acessar os testes através do link https://applymagicsauce.com/.

Essa metodologia permitiu a criação de perfis psicológicos baseados em dados de acesso às redes sociais dos indivíduos que participaram do estudo. Além disso, tais informações também podem ser utilizadas na busca de perfis específicos (Alves, 2017). A partir de seus estudos, o pesquisador começou a perceber que havia um risco no que seu trabalho estava propondo, desta forma começou a colocar advertências nos testes disponibilizados *on-line*. Podemos pensar que a cautela de Kosinski tem relação com uso que pode ser feito dessas informações advindas das análises dos dados da Internet que, por sua vez, categorizam o sujeito através de uma segmentação de personalidade, conceito que iremos aprofundar mais a frente no texto.

Segundo Alves, os resultados iniciais de uma recente pesquisa de Kosinski em Stanford têm demonstrado a eficácia da segmentação de personalidade. Seria possível atrair

> até 63% mais cliques e 1.400 mais conversões em campanhas no *Facebook* ao combinar produtos e mensagens com a personalidade dos consumidores. Eles ainda demonstram a escalabilidade do método, mostrando que a maioria das páginas de produtos ou marcas no *Facebook* são afetadas pela personalidade. Um grande número de consumidores podem ser segmentados com precisão a partir de uma única página do *Facebook* (Alves, 2017, para. 49).

Qual o risco que podemos perceber a partir disso? Talvez esses dados falem muito mais sobre nós do que nós mesmos temos consciência e paralelamente a isso estas informações estão sendo usadas para influenciar nosso padrão de consumo.

Aliás, as discussões sobre esse tema tomaram uma grande proporção depois da eleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos. O leitor pode estar se perguntando: mas o que a eleição do Presidente norte americano tem a ver com *Big Data*? Isso ocorreu porque ele foi assessorado por uma empresa que trabalha a partir da segmentação de dados, a Cambridge Analytica. Após a vitória de Trump o CEO da empresa, Alexander James Ashburner Nix, divulgou um comunicado de satisfação, pela influência do que chamou de "método revolucionário de comunicação baseada em dados" ter desempenhado um "papel tão importante na vitória extraordinária do Presidente eleito" (Alves, 2017, para. 2). A seguir falaremos mais sobre esta empresa.

A Cambridge Analytica[5]

A partir das informações até aqui apresentadas é possível perceber um lucrativo mercado no qual empresas usam nossas informações para nos influenciar. Podemos dizer então, que nossos rastros na Internet e análises psicométricas se transformaram num bom negócio. E a Cambridge Analytica está ganhando muito com este tipo de negócio. Ela é um dos braços da Strategic Communication Laboratories (SCL) que é "a mãe de um grupo de empresas." (Alves, 2017, para. 19). Conforme informações do site da SCL a empresa tem mais de 25 anos de atuação, estando presente em mais de 60 países, inclusive no Brasil, desde meados de março, através de uma parceria com a consultoria Ponte Estratégia (Brigatto, 2017). Segundo informações do site da SCL seu objetivo é "fornecer dados, análises e estratégias para governos e organizações militares em todo o mundo" através de "programas de mudança comportamental" (SCL Group, 2017, página inicial). Conforme Alves, seu principal produto é um "inovador marketing político, baseado em microsegmentação, para avaliar a personalidade das pessoas a partir de pegadas digitais, tudo baseado no modelo OCEAN." (2017, para. 22).

A empresa de *marketing* Cambridge Analytica surge a partir da parceria estabelecida entre Aleksandr Kogan – pesquisador assistente no então Laboratório em Cambridge de Kosinski – e a SCL. Tal união deu-se após Kogan apresentar o modelo de previsão de personalidade para a SCL (Alves, 2017). Segundo informações do site a empresa atua em duas divisões a Comercial e a Política (Cambridge Analytica, 2017, página inicial). A empresa já teve contratos com o "Ministério das Relações Exteriores para ajudar a combater a propaganda jihadista violenta no Paquistão", com o "Pentágono para realizar pesquisas no Irã e no Iêmen." E em 2015 "garantiu um contrato de US$ 750 mil para ajudar os estados da OTAN a contrariar a propaganda russa". (Doward; Gibbs, 2017, para. 13-14). Até o momento existem dois eventos aos quais a empresa aparece associada, quais sejam a campanha *on-line* pelo *Brexit*, apesar de não ser claro como foi sua participação; e a eleição de Donald Trump, como citamos anteriormente.

5 Na primeira edição desse livro (2017) os autores já questionaram os procedimentos éticos e o risco de invasão da privacidade dos usuários das redes. Em maio de 2018 veio a público o escândalo da Cambridge Analytica que se apropriara de milhões de perfis para campanhas políticas e publicitárias; teve de pedir falência e as multas com indenizações já superam 200 bilhões de dólares.

E como é o funcionamento dessa metodologia de atuação? A estratégia da empresa é baseada nos perfis dos sujeitos utilizando a psicometria ao invés de se nortear por conceitos demográficos, onde os sujeitos recebem a mesma mensagem baseado em seu gênero ou etnia. Segundo Nix o marketing da Cambridge Analytica se baseia na combinação e análise de três elementos: da personalidade através do modelo OCEAN (*Big Five*), de *Big Data*, e a segmentação de seus anúncios (Alves, 2017).

Nesse processo, a Cambridge Analytica compra dados pessoais de diversas fontes (dados de compras etc.), calcula um perfil de personalidade *Big Five* e as informações "... de repente se transformam em pessoas reais com medos, necessidades, interesses e endereços residenciais." (Alves, 2017, para. 33). Através dos filtros que acham necessários conseguem chegar à pessoa que será alvo da propaganda perfeita, uma vez categorizados psicologicamente seu objetivo será causar impacto nesta com sua publicidade super segmentada. Nix acredita que a publicidade conhecida como tradicional está com os dias contados, referindo que seus filhos "certamente nunca, nunca vão entender esse conceito de comunicação de massa" (Alves, 2017, para. 40). Segundo Merker, a empresa promete coletar "... até cinco mil tipos de informação de mais de 220 milhões de americanos e usa mais de 100 variáveis para modelar grupos de audiência e prever o comportamento de pessoas com modo de pensar semelhante." (2017, para. 6).

Assim, voltamos a eleição de Trump, onde a empresa usou essa metodologia para influenciar possíveis eleitores. E a questão que emerge é de onde pode ter surgido esta parceria entre Trump e a empresa? O elo possivelmente é Robert Mercer, que se tornou o maior doador da campanha pela Casa Branca e ao mesmo tempo é um dos investidores da Cambridge Analytica, ou seja, não existem coincidências nesta articulação (Halpern, 2017).

A estratégia adotada na campanha foi a seguinte, a partir das análises de dados os americanos foram divididos em 32 tipos de personalidade. Sendo que, inicialmente a campanha foi focalizada em 17 estados, o que mudou perto do fim quando o foco ficou em Michigan e Wisconsin. A estratégia de *marketing* tinha duas frentes de intervenção, incidir sobre os principais eleitores de Trump e ao mesmo tempo desestimular eleitores de Hillary Clinton de irem às urnas (Alves, 2017). Apesar da empresa não admitir publicamente a segunda frente de intervenção. Alexander Nix foi o responsável pela estratégia digital do então candidato, e disse que "quase

todas as mensagens publicadas por Trump foram baseadas em dados." (Alves, 2017, para. 38).

Agora falando um pouco sobre o *Brexit*, uma minúscula empresa denominada AggregateIQ®, de origem canadense recebeu da SCL 3,5 milhões de libras para trabalhar na campanha em favor do Vote Leave (Doward, Gibbs, 2017). Eis que surge uma ligação com a SCL, a empresa que ajudou na eleição de Trump e que também recebeu contratos no Pentágono e no departamento estadual dos EUA (Cadwalladr, 2017).

Outros tipos de usos das informações

Algo que é importante trazer para a reflexão é que assim como a televisão e o rádio são monopolizadas o comando da Internet também está centralizado nas mãos do *Facebook*® e do *Google*®. A partir desta realidade podemos conjecturar que por trás dessas empresas existem interesses comerciais que são norteados por ideologias (Fachin, 2016).

Não é novidade que a mídia usa de artifícios para manipular opiniões das pessoas de forma geral. Como exemplo, podemos usar todas as estratégias utilizadas pela indústria do cigarro norte-americana para superar o impacto de pesquisas que comprovaram que o produto causava câncer de pulmão, processo que teve início em 1953. Na época a estratégia adotada envolveu desde a produção de pesquisas em outras áreas entendidas como mais interessantes até o levantamento de dúvidas acerca da validade dos estudos (Harford, 2017). Outro exemplo, foi a invasão do Iraque justificada por armas de destruição em massa que, por sua vez, nunca foram encontradas (Priolli, 2017).

Com o passar dos tempos as estratégias vão se diversificando e um fenômeno que temos visto são notícias falsas ou com o objetivo de distrair que viralizam[6] através das redes sociais. Por vezes, por trás desta atitude pode haver um objetivo bem definido. No que se refere às notícias falsas, pesquisas demonstram que alguns mecanismos acabam por potencializar seus efeitos, ou seja, só a simples reprodução[7] de uma notícia falsa reforça sua memorização. Assim, uma mentira simples pode gerar dúvidas, por

6 Termo usado no mundo virtual que designa uma ação na qual algo rapidamente se espalha, por isso a referência ao efeito de um vírus (Dicionário Informal, 2013, "Viralizar").

7 Mesmo que seja para desmenti-la.

outro lado a verdade pode ser ameaçadora. Podemos pensar então que em função do medo subconsciente "vemos o que queremos ver – e rejeitamos fatos que ameaçam nossa visão de quem somos" (Harford, 2017, para. 77). Também há notícias que têm por objetivo fomentar um ambiente de distração, o que está sendo chamado de trivialismo. Um exemplo disso são os posts de 50 centavos através dos quais o governo chinês consegue criar distrações e ao mesmo tempo orientar para onde irá a atenção dos indivíduos (Harford, 2017).

No Brasil, a iniciativa do Grupo de Políticas Públicas em Acesso à Informação (GPoPAI) da Universidade de São Paulo criou o Monitor do Debate Político no Meio Digital. Através do Monitor o grupo de pesquisa monitora as notícias relacionadas à política. A estatística é preocupante, pois 2 entre 10 das notícias mais compartilhadas são falsas, isso numa perspectiva otimista. Sendo que, durante o *impeachment* a proporção caiu para 3 entre 5. Em entrevista o coordenador do Monitor do Debate Político Pablo Ortellado, diz que vivemos um momento de extrema polarização política, sendo necessário desmentir os boatos, pois eles estão formando opinião política mesmo sendo falsos (Canofre, 2017).

Se por um lado surgem as notícias falsas, por outro surgem estratégias para lidar com tais notícias, uma delas é a verificação de dados. Ou seja, algumas organizações estão atuando com a verificação dos dados ou *fact-checking*. Entre estas podemos citar a Full Fact do Reino Unido e a PolitiFact dos Estados Unidos. Além destas existem os sites que se detém em checar os dados, e o que talvez surpreenda o leitor deste artigo é que esta área já existe e se desenvolve há aproximadamente 10 anos (Harford, 2017).

Além das notícias falsas o uso dos dados é preocupante, pois falar em privacidade é impossível quando não existem barreiras legais no Brasil para evitar abusos. Warnes levantou que há empresas utilizando a correspondência de dados para os mais variados fins. Um exemplo, disto é que em 2016 uma instituição de caridade no Reino Unido foi multada por violação da Lei de Proteção de Dados ao filtrar potenciais doadores através da correspondência de dados para bater metas de arrecadação (Warnes, 2017).

Outras plataformas digitais também estão baseando-se no *Big Data* para nortear suas produções, entre elas Netflix®. A empresa está analisando as informações dos usuários para produzir séries de grande sucesso, chegam a analisar cerca de "30 milhões de visualizações por dia para co-

nhecer os gostos de seus assinantes..." (Verdú, 2017, para. 8). É possível personalizar até trailers conforme o perfil de quem assiste.

Uma questão para a qual também precisamos estar atentos é a reprodução de estereótipos na *web*, este que pode ser um dos efeitos colaterais da segmentação de dados. A partir do momento em que temos um perfil traçado, as informações que irão aparecer (propagandas, notícias etc.) são diretamente relacionadas com ele. Isso pode ser um risco porque pode gerar a reprodução de papéis socialmente atribuídos, como por exemplo, a mulher enquanto cuidadora. Umas das empresas especializadas nisso é a Navegg, ela é uma das líderes do setor no Brasil. Oferecem a partir de uma categorização tentar prever comportamentos, bem como usar as informações para agir em outras pessoas com o mesmo perfil. Através do site da empresa os internautas podem verificar qual o seu perfil e ainda manifestar-se caso não queiram mais ser monitorados[8] (Dias, Varon, Teixeira & Felizi, 2017).

E não há fim para o volume de negócios, a MediaBrix/Receptiv®, por exemplo, anuncia em seu site que "... coloca a experiência humana no centro do vídeo móvel no aplicativo para criar um usuário inigualável receptivo e emocionalmente motivado." (Receptiv, 2017, página inicial). O que preocupa é que nossos dados estão sendo usados em larga escala e tais questões pouco tem sido debatidas. Assim, cada vez mais é necessário trazer à tona tais questões para que mais pessoas possam debater e, consequentemente ampliarmos a busca por formas de proteção frente ao uso de nossos dados.

Possibilidades de resistência

É necessário que possamos refletir sobre a influência das redes sociais em nossa vida para criarmos estratégias de resistência. Uma vez que, com o crescimento da importância das questões políticas que se referem à Internet "... cresce, também, a disputa por seu controle. Empresas, governos e sociedade civil disputam as diretrizes que definirão o futuro da *web*." (Fachin, 2016, para. 15). Estamos embrenhados no mundo digital e propor parâmetros de proteção da privacidade torna-se cada vez mais necessário,

8 O site pode ser acessado através do link: https://www.navegg.com/.

principalmente para minimizarmos os riscos de uma relação com as redes sociais altamente voltada para a indução.

Com o intuito de discutir sobre algumas das questões que envolvem a Internet em julho de 2016 foi criada a Coalizão Direitos na Rede. Segundo informações da página inicial do site ela é "... uma rede independente de organizações da sociedade civil, ativistas e acadêmicos em defesa da Internet livre e aberta no Brasil." (Coalizao Direitos na Rede, 2017, página inicial). Sendo seu principal objetivo fomentar a discussão de algumas questões sobre referentes à Internet, entre elas o direito de acesso, a privacidade e a liberdade. A grande questão no que tange a Internet é pensar a forma como os algoritmos podem e estão sendo utilizados, porque pelo que vimos com as pesquisas de Kosinski eles podem nos influenciar e torna-se necessário levar em conta que eles não são neutros, pois "como filmes, textos, imagens e outras produções culturais, os algoritmos trazem concepções, escolhas, visões de mundo." (Fachin, 2016, para. 27).

Outro ponto que merece atenção é referente a necessidade de regulação através de legislações específicas. Atualmente tramitam no Congresso Nacional do Brasil três propostas que se referem ao tema. A que aparentemente tem mais condições de solucionar algumas das questões que temos levantado até aqui é o Projeto de Lei 5276/16 (Dias et al., 2017).

Modificar a forma como acessamos a *web* também pode ser uma alternativa. Quando me refiro à forma estou falando em softwares e redes que possibilitam isso, como o Tor uma ferramenta que permite a navegação anônima. Além disso, atenção para as informações que recebemos e compartilhamos, no intuito de não proliferar notícias falsas, verificar as informações precisa virar um hábito para evitar que sejamos usados como massa de manobra por ideologias implícitas nas informações que viralizam.

É necessário que usos escusos das tecnologias virtuais e de nossos dados, capturados ao navegarmos na *web,* sejam identificados e combatidos. Não podemos ficar suscetíveis a algoritmos obscuros que, por sua vez, são programados por pessoas com suas próprias concepções de mundo. A diversidade de posicionamentos precisa ser garantida ao invés do comportamento de bolha, a partir do qual temos acesso apenas a informações que reforçam nossas concepções. A reflexão crítica emerge a partir do momento em que nos colocamos a pensar a partir de uma perspectiva que não havíamos identificado anteriormente. A contraposição de ideias am-

plia o debate e abre espaço para a diversidade e, por vezes, para reflexões que nos levam à mudanças.

Podemos então dizer que temos vivido uma situação na qual ficamos a mercê das empresas que controlam os fluxos de informações através de algoritmos conforme seus critérios que, por sua vez, são influenciados por seus interesses (Fachin, 2016). E a consequência é que estamos sendo influenciados, é necessário pensar então na questão da transparência dos algoritmos. Assim como temos legislações que reforçam a necessidade da transparência nas contas públicas ao falarmos do Estado precisamos evoluir para a criação de legislações que garantam a transparência em áreas como eleições e segurança pública, é necessário que "... haja transparência nos códigos, que seja adotado o uso de códigos abertos, que possam ser auditados, avaliados, questionados e possam evoluir." (Fachin, 2016, para. 40).

Considerações finais

Então reforçamos que a intenção aqui foi trazer alguns elementos para que fosse possível problematizar os acontecimentos que têm envolvido a pós-verdade e sua relação com as tecnologias digitais. Tais reflexões são imprescindíveis para que seja possível pensar em como criar parâmetros para que a sociedade de uma forma geral não fique tão suscetível à manipulação ostensiva de empresas que operam no mercado que, por sua vez, segue o modelo capitalista baseando-se no consumo. Além disso, precisamos pensar em parâmetros de proteção tanto no que se refere ao funcionamento dos algoritmos quanto as nossas informações que ficam armazenadas em grandes servidores e acabam por ser usadas para fomentar o consumo já direcionando a partir de nossos interesses.

A partir das informações que apresentamos, é evidente que precisamos estar atentos à veracidade das informações, mesmo que sejamos constantemente bombardeados por notícias através das redes sociais (*Facebook*®, *Whatsapp*® etc.). O ato de compartilhar estimulado pelas relações através das redes sociais pode tornar-se automático tamanho a overdose informacional, talvez até fomentando atitudes sem reflexão crítica, ocasionadas por tal excesso de informações. Contudo, compartilhar sem reflexão e verificação da informação pode reforçar estereótipos e a propagação de notícias falsas.

Enfim, precisamos estar atentos no intuito de buscar estratégias de resistência. De modo a fomentar a reflexão crítica no que se refere às consequências políticas e sociais que envolvem os fenômenos aqui relatados. É necessário entender o mercado que funciona por trás das redes sociais onde nós somos o produto. E isso num contexto capitalista onde quanto mais usuários, curtidas e compartilhamentos uma rede social obtiver maior será seu valor de mercado (Evangelista, 2015). Qual a consequência disso? Além de vigiados somos capturados, nosso tempo fica a mercê das novas atualizações de nossa rede de amigos virtuais. Portanto, é necessário que possamos nos deter em estudar tal fenômeno na contemporaneidade para conseguir entender quais seus impactos e consequências.

Ao concluir o presente ensaio espero ter trazido algumas questões que instiguem o leitor à reflexão sobre o tema, onde cada um tem a liberdade para formar suas próprias conclusões.

Carrego comigo um pequeno fragmento de texto que esteve presente em todo este processo e com o qual concluo:

> A caverna é o mundo ao nosso redor, físico, sensível em que as imagens prevalecem sobre os conceitos, formando em nós opiniões por vezes errôneas e equivocadas, (pré-conceitos, pré-juízos). Quando começamos a descobrir a verdade, temos dificuldade para entender e apanhar o real (ofuscamento da visão ao sair da caverna) e para isso, precisamos nos esforçar, estudar, aprender, querer saber. (Cabral, 2017, para. 4).

Referências

Alves, P. (2017, 06 de fevereiro). Big Data: o segredo por trás da eleição de Trump, 2017. In *Showmetech* – Ciência e Tecnologia. Recuperado de https://www.showmetech.com.br/big-data-trump/ Acesso em 05 de maio de 2017.

Behs, E. (2013, 11 de abril). O silencioso comando dos algoritmos. In *IHU Newsletter* – Instituto Humanitas Unisinos. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias-2013/519223-o-silencioso-comando-dos-algoritmos Acesso em 30 de maio de 2017.

Brigatto, G. (2017, 13 de março). Após Trump e Brexit, Cambridge Analytica vai operar no Brasil. In *Valor Econômico*. Recuperado de http://www.valor.com.br/empresas/4896618/apos-trump-e-brexit-cambridge-analytica-vai-operar-no-brasil Acesso em 05 de maio de 2017.

Cabral, J. F P. (s/d). "Mito da caverna de Platão". In *Brasil Escola* – Filosofia. Recuperado de http://brasilescola.uol.com.br/filosofia/mito-caverna-platao.htm Acesso em 05 de maio de 2017.

Cadwalladr, C. (2017, 07 de maio). The great British Brexit robbery: how our democracy was hijacked. In *The Guardian*. Recuperado de https://www.theguardian.com/technology/2017/may/07/the-great-british-brexit-robbery-hijacked-democracy Acesso em 30 de maio de 2017.

Cambridge Analytica. (2017). *Página Inicial.* Disponível em: <https://cambridgeanalytica.org/> Acesso em: 18 jun. 2017.

Canofre, F. (2017, 10 de fevereiro). 'A imprensa precisa ser pautada pelos boatos', afirma Pablo Ortellado, pesquisador que monitora notícias políticas. In *IHU Newsletter* – Instituto Humanitas Unisinos. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/564764-a-imprensa-precisa-ser-pautada-pelos-boatos-afirma-pablo-ortellado-pesquisador-que-monitora-noticias-politicas Acesso em 03 de setembro de 2017.

Coalizao Direitos na Rede. (2017). *Página inicial*. Recuperado de https://direitosnarede.org.br/#section-0 Acesso em 19 de julho de 2017.

Cunha, C. (2017, 04 de janeiro). 'Pós-verdade'. A palavra que definiu 2016. In *IHU Newsletter* – Instituto Humanitas Unisinos. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/563601-pos-verdade-a-palavra-que-definiu-2016 Acesso em 03 de setembro de 2017.

Doward, J.; Gibbs, A. (2017, 4 de março). Did Cambridge Analytica influence the Brexit vote and the US election? In *The Guardian*. Recuperado de https://www.theguardian.com/politics/2017/mar/04/nigel-oakes-cambridge-analytica-what-role-brexit-trump Acesso em 05 de maio de 2017.

Dias, T.; Varon, J.; Teixeira, L.; Felizi, N. (2017, 11 de julho). Como funciona o lucrativo mercado de estereótipos online. In *Motherboard*. Recuperado de https://motherboard.vice.com/pt_br/article/a3djgz/como-funciona-o-lucrativo-mercado-de-estereotipos-online Acesso em 03 de setembro de 2017.

Evangelista, R. (2015, 24 de agosto). A louca lógica do capitalismo de vigilância. In *Outras Palavras*: comunicação compartilhada e pós-capitalismo. Recuperado de http://outraspalavras.net/posts/a-louca-logica-do-capitalismo-de-vigilancia/ Acesso em 30 de maio de 2017.

Fábio, A. C. (2016, 16 de novembro). O que é 'pós-verdade', a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. In *Nexo Jornal*. Recuperado de https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-%C3%A9-%E2%80%98p%C3%B3s-verdade%E2%80%99-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford Acesso em 16 de setembro de 2017.

Fachin, P. (2016, 15 de agosto) Os algoritmos e a política. Nem bons ou ruins, os algoritmos também não são neutros. Entrevista especial com André Pasti e Marina Pita.

In *Revista IHU On-Line*. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/159-entrevistas/558843-os-algoritmos-e-a-politica-nem-bons-ou-ruins-os-algoritmos-tambem-nao-sao-neutros-entrevista-especial-com-andre-pasti-e-marina-pita Acesso em 30 de maio de 2017.

Halpern, S. (2017, 08 de junho). How He Used Facebook to Win. In *The New York Review of Books*. Recuperado de http://www.nybooks.com/articles/2017/06/08/how-trump-used-facebook-to-win/ Acesso em 18 de maio de 2017.

Harford, T. (2017, 10 de março). Na era da pós-verdade, os fatos precisam de defensores. In *Folha de São Paulo*. Recuperado de http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1865256-na-era-da-pos-verdade-os-fatos-precisam-de-defensores.shtml Acesso em 18 de junho de 2017.

Martins, R. (2017, 13 de março). O 'déficit' da Previdência é uma pós-verdade. Entrevista com Eduardo Fagnani. In *IHU Newsletter* – Instituto Humanitas Unisinos. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/565700-o-deficit-da-previdencia-e-uma-pos-verdade-entrevista-com-eduardo-fagnani Acesso em 03 de setembro de 2017.

Merker, J. (2017, 13 de março). Cambridge Analytica terá operação no BR. In *Baguete*. Recuperado de https://www.baguete.com.br/noticias/13/03/2017/cambridge-analytica-tera-operacao-no-br Acesso em 30 de maio de 2017.

Priolli, G. (2017, 13 de janeiro). A era da pós-verdade. In *Carta Capital*. Recuperado de https://www.cartacapital.com.br/revista/933/a-era-da-pos-verdade Acesso em 18 de junho de 2017.

Receptiv. (2017). *Página Inicial.* Recuperado de https://www.receptiv.com/ Acesso em 03 de setembro de 2017.

SCL Group. (2017). *Página Inicial.* Recuperado de https://sclgroup.cc/home Acesso em 18 de junho de 2017.

Verdú, D. (2016, 09 de julho). O gosto na era do algoritmo. In *El País*. Recuperado de http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/07/cultura/1467898058_835206.html Acesso em 09 de julho de 2017.

Dicionário Informal. (2013). "Viralizar". Recuperado de http://www.dicionarioinformal.com.br/viralizar/ Acesso em 18 de junho de 2017.

Warnes, S. (2017, 14 de março). Data-Coincidindo: o que acontece quando as empresas juntar os pontos sobre você?. In *Naked Security by Sophos*. Recuperado de https://nakedsecurity.sophos.com/pt/2017/03/14/data-matching-what-happens-when-firms-join-the-dots-about-you/ Acesso em 30 de maio de 2017.

INTERMEZZO

PÓS-VERDADE: DA TEORIA À PRÁTICA

Aline de Freitas Visentini e Thaís Leobeth

Como vimos, em especial, no Ensaio 4, da primeira parte deste livro, o termo pós-verdade ganhou notoriedade em 2016, quando se percebeu sua intensa utilização a partir da emergência de mobilizações políticas e midiáticas, cujas consequências coadunavam-se com a definição que veio a ser publicada pelo Dicionário Oxford. Essas mobilizações discursivas foram lançadas ao potencial das novas tecnologias de comunicação e informação em contraponto à descrença nos meios de comunicação considerados tradicionais, como jornais impressos e televisão. Conforme o Oxford, pós-verdade trata-se de "um adjetivo definido como 'relativo a ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais'" (English Oxford Living Dictionaries, s.d., "*Word of the Year 2016 is...*", para. 1). Tomamos como destaque a dimensão ética implicada ao significado do termo. Dimensão esta que se constitui a principal implicação de movimentos realizados, recentemente, em alguns países, com episódios determinantes ao futuro das populações envolvidas.

Trata-se de cinco fatos que ganharam a dimensão de acontecimentos midiáticos, cujos alcances extrapolaram o âmbito dos territórios nacionais de origem e repercutiram em todo o mundo, e que configuramos como exemplos clássicos de ações desenvolvidas num contexto pós-verdade. São eles: o *Brexit* no Reino Unido, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no Brasil, o plebiscito do Acordo de Paz na Colômbia, a eleição presidencial de Donald Trump nos Estados Unidos e as eleições para Pre-

sidente em 2018 no Brasil. Os cinco eventos ocorreram em 2016 e 2018. Mais importante que o ano, esses episódios têm em comum estratégias de convencimento do público fundamentadas em notícias falsas, apelo a valores e crenças, uso indiscriminado de novas tecnologias e, inclusive, o aprimoramento desses aparatos visando à conquista de objetivos traçados por agentes desses casos. Até então, estavam em um terreno totalmente inimaginável a saída do Reino Unido da União Europeia, a ascensão de Donald Trump à Casa Branca, a vitória popular do 'não' ao Acordo de Paz que colocaria fim ao estado histórico de violência de guerra vivenciado na Colômbia, e o golpe que tirou da presidência do Brasil a primeira mulher eleita para governar o país. Apesar de alguns analistas já suspeitarem que o Golpe no Brasil teria desdobramentos, não se previam tantas e tão graves intervenções na política brasileira com a prisão de Lula e seu impedimento para que pudesse se candidatar.

Estando o desfecho dos casos condicionado à opinião das populações dos países envolvidos, exceto no caso brasileiro, no qual o legislativo foi o representante, as campanhas atingiram os alvos e, por meios considerados democráticos, os objetivos foram alcançados. O *Brexit* e o Acordo de Paz foram avaliados pelas populações de seus referidos países através de consulta popular. Trump foi vitorioso no processo eleitoral democrático americano. No caso brasileiro, a Presidenta Dilma foi impedida por meio da representação legislativa no Congresso Federal, mas, por trás disso, o que se viu foi um movimento da grande mídia e dos *fake* com empenho contundente em legitimar a decisão legislativa. Nesse sentido, a população brasileira também foi alvo de uma campanha. A principal diferença, nesse caso, foi a ausência de consulta popular.

Os cinco casos possuem, também, o elemento comum da mobilização feita através de campanhas pró e contra as mudanças previstas, o que constitui uma das principais marcas do desenrolar desses fatos. Trata-se de intenso empenho por extrema polarização da opinião pública, com apelo a perspectivas extremistas e essencialmente ampliadoras da compartimentalização da sociedade. Cenários construídos para duas possibilidades: a favor ou contra, de direita ou de esquerda.

Vimos no caso do *Brexit* a votação popular sobre o referendo que previa a saída do Reino Unido da União Europeia dividida entre duas campanhas: pró e contra ('*brexit*' = sair e '*bremain*' = permanecer), pautadas em

crenças de eurocéticos de que a União Europeia tirava possibilidades do Reino Unido, pois trazia imigrantes, além de aumentar o medo de atentados terroristas. Nos Estados Unidos, o quadragésimo quinto Presidente do país foi eleito em um processo dinâmico que se destacou, principalmente, pela campanha ousada do candidato eleito Donald Trump, muitas vezes estruturada em notícias falsas, como o apoio do Papa à campanha, por exemplo, e o fato, anteriormente repercutido, da nacionalidade do ex-Presidente Obama, pondo em dúvidas se era, realmente, americano. Na Colômbia, o duelo, especialmente, marcado pela oposição de um ex-Presidente ao atual, que outrora fora seu companheiro político; a consulta popular para a efetivação do Acordo de Paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), principal guerrilha do país e a mais forte ainda em atividade, e o Governo central colombiano foi marcada por duas históricas bandeiras, que se tornaram conhecidas como a campanha do 'não' e a campanha do 'sim'. E, finalmente, no Brasil, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, arquitetado, incessantemente, pela grande mídia nacional, atrelando a imagem da Presidente a questões de corrupção, com tamanha ênfase midiática que foi possível a construção de um Golpe parlamentar, sem que o povo o considerasse como Golpe, ratificando o ocorrido pelo ódio ao Partido dos Trabalhadores. O que se constatou foi que o Golpe foi apenas o início de um plano bem mais amplo, com claro apoio do exterior, para impossibilitar a eleição do ex-presidente Lula, com o emprego de todos as estratégias possíveis, como se discute no Ensaio 12. Todo este contexto mundial demonstra que a verdade em si deixa de ter importância, se os fatos são, realmente, verdadeiros, pois o que interessa é para que eles servem, e/ou para quais interesses podem servir, agregados de conteúdos advindos dos sentimentos e crenças daquela determinada população, e que uso se pode fazer disso.

Adentraremos, então, na questão empírica da pós-verdade. Nos reportaremos a estes cinco eventos, nos ensaios seguintes, que explicitarão como, realmente, a pós-verdade pode influenciar os fatos. Ações são realizadas a partir do contexto pós-verdade. Esse contexto oferece meios, ferramentas, caminhos, artifícios, recursos. Por exemplo: o alcance e as possibilidades de captação de dados nas novas tecnologias de comunicação e informação; a fragilidade da credibilidade midiática tradicional; a memória dos povos marcada por guerra, morte e injustiça; a confusão social mun-

dial diante de um período que parece ser um processo de mudança para algo que não é possível descrever claramente de forma prévia, mas que, em certo aspecto, prenuncia o agravamento de dilemas da humanidade. Soma-se, ainda, a incredibilidade na superação de dramas sociais; a falta de perspectivas para uma melhora de futuro; a escassez, senão ausência, de figuras públicas as quais as pessoas possam usar como guia ou referência em seus próprios atos tanto a nível pessoal quanto a nível coletivo; a perversa divisão de renda que aumenta diariamente o abismo entre os muito ricos e os muito pobres, e que possibilita aos detentores do Capital o exercício de manobras políticas, econômicas, culturais, religiosas, midiáticas etc. Todos estes constituem elementos contemporâneos à atualidade e contextualizaram alguns dos episódios que marcaram a história em 2016 e 2018, e, principalmente, a vida destas populações.

Por causa desta desesperança, ou até apatia sobre possíveis mudanças, tem havido um movimento inverso quanto ao que poderia se esperar para o futuro. O total descontentamento com o e*stablishment,* a falta de esperança em um futuro melhor que se somam a discursos de ódio, polarizações, extremismos e xenofobia, resulta em um terreno propício para a construção de ideias e ideais por políticos e empresas que, propositalmente, se utilizam deste panorama de "terra arrasada", do medo da necessidade e da violência, para, através das novas tecnologias e perfis sociais da Internet, acessar, mesmo que, através de mentiras e notícias falsas, o que, de alguma forma, passa a fazer sentido para essas populações. É o que, então, essas populações passam a acreditar ser o remédio, amargo, porém, "necessário", para o que, em cada caso específico, está acontecendo, pois, mais do que uma escolha, é uma forma de protesto. No caso brasileiro, é pertinente agregarmos à memória do *impeachment* um de seus pontos mais questionáveis, que foi a crise econômica lançada à população como uma das principais justificativas para a concretização do processo, que hoje podemos considerar um verdadeiro golpe que culminou não só com a prisão do ex-Presidente Lula como o resultado das eleições presidenciais de 2018, o que se analisa no Ensaio 12.

Consoante ao que foi citado até então, e será desdobrado a seguir, referente a estes fatos, a pós-verdade transcende o contexto social e passa à assunção, talvez, do papel principal nos acontecimentos. Nos cinco casos, os desfechos eram considerados improváveis até suas confirmações.

É pertinente refletirmos quais foram as ferramentas utilizadas nas campanhas, a apropriação das tecnologias midiáticas para a coleta de dados acerca dos públicos, bem como para a disseminação de informações falsas e construção de discursos direcionados a alvos específicos. Na tentativa de compreender e refletir sobre esse fenômeno, seguem esses cinco ensaios, cuja abordagem está voltada para a ampliação do significado desses acontecimentos, as raízes desses movimentos contemporâneos e as ferramentas das quais alguns dos principais interessados lançaram uso.

Referência

English Oxford Living Dictionaries. (s.d.). *Word of the Year 2016 is...* Recuperado de https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016. Acesso em 15 de agosto de 2017.

PARTE II
ENSAIOS EMPÍRICOS

ENSAIO 8

O MOVIMENTO "*LEAVE*" – O *BREXIT* NA PÓS-VERDADE

ALINE DE FREITAS VISENTINI E MARIA RITA GUARESCHI PAIVA

Introdução

No presente ensaio, analisaremos um exemplo prático de como a pós-verdade pode atuar nos fatos. Trataremos do Movimento *Leave*, do "*Brexit*", e de como as novas configurações da mídia podem ter influenciado na vitória do Referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, a partir de artigos publicados em jornais brasileiros e internacionais como *The Guardian*, *The Observer*, *BBC*, *The Telegraph*, *The independent*, *The Sun*, Carta Capital, Jornal da USP, *El País* e *Euronews*, assim como de sites de órgãos governamentais e *blogs* de jornalistas especializados no assunto.

Entendemos que a campanha do "*Leave* EU" foi estrategicamente articulada através das novas tecnologias e das redes sociais, principalmente, utilizando-se de dados dos perfis de prováveis eleitores no *Facebook*, contando com o apoio da *Cambridge Analytica*. Uma empresa especializada em fazer a combinação de coleta e análise de dados para a criação de estratégias de comunicação dentro de campanhas políticas. (Faz-se maior discussão das entidades acima citadas no Ensaio 7).

Com as tensões políticas atuais, como a crise migratória na Europa e o aumento do terrorismo, em uma Era onde a tecnologia e a informação andam juntas, foi possível articular uma campanha na qual os argumentos foram estrategicamente planejados conforme aquilo que cada público

eleitor desejava escutar. Visto que, nem sempre foram baseados em fatos comprovados, estando de acordo com as crenças de cada público, com base em dados de seus perfis sociais na Internet. Levando, assim, o Reino Unido à saída do Bloco Europeu, deixando ambos em um panorama incerto e desconhecido.

O que foi o *Brexit*

A expressão *Brexit* segundo jornais como BBC (17/06/2016) e *El País* (27/06/2016), é uma abreviação das palavras em inglês, *Britain* de Grã-Bretanha e *exit*, ou seja, saída, e tratou da saída do Reino Unido da União Europeia através de um Referendo.

Esta terminologia, provavelmente, retoma a expressão utilizada na Grécia em 2012, "*Grexit*", quando houve a discussão sobre uma possível saída da Grécia do euro.

No Reino Unido, então, nomeou-se o *Brexit*, um termo que foi amplamente utilizado para discutir-se o Referendo. Na época, existiu também a expressão oposta "*Bremain*", a qual utilizou a palavra *remain*, permanecer, mas foi bem menos utilizada.

O Referendo do *Brexit* ocorreu no dia 23 de junho de 2016, e a maioria dos seus eleitores votaram pela saída do Reino Unido do Bloco Europeu. No entanto, as tensões entre o país de Isabel II e a União Européia já duram algumas décadas, pois o Reino Unido nunca assumiu, totalmente, uma identidade europeia como fizeram os outros países do Bloco. As crescentes discórdias, a crise econômica, migratória e o aumento do medo do terrorismo foram ganhando espaço nas vidas e no cotidiano dos cidadãos do Reino Unido, fazendo com que a ideia do *Brexit* ganhasse força e, assim, se concretizasse.

Mas por que razões políticas, históricas e sociais tudo isso aconteceu?

A União Europeia foi fundada durante a década de 50, com o objetivo de pôr fim às guerras sangrentas entre os países vizinhos que

deram origem à Segunda Guerra Mundial. A ideia era criar uma união econômica e política entre os países europeus a fim de garantir a paz no continente. Os países fundadores são os também conhecidos como a Europa dos seis: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e os Países Baixos.

O Reino Unido só entrou para a União Europeia, na época chamada de Comunidade Econômica Europeia – CEE, em 1973, junto com a Irlanda e a Dinamarca. A ideia de adesão ao bloco europeu sempre foi um assunto polêmico entre os Britânicos. Na época, o Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) era uma das nações mais pobres entre as principais economias europeias, isto se dava pelo declínio comercial da *Commonwealth*[1] em conseqüência da descolonização do Império Britânico. Os eurocéticos (aqueles que não acreditam no sucesso de uma comunidade europeia, ou que duvidam das boas intenções da mesma) no Reino de Isabel II queixavam-se de que a adesão do Reino Unido aumentaria mais ainda a perda de poder da nação, tendo em vista o crescente federalismo do bloco. Assim, em 1975, logo após a sua entrada na CEE, aconteceu o primeiro referendo, atualmente conhecido como *Brexit*.

Na época, o referendo pela saída ou permanência na CEE teve uma grande participação nas urnas, pois 66% dos eleitores votaram para permanecer na União Europeia, o que coincidia com a vontade da então líder da oposição conservadora Margareth Tatcher.

Em 1986, houve o Ato Único Europeu, no qual os 12 estados membros (na época Espanha, Portugal e Grécia já haviam entrado também), aprovaram a criação de um mercado interno livre e a expansão dos poderes do bloco europeu dentro das políticas monetárias e sociais, nas pesquisas de desenvolvimento tecnológico e ambiental e na cooperação do domínio da política externa. O Reino Unido ficou de acordo com a geração de um potencial econômico, mas descontente com o fato de ter que ceder mais poderes a Bruxelas, capital da União Europeia.

Em 1993, houve o tratado de *Maastricht* em que os cidadãos dos 12 países membros ganharam total liberdade de circulação dentro da União Europeia, e a ideia de uma moeda única foi posta em andamento. O trata-

1 Commonwealth: Uma organização de países independentes que possuem conexões amigáveis e práticas entre si. A maioria destes países faziam parte do antigo Império Britânico.

do de livre circulação é aprovado pelo parlamento do Reino Unido diante de muita polêmica, principalmente da ala conservadora, porém a ideia de uma união monetária é rejeitada. Começam a surgir argumentos por parte dos eurocéticos de que a União Européia estava crescendo demais e exercendo um controle no cotidiano dos britânicos.

Em 2004, dez novos estados aderiram ao bloco europeu, o que aumentou o número de imigrantes em busca de melhores condições dentro do Reino Unido. Este foi um dos principais argumentos dos eurocéticos na campanha do *Brexit* e que fez o debate ganhar força. Em 2006, Nigel Farage, deputado europeu e eurocético, ganhou a liderança do Partido pela Independência do Reino Unido *(*UKIP*)*, que foi um dos "cabeças" no recente referendo pelo *Brexit*. Com a recente crise de migrantes na Europa e o crescente medo do terrorismo "*jihadista*", o partido foi ganhando apoiadores e, em 2014, elegeu seu primeiro deputado dentro do parlamento Inglês.

Em 2010, David Cameron assumiu como primeiro ministro, após ter ocorrido um novo movimento eurocético e antifederalista um ano antes. Com o auge da crise econômica e da crise migratória em 2011, o sentimento antieuropeu já era bem forte na terra de Isabel II, e as relações entre Londres e Bruxelas ficavam cada vez mais tensas. A ideia do *Brexit* começa a ganhar forma. Assim, em 2013, Cameron promete que se seu partido conservador fosse reeleito com maioria dentro do parlamento, ele renegociaria os termos de associação do Reino Unido com a União Europeia. O que era para ser, então, uma forma de pressão sobre Bruxelas, acabou se tornando uma grande oportunidade para os eurocéticos dentro da Grã -Bretanha, e, principalmente, para os ingleses de divulgarem mais a ideia do *Brexit*.

A Escócia respondeu ao apelo de Cameron com um referendo pela sua independência do Reino Unido. Em 2014, os escoceses foram às urnas, porém o "não" ganhou disparado. Também em 2014, acabaram as restrições de trabalho para os cidadãos da Bulgária e da Romênia (membros da UE desde 2007), aumentando em 178 mil o número de imigrantes em um ano dentro do Reino Unido. Com todo este ambiente de tensões, a proposta de saída do bloco teria como argumentos: a defesa da soberania nacional, o orgulho pela identidade britânica, a desconfiança com a burocracia de Bruxelas, o controle de fronteiras e questões de se-

gurança interna e defesa, tendo em vista o crescente número de ataques terroristas na Europa.

Em 2015, os conservadores ganharam as eleições legislativas, e Cameron, então, marca o referendo para 23 de junho de 2016 como prometido.

O Resultado deste segundo referendo, no entanto, foi pela saída do Reino Unido da União Europeia. O *Brexit* recebeu 51,9% dos votos, enquanto 48,1% votaram pela permanência no bloco. Inglaterra e País de Gales apoiaram majoritariamente o *Brexit*, enquanto Londres, Escócia e Irlanda do Norte optaram pela permanência. *(*Guimón, P. e Sahuquillo, R., *El País em* 24/06/2016*)*.

O *Brexit* aconteceu no dia 23 de junho de 2016. Os eleitores responderam à seguinte pergunta na cédula eleitoral: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?". As duas únicas respostas possíveis eram "sair" ou "permanecer". Inicialmente, a pergunta do referendo havia sido: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia?". As opções de resposta eram "Sim" e "Não". Porém, a pergunta foi modificada, pois conforme a comissão eleitoral, poderia induzir para a resposta a favor da permanência.

No Referendo puderam votar os cidadãos, maiores de 18 anos, da Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte. Assim como os cidadãos da *Commonwealth* residentes em Gibraltar e os cidadãos do Reino Unido que residiam no exterior há menos de 15 anos. Os cidadãos do Bloco Europeu residentes no Reino Unido não tiveram o direito de voto. (*El País*, 27/06/2016)

Para que o resultado fosse considerado válido, bastava uma maioria simples, não havendo participação mínima e todos os votos possuíam o mesmo valor. O Resultado do Referendo não era decisivo, podendo o parlamento decidir por si a permanência ou saída do Reino do Bloco Europeu. Porém, especialistas alertaram que desconsiderar a opinião pública, nesse caso, seria suicídio político. (BBC, 17/06/2016)

Após o resultado pelo *Brexit*, David Cameron renuncia, visto que o *premier* havia concordado com a realização do Referendo, porém era a favor da permanência do país no bloco comum. BBC (24/06/2016).

Assume, então, Theresa May, à frente do Partido Conservador, com a missão de colocar em prática o *Brexit*.

"(...) uma mulher assumiu o cargo mais importante do Reino Unido, 26 anos após a saída de Margaret Thatcher. Segundo a BBC, David Cameron entrega hoje sua carta de renúncia à rainha Elizabeth após a vitória, em referendo, da saída do Reino Unido da União Europeia." (Jornal da USP, 13/07/2017)

Questões teóricas que influenciaram o *Brexit*

Na União Europeia, e especificamente, no caso do Reino Unido, houve a crença na crise econômica mundial, na crise migratória, circundadas, ainda, pelo medo do terrorismo crescente. Soma-se a isso a Inter-relação e interdependência dos povos, a globalização e a xenofobia.

Pode-se inferir, também, que alguns antagonismos influenciaram o resultado do referendo.

Houve vitória no interior e perda em Londres. Segundo a *BBC* (24/06/2016), a saída do Reino Unido da União Europeia demonstra a desunião do povo britânico. Foi nas pequenas cidades e nas zonas rurais que o voto pela saída ganhou, diferentemente das grandes como Londres, *Manchester, Bristol, Leicester, Leeds e Liverpool,* foi uma vitória do campo sobre as cidades, devido ao antagonismo de visões, onde quem vive nos grandes centros tem visão mais cosmopolita e globalizada, e quem vive em centros menores e zonas rurais, tem visão mais tradicional.

Ao analisarmos Londres, a capital cosmopolita, jovem, vibrante, podemos entender também o outro antagonismo: A crença dos jovens *versus* a crença dos anciãos.

Em conformidade com Pablo Guimón, no Jornal *El País*, de 30 de maio de 2016, para os jovens a União Europeia era algo certo, uma esperança de futuro referente a emprego e estilo de vida. Ou seja, não foram os jovens quem votaram pela saída, mas serão eles os mais afetados com a mudança. Os jovens não se mobilizaram para votar em comparação aos mais velhos. Poucas semanas antes de ocorrer o referendo, quatro milhões de eleitores jovens não haviam se cadastrado para a votação. Conforme a explicação de um veterano político conservador, como os argumentos econômicos não condiziam, visto que, a União Europeia vislumbrava oportunidades de trabalho e crescimento para os jovens, os defensores da saída se aferraram aos argumentos referentes às cartadas da imigração, da soberania e

da identidade nacional. Todavia, a geração jovem cresceu em um mundo onde a imigração faz parte devido à globalização.

Ainda na edição do *El País*, duas semanas antes da votação, se constatava que a vitória deu-se pela efetivação dos votos dos mais velhos pois, segundo uma pesquisa publicada no *The Telegraph,* o apoio à permanência se consolidava entre os jovens – 75% dos menores de 24 anos e 68% do eleitorado entre 25 e 35 anos – e crescia entre os mais velhos, chegando a 52% entre os maiores de 65 anos. Porém, apenas 55% dos partidários pró UE afirmavam que votariam com certeza, contra 64% dos que apoiavam a saída.

Devido a essa situação de antagonismo ideológico entre os jovens e os mais velhos, houve até campanha na tentativa de aproximar as gerações no panorama político pró UE:

> "'*QUERIDA AVÓ, FALEMOS DA EUROPA'*
>
> *P. G., LONDRES*
>
> '*Querida avó: Posso ir almoçar aí no domingo e falar sobre o meu futuro na UE?' Esse é o texto de cartões postais criados pela campanha pró-permanência para que os jovens as enviem aos seus avós ou pais, e que conversem com eles sobre os motivos pelos quais desejam que o Reino Unido continue na UE. Os partidários do sim apostam não só em mobilizar os jovens para que votem, mas também para que influenciem seus parentes mais velhos a pensarem no futuro dos seus filhos e netos. 'Queremos transformar o europeísmo em algo geracional, no sinal dos tempo', explica um membro da campanha.*" (Guimón. P, *El País*, 30/05/2016)

Contudo, as campanhas não foram suficientes para que os jovens se mobilizassem e votassem, resultando no *Brexit*. Um dia depois da eleição, a constatação dos jovens, conforme a *BBC* (25/06/2016), é que perderam o direito de viver e trabalhar em 27 países.

As formas que a pós-verdade atuou na campanha, o *Facebook* e as novas mídias como instrumentos principais

O *Brexit* teve duas grandes campanhas: A *Leave* , que defendia a saída da União Europeia, e a *Remain*, que defendia a permanência do Reino Unido no Bloco Europeu. Vamos focar aqui nas campanhas pela saída que foram as vencedoras.

Conforme o estrategista da campanha do "*Leave.EU*", Gerry Gunster, o *Facebook* teve grande influência na decisão do referendo. Segundo ele, pôde-se, por exemplo, focar especificamente em pescadores de determinada área do Reino Unido, para que soubessem que se votassem pela saída, poderiam mudar regulações estabelecidas pela indústria da pesca, bem como focar nas pessoas da região das *Midlands* que estavam sofrendo com o fato de ter fechado a fábrica local, podendo mandar mensagem especificamente a eles sem que outras pessoas vissem. O próprio diretor de política do Reino Unido no *Facebook,* Simon Milner, confirmou que profissionais da rede social trabalharam na campanha. Disse que o *Facebook* estava totalmente disponível para ajudar as pessoas com o uso de seus produtos, e que havia profissionais que trabalhavam para auxiliar políticos e governos a fazer seu bom uso. (MacIntyre, D. BBC, 08/05/2017).

Consoante o periódico, um quarto da população mundial usa o *Facebook*, o que inclui 32 milhões de pessoas no Reino Unido, equivalendo quase à metade da população do país.

Muitas pessoas acessam o *Facebook* sem se darem conta de que a rede se tornou uma ferramenta política importante, sendo que os vídeos que aparecem nas suas páginas podem ter sido patrocinados por partidos políticos e/ou candidatos. O periódico ainda traz que o grupo de extrema direita *Britain First* pagou ao *Facebook* para promover seus vídeos, chegando a mais de 1,6 milhões de seguidores do partido.

Damian Collins*,* parlamentar britânico, cobrou responsabilidade do *Facebook*, visto que as emissoras de TV têm regras rígidas quanto a questões de parcialidade, tendo restrições no uso de publicidade, e o *Facebook* é totalmente desregulado. Em contrapartida, o *Facebook* colocou-se comprometido no auxílio do envolvimento cívico e participação eleitoral, visto que contribui no registro de dois milhões de pessoas votantes nas eleições americanas.

Ainda, segundo Carole Cadwalladr, na Carta Capital (13/03/2017), vazaram informações de que Robert Mercer, bilionário dos fundos *Hedge*, um dos maiores financiadores da campanha de Donald Trump nos Estados Unidos, bem como um dos principais financiadores do *site* de notícias, aliado à direita conservadora, *Breitbart News Network* e antigo amigo de Nigel Farage, orientou sua firma de dados a oferecer aconselhamento es-

pecializado à campanha do *Leave*, atingindo assim os eleitores indecisos através do *Facebook*, sendo que esta doação de serviços não fora declarada à Comissão Eleitoral. Conforme Cadwalladr, Andy Wigmore, diretor de comunicação da *Leave.EU*, fez referência à amizade entre os Mercer e Farage, o que o levou a oferecer apoio gratuito à campanha, visto que possuíam os mesmos objetivos. Wigmore apresentou Farage e a *Leave.EU* à *Cambridge Analytica*.

> "A estratégia envolvia colher dados de cidadãos pelo *Facebook* e de outros perfis em redes sociais e usar o aprendizado de máquina[2] para se 'espalhar' por suas redes. Wigmore admitiu que a tecnologia e o nível de informações obtidas eram 'assustadores'. A campanha, afirmou, usou essa informação, combinada com inteligência artificial, para decidir quem visar com publicidade altamente individualizada, e construiu uma base de dados de mais de 1 milhão de indivíduos a partir dos conselhos da Cambridge Analytica". (Carole Cadwalladr, *The Observer* em Carta Capital, 13/03/2017). Em relação a essas estratégias de tecnologia usadas na campanha pode-se ter maior discussão realizada no capítulo quatro.

Os funcionários da *Cambridge Analytica* "ensinaram" como utilizar essa tecnologia aos colaboradores da SCL, *Strategic Communication Laboratories*, uma empresa britânica especializada em estratégias de comunicação em mudança de comportamento humano. A SCL trabalhou na campanha do *Brexit* com o auxílio da *Cambridge Analytica*, sendo esta última uma empresa criada pela própria SCL em 2013. De acordo com *Emma Briant*, uma especialista em propaganda da Universidade de *Sheffield* que escreveu sobre a SCL em seu livro, *Propaganda and Counter-Terrorism: Strategies for Global Change*, a *Cambridge Analytica* possui a tecnologia e o equipamento para provocar as mudanças psicológicas e comportamentais, mas é a SCL que faz todo o planejamento estratégico dentro do mais alto padrão. (Cadwalladr, C. *The Guardian*, 26/02/2017).

2 A capacidade que os computadores têm de aprender sem serem explicitamente programados

Foto retirada do Pinterest: Brexit "Brumpxit"

A campanha da *Leave.EU* também contava com o apoio de três outras campanhas: a Vote *Leave*, que foi nomeada a campanha oficial do *Leave*, e duas campanhas menores que foram: *Veterans for Britain* e a *BeLeave*. De acordo com Carole Cadwalladr em um artigo que escreveu para o jornal inglês *The Observer* (7/05/2017), estas três campanhas também receberam um auxílio indireto da *Cambridge Analytica*. A *ASI Data Science*, uma empresa especializada em ciência de dados, aprendizado de máquinas e inteligência artificial, que tem ligações com a *Cambridge Analytica* repassou 114 mil libras para a *Vote Leave* dos quais esta declarou apenas 71 mil libras à comissão eleitoral. A *Vote Leave* por sua vez, doou 100 mil libras para a Veterans for Britain e 625 mil libras para a *BeLeave*. Este dinheiro todo foi investido na *Aggregate IQ*, uma empresa canadense de análise de dados, cujo IP está sob o nome de Robert Mercer, o mesmo que financiou a campanha de Trump e a *Cambridge Analytica*. Consoante o artigo de Cadwalladr, a *Aggregate IQ* foi a empresa que desenvolveu o *software* para a *Cambridge Analytica*, também criada por Mercer e que guarda toda a base de dados que a *Cambridge Analityca* possui. Esta mesma empresa canadense também recebeu 3,9 milhões de libras da *Vote Leave*. Todas estas campanhas pró *Brexit* investiram na *Aggregate IQ* para que ela fizesse

pesquisas de dados para, então, desenvolver suas campanhas estrategicamente planejadas para cada público alvo que precisavam atingir. Esta, por sua vez, não sendo uma empresa britânica, não poderia ter participado do referendo.

Os principais argumentos das campanhas a favor do *Brexit* foram os custos que a Inglaterra, Escócia e País de Gales tinham com a União Europeia semanalmente, e que poderiam investir este dinheiro no sistema público de saúde, o *National Health Service* – NHS. Também tiveram força os custos que o Reino Unido tinha com o número de imigrantes e refugiados chegando ao país, e que pediam ajuda de custos para o Estado, como moradia e saúde. E, claro, o argumento de que com o aumento da entrada de refugiados, crescem as chances de ataques terroristas dentro do Reino.

De acordo com Ashley Kirk, do jornal *The Telegraph* (13/03/2017), a *Vote Leave* havia afirmado durante sua campanha que a União Europeia custava aos cofres do Reino Unido 350 milhões de libras por semana, quase 20 bilhões de libras por ano. Porém, após a verificação destes cálculos, o jornal afirmou que há um abatimento deste valor que é investido, onde o Reino Unido recebe de volta o valor dentro desta quantia que a União Europeia não investiu dentro da Grã-Bretanha, afirmando que o gasto com o Bloco seria de 160 milhões de libras por semana. A campanha do *Vote Leave* também argumentou que este dinheiro investido nos cofres europeus poderia ser usado para melhorias dentro do sistema público de saúde, NHS.

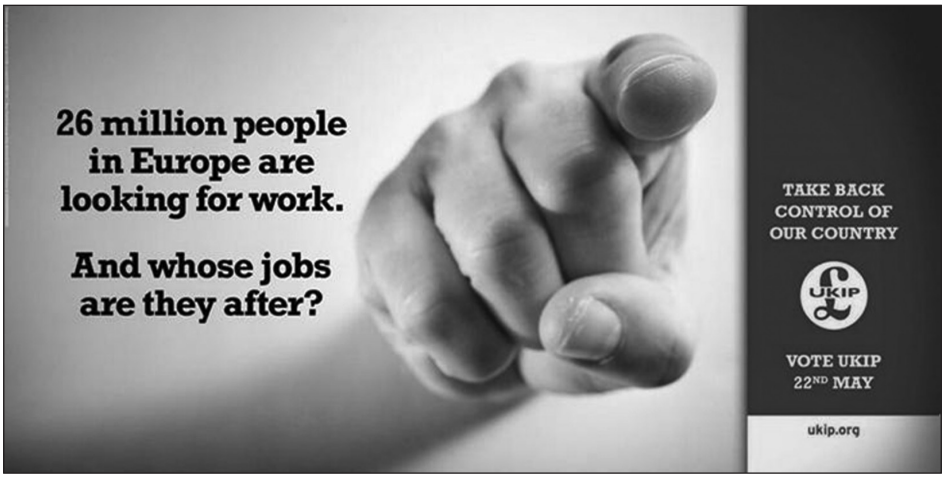
A proposta ficou conhecida através de uma campanha onde um ônibus envelopado com os próprios dizeres desta proposta circulou pelo Reino Unido, onde Boris Johnson, um dos líderes da campanha pró *Brexit*, e Theresa May faziam discursos em favor da campanha.

Porém, conforme Andrew Griffin do jornal *The Independent* (27/06/2017), apenas 11 dias após o referendo, o *site* da *Vote Leave* havia retirado a proposta de investir 350 milhões de libras no NHS e outras propostas sobre acordos e troca, deixando apenas uma mensagem de agradecimento aos seus eleitores. Já Ashley Cowburn do jornal *The Independent* (21/05/2017) divulgou um artigo em que dizia que o partido conservador não havia feito menção alguma sobre a proposta de investir £350m no NHS no seu manifesto com as propostas do *Brexit*, porém quando questionado por uma rede de televisão inglesa, a ITV, o porquê a proposta não constava no manifesto, a primeira ministra britânica, juntamente com Bo-

ris Johnson, parlamentar britânico e um dos líderes da campanha da *Vote Leave*, falsamente afirmaram que a proposta constava sim no manifesto do partido conservador.

Outro grande argumento usado pela *Vote Leave* durante sua campanha foi que o número de imigrantes do Reino Unido estava crescendo muito rapidamente, fazendo com que estes ocupassem vagas de trabalho, deixando muitos cidadãos britânicos sem emprego.

Foto de uma das campanhas do partido Independente do Reino Unido liderado por Niger Frange[3]



De acordo com Ashley Kirk do jornal inglês *The Telegraph* (13/03/2017), Nigel Farage afirmou durante a campanha a favor do *Brexit* que:

> "*It is not good for our quality of life, it is not good for social cohesion in our society, and our population, inexorably headed towards 70 million or 75 million, will not make this a better, richer or happier place to be*". (Kirk, A. apud Farage, N. *The Telegraph*, 13/03/2017, para.31)[4]

Porém, conforme o mesmo artigo, estes são fatos difíceis de se afirmar, pois a população do Reino Unido, atualmente, está em 65 milhões e,

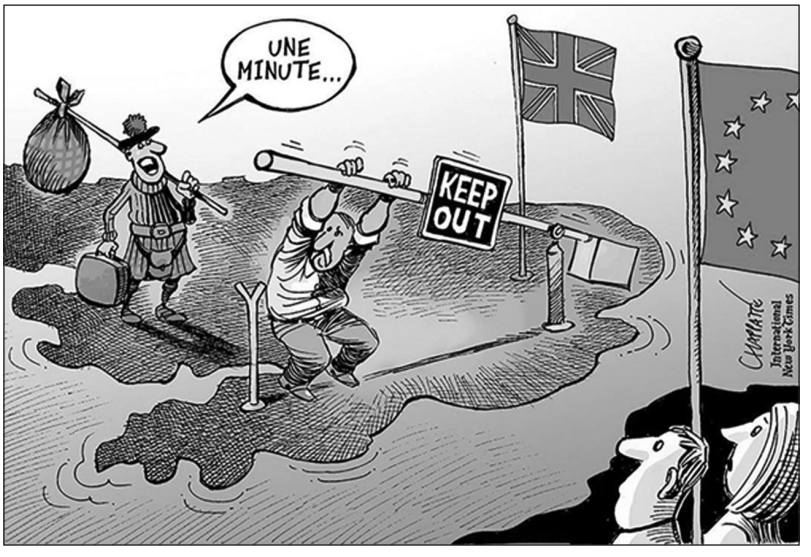
3 "*26 milhões de pessoas estão procurando trabalho na Europa. Adivinha de quem são esses empregos?*" (Tradução livre das autoras).

4 "Não é bom para a nossa qualidade de vida, não é bom para a coesão social em nossa sociedade, e nossa população, inexoravelmente dirigida para 70 milhões ou 75 milhões, não tornará este um lugar melhor, mais rico ou mais feliz para se viver". (Tradução livre das autoras)

de acordo com a afirmação de Nigel Farage, teria a expectativa de alcançar os 70 milhões até 2027, entretanto, o Instituto Nacional de Estatísticas do Reino Unido prevê uma queda no número de imigrantes de 300,000 ao ano para menos de 200,000 a partir de 2020. Fazendo com que a população alcançasse os 70 milhões somente no ano de 2031. (Kirk, A. *The Telegraph*, 13/03/2017).

A previsão feita pelo Instituto Nacional de Estatística começa a se confirmar já no primeiro ano após o *Brexit,* pois, de acordo com o jornal inglês *The Independent* do dia 25 de maio de 2017, a Grã-Bretanha começava a se deparar com a falta de mão de obra por causa do aumento do número de imigrantes europeus deixando o Reino Unido, junto com uma pequena queda no número de turistas no Reino Unido. O Instituto Nacional de Estatísticas do Reino Unido afirmou neste artigo que 117 mil imigrantes deixaram o Reino Unido em 2016, 31,000 a mais do que em 2015. A maior evasão desde 2009.

Foto retirada do The English Blog



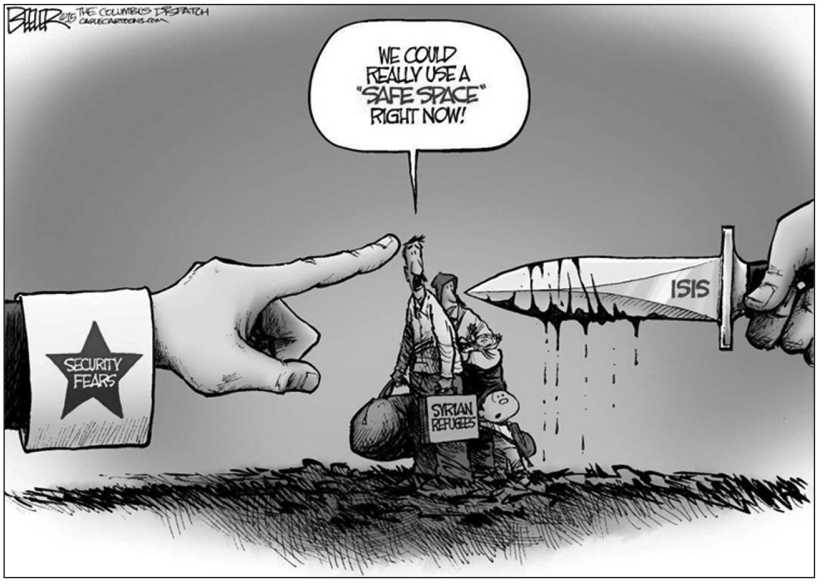
Quanto à previsão de que o aumento do número de imigrantes estava tirando o trabalho de cidadãos britânicos, outra reportagem de Charlie Cooper do jornal *The Independent* de (20/06/2016) mostra que 700,000

imigrantes entraram para o mercado de trabalho no Reino Unido desde 2013, o que coincidiu com um milhão de novos trabalhadores britânicos neste mesmo período. Concluindo assim que tanto cidadãos britânicos, quanto cidadãos europeus estavam se beneficiando. A justificativa para isso em conformidade com a reportagem do *The Telegraph* é de que um número populacional maior requer um maior número de serviços para atender esta população, fazendo com que novas vagas de trabalho sejam geradas para providenciar este atendimento. O que prova que a migração dos cidadãos europeus para o Reino Unido somente ajudou estes quatro países a saírem da recessão econômica. (Cooper, C. *The Independent*, 20/06/2016).

Por último, temos os argumentos de que se o Reino Unido continuasse na União Europeia, haveria um aumento nas chances de ataques terroristas. Segundo Greg Heffer em um artigo do jornal *Express* (23/03/2016), um dia após o atentado no aeroporto de Bruxelas na Bélgica, Boris Johnson, líder da campanha *Vote Leave* afirmou que a União Europeia estava colocando o Reino Unido em grande risco de sofrer um atentado terrorista, pois de acordo com ele, as medidas de segurança que a Suprema Corte de Justiça da União Europeia estava tomando iam contra o modo como o Reino Unido gostaria de controlar suas fronteiras. Também conforme David Wooding do jornal *The Sun* (25/05/2016), Penny Mordaunt, membra do parlamento pelo partido conservador, afirmou que o Reino Unido se tornaria um imã para o terrorismo se permanecesse na União Europeia, pois haveria um aumento no número de imigrantes depois que a Turquia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Albânia se tornassem membros da União Europeia, e isso poderia levar a um aumento de violência no Reino Unido, pois consoante a parlamentar, a taxa de crimes, sequestros e pessoas com porte de armas nestes países é muito mais alta do que na Grã-Bretanha.

Em contrapartida, John Sawer e Jonathan Evans, ex-chefes dos serviços de inteligência britânico (MI6 e MI5) afirmaram que se o Reino Unido deixasse a União Europeia, a segurança britânica ficaria seriamente prejudicada, pois, de acordo com eles, todo e qualquer serviço de inteligência depende da troca de informações com outros países para ser eficiente, e que estas relações poderiam ficar enfraquecidas caso o *Brexit* lograsse êxito. (Sengupta, T. *The Independent*, 31/05/2016).

Imagem: Cartoon carousel-politico.eu



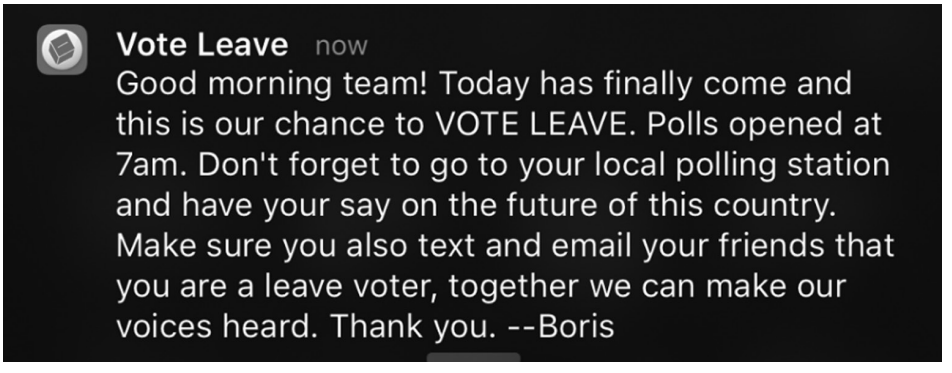
Este último argumento ganha força quando vimos que nem um ano após o referendo do *Brexit*, a Inglaterra sofreu cinco atentados, sendo quatro na cidade de Londres. O primeiro em março quando um carro atropelou cinco pessoas na ponte de *Westminster* em frente ao parlamento, o segundo no início de junho quando outro carro avançou contra pedestres em *London Bridge*, outra ponte famosa da cidade, o terceiro, apenas duas semanas depois, em frente à estação de *Finsbury Park*, zona norte da cidade, onde, mais uma vez, um carro atropelou cinco pedestres e um último em setembro quando uma bomba caseira explodiu dentro de um trem no sudoeste da capital inglesa. Um quinto atentado ocorreu na cidade de *Manchester*, onde uma bomba explodiu durante um show da cantora Ariana Grande. Vale ressaltar que o Reino Unido não sofria atentados terroristas desde julho de 2005, quando explodiram uma bomba em um trem e outra em um ônibus também em Londres.

Os argumentos da campanha da *Leave.EU* foram, em alguns casos, sendo desmascarados com o tempo, tanto por jornalistas, quanto pelos próprios acontecimentos políticos que vieram após o *Brexit*. Assim como muitos dos argumentos usados pela campanha do "*Remain*" se solidificaram após o referendo. Porém, mesmo com uma campanha que é acusada

de ter sido fraudulenta, onde uma grande parte da verba usada não foi declarada, e onde muitos dos argumentos usados foram desconstruídos por autoridades especializadas no assunto durante a campanha, a *Leave. EU* ganhou o referendo.

Ambas as campanhas, tanto a *Leave*, com sua *hashtag #takebackcontrol,* quanto a *Remain* com a *hashtag #strongerineurope* fizeram um grande investimento no *Facebook* para a divulgação de suas campanhas, disseminação de mensagens e, principalmente, coleta de dados de seus respectivos eleitores. Conforme o palestrante da Universidade de *Northumbria* em política e relações internacionais Andrew Mullen, em um artigo publicado em sua página: *Leave or Remain: the digital battle* no site EU *Referendum analysis*, afirma que as duas campanhas investiram milhões de libras no *Facebook* e propagandas online. A página da campanha do *Leave* no *Facebook* tinha 554,297 *likes*, enquanto a página da campanha *Remain* tinha 561,277 *likes*. Conforme o artigo, o partido trabalhista sozinho investiu cerca de um milhão de libras no *Facebook* e campanhas online, que conseguiu atingir 13 milhões de pessoas nesse processo. A UKIP, partido de Nigel Farage e da *Leave.EU* contratou o *Facebook* para divulgar vídeos de Farage fazendo discursos durante sua campanha, estes vídeos foram vistos por milhões de pessoas. Em conformidade com Charlie Cooper do *The Independent*, em 23/06/2016, às 10:55 da manhã, a última pesquisa feita antes do referendo indicava a vitória da campanha *Remain* por dez pontos.

5



5 *Foto:Mensagem enviada por Boris Johnson pelo aplicativo, no dia do referendo, lembrando os usuários de irem votar e de enviarem mensagens à seus amigos para votarem a favor do Brexit.*

De volta ao artigo de Andrew Mullen, em teoria, a campanha pelo *Remain* sempre teve algumas vantagens sobre a campanha do *Leave*. Primeiramente, por ter uma grande parte do apoio dos membros de Estado, tanto do Reino Unido, quanto da União Europeia e, segundo, pelo fato de o primeiro ministro, na época, David Cameron ser a favor da permanência e, assim, direcionar a máquina de comunicação política do Estado a apoiar a campanha do *Remain*. A campanha do *Leave* tinha o apoio de grandes empresários e de alguns políticos isolados, porém não teve o apoio oficial de partidos políticos. Ambas as campanhas estavam, relativamente, iguais em termos de comunicação política, porém a campanha do *Leave* foi muito mais bem sucedida no direcionamento estratégico de seu público alvo em relação às mensagens que passava, devido ao apoio da já citada *Cambridge Analytica*, que possui um *software* muito mais avançado para coleta de dados e direcionamento estratégico, bem como pelo fato de que, pela primeira vez na história das eleições britânicas, a campanha *Leave* desenvolveu um aplicativo interativo para *smartphones* que foi baixado por milhares de pessoas. Neste aplicativo os usuários eram encorajados a enviar mensagens para seus amigos e parentes para o usarem, pedindo, também, permissão para que a *Vote Leave* tivesse acesso aos contatos dos usuários, e, automaticamente, às suas informações. Isto forneceu uma coleta de dados muito mais profunda e valiosa para que os apoiadores do *Leave.EU* disseminassem mensagens a favor do *Brexit*.

Thomas Peters, *CEO* da *ucampaing* no site *Medium Corporation*, em 24/06/2016, conta que no dia 1 de junho de 2016, a campanha oficial do *Leave.EU* contratou 30,000 pessoas para baixarem o aplicativo que foi divulgado via *social media* e *e-mail*. Um exemplo da *Vote Leave* promovendo o aplicativo:

"*Using this will make a huge difference, and will really help the campaign reach every village, town and city across the UK."* [6] (Vote *Leave* em um e-mail para seus apoiadores).

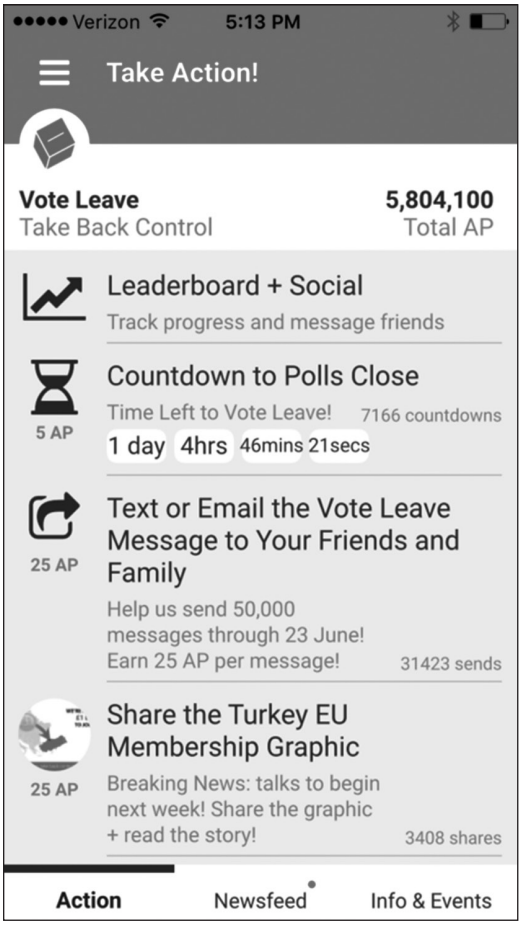
6 Usando isso nós vamos fazer uma grande diferença, e realmente conseguir ajudar a campanha a alcançar cada vila e cidade do Reino Unido.(Tradução livre das autoras).

Foto: Um exemplo da Vote Leave promovendo o aplicativo

O aplicativo servia como uma plataforma pessoal onde cada usuário enviava mensagens para amigos e parentes contando por que estavam votando pela saída no referendo. As mensagens tinham um percentual de 98% de visualização, pois vinham de pessoas conhecidas, o que tornou a mídia mais eficaz do que um simples "compartilhar" no *Facebook*. Outro motivo pelo qual o aplicativo ajudou a campanha do *Leave* foi o fato de ela conseguir chegar em regiões rurais, onde é mais difícil para os políticos alcançarem de "porta em porta".

Os usuários do aplicativo eram constantemente lembrados pelas pessoas da *Leave.EU* de mandarem mensagens através de suas plataformas pessoais. Assim como obtinham sugestões de pessoas da *Leave.EU* sobre artigos e noticias que poderiam dividir com seus amigos e familiares através do aplicativo.

Foto: Página inicial do aplicativo oficial da Vote Leve



Havia também a entrega de prêmios como canecas e camisetas para aqueles que enviassem mais mensagens, a fim de aumentar o engajamento dos usuários com o aplicativo.

Este *software* foi desenvolvido pela *ucampaing*, cujo dono é Thomas Peters, a quem Andrew Mullens entrevistou para escrever seu artigo "*Brexit? There was An App for That*." O aplicativo foi desenvolvido a partir da evolução de uma tecnologia usada para a criação de aplicativos similares usados em outras campanhas.

O objetivo era lançar uma grande quantidade de ações até o dia do referendo, através de muitas mensagens da *Leave.EU* para seu usuários,

e de mensagens pessoais de seus usuários para amigos e parentes, a fim de levar seus apoiadores às urnas no dia 23 convictos de que tinham que sair do Reino Unido, driblando, assim, a pequena diferença de pontos que existia entre as duas campanhas. A campanha com o aplicativo teve duração de 23 dias, porém sua eficácia foi tão grande que o que parecia improvável, de acordo com as pesquisas, se tornou um fato, não deixando dúvidas de que o uso de novas tecnologias junto às mídias sociais são capazes de gerar um universo onde as mensagens de cada campanha são direcionadas para um público cada vez mais segmentado, quase que individual e de uma capacidade de persuasão altíssima, não importando a verossimilidade destes argumentos.

Considerações finais

Assim sendo, como a pós-verdade influenciou o *Brexit* com a vitória do Referendo para a saída do Reino Unido da União Europeia?

Através dos fatores que influenciaram a resposta ao Referendo pela saída do Reino Unido do Bloco, é possível pensar que houve a articulação da Campanha pelo "sair" com tudo o que os eleitores simpatizantes acreditavam.

O jornalista Alex Grijelmo (2017) discute algumas estratégias ideológicas que podem ser identificadas nos artigos e comentários que foram escritos nesse contexto pós-verdade, principalmente a respeito dos exemplos que analisamos nesta publicação. Privilegiamos aqui algumas delas empregadas nas propostas citadas pela campanha do *Leave*.

Uma das principais aparecia quando era argumentado que, com a saída da União Europeia, o Reino Unido economizaria 350 milhões de libras por semana, e que essa quantia seria dada ao Serviço Nacional de Saúde – NHS. Podemos identificar aqui uma técnica ideológica que Grijelmo define como estratégia de *insinuação*, onde nem todos os dados são falsos, mas existe a omissão de certos fatos que insinuam uma "verdade" apenas em parte, pois diferentemente do que era afirmado, omitia-se o fato de que o Reino Unido recebe de volta grande parte desse dinheiro investido na UE; ou seja, o gasto do Reino Unido com a União Europeia é, na verdade, de 160 milhões de libras por semana, menos da metade do valor afirmado pela campanha do *Leave*.

Outro exemplo de *insinuação* usado pela campanha a favor do *Brexit* registrou-se quando a UKIP *(United Kingdom Independent Party),* partido que apoiou a campanha do *Leave,* fez uso de uma propaganda onde se afirmava que 26 milhões de europeus estavam em busca de trabalho no Reino Unido e perguntava: "adivinha de quem são estes empregos?" *Insinuava*, com isso, que os cidadãos britânicos poderiam perder vagas de trabalho para os imigrantes europeus. Mais uma vez omitiam-se fatos citados por jornais que comprovavam que, tanto os cidadãos europeus, quanto os cidadãos britânicos, estavam sendo empregados, também pelo simples fato de que o aumento da população imigratória gerava, igualmente, a necessidade de mais empregos para atender este maior número de pessoas.

Quanto à questão do terrorismo, pode-se dizer que muitos dos argumentos usados partiam do pressuposto de que muçulmanos e árabes estavam envolvidos com o terrorismo, disseminando uma cultura de medo e preconceito contra esta população. Essa imagem vinha sendo trabalhada por diversos governos desde os ataques de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Desse modo, qualquer argumento que falasse sobre refugiados sírios querendo entrar no Reino Unido deixava, automaticamente, subentendida a idéia de terrorismo. Esta estratégia ideológica é denominada de *Pressuposição* e *Subentendido* e se constitui em assumir algo como certo, sem questionar os pressupostos implícitos à questão. Pois não se pode dizer que não houve ataques terroristas por grupos do Oriente Médio na Grã-Bretanha, porém não se pode afirmar que todo sírio ou muçulmano pedindo refúgio ao Reino Unido seja terrorista. O mesmo se pode afirmar a respeito de pessoas que vivem no Leste Europeu: uma parlamentar britânica afirmou que se habitantes de determinados países migrassem ao Reino Unido, o índice de violência aumentaria, pois estes países têm taxas de violência muito maiores do que os países do *Brexit*. Ainda mais: esta pressuposição de que o Leste Europeu é violento deixa subentendido que os imigrantes destes países que se mudarem para a Grã-Bretanha seriam também violentos, uma generalização que não pode ser comprovada.

Estas estratégias ideológicas são cada vez mais comuns dentro de um contexto pós-verdade, pois, de acordo com o Grijelmo (2017), a mentira sempre é arriscada e requer formas muito potentes para sustentar-se; assim o uso dessas técnicas fazem as mentiras serem mais eficazes, principalmente ao mostrar apenas uma parte e omitindo outras igualmente

verdadeiras. São assim criados pressupostos e insinuações que favorecem os argumentos dos que têm interesse em defender suas ideias.

Segundo Grijelmo (2017) "a era da pós-verdade é na realidade a era do engano e da mentira, mas a novidade associada a esse neologismo consiste na popularização das crenças 'falsas' e na facilidade para fazer com que os boatos prosperem." Neste caso, milhões de britânicos acreditavam que com o resultado do *Brexit* o Serviço Nacional de Saúde teria por semana 350 milhões de libras (1,4 bilhão de reais) adicionais. O que logo após o resultado do referendo pôde ser constatado que não ocorreria. Assim como se utilizou o ambiente do medo do terrorismo e da xenofobia com a crise migratória. Houve manipulação dos eleitores através de suas crenças.

Todavia, foram os eleitores mais velhos, descrentes na União Europeia e agarrados a uma ideia conservadora e tradicional de Reino Unido que optaram pela saída. Foi a descrença dos eurocéticos em um panorama de insegurança e crise política, econômica e social que permitiu a criação de campanhas pautadas no medo. Foi a ameaça de uma Europa única, sem fronteiras fechadas, com a livre circulação dos povos europeus, de seus problemas de imigração, de falta de emprego, de crise de saúde, de terrorismo que favoreceu os criadores dessa campanha pelo *Brexit*.

A decisão pela saída trouxe à tona o descontentamento com o *establishment* político da maioria dos votantes. Porém, não necessariamente, da maioria da população do Reino Unido.

Em conformidade com Zygmunt Bauman, há um colapso na confiança do *establishment* político em todo o mundo desenvolvido e isto afetou na escolha do Referendo do *Brexit*. Pode ter ocorrido com o referendo uma forma de expressão dos eleitores devido à completa frustração com a elite política, uma descarga de emoção, uma oportunidade de desabafo.

O autor traz a expressão "Retrotopia", que se refere ao fato do futuro ser um lugar desconhecido, incerto e não de esperança. Ele alerta: "estamos involuindo de uma crença tola no futuro para a mistificação infantil do passado". Podemos entender que esse fenômeno pode ter feito parte do momento do *Brexit*. Consoante o autor, no caso do Reino Unido, nesse futuro incerto estaria a falta de oportunidades, a escassez de empregos, a queda de renda. "O futuro é um lugar decepcionante para depositar esperanças". (Martins. A, Outras Palavras em Instituto Humanitas, 09/05/2017).

Contudo, é imprescindível pensar na população que não votou, na população jovem que depositava na idéia da União Europeia seu futuro.

Houve, provavelmente, um grande direcionamento de campanha aos grupos efetivamente votantes através das mídias sociais, das mensagens que chegavam aos seus perfis, influenciadas pela análise de seus dados, de suas ideias, do que tinham medo e no que acreditavam.

Muitos jovens publicaram sua indignação com o resultado do referendo em suas contas do *Twitter* após a votação, o que pode ser exemplificado pelas seguintes publicações: "'O destino do nosso país foi decidido por pessoas que anseiam por um passado que nunca existiu e criaram um futuro que é sombrio #*NotInMyName*', escreveu *Rebecca W (@ReallyWe)*. 'Uma geração de visões obsoletas custou o meu futuro e o de cada jovem, mas morrerá antes de ver as conseqüências #*NotInMyName*', disse *Jake Upton (@ UptonJake1)*. 'Acontece que os aposentados odeiam mais os 'imigrantes' do que amam seus netos #WhatHaveWeDone #*NotMyVote*'." E a principal *hashtag* utilizada naquele momento foi: " #*NotInMyName*".

Not in my name, "não em meu nome". Talvez, para além da manipulação das mídias, da articulação de campanhas políticas milionárias voltadas para a segregação e interesses próprios, pode-se haver uma esperança de futuro pautado na ética, e/ou, quem sabe, na visão cosmopolita e englobadora dos jovens.

Post-scriptum
Um *BREXIT* entre conflitos e tribulações

Mais de dois anos se passaram da votação do Referendo do *Brexit* e muito aconteceu no panorama político do Reino Unido, e muito ainda está por acontecer. Nesse *post-scriptum* queremos apenas mostrar as turbulências e os conflitos que sucederam a uma decisão que, como muitos já previam, foi tomada de maneira não suficientemente discutida e amadurecida, ao embalo de meias verdades e *fakenews*. No ensaio acima procuramos mostrar que a pequena diferença na votação decisiva pode muito bem ser atribuída à influência das mídias e ao emprego de estereótipos negativos contra possíveis imigrantes para o Reino Unido e ao ressurgimento de sentimentos conservadores por parte dos mais velhos, que votaram majoritariamente em favor *Brexit*. No que segue apenas elencamos alguns fatos políticos que se sucederam, tentando mostrar o

que pode acontecer de uma decisão mal refletida, levada por crenças e sentimentos interesseiros.

O Referendo foi a 23 de junho de 2016 e David Cameron, então primeiro ministro, renuncia no dia seguinte, assumindo Theresa May. O *Great Repeal Bill* validou as leis da Comunidade Européia o Reino Unido, garantindo que as empresas, os negócios e os direitos dos imigrantes não mudassem do dia para a noite. Foi dado ao Parlamento o prazo até março de 2017 para adaptar as leis.

Começaram então os imprevistos. O mais sério, que ainda está em discussão, refere à soma total que o Reino Unido deverá pagar à União Européia pela sua saída. Esse valor foi alvo de muita discussão durante estes dois anos de negociações que sucederam. Hoje, depois de muitas propostas e apesar de o valor nunca ter sido oficialmente publicado, estima-se que esteja entre 40 bilhões de Euros.

As discussões políticas começaram, marcando-se a data de saída oficial para março de 2019, sendo depois adiada por três vezes para a então data atual no dia 31 de outubro de 2019.

Existe, ainda, a questão das fronteiras das Irlandas, com o surgimento de questões sensíveis pela história de guerra e busca de independência que perdura entre as Irlandas e também entre a Irlanda e o Reino Unido. Mas a questão que mais está causando problemas é se haverá um Brexit sem acordo, isto é, o Reino Unido deixaria a União Européia sem qualquer tipo de acordo no que diz respeito às relações políticas e econômicas com sérias consequências, como reintrodução do controle de imigração de cidadãos europeus no Reino Unido, prejuízo para empresas européias e do Reino Unido, falta de consenso sobre a fronteira entre as Irlandas, entre outras.

Nas discussões na Casa dos Comuns Theresa May sofreu várias derrotas até renunciar a 7 de junho de 2019, assumindo a liderança Boris Johnson, tornando-se Primeiro Ministro e comprometendo-se com a data da saída de 31 de outubro, e não descartando a possibilidade de uma saída sem acordo. Sua estratégia de impedir um *Brexit* sem acordo não foi bem sucedida e o projeto de Boris Johnson foi suspenso. Ele apela para um plebiscito, mas a proposta não foi aprovada.

Após tantas idas e vindas, não se sabe ainda o que irá acontecer até dia 31 de outubro, e qual será o desfecho do *Brexit*. O que se pode perceber é que dentro deste panorama incerto de acordo e não acordo, estão em jogo, além das questões financeiras, políticas e de fronteiras referentes

ao Reino Unido e à União Européia, também as questões humanas, concernentes às pessoas que fazem parte de todas estas comunidade envolvidas, sejam elas britânicas ou não. Quem viver verá.

De qualquer modo, o *affair Brexit* pode servir de exemplo de um projeto que foi, até certo ponto, criado e insuflado por mecanismos midiáticos que não deram espaço a discussões mais sérias e maduras. Cremos que esse episódio pode servir de exemplo de como as mídias sociais podem favorecer decisões políticas precipitadas que podem leva a consequências também econômicas e sociais.

Referências

BBC Brasil. (2016, junho 25) A reação dos jovens pela saída do Reino Unido da UE: "perdemos o direito de viver e trabalhar em 27 países". Recuperado de http://www.bbc.com/ portuguese/brasil-36631877 Acesso em 16 de junho de 2017.

BBC Brasil. (2016, junho 24) Moradores de Londres reagem a plebiscito com pedido por independência da cidade nas redes sociais. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36619637 Acesso em 27 de junho de 2017.

BBC Brasil. (2016, junho 17) O que é 'Brexit' – e como pode afetar o Reino Unido e a União Europeia?. Recuperado de http://www.bbc.cointernacional-36555376m/portuguese/ Acesso em 16 de junho de 2017.

BBC Brasil. (2016, junho 24) Premiê britânico anuncia renúncia após Reino Unido votar por saída da União Europeia. Recuperado de www.bbc.com/portuguese/brasil-36613880 Acesso em 17 de junho de 2017.

Cadwalladr, C. (2017, março 13) Robert Mercer, o bilionário por trás do Brexit, Carta Capital, https://www.cartacapital.com.br/revista/942/o-bilionario-por- tras-da-ruptura Acesso em 16 de junho de 2017.

Cadwalladr, C. (2017, February 26) Robert Mercer: the big data billionaire waging war on mainstream media, *The Guardian*, https://www.theguardian. com › Politics › US politics Acesso em 19 de agosto de 2017.

Cadwalladr, C. (2017, May 07) The great British Brexit robbery: how our democracy was hijacked. *The Observer.* Recuperado de https://www.theguardian.com › Technology › Data protection Acesso em 19 de agosto de 2017.

Cooper, C. (2016, June 20) EU Referendum: Immigration and Brexit – what lies have been spread?. *The Independent.* Recuperado de www.independent.co.uk › News › UK › UK Politics Acesso em 19 de agosto de 2017.

Cooper, C. (2016, June 23) Eu Referendum: Final polls show Remain with edge over Brexit. *The Independent*. Recuperado de www.independent.co.uk › News › UK › UK Politics Acesso em 25 de setembro de 2017.

Cowburn, A. (2017, May 21) Boris Johnson falsely claims £350m for NHS after Brexit ple- dge is in the Conservative Manifesto. *The Independent*. Recuperado de www. independent.co.uk › News › UK › UK Politics Acesso em 19 de agosto de 2017.

El País. (2016, junho 27) O que é o 'Brexit'?. Recuperado de https://brasil.elpais.com/bra- sil/2016/06/15/internacional/1465985703_933248.html Acesso em 15 de junho de 2017.

Griffin, A. (2016, June 27) Brexit: Vote Leave jipes £350m claim and rest of its website af- ter EU referendum. *The Independent*. Recuperado de www.independent.co.uk › News › UK › Home News Acesso em 19 de agosto de 2017.

Grijelmo, A. (2017, agosto 28) A arte de manipular multidões, *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/22/opinion/1503395946_889112.html?id_ex- terno_rsoc=FB_CC Acesso em 25 de setembro de 2017.

Guimón, P. (2016, junho 24) 'Brexit' vence e Reino Unido deixará a União Europeia. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/internacional/1466741749_403437.html Acesso em 26 de junho de 2017.

Guimón, P. (2016, maio 30) Referendo no Reino Unido: mais jovens querem ficar na UE; mais velhos apoiam saída. *El País*. Recuperado de https://brasil.elpais.com/bra- sil/2016/05/28/internacional/1464449020_948036.html Acesso em 27 de junho de 2017

Jornal da USP. (2016, julho 13) Theresa May assume cargo de premiê do Reino Unido. Recuperado de http://jornal.usp.br/atualidades/theresa-may-assume-cargo-de-premie- do-reino-unido/ Acesso em 26 de junho de 2017.

Kirk, A. (2017, March 13) EU referendum: the claims that won it for Brexit, fact checked. *The Telegraph*. Recuperado de www.telegraph.co.uk › News Acesso em 19 de agosto de 2017.

MacIntyre, D. (2017, maio 8), Do Brexit a Trump: como o Facebook pode estar se tornando decisivo em eleições. *BBC Panorama*. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/geral-39842815

Marques, F. (2016, junho 23) #Brexit: Uma história de amor-ódio entre o Reino Unido e a União Europeia,. *Euronews*. Recuperado de pt.euronews.com › Notícias › Mundo Acesso em 13 de julho de 2017.

Martins, A. (2017, maio 9), Bauman: assim chegamos à Retrotopia, *Outras Palavras em Instituto Humanitas*. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/567419-bauman-assim-chegamos-a-retrotopia Acesso em 16 de junho de 2017.

Mullen, A. (2016) EU Referendum Analysis 2016: Leave versus Remain: the digital battle. www.referendeumanalysis.eu Acesso em 25 de agosto de 2017.

Peters, T. (2016, June 24) Brexit? There was an App for That. *Medium*. Recuperado de https://.mediumcom/@uCampaignapp/brexit-there-was-an-app-for-that-57d1d658b4f1 Acesso em 25 de agosto de 2017.

Sengupta, K. (2016, May 31) Will Brexit make the UK more or less safe?. *The Independent*. Recuperado de www.independent.co.uk › News › UK › UK Politics Acesso em 19 de agosto de 2017.

Site da União Europeia. https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt, Acesso em 13 de julho de 2017.

Stone, J. (2017, May 25) Fears for economy as number of EU migrants leaving Brexit Britain surges. *The Independent*. Recuperado de www.independent.co.uk › News › UK › UK Politics Acesso em 19 de agosto de 2017.

Wooding, D. (2016, May 21) BREXIT PENNYS WARNING Britain will be magnet for terrorists if we remain in EU, claims minister. *The Sun*. Recuperado de https://www. thesun.co.uk/news/1198591/eu-is-terrorist-magnet/ Acesso em 19 de agosto de 2017.

ENSAIO 9

"NÃO" AO ACORDO DE PAZ: A COLÔMBIA NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE

JEAN FELIPE ROSSATO E THAÍS LEOBETH

Introdução

A realidade contemporânea da Colômbia configura um reflexo dos conflitos históricos entre o governo central e governos paralelos, organizados por líderes de guerrilhas. Podemos considerar que, pelo menos, quatro discursos ganharam destaque na formação da opinião pública em torno do processo de Acordo de Paz avaliado em consulta popular em 2016: o Governo, a oposição, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – principal grupo guerrilheiro em atividade – e a população em geral. Por parte do governo, o desafio de se articular a partir de uma longa jornada de história política polarizada, com consequências drásticas na estabilidade social. Da oposição, a campanha do ex-Presidente Álvaro Uribe contra as proposições de paz do Presidente Juan Manuel Santos, atores políticos que num passado recente estiveram do mesmo lado. No contexto das FARC, a dedicação a mais de cinquenta anos de guerrilha, de investimento na conquista política, mas também de desgaste pelas variações ideológicas e a necessidade de adaptação a um novo tempo no qual a antiga fórmula já não possui grande adesão. Da população, a memória da violência que perpassou gerações, a recor-

dação de acordos frustrados, instabilidade e insegurança em todos os âmbitos de uma sociedade.

A conjuntura acima descrita constitui um cenário característico de pós-verdade. O caso colombiano é um exemplo emblemático de mobilização midiática e convencimento das pessoas por meio do apelo à emoção e a crenças pessoais, no qual fatos objetivos tendem a não ter tanta relevância em meio ao bombardeamento de mensagens que parecem distorcer a realidade dos fatos.

Para observar esse fenômeno, procuramos aqui analisar os discursos pró e contra o Acordo de Paz na Colômbia, em função do plebiscito realizado em outubro de 2016 no país. O estudo centra-se nas mensagens materializadas no ambiente digital, particularmente no *Twitter*, disseminadas por coletivos, grupos e agentes identificados na arena política. Além de elencar os perfis dos principais *players* relacionados ao caso – o Governo Colombiano, na figura do Preseidente Juan Manuel Santos, e o líder de oposição ao Acordo, o ex-Presidente Álvaro Uribe –, como técnica de coleta de dados, empregamos a pesquisa pelas *hashtags* #*HayAcuerdoHayPaz* e #*HagaHistoriaVoteNo*.

Assim, para isso, este artigo, procura, inicialmente, apresentar alguns fatores que explicam a origem dos conflitos, bem como momentos que marcam a história política do país e a atuação das guerrilhas. Posteriormente, trazemos a conjuntura do atual Acordo de Paz, explicitando os principais agentes públicos envolvidos, alguns termos do acordo, seguido da identificação e descrição de algumas mensagens (pró e contra) mapeadas no *Twitter* de agosto a outubro de 2016. Por fim, analisamos esses materiais sob a perspectiva da pós-verdade e identificamos fatores que podem ter levado à vitória do "não" no plebiscito do Acordo de Paz.

Origens dos conflitos

Localizada no noroeste da América do Sul, a Colômbia possui extensão territorial de 1.141.750 km², cuja localização e dimensão lhe confere fronteira com cinco países – Brasil, Equador, Panamá, Peru e Venezuela –, e ainda costa litorânea para os oceanos Pacífico e Atlântico. A população é de cerca de 48.200 milhões de pessoas, sendo 8 milhões delas habitantes

da capital Bogotá. Embora receba cerca de 2,5 milhões de turistas por ano, que vão em busca da natureza exuberante e de peculiaridades culturais, o país é conhecido mundialmente pela violência e pelo narcotráfico mantidos principalmente por guerrilhas, que há mais de cinquenta anos exercem um poder paralelo ao Governo Central.

Os conflitos contemporâneos possuem origens que remetem à descoberta do território pelos europeus e às consequências da presença destes, bem como a momentos mais recentes, especialmente do século XX. Habitada por povos indígenas nativos até 1499, quando chegaram os primeiros colonizadores, a Colômbia, assim como outros espaços da América Latina, sofreu os impactos do processo de colonização. Um deles se caracterizou em três séculos de exploração, voltados à produção agrícola para exportação, que levou ao surgimento de movimentos em prol da independência, no início do século XIX. Ações essas que culminaram na proclamação em 20 de julho de 1810, mas que se consolidou com Simón Bolívar somente em 07 de julho de 1819. Esse percurso foi marcado por lutas violentas e mortes, cuja experiência contribuiu para o nascimento da associação de violência à política no imaginário da população, que assimilou a primeira como ferramenta de batalha social da segunda (Nobre, 2016).

Outro fator que contribuiu para a origem do cenário conflituoso é a característica geográfica, que segmenta o país em três espaços distintos. Dividido por três cordilheiras, o território colombiano possui planícies tropicais cortadas por rios, áreas de densas florestas e outras de reservas petrolíferas. Por ser a região propícia à agricultura, as planícies começaram a ser intensamente disputadas a partir do início do século XX, pois até então eram consideradas territórios livres. O surgimento de latifúndios gerou mobilizações e enfrentamento por parte de pequenos camponeses, e com isso se instaurou uma dinâmica de ocupação e desocupação de terras tomadas pelos grandes senhores. Esse movimento teve duas consequências: por um lado, resistência e luta, e, por outro, o deslocamento de pequenos camponeses para regiões marginalizadas nos centros urbanos, locais esses onde já se desenvolvia um fenômeno de estabelecimento de autoridades próprias, desvinculadas ao poder do governo central colombiano. A legitimidade com que esses poderes independentes já atuavam nessa época reforçou o sentimento de ausência de identidade nacional e de um governo central representante de todos. Distribuídos e distantes

dentro do próprio país, os colombianos passaram a vivenciar um estado de dicotomia entre o poder local e o nacional (Nobre, 2016). Portanto, a origem dos conflitos na Colômbia e o abismo entre Estado e população estão diretamente relacionados a esses fatos.

Os cenários descritos instigaram à criação dos primeiros movimentos revolucionários, organizações de grupo e sindicatos. Mobilizações políticas e ações com uso de armas em todo o país começaram a eclodir numa série de fatos que foram determinantes na manutenção dos conflitos. Um expoente desse fenômeno foi o Partido Comunista. Criado em 1930, o partido se solidificou e encontrou nos camponeses o público apto a levantar sua bandeira. No alto da efervescência da crise política e social do país, o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, em 09 de abril de 1948, representou a efetivação de um novo ciclo de violência. O período conhecido como *La Violencia* durou cerca de quinze anos. Considerada uma guerra civil, foi consequência das divergências entre os partidos Conservador e Liberal e também reação à morte do líder popular Gaitán (Pécaut, 2010).

Com o propósito de uma trégua na guerra entre os partidos, em 1958 foi lançada a Frente Nacional. Submetida a um referendo, na qual obteve aprovação de mais de 90% dos votantes, a nova fórmula de administração do país era uma iniciativa das elites dos Partidos Conservador e Liberal. A Frente Nacional previa rotatividade na presidência, representação igual a ambos os partidos no Congresso Nacional, bem como a divisão dos cargos governamentais, distribuição paritária de todos os empregos públicos, incluindo os de maior prestígio até os mais humildes. Inicialmente prevista para durar dezesseis anos, passou dos trinta, tornando-se um marco no âmbito da estabilidade institucional da Colômbia. No entanto, apesar da surpreendente longevidade, representou um atraso para o país, pois este se estagnou econômica e socialmente. E já nos primeiros anos de aplicação foram retomadas intensas mobilizações revolucionárias. O Partido Comunista voltou a ter existência legal e, em 1961, os comunistas começaram a movimentar-se novamente, visando agir contra o regime estabelecido (Pécaut, 2010).

Nessa mesma época, a Frente Nacional passou a considerar as zonas de autodefesa como repúblicas independentes e organizou-se para desarticulá-las. Em 1964, a zona de autodefesa conhecida como Marquetalia recebeu intervenção militar com bombardeio. No episódio, grande

parte dos combatentes, juntamente com suas famílias, conseguiram retirar-se para outras regiões ainda em processo de colonização. No entanto, conforme Pécaut (2010, p. 28), "a vitória do Exército sobre as repúblicas independentes, para as futuras FARC, constituiu o início de uma nova guerra". A reação ao fato descrito deu-se em formato de lançamento de uma guerrilha revolucionária, a partir da criação do chamado Bloco Sul, que reunia os variados grupos comunistas armados articulados à época no país.

Embalados pela efervescência do contexto da década de 1960, a juventude colombiana urbana, grande parte universitária, começou a se mobilizar e ver na luta armada uma ferramenta para ser usada contra o regime. Desse movimento nasceram o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) e o *Ejército Popular de Liberació*n (EPL). Conforme Pécaut (2010), tratava-se também de uma reação ao Partido Comunista, ao qual acusavam de reformismo. Em resposta às críticas e especialmente ao episódio de Marquetalia, em setembro de 1966, o Partido Comunista criou oficialmente aquela que seria destaque entre os grupos de guerrilha, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A fundação das FARC ancorou-se especialmente na tradição das guerras civis colombianas e no uso da violência como ferramenta contestadora do poder, na continuidade dos conflitos agrários do país, na memória imediata da guerra civil que chegava ao fim e ainda como mecanismo do radicalismo revolucionário anti-capitalista contemporâneo à época de sua fundação (Pécaut, 2010). Para o autor, as FARC nasceram com caráter ambíguo, sendo tradicionais e também modernas: por um lado, "impregnadas da sociedade rural e de reivindicações campesinas e ao mesmo tempo contidas na efervescência das concepções emancipadoras", e, por outro lado, "subordinadas a um partido comunista vinculado à visão "clássica" da revolução" (Pécaut, 2010, p. 19). De qualquer forma, os três grupos revolucionários representavam dois estilos de guerrilha: uma enraizada no social e em suas tensões, provedora das justificativas para as ações, e outra baseada no âmbito essencialmente político, fundando-se na convicção e no imaginário. Além das identificações mencionadas, surgiu o M19 – com foco inicial na luta armada nas cidades, e grupos guerrilheiros indígenas, além de grupos paramilitares (Pécaut, 2010).

A partir da criação oficial das guerrilhas, a população colombiana passou definitivamente a viver entre o poder delas e a representação do governo central. Efetivou-se a autoridade do que pode ser chamado de

governo paralelo. Duas tentativas de negociações ocorreram na segunda metade do século XX, mas resultaram em frustração. Em 1982, o projeto de paz acabou tragicamente, com uma campanha de extermínio contra os membros da União Patriótica, representação política oficial das FARC nessa época, e o agravamento da violência no país. Em 1998, um novo processo de paz foi trabalhado por três anos, sem sucesso, sendo o período posterior uma fase de intensa atuação das guerrilhas, especialmente das FARC, que intensificaram os sequestros de personalidades políticas. A maioria do povo colombiano atribuiu às FARC o fracasso do processo de paz e voltou a confiança para quem estava disposto à neutralizá-la, posição essa que levou Álvaro Uribe à presidência da Colômbia em 2002. Determinado a não dialogar com a guerrilha, foi o primeiro Presidente a não incluir em suas propostas a negociação com as FARC, mas sim o projeto Segurança Democrática, que priorizava o fortalecimento de esforço militar que resultasse no efetivo enfraquecimento da guerrilha. Reeleito, dedicou-se então por oito anos de mandato ao investimento nas Forças Armadas e ao impedimento de qualquer caracterização política das FARC (Pécaut, 2010). Em 2010, com Juan Manuel Santos eleito Presidente da Colômbia, iniciou-se um processo de mudança no posicionamento político em nível de Governo central. Embora se configurasse como sucessor de Álvaro Uribe, Santos se tornou ator importante na construção e implantação de um Acordo de Paz no país e, desde o primeiro mandato, trabalhou pela extinção dos conflitos armados. A assinatura da mais recente proposta em 2016 significou uma conquista e lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz, embora, como será demonstrado a seguir, a maioria da população a tenha rejeitado em plebiscito posterior.

O plebiscito do Acordo de Paz

Como já se disse, após quatro anos de negociação, em 2016, o Governo Colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), finalmente, firmaram um "cessar fogo" na luta armada no país. Depois de diversos encontros em diferentes países, foi elaborado e apresentado à população um documento que descrevia os vários termos do Acordo de Paz – documento que foi submetido à consulta popular em outubro do mesmo ano.

Dentre os pontos de destaque do Acordo estavam: entrega das armas pelos guerrilheiros das FARC às Nações Unidas, fim dos crimes de sequestro, extorsão ou recrutamento de crianças, rompimento de ligações com o tráfico de drogas e dos ataques contra as forças de segurança e civis. Além disso, previa ainda reparação às vítimas através de um sistema de justiça projetado com o objetivo de punir os responsáveis pelos crimes. Tais penalidades propunham, a depender do crime, restrição da liberdade e caso o autor não reconhecesse e confessasse seu ato, o mesmo poderia ser preso e permanecer em cárcere público por até vinte anos. Ademais, o Acordo pressupunha um plano de desenvolvimento agrícola aos ex-guerrilheiros, dando acesso à terra e ao manejo de sementes, a fim de substituir os cultivos de produtos ilícitos, restringindo a produção de droga e ajudando o Governo Colombiano no combate ao narcotráfico. Em termos políticos, propunha-se que as FARC poderiam fazer política sem armas, submetendo-se às regras democráticas do país. Assim, caso não fossem eleitos nas próximas consultas, teriam direito a cinco assentos no Congresso e cinco na Câmara durante dois períodos constitucionais, a partir de 20 de julho de 2018. Além desses, muitos outros aspectos foram definidos no documento do Acordo de Paz, que totalizou 252 páginas e foi assinado por ambos os agentes da negociação.

A elaboração do documento e sua assinatura foi considerada uma vitória pelo Governo Colombiano de Juan Manuel Santos, sendo o passo seguinte a submissão ao plebiscito no qual a população votaria a aprovação ou não do texto. Analisando os resultados de pesquisas anteriores sobre as percepções da população quanto à resolução da paz no país, o plebiscito parecia indefinido. Como afirma Sánchez (2017), a consulta realizada em 2004, pelo Observatório da Democracia, indicava que 60% dos colombianos apoiavam uma solução negociada para o conflito. Contudo, uma pesquisa mais recente, de 2016, trazia resultados diferentes, indicando que apenas 40% dos entrevistados apoiavam o Acordo firmado pelo Governo.

Para Sánchez (2017, p. 31), "os colombianos veem com bons olhos a ideia de uma negociação para resolver o conflito, mas lhes custa muito aceitar algum tipo de concessão que beneficie as FARC". Quando foi lançada a consulta popular sobre o Acordo, dois discursos políticos adentraram a cena pública: o primeiro, do Governo Colombiano, que sugeria a aprovação do Acordo, e um segundo discurso, liderado pelo ex-Presidente Álvaro

Uribe, que defendia a não aprovação do mesmo, alegando, dentre outras coisas, que diversos pontos do documento beneficiariam os ex-guerrilheiros.

Assim, em meio a discursos bastante díspares, o resultado do Plebiscito em outubro de 2016 confirmou esse cenário, quando 50,22% dos votantes rejeitaram o *Acordo de La Habana*. Com essa surpreendente votação, pessoas do mundo todo se perguntaram: por que o povo rejeitou um acordo que formaliza o fim de uma guerra de décadas no país? Quais os argumentos contrários a sua aprovação? O que convenceu a população de que os termos do Acordo não eram satisfatórios? A fim de responder essas questões, na próxima seção, apresentam-se alguns dos sentidos ofertados por ambos os *players* no *Twitter* no período que antecedeu as votações do plebiscito.

A vitória do "não": estratégias, discursos e argumentos

Para evidenciarmos discursos e argumentos que se tornaram visíveis durante o período da consulta e motivaram a população colombiana a ser contrária à aprovação do Plebiscito, realizamos uma pesquisa no *Twitter*. A escolha por essa plataforma deu-se em função de observarmos nela intensa circulação de informações sobre o Acordo, constituindo um espaço produtivo de debate entre os diversos grupos formadores de opinião.

Como metodologia, identificamos, primeiramente, os perfis dos *players* em destaque na esfera de debate público: o Governo Colombiano (Juan Manuel Santos) e o ex-Presidente Álvaro Uribe. Em segundo lugar, para coleta de dados, empregamos a pesquisa pelas *hashtags* #*HagaHistoriaVoteNo* e #*HayAcuerdoHayPaz*. O recorte de pesquisa abarcou um espaço temporal antecedente às votações da consulta popular, de agosto a outubro de 2016, período em que as campanhas do "sim" e do "não" estavam infladas.

O Governo Colombiano, com o intuito de fragmentar os diversos pontos do acordo e traduzí-lo para a população, elaborou materiais gráficos ricos em grafismos coloridos e vídeos com animação. Em geral, podemos dizer que a linguagem, os desenhos e a estética, devido ao formato acessível, tendem a ser compreendidos pela grande maioria da população. Tais

materiais estão publicados e sistematizados no site acuerdodepaz.gov.co. No *Twitter,* verificamos que a divulgação da campanha do "sim" concentrou-se mais no perfil do Presidente Juan Manuel Santos, o qual publicava conteúdos que direcionavam a população a esse site, como se vê a seguir:

Figura 1 – Mensagem publicada no Twitter do Presidente Juan Manuel Santos

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Na mensagem, além do material audiovisual explicativo e da indicação ao site do Acordo, o Presidente chama atenção do público para o valor que atribui ao plebiscito, como sendo o voto mais importante da vida dos colombianos. Em sua conta do *Twitter,* o líder da campanha do "sim" procurou, ainda, utilizar discursos e depoimentos de outras lideranças mundiais a fim de legitimar a aceitação do Acordo. Nesse ambiente digital, verificamos uma personalização da campanha, visto que, na maioria dos *tweets*, o Presidente colombiano aparece discursando ou junto à população, dando destaque a sua imagem pública como líder do movimento em prol do Acordo:

Figuras 2, 3, 4 e 5 – Publicações de Juan Manuel Santos com lideranças e diante da população

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Nos exemplos acima, ganha destaque o movimento de valorização da liderança exercido pelo Presidente Santos. Tal estratégia tende a ser reproduzida também quando procura reforçar seu discurso através do apoio internacional que recebe de lideranças mundiais, apresentando, assim, imagens e referências a outros líderes e organizações mundiais. Ademais, identificamos também a utilização de gráficos e índices que demonstram a redução da violência na Colômbia, após o início das tratativas do Acordo de Paz. Esses elementos foram acionados, possivelmente, para fundamentar sua argumentação e contribuir ao convencimento da população em relação à necessidade de aprovação do documento:

Figura 6 – Dados estatísticos de redução de mortes usados na campanha do "sim"

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Vimos, portanto, exemplos de argumentação da campanha de aprovação, com a disponibilização de material explicativo e de um site como fonte completa de informações. Além disso, verifica-se o uso de discursos de líderes internacionais que apoiam o Acordo e a valorização da imagem pública do líder Juan Manuel Santos, especialmente na construção de um processo de paz. E, ainda, o uso de dados estatísticos como prova da possibilidade de mudança no cenário de mortes por violência no país.

No entanto, nesse embate no campo político, no qual são lançados argumentos e discursos, verdadeiros ou não, a oposição ao Governo Colombiano saiu vitoriosa. Com a liderança do ex-Presidente Álvaro Uribe, a campanha do "não" convenceu a população a votar pela rejeição da proposta. Como verificaremos nos *tweets* a seguir, os materiais de campanha sinalizavam algumas ressalvas quanto aos termos do Acordo, o que pode (e é provável que sim) ter provocado desconfiança, sentimentos de incertezas e de injustiça nos colombianos. Dentre os sentidos ofertados nessas campanhas, indicava-se que, ao aprovar o Acordo e a possibilidade de as FARC ocupar cadeiras no Congresso, haveria uma mudança imediata de regime político na Colômbia, anunciando o que seria conhecido como movimento "Castro-Chavista" (Sánchez, 2017, p. 31), como se observa a seguir:

Figuras 7 e 8 – Mensagens lançadas pela campanha de reprovação

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Nos *tweets* anteriores verificamos o emprego de imagens e charges de personalidades políticas, com frases curtas que podem ser facilmente identificadas e associadas aos sentidos possivelmente desejados pelos

produtores das mensagens. Podemos ver o apelo ao regime nazista e às lideranças de Cuba. Assim como seus seguidores, Uribe também publicou, em sua conta no *Twitter,* diversas imagens com sentidos semelhantes às ilustrações anteriores, destacando, além de uma possível mudança de regime, a entrega do país para as FARC, como se verifica a seguir:

Figuras 9 e 10 – Publicações da campanha de reprovação

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Notamos, aqui, novamente, o uso de charges e desenhos para ilustrar as campanhas. Além dos apoiadores de Uribe, parte de lideranças das igrejas também fizeram oposição à proposta de Santos e mobilizaram boa parte da população para a rejeição do Acordo de Paz. Na imagem, observa-se um *tweet* do Padre José Palmar sugerindo que a Colômbia seria governada por uma liderança das FARC.

Figura 11 – Publicação de líder religioso pela campanha de reprovação

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Os "uribistas" argumentavam, ainda, que a justiça transacional se propunha a defender os ex-guerrilheiros, os quais sairiam impunes e não cumpririam penalidades pelos crimes cometidos durante a guerra. As campanhas e peças gráficas sugerem que, mesmo tendo-os cometido diversos crimes, o povo colombiano, ao aceitar o Acordo, estaria perdoando-os.

Figura 12 – Publicação de dados estatísticos de crimes contra as mulheres sugerindo impunidade a partir do Acordo de Paz

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Verificamos ainda que o perfil de Uribe no *Twitter* publicava informações que, em geral, eram questionadas pela campanha do Governo. Apesar de seu formato jornalístico, as notícias pareciam ter pouca apuração, sofrendo ataques e contestações sobre a veracidade dos fatos enunciados. Os *tweets* a seguir são exemplos de notícias que eram questionadas pelos apoiadores da aprovação do Acordo. Em seus conteúdos, sugere-se que, mesmo com o processo do Acordo de Paz, as FARC permaneceriam existindo com outros nomes e continuariam a promover a produção de drogas, a luta armada e os sequestros:

Figuras 13 e 14 – Publicações da campanha do "não" sugerindo apoio entre as guerrilhas e o potencial armamentista das FARC

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

De acordo com Sánchez (2017, p. 32), "aos pensionistas foi dito, falsamente, que a paz seria financiada com um imposto sobre seus proventos". Os opositores propunham assim que os ex-combatentes receberiam benefícios maiores que os salários mínimos da maioria dos trabalhadores colombianos. É possível observar, na sequência de *tweets*, a seguir, que Uribe utiliza diferentes argumentos para influenciar a opinião pública, ofertando sentidos de: impunidade em relação aos crimes, continuação do terrorismo, aumento significativo de impostos, dentre outras coisas.

Figura 15 – Sequência de publicações do ex-Presidente Álvaro Uribe

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Devido aos embates e acusações entre os dois lados do debate público, é possível observar, nas próximas imagens, que a campanha do "não"

tendeu a enfatizar o seu uso consciente de "argumentos" que justificariam a rejeição da proposta. Essa necessidade de defesa possivelmente se deu em função dos discursos elaborados pelas campanhas dos apoiadores do Acordo. Isso parece indicar certa necessidade de justificar a veracidade dos fatos e dos sentidos ofertados. Ademais, conhecendo as gramáticas da Internet, observamos o emprego de "memes" com imagens descontraídas em determinadas campanhas, a fim de torná-las "virais", ampliando a visibilidade da publicação. Os formatos dessas peças de comunicação estão mais ligados às emoções, afetos e sentimentos dos públicos, ao invés do exercício racional por meio da argumentação.

Figura 16 – Publicação de "meme" da campanha do "não"

Fonte: Twitter. Obtida em 29/06/2017.

Como se viu nos exemplos, as campanhas do "não" e do "sim" utilizaram discursos e recursos gráficos diversos em suas mensagens no *Twitter* para convencimento da população. À luz da noção de pós-verdade, importa destacar: a) uso de elementos gráficos, como imagens e desenhos, textos curtos e de fácil compreensão, geralmente, bordões; b) utilização de argumentos que podem promover o medo e a desconfiança da popu-

lação quanto aos desdobramentos do Acordo; c) emprego de "memes" e de imagens com potencialidade de serem "virais", a fim de ampliar a visibilidade da mensagem, desviando a atenção do leitor do campo da argumentação para um lugar de entretenimento; d) uso de informações duvidosas reproduzidas por algumas agências de notícias, que parecem indicar pouca apuração jornalística; e) necessidade de reafirmação do uso de argumentos para defesa de suas ideias, conforme se verifica na *hashtag* *#conargumentosdigono*. Com base nisso, observamos um deslizamento do campo do debate racional de ideias para a utilização de discursos simplórios, de fácil assimilação, com recursos gráficos que exploram o emocional e tendem a promover o entretenimento, ao invés de propor um debate de argumentos em torno do Acordo de Paz.

Nessa direção, importa, a partir dos exemplos, destacar como a noção de pós-verdade pode ser visualizada nos desdobramentos do plebiscito do Acordo de Paz na Colômbia.

O Acordo de Paz na Colômbia à luz da noção de pós-verdade

Como vimos, foram articuladas duas campanhas gerais. Principal agente público colombiano envolvido, o Presidente Juan Manuel Santos, liderou a campanha em favor da aprovação do Acordo. Do lado oposto, o ex-Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, empenhou-se ferrenhamente em uma campanha pela rejeição popular. A existência de debate que vise ao aprimoramento de processos sociais é um ato saudável e desejável. Em nações, cuja constituição fundamenta-se sob o viés da democracia está prevista a liberdade de expressão. Mas então qual é a problemática em relação à campanha que levou a maioria dos votantes a rejeitarem a proposta de Acordo de Paz? Pensemos na noção de pós-verdade admitida como base das abordagens propostas no presente livro. Temos que em um contexto pós-verdade fatos objetivos são menos relevantes para a opinião pública do que argumentos dedicados à mobilização emocional das pessoas, bem como a suas crenças. Ou seja, há uma mudança de valor quanto à verdade, que, nessa circunstância, passa a ser aceita ou desejada na medida em que ela se adequa às concepções já formadas pela pessoa. Mas de onde vem esse comportamento?

No contexto colombiano, marcado por crises sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas etc, podemos pensar em pessoas que se veem

diante de conflitos do presente intimamente relacionados ao passado, trazendo as suas memórias desafios já vivenciados. A perspectiva de uma mudança pode ser um ambiente de desconfiança. Assim, elas se sustentam ao que já possuem e agem a partir de suas fragilidades.

No cenário colombiano, país marcado por violência, não faltou signos aos quais a campanha do "não" se pudesse valer para o convencimento da população. Portanto, a problemática está nas argumentações que fundamentaram a campanha liderada por Uribe. O discurso articulado por essa campanha agiu de modo a intervir na abertura das pessoas para um momento novo, ou seja, para o desconhecido. Apesar dos dados e das ações apresentadas por parte da campanha de aprovação indicarem um efetivo encaminhamento da realidade da Colômbia para a desejada paz, a maioria das pessoas cedeu à memória usada como argumento por Uribe e seus aliados.

A partir da noção de pós-verdade, verificamos que os fatos objetivos estiveram nos "bastidores" da cena política da campanha de oposição, uma vez que a estratégia de convencimento teve como objetivo provocar o amedrontamento, por meio de ameaças de um novo regime político, de haver a injustiça com a aprovação do Acordo, de suposições duvidosas de que os ex-guerrilheiros receberiam muitos benefícios, dentre outras coisas. As informações parecem evidenciar o grau de polarização estabelecido entre o povo colombiano, reforçado a partir da instituição das campanhas. A oposição empenhou-se no apelo emocional, atualizando a memória do público com recordações de crimes cometidos pelas guerrilhas. No entanto, conforme se pode observar a partir da história, a arena política oficial da Colômbia é também responsável pela dura realidade do país, contexto no qual Álvaro Uribe já esteve como principal ator político.

As *hashtags* evidenciam claramente a ideia principal de cada campanha. O emprego da *#HayAcuerdoHayPaz* indica a perspectiva de que havendo Acordo haveria paz, enquanto que *#HagaHistoriaVoteNo* sugere apelo à possibilidade das pessoas fazerem algo por si e pelo país através de uma importante decisão. Ou seja, depois de décadas de impunidade nas mãos das guerrilhas, chegara uma oportunidade de fazer algo contra elas e em favor da Colômbia. Podemos ler que isso de alguma forma mobiliza um espírito nacionalista.

Como já vimos, um dos elementos que compõem as circunstâncias em que se insere a característica de pós-verdade é a mídia. As discussões acer-

ca do conceito desse termo possuem pelo menos um fator consensual: a relação entre política e mídia. Pensando no caso da Colômbia, temos um embate político desenvolvido e ancorado a partir das possibilidades dos meios de comunicação, especialmente voltado para os recursos das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As campanhas que envolveram o plebiscito do Acordo de Paz na Colômbia foram fortemente articuladas na rede social *Twitter*, possibilitando o uso de algumas dinâmicas da comunicação midiática da atualidade: a velocidade da propagação e a liberdade para a construção de discursos, bem como para a divulgação de informações de qualquer procedência. Um ponto que chama atenção no que tange ao papel das mídias no desfecho de eventos políticos é a convergência entre os diferentes suportes e a crescente falta de credibilidade atribuída aos meios considerados tradicionais, como jornais impressos, rádio e televisão. É indiscutível a importância da comunicação midiática num processo social, até porque trata-se de uma função socialmente institucionalizada e legitimada. No entanto, o que se viu foi a apropriação e uso de gramáticas da mídia para a reprodução de argumentos que fortaleciam um determinado ponto de vista do Acordo e não fundamentalmente a discussão e divulgação de fatos que possibilitassem a construção de uma crítica social consciente acerca da questão.

Considerações finais

O caso do Acordo de Paz na Colômbia, assim como do *Brexit* no Reino Unido abordado no Ensaio 8, do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff no Brasil discutido no Ensaio 10, e da eleição americana de Donald Trump nos Estados Unidos abordada a seguir no Ensaio 11, constituem-se em casos produtivos para se pensar a pós-verdade. Em todos esses eventos, durante o debate público, fatos objetivos parecem ter sido invisibilizados, enquanto boatos, mentiras e suposições adentraram o centro da cena no debate, contribuindo, possivelmente, para formação da opinião pública.

O evento apresentado neste ensaio exemplifica, em termos práticos, algumas das discussões que a noção de pós-verdade tem suscitado. Além do debate público ter se distanciado de fundamentação em fatos concretos, observamos que o público ao invés de apurar a informação das

mensagens acaba replicando em sua rede social digital conteúdos com informações duvidosas e, por vezes, questionadas por grupos de oposição. Isso evidencia o fato de que, ao concordar com a opinião de seus pares, as pessoas acabam replicando a informação sem mesmo apurar a veracidade do conteúdo.

Dito isso, importa salientar que a pós-verdade tem sido pauta em diversos meios de comunicação, principalmente jornais e revistas impressos e onlines, dada a perturbação trazida em seu significado, visto que seu aspecto positivo ainda é difícil de ser delineado. Nesse sentido, a proximidade temporal da presente abordagem com o fato aqui apresentado e a aparente atmosfera atual de pós-verdade permite a identificação de seus elementos, bem como a compreensão do fenômeno com certa limitação. Portanto, consideramos que este texto não esgota as possibilidades de reflexões acerca da noção de pós-verdade, visto a complexidade dos desdobramentos do Acordo de Paz na Colômbia, dos atravessamentos dos discursos e relações de poder presentes nesse debate. Por isso, nosso objetivo aqui foi iniciar uma reflexão possível que carece de aprofundamentos e outras percepções.

Referências

English Oxford Living Dictionaries. (s.d.). *Word of the Year 2016 is...* Recuperado de https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016. Acesso em 15 de agosto de 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (s.d.). Recuperado em http://paises.ibge.gov.br/#/pt/pais/colombia/info/sintese. Acesso em 10 de julho de 2017.

Nobre, F. R. F. (2016). *Alto el fuego: A mensuração e a eficácia da segurança humana na construção da paz na Colômbia e no Peru*. 2016. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Pécaut, D. (2010). *As FARC:* uma guerrilha sem fins? Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Sánchez, M. G. (2017, março). Entendendo o "Não" ao Acordo de Paz na Colômbia. In *Revista Uno.* São Paulo, n. 27, p. 31-32. Recuperado de http://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf . Acesso em 07 de julho de 2017.

Twitter. (s.d.). Recuperado em www.twitter.com. Acesso em 29 de junho de 2017.

ENSAIO 10

O *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTA ELEITA DILMA ROUSSEFF E A PÓS-VERDADE

CAMILA BENGO

Introdução[1]

O ano de 2016 se caracterizou como um marco importante da atual crise política no Brasil, tendo como principal desencadeador as manobras que levaram ao *impeachment* da Presidenta eleita Dilma Rousseff. O país se viu dividido entre aqueles que insistiam em suas justificativas falhas, na tentativa de legitimar o golpe em curso, e os que compreendiam o caráter antidemocrático de um processo claramente orquestrado para tocar a melodia das elites. Entretanto, a maior parcela da população brasileira permaneceu apática, alheia, cumprindo o papel de espectadora de um espetáculo em que a grande vítima era ela própria. Essa alienação, somada à descrença nas instituições políticas e seus representantes, foi o que possibilitou que um projeto de país que se comprometeu com as causas populares, embora passível de críticas, fosse destruído em rede nacional, sob o comando de um Presidente da Câmara reconhecidamente comprometido com casos de corrupção, sem que isso gerasse grande revolta. Enquanto a população assistia, muitas vezes sem compreender, o que estava

1 A autora do ensaio, respeitando toda outra opinião, assume a posição de que o *impeachment* contra a Presidenta do Brasil Dilma Rousseff em 2016 se constituiu num golpe. Fundamenta sua postura e tenta mostrar como uma *ambiência* de pós-verdade foi importante nesse processo.

acontecendo no cenário político, o plano de derrubar Dilma Rousseff da presidência ia se concretizando. Mas por que? E para quem?

Para que possamos compreender o *impeachment*, é preciso atentar para o contexto interno e externo em que ele se insere, bem como olhar para a própria história do nosso país. Analisando sua linha do tempo, é possível constatar duas coisas importantes para que possamos avançar em seu entendimento: primeiro, que a democracia brasileira é muito jovem; e, segundo, que ela não tem uma trajetória marcada por governos de esquerda. Tais pontos são importantes para que possamos perceber que esses 12 anos de governo PT foram, na verdade, o maior período de um governo de esquerda em toda a história de um país com mais de 500 anos. Esse dado não é obra do acaso. Mesmo que o Partido dos Trabalhadores tenha apostado em uma estratégia de "conciliação de classes", o que talvez tenha sido seu maior equívoco, pensar as mudanças que esses 12 anos trouxeram ao Brasil implica também pensar no quanto isso incomodou àqueles que, durante cinco séculos, estiveram sozinhos no poder; com outras caras, com outros nomes, com outros jeitos, em outras épocas, mas sempre em defesa de seus privilégios de classe dominante. A reviravolta que um governo popular fez ao Brasil foi o maior dano que as elites tiveram, porque o que mais amedronta aos ricos é que os pobres criem consciência de classe, que se mobilizem, que conquistem direitos, que ameacem a estabilidade desigual que o capitalismo impõe e que tanto lhes agrada. Como pode o filho da empregada cursar a Universidade? Como pode que queiram reivindicar direitos? Como pode que agora achem que são gente como a gente? E isso tudo estava acontecendo no Brasil. Um país que jamais pôde superar sua contradição fundamental entre a Casa Grande e a Senzala, tão bem descrita e fundamentada por Gilberto Freyre (1933/2003), estava agora vendo sua senzala ascender socialmente, criar consciência de classe, questionar, reivindicar e incomodar mais do que deveria. Isso não poderia continuar assim.

Além disso, é preciso também perceber que o Brasil nunca abandonou sua função de colônia em relação aos países dominantes e ao capitalismo financeiro internacional. Sempre fomos reféns do rentismo e do pagamento de juros da dívida externa, junto com a exportação de matérias primas com pouco ou nenhum valor agregado, servindo tão somente de enriquecimento aos países ricos. Entretanto, sobretudo nos últimos anos, essa característica estava mudando. A tomada de consciência por parte das camadas populares, em âmbito nacional, caminhou juntamente

com uma tomada de consciência por parte dos países latino-americanos e os chamados países emergentes, agora em âmbito global. A postura de resistência adotada pelo Brasil não combinava com os interesses das grandes nações: sua entrada nos BRICS[2], as regras de exploração do pré-sal, os acordos de cooperação firmados entre países latino-americanos e, de modo especial, a criação de um Banco que iria financiar, em condições bem mais favoráveis e com menor taxa de juros, atividades dos próprios BRICS e de outros países emergentes a eles ligados. Nada disso foi visto com bons olhos pela Casa Grande mundial, representada pelas grandes potências capitalistas que controlam os países subdesenvolvidos, pois viria questionar o que o capitalismo financeiro internacional mais precisa garantir: poder explorar os países dele dependentes através de altas taxas de juros. Como muito bem explica Dowbor (2017), o capital improdutivo prospera à custa do endividamento dos trabalhadores em âmbito nacional e à custa do endividamento dos países pobres, a nível internacional. Essa é também a compreensão de Sousa Santos (2014), que imediatamente após a reeleição de Dilma Rousseff, alertou profeticamente sobre as enormes dificuldades que sua gestão teria de enfrentar.

Como é possível perceber, o golpe presenciado no Brasil não foi um fato isolado; ele é o reflexo da história do nosso país e do papel que o Brasil começava a desempenhar em âmbito internacional. Tendo esses aspectos preliminares como pano de fundo, faz-se necessário esclarecer que o objetivo deste ensaio é discutir a legitimidade ou não do *impeachment* e buscar compreender de que forma ele se materializou como um verdadeiro golpe (Villaverde, 2017). Será examinado quais foram seus principais atores e estratégias e como uma ambiência pós-verdade se constituiu como uma condição propícia e contribuiu, de maneira decisiva, na criação de fatos que serviram para mobilizar as pessoas e legitimar as ações dos parlamentares.

Para que se possa entender com clareza essas questões, proponho a análise, numa perspectiva histórica, de três momentos principais: 1) as etapas do processo que culminou no afastamento de Dilma Rousseff, evidenciando os possíveis interesses subjacentes a este jogo; 2) qual foi a influência e atuação dos meios de comunicação, analisando brevemente a cobertura realizada pela grande mídia e as interações via redes sociais; 3)

2 BRICS: sigla que designa as iniciais dos cinco países denominados "emergentes": Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

as principais estratégias empregadas, numa ambiência pós-verdade, para a concretização do golpe.

Orquestra do golpe: os antecedentes e as circunstâncias da realização do *impeachment*

O *impeachment* apresentou-se como um processo extremamente elitista e inacessível para grande parte da população brasileira. Pode-se dizer que a maioria sequer se dava conta do que estava acontecendo no país. Tendo isso em consideração, juntamente com a ausência de explicações acessíveis à maior parte da população sobre os aspectos legais do *impeachment*, torna-se importante a construção de um breve retrospecto dos principais momentos desse processo, bem como de suas justificativas jurídicas e constitucionais.

Primeiramente, é preciso apontar que, segundo a atual Constituição Federal brasileira, o Presidente, Vice-Presidente ou Ministro de Estado que cometer crime de responsabilidade está sujeito a perda do cargo com inabilitação ao exercício de função pública por até cinco anos. Para que um processo de *impeachment* tenha início, é necessário que um pedido seja apresentado à Câmara de Deputados e aceito pelo Presidente da Casa, até então o deputado Eduardo Cunha, do PMDB. Em setembro de 2015, os juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo entregaram um pedido contra a Presidenta, que viria a ser aceito em dezembro do mesmo ano.

Um fato importante deve ser colocado aqui. Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, estava sendo investigado pela Comissão de Ética sobre graves acusações de corrupção que poderiam levá-lo a perder o cargo. Tentou articular de todo modo para que tal acusação não fosse aprovada pela Comissão. A decisão crucial dependia dos votos de dois deputados do PT. Os parlamentares da oposição deixaram claro que os votos favoráveis dos dois deputados seria a evidência de absoluta falta de coerência e ética do Partido; seria um procedimento inaceitável. Imediatamente após a votação favorável à investigação dos dois deputados o Presidente Eduardo Cunha convocou a imprensa e aprovou o pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma. Tivessem eles votado pela absolvição de Cunha, podemos imaginar que a abertura do processo de *impeachment* e seu prosseguimento provavelmente não teriam acontecido.

O pedido aceito por Cunha continha uma série de acusações que foram desconsideradas, pesando sobre Dilma Rousseff apenas a acusação de ter agido contra a lei orçamentária, configurando crime de responsa-

bilidade passível de impedimento. O suposto crime cometido pela Presidenta era composto por dois atos considerados ilegais: a assinatura de decretos de suplementação ao orçamento e o atraso de repasses ao Banco do Brasil, configurando as tão comentadas pedaladas fiscais.

Para compreender melhor os dois aspectos que fundamentaram o processo de *impeachment*, é preciso saber que:

a) A abertura de créditos suplementares não é uma prática que configure crime de responsabilidade; trata-se basicamente de ampliar o valor estipulado no orçamento da União aprovado todo ano pelo Congresso Nacional. Entretanto, tal ampliação deve ser também aprovada pelos parlamentares. No ano de 2015 a Presidenta assinou três decretos de suplementação sem a autorização do Congresso. A quantia foi usada para a manutenção de projetos na área da educação, previdência, trabalho e cultura e para suprir despesas dos poderes Executivo e Judiciário. Segundo a defesa de Dilma Rousseff, o valor dos decretos foi apenas remanejado de despesas já previstas e aprovadas no Legislativo, por isso o entendimento de que não havia necessidade de nova aprovação.

b) As pedaladas fiscais seriam atrasos em pagamentos ao Banco do Brasil referentes ao Plano Safra, no valor de 3,5 bilhões de reais. O Plano Safra é um programa de concessão de crédito a juros baixos para agricultores, cuja diferença na taxa de juros é paga pelo Governo Federal. Segundo a acusação, ao não efetuar os pagamentos o Governo estaria realizando uma operação de crédito junto a um banco público, o que é proibido pela Constituição; ou seja, o atraso nos repasses teria funcionado como a aquisição de um empréstimo junto ao Banco do Brasil, visto que a instituição manteve o programa com capital próprio. Entretanto, é preciso ponderar que nenhuma quantia foi transferida do Banco para os caixas do Governo e os pagamentos, embora consideravelmente atrasados, foram realizados.

A discussão dos supostos crimes cometidos por Dilma dividiu juristas em todo o país. Muitos magistrados consideraram incabidas as acusações que pairavam sobre a Presidenta, mas isso não foi suficiente para impedir o prosseguimento do processo. Em dezembro de 2015 foi criada então a comissão especial que analisaria o pedido aceito por Eduardo Cunha. Essa comissão foi posteriormente desfeita pelo STF por irregularidades na votação que elegeu a chapa formadora. Em março do ano seguinte foi criada uma nova comissão composta por 65 parlamentares, com a incumbência de aprovar ou não a abertura do inquérito, o que aconteceu no dia 11 de abril de 2016. A aprovação contou com 38 votos favoráveis e 27 votos con-

trários. Após a aprovação na comissão especial, a pauta foi à votação no plenário da Câmara, na histórica sessão do dia 17 de abril de 2016.

O dia 17 de abril de 2016 tornou-se histórico não apenas pelo que representou na construção do golpe, mas também pelo desempenho e motivações dos parlamentares que apresentaram seus votos. Muitos dos congressistas pareceram, naquela ocasião, ter esquecido da sua função de representantes da população; o que mais se viu foi deputados dedicando seus votos a suas famílias, a Deus e até mesmo à paz em Jerusalém, exceto à população a qual deveriam representar. A fragilidade dos argumentos apresentados foi, na verdade, uma das maiores provas do golpe em curso: uma Presidenta estava sendo afastada por parlamentares que demonstraram não possuir sequer a capacidade de justificar sensatamente suas decisões enquanto representantes do povo. Mais do que a votação de prosseguimento do inquérito, o Brasil assistiu em rede nacional a um dos episódios mais vergonhosos de sua trajetória política enquanto uma democracia. Vergonhoso porque mostrou exatamente qual é o rosto da política brasileira: dos 513 deputados que compunham o quórum, apenas 36 tinham sido eleitos por voto popular, o que significa um total de 477 congressistas eleitos por soma partidária. Estes foram os deputados aprovaram a abertura do inquérito, votando por seus interesses pessoais e partidários, com um total de 367 votos favoráveis.

Para uma compreensão melhor fundamentada do golpe, desde o momento em que foi tramado, até durante sua discussão na Câmara e no Senado, e inclusive ao longo de seu desdobramento, é ilustrativo e fundamental trazer aqui um episódio que não deixa dúvidas sobre as reais razões que motivaram o *impeachment*. Na época, Michel Temer era o Presidente do PMDB e permaneceu no cargo até assumir a presidência da República. O PMDB havia rompido com o governo Dilma em março de 2016, escancarando a quebra da ligação entre os partidos e da aliança Dilma-Temer. O rompimento foi fundamental para que se conseguisse a aprovação do *impeachment* nas instâncias seguintes, pois o partido possuía a maior representação no Congresso e tinha sido um dos aliados mais importantes do Planalto desde o governo Lula. Nota-se já aqui possíveis indícios da necessidade do *impeachment*. A comprovação inegável e indiscutível, contudo, vem logo a seguir. A reunião que definiu o afastamento do PMDB do governo foi comandada pelo senador Romero Jucá, então vice-Presidente da sigla, que se tornou figura conhecida dos brasileiros após o vazamento de sua conversa com Sérgio Machado, ex-Presidente da Transpetro, sobre as investigações

da Operação Lava-Jato, em plena gestação do golpe. As gravações foram divulgadas pelo jornalista Rubens Valente, do jornal Folha de São Paulo, em 23 de maio de 2016, onde aparece com nitidez meridiana a trama que estava sendo montada sobre a necessidade de destituição da Presidenta Dilma, condição para "estancar a sangria". Era necessário preservar Temer para o que se tramava. Eis a comprovação da trama. (Ver quadro 1)

Quadro 1: Transcrição da conversa entre Romero Jucá e Sérgio Machado:

SÉRGIO MACHADO – Mas viu, Romero, então eu acho a situação gravíssima.
ROMERO JUCÁ – Eu ontem fui muito claro. [...] Eu só acho o seguinte: **com Dilma não dá, com a situação que está.** Não adianta esse projeto de mandar o Lula para cá ser ministro, para tocar um gabinete, isso termina por jogar no chão a expectativa da economia. Porque se o Lula entrar, ele vai falar para a CUT, para o MST, é só quem ouve ele mais, quem dá algum crédito, o resto ninguém dá mais crédito a ele para porra nenhuma. Concorda comigo? O Lula vai reunir ali com os setores empresariais?
MACHADO – Agora, ele acordou a militância do PT.
JUCÁ – Sim.
MACHADO – Aquele pessoal que resistiu acordou e vai dar merda.
JUCÁ – Eu acho que...
MACHADO – **Tem que ter um *impeachment*.**
JUCÁ – **Tem que ter *impeachment*. Não tem saída.**
MACHADO – E quem segurar, segura.
JUCÁ – Foi boa a conversa, mas vamos ter outras pela frente.
MACHADO – Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [autorizou prisões logo após decisões de segunda instância], vai todo mundo delatar.
JUCÁ – Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo e a Odebrecht vão fazer.
MACHADO – Odebrecht vai fazer.
JUCÁ – Seletiva, mas vai fazer.
MACHADO – Queiroz [Galvão] não sei se vai fazer ou não. A Camargo [Corrêa] vai fazer ou não. Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está afim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho.
[...]
JUCÁ – Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... **Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.**
[...]
MACHADO – **Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].**
JUCÁ – Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.
MACHADO – É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.
JUCÁ – **Com o Supremo, com tudo.**
MACHADO – **Com tudo, aí parava tudo**.
JUCÁ – É. Delimitava onde está, pronto.

Degravação completa disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml

Nessa conversa divulgada pelo jornal Folha de São Paulo está evidente a intenção de elevar Michel Temer à Presidência, como uma forma de controlar a continuidade das investigações da Lava-Jato, garantindo assim a cessação das investigações contra inúmeros senadores e deputados ligados a diferentes partidos, mas tendo como condutor principal figuras do comando do PMDB. Essa gravação é, certamente, a prova mais concreta e evidente do jogo político que culminou no afastamento da Presidenta eleita Dilma Rousseff, na orquestra de instrumentos viciados que tocou a sinfonia de um golpe.

Causa surpresa como a revelação desse escândalo não tenha prosperado. Uma das possíveis explicações pode ser buscada na clássica análise feita por Thompson (2011), sobre o *escândalo político*, onde ele demonstra, através de uma pesquisa detalhada, que numa sociedade midiada como a que vivemos, um escândalo político só prospera se ele for sustentado e legitimado pela mídia. E isso é exatamente o que nossa mídia nunca iria permitir, devido a sua ligação umbilical com a Casa Grande e o grande capital, como veremos mais adiante.

Assim é que as revelações desse escândalo foram esmorecendo, escamoteadas e disfarçadas pela falta de interesse da própria mídia, e pela substituição de notícias por outras que iriam abafar o episódio. Desse modo o processo continuou com a condução do inquérito pelo Senado, sem grandes problemas. Como já era esperado, a maioria dos senadores foi favorável à continuidade do processo e, no dia 11 de maio de 2016, Dilma Rousseff foi afastada da presidência, assumindo o então vice-Presidente Michel Temer.

Após essa decisão os procedimentos continuaram com a etapa de julgamento. As sessões de julgamento ocorreram entre os dias 26 e 31 de agosto de 2016, tendo fim com a sentença de *impeachment* à Presidenta eleita Dilma Rousseff, mediante voto favorável de 61 parlamentares. Apesar da decisão pelo impedimento, os senadores realizaram nova votação para definir sobre a habilitação da ré para o exercício de funções públicas e o resultado se mostrou bastante contraditório e inesperado: apenas 42 senadores votaram pela inabilitação, de modo que Dilma continuou com o direito de ocupar cargos públicos e, inclusive, concorrer em próximas eleições.

Mas o estancamento da sangria, ao contrário do que era esperado pelos que orquestraram o golpe, está se prolongando por mais tempo que o

esperado. Um passo importante foi conseguido com o *impeachment* da Presidenta, mas não sabemos como irá terminar. Entretanto, para nosso propósito com esse ensaio, vamos interromper aqui, embora a sinfonia ainda esteja em curso. Há tempos a orquestra da política brasileira tem um maestro bem definido: foi assim durante o regime militar; foi assim tanto nas eleições que elegeram Fernando Collor Presidente, como quando de sua destituição através também de um *impeachment*; e foi assim, agora, no *impeachment* da Presidenta eleita Dilma Rousseff. O maestro dessa orquestra é a mídia tradicional brasileira, o que denominamos como Grande Mídia[3].

O maestro da orquestra: uma análise da atuação da mídia no processo de *impeachment*

No mundo contemporâneo, a mídia atua como uma espécie de Deus onipresente na vida dos indivíduos: é impossível fugir dos meios de comunicação, é impossível isolar-se daquilo que Thompson (2005) chamou de "sociedade midiada". Mesmo que não percebamos, ela muitas vezes assume o papel de protagonista de nossas vidas, pautando nossas conversas cotidianas, influenciando nossas escolhas, direcionando nossas opiniões... Está tão presente que já a chamamos de "A mídia", como se fosse uma entidade toda-poderosa que está em todos os lugares ao mesmo tempo e tem o poder de decidir o futuro. Mas será que ela, de fato, não o é?

Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz (2005) atentam para a interferência da mídia nas sociedades contemporâneas, atuando em diversos aspectos da vida comum.

> Não há instância de nossa sociedade, hoje, que não tenha uma relação profunda com a mídia, onde a mídia não interfira de maneira específica. Isso é assim, por exemplo, com a economia, a educação, religião, e chegando, de maneira mais profunda, à própria política. (Guareschi e Biz, 2005, p.37-38)

Pedrinho Guareschi (2007), também afirma que "a mídia tem, na contemporaneidade, o poder de instituir o que é ou não real, existente" (Gua-

3 Pela expressão *Grande Mídia* entendemos o fenômeno de ter-se materializado entre nós um sistema de comunicação em que a maior parte dos meios, principalmente eletrônicos, tem sido apropriada por um pequeno grupo de famílias que possuem fundamentalmente a mesma orientação ideológica, defendendo e legitimando os pressupostos liberais capitalistas (Guareschi, 2013, p. 27).

reschi, 2007, p.4) Em verdade, muitas vezes parece-nos que algo só é real se está presente na mídia. Ela, agora, adquire também o poder de criar a realidade. Não é raro duvidarmos da veracidade de um fato devido a sua ausência nos meios de comunicação, nem tão raro é acreditarmos em algo apenas porque foi pautado na mídia, sem questionar. O fato é que a grande mídia construiu sua "credibilidade" de maneira tão consistente que, apesar do recente processo de tomada de consciência e questionamento por parte da população, que vem tomando força principalmente após as manifestações que correram o Brasil no ano de 2013, ela ainda é capaz de influenciar nos rumos do país.

Esse poder de pautar a comunicação cotidiana e moldar a opinião pública possuído pela mídia é o que define o conceito de agenda-setting ou agendamento, introduzido pelos pesquisadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald L. Shaw, em 1972. Entretanto, a mídia não tem apenas o poder de definir sobre o que as pessoas falarão: ela também tem o poder de definir o que e como elas falarão de determinado assunto. Segundo McCombs e Shaw (2000),

> o agendamento é bastante mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que é que devemos pensar. As notícias dizem-nos também como devemos pensar sobre o que pensamos. Tanto a selecção de objectos para atrair a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar sobre esses objectos são tarefas poderosas do agendamento. (McCombs e Shaw, citado por Traquina, 2000, p.131)

Desse modo, tendo em vista a capacidade desenvolvida pelos meios de comunicação de condicionar o pensamento e as opiniões dos indivíduos, é correto afirmar que eles exercem influência na formação daquilo que chamamos de opinião pública. Segundo José Marques de Melo (1998),

> o processo de formação da opinião pública envolve todo um complexo de circulação das informações na comunidade. Desde as informações transmitidas de geração a geração (acervo de experiências) às informações ocasionais difundidas pelos meios de comunicação de massa e re,difundidas pelos indivíduos nos grupos sociais. A proposição de juízos de valor sobre tais informações, a discussão, o debate, levam à adoção de opiniões individuais, estereotipadas, que conformam a opinião da maioria. (Marques de Melo, 1998, p. 209-210)

Sem dúvida, os meios de comunicação são fundamentais no processo de formação da opinião pública. No entanto, essa influência não deveria ser necessariamente um problema, mas no caso brasileiro é. Isso porque o Brasil, apesar de ser um país democrático, não possui um sistema de comunicação a serviço da sua democracia, de modo que a própria ideia de "país democrático" torna-se, assim, passível de questionamentos. Segundo Pedrinho Guareschi (2007), a democracia implica a soberania popular e a distribuição eqüitativa dos poderes; sendo os meios de comunicação também um desses poderes, é necessário que haja democracia também no exercício de comunicar. O quadro pintado no Brasil, hoje, é de um monopólio comunicacional, em que uma escassa minoria decide pelo que será comunicado a maioria da população. E essa decisão nem sempre é pautada nos princípios éticos que, em tese, deveriam nortear o jornalismo e a comunicação, de modo geral. Exemplo disso é a atuação da mídia tradicional na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que nos propomos a analisar aqui.

José Marques de Melo (1998), atentou para o fato de que a opinião pública está sendo invocada constantemente para justificar revoluções e até apoiar ditaduras. Como vimos, quando falamos em opinião pública, também estamos falando da mídia. Neste caso, seu papel foi impulsionar o golpe que afastou Dilma Rousseff e elevou Michel Temer à presidência. Podemos citar uma série de momentos em que a mídia agiu de forma tendenciosa, começando pela disputa eleitoral de 2014. No período de campanha eleitoral das eleições de 2014, o esforço da grande mídia em cobrir negativamente a campanha de Dilma foi tão grande quanto o esforço para tornar favorável a imagem de Aécio Neves. Já nas entrevistas realizadas no Jornal Nacional, telejornal de maior audiência no país, com os dois candidatos, é possível identificar uma diferença de tratamento capaz de passar despercebida ou parecer natural ao telespectador. Ao compararmos as duas entrevistas, realizadas em dias diferentes, podemos destacar alguns pontos:

a) A primeira pergunta ao candidato Aécio Neves foi feita por William Bonner e tratou de suas propostas para a economia do país. A primeira pergunta feita para a candidata Dilma Rousseff, também feita por William Bonner, tratava dos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores e questionava qual seria a

dificuldade da Presidenta em cercar-se desde o início de pessoas honestas, referindo-se aos ministros escolhidos por ela no primeiro mandato. O tom de Bonner é incisivo. Já Aécio Neves, quando questionado sobre os escândalos de corrupção que envolveram o PSDB, tem sua pergunta feita por Patrícia Poeta, em tom bastante distinto do que William Bonner usa para questionar Dilma, e a pergunta que lhe é direcionada dá a ele oportunidade de dizer porque o PSDB é diferente do PT neste ponto. A escolha de quem faria a pergunta sobre corrupção para cada candidato, o momento em que o assunto foi inserido na entrevista, o teor do questionamento e, principalmente, o fato de relacionar a ideia de corrupção à imagem do PT, mesmo quando o assunto era o PSDB, foram claramente pensados para fortalecer o sentimento de antipetismo, que virá a ser extremamente importante para a concretização do golpe, e suavizar os escândalos que envolvem o PSDB.

b) Durante a entrevista, Dilma é constantemente interrompida e em um momento até silenciada por William Bonner. Já Aécio sofre poucas interrupções, mesmo fugindo ao tema das perguntas por diversas vezes. Ao que parece, é muito mais fácil aos apresentadores do telejornal aceitarem as respostas dadas por ele do que as respostas de Dilma.
c) É possível perceber que na entrevista de Aécio Neves a maioria dos questionamentos se dirigem a ele e não a seu partido, o PSDB. Já na entrevista feita com Dilma Rousseff, há um esforço para sempre atrelar sua imagem a do PT, exigindo muitas vezes que a candidata respondesse em nome do partido e utilizando sempre tom acusador, diferente do utilizado para tratar do PSDB.

Mesmo após a reeleição, o agendamento de negativas relacionadas à Dilma Rousseff e o PT não cessaram. Já que as elites não conseguiram barrar nas urnas tudo o que o mandato do PT vinha representando para seus interesses, pois o Brasil ainda é uma democracia e nas democracias prevalece o voto popular, a estratégia adotada foi a de trabalhar em prol do *impeachment*, com a contribuição fundamental da mídia. Um estudo realizado pelo cientista social e político João Feres Júnior, publicado na revista Carta Maior, mostra uma análise do teor das notícias sobre Dilma publicadas nos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O

Estado de S. Paulo, do início de 2014 até agosto de 2016. Segundo João Feres Júnior (2016),

> "É notável como **no mês seguinte ao segundo turno**, ou seja, de outubro a novembro, **o número de negativas recebidas por Dilma praticamente dobra**, de 83 para 149 – **são quase duas matérias negativas de capa por dia**, em média, para cada jornal no mês de novembro. Mas eles não pararam por aí. **Em janeiro, primeiro mês do segundo mandato, essa média sobe para 2,5 artigos negativos por periódico por dia, totalizando 222 no agregado do mês. No mês de março o total sobe para 293 negativas, ou seja, praticamente 3,5 matérias em cada capa, em média.** [...] **Em abril e maio de 2016 temos outro pico de negatividade, justamente quando ocorria a votação do Senado e Dilma era afastada definitivamente da presidência da república**".

Como vimos, os jornais escolheram períodos estratégicos para as inserções negativas relacionadas a Dilma, de modo que em momentos cruciais do processo de *impeachment* as críticas aumentaram consideravelmente. Tal decisão não pode ser considerada despretensiosa. Embora essa postura passe despercebida para o público, não é por acaso que os veículos atuaram dessa maneira. A estratégia adotada teve como objetivo principal o enfraquecimento do PT e, desse modo, o enfraquecimento de toda a ideologia de esquerda no Brasil. O sentimento de anti-petismo que foi cuidadosamente alimentado pela grande mídia e se propagou fortemente pelas redes sociais visa, na verdade, atingir um projeto de país que tirou milhões de brasileiros da miséria, que colocou a população de baixa renda em primeiro plano. Disfarçada de luta contra a corrupção, o que se viu e se vê no Brasil, hoje, é uma luta contra a ascensão social do pobre. As batalhas hoje travadas na sociedade extrapolam a esfera dos poderes tradicionais e são carregadas e arrastadas por outro poder que é a mídia (Guareschi, 2003). E nesta batalha ela tem cumprido o papel de protagonista.

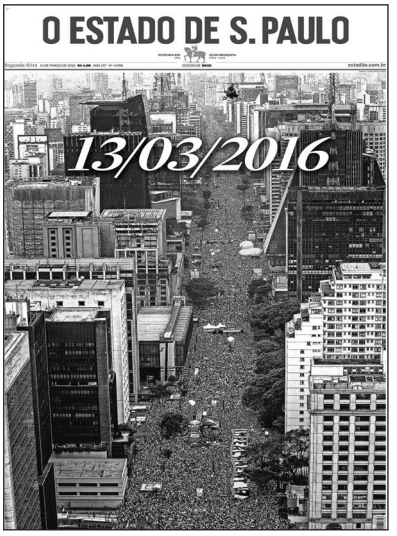
Outro momento importante para a manutenção de tal estratégia foi a cobertura das manifestações de rua contrárias e favoráveis ao *impeachment*. Não há dúvidas de que a mídia escolheu um lado da questão. Agora já não havia mais esforço para disfarçar a preferência, a diferença no tratamento deixava claro de que lado ela estava. A cobertura das manifestações pró-*impeachment* contava com inserções ao vivo, era constantemen-

te aclamada e, por vezes, jornalistas chegaram até a convocar a população para ir às ruas. Diferentemente, as manifestações contra o golpe eram, em geral, apenas citadas nos noticiários fixos das emissoras e com o cuidado de sempre enfatizar episódios de confusão e vandalismo.

Antes, contudo, de nos debruçarmos mais atentamente sobre a cobertura que a mídia deu à questão, cabe trazer à tona um fato interessante. O principal organizador dos protestos que clamavam pelo afastamento de Dilma foi o Movimento Brasil Livre (MBL), um dos braços da organização de representação mundial Estudantes pela Liberdade. O fato aqui interessante é que o MBL possui ligação com instituições internacionais financiadas diretamente pelos irmãos Koch, uma família de bilionários americanos do ramo do petróleo que apoia e financia ações conservadoras no mundo inteiro, em consonância com seus interesses financeiros (CartaCapital, 2015). Não fica difícil perceber que o *impeachment* de Dilma Rousseff é um desses interesses, pois significa um passo em direção a privatização de inúmeras estatais brasileiras. Na figura do MBL, por trás do mito da luta contra a corrupção, o capitalismo financeiro internacional novamente cumpre seu papel.

Voltando ao propósito de análise empírica da cobertura dedicada à questão, é de se comentar que nos jornais impressos, a diferença de tratamento também foi visível. Atos contra o governo Dilma receberam manchetes de capa e muitas páginas internas na edição; a escolha das fotos foi sempre positiva, de imagem aérea, em tamanho grande. Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz (2005) afirmaram que "a mídia é, sempre mais, imagem que palavra. Tudo passa pela indústria da imagem". No dia seguinte ao protesto de 13 de março de 2016, favorável ao *impeachment*, a edição de O Estado de S. Paulo apresentou uma imagem da manifestação, que ocupava um longo trecho da Avenida Paulista, em toda a capa do jornal [Ver imagem 1] e dedicou 11 páginas para a cobertura do ato, além dos artigos de colunistas que também abordaram o tema; enquanto isso, o veículo por vezes sequer dedicou uma manchete de capa para as manifestações contrárias ao *impeachment*. Além de O Estado de S. Paulo, jornais como a Folha de S. Paulo e O Globo, que compõem o topo do ranking de jornais com maior circulação no país, não se comportaram de forma distinta. Se compararmos as edições subsequentes aos maiores atos contrários e favoráveis ao *impeachment*, ocorridos de 2015 até o afastamento da Presidenta eleita Dilma Rousseff, em 11 de maio de 2016, a diferença de tratamento fica evidente. [Ver tabela 1]

Imagem 1:



Fonte: Internet

Tabela 1: Manchetes de capa dos jornais Folha de São Paulo (FSP), Estado de São Paulo (ESP) e O Globo (G), nos dias subsequentes aos principais atos pró e contra o impeachment

Data	**Atos pró-*impeachment***	Data	**Atos contra o *impeachment***
16.03.2015	**FSP**: 'Fora, Dilma' reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país **ESP**: Protesto contra Dilma é o maior desde 'Diretas Já' **G**: Democracia tem novo 15 de março	14.03.2015	**FSP**: Atos defendem Dilma, mas criticam governo **ESP**: CUT, UNE E MST fazem protesto pró-Dilma em 23 estados **G**: Manifestantes pró-Dilma vão às ruas em 24 Estados
17.08.2015	**FSP**: Novos protestos mantém Dilma sob pressão; SP mobiliza 135 mil **ESP**: Com líderes da oposição nas ruas, protestos focam *impeachment* **G**: Atos reúnem 879 mil, mas governo vê quadro estável	21.08.2015	**FSP**: Atos contra o *impeachment* mobilizam 32 cidades no país **ESP**: Não houve manchete de capa **G**: Não houve manchete de capa
14.03.2016	**FSP**: ATO ANTI-DILMA É O MAIOR DA HISTÓRIA **ESP**: 13-03-2016 **G**: Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro	19.03.2016	**FSP**: Ato pró-governo reúne 5 mil na Paulista, calcula Datafolha **ESP**:Não houve manchete de capa **G**: Aliados de Dilma e Lula fazem atos em todos os estados

A escolha das palavras utilizadas, a escolha das imagens, o número de páginas dedicadas a cada acontecimento, demonstraram ser fruto de uma decisão editorial bastante consciente das consequências que isso traria para o cenário político do país. Analisando apenas as capas de cada edição já é possível perceber a distinção: todos os atos pró-*impeachment*, inclusive os não apresentados aqui, foram manchete de capa, enquanto que as manifestações contrárias por vezes não foram citadas ou receberam apenas uma imagem acompanhada de legenda. As manifestações contrárias ao *impeachment*, quando citadas, estiveram sempre, de alguma forma ligadas a movimentos como a CUT e o MST ou foram chamadas de pró-governo pelos veículos, enquanto que aos atos pró-*impeachment* sempre buscou-se atrelar um caráter de manifestação popular e democrática. Um exemplo disso são as manchetes de capa do jornal O Globo. [Ver imagem 2]

Imagem 2:

O GLOBO

MAIOR MANIFESTAÇÃO DA HISTÓRIA

Brasil vai às ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro

Protesto pacífico reuniu 3,6 milhões de pessoas em 326 cidades de todos os estados e no Distrito Federal

Insatisfação da população aumenta a pressão sobre o governo, no início de uma semana decisiva — o processo sobre o impeachment deverá ter seguimento na Câmara na quinta-feira. Aliados do presidente adotaram que situação se agrava

Líderes da oposição são hostilizados

Insatisfação cresce também no Nordeste

O GLOBO

LAVA-JATO NO PLANALTO

Aliados de Dilma e Lula fazem manifestação em todos os estados

PT reúne 275 mil, 7% do público dos protestos de domingo pelo impeachment

Em discurso na Avenida Paulista, ex-presidente reedita versão 'paz e amor' e diz que terá cargo de ministro no governo para restabelecer a paz; atos governistas tiveram shows para animar a militância

Gilmar Mendes suspende nomeação de Lula e devolve inquérito a Moro

Grampo foi legal, afirma Janot

Fonte: Internet

Entretanto, na cobertura da sessão do dia 17 de abril de 2016, que votou a abertura do inquérito na Câmara de Deputados, a estratégia adotada pela mídia foi outra. Houve intensa repercussão, inclusive com transmissão ao vivo de toda a sessão, mas a postura e o tom adotados pelos veículos foi mais sutil, se compararmos ao que vinha sendo feito até o momento. O esforço foi em defender a legitimidade do *impeachment* e promover as manifestações favoráveis ao afastamento de Dilma que ocorriam

no país, dedicando pouquíssimo espaço aos atos em defesa da Presidenta. O jornalista Alexandre Garcia chegou a afirmar que "a cidadania está nas ruas, mostrando que não fica em casa para ver a banda passar", ao referir-se às manifestações favoráveis ao processo. Como já havia sendo feito, as manifestações contrárias ao golpe continuaram sendo associadas ao PT e movimentos sindicais, enquanto que "a população" ia às ruas pedir pelo *impeachment*.

As redes sociais foram outro importante elemento nesse processo. Inflado pela grande mídia, foi nas redes sociais que a onda de anti-petismo se espalhou e ganhou a força de um tsunami. Com a ascensão da era digital, que trouxe consigo um bombardeio de informações em velocidade imediata, a circulação de notícias falsas tem sido um dos ônus dessa revolução. É de se mencionar aqui que uma recente pesquisa realizada pela Associação dos Especialistas em Políticas Públicas de São Paulo (AEPPSP), apontou o MBL como maior difusor de notícias falsas no meio digital, atribuindo à organização o controle de ao menos dois dos maiores sites responsáveis pela veiculação das mentiras. Na sinfonia do golpe, as chamadas 'fake news' exerceram papel importantíssimo: na semana de 12 a 16 de abril de 2016, anterior a sessão de votação do *impeachment* na Câmara, três das cinco notícias mais compartilhadas nas redes sociais eram falsas. [Ver Tabela 2]

Tabela 2: Relação das fake-news mais compartilhadas na semana de votação do impeachment na Câmara

Notícia	Veículo	Nº de comentários	Período	Nº de compartilhamentos
"Lula deixa Brasília às pressas ao saber de nova fase da Lava-Jato. Seria um mandado de prisão?"	Diário do Brasil	468	10/03/2016 à 13/04/2016	7.483
"Presidente regional do PDT ordena que militância pró-Dilma vá armada no Domingo: 'Atirar para matar'"	Diário do Brasil	1.031	13/04/2016 e 14/04/2016	17.734
"Polícia Federal quer saber os motivos para Dilma doar R$ 30 Bilhões a Friboi"	Pensa Brasil	18.548	12/04/2016 à 08/06/2016	31.708

Fonte: Lavarda, Sanchotene e Silveira. Quando as notícias mais compartilhadas são falsas: a circulação de boatos durante a semana do impeachment no Facebook. 2016.

As três notícias em questão, além de compartilhadas, geraram grande interação entre os internautas. Muitos foram os comentários deixados nas redes sociais a respeito das mentiras publicadas, porém tidas como verdade. Podemos nos perguntar, então, o que será que leva as pessoas a acreditarem fielmente em algo, a ponto de repercutir em suas redes, sem verificar sua veracidade? E tratando da mídia tradicional, o que faz com que a população, muitas vezes, assista apática aos noticiários televisivos, sem questionar o que é dito? De onde vem tamanha credibilidade construída pela mídia, de modo que ela se tornou 'dona da verdade'? Seria esse o caminho que abriu passagem para a pós-verdade?

Muitos são os questionamentos que acompanham-nos ao final desta seção, os quais buscaremos compreender melhor no tópico seguinte. Porém, agora faz-se necessário levantar algumas considerações éticas a respeito do jornalismo. Primeiramente, é preciso enxergá-lo como um negócio cujo interesse principal é o lucro que, infelizmente, ele se tornou. Inserido em uma sociedade capitalista, o jornalismo coloca-se também a serviço do capital. A notícia transformou-se em mercadoria e os critérios de noticiabilidade, que deveriam pautar-se unicamente no interesse público, servem agora aos interesses de quem paga mais. Virginia Fonseca (2008), atentou para essa transformação em seu livro *Indústria de Notícias.*

> Ao se institucionalizar de forma empresarial, o jornalismo transformou-se em produto destinado a gerar lucro às empresas que o exploram como negócio. Como mercadoria, concorre para a formação da acumulação capitalista. Submetidas às leis de mercado, as empresas jornalísticas reestruturam-se constantemente, com vistas à permanência nesse mercado e ao seu controle monopólico. (Fonseca, 2008, p. 290)

E nesse contexto capitalista, a política é elemento fundamental. Como vimos, o poder exercido pela mídia é tão grande que ela é capaz de moldar a opinião pública e induzir as ações dos indivíduos. O capital da grande mídia é simbólico: muito mais do que dinheiro, trata-se de poder; a mídia deseja manter sua influência sobre a sociedade. Qualquer ameaça a essa hegemonia é vista como um inimigo a ser derrotado e foi isso que se viu ao longo de 2014 até o tempo presente. O que ela quer é que a roda continue a girar, mas sem tirá-la de sua posição privilegiada. Como maestro de uma orquestra programada para trocar sempre a mesma sinfonia, ela se reinventa, assume novas formas, desenvolve diferentes estratégias,

mas jamais deixa de comandar seus músicos. E o problema é estrutural, envolve desde os profissionais da imprensa, o público, até as leis que regulamentam a comunicação no país. No entanto, é engano acreditar que a melodia não pode mudar. Deixo, ao fim desta etapa que percorremos, o caminho apontado por Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz (2005), para a construção de uma comunicação a serviço da democracia e não do capital.

> É falsa a ideia de que não existe outro caminho. Temos que buscar saídas e não aceitar o discurso conformista das elites. Dos conflitos nascem alternativas. Uma dessas é a procura, ou mesmo a fundação de veículos alternativos de comunicação que ofereçam a versão dos que não têm voz e vez, impedidos de se manifestarem, além de se discutir publicamente novos critérios para a entrega de concessões de rádio e televisão. (Guareschi e Biz, 2005, p.116-117)

A sinfonia da pós-verdade: quando as convicções valem mais que os fatos

Como já abordado anteriormente, o termo pós-verdade (*post-truth*, originalmente) foi eleito a palavra do ano pela Oxford Dictionaries. Segundo a definição, pós-verdade "se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais". Levando em consideração o significado do termo e tudo o mais que foi exposto até aqui, é fácil perceber a presença quase que dominante de características como as atribuídas ao fenômeno da pós-verdade no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, seja pelos interesses ocultos, seja pela atuação tendenciosa da mídia, seja pela construção de um imaginário de luta contra a corrupção e tantas outras características que possibilitaram o êxito do golpe. Nesta última etapa de nossa reflexão, procurarei apontar onde exatamente a pós-verdade fez sua morada.

O primeiro e mais importante ponto a ser considerado na relação golpe e pós-verdade é a imagem de luta contra a corrupção que foi alimentada durante todo o processo. Apesar de, na época, a Presidenta sequer ter sido citada em escândalos de corrupção, sua imagem sempre esteve ligada ao crime e a ausência de fatos e provas jamais pareceu um problema nas conversas informais. Segundo Jessé Souza (2017):

> "O núcleo de toda fraude da elite do dinheiro que faz os outros de tolos é o tema da corrupção seletiva. Como não se sabe nem se define com precisão o que é corrupção – até bem pouco tempo só o agente do Estado podia ser punido por esse crime –, esta passa a ser uma construção arbitrária daquilo que o inimigo político faz. Todos os golpes de Estado tiveram a corrupção como mote, precisamente porque ela se presta sem esforço a ser tomada arbitrariamente contra o inimigo político de ocasião. A farsa é tão completa que até mesmo uma Presidente que, pelo menos até a data em que o impedimento foi votado na Câmara de Deputados e aceito pelo Senado, jamais havia sido sequer acusada de corrupção torna-se sua vítima". (Souza, 2017, p. 12)

A estratégia de ligar a corrupção ao Partido dos Trabalhadores funcionou muito bem. O sentimento de anti-petismo que tomou conta do Brasil foi fruto dessa estratégia. Tornaram a corrupção o maior problema do país e do PT fizeram seu mestre. A farsa se espalhou de tal maneira que já não importava mais se algo era verdade ou mentira, se alguém roubou ou não roubou, se há provas ou não: se houvesse ligação com o PT, era corrupção. Mesmo que o *impeachment* sequer tivesse alguma ligação com casos de corrupção, o simples fato de Dilma Rousseff representar o Partido dos Trabalhadores fazia dela uma corrupta por excelência. Entretanto, o fato de figuras como Eduardo Cunha, comprovadamente comprometido com crimes de corrupção, ser um dos articuladores do golpe já não incomodava tanto, pois a luta contra a corrupção era seletiva. Quando se trava uma guerra, é preciso definir um inimigo; nesse caso, o inimigo é a corrupção e sua personificação é o PT.

As redes sociais desempenharam um papel fundamental em todo este percurso. Atualmente, elas funcionam como um canal de veiculação e repercussão de informações, sem que para isso haja necessidade de comprovação. Qualquer indivíduo pode expressar-se na Internet e, apesar de em princípio isso representar algo positivo, ele carrega consigo um ônus capaz de influenciar toda a opinião pública e mudar os rumos de um país. O compartilhamento de boatos é um problema em si, entretanto, boatos sempre existiram na sociedade; a grande novidade introduzida pela ambiência da pós-verdade não está na circulação de mentiras, mas no fato de as pessoas já não se importarem com a veracidade daquilo que repercutem. Segundo Guareschi e Biz (2005),

> "nesse turbilhão informacional não interessa mais tanto se aquilo que é comunicado é verdade ou não; interessa se é, se existe, se está. Da parte dos receptores, esse mundo revolucionado e volúvel, passa a ser verdadeiro o que se apresenta no momento, o que está em cena, o que está na vitrine. Se aquilo corresponde ou não à verdade dos fatos, torna-se secundário, interessa que esteja aí". (Guareschi e Biz, 2005, p.49).

Além disso, a possibilidade conferida pela Internet de anularmos nossas identidades permite que tudo seja dito por qualquer um, sem que isso necessariamente lhe cause algum prejuízo. A propagação de discursos de ódio sempre foi marca do território digital, entretanto, agora ela extrapola os limites cibernéticos. O ódio que se criou e alimentou, cuidadosamente, em relação a determinados alvos seletivos, fez com que coisas absurdas fossem, muitas vezes, consideradas normais ou aceitáveis. Por exemplo, se pesquisarmos por imagens dos protestos pró-*impeachment* na Internet, veremos a quantidade de cartazes incitando a violência e proclamando discurso de ódio em relação a Dilma e seu partido. Frases como "Dilma, pena que não te enforcaram no Doi-Codi", "Comunista é bom morto", "Lula, tenha coragem e se suicide" e "Dilma, você só tem três opções: renúncia, suicídio ou *impeachment*" são algumas das tantas manifestações bárbaras, proferidas por "cidadãos de bem" preocupados com o futuro do país.

O que possibilita que tudo isso aconteça? Na verdade, não há explicação racional para isso, justamente porque a pós-verdade caminha lado a lado com a irracionalidade. A era da pós-verdade parece "permitir" que certas coisas aconteçam e sejam socialmente aceitas. Ela funciona como um filtro invisível que confunde a imagem da realidade e da invenção, espalhando um grau de irracionalidade que tem tomado conta dos indivíduos e possibilitado a concretização de coisas até então inacreditáveis. Para aqueles que acompanharam o golpe em curso, por alguns momentos pode ter parecido inconcebível a ideia de que o *impeachment* realmente aconteceria. No entanto, mesmo estando baseado em argumentos tão frágeis, ele aconteceu. Não se pode dizer que a pós-verdade o causou, pois ele foi causado pelos fatores que já discutimos anteriormente, mas seu papel nesse processo foi o de possibilitar que ele fosse orquestrado sem grandes empecilhos. Como vimos nos outros ensaios empíricos, ela tem criado um ambiente favorável para que coisas inimagináveis aconteces-

sem em todo o mundo. E algumas delas, como no caso brasileiro, podem se mostrar cruéis.

Considerações finais

Ao longo deste ensaio procuramos esclarecer as questões que motivaram o golpe e a contribuição de uma ambiência de pós-verdade nesse processo. Nesta etapa de nossa reflexão, parece interessante retomar o caráter de luta de classes que o *impeachment* demonstrou e tentar, de alguma forma, prever quais serão suas consequências para o país, tendo como pano de fundo o fenômeno da pós-verdade que continua presente.

Estaríamos perigosamente equivocados, como nos alerta Jessé Souza (2017), se nos detivéssemos apenas no acontecimento do *impeachment*, no fato concreto e temporal. Ele possui suas raízes mais importantes e profundas em nossa história de 500 anos. A análise de Gilberto Freyre (1933/2003), o fantasma da *Casa Grande e Senzala,* continua a rondar e atormentar os milhões de brasileiros que permanecem marcados e ainda não curados de suas feridas.

O governo que se instalou no Brasil no início do século XXI trouxe um abalo na estrutura brasileira. As estatísticas, principalmente aquelas referentes à passagem de milhões de brasileiros de uma situação de pobreza e extrema pobreza para patamares superiores, são difíceis de serem ocultadas e negadas. Nunca antes houve tal transformação. A eleição de Dilma num quarto mandato dentro de um rumo que podia significar uma continuação sistemática de uma política que privilegiasse os menos favorecidos, foi a gota d'água que precipitou o golpe.

Para quem prestar atenção a determinados episódios trazidos, às vezes involuntariamente, pela Grande Mídia, vai perceber que esse abalo foi e é também psicológico e psicossocial, um abalo que chocou as mentes e ideologias de muitos habitantes da Casa Grande. De um lado, ninguém gosta de ser forçado a partilhar privilégios; de outro lado, a percepção de que há mais pessoas querendo se aproximar de nossos quintais – físicos, psicológicos e ideológicos –, assusta e atemoriza. Mais difícil ainda é aceitar a necessidade de questionar nossas estruturas mentais e ideológicas. Elas têm a ver com valores e crenças. E os valores e crenças, como vimos no ensaio sobre Psicologia e Comunicação, constituem o reduto mais profundo de nossas cosmo-

visões. Daí a necessidade de *impedir* a senzala de subir, que parece esconder-se por detrás do *impedimento* da Presidenta e, como consequência, do impedimento de outros personagens que tentaram mobilizar a senzala brasileira. Tudo isso se constituiu, e ainda continua sendo, uma terrível ameaça.

A verdade é que, embora já concretizado, o golpe ainda está em curso. O afastamento de Dilma Rousseff foi apenas uma nota desta sinfonia. O objetivo maior sempre foi, na verdade, barrar os avanços do estado de bem-estar social e retomar o poder das elites econômicas do país. As consequências dessa melodia já estão sendo ouvidas: reforma da previdência, reforma trabalhista, privatizações e outras medidas neoliberais que ameaçam as conquistas da classe trabalhadora. O que começa a se manifestar agora é o discurso da anti-política: a descrença nas instituições políticas e a alienação são a vitória imediata dos músicos que orquestraram o golpe.

Com a população cansada e descrente da política brasileira, cria-se o ambiente favorável para todo tipo de artimanha. Na verdade, não é possível prever um futuro certeiro para o Brasil. Na Era Pós-verdade, a nuvem do *possível-inacreditável* está sobrevoando nossas cabeças e torna-se difícil de imaginar o que pode vir pela frente. Nada mais parece impossível.

Referências

Benites, Afonso. (2016, 20 de abril) *Dos 513 deputados na Câmara do Brasil, só 36 foram eleitos com votos próprios. Por quê?* El País Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461023531_819960.html

Costa, Antonio Luiz M. C. (2015, 23 de março) Quem são os irmãos Koch? *Carta Capital*. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-irmaos-koch-2894.html

Dowbor, Estanislau. (2017) *A Era do Capital Improdutivo*. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária.

Feres, João. (2016, 16 de dezembro) A grande mídia e a sinfonia do golpe. *Carta Maior*. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo_id=37469

Fonseca, Virginia Pradelina da Silveira. (2008) *Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Freyre, Gilberto. (2003) *Casa Grande & Senzala:* formação da família brasileira sob o regime econômico patriarcal. São Paulo: Global. (Original publicado em 1933)

Guareschi, P. & Biz, O. (orgs). (2003) *Diário Gaúcho*: que discurso? que responsabilidade social? Porto Alegre: Evangraf.

Guareschi, P. & Biz, O. (2005) *Mídia, educação e cidadania*: tudo o que você deve saber sobre a mídia. Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. (2003) Representações Sociais da mídia construídas por ela mesma. *Anais da VIII Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Università degli Studi La Sapienza, Roma.

Guareschi, P. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. (2007) Porto Alegre: *Revista Debates*, v.1, n.1, p. 6-25. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/2505/1286

Guareschi, P. (2013) *O Direito Humano à Comunicação – pela democratização da mídia*. Petrópolis: Vozes.

Lavarda, Suélen de Lima, Sanchotene, Carlos & Silveira, Ada C. Machado. (2016) *Quando as notícias mais compartilhadas são falsas*: a circulação de boatos durante a semana do impeachment no Facebook. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

McCOMBS, Maxwell & SHAW, Donald. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In: TRAQUINA, Nelson. (2000) *O poder do jornalismo*: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva.

Melo, José Marques de. (1998) *Teoria da comunicação*: paradigmas latino-americanos. Petrópolis, RJ: Vozes.

Nascimento, Thiago. (2017, 10 de agosto) *MBL é o maior difusor de notícias falsas, conclui pesquisa da USP*. Contraponto. Disponível em: https://www.contraponto.blog.br/artigos/925/mbl-noticias-falsas

Oliveira, Hebe Maria Gonçalves. (2016) A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua. *VI Encontro Regional Sul da História da Mídia*. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Santos, Boaventura S. (2014, 5 de novembro) A Grande Divisão. *Carta Maior*. Disponível em: www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Brasil-A-Grande-Divisao/32167

Thompson, J.B. (2005) *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes.

Thompson, J.B. (2011) *O Escândalo Político – poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes.

Villaverde, A. (2016) *É golpe, sim*: terceiro turno sem urnas, o ataque aos direitos sociais e o entreguismo. Porto Alegre: Sulina.

ENSAIO 11
TRUMP E A POLÍTICA PÓS-VERDADE

Marcos Weiss Bliacheris

Introdução

"Jura dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade?"

Crescemos escutando essa frase, repetida à exaustão em filmes e seriados norte-americanos, em cenas de tribunal, sempre acompanhada do ar solene e a mão sobre a Bíblia. A verdade, como um valor absoluto, deveria ser dita mesmo se nos prejudicasse. No entanto, a verdade não é muito valorizada entre as virtudes políticas. Mais, dadas as constantes promessas de campanhas não cumpridas e os atos contrários à plataforma exposta quando da disputa pelos cargos, a política vem sendo automaticamente associada à mentira e passou a ser natural o seu uso sistemático para se atingir objetivos políticos.

Ingenuamente, poderíamos imaginar que a Era da Informação limitasse ou impedisse o uso da mentira para fins políticos, já que, diz-se, a informação é abundante e está ao alcance de todos pela Internet. O *fact-checking*[1] iria expor constantemente os políticos mentirosos ao constrangimento de ver suas palavras desmentidas publicamente. Todavia, a mentira se adapta a este novo meio, seja pelas notícias falsas, as chamadas *fake news*, seja pela manipulação emocional das informações, ou mesmo pela

1 *Fact checking* é o termo usado para a checagem das declarações públicas. Normalmente utilizado para verificar a veracidade de declarações de políticas confrontando-as com dados disponíveis. Tem se popularizado na Internet nos últimos anos principalmente na Internet, em sites independentes como a Agência Pública (http://apublica.org) ou ligadas a algum órgão de imprensa como a Lupa (http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/).

negação deliberada da realidade, em prol da legitimação dos discursos políticos, os chamados, "fatos alternativos".

A esta nova forma de lidar com a realidade, utilizando-se da rapidez de disseminação de notícias falsas como verdadeiras nas redes sociais ou aderindo aos boatos e lendas urbanas como se fossem verdade, entre outras posturas, deu-se o nome de pós-verdade. Esta postura foi potencializada pelo uso massivo de informações pessoais de usuários da Internet para fins políticos, o chamado *big data*, possibilitando uma maior personalização e efetividade das propagandas eleitorais. O uso da mentira com fins políticos tornou-se tema de um debate mundial impulsionado pela eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, entre outros fatos praticamente concomitantes, também tratados neste livro. Como este fenômeno influenciou a eleição de Trump será tratado nas próximas páginas.

Os presidentes norte-americanos e a verdade

Nas últimas décadas, por diversas vezes os Presidentes dos Estados Unidos foram questionados acerca da veracidade de seus atos e declarações. Como em todo lugar, afinal. Não é segredo que políticos fazem promessas vazias, falam coisas diferentes em público e privado e, claro, mentem. Contudo, as raízes puritanas da sociedade americana, com sua ética protestante-evangélica fortemente enraizada, exigem do candidato a cargos públicos um ideal de honestidade e integridade que se encontra na base do discurso político. Exige-se uma coerência entre prática e discurso, o candidato será cobrado pela coerência de suas ações com suas palavras. Esta ideia, remonta ao *Second Great Awakening*, movimento de caráter religioso do início do século XIX, que buscava reformar os costumes sociais para se preparar para a volta de Jesus Cristo, passando pelo movimento *Social Gospel*, do início do século XX e a política dos valores morais dos *neo cons* de Bush filho.

A aplicação dessa exigência de postura ética religiosa de compromisso com a verdade tem levado diversos Presidentes americanos a serem cobrados por mentir e ter que explicar por que mentiram. Desde a era Nixon isso tem sido uma constante. Richard Nixon, o único Presidente americano a renunciar ao posto acabou sendo forçado a isso pela força dos fatos, em que a sua mentira teve uma influência essencial. Seu governo teve iniciado seu processo de término quando um grupo de homens foi preso invadindo os escritórios

de campanha do partido adversário, o Democrata, no edifício Watergate em Washington. Nixon negou de forma veemente ter conhecimento dos fatos, afirmando que não era um pilantra, o célebre "*I'm not a crook*". No entanto, o envolvimento do Partido Republicano e da Casa Branca foi sendo descoberto pouco a pouco por jornalistas investigativos, desmentindo as declarações anteriores. O Presidente mentiu e tentou acobertar o escândalo impedindo as investigações. Com a possibilidade de sofrer um *impeachment*, Nixon acabou por renunciar ao cargo. O Presidente não somente se tornou um paradigma de vigarista político como também de mentiroso.

Steve Tesich (1992), que foi o criador da expressão pós-verdade em seu artigo publicado pela revista Nation, *"A Government of Lies"*, remete a Nixon, responsabilizando-o pela "Síndrome de Watergate", que seria um rotineiro modo de agir dos Presidentes norte-americanos em cumplicidade com a opinião pública. O autor sustenta que, após as revelações do Watergate e da Guerra do Vietnã, os norte-americanos passaram a considerar a verdade uma má notícia e, como ninguém quer receber más notícias, preferem desconhecer a verdade em um pacto em que procuram o Governo para protegê-los da verdade.

Ronald Reagan, na década de 80, retomou a Presidência para o Partido Republicano. Seu governo foi abalado pelo escândalo Irã-Contras em que uma triangulação clandestina de armas e recursos foi armada de modo clandestino em um verdadeiro governo paralelo.

Durante a Guerra Civil Libanesa, grupos jihadistas libaneses sequestraram cidadãos americanos que estavam naquele País. Apesar de publicamente afirmar que não faria qualquer tipo de negociação com terroristas, o governo americano abriu negociações secretas com o governo iraniano, a fim de obter a libertação dos reféns. Estando o Irã envolvido na guerra contra o Iraque, foi selado um acordo de troca de reféns por armas americanas. As armas foram entregues por Israel, que tinha o compromisso americano de reposição do material bélico entregue aos iranianos. Os fundos obtidos com a venda do armamento para os israelenses foram utilizados no financiamento de grupos paramilitares, os "contras", que lutavam contra os sandinistas nicaraguenses, que haviam deposto a ditadura de Somoza e instalado um governo de inspiração marxista no país da América Central. Toda operação foi feita de forma clandestina, sem passar pelos procedimentos legais e violando a norma que proibia o financiamento dos "contras" que lutavam contra os sandinistas.

Assim como Nixon, Ronald Reagan mentiu em rede nacional, afirmando que não existiram as operações clandestinas levadas a cabo seguidas de diversas declarações diminuindo o ocorrido. Por fim, diante dos documentos e depoimentos tornados públicos, não teve outra alternativa senão admitir seu conhecimento sobre a Operação.

Mas se Reagan teve problemas com a verdade, não chegou perto da cruzada sofrida por Bill Clinton. A fonte dos problemas foi sua relação com uma estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky. Quando foi revelada a relação entre os dois, Clinton negou veemente que tivesse mantido relações sexuais com a estagiária ou que havia pedido para alguém mentir. Detalhes deste relacionamento foram expostos em um escândalo que durou meses e afetou politicamente o Presidente. Lembremos que Clinton já havia sido condenado por faltar com a verdade em outro escândalo sexual, com Paula Jones. Boa parte da discussão foi de questões semânticas e tecnicismos sobre o que seria uma relação sexual e se os atos praticados na Casa Branca se enquadravam nesta definição. Clinton admitiu haver mantido "relações impróprias" com Monica no que foi o primeiro escândalo político da era da Internet. Entretanto, a acusação principal que sofreu o Presidente Clinton, foi de haver mentido.

Já para George W. Bush, a mentira que o desmoralizou foi a questão das armas de destruição em massa no Iraque, que deram causa à invasão daquele País por uma coalizão militar liderada pelos Estados Unidos. Essa foi a justificativa dada para a invasão do país liderado por Saddam Hussein, que havia produzido armas químicas em grande escala desde os anos 90 e que as havia utilizado na guerra contra o Irã e contra sua população civil, em especial a minoria curda. A (in)existência dessas armas se tornou a grande questão a ser enfrentada por Bush filho. Os imensos arsenais escondidos não foram encontrados. Mais uma vez um Presidente americano era confrontado com a mentira.

Os exemplos acima mostram como a verdade foi objeto de questionamento em diversos governos americanos. A ideia de mentir na política é refutada pela opinião pública daquele País, causando a erosão da credibilidade do seu portador.

No entanto, como aponta Tesich (1992), há por parte da população a vontade de não procurar saber estas mentiras e, caso venham à tona, serão perdoadas. Se, por um lado, a mentira é detestada, todos querem acreditar na versão oficial, que podem levar a consequências graves, como o Watergate.

É evidente que não há política sem mentiras. Não há relação humana sem mentiras ocasionais. No entanto, a ideia de um governante mentir de forma pública e explícita nos EUA é refutada, mesmo sabendo-se que isso é algo utópico.

Esse tabu não somente foi rompido por Donald Trump como foi instrumentalizado na busca de poder econômico e na sua campanha eleitoral exitosa para ser Presidente dos EUA.

Trump e a mentira

Donald Trump fez fortuna no mercado imobiliário em Nova York. Como empresário já é conhecido há décadas, por seu estilo extravagante que muitos dirão ser cafona. Trump não apenas é bilionário, faz questão de ostentar sua riqueza. Tornou-se uma figura pública com este estilo, no qual seus três casamentos, com mulheres provenientes do mundo da TV e da moda sempre foi parte essencial..

Trump virou uma figura midiática muito antes de se tornar político. Participou de filmes, programas de TV, apareceu nos Simpsons. Foi o apresentador de mais de 180 episódios do reality show "O Aprendiz".

O atual Presidente americano sempre se caracterizou pelo exagero, pela disposição de estar na mídia a qualquer preço. Em seu livro "A Arte da Negociação" (Trump, Donald J., Schwartz, Tony, 1998), disse que o elemento-chave de sua estratégia de promoção é o estardalhaço (p. 29) e que a imprensa sempre está atrás de uma boa história (p. 28). Como diz seu modelo e sucesso nos negócios sempre esteve atrelado a um estilo de vida marcado pela ostentação, que ele chama de ou "hiperbóle de confiança" (p. 29), apelando para a fantasia das pessoas. Poderia agregar, como a personagem Lady Susan de Jane Austen (2014, p. 126) que "fatos são coisas terríveis!".

Neste rumo, o empresário demonstrou especial apreço em aderir a teorias conspiratórias propagadas pela Internet, populares entre setores da direita americana.

Trump esteve perfilado entre os *birthers*, grupo que defendia que o Presidente Obama nasceu no Quênia, portanto não poderia ser eleito Presidente norte-americano. A persistente contestação quanto ao local de nascimento do único Presidente negro dos EUA encampada por setores mais extremistas de sua oposição política levou Obama a mostrar em pú-

blico sua certidão de nascimento para confirmar seu local de nascimento – o Havaí. Donald Trump declarou-se "honrado e orgulhoso", atribuindo a si e a sua campanha este fato.

No *Twitter*, site da Internet que permite mensagens somente até 140 caracteres e veículo preferencial com que o atual Presidente americano se dirige ao público, ele voltou a defender esta posição quando da campanha presidencial de 2012. Somente durante a sua própria campanha de 2016, o então candidato Donald Trump admitiu que Obama havia nascido nos EUA. Claro que, ao fazer isso, sem nenhum suporte na realidade dos fatos, atribuiu o persistente boato à Hillary Clinton.

Enquanto durou a defesa de sua posição, mostrou até mesmo "provas" de que Obama havia nascido na África usando como fonte de notícias o *Breitbart*. Esta polêmica é exemplar ao mostrar característica auto-atribuída a Trump em sua citada obra, qual seja: a "flexibilidade", nunca ficando preso a uma só abordagem (p. 25).

O site de notícias, que se posiciona como militante da destruição do *establishment* político e midiático, é o porta-voz da chamada *alt-right* (direita alternativa), movimento de extrema-direita que congrega nacionalistas brancos e que tem em sua plataforma a defesa de deportação em massa de imigrantes ilegais (os chamados *undocumented immigrants*, majoritariamente de origem latina) e políticas protecionistas. Opõe-se ferozmente ao feminismo, à política de promoção de diversidade, aos direitos LGBT, à globalização, ao controle de armas. Opõe-se também aos direitos civis (civil rights), normas que permitem a participação social de todo cidadão independente de gênero, raça ou orientação sexual.

Donald Trump também endossou a posição que vacinas causam autismo. Tal declaração surge de uma polêmica estabelecida no final dos anos 90 quando o médico Andrew Wakefield publicou um estudo preliminar na revista científica Lancet ligando a vacinação à ocorrência do autismo infantil. O estudo foi atacado e não se sustentou diante das contestações da comunidade científica.

No entanto, muitos pais passaram a se recusar a dar vacinas aos seus filhos, nos chamados movimentos "anti-vacinas" e a teoria passou a ter apelo em grupos radicalmente anti-Estado.

As polêmicas adotadas por Trump, ainda que consideradas exóticas ou ridículas pelos jornalistas mais liberais e intelectualizados encontram

forte apelo no seu público votante: pessoas que tem enraizadas posições anti-estatais e anti-científicas, desconfiando do governo e de toda forma de autoridade, inclusive na de cientistas. Não se identificam com nenhum partido político, aceitando quase a contragosto os republicanos e rejeitando os democratas. Satanizam a burocracia de Washington, a quem vêem como inimiga das liberdades individuais. Nesse contexto, as vacinas são vistas como mais uma ordem vinda do governo central e mais uma interferência estatal em suas vidas.

É este público que se sente identificado quando Trump diz em um debate: "Você pega esse bonitinho bebê e 'pump'. Outro dia mesmo, uma linda criança de 2 anos foi vacinar. Uma semana depois, ela teve febre e ficou muito, muito doente. Agora, é uma autista".

Tal declaração poderia ser encarada como mais uma bravata eleitoreira, entre tantas. Porém, a nomeação do senador democrata Robert Kennedy Jr., que milita nas fileiras do movimento anti-vacinas para um painel que tem a função de avaliar a integridade científica mostra que as palavras são seguidas de atos.

Trump também bate de frente com a comunidade científica ao negar as mudanças climáticas decorrentes da ação humana. Ao fazê-lo, declara que "não acredita no aquecimento global", colocando-o como uma questão de fé pessoal e desacreditando o virtual consenso científico que há sobre a matéria. Em seu *Twitter*, fala de modo jocoso do aquecimento global por ocasiões de temperaturas muito baixas ou nevascas.

A adesão à contestação ao aquecimento global consegue conjugar o pensamento anti-científico com o discurso de que as medidas mitigadoras do aquecimento global sejam prejudiciais à economia norte-americana, elevando custos e destruindo empregos. Trazendo ainda um elemento conspiratório, Trump aponta o dedo para os chineses – criadores do conceito de aquecimento global para se beneficiar e prejudicar a competitividade da indústria dos EUA.

Como nos demais casos mencionados, as bravatas eleitoreiras não se esgotam em si mesmas. Os EUA anunciaram sua retirada do Acordo de Paris, referente às mudanças climáticas e que procura mitigar seus efeitos e promover adaptações às mudanças dos clima. Internamente, a menção ao aquecimento global foi proibida no Departamento de Agricultura americano (equivalente a um Ministério), entre outras medidas semânticas e um advogado ligado à indústria petrolífera e negacionista das mudanças

climáticas foi nomeado para o órgão ambiental federal (*Environmental Protection Agency*).

Um ponto em que essas questões convergem e demonstram de forma clara a manipulação da verdade no discurso de Donald Trump é a questão energética. Os acordos e medidas que buscam reduzir o aquecimento global visam a uma mudança da matriz energética. Assim, busca-se o incremento estimular a produção de energia limpa e renovável, como a eólica e a solar e diminuir o uso das chamadas energias sujas e não-renováveis, como o carvão.

Coerente com seu discurso anti-científico e anti-ambientalista, Trump contesta a adoção da energia eólica por um lado e faz a defesa do carvão.

A energia eólica é caracterizada como assassina de pássaros. Assim, algo normalmente visto como secundário é colocado como principal devido a seu apelo emocional. Diz, também buscando as emoções, que não quer precisar ter esperança que o vento sopre para se ter energia.

As turbinas eólicas causam a morte de pássaros. Estima-se que entre 124.000 a 328.000 pássaros morram a cada ano por causa delas número muito inferior ao cerca de um bilhão de pássaros que são mortos em choque com edifícios. Jamais se ouviu alguma manifestação de Trump a respeito das mortes causadas pelos arranha-céus, esta que é sua mais notória atividade econômica.

Contraposta a sua crítica à energia eólica está sua constante manifestação de apreço ao carvão como fonte de energia. Tratou a política ambiental de Obama como um instrumento de "guerra contra o carvão". Isso, a despeito de seus impactos ambientais e sua pouca atratividade econômica diante de outras fontes energéticas, como o gás de xisto.

Trump se contrapõe às restrições levantadas por ambientalistas e as iguala às chamadas energias limpas chamando-o de "carvão limpo". Assim, no lugar de um conceito, joga-se um *slogan* que busca esvaziar este conteúdo e colocar ambos os lados em situação de igualdade.

A retórica da campanha transformou-se em medidas efetivas com o estímulo à indústria carbonífera, com a criação de centenas de empregos.

A adoção de medidas em cada uma destas áreas, mostra que aqueles que diziam que suas palavras eram meros discursos e que ele não as colocaria em prática quando chegasse à Presidência estão sendo desmentidos pelos fatos.

O uso da mentira na campanha eleitoral

Poucos candidatos tiveram seu discurso tão analisado como Trump, poucos candidatos tiveram suas mentiras e incoerências tão tratadas pela imprensa. O jornal *The New York Times* mantém uma página com as centenas de mentiras contadas pelo então candidato e no exercício da Presidência. Mas o comportamento de Trump em relação a isso difere de um político tradicional, pois menospreza os desmentidos e mantém sua narrativa. Como afirma o jornalista Barton Swaim, se Trump é um mentiroso, ele não é um mentiroso convencional.

Ele trata as notícias que lhe desagradam simplesmente como falsas, qualificando-as como *fake news*, atacando e mesmo ridicularizando deliberadamente os jornalistas que o contestam e os veículos onde trabalham, qualificando-os como inimigos do povo americano.

Umberto Eco (1997) disseca o relacionamento dos políticos com a imprensa. Mostra como os jornais e canais de televisão buscam uma entrevista do político, que não passa de uma peça de autopromoção do entrevistado. Nela, o político dá declarações bombásticas, que interessam tanto ao político como ao jornal.

Essa entrevista é seguida de um jogo em que os políticos afirmam que não disseram aquilo, que suas palavras foram alteradas ou descontextualizadas e seguem-se vários desmentidos. Já os órgãos de imprensa refutam dizendo que foi aquilo mesmo que foi dito e são novamente atacados pelo político.

O desmentido dos políticos é somente retórico, disseram o que gostariam mas não poderiam e desmentem o que gostariam de falar, como no verso de Pessoa, fingindo a dor que deveras sentem. Fazem disso um verdadeiro balão de ensaio de suas intenções.

Como observa Eco (1997), substituem a linguagem da política cautelosa por uma retórica caracterizada pelo improviso, descontrole, pitoresca e imediatista, comparável a um bêbado que tomou alguns copos a mais em uma taverna e é estimulado a ultrapassar todos os limites.

Poucas descrições poderiam ser mais fiéis à retórica verborrágica de Donald Trump. Já o minueto descrito acima caberia de forma perfeita ao procedimento do chamado homem mais poderoso do mundo com apenas uma notável exceção: os desmentidos.

O atual Presidente norte-americano não entra na dança dos desmentidos da imprensa. Prefere aferrar-se a suas versões mesmo quando confrontado aos fatos e ataca sempre quem o está desmentindo. Após a de-

claração de que sua posse foi a mais assistida da história e das inevitáveis contestações, sua equipe falou em "fatos alternativos". No lugar de um desmentido, há um ataque aos fatos e a quem o desmascara.

Um exemplo paradigmático da forma com que trata sua "hipérbole" é quando afirma haver assinado mais normas leis que qualquer outro Presidente, afirmando como se fosse verdade um fato que não se sustenta, já que os ex-Presidentes Franklin D. Roosevelt, Truman, Carter, Clinton produziram normas em maior número que o atual mandatário.

Também pode-se questionar se o número de normas é um indicador adequado para se atestar a qualidade do trabalho de um Presidente. No entanto, isso é tratado como fato, em uma lógica em que números representam produtividade e resultado.

Após sua declaração, Trump fala que melhor seria dizer *think*, eu penso, eu acho que a minha Presidência é a que produziu mais normas, que Truman pode ter feito mais e que é melhor falar no condicional pois os *fact-checkers*, os jornalistas que irão checar se é isso é verdade farão com que seja visto como um Pinóquio. Ou seja, o fato falso vira uma insinuação com ares de verdade, com a adição da expressão *think*, vira uma verdade descartável.

Essa retórica busca a adesão dos eleitores pelo reforço emocional de suas crenças sem buscar apoio nos fatos, ou como relata Trump falando de um negócio em sua mencionada obra de auto-promoção, auto-ajuda e biografia: "Isso só veio confirmar a impressão que eles já estavam dispostos a acreditar" (p. 27).

O habitat perfeito para esta retórica são as redes sociais e a equipe que cercava o candidato descobriu isso, fazendo uma campanha baseada na personalização das abordagens, a chamada "customização", através do uso do *big data*, da estonteante disponibilidade de dados oferecida pela Internet.

A contratação da empresa *Cambridge Analytica* levou ao mapeamento da população americana por perfis psicológicos praticamente de casa em casa. O foco do trabalho foi em 17 estados, chegando somente a Michigan e Wiscosin ao final da campanha. Não por acaso, apesar de Hillary Clinton haver recebido um maior número de votos, a estratégia de Trump foi mais eficiente em termos de compreensão dos mecanismos do colégio eleitoral, levando a uma vitória expressiva mesmo com menor número de votos.

Outra questão que permeou a campanha foram as *fake news*. A notícia mais compartilhada nas redes sociais foi o falso apoio do Papa Francisco ao candidato republicano em número significativamente superior à notícia real mais compartilhada. Da mesma forma, ao final da campanha, o

número de compartilhamentos das vinte principais notícias falsas superou as vinte notícias reais mais compartilhadas.

Deste modo, em uma realidade em que as pessoas se informam cada vez mais em mídias sociais em detrimento das tradicionais, há uma igualdade entre as notícias reais e as deliberadamente falsas pois compartilham o mesmo ambiente com a mesma hierarquia.

As notícias falsas ainda podem se sobressair. Ao apelar para o extraordinário, o escandaloso e o emocional, as *fake news* encontram adesão daqueles que as veem confirmando seus pontos de vista. e, devido ao efeito bolha das redes sociais, em que você vê pessoas e postagens que tendem a ser mais próximos de suas opiniões, amplificam-se entre seu público alvo.

Ainda que alguém acredite que as notícias sejam falsas, o compartilhamento entre pessoas próximas faz com que o juízo crítico fique em suspenso.

Considerações finais

A eleição de Donald Trump mostrou um novo paradigma de utilização das informações obtidas e transmitidas pelas redes sociais. Sua eleição se aproveitou de uma constante confusão entre fatos e emoção, apelando para as crenças que, mesmo minoritárias e até mesmo vergonhosas socialmente, ganharam um aval de autoridade ao serem endossados por uma pessoa em tal posição.

Este fenômeno, batizado de pós-verdade, foi a grande estrela de vários eventos que ocorreram nos últimos anos e deve aparecer também nos próximos. Quem quiser saber como são ganhas e perdidas votações e opinião pública, deve estudá-lo.

A pós-verdade abala a crença na eleição racional mas, no lugar de negá-los, devemos observá-la como consequência do mundo hiper conectado e focado em redes sociais. Mais do que nunca, conhecimento é poder.

Post-scriptum

Aproveito a liberdade que o gênero ensaio dá a seus praticantes para iniciar este *post-scriptum* com algumas reflexões de caráter mais pessoal e empírico.

A Internet tem se caracterizado desde sua popularização como um terreno fértil para a mentira e os boatos. Promessas milagrosas de técnicas irresistíveis de seduzir as mulheres, de ficar rico sem trabalhar e ter um corpo atlético sem precisar fazer exercícios. Após isso, basta fazer tudo que o e-mail está mandando para dividir a herança com um milionário nigeriano que precisa de sua ajuda para liberar sua fortuna perdida.

Mas a Internet tem sido nossa ágora contemporânea, o local onde circulam as verdades e os debates políticos e sociais. A exposição estimulada pelas redes sociais também leva à difusão de nossas opiniões políticas e culturais. É o local onde expomos nossas indignações e tornamos público o que nos causa admiração ou repulsa.

Há muito que verifico o que posto, para saber se estou repassando algo verdadeiro ou não. Quando recebo algo que não é verdadeiro, costumo alertar quem enviou de que a postagem é falsa, de preferência junto com um *link* desmentindo a notícia ou com os fatos reais.

Desde o tempo "em que tudo isso aqui era mato", como se diz na linguagem das redes sociais, as pessoas costumavam dizer que não sabiam que haviam postado uma notícia falsa, nem tomavam alguma atitude, seja esclarecendo em sua publicação ou a retirando de suas redes sociais.

Nos últimos anos, em especial após a última campanha eleitoral, a postura mudou de forma acentuada. Mais de uma vez indiquei para algum amigo ou conhecido que o conteúdo de sua postagem era falso.

A notícia fazia referência a uma destacada política mulher. E recebi uma das primeiras respostas chocantes: "OK, mas ela é uma p...".

Descobri que a verdade era pouco relevante, dada a evidente imoralidade daquela adversária política. Assim, a publicação mentirosa foi mantida.

No entanto, a resposta mais comum, que se repetiu por algumas vezes, foi uma aparente concordância com meu comentário e uma desconcertante conclusão.

"Sim (não é verdade). Mas poderia ter sido."

Mais uma vez, a verdade era irrelevante. A verdade passava do mundo do ser para o da mera possibilidade. Em poucas palavras, não era verdadeiro, mas era verossímil.

Ou, parafraseando Homer Simpson (e a escolha do personagem é tudo menos aleatória): a verdade é minha e eu a coloco onde quiser.

A MENTIRA COMO MÉTODO DE GOVERNO

Quando do lançamento da primeira edição do livro, o ensaio falava da mentira como método de campanha eleitoral. Muito se ouviu na campanha eleitoral americana que o postulante republicano à Presidência teria um comportamento diferente como presidente eleito. No entanto, o mandato iniciado em 2017 seguiu os mesmos padrões da campanha eleitoral e, como vimos no ensaio, o comportamento foi mantido em toda uma vida pública.

O site de checagem PolitiFact classificou como verdadeiras ou preponderantemente verdadeiras somente 15% das declarações do Presidente Trump, enquanto 48% seriam completamente falsas (some-se a esse número 21% de declarações preponderantemente falsas).

A jornalista russa Masha Gessen (2016), no artigo escrito logo após a eleição de Trump, com base em sua experiência sob o governo de Putin, diz que a primeira regra para sobreviver em uma autocracia mantendo sua sanidade e autorrespeito é "acreditar no autocrata", pois ele diz exatamente o que quer dizer. Pensar que ele está exagerando apenas reflete uma tendência inata à racionalização e à negação diante do confronto com o inaceitável.

Os anos que transcorreram mostraram mais do que isso: a mentira se tornou um método de governo ~~de~~ Trump. É impossível falar desses quatro anos sem mencionar a quantidade avassaladora de mentiras.

Os órgãos de imprensa que se ocuparam de contar e contestar mentiras presidenciais tiveram trabalho incessante no mandato de Trump. Uma rápida pesquisa no Google mostra inúmeros sites dedicados ao assunto, e que se dedicam a catalogar as afirmações do presidente por grau de veracidade, tema, pessoas-alvo, distribuição geográfica, entre outros critérios. O *think tank* Natural Resources Defense Council, por exemplo, dedica uma página exclusiva para analisar e desmentir declarações do Presidente com relação a questões ambientais.

A mentira desempenha pelo menos duas funções políticas essenciais como método de governo: mostrar o poder do líder e agrupar os liderados em torno de uma mesma história.

Voltando à Masha Gessen (2016*b*), em seu artigo *"The Putin Paradigm",* ela aponta que o poder de Putin reside justamente no fato de dizer o que quer e, quando quer, independente dos fatos. Em sua defini-

ção, ele é o presidente do País e o rei da realidade. A mentira é mais uma forma de demonstrar poder, desta vez diante da realidade. O líder tem tanto poder que não se submete à realidade, mas a cria de acordo com seus desígnios.

A mentira também serve como forma de criar uma comunidade de crenças compartilhadas. Ainda que as declarações sejam inverossímeis, acredita-se nelas não pelo seu valor intrínseco, mas em razão de quem as proferiu.

A verdade não é mais uma questão objetiva, torna-se subjetiva. Há muito se discute que a verdade é influenciada por fatores subjetivos. Mas aqui estamos diante tanto do abandono da objetividade, como da própria crença pessoal, enquanto elemento constitutivo da subjetividade. Tanto para o emissor, que é valorizado por ser quem é, como para o receptor, que passa a ter valor diante do grupo justamente por compartilhar a crença comum e a incorporar na sua própria subjetividade.

Levitsky e Ziblatt (2018, p. 189) apontam que mesmo essa quantidade avassaladora de declarações presidenciais falsas praticamente diárias não fez com que seus apoiadores o vissem como desonesto. Pelo contrário, sua imagem é de franqueza, de alguém que diz o que deve ser dito sem se render ao "politicamente correto".

Como diz Yuval Noah Harari (2018, p. 297), histórias falsas têm uma vantagem sobre a verdade quando se trata de unir pessoas: para testar a lealdade num grupo é muito mais eficaz pedir a seus integrantes que acreditem num absurdo do que numa verdade. Qualquer um acredita que o sol nasce a leste, mas só alguém muito leal acreditará em seu líder se ele afirmar que o sol nasce mesmo é a oeste. No fim das contas, numa crise só se pode contar com os que acreditam em qualquer absurdo.

A MENTIRA COMO O FIM DA DEMOCRACIA

A pós-verdade é o pré-fascismo
Timothy Snyider

A eleição de Trump e o fortalecimento de uma onda de populismo de direita, que também vem sendo chamada de *democracia iliberal*, gerou uma quantidade de livros e reflexões tratando de um possível fim da democracia, como prelúdio de uma política de tons fascistas.

Para essas análises, a mentira é elemento essencial no estabelecimento de tal ordem de poder. As mentiras tolhem o direito básico à informação, enfraquecendo o debate e a própria democracia (Levitsky e Ziblatt, 2018).

Como anota Timothy Snyder (2017, p. 63): *abandonar os fatos é abandonar a liberdade. Se nada for verdadeiro, ninguém poderá criticar o poder, porque não haverá uma base para fazê-lo. Se nada for verdadeiro tudo é espetáculo*". A política vira entretenimento (de péssima qualidade).

Jason Stanley (2018) mostra que a verdade é posta em dúvida e é substituída pelo poder, de forma a "quebrar" a realidade. Uma das formas de fazer isso é associar os adversários políticos a atos de extrema depravação. Outra, é pela adoção e disseminação de teorias conspiratórias que são, nas palavras do autor, "o cartão de visitas da política fascista".

Já havíamos tratado nas primeiras edições deste livro a relação de Trump com as mudanças climáticas, sua opinião de que tudo se trata de uma conspiração chinesa para prejudicar a economia americana. Por mais absurdo que isso possa parecer, há uma consequência bastante prática: aceita essa "verdade", qualquer estudo científico está desautorizado de antemão. A divulgação das conclusões de um estudo científico pela imprensa apenas reforça seu caráter conspiratório: estão todos mancomunados e agindo de forma contrária ao líder.

A interdição ao debate é fundamental para essa política de ataque às instituições democráticas. Se nada é verdade, não se pode acreditar na imprensa, considerada essencialmente mentirosa. Também a Universidade, fórum tradicional de debates, deve ser silenciada.

O silenciamento não se dá de modo arbitrário: é precedido por uma avalanche de declarações falsas (ou propositadamente exageradas) que associam a imprensa e a academia a valores negativos, e desautorizam seus pontos de vista. O instituto de pesquisas Pew Institute verificou que 58% dos eleitores republicanos associa as universidades a valores negativos (Katukani, 2018).

Michiko Katukani (2018) aponta que a Internet criou filtros de realidade, com a mediação de algoritmos, do Google e de outros grandes portais. Isso estimulou o surgimento das chamadas bolhas nas redes sociais, em que lemos e compartilhamos os mesmos conteúdos, o que acaba reforçando e radicalizando nossos pontos de vista. As bolhas se transformaram em tribos.

O uso das mentiras e o fim da verdade, impedem o surgimento de uma realidade compartilhada, na qual o debate é permitido. Não há um terreno onde se possa conversar, estabelecendo compromissos sobre fatos e valores comuns.

A mentira centraliza a discussão de tal forma que o público passa a discutir absurdos e esquece dos fatos objetivos. A mentira cala a crítica e ainda obriga os alvos (em geral, a oposição) a passar o tempo se defendendo de acusações disparatadas.

Anne Aplebaum (2018), observa o quanto as mentiras pavimentaram o caminho do poder nos governos iliberais da Hungria e Polônia, como as primeiras mentiras foram usadas para preparar o terreno para as mentiras seguintes e como base ideológica para os seguidores do governo, transformando-se em alicerce das ações autoritárias promovidas pelo regime.

A falta de um repertório comum está expressa por Anne na mensagem que recebeu de quem já foi uma de suas melhores amigas e madrinha de seus filhos ao recusar um encontro: "Sobre o que conversaríamos?"

Essa falta de terreno comum também está presente nas linhas que separam famílias e amigos, como a do vizinho que lamenta que perdeu sua mãe, que "vive em outro mundo", imersa nas teorias de conspiração propagadas pelo governo.

BREVE CONCLUSÃO

Donald Trump possui um discurso em que os afetos preponderam sobre os argumentos técnicos e lógicos. Ao acender paixões, como sentimentos de ódio, grandeza e pertencimento, coloca a verdade em segundo plano. Não é o primeiro nem o único político a fazer isso, tampouco será o último. Nesse contexto, a mentira se torna irrelevante: a adesão é baseada não mais no convencimento pelo embate no mercado das ideias, mas sim nos sentimentos. Como sustenta Freud (2018, p. 42), argumentos nada podem contra paixões.

Mais: a mentira pode ser interpretada até mesmo como atitude de franqueza, atestando o caráter genuíno do político, frente ao suposto artificialismo dos políticos que se guiam por fatos e estatísticas para fundamentar suas propostas.

Ao agir assim, o político se desvencilha da responsabilidade de suas declarações. Faz uma leitura da realidade, em que vivemos soterrados de

informação, que circula sem qualquer filtro ou hierarquia, em um excesso que provoca amnésia (Eco, 2013).

Este quadro, faz com que vários autores recordem a advertência de Hannah Arendt:

"O sujeito ideal do reinado totalitário não é nem o nazista convicto, nem o comunista convicto, mas o homem para quem a distinção entre fato e ficção e entre verdadeiro e falso não existem mais."

Referências

Applebaum, Anne (2018, November). O pior está por vir. *Revista Piauí*, nº 146, https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-pior-esta-por-vir/ Acesso em 22/09/2019.

Austen, J. (2014). *Lady Susan.* São Paulo, Brazil: Landmark. (Original publicado em 1871)

Belis, G. (1988, January, 4). Donald Trump Explained. In *Fortune*, pp. 92-3. Recuperado de http://fortune. com/2016/02/03/donald-trump-explained-january-1988/ Acesso em 03 de setembro de 2017.

Brown University (s.d.). Brownedu. Recuperado de https://www.brown.edu/Research/Understanding_the_Iran_Contra_Affair/index.php Acesso em 02 de setembro de 2017.

Davenport, C. & Lipton, E. (2016, December, 7). Trump Picks Scott Pruitt, Climate Change Denialist, to Lead E.P.A. The New York Times. Recuperado de https://www.nytimes.com/2016/12/07/us/politics/scott-pruitt-epa-trump.html Acesso em 02 de setembro de 2017..

Davenport, Carol. (2016, September). Donald Trump, in Pittsburgh, Pledges to Boost Both Coal and Gas. The New York Times. Recuperado de https://www.nytimes.com/2016/09/23/us/ politics/donald-trump-fracking.html Acesso em 03 de setembro de 2017.

Eco, U. (1998) *Cinco Escritos Morais.* Rio de Janeiro : Record.

Estadão (2017). Cético sobre vacinas chefiará setor no governo Trump. Recuperado de http://internacional.estadao.com.br/blogs/eua-2016/cetico-sobre-vacinas-chefiara-setor-no-governo-trump/ Acesso em 03 de setembro de 2017.

Freud, Sigmund (2018). *O futuro de uma ilusão* (2ª ed.) Porto Alegre: L&PM.

G1. (2017, June 1). Trump anuncia saída dos EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.. Recuperado de https://g1.globo.com/natureza/noticia/trump-anuncia-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas.ghtml Acesso em 03 de setembro de 2017.

Gessen, Masha (2016, November 11). *Autocracy: Rules for Survival*. https://www.nybooks.com/daily/2016/11/10/trump-election-autocracy-rules-for-survival/ Acesso em 13/09/2019.

Gessen, Masha (2016, December 13). *The Putin Paradigm*. https://www.nybooks.com/daily/2016/12/13/putin-paradigm-how-trump-will-rule/ Acesso em 26/09/2019.

Haddon, H. (2015, September 24). Donald Trump: 'I Don't Believe in Climate Change'. Recuperado de https://blogs.wsj.com/washwire/2015/09/24/donald-trump-i-dont-believe-in-climate-change/ Acesso em 03 de setembro de 2017.

Halpern, S. (2017, June 8). How He Used Facebook to Win. In The New York Review of Books. Recuperado de http://www.nybooks.com/articles/2017/06/08/how-trump-used-facebook-to-win/ Acesso em 22 de setembro de 2017.

Harari, Yuval Noah (2018). *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras.

Idoeta, P. A. (2017, July 24). A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo. Recuperado de http://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622 Acesso em 04 de setembro de 2017.

IMDb. (s.d.) The Apprentice. Recuperado de http://www.imdb.com/title/tt0364782/ Acesso em 04 de setembro de 2017.

Jackson, R. L. (1999, July 30). Clinton Fined $90,686 for Lying in Paula Jones Case.. Recuperado de http://articles.latimes.com/1999/jul/30/news/mn-61021 Acesso em 04 de setembro de 2017.

Katukani, Michiko (2018). *A morte da verdade*: Notas sobre a mentira na era Trump. São Paulo: Intrínseca

Lasica, J. D. (s.d.). Internet Journalism and the Clinton-Lewinsky Investigation. Recuperado de http://www.columbia.edu/itc/journalism/j6075/edit/ Lewinsky.html Acesso em 04 de setembro de 2017.

Levistsky, Steven e Ziblatt, Daniel (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Loss, S. R. , Will, T. & Marra, P. (2013, December). Estimates of bird collision mortality at wind facilities in the contiguous United States. Biological Conservation, 168, 201-209.

Main, T. J. (2016, August 25). What's the Alt-Right? Recuperado de http://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-main-alt-right-trump-20160825-snap-story.html Acesso em 03 de setembro de 2017.

Margolis, M. (2016, September 16). Donald Trump's Birther Tweets. Recuperado de https://twitter.com/i/moments/776795610817007616 Acesso em 03 de setembro de 2017.

Mc Kibben, B. (2017, August 8). The Trump administration's solution to climate change: ban the term. Recuperado de https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/08/trump-administration-climate-change-ban-usda Acesso em 02 de setembro

de 2017.

Megerian, C. (2016, September 16). What Donald Trump has said through the years about where President Obama was born. Recuperado de http://www.latimes.com/politics/la-na-pol-trump-birther-timeline-20160916-snap-htmlstory.html Acesso em 03 de setembro de 2017.

Natural Resources Defense Council. https://www.nrdc.org/trump-lies. Acesso em 13/09/2019.

NY Daily News.. (s.d.). President Nixon says, 'I'm not a crook,' on national television. Recuperado de http://www.nydailynews.com/news/politics/president-nixon-national-television-not-crook-article-1.2876186 Acesso em 04 de setembro de 2017. (Original publicado em 1973)

O Globo. (s.d.). 'Fake news': Sete ataques do governo Trump à imprensa. Recuperado de https://oglobo.globo.com/mundo/fake-news-sete-ataques-do-governo-trump-imprensa-20978675

Pinheiro, D. (2016, December). O jornalismo pós-Trump. Recuperado de http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-jornalismo-pos-trump/ Acesso em 04 de setembro de 2017.

Politifact. https://www.politifact.com/personalities/donald-trump/. Acesso em 16/09/2019.

Pollak, J. B. (2012, May 17). The Vetting – Exclusive – Obama's Literary Agent in 1991 Booklet: 'Born in Kenya and raised in Indonesia and Hawaii'. Recuperado de http://www.breitbart.com/big-government/2012/05/17/the-vetting-barack-obama-literary-agent-1991-born-in-kenya-raised-indonesia-hawaii/ Acesso em 03 de setembro de 2017.

Rothman, L. (2015, January 26). The Story Behind Bill Clinton's Infamous Denial. Recuperado de http://time.com/3677042/clinton-lewinsky-response/ Acesso em 03 de setembro de 2017.

Scherer, M. (2011, April 27). Birtherism Is Dead, But the Birther Industry Continues. Recuperado de http://swampland.time.com/2011/04/27/birtherism-is-dead-but-the-birther-industry-continues/ Acesso em 04 de setembro de 2017.

Schwartz, J., & Bennett, K. (2017, August 3). On Environment and Energy, Trump Often Picks His Own Facts.. Recuperado de https://www.nytimes.com/2017/08/03/climate/trump-climate-fact-check.html Acesso em 03 de setembro de 2017.

Shear, M. D., & Yourish, K. (2017, July 17). Trump Says He Has Signed More Bills Than Any President, Ever. He Hasn't.. Recuperado de https://www.nytimes.com/2017/07/17/us/politics/trump-laws-bills.html Acesso em 02 de setembro de 2017.

Silverleib, A. (2011, April 28). Obama releases original long-form birth certificate. Recuperado de http://edition.cnn.com/2011/POLITICS/04/27/obama.birth.certificate/index.html Acesso em 02 de setembro de 2017.

Silverman, C. (2016, November 16). This Analysis Shows How Viral Fake Election News Stories Outperformed Real News On Facebook. Recuperado de https://www.buzzfeed.com/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook?utm_term=.bkLnV50w4p#.ayRBAaq6Go Acesso em 02 de setembro de 2017

Snyder, Timothy (2017). *Sobre a Tirania – Vinte lições do século XX para o presente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Swaim, B. (2017, January 5). Politics has always been post-truth. Trump's just honest about it.. Recuperado de https://www.washingtonpost.com/opinions/politics-has-always-been-post-truth-trumps-just-honest-about-it/2017/01/05/091cb36c-d2a5-11e6-9cb0-54ab630851e8_story.html?utm_term=.92a813c067e2 Acesso em 02 de setembro de 2017.

Swaine, J. (2017, January 23). Donald Trump's team defends 'alternative facts' after widespread protests. Recuperado de https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/22/donald-trump-kellyanne-conway-inauguration-alternative-facts Acesso em 03 de setembro de 2017.

Tesich, S. (1992, January 6). The Watergate Syndrome: A Government of Lies. In *The Nation*, pp. 12-14.

Thompson, S. A., & Leonhardt, D. (2017, June 23). T r u m p ' s L i e s. Recuperado July 21, 2017, de https://www.nytimes.com/interactive/2017/06/23/opinion/trumps-lies.html Acesso em 03 de setembro de 2017.

Trump, D. J., & Schwartz, T. (1998). A Arte da Negociação. Rio de Janeiro : Campus.

Trump, D. J. (2015, February 15). [Tweet]. Recuperado de https://twitter.com/realdonaldtrump/status/566815101349810176 Acesso em 03 de setembro de 2017.

Trump, D. J. (2012, November 6). [Tweet]. Recuperado de https://twitter.com/realdonaldtrump/status/265895292191248385 Acesso em 03 de setembro de 2017.

United States Department of Labor. (2017, October 2). Databases, Tables & Calculators by Employment, Hours, and Earnings de the Current Employment Statistics survey (National). Recuperado de https://data.bls.gov/timeseries/CES1021210001 Acesso em 03 de setembro de 2017.

Watergate.info. (s.d.). Watergate Chronology. Recuperado de http://watergate.info/chronology Acesso em 04 de setembro de 2017.

Wikipedia. (s.d.). Second Great Awakening. Recuperado de https://en.wikipedia.org/wiki/Second_Great_Awakening Acesso em 02 de setembro de 2017.

Wikipedia. (s.d.). Social Gospel. Recuperado de https://en.wikipedia.org/wiki/Social_Gospel Acesso em 03 de setembro de 2017.

ENSAIO 12

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL EM 2018 UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA

Pedrinho A. Guareschi e André Guerra

PRIMEIRA PARTE

Introdução

Os organizadores do presente livro, que se propõe discutir o fenômeno pós-verdade no campo da psicologia e das novas mídias, acharam oportuno e necessário acrescentar um novo ensaio a essa Terceira Edição que vem completar, quase que necessariamente, o ensaio escrito sobre a *Impeachment* da Presidenta Dilma em 2017 (Bengo, 2018). A necessidade justifica-se por duas razões: a primeira, é que a eleição de 2018 foi praticamente uma continuidade e consequência do golpe de 2016; e a segunda, porque as estratégias empregadas na eleição foram praticamente uma cópia da eleição do Presidente Trump, com a colaboração, inclusive, dos mesmos personagens que atuaram tanto na eleição de Trump, como no episódio do Brexit/Leave da Inglaterra.

Há, contudo, uma novidade fundamental nesse novo ensaio: na segunda parte arriscou-se fazer uma tentativa de interpretação ético-crítica do fenômeno que poderia ser aplicada também aos quatro ensaios anteriores. Pode-se dizer que esse acréscimo se constitui num avanço teórico

que ajuda a lançar mais luzes na busca de aprofundamento do misterioso papel que a comunicação vem desempenhando nessa Era Pós-verdade.

O ensaio está estruturado em duas partes. Na primeira, faz-se uma contextualização mais ampla do fenômeno das eleições de 2018 no Brasil e são apresentados alguns dados históricos sobre seu desenrolar. Uma segunda parte procura fazer uma análise interpretativa desse fenômeno que pode também ajudar na compreensão de outros fenômenos semelhantes nessa complexa área da relação entre as mídias sociais e o clima pós-verdade.

O desenrolar das eleições presidenciais do Brasil em 2018: o contexto nacional e internacional

Essa parte é mais descritiva e histórica e tem o intuito de mostrar as estratégias empregadas por diferentes atores para persuadir as pessoas a aderir ao candidato vencedor. Iniciamos com uma contextualização mais ampla do espaço que o Brasil ocupa no cenário latino-americano e internacional; e seguimos com uma análise mais próxima da campanha eleitoral discutindo principalmente as estratégias midiáticas que foram empregadas.

Inspiramo-nos aqui, em grande parte, na análise feita pelo experiente embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2019, julho 26), que foi Ministro do Brasil para Assuntos Estratégicos. Não é difícil constatar o notório interesse dos EE.UU. no controle da América Latina (AL), e de modo especial do Brasil, como prosseguimento e materialização do que se chamou de *Doutrina Monroe*, que retrocede ainda ao ano de 1823. A AL foi declarada zona de influência exclusiva dos EE.UU., assegurando-se a eles o direito a uma hegemonia natural sobre ela, com exclusão das potências européias. Durante todo esse período ocorreram intervenções e ocupações militares em quase todos os países da região, em alguns de maneira explícita, principalmente na América Central e em outros de maneira indireta e velada. Mas essa influência, principalmente sobre o Brasil, nunca se manifestou tão incisiva e direta como nos últimos anos, especificamente a partir da Operação Lava Jato e na intervenção e controle sobre fatores que poderiam influenciar as eleições de 2018.

Desde o início, entre os objetivos permanentes estavam: impedir que a influência americana fosse reduzida por alianças com outros países, como

estava começando a acontecer com a criação do Mercosul e a participação do Brasil como membro do BRICS; investir ideologicamente nos meios de comunicação; manter um alinhamento político e militar com os EE.UU.; impedir o desenvolvimento de indústrias autônomas, ou pretender competir em áreas estratégicas, como o petróleo; e, mais importante que tudo, procurar eleger líderes políticos favoráveis aos objetivos americanos.

É fácil constatar que o que vinha ocorrendo no Brasil, principalmente com as políticas implementadas por Lula, vinha ferir muitos desses interesses seculares dos EE.UU. Mas, como enfatiza Guimarães (2019, julho 26, para 38), "talvez o principal objetivo, é impedir a eleição de líderes políticos que manifestem restrições a seus objetivos estratégicos e promover a eleição de líderes que a eles sejam favoráveis. E aí entra o papel da Operação Lava Jato na defesa direta ou indireta dos interesses americanos".

A publicação recente pela grande imprensa dos diálogos entre Sérgio Moro, Deltan Dallagnol, outros procuradores, envolvendo até Ministros do Supremo, vem demonstrar a ligação estreita entre os supostos objetivos da Lava Jato e as eleições presidenciais[1]. Essa afirmativa pode ser comprovada, entre outros, pelos seguintes fatos: a parcialidade e a íntima cooperação do então juiz Sérgio Moro com os procuradores; as delações extraídas sob pressão; as conduções coercitivas ilegais; a escuta ilegal de comunicações; a divulgação seletiva de trechos de delações à imprensa para obter efeitos no processo eleitoral[2]; a violação de direitos individuais e tratamento desumano ou degradante como a exposição da intimidade, da vida privada, agressão à honra e à imagem das pessoas; e, de modo especial, a violação do artigo LVII da Constituição Federal brasileira que estabelece que ninguém seja considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Enquanto este novo ensaio está sendo escrito, novas revelações são trazidas a público a todo instante, todas elas apontando na mesma direção: uma série de interesses difusos confluíram entorno da Operação Lava Jato para promover o golpe de 2016 e a inelegibilidade do favorito para vencer o pleito presidencial de 2018. Certamente, quando os leitores estiverem lendo essa produção, tudo aquilo que em algum momento eram apenas indícios desse conluio, estará muito mais explícito e evidenciado, não restando dúvidas honestas quanto ao fato de que, em 2016, o Brasil

1 The Intercept Brasil (s.d.). "As mensagens secretas da Lava Jato".
2 Baltazar, Bächtold, de Lara, Bianchi, e Demori (2019, setembro 8)

vivenciou uma nova modalidade de Golpe de Estado e que, em 2018, não houve um pleito eleitoral democrático, isto é, "sem condição alguma de preencher critérios básicos de legitimidade. Ou seja, uma farsa, mesmo para os padrões elásticos da democracia liberal", como apontou Vladimir Safatle (2019, julho 31, para 1).

Esse é o pano de fundo sobre o qual o *impeachment* da Presidenta Dilma foi montado e executado. O que se seguiu foi um governo breve e medíocre de Michel Temer, feito sob medida para que se pudesse chegar ao estabelecimento de um governo que fosse legitimado pelas urnas.

Para um entendimento abrangente e sério do processo eletivo para presidente em 2018 dois pontos são fundamentais e não podem ser excluídos: a necessidade de impedir que o ex-presidente Lula pudesse concorrer às eleições, com sua prisão e posterior proibição de dar entrevistas; e a propaganda massiva através das mídias sociais para que o candidato adversário vencesse nas urnas. A notória ambivalência de várias instâncias do judiciário quanto a prolongamentos de prazos para o julgamento de Lula e o impedimento das tentativas para que sua libertação se concretizasse vêm trazer sérios questionamentos sobre a possível existência de alguma instância desconhecida que estaria exercendo influência muito poderosa antes e durante a realização das eleições presidenciais de 2018.

A primeira etapa para atingir o "principal objetivo estratégico" (Guimarães, 2019, julho 26), foi, como vimos, promover o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, o que foi conseguido em 16 de abril de 2016. A discussão desse passo já foi feita no Ensaio 10 deste livro por Camila Bengo (2017). O Vice Presidente Michel Temer assumiu com um programa econômico intitulado "Ponte para o Futuro", elaborado por economistas liberais e perfeitamente compatível com os objetivos estratégicos dos EE.UU., como mostra Guimarães (2019, julho 26). Esses procedimentos vêm sendo aplicados de forma ainda mais radical pelo Ministro da Fazenda do novo governo Paulo Guedes.

É muito significativo, mas nada surpreendente, constatar que o processo eleitoral de 2018 se centrou, fundamentalmente, na pessoa do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Não é difícil encontrar razões para isso. Já a partir de sua eleição em 2003, a política interna e externa brasileira, se contrapôs, ainda que não de forma sistemática, desafiadora ou revolucionária, a vários objetivos estratégicos americanos como: não apoiar a invasão do Iraque de 2003; estabelecer o entendimento político e econômico estreito com a Argentina; promover a coordenação com a Argentina,

a Venezuela, o Uruguai, o Equador, a Bolívia e o Paraguai para a formação da UNASUL, em substituição à OEA; resistir à ALCA e fortalecer o Mercosul; fortalecer os instrumentos financeiros do Estado, como o BNDES, e utilizá-los na política externa; fortalecer o programa nuclear; exercer operações de aproximação autônoma com os países africanos e árabes; promover a criação do BRICS, com a China e a Rússia e África do Sul; fortalecer a Petrobrás e estabelecer o regime de parceria para exploração do pré-sal; estabelecer a política de "conteúdo nacional" na indústria; defender, embora de maneira tímida, a regulamentação da mídia; exercer um equilíbrio em suas relações com Israel e Palestina, entre os mais importantes (Guimarães, 2019, julho 26).

A partir dessa nova situação nas relações Brasil-Estados Unidos e da crescente popularidade do Presidente Lula, que terminaria em 2010 seu mandato com 87% de aprovação, a estratégia americana passou a assumir novas formas. Entre as mais relevantes podemos citar: a mobilização dos meios de comunicação de massa no Brasil contra as políticas do Governo, sob a coordenação do Instituto Millenium, fundado em 2005, que deu amplo apoio à Operação Mensalão; e, certamente o ponto mais importante, a partir do acordo de cooperação judiciária Brasil-Estados Unidos, iniciar a Operação Lava Jato que veio facilitar o alcance de objetivos estratégicos americanos, principalmente o de apoiar líderes políticos favoráveis a esses objetivos. Foi nesse contexto que se começou a preparar o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff financiando, direta e indiretamente, a formação dos grupos MBL e Vem pra Rua (Guimarães, 2019, julho 26).

Em matéria, ainda em 2015, a revista Carta Capital (2015, março 23) já insinuava o grande interesse econômico que empresas privadas estadunidenses - como as ligadas aos irmãos Koch, por exemplo - poderiam ter na desestabilização do então governo brasileiro ao vislumbrar, conforme a matéria, a possibilidade de implantação de um regime ultraliberal no país através do financiamento direto e indireto de novos grupos e movimentos de direita. A interferência estadunidense no processo de desestabilização nacional, contudo, ao que tudo indica, não se reduziu a intervenções da iniciativa privada daquele país, mas pode ter contado também com a participação de organizações estatais. No dia 20 de agosto de 2019, Deputados do Partido Democrata enviaram uma carta ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) questionando sobre o tipo de envolvimento que o órgão teve com o Ministério Público brasileiro, bem como a extensão desse envolvimento (Mello, 2019, agosto 20). Em função dos

inumeráveis abusos cometidos pela chamada Operação Lava Jato - em que até o momento apenas uma pequena parte foi explicitada pela série de reportagens "As Mensagens secretas da Lava Jato" produzidas pelo site The Intercept Brasil - os congressistas fizeram alguns questionamentos que revelam o tipo de suspeitas que pairam acerca do envolvimento das organizações dos dois países: "queremos garantir que as atividades do Departamento de Justiça não apoiem nenhum tipo de má conduta de agentes judiciários no Brasil ou ajudam procedimentos jurídicos que violam a ética básica legal" (Mello, 2019, agosto 20, para 5).

Como decorrência disso pode-se afirmar que o principal objetivo da Operação Lava Jato não era a luta contra a corrupção, mas sim impedir a eleição do Presidente Lula em 2018. Sua ação partia de duas premissas, ideologicamente muito bem formatadas e que tiveram uma difusão espantosa através da Grande Mídia e das redes sociais. A primeira era de que a grande maioria da população, devido a sua precária situação econômica e cultural, está sujeita a ser manipulada por indivíduos populistas, socialistas, comunistas etc. que fazem aos eleitores promessas irrealizáveis para conquistar e explorar o poder. E a segunda baseia-se no poderoso argumento de que os políticos, os partidos (e a sociedade brasileira) são intrinsecamente corruptos e os governos se sustentam através da corrupção e da compra de votos (Souza, 2017). A conclusão a que essas duas premissas levavam era que, devido a tudo isso, a violação de direitos constitucionais e legais por membros do Judiciário e do Ministério Público se justificaria para combater a corrupção. Na análise de Guimarães (2019, julho 26, para 44),

> a *corrupção* foi enfrentada pela Operação Lava Jato, comandada por Sérgio Moro, Juiz de primeira instância que contou com a conivência e mesmo a cooperação de membros dos Tribunais Superiores e da grande imprensa, para uma condução processual altamente heterodoxa e ilegal.

A divulgação quotidiana e seletiva de ações da Lava Jato através da imprensa, em especial da televisão, foram essenciais para criar a convicção de que a Lava Jato teria "revelado" que o partido que teria promovido e se beneficiado da corrupção no sistema político teria sido o PT, conduzido por Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi assim que a partir do segundo mandato do governo Dilma formou-se um amplo movimento anti-petista e anti-Lula, que se transformou de movimento político para um movimento ético e moral de combate à

corrupção, apresentada como o *principal mal* da sociedade brasileira. Isso serviu como legitimação para que o ex-Presidente Lula não pudesse se candidatar pois, caso novamente eleito, iria reimplantar os mecanismos de corrupção.

Foi com base nessa intensa campanha que Lula foi condenado, sem provas, em primeira instância por Sérgio Moro e em segunda instância por uma turma de três Desembargadores do TRF4 (não pelo Tribunal pleno), que gozam de grande familiaridade e amizade com Sérgio Moro (Justificando, 2016, outubro 20). Lula foi condenado à prisão em regime fechado, para não poder exercer qualquer atividade política, não podendo nem competir, nem influir nas eleições. Como consequência, pode-se dizer que decisão do TRF4 correspondeu à cassação dos direitos políticos não apenas de Lula, mas do povo brasileiro que não pôde votar no candidato que estava à frente em todas as pesquisas de opinião. A nomeação do juiz Sérgio Moro como Ministro da Justiça por Jair Bolsonaro e a declaração de Bolsonaro de que havia travado um "compromisso" de indicar Moro ao STF indicam o alto grau de ilegalidade de seus comportamentos (Marreiro, 2019, maio 14).

Um termômetro que parece sintetizar a lógica que permeou todo o processo que tinha a Operação Lava Jato como uma espécie de Cavalo de Tróia imperialista, responsável direta e indiretamente, tanto pelo impeachment de Dilma Rousseff como pela prisão do ex-presidente Lula, bem como pela produção do caldo de cultura que favoreceu o resultado das eleições de 2018, foi a oscilação do mercado financeiro durante o julgamento em segunda instância do processo que pedia a prisão do ex-presidente no TRF4:

> A despeito de a maioria dos agentes do mercado ter montado posições baseadas nas expectativas da condenação por unanimidade dos julgadores e, portanto, na inelegibilidade de Lula em 2018, à medida que os votos iam sendo lidos e se confirmava o acerto das apostas, a Bolsa subia, a taxa de câmbio caía e o entusiasmo do mercado crescia. (Fligenspan, 2018, janeiro 29, para 4)

Como destaca esse artigo, a despeito do que possa parecer, a oscilação positiva do mercado com a expectativa da inelegibilidade do ex-presidente Lula tinha pouco a ver com preocupações estritamente econômicas, já que nos anos petistas a economia brasileira se manteve muito acima do esperado. Afastar Lula significava diminuir as dúvidas sobre o andamento das

reformas liberais dos que derrubaram Dilma e sobre o processo de entrega das riquezas do País ao capital estrangeiro; veja-se a aprovação da lei do "teto de gastos" e a rápida mudança do marco regulatório da exploração do petróleo. Não que tais apostas tenham que se efetivar imediatamente, além das que já se efetivaram, como a reforma trabalhista, porém se abriu a porta para o futuro governo federal seguir a rota inaugurada com a posse de Temer, o frágil gerente de interesses maiores. É isto que entusiasmou tanto "o mercado" e fez prever a entrada de mais capital estrangeiro, numa projeção de retomada do crescimento econômico e dos lucros.

O mais incrível em todo esse processo é que as expectativas do sistema financeiro internacional se tornaram profecias auto realizáveis não só para os agentes financeiros, mas também, e principalmente, por outros agentes públicos, sobretudo aqueles ligados ao Judiciário e até mesmo ao Exército, instituições, em tese, distantes do clamor público, da opinião pública, e, é claro, dos "interesses de mercado". Alguns eventos explicitaram de modo esdrúxulo essa situação, começando já pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, condenada por crime de responsabilidade, sem que houvesse presença de dolo (Tardelli, 2017 agosto 31). Além disso, em relação à perseguição ao ex-presidente Lula, todas as instituições do Sistema de Justiça (Ministério Público, Polícia Federal e Judiciário), cometeram arbitrariedades notórias, como a "condução coercitiva", ainda em 2016, sem que nem ao menos houvesse uma acusação formal contra o ex-Presidente (Streck, 2016 março 4). O efeito midiático provocado foi um bom aquecimento para o que ainda viria.

Para que Lula pudesse ser condenado a tempo de se tornar inelegível para as eleições de 2018, foi preciso que o calendário do julgamento não só acompanhasse o processo eleitoral, como também que ele fosse acelerado, passando na frente de pelo menos outros 7 casos da Lava Jato que também tramitavam no TRF4 (Marques, 2018 janeiro 8). Depois de finalmente terem prendido Lula, as motivações ficaram ainda mais explícitas quando o STF, não só impediu a candidatura, contrariando decisões anteriores, como também, adiante, através de manobras jurídicas, deixou de pautar a discussão sobre a constitucionalidade da prisão em segunda instância, o que, uma vez declarado inconstitucional, colocaria o presidente em liberdade (Lellis, 2019 abril 4). Além de tudo isso, o direito de expressão de Lula também foi cerceado, quando de maneira desavergonhada, até mesmo a liminar de um ministro do STF foi cassada por outro ministro para evitar que o ex-Presidente desse entrevistas (GaúchaZH, 2018 setem-

bro 28). Talvez não seja por acaso que depois *As mensagens secretas da Lava Jato* revelariam o diálogo em que Moro envia mensagem a Dallagnol com a célebre frase "*In Fux we trust*" ("no Fux [ministro do STF que cassou a liminar que autorizaria Lula a dar entrevistas no período pré-eleitoral] nós acreditamos") (Leone, 2019 junho 25). Essa, porém, não foi a única "guerra de liminares" entre magistrados envolvendo Lula. O caso mais emblemático e que não deixou mais dúvidas sobre a prisão política do ex-Presidente foi aquele envolvendo o Desembargador do TRF4, Rogério Favreto, que teve o *habeas corpus* em favor de Lula descumprido pela Polícia Federal de Curitiba. Nesse episódio dantesco, inclusive o então juiz, e depois ministro, Sérgio Moro, de Portugal, teria interferido na situação por telefone (Carta Capital, 2018 julho 9).

Em um espécie de síntese, após mais de 500 dias da prisão de Lula, a Desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça de São Paulo, Kenarik Boujikian, escreveu uma carta ao ex-Presidente, intitulada *As razões estão cada vez mais claras* (Brasil de Fato, 2019 março 21). Em sua carta a magistrada pontua:

> As razões estão cada vez mais claras para população. Basta ver alguns exemplos do que estão fazendo com o país: o destino do pré-sal; o congelamento do orçamento; as propostas na área da educação; agora, a base de Alcântara; a vexatória coluna abaixada de um presidente brasileiro, para o presidente dos EUA; a proximidade geográfica com o maior produtor de petróleo da América, a Venezuela; o ataque ao projeto da Previdência Social para dar lugar à previdência privada; o projeto 'anticrime' de Moro, da maior mediocridade vista, pintado ridiculamente como a salvação, o que constrange, pois é certo que o resultado seria o oposto, como exemplos de nossa história recente demonstram; a assunção de cargo no Executivo de seu julgador.

A campanha eleitoral: a ausência de debate público e o emprego massivo de estratégias midiáticas

O intento deste segundo ponto é analisar, a partir de alguns indicativos mais específicos, algumas estratégias mais concretas empregadas durante a campanha. A principal lacuna do processo eleitoral, como reconhecido por praticamente todos os analistas, foi a quase ausência de debate eleitoral entre os candidatos, principalmente no segundo turno. Foi

aqui que a presença da mídia, principalmente as mídias sociais, se mostrou importante e eficiente. É disso que nos ocuparemos agora.

Salta aos olhos, de imediato, a estreita semelhança entre os métodos empregados na campanha para a eleição do Presidente Donald Trump e os usados na campanha no Brasil. Na verdade, sabe-se que o próprio filho do candidato do PSL esteve com o estrategista Steve Banon, que assessorou as campanhas tanto do Brexit (Visentini e Paiva, 2018), como do próprio Trump (Bliacheris, 2018).

A partir das descobertas realizadas por Kosinski, na Universidade de Cambridge em 2012, e da apropriação dessas descobertas por instituições midiáticas como os *Strategic Communication Laboratories (*SCL), que é "a mãe de um grupo de empresas" (Alves, 2016, para 19) e, mais importante, a *Cambridge Analytica,* que surge a partir de uma parceria entre Aleksandr Kogan – pesquisador assistente no então Laboratório de Kosinski em Cambridge e a SCL (Betat, 2018). Essas empresas passaram a agir prestando serviços a grupos com interesses em usos eleitorais, militares e principalmente econômicos. Causou surpresa de imediato a importância e eficácia do emprego de *perfis psicológicos íntimos,* fornecidos ingênua e gratuitamente por usuários e usuárias das diferentes mídias sociais, para manipular e induzir comportamentos, com o emprego de *Big Data* e as contribuições da Inteligência Artificial (Guareschi, 2018). Essa continua sendo a principal descoberta dos últimos anos no campo do emprego dos recursos midiáticos no campo do comportamento das pessoas.

Os estudos mais precisos e confiáveis sobre as últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos trazem evidências inegáveis da influência das mídias sociais os resultados finais. Com o auxílio da Inteligência Artificial que dá conta de manipular imensas quantidades de dados, tornou-se possível medir a influência positiva ou negativa das mensagens sobre grupos diferenciados de grandes massas populacionais selecionados com emprego de algoritmos, que resultaram na construção de segmentos homogêneos de acordo com características particulares das pessoas. Foram assim constituídos grupos de até vários milhões de usuários, com *perfis psicológicos íntimos* semelhantes, a quem eram dirigidas "disparos" previamente preparados para cada um desses grupos. Chegava-se ao ponto de verificar a eficiência, ou não, das mensagens para cada perfil e medir sua influência com simulações quase instantâneas.

Em março de 2018, duas reportagens, publicadas pelo *The New York Times* (Rosenberg, Confessore e Cadwalladre, 2018 março 17) e pelo *The*

Guardian (Cadwalladr, 2018 março 18), ambas baseadas nos testemunhos de Christopher Wylie (analista de dados e ex-empregado da Cambridge Analytica), revelaram o escândalo: para a eleição de Donald Trump foram coletados dados pessoais de ao menos 80 milhões de usuários e usuárias do Facebook, aos quais foram teledirigidas mensagens especialmente desenhadas para cada tipo de perfil, após um minucioso trabalho de micro segmentação. Segundo estudiosos e analistas, tal processo foi decisivo na eleição do Presidente em 2016 (Arkonada, 2019 abril 13). Eles perceberam que alguns números são mais importantes que outros – nesse caso o número de ressentidos, principalmente da área rural - e o Facebook oferece métodos eficazes para identificá-los e capturá-los. A campanha veiculava até 50 mil variantes de propaganda, dependendo do desempenho, com/sem subtítulos, anúncios estáticos ou em vídeo. No último dia foram 175 mil variações, para audiências segmentadas (Halpern, 2017 junho 8).

Não foi muito diferente para o caso das eleições no Brasil. Não há ainda estudos mais detalhados, mas o que se sabe é que o responsável pela campanha de Trump, Steve Bannon, foi buscado para orientar a campanha do candidato brasileiro (Bresciani, 2018 agosto 9). Além disso, um interessantíssimo vídeo que circulou no Brasil no período das eleições, intitulado *Sua tia não é fascista, ela está sendo manipulada*, apresentou alguns detalhes de como as redes sociais, sobretudo Facebook e WhatsApp, estavam sendo utilizados para conformar a visão dos eleitores, utilizando-se em grande parte das estratégias já empregadas nas eleições estadunidenses (Azzi, 2018 outubro 8).

O que se sabe é que na campanha no Brasil foi usado um expediente de apropriação indevida de perfis com a invasão do WhatsApp (Folha de São Paulo, 2018 outubro 10). Exatamente no auge da campanha, a 25 de setembro, o Facebook divulgou um comunicado em que avisava que ao redor de 50 milhões de *endereços*, isto é, de contas, de informações sobre os "perfis psicológicos íntimos", tinham sido *invadidos*.

Algumas ações praticadas pela campanha que venceu o pleito merecem destaque. Uma das mais eficientes, mas eticamente questionável, foi a compra de listas de números de celular, compra de CEP's para localizar as pessoas, *chips 'laranjas'* pré-pagos, entre outras (Simões, 2018 outubro 22). De posse desses dados, bem como a partir da constatação de padrões de conduta e comportamento humanos, foi possível prever efeitos a partir da difusão de determinadas mensagens. Dentre os padrões manipuláveis a partir desse dado, estão, por exemplo, de que pessoas de idade mais avançada

tendem sete vezes mais a compartilhar notícias falsas (Estadão Conteúdo, 2019 fevereiro 28) e que notícias falsas, não só tendem a ser 70% mais compartilhadas, mas que também o conteúdo dessas notícias mais compartilhadas geralmente está ligado a sentimentos de "medo, revolta e surpresa", ao passo que as notícias verdadeiras geralmente têm conteúdos que inspiram "expectativa, tristeza, alegria ou confiança". Essas constatações são um prato cheio quando associadas a eficaz estratégia empregada na campanha que se valeu de grupos de discussão já constituídos e grupos de família para difusão de mensagens – a maioria falsas, como se verá.

O pesquisador Fabrício Benevenuto, da Universidade Federal de Minas Gerais, monitorou 347 desses grupos de discussão política no WhatsApp, de 16 de agosto a 7 de outubro de 2018. Em um universo de 18.088 usuários que postaram 846.905 mensagens o estudo pode avaliar a capacidade de propagação das notícias falsas (Castro, 2018, março 8). Um resultado interessante - que inclusive já foi publicado num artigo no *New York Times* (Tardáguila, Benevenuto, e Ortellado, 2018 outubro 17) - foi a análise das imagens compartilhadas. O pesquisador selecionou as 50 imagens mais difundidas e as submeteu à análise de profissionais especialistas (historiadores, jornalistas, sociólogos etc.). O resultado mostrou que apenas quatro se mostraram verdadeiras. As outras 46 eram ou completamente falsas, ou distorcidas.

A propaganda com a utilização de grupos privilegiou os grupos de família, ou grupos de afinidade, já existentes na sociedade. São inúmeros os relatos de conflitos surgidos devido a divisões que ocorreram entre participantes desses grupos, sobretudo pelo fato de os grupos de família terem se tornado os maiores multiplicadores de notícias falsas da internet (Gragnani, 2018 abril 20). Ao serem combinadas essas variáveis, não só se torna possível fazer com que mensagens falsas sejam amplamente disseminadas, mas que também ocorram divisões na sociedade, desencadeadas, por exemplo, pela raiva que as notícias falsas inspiram, tanto naqueles que acreditam nelas, como naqueles que sabem que as mensagens são falsas e, por isso, não admitem presenciar seu compartilhamento pelas chamadas *mulas midiáticas* - sendo possivelmente a raiva mais intensa quanto mais íntima for a relação com a *mula* que compartilha tal conteúdo. Todo esse estado de coisas contribui para criar verdadeiras bolhas polarizadas, antagônicas, e também segmentadas por tantas outras informações.

No que se refere à construção das mensagens e sua disseminação, um estudo feito pela Alessandra Aldé (Simões, 2018, outubro 22) e sua equipe,

da Universidade do Estado do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mostrou que a campanha vencedora montou uma equipe de profissionais, alguns brasileiros e vários estrangeiros, para trabalhar na construção de mensagens e figuras. Essas produções, criadas inicialmente por especialistas e profissionais contratados, eram enviadas para grupos especiais, denominados de *mulas* intermediárias; esses as repassavam aos/às *mulas* finais, grande parte das vezes grupos de família. Dentre 8.354 *disseminadores* estudados, 15% formava a ponte intermediária que repassava para os grupos subalternos. Pouco se sabe ainda sobre os recursos e as maneiras como as mensagens eram difundidas. Alguns empresários confessaram que doaram até 12 milhões de reais para *impulsionar* mensagens (Mello, 2019 junho 18). Conforme cálculos de especialistas, com doze milhões de reais, seria possível impulsionar até um bilhão e duzentos milhões de mensagens.

Diferentemente da atuação da Cambridge Analytica na eleição de Trump, como também na campanha do Brexit/Leave na Inglaterra, que fizeram uso do Facebook, no caso brasileiro a campanha foi realizada através do WhatsApp. Importante ressaltar a diferença crucial entre o uso do Facebook e do WhatsApp: enquanto as notícias – em geral *fake news* – poderiam ser controladas no Facebook, a criptografia garantiu o anonimato nas mensagens de WhatsApp[3].

Outra descoberta importante da equipe de Aldé (Simões, 2018, outubro 22) refere-se ao controle que era exercido sobre quem denunciasse supostos *inimigos*, isto é, os que se contrapunham de qualquer modo às idéias disseminadas, ou às mentiras difundidas por *fake news*. Esses *inimigos* poderiam ser jornalistas, comentaristas, intelectuais, pensadores críticos etc.

Eleições de 2018: uma farsa?

Nosso objetivo, nessa Primeira Parte, foi primeiramente apresentar, dentro de uma perspectiva histórica e crítica, uma contextualização, principalmente a nível internacional, que pudesse ajudar a compreender melhor determinados objetivos e interesses que influenciaram, de maneira

3 Ambos os programas, é bom salientar, pertencem ao mesmo dono. O Facebook comprou o WhatsApp em 2014, por 22 bilhões de dólares (G1, 2014 outubro 6) .

incisiva e eficaz, o episódio da eleição presidencial do Brasil em 2018. Tentamos identificar algumas raízes econômicas e políticas que se mostraram presentes já a partir do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e durante todo o desenrolar da campanha eleitoral. Num segundo passo, examinamos alguns detalhes específicos do contexto imediato do processo eleitoral, dando ênfase especial às estratégias mais imediatas presentes nesse processo.

> Diante deste cenário, basta juntar os pontos para tirar as reais consequências. O que vimos no ano passado foi uma eleição fraudada, viciada, montada em todas as peças para ter o resultado que teve. Não há razão alguma para respeitá-la. Uma eleição real pede partidos livres, possibilidade de todos se candidatarem e não interferência de poderes extra-eleitorais nos processos em curso. Não há eleição real quando se escolhe quem pode e quem não pode concorrer. (Safatle, 2019 julho 31 para. 6)

A seguir, proporemos uma interpretação suscitada pelo escândalo que foi o resultado da eleição presidencial de 2018. Tal reflexão busca avançar teoricamente na compreensão do fenômeno pós-verdade, com um todo, inclusive contribuindo para o que já foi abordado na primeira parte deste livro. Consideramos fundamental esse passo para que nosso passado e nossa história não só sejam conhecidos e entendidos, como também que nos sirvam de referência para avançarmos e não retrocedermos ainda mais.

SEGUNDA PARTE

Introdução

Depois da primeira parte deste ensaio, onde apresentamos uma contextualização com alguns dos fatos mais nevrálgicos que selaram as eleições presidenciais de 2018, agora arriscamos dar mais um passo interpretativo, ético-crítico, acerca do fenômeno pós-verdade. Os novos desdobramentos que ocorreram desde 2016 exigiram um aprofundamento da reflexão, já que consideramos que as eleições brasileiras de 2018 é o episódio que coroa aquilo que já anunciávamos na primeira edição deste livro, mas que ainda não podíamos acreditar que seria de fato inevitável

como foi: a extrema fragilidade e suscetibilidade não só da nação brasileira, mas das próprias instituições democráticas - desde as mais singelas até as mais altas da sociedade - em relação a esse contraditório fenômeno pós-verdade.

Na primeira edição sugeríamos que a reversão do fenômeno pós-verdade talvez seja inviável, já que ele pode ser considerado como apenas mais um elemento de uma Era, a Era Pós-verdade - e a História não anda para trás. No entanto, afirmamos também que as consequências desse fenômeno ainda não podem ser precisamente determinadas, pois a própria condução dos desdobramentos históricos ainda está em disputa - por mais desleal que possa ser esse embate, já que, invariavelmente, até o momento parece que apenas o 1% da população mundial tem se beneficiado desse fenômeno (tomemos como exemplo apenas os cinco episódios discutidos na segunda parte deste livro). Mas, enfim, ainda assim "os dados estão jogados", como defendemos no ensaio *Crítica e Pós-verdade* (Guerra e Barbosa, 2017). Obviamente, as derrotas sucessivas que os 99% da população vêm sofrendo nos obrigam a reconhecer que, em uma sociabilidade capitalista, os detentores do capital econômico têm em suas mãos a maior quantidade de instrumentos e aparelhos cruciais para interferir nos desdobramentos históricos. Isso faz com que jamais tomemos apenas a sorte e o acaso como elementos decisivos. Na história, a banca nem sempre ganha, mas isso não quer dizer que os dados não estejam viciados desde sempre. Por isso, independentemente das frentes de atuação que consideramos mais oportunas para incidirmos no enfrentamento desse estado de coisas, todas as divergências podem convergir para uma constatação: precisamos unir esforços para tentar compreender o que se passou para podermos resistir ao que virá. É essa a disposição que anima esta segunda parte deste ensaio.

A reflexão que apresentamos aqui é resultado de um avanço teórico empreendido em relação a primeira parte deste livro, onde esboçamos ao longo daqueles sete ensaios uma série de reflexões de cunho mais epistemológico. Com o resultado das eleições presidenciais brasileiras de 2018, vimo-nos obrigados a revisitar essas reflexões não mais do ponto de vista de quem pergunta "o que é isto que aconteceu?", mas sim "como isto que aconteceu foi possível?". As leitoras e leitores perceberão que esta segunda parte deste ensaio é muito mais teórica do que a primeira, por vezes se afastando enormemente do episódio concreto a que se refere (as eleições presidenciais de 2018). Esse distanciamento teórico se justifica por-

que nesta segunda parte, como dissemos, não pretendemos interpretar apenas o episódio das eleições, mas, a partir daquilo que ele nos forçou a pensar, avançarmos na compreensão do próprio fenômeno pós-verdade, em sentido amplo, como já desdobrado na primeira parte deste livro.

No início deste ensaio, apresentamos uma série de eventos e elementos que nos possibilitam perceber a nem tão lenta construção de uma ambiência propícia ao desfecho que as eleições tiveram. Nesse processo, sem dúvida, principalmente a Grande Mídia, o Sistema Financeiro Internacional, assim como o Judiciário e outros poderes do Estado tiveram um papel fundamental. Entretanto, esses poderosos e obstinados interesses econômicos estrangeiros, bem como os frágeis e indulgentes interesses nacionais, até podem explicar *por que* o que aconteceu no Brasil aconteceu, mas pouco sobre *como* isso tudo foi possível. É por esse aspecto que consideramos relevante as contribuições que a psicologia social pode somar à busca por compreensão desse processo, oferecendo uma interpretação que relacione os chamados elementos objetivos (quantitativos, numéricos, econômicos) aos chamados elementos subjetivos (qualitativos, discursivos, psicossociais).

A conclusão a que conduzirá essa segunda parte do ensaio afirma que é preciso compreendermos a radicalidade e relevância do problema ético se quisermos avançar no desafio político de enfrentar uma nova Era, na qual o poder - por meio de algoritmos e tantas outras técnicas sofisticadas que ainda poderão vir a existir - estará finalmente liberto de todos seus aspectos que o remetiam a uma força exterior e coercitiva. As novas guerras cada vez menos terão os corpos como seus alvos prioritários, e sim as almas. Nesse contexto, é no campo da subjetividade em que se darão as batalhas mais sangrentas do nosso século. Dentre as batalhas mais decisivas pela disputa da subjetividade, a fundamental é aquela pela conquista das crenças. Crer é mais do que acreditar. Crer é um modo de ser o que se é. Eu posso acreditar ou não que a mão invisível do mercado é a mão de Deus[4], mas essa conclusão é apenas um aspecto do meu modo de ser capitalista, esta sim a crença fundamental e fundante daquilo que somos. Uma vez garantida que a crença no capitalismo seja inabalável, todo o resto pode ser "personalizado" de acordo com os *gostos* e *desejos* do "cliente".

4 O "livre mercado é a mão de Deus", teria dito o presidente das lojas Riachuelo, apoiador do Golpe de 2016, no seminário "Os Motores do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte" (Tribuna do Norte, 2016 novembro 29).

Diante dessa premissa de que muitas das guerras contemporâneas se darão no terrreno da subjetividade é que, dividiremos nossa discussão neste ensaio em três momentos: no primeiro, *É possível compreender a sociedade contemporânea sem a psicologia?*, apresentaremos a importância que a psicologia social assume no atual contexto, já que as frias análises sociológicas e economicistas - apesar de relevantíssemas - talvez não possam dar conta, sozinhas, de compreender dinâmicas sociais que têm carne, sangue e rosto de pessoas comuns. No segundo momento, *O fetichismo informacional*, sustentaremos a importância de se resgatar a discussão sobre o fetichismo da mercadoria e relacionar esse importante conceito com a situação informacional de uma sociedade midiada, isto é, em que os meios de comunicação de massa se tornaram a variável central para se compreender quaisquer fenômenos sociais. Por fim, no terceiro e último momento, *Éticas informacionais e a faculdade do pensamento como fundamento de uma ética crítica*, apresentaremos o tema central desta segunda parte que é chamar a atenção para a importância de reconhecer que a Era Pós-verdade tem uma história - e uma pré-história -, ou seja, não é um fenômeno caído do céu. E nos rastros de emergência desse fenômeno estão os meios de comunicação de massa e a radical transformação da sociabilidade que eles promoveram. Aqui, ao invés de discutir os elementos técnicos e objetivos que acarretaram essa transformação da sociabilidade - o que foi discutido em Guerra e Barbosa (2017) -, avançaremos em direção aos elementos subjetivos, sobretudo aos pressupostos éticos subjacentes a essa transformação. A provocação colocada é que parece ter se perdido do horizonte político contemporâneo a ocupação - e preocupação - com a faculdade do pensamento, tal como trata Hannah Arendt em sua obra *A vida do espírito* (2018/1958), capacidade essa indissociável do avanço em direção a uma ética crítica - ou em se tratando de comunicação, a uma *ética informacional crítica*.

A importância crucial de podermos distinguir as semelhanças e diferenças entre éticas informacionais distintas é reconhecermos que não podemos buscar a solução para os gravíssimos riscos suscitados pela Era Pós-verdade retrocedendo ao estatuto ético de onde ela emergiu, ou seja, nos deixando ser empurrados de volta ao cabresto da Grande Mídia e de sua ética informacional liberal. Ao invés disso, precisamos disputar os rumos da história, lutando corajosamente para avançar em direção a uma ética informacional crítica.

As aventuras totalitárias que o fenômeno pós-verdade suscitam explicitam uma obviedade que somos tentados a não reconhecer: sem a Grande Mídia e sua retórica em defesa de uma ética informacional liberal, o totalitarismo seria impossível. Os movimentos totalitários sustentam mentiras, mas seria impossível acreditar nelas se a Grande Mídia não tivesse criado as condições de possibilidade, a ambiência, por onde essas mentiras hoje trafegam como verdades inabaláveis. Talvez muito pior do que as *fake news* que hoje distorcem dados, são aquelas que já há muitas décadas criavam realidades e sentidos. Um dado falacioso pode ser contraditado, mas uma realidade, um sentido, uma crença que não existia antes das *fake news* que lhe trouxeram ao mundo, podem ser combatidos? Todos sabem que, metodologicamente, é muito mais fácil provar que a Terra não é plana do que os unicórnios não existem. Não encontar unicórnios não prova sua inexistência, assim como não encontrar agricultores do MST assassinando pessoas não prova sua inocência. Será que foram as redes sociais e a internet as responsáveis pelo fenômeno pós-verdade? Ou isso teria sido efeito de uma mesma ética informacional subjacente tanto às redes sociais como à Grande Mídia que, no submundo obscuro da internet, pôde aflorar e se materializar em práticas sem precedentes graças às possibilidades ilimitadas que o monopólio midiático tradicional ainda não tinha a seu dispor? Em outras palavras: foram as mudanças técnicas e tecnológicas representadas pela internet que fizeram emergir a Era-Pós-verdade ou foi apenas a continuidade e expansão de uma mesma ética informacional subjacente aos meios de comunicação de massa que hoje parece ter chegado ao seu ápice?

Cotidianamente vemos o crescerem as críticas às redes sociais, tal como WhatsApp e Facebook, ponderações absolutamente necessárias, tendo em vista o claro desenvolvimento e sofisticação de domínio que têm possibilitado a utilização de um poder algorítmico inescrupuloso, como demonstramos na primeira parte deste ensaio e em Guareschi (2017); todavia, um poder sem um *ethos* correspondente não passaria de espasmos difusos. O que seriam das *fake news* de todo o processo institucional que culminou, no Brasil, no Golpe de 2016, na prisão do favorito das eleições de 2018 e na eleição do atual governo, sem uma ambiência criada a bem mais de duas décadas no país?

Pode parecer de hoje, mas já no livro *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*, Guareschi, Maya e Possamai (2000)

já analisavam em *"Essa gentalha infeliz": a representação social dos sem terra segundo Mendelski* como, por exemplo, o radialista Rogério Mendelski, ainda em 1995, na Rádio Gaúcha, empresa da sucursal da Globo no Rio Grande do Sul, a RBS, já produzia crenças destrutivas sobre o MST. Nesse livro também há uma dezena de outros tantos artigos impressionantes, como *O bandido deve morrer: um estudo sobre a pena de morte a partir da visão do cinema norte-americano* (Stahlschmidt, 2000), todos eles explicitando algo assustador: talvez pior do que aquilo que hoje nos choca no fenômeno pós-verdade, as *fake news*, tenha sido o que vivemos há mais de duas décadas atrás, quando as *fake news* sequer podiam ser percebidas como *fake*, isto é, como falsas. Um momento da história em que as notícias da Grande Mídia e a própria realidade eram coisas praticamente indistinguíveis e quase impossíveis de serem questionadas como possivelmente falsas.

Hoje, certamente é assustador sabermos que uma eleição presidencial de um país tão importante como a do Brasil foi ganha por causa de um esquema milionário de disparos com mensagens sobre "kit gay", "mamadeira erótica" e tantas outras coisas bizarras. Mas e o que dizer das eleições presidenciais de 1989, em que o Jornal Nacional manipulou o debate decisivo entre Lula e Collor[5]? Pior ainda, mais grave do que as esdrúxulas *fake news* que, em 2018, apavoraram uma massa de eleitores que não têm acesso à compreensão do funcionamento político institucional de um país, talvez tenha sido toda a condução do funcionamento político institucional do processo eleitoral e pré-eleitoral, por parte de agentes públicos, que, mesmo de posse de conhecimentos técnicos formais suficientes, ainda assim, cumpriram excelentemente a realização de uma verdadeira farsa, montada, levada adiante e consumada por fundamentos não menos esdrúxulos do que aqueles disseminados em mensagens que circularam pelos celulares do povo durante o pleito. Para cada público incapaz de pensar, sempre existirá uma formatação informacional diferenciada capaz de cumprir o mesmo papel.

Na compreensão da participação da Grande Mídia e dos meios de comunicação de massa na configuração de uma Era-Pós-verdade, para saber quem dá origem a quem, precisamos nos perguntar em que medida a própria Grande Mídia não foi responsável pela popularização do estatuto comunicacional de onde germinou o atual estado de coisas. Se retroce-

5 "Após 22 anos, Boni admite que Globo armou contra Lula para eleger Collor" (Pragmatismo Político, 2011 novembro 29).

dermos pouco mais de 10 anos, verificaremos que as redes sociais ainda não tinham tecnologia suficiente para compartilhar na quantidade e velocidade de hoje os vídeos que celulares e câmeras digitais já começavam a fazer relativamente bem naquela época. Entretanto, nesse período se popularizaram ainda mais as inserções caseiras durante a programação normal da Grande Mídia. As filmagens dos "flagrantes" de cenas horrendas, inusitadas ou engraçadas capturadas por pessoas comuns do povo, por "gente como a gente", há muito tempo vinham ganhando espaço na Grande Mídia. Remonta dessa miscigenação entre formatos com estatutos diferenciados (o produzido (formal) e o caseiro (informal)) a verdadeira pedagogia através da qual a própria Grande Mídia "ensinou" o público que esse tipo de material fornecido pelos próprios espectadores não só possuía uma qualidade, como esta era uma qualidade diferenciada: por serem espontâneos, amadores, despretensiosos, eles podiam ser exibidos em fragmentos descontextualizados que mesmo assim eram suficientes para exporem uma verdade tão íntima e verdadeira que a Grande Mídia jamais poderia alcançar. Em realidade, a contextualização subjacente a esses fragmentos era a de que, por não terem sido capturados pelas estruturas da Grande Mídia, também não teriam passado por nenhum tipo de produção, maquiagem, *valoração*. Eles eram assim, informais, mal-acabados, curtos, sem início ou fim, porque eram pedaços brutos da própria realidade, traziam consigo uma verdade tão crua que nem a Grande Mídia poderia capturar.

O mundo dá voltas e a Grande Mídia que queria avançar ainda mais em seu monopólio sobre a verdade, terminou criando a cova de para sua própria obsolescência. Essa crença que ela estimulou em que estaria sempre nos "bastidores" dos "escândalos" a verdade dos fatos, saiu de seu controle, como discutimos em Guerra e Barbosa (2017). E aquilo que ela criou, hoje a ameaça devorar. Talvez não seja por acaso que nos últimos tempos os cenários jornalísticos são cada vez mais "abertos" e "arejados", com toda a "maquinaria informacional" aparecendo funcionando em segundo plano. Saciar esse desejo pela transparência, que os próprios meios de comunicação de massa criaram, é uma missão impossível para essas gigantescas estruturas desses impérios tradicionais. Os impérios vão à bancarrota justamente por não poderem mais sustentar sua expansão. O mundo contemporâneo parece ser das "pequenas" e "despretensiosas" *startups*, já que no mundo financeirizado, fortunas bilionárias, para existirem nas bol-

sas de valores internacionais, não precisam mais do que de dígitos virtuais acessíveis de qualquer celular. É também desse duelo *pelo* monopólio *do* monopólio das informação de que se trata o fenômeno pós-verdade e sua mais corriqueira expressão, as *fake news*.

Não é possível pensar em *fake news*, no entanto, sem a constatação da supressão da necessidade do *referencial interativo específico* que os meios de comunicação de massa suscitaram progressivamente (Guerra e Barbosa, 2017), até chegarem ao ponto de tornarem o fragmento informacional (na forma de vídeos, imagens, textos, áudios e etc) uma forma de cultura popular. Hoje muito se ataca as *fake news* porque elas fazem as pessoas duvidarem de coisa "óbvias" e de que isso estaria na origem da propagação de uma ética totalitária. No entanto, o problema do totalitarismo está longe de ser a suspeita que ele provoca em relação a coisas "óbvias": duvidar é o passo crítico por excelência. Aliás, enquanto uma única pessoa no mundo duvidar de "obviedades", é porque a ciência e os intelectuais não foram competentes o suficiente para provar suas descobertas e teses. É papel dos cientistas não apenas fazer descobertas laboratoriais para a comunidade científica, mas popularizá-las, torná-las de senso comum, e essa é uma ação eminentemente política. Quem não compreender a relação entre ciência e política nas sociedades midiadas, não fará um bom trabalho em nenhuma delas. O que justamente diferencia a ciência de outros campos é que ela faz essa transmigração para o senso comum através de provas irrefutáveis e assimiláveis a qualquer sujeito dotado de razão. Toda vez que uma verdade efetivamente científica gerar dúvidas, é sinal de que ainda se tem trabalho a fazer. Por isso, o problema da ética totalitária não é a dúvida que suscita, mas que, subjacente a essas dúvidas ("isso não é verdade!") está presente uma afirmação inquestionável: "só eu posso lhe dizer a verdade". Por isso, mais uma vez insistimos que, ao invés de buscarmos simplesmente compreender o potencial do fenômeno pós-verdade em fazer as pessoas acreditarem em mentiras, o passo mais radical a ser dado é buscar compreender a partir dele as próprias raízes da ambiência psicossocial que sustentam o "acreditar" na sociedade contemporânea.

Nas páginas que seguem não se pretende diminuir a importância e gravidade do que se passa atualmente com o fenômeno pós-verdade, mas oferecermos elementos para que possamos ver em tal fenômeno também seu potencial crítico, isto é, aquilo em que ele pode nos fazer avançar em direção ao futuro, não retroceder ao passado. É curioso que, depois de

tudo analisado por Guareschi (2000) de como a Grande Mídia sempre foi o partido de oposição mais importante do Brasil, tenha vindo justamente dos partidários do atual presidente brasileiro uma "cruzada contra a Globo"[6]. Enquanto nos governos passados, com projetos antagônicos aos da Grande Mídia, acreditou-se na possibilidade de dobrar tal instituição - e por vezes até mesmo de conviver pacificamente com ela -, no atual governo - com projetos essenciais aos interesses do capital financeiro que sustenta a Grande Mídia -, abre-se uma guerra declarada. O problema crucial não é só que esta cruzada não tenha vindo em oportunos momentos anteriores, mas justamente que é impossível para quem não quer andar para trás, omitir-se de tal enfrentamento. Todavia, hoje, uma vez estando declarada essa cruzada, é preciso, mais do que nunca, compreender perfeitamente as variáveis em disputa para que não acabemos considerando que "inimigos de meus inimigos são meus amigos". Inimigos são inimigos. Mas é preciso ter clareza sobre as várias dimensões em que se dão essas inimizades para que não sejamos usados por eles como carne de canhão para os seus próprios projetos. Aqui buscaremos desdobrar, dentre as várias dimensões, aquela referente aos contornos éticos irreconciliáveis que devem ser compreendidos.

Como discutiremos no terceiro momento desta parte, tanto a ética informacional liberal como a ética informacional totalitária não se preocupam com o *sentido crítico* (por que isso é assim?, poderia ser diferente?, quais são as causas?, o que está faltando? a que conclusões isso induz?, essas conclusões são boas, são justas?, quem se beneficia, quem se prejudica?, há outras conclusões possíveis?). Enquanto a ética informacional liberal só quer certezas de um sentido incerto, a ética informacional totalitária quer incertezas de um sentido certo. Essa dubiedade ética faz com as pessoas se joguem na busca por verdades a qualquer preço, independentemente do sentido que elas tragam em si. Nesse aspecto, liberalismo e totalitarismo trabalham juntos, o primeiro criando a necessidade pela verdade e o segundo satisfazendo esse desejo. Em outros termos, entre a ética informacional liberal e a ética informacional totalitária não se pode estabelecer uma dicotomia (ou uma, ou outra). Isso só favorece a primeira, que sempre aparece como "menos pior" do que a segunda, mas precisamos compreender que uma não existe sem a outra, e que a segunda sempre estará à espreita para fazer o trabalho sujo da qual a primeira precisa se

6 "Presidente Bolsonaro começa sua cruzada contra a Globo" (Benício, 2019).

eximir para sempre aparecer como a única alternativa viável - e necessária.

Ao invés dessa perspectiva dicotômica, é preciso reconhecer que, assim como a ética totalitária avança em um combate contra a ética liberal, é preciso avançarmos ainda mais em relação à ética totalitária, combatendo a ambas. E esse combate, ou se dá sobre as premissas de uma ética radicalmente crítica, ou seremos obrigados a nos posicionar como cordeiros prestes a serem abatidos por quaisquer delas. Enquanto essa dinâmica psicossocial liberal-totalitária não for rompida, enquanto uma ética informacional crítica não for assumida decididamente, permaneceremos nessa permanente gangorra entre o ruim e o pior. Como esboçaremos a seguir, para avançarmos precisamos compreender o potencial crítico do fenômeno pós-verdade, em como ele denuncia, mesmo que muitas vezes através de um movimento de cunho totalitário, o deserto que é a circulação informacional mercantil suscitado pela ética informacional liberal, em que nada pode crescer e se desenvolver, a não ser o lucro.

Como afirmamos anteriormente, o terreno das guerras do século XXI é a subjetividade, mas se quisermos avançar nessas batalhas com reais pretensões à vitória, precisaremos dar um passo atrás e nos perguntarmos: por que a esquerda tem tantas explicações para desmerecer o papel desempenhado pela psicologia e pela ética nas questões mais amplas e decisivas da sociedade? De posse dessa resposta talvez possamos compreender a natureza de nossas derrotas sucessivas. A partir daqui desdobraremos alguns elementos que consideramos cabais para repensar a sociedade numa Era-Pós-verdade.

É possível compreender a sociedade contemporânea sem a psicologia?

A tese central que conduzirá nossas reflexões até o final deste ensaio pode ser resumida pelo processo de conversão da subjetividade contemporânea em uma objetividade mercantil. Em outras palavras, o elemento mínimo fundamental da sociedade capitalista é a mercadoria, e a finalidade última desta sociedade é assegurar o aumento incessante da circulação mercantil.

> Assim, a forma não é uma ferramenta que constitui o mundo a partir de uma operação mental. Não advém de causas externas à sociabili-

> dade. Pelo contrário é da materialidade dessa mesma sociabilidade que se consolida. A forma não é um *a priori* da razão. É verdade que ela chega ao pensamento, generalizando um tipo de raciocínio e valoração de indivíduos, grupos e classes. Numa sociedade capitalista, a identidade de tudo com tudo é mercantil, e poder-se-ia dizer então, no limite, que a própria noção lógica e mental de identidade remonta a alguma espécie de intercâmbio de objetos e pessoas como mercadorias. A própria operação de reciprocidade de objetos distintos se faz ou se completa, como pensamento, a partir da constituição de relações sociais como a do dinheiro. (Mascaro, 2013, p. 22)

Essa forma de funcionamento da estrutura objetiva da sociedade tende a condicionar a forma de funcionamento da estrutura subjetiva dos seus membros. Por isso, a conversão da subjetividade contemporânea em uma objetividade mercantil faz com que, ao invés da faculdade do pensamento, em termos arendtianos (Arendt, 2018), o que passa a ganhar destaque e relevância é o mero processamento de informações. Nessa sociedade, inclusive - ou sobretudo - as informações são mercadorias, submetendo-se ao mesmo processo de mercantilização, tal como quaisquer outras mercadorias. Essa conversão faz com que a capacidade de cognição - que os seres humanos em grande medida compartilham com outros animais - torne-se o aspecto central das preocupações e intervenções sociais. Assim, tudo o que visa potencializar essa capacidade meramente cognitiva é visto como positivo, enquanto tudo aquilo que não contribui com ela é tomado como negativo, tendo em vista sua improdutividade (não contribuir para a cadeia que coloca mercadorias e serviços no mercado). Em tal contexto, o pensamento é invariavelmente assumido como negativo, já que, além de não estabelecer relações diretas com a capacidade cognitiva, também tem a peculiaridade de não ter finalidade alguma, sendo, portanto, absolutamente inútil. Em uma sociedade mercantil, é exclusivamente o desempenho e a performance da racionalidade instrumental que passa a ser a característica distintiva dos seres humanos, entre si, bem como entre os demais animais. Entretanto, uma vez subjugada a capacidade de pensar, o sentido e o significado da existência deixam de ser questões para as quais os seres humanos são impelidos. Desse modo, o exercício ético - a reflexão crítica por excelência - torna-se impossível, e a ação humana converte-se em mero comportamento. Enquanto em âmbito individual a ação é convertida em comportamento à mercê das exigências utilitárias da cognição, em âmbito coletivo a ação é convertida em administração à mercê

das exigências igualmente utilitárias da economia. Assim a racionalidade instrumental que permeia desde a cognição até a economia assegura a reprodução e expansão da circulação mercantil - princípio e finalidade última da sociedade capitalista. É assim que se pode resumir a tese deste ensaio.

Adiante vamos esmiuçar alguns desses pontos, começando pela problematização do espaço que a psicologia social ocupa na compreensão dos fenômenos sociais, sobretudo nas limitações interpretativas suscitadas pela desconsideração de que reside no âmbito psicossociológico a dimensão ética, e que desta - por ser constituída pela matéria simbólica, afetiva, ideológica que conformam as crenças e os saberes - deriva a capacidade eminentemente humana de se revoltar, de dizer *não*, de não se conformar ao objetivamente dado.

Em seu livro *A invenção da sociedade: sociologia e psicologia* (2011), o psicólogo social, Serge Moscovici, propõe uma discussão provocativa, pois toca naquilo que se tornou um tabu para as ciências humanas: é possível entender a sociedade exclusivamente a partir de explicações sociais?

> No contato com as ciências do homem e sob sua influência, adquire-se a convicção, tão indiscutida e indiscutível quanto um dogma, de que os movimentos, as crises e os fenômenos que se produzem na sociedade podem e devem ser explicados por causas sociais. E que se deve, pelo contrário, evitar recorrer às causas psíquicas. Pelo menos seria necessário adiar esse recurso o máximo possível, até que ele se torne inevitável. (Moscovici, 2011, p. 11)

Esse dogma ao qual o autor se refere tem implicações determinantes, já que, para ele, "as teorias sociológicas descrevem e prescrevem, mas não explicam"(Moscovici, 2011, p. 33), falta às teorias sociológicas, na opinião do autor, o reconhecimento de que, por mais materialistas que elas sejam, não se deve desconhecer que o poder subjacente a todas as sociedades é um poder espiritual, isto é, simbólico, afetivo, ideológico.

> Não que à sociedade falte coesão ou sistema, mas criada na pressa e em constante evolução, somente esse poder [espiritual] lhe permite durar e se presumir contra a apatia de seus membros. De certo modo, o *homo oeconomicus* é demasiado racional em seus métodos e resiste mal à erosão do tempo. A sociologia lhe opõe *homo credens* um homem crente. É uma criatura estranha, sem dúvida, mas o novo é sempre estranho e difícil de definir. Conhecemos simples-

> mente a sua fórmula geral: se o elemento econômico é o oxigênio de sua existência em sociedade, o elemento ideológico ou religioso é o hidrogênio. Podemos discutir suas proporções, mas não sua relação. Seria ela tão extraordinária quanto parecia outrora, tão ousada quanto se dizia? O que ela introduz de tão perturbador? Sem dúvida esse aspecto simbólico e afetivo dos fenômenos sociais do qual queríamos nos livrar, taxando-os de ilusão ou de epifenômeno (Moscovici, 2011, p. 40)

Moscovici (2011) destaca uma série de autores importantes para o pensamento sociológico que, ao abordarem os fenômenos sociais, quase como que em protesto, sempre se recusaram a reconhecer motivações psicológicas na base estrutural da dinâmica social. A consequência imediata dessa recusa motivada pela interdição quase incestuosa à uma aproximação com a psicologia, é que as causas reais tenham sido sistematicamente substituídas por causas imperceptíveis, tirando das ciências sociais toda a objetividade, concretude e materialidade - justamente o que sempre se almejou alcançar com a interdição da psicologia. Dentre os autores mencionados, o autor aponta para Lukács, o qual recriminava seus adversários por confundirem o "estado de consciência psicológica efetivo dos proletários com a consciência de classe do proletariado", opondo, assim, "aos indivíduos concretos ou às massas" uma "categoria abstrata" e "reificada", "como se a nação francesa fosse outra coisa e de uma outra natureza que o conjunto dos franceses" (Moscovici, 2011, p. 34).

> Esse tipo de substituições nem sempre acontece sem consequências práticas. Assim, enquanto o fascismo ganhava terreno dirigindo-se aos proletários de carne e osso, os socialistas o perdiam porque discorriam para o proletariado genérico. Esta não foi a única razão de seu fracasso, mas é essa que Ernst Bloch invoca: "Os nazistas falaram de forma mentirosa, mas aos homens, os socialistas disseram a verdade, mas de coisas; trata-se agora de falar aos homens com toda a sinceridade sobre os seus assuntos". (Moscovici, 2011, p. 34)

Esses apontamentos preliminares delimitam o campo de reflexão a partir do qual pretendemos analisar criticamente o resultado das eleições de 2018 no Brasil. Há muitos fatos objetivos que podem ser elencados na tentativa de explicar esse episódio da história brasileira, entendendo por "objetividade" todos aqueles aspectos que buscam excluir a dimensão psicológica por considerá-la uma variável que, ao invés de contribuir para

explicações dos fenômenos, distorceria e mistificaria as "causas reais", as quais se reduziriam às causalidades estritamente econômicas e àqueles padrões e regularidades quantitativas identificáveis a partir da observação dos grandes números de acontecimentos similares.

A primeira parte deste ensaio se deteve na reunião de alguns desses elementos objetivos considerados mais relevantes na construção do desfecho das eleições. Um desses elementos, por exemplo, foi a constatação do inegável papel desempenhado pelo uso de avançados softwares capazes de pesquisar, mapear, organizar e administrar uma quantidade potencialmente ilimitada de dados, a partir dos quais se tornou possível fazer uma quantidade incomensurável de "disparos", bem como avaliar os efeitos produzidos por eles nos mais distintos públicos. Essa possibilidade de operar cirurgicamente sobre perfis específicos de "consumidores", somada à capacidade de efetuar essas intervenções com uma frequência e agilidade inacreditáveis, sem dúvida compõem alguns dos aspectos "objetivos" do que se passou em 2018; todavia, como destacamos acima, segundo Moscovici (2011, p. 33): "as teorias sociológicas descrevem e prescrevem, mas não explicam". Desse modo, diante de todas as constatações estritamente sociológicas às quais podemos atribuir a responsabilidade pelo desfecho das eleições de 2018 no Brasil, ainda assim seria possível uma provocação: quaisquer informações disparadas massivamente a um público-alvo "adequado" seriam capazes de induzir quaisquer condutas de seus "alvos"? Em outras palavras, pessoas e grupos necessariamente seriam tão completamente vulneráveis a tal ponto de moldarem sua conduta nos sentidos mais inacreditáveis apenas em função da manipulação adequada das variáveis sociológicas corretas?

Exemplos recentes ocorridos em todo o mundo, como alguns dos analisados neste livro, bem como fatos de uma crueldade inimaginável que remontam momentos um pouco mais longínquos na história parecem favorecer uma resposta afirmativa a essa questão. No entanto, essa constatação de que nossa sociedade favorece - senão exige - um modo de sociabilidade extremamente automatizado, previsível e dócil, de tempos em tempos reaviva a necessidade de reflexão. Dentre aquelas pessoas que se dedicaram a compreender as mazelas de seu tempo, Hannah Arendt foi uma dessas que se perguntou como havia sido possível a emergência das experiências totalitárias na Europa, berço de tudo aquilo que foi considerado o mais relevante da civilização ocidental.

> O último estágio da sociedade de trabalhadores, o qual é a sociedade de empregados, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido submersa no processo vital global da espécie e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar , por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer a um tipo funcional, entorpecido e "tranquilizado" de comportamento. O problema com as modernas teorias do comportamentalismo não é que estejam erradas, mas sim que possam tornar-se verdadeiras, que realmente constituam a melhor conceituação possível de certas tendências óbvias da sociedade moderna (Arendt, 2011, p. 403).

Em outros termos, poderíamos dizer que, quanto mais precisa, verídica e indiscutível se tornar a constatação da fragilidade e suscetibilidade da sociedade a toda sorte da manipulação e conformismo, maior se torna também a necessidade ética de se abordar esse sério problema, sobretudo para quem pretenda se dedicar a transformar essa realidade. Isso porque a simples pretensão de se transformar o que está aí já pressupõe a existência ao menos de fissuras das quais possam emergir uma realidade diferente. Por isso compreender os elementos que compoẽm as limitações e potencialidades que nos encerram a esse modo de sociabilidade automatizado, previsível e dócil, é a condição *sine qua non* para quem pretenda refletir sobre sua transformação, daí que ao longo de todo este livro - e neste ensaio não é diferente - buscamos empreender a reflexão sobre nossa sociedade, especificamente sobre o fenômeno pós-verdade, a partir de uma perspectiva não economicista e não sociológica, mas psicossocial, isto é, a partir de um campo intermediário, de um espaço localizado "entre" as estruturas econômicas e sociológicas. Assim, indo além daquela concepção "pura" do social, que invariavelmente termina em uma compreensão reificada, ora sociológica, ora econômica, estaríamos adentrando aqui a dimensão de uma psicologia social, onde se abre espaço para a constatação de um "psíquico social", a partir do qual se torna possível a existência de uma dimensão ética do ser humano.

Desviar da discussão desse espaço psíquico social é relegar a discussão ética a um mero jogo de palavras e contorcionismos argumentativos. Por outro lado, levar a sério esse espaço "entre" é reconhecer que as estruturas econômicas e sociológicas são atravessadas, ganham vida e morrem de acordo como são mobilizados os aspectos simbólicos, afetivos e ideológicos que dão carne e sangue a essas estruturas. Tanto é assim que, se partís-

semos do pressuposto de que quem detém o poder de manipular as variáveis sociológicas é capaz de assegurar seu domínio inquestionavelmente sobre os demais, então como seria possível explicar a própria existência de grupos que, mesmo submetidos a esse domínio, oponham-se a ele sustentando a esperança de uma realidade diferente? Mais do que isso: desde um ponto de vista que ignora a dimensão psicossocial, aceita-se a capacidade de manipulação de variáveis objetivas como sendo o fator decisivo para a condução da conduta da sociedade, e, ao mesmo tempo - não raras vezes -, também se atribui essa capacidade de manipulação exclusivamente àqueles grupos que historicamente desde sempre detiveram tal capacidade por terem em suas mãos o controle das técnicas e tecnologias capazes dessa manipulação objetiva; contudo, se assim fosse, como os grupos que pretendem se opor a esse poderio poderiam sustentar alguma perspectiva de sucesso que vá além de uma vã esperança, já que eles próprios são historicamente desprovidos dessa capacidade supostamente decisiva para intervenção na conduta da sociedade que querem transformar? Dito de outro modo, no momento em que se afirma, por exemplo, que dimensão ideológica é um espelho da dominação econômica, e que esta determina aquela, como os submetidos à dominação econômica poderão mobilizar esforços para romper com a dominação ideológica, requisito fundamental para que se reúna capacidade de superação da dominação econômica?

O que se quer colocar aqui é que, sem dúvida, não se pode compreender os episódios trabalhados neste livro, se forem ignorados os fatores econômicos, bem como as manipulações sociológicas, políticas e jurídicas empregadas; entretanto, a dimensão psicossocial também é uma variável não só a ser considerada, mas principalmente valorizada. No caso brasileiro, por exemplo, todos os fatores objetivos podem explicar como se colocou no páreo e se elegeu, com mais de 57 milhões de votos, o primeiro candidato; no entanto, apesar de necessários, esses fatores não parecem ser suficientes para compreender o desfecho do cenário completo, principalmente o fato de, apesar de tudo, terem existido outros 47 milhões de votos dados ao segundo candidato, sem contar os outros mais de 40 milhões de brancos, nulos e abstenções. O que se quer dizer é que, além das estruturas econômica e sociológica, as quais, sem dúvida, devem ser objeto das investigações que nos ajudarão a compreender de modo mais amplo o mundo em que estamos vivendo, não se pode desconsiderar que elas, apesar de cruciais, não são soberanas. Da constatação dessa não soberania desses fatores desponta a necessidade de atentarmos também

para a estrutura e dinâmica psicossociais as quais, se são capazes de fazer dois terços dos eleitores resistirem aos fatores objetivos, também poderiam ser capazes de nos terem feito avançar ainda mais - e não retroceder como retrocedemos.

Dentre os fenômenos que configuram a estrutura e dinâmica psicossociais, a pós-verdade está despontando como central na contemporaneidade, em razão das implicações éticas que esse fenômeno suscita. Em ensaios anteriores (Guerra e Barbosa, 2017), enfatizamos a necessidade de abordar o fenômeno pós-verdade a partir de uma perspectiva crítica. Seguindo esse princípio, agora, para tentarmos compreender as eleições de 2018, precisamos nos afastar o máximo possível de algumas interpretações imediatas - ainda que possam ter elevado grau de adequação. Em momentos de obscurantismo, é preciso ousar intelectualmente. Isso não significa, necessariamente, apenas olhar para o "novo". Olhar para o "velho" com vistas ao futuro também pode ser um modo de inovar. É por isso que a seguir resgataremos um conceito polêmico, o *fetichismo da mercadoria*, o qual divide a opinião de críticos, alguns o situando como um avanço, outros como um retrocesso idealista na produção intelectual Karl Marx (1818-1883). Contornando esta querela, afirmamos que esse conceito é extremamente fértil para a psicologia social e muito pode contribuir para desenvolvermos uma compreensão mais aprofundada do fenômeno pós-verdade.

O fetichismo informacional

É com o espírito de olhar para o passado com vistas ao futuro que desenvolvemos a segunda parte deste ensaio, cuja pretensão é inovar e avançar o que desenvolvemos neste livro até esta 3ª edição. Para isso, retornamos ao conceito psicossocial *fetichismo da mercadoria*, criado e desenvolvido por Karl Marx na obra ápice de sua intensa produção intelectual, *O Capital* (1867). Em linhas gerais, esse conceito diz respeito ao fato de que, no modo de produção capitalista, dominante na maioria das sociedades ocidentais, as mercadorias são vistas como fins em si mesmos, como entidades postas e dispostas quase que por si próprias, como *fatos*[7],

7 Para a compreensão mais aprofundada como, epistemologicamente, a ocultação da dimensão humana dos *fatos* torna-se uma característica fundamental do fenômeno pós-verdade, remetemos a Guerra e Barbosa (2017).

ignorando-se completamente suas relações sociais constitutivas baseadas na exploração do trabalho, isto é, desconsiderando completamente que a realidade humana é inextricavelmente atravessada por relações igualmente humanas.

Essa forma de perceber as mercadorias é fetichizada porque oculta que elas só têm o *valor* que têm em função de sua relação direta e inextricável com a dimensão necessariamente humana do trabalho. Para Marx, o elo entre trabalho e valor é justamente a dimensão do humano, isto é, *valor* é concebido como o trabalho humano cristalizado no objeto. Ao perder a dimensão humana constitutiva do valor, entretanto, a mercadoria se torna "fetiche'" – que etimologicamente vem de "feito", do verbo fazer, mas esse se torna um "feito" falso enganador. Esse atributo de engano ou superstição (*super stare*, do latim, que significa "colocar algo por cima", algo que é inventado para iludir) opera nos objetos quando deles é ocultada sua dimensão humana intrínseca.

Sendo assim, é o humano que, ao se debruçar sobre a natureza do mundo, selecioná-la, prepará-la, modelá-la e dispô-la para outros, a valoriza. O que importa disso tudo é que o desconhecimento desse processo oculto que valoriza as mercadorias faz com que a sociedade se torne vítima daquilo que ela própria cria. Os objetos imaginados e produzidos para servirem às necessidades humanas terminam, quando convertidos em mercadorias, servindo-se das pessoas, elas próprias agora tornadas objetos de si mesmas, reféns não apenas de suas próprias necessidades, mas também das necessidades impostas a elas pelas mercadorias, as quais passam a fazer exigências cada vez mais árduas àqueles que as pretendem obter, consumir. Um automóvel, por exemplo - uma ferramenta de transporte que permite aos seres humanos desbravarem regiões mais longínquas em tempos mais reduzidos, de um mundo com dimensões imensamente superiores às capacidades físicas de uma vida humana - possibilitaria a vivência de experiências diversificadas, as quais potencializariam os sentidos e prazeres de quem dele se servir. No entanto, a conversão dos automóveis em mercadorias a serem consumidas por sujeitos submetidos a um regime de exploração do trabalho, ao invés de apenas suprir essas necessidades, termina exigindo daqueles que o almejam a dedicação de grande parte do tempo de sua vida diária para obter meios de adquiri-lo e mantê-lo. Resultando disso, paradoxalmente, que essa ferramenta, cujo atributo intrínseco seria o de permitir que essa vida humana pudesse des-

bravar vastidões cada vez mais amplas do mundo, termine restringindo ainda mais as possibilidades de deslocamento, uma vez que, para obter e manter tal ferramenta desbravadora torna-se imperativo dedicar grande parte do tempo útil de uma vida na obtenção de recursos para sustentar sua propriedade. Dessa forma, ao invés de possibilitar o desbravamento além-fronteiras, essa ferramenta termina favorecendo a própria exploração a que essa vida humana se submete para obter e manter tal ferramenta. Para constatar tal veracidade, basta averiguar o tempo que, após a obtenção de tal ferramenta, é dedicado, por um lado, ao desbravamento do mundo, e, por outro lado, aos deslocamentos intermináveis entre residência e o local, ou locais, de trabalho que subsidiam a posse de tal objeto. No fim das contas, a mercadoria, antes almejada para favorecer a potencialização do sentido de uma existência, termina por oferecer, no máximo, a redução de um desconforto que em grande parte ela própria produz e exige. Assim é possível se questionar se ainda são os humanos que possuem as mercadorias ou as mercadorias é que passaram a possuir os humanos?

Toda essa digressão teve o intuito de sensibilizar a leitura para a seguinte afirmação: em uma sociedade mercantil tudo é reduzido à dinâmica da mercadoria, ficando todos os objetos, portanto, sujeitos ao fetichismo da mercadoria. O que nos interessa neste ensaio é demonstrar como tal regime de fetichização mercantil também recobre um tipo de mercadoria muito central e característica de nossa sociedade: as informações. Sustentamos com Thompson (2011) que não é possível compreender as sociedades modernas se não se levar em conta a transformação substancial que os meios de comunicação produziram em nossa sociedade, algo absolutamente singular e distinto de quaisquer outras sociedades que existiram na história da humanidade. Portanto, se não é possível compreender a sociedade capitalista sem a constatação de que a dinâmica mercantil é o fundamento da estrutura desta sociedade, também não é possível compreendê-la sem a constatação de que a dinâmica das informações é o fundamento dos fenômenos mais diminutos desta sociabilidade.

Isso significa que a dinâmica subjacente à circulação de informações é idêntica a que subjaz a todas as demais mercadorias. E, nesse sentido, o fetiche que opera sobre as informações é o mesmo que opera sobre quaisquer outras mercadorias. O ponto mais relevante dessa constatação é que essa dinâmica torna possível a conversão da subjetividade contemporânea

em uma objetividade mercantil (consumidor). Isto é, ao invés de, por meio de determinadas práticas existenciais cotidianas, o sujeito angariar recursos para possuir o objeto desejado, é o objeto que, pelo recurso do desejo, angaria meios de possuir determinadas práticas existenciais cotidianas do sujeito - agora reduzido a um simples consumidor. O fator determinante dessa inversão entre sujeito e objeto é a ingenuidade, a cegueira, a alienação, em relação à dinâmica humana subjacente a toda valoração do valor. A existência humana, por ser relacional, não se dá em um mundo de fatos, objetos, e sim de valores, sujeitos. Por detrás dessa palavra "relação" há um mundo de significados que precisariam ser explorados para se poder compreender a sua profundidade e abrangência. Relacional é sinônimo de dialético, ou seja, que uma coisa está implicada na outra de tal modo que, ao se dizer uma, também se diz outra. Por isso não se pode conceber adequadamente a noção de dialética sem a de contradição: ao se afirmar dialeticamente *algo que está aí*, a própria afirmação também nega aquilo que afirma, pois afirma *algo que não está aí*[8].

Como discutiremos mais adiante, quando o processo de mercantilização atingiu também a comunicação - uma das faculdades primordiais dos seres humanos -, as próprias pessoas, a subjetividade humana, converteu-se em uma mercadoria, com a acentuada perda da capacidade do exercício de um pensamento dialético e crítico, isto é, com a perda da própria capacidade de pensar, pois não há pensamento que não seja, necessariamente, dialético e crítico.

As contundentes transformações tecnológicas suscitadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação paulatinamente foram construindo uma nova ambiência psicossocial. O que as transformações socioantropológicas suscitadas pela modernidade e que foram desaguar no fenômeno pós-verdade parece demonstrar (Amon, 2017) é que as inovações técnicas e tecnológicas não suscitaram apenas mutações objetivas (instrumentos e ferramentas de comunicação), mas que também suscitaram radicais mudanças subjetivas (psicossociais e éticas). É em função desse segundo aspecto que o conceito de fetichismo da mercadoria parece uma potente chave de leitura, pois consegue ser o elo, a ponte, entre os âmbitos aparentemente distintos da economia e da psicologia. No nosso caso, nesta segunda parte deste ensaio, abordaremos aquilo que vamos denominar de "fetichismo informacional" e mais adiante como isso pode

8 Para uma adequada aproximação do termo "relação" ver Guareschi (2004, pp. 60-67).

produzir as éticas informacionais distintas (liberal, totalitária e crítica) que precisam ser compreendidas para podermos intervir e resistir.

Para podermos compreender a transformação psicossocial que o entrelaçamento entre mercantilização e informações desencadeou na sociabilidade moderna até chegarmos à completa mercantilização das informações e ao fetichismo informacional, precisamos reconhecer que, em momentos anteriores a essa completa mercantilização da sociedade, as trocas se davam majoritariamente mediante escambo, sendo essa modalidade de troca apenas um meio para obtenção de um fim. Essa característica tornava o processo de trocas muito menos dinâmico e acelerado, pois uma vez obtido o fim, esgotava-se a necessidade do meio, isto é, da troca. Tal característica valia igualmente para as trocas comunicacionais, uma vez que a quantidade de informações disponíveis era limitada (poucas pessoas sabiam ler, os livros e textos eram escassos, as comunidades eram pequenas e o seu universo simbólico restrito). Entretanto, com a mercantilização e, ao mesmo tempo, midiatização crescente da sociedade, sobretudo a partir da invenção de Gutemberg, a dinâmica de trocas cada vez mais deixou de ser um *meio* do qual a sociedade dispunha para realizar-se, tornando-se cada vez o próprio *fim* realizado pela sociedade. Nesse sentido, as informações, agora cada vez mais como mercadorias, passaram a ser valorizadas cada vez menos pelo valor "em si" que eventualmente dispusessem - seu valor de uso - e passaram a valer mais por seu valor de troca, por sua capacidade de engendrar e fomentar uma circulação dinâmica e veloz.

À medida que as informações passam a ser qualificadas pela capacidade de circulação que promoviam e não pelo sentido que traziam em si a própria noção de verdade começou a sofrer impactos. Em uma sociedade tradicional o que importava, por exemplo, era a verdade que vinha sendo passada de geração após geração, isto é, a verdade tomada como o sentido e o significado que aquela comunidade atribuia a si própria e ao seus símbolos, enfim, às crenças que unificavam e davam estabilidade àquela reunião de pessoas. Já com o alvorecer da modernidade, essa verdade buscada no passado chegava ao presente carregada de opressões e injustiças com as quais visionários de um novo tempo não queriam mais compactuar. Para isso foi preciso que fosse criado um novo critério de legitimação, não mais baseado no passado, mas no futuro. Esse critério é o de certeza. A certeza é o elemento que assegura, no presente, que algo será idêntico no futuro.

A sociedade mercantil não só depende da certeza, ela precisa exaltá-la até o limite de tornar indistintos os sentidos de verdade e certeza. Hoje quando perguntamos se algo é verdadeiro, o que queremos saber é em que grau podemos ter certeza sobre esse algo. A hipótese subjacente às colocações anteriores é que, antes da modernidade, a "verdade" não era tematizada como sendo aquilo que nós podíamos ter certeza, e sim como algo que era verdadeiro porque, ou se constatava que na natureza era daquele modo, ou porque sempre havia sido assim, ou porque alguma personalidade legitimada dizia que assim deveria ser[9]. Ou seja, na antiguidade e na Alta Idade Média não se tinha "certeza" de que a Terra era o centro do universo, mas aquilo era "verdadeiro"; não se tinha "certeza" de que um desastre climático ou uma epidemia havia acontecido porque alguém na comunidade teria pecado, mas aquilo era "verdadeiro". Com a modernidade, todavia, tudo aquilo que não podia ser "certificado", isto é, provado experimental ou logicamente, não poderia mais ser considerado verdadeiro; pelo contrário, tudo aquilo que, experimental ou logicamente, resultasse em uma consequência diversa daquela "certa", passou a ser considerado falso. Ou seja, a própria busca pelo conhecimento de como se poderia assegurar o que seria ou não passível de ser considerado verdadeiro se tornou um problema filosófico mais importante do que qualquer outro, como demonstram as obras de Descartes, Locke, Hume, Kant.

A pergunta é: o que fez com que a certeza passasse gradualmente a ser a questão crucial para a sociedade moderna, em contraste com todas as outras formações sociais anteriores, inclusive em contraste com a sociedade grega, berço da civilização ocidental? Tales de Mileto, Hipócrates, Arquimedes e Aristóteles desbravaram muitos campos do conhecimento, teorizaram sobre aquilo que hoje atribuiríamos a conhecimentos rudimentares da física, química e biologia, entretanto o que hoje nos permite adjetivar o conhecimento deles como "rudimentar" em relação ao conhecimento científico moderno? A resposta está no fato de que suas conclusões eram desprovidas de certeza, razão pela qual muitas dessas primeiras intuições puderam ser absolutamente superadas. Mas por que a certeza é exigida em nossa sociedade de um modo tão mais imperativo do que o fora para a sociedade dos primeiros filósofos? A resposta pode

9 Aqui se remete a Guareschi (2013), em que o autor demonstra os contrastes entre as teorias jusnaturalistas, jusracionalistas e juspositivistas que se sucederam umas às outras na história, todas buscando fundamentar e legitimar tipos distintos de autoridade que, antes da modernidade, prescindiam da "certeza" como fator determinante.

estar no espelhamento entre nossa sociabilidade moderna e a dinâmica da mercadoria.

Em uma sociedade mercantil, em que o objetivo primeiro e último da sociedade se tornou a troca de mercadorias certas por preços certos, a certeza acabou se tornando suficiente para o funcionamento da máquina social. Deixa de ser preciso saber a "verdade" sobre aquilo que é moral ou imoral, justo ou injusto, útil ou nocivo, para se poder, por exemplo, vender uma certa quantidade de armas e munições, em uma data certa, em um lugar certo, para um comprador certo, que pague uma quantidade de dinheiro certa. Em outros tempos, porém, tais transações passariam por uma série de valorações, eram tomadas por suas conotações éticas. Independentemente de hoje concordarmos ou não com as eventuais conclusões a que chegaram as sociedades antigas sobre determinados temas, o relevante é que a premissa fundamental de quaisquer dessas conclusões era a de que toda a ação deveria trazer consigo uma "verdade" ética para poder ou não ocorrer. Nesse sentido, o que se vender, para quem vender, quando se vender, isso tudo passava por problematizações filosóficas ou religiosas até que se pudesse concluir, por exemplo, se era pecado, se era injusto, se era útil. Mas antes disso, precisaria-se saber a "verdade" do pecado, da injustiça e da utilidade para se poder decidir. Assim, a verdade não era tematizada como certeza, e sim como o sentido mais adequado a ser atribuído a determinada situação concreta. Já no caso das sociedades modernas, para elas poderem funcionar, cumprindo seus prazos e metas, tudo aquilo que exija mais do que uma certeza pragmática, torna-se um grande problema perturbador da eficácia e eficiência. Quaisquer discussões valorativas, por serem éticas e não apenas procedimentais, por almejarem o sentido mais adequado e não simplesmente a certeza, correm o risco de caírem em discussões intermináveis que fatalmente atrasariam o trem certo que precisa sair carregado com uma quantidade certa de mercadorias perecíveis, em um horário certo, tudo isso estipulado previamente em um certo tipo de contrato, escrito de certa forma e firmado entre fornecedor e consumidor certos, através de um certo procedimento jurídico.

A redução da importância do sentido das condutas, em proveito da capacidade delas em fomentarem a circulação mercantil, atingiu também as informações. As informações tal como são produzidas e transacionadas em nossa sociedade não passam de meras mercadorias, absolutamente esvaziadas de sentido. Entretanto, o valor das informações se torna cres-

cente em uma sociedade midiática porque é através delas que se pode atribuir certeza ao mundo, e são as certezas que garantem a eficácia, eficiência e segurança nos negócios. Assim como quaisquer outras mercadorias, almeja-se adquirir a propriedade sobre a maior quantidade possível de informações porque graças a elas podemos atribuir "certezas" ao mundo, e quanto mais certezas sobre o mundo tivermos, maiores as possibilidade de lucro a serem extraídos. Isto é, com o mundo e todos seus "recursos", finitos e infinitos, finalmente convertidos em "matéria prima" e "fatores de produção", quanto maior o grau de certeza sobre essas variáveis, maior a certeza acerca do lucro a ser obtido pelas transações mercantis derivadas. Ou seja, a verdade da verdade se tornou a certeza: passa a ser verdadeiro aquilo de que se pode ter certeza. Essa "fé" na certeza e na sua necessidade não é apenas aquele elemento que permite a sociedade moderna funcionar, mas também é aquele sobre o qual ela se ergue.

> Para acreditar na realidade de um grupo e de suas finalidades, primeiro é necessário acreditar na força de sua ilusão, do emblema ou do símbolo que o representa. A sociedade que o despreza o dispensa se enfraquece, se esfacela, perde a ascendência sobre os seus membros. Nada surge ao longo dessa história que não crie coisas sagradas e não busque, custe o que custar, impô-las. Apesar de suas prevenções e de sua hostilidade para com os cultos, a Revolução Francesa teve de instaurar o culto do Ser supremo e da deusa Razão. Homens impregnados da filosofia do iluminismo construíram altares, inventaram símbolos e organizaram festas em honra dessas novas deidades. (Moscovici, p.70, 2011)

Tomando por base a reflexão que Moscovici (2011) faz acerca de nossa sociedade, pode-se se dizer que a certeza se converteu, assim, em um daqueles elementos em que a sociedade contemporânea pode depositar toda sua fé: tudo aquilo que for certo, trará salvação. A certeza ganhou tamanha relevância na sociedade capitalista que não apenas aquelas certezas "científicas" se tornaram dignas de fé, mas também qualquer tipo de certeza, independentemente de seu estatuto ontológico. Assim, até certos tipos de religiosidade passaram a fazer da fé o oposto do acreditar na verdade de uma incerteza, convertendo a fé justamente no ato de acreditar na certeza de uma verdade: Quem confia, investe, já que Deus é fiel. Investir passou a ser, assim, um ato daqueles que têm certeza da fidelidade de Deus, e ter certeza da fidelidade de Deus se tornou a pré-condição

para que o investimento religioso traga os retornos esperados. As várias facetas que pode assumir uma certa "teologia da prosperidade" têm em comum o fato de efetuarem uma ligação entre a urgência das demandas daqueles que buscam essas igrejas e as soluções prometidas àqueles que se converterem ao dogma fundamental da salvação capitalista: investir para prosperar.

Como a essência da sociedade mercantil, porém, depende das mercadorias, mas não se esgota nelas - porque, mais do que as mercadorias propriamente ditas, o objetivo da sociedade são as *trocas* mercantis -, a certeza, em analogia, é fundamento, mas não finalidade dessa sociedade. Por isso o capitalismo, pela sua mão liberal, deve assegurar constantemente que nenhuma eventual certeza se torne mais certa do que quaisquer outras certezas, caso contrário a dinâmica mercantil seria interrompida e a sociedade derreteria. Por que alguém trocaria algo por outro algo se apenas um desses itens tivesse realmente valor? É por isso que o capitalismo liberal deve instigar a necessidade sempre urgente de se adquirir o maior número possível de certezas, e ao mesmo tempo afirmar que nenhuma dessas certezas pode ser suficiente para esgotar a necessidade por mais certezas. A liberdade de aquisição e direito a posse dessas certezas deve ser garantida não como finalidade das trocas, mas como princípio: eu não tenho a liberdade de trocar porque necessito adquirir o que não tenho; eu necessito trocar porque tenho a liberdade de adquirir mais do que já tenho.

Essa dinâmica contraditória de afirmação da liberdade e necessidade só pode se efetivar através da afirmação da necessidade de se ter certezas, mas da negação da possibilidade de que quaisquer delas seja uma certeza definitiva. Talvez aqui se possa identificar a repugnância em relação a qualquer forma de utopia, já que todas elas têm em comum o fato de afirmarem uma verdade que não é certa, mas que, com sua incerteza, ameaça todas as certezas instituídas. Em outros termos, a utopia é o exato oposto da sociedade liberal, já que nega as certezas presentes e afirma uma certeza ausente.

O fetichismo em relação às informações, assim como em relação a quaisquer mercadorias, suscita uma contraditória passividade ativa, isto é, uma inquietação constante que visa uma libertação definitiva de amarras impostas pelas mercadorias por meio, porém, da vinculação a outras mercadorias. Em outras palavras, cada mercadoria traz em si a promessa,

a expectativa, (afetos passivos) de produzir a libertação (afeto ativo) das amarras e condicionamentos a que estamos submetidos; todavia, grande parte dessas amarras e condicionamentos foram produzidos justamente por cadeias mercantis estabelecidas anteriormente, o que suscita uma interminável tautologia de necessidade de se libertar dessa necessidade.

Aqui podemos ver despontar a contradição de que a certezas vendidas pelas informações representariam um obstáculo à aceleração da dinâmica de circulação das mercadorias informacionais caso quaisquer dessas certezas tivesse o valor de verdade. As informações devem ser certas, mas não podem ser verdadeiras, isto é, não podem trazer em si próprias um sentido último - a verdade. Esse sentido deve estar ausente para que as mercadorias informacionais possam ser substituídas umas pelas outras, ininterruptamente. Contudo, apesar de nenhuma dessas mercadorias informacionais trazerem consigo esse sentido último - a verdade -, todas elas devem sempre manter viva a promessa de serem a melhor, as mais adequadas, as definitivas, em relação a todas as outras mercadorias informacionais que existiram ou virão existir. Esse fenômeno é o da *presentificação*, onde tanto a *realidade* como a *verdade* passam a ser o *aqui e agora*, ficando tudo aquilo que ainda não está aí relegando ao plano do falso, do desimportante. Nesse ponto podemos constatar um paradoxo: a certeza torna-se, ao mesmo tempo, aquilo que obstaculiza e fomenta a dinâmica de trocas informacionais, não ter certeza acerca de nenhuma informação (não se poder tomar nenhuma informação como uma verdade definitiva) passa a ser a premissa que garante que todos se coloquem à mercê de um processo sem fim de busca pela informação absolutamente certa e verdadeira.

Em uma realidade fetichizada como a que nos encontramos, todos tendem a colocar em primeiro plano as mercadorias como fins em si mesmos, como objetos dados e produzidos por si próprios, sem história e sem relações constitutivas. Ignora-se, assim, que o valor das mercadorias não está nelas próprias, mas sim nas relações humanas fundamentais que as constituem. Quando vislumbramos que as mercadorias não são os objetos imediatamente tangíveis, mas sínteses de múltiplas determinações, somos capazes de olhar as coisas pelo que são, e não fetichizadas como aparecem.

Na seção seguinte abordaremos a necessidade de constatarmos a existência de "éticas informacionais" distintas, em que as informações re-

cebem tratamentos distintos, sendo necessário avançarmos em direção a uma "ética informacional crítica" caso queiramos conseguir enfrentar os conflitos que uma Era Pós-verdade suscita.

Éticas informacionais e a faculdade do pensamento como fundamento de uma ética crítica

Os ensaios anteriores, bem como o que já discutimos até aqui, parecem demonstrar que o fenômeno pós-verdade, que se fez presente em todo o mundo e agora no Brasil também, parece demonstrar que o poder econômico é capaz de dobrar nações inteiras, de norte a sul, com relativa facilidade. Depois de as democracias consideradas as mais importantes do ocidente, Estados Unidos e Inglaterra, terem sido "hackeadas", o que se poderia esperar ocorrer em países da América Latina, historicamente subjugados?

Como enfatizamos anteriormente, consideramos que tal hecatombe representada no Brasil pelas eleições de 2018, para além de elementos econômicos e sociológicos, não poderia ter se dado sem a existência, também, de pressupostos éticos específicos, mais precisamente, de pressupostos psicossociais particulares como o fenômeno socioantropológico que é a pós-verdade (Amon, 2017). Por essa razão, para avançarmos na compreensão da situação em que nos encontramos, consideramos fundamental constatarmos as relações existentes entre as dimensões estruturais e singulares, isto é, entre as dimensões econômicas/sociológicas e psicológicas, todas elas se materializando no campo da ética.

Como abordamos no início desta segunda parte, a psicologia social é um dos espaços privilegiados para buscarmos compreender os fenômenos sociais, pois é nesse campo em que se unem o econômico/sociológico e o psicológico, formando aquilo que Moscovici (2011) denomina de *psíquico social*. Nesse psíquico social estaria a ideologia e, em parte, a cultura – como a discute Thompson (2011) a partir de Bourdieu –, neste campo também nos defrontamos com as particularidades da comunicação, da fala, da política e principalmente da ética - esta que, por sua vez, incluiria a dimensão valorativa dos fenômenos. Nesse campo, nesse espaço psíquico social, é onde se encontram os aspectos elementares relacionados à pós-verdade, sobretudo as matérias simbólica, afetiva, ideológica que confor-

mam as crenças e os saberes, elementos tornados os alvos centrais das disputas políticas e econômicas contemporâneas.

Tentando avançar, tendo agora em mente especificamente o contexto brasileiro das eleições de 2018 - ainda que tais ponderações contribuam para a compreensão de outros episódios -, não podemos ignorar que os resultados alcançados em todos os campos em que o fenômeno pós-verdade e suas *fake news* se fizeram presentes tiveram, invariavelmente, não só como derrotados aqueles movimentos tradicionalmente reconhecidos como de oposição ao *status quo*, os chamados movimentos de esquerda, como também expressaram a força e fortalecimento de movimentos de recrudescimento do que está aí, os reacionários, os chamados movimentos de extrema direita, os quais, em grande medida também angariaram adeptos às custas do esvaziamento quase completo do campo da centro-direita, as direitas tradicionais. É importante levar em consideração essa constatação, pois, a partir dela, podemos nos questionar sobre os elementos constitutivos do fenômeno pós-verdade que favoreceram tal desfecho. Em outros termos, o que pode haver em comum aos mais diversos movimentos de oposição que os tornaram tão impotentes diante de tal fenômeno? Por que foi relativamente tão fácil para a extrema direita se fortalecer?

A hipótese que levantamos aqui é que o flanco deixado aberto pelos movimentos de esquerda surge a partir do momento em que eles empreendem em todo o mundo um cálculo político arriscado: o de sacrificar pressupostos éticos inegociáveis, isto é, uma ética amparada em premissas radical e intransigentemente críticas, avessas, portanto, a quaisquer conformismos ou conciliações, em benefício da obtenção de pretensas harmonias sociais. A justificativa de considerarmos que o princípio dessa fragilização política se situa no campo ético deriva do significado e importância que atribuímos à ética e que comumente é ignorado, senão distorcido. Se quisermos compreender a ação política desde uma perspectiva radical, devemos afastá-la do entendimento de um mero comportamento. Ação e comportamento são fenômenos absolutamente distintos. Uma ação, uma prática, que não seja respaldada por um *ethos* condizente, torna-se mero comportamento, isto é, algo meramente instrumental, esvaziado, sem estofo, isto é, sem *carisma*, no sentido weberiano, impotente, portanto, em relação à capacidade quase mágica inerente à política bem-sucedida de produzir transformações contundentes nas relações sociais.

É óbvio que esse sacrifício da dimensão ética empreendido pelos movimentos de oposição não deve ser compreendido apenas como causa, mas também como consequência da situação a que chegamos, uma vez que, somente em uma realidade dominada pela circulação informacional mercantil (fetichização), é que se torna possível que inclusive movimentos políticos de oposição acreditem não apenas ser possível, mas também conveniente a seus propósitos, serem tornados reféns dóceis dos motores que movimentam essa circulação: a Grande Mídia e o Sistema Financeiro Internacional.

A grande questão é que a razão de existir dos movimentos de conservação do *status quo* é justamente assegurar a reprodução e expansão da circulação mercantil, aumentando, assim, sua eficácia, eficiência e segurança. Enquanto, por outro lado, os movimentos de oposição ao *status quo* só têm razão de existir ao se contraporem a essa dinâmica fundamental. Quando se demitem desse papel de contraposição, perdem completamente sua especificidade e originalidade, tornando-se, portanto, meras réplicas mal feitas dos primeiros, convenientemente atrelados a mesma realidade fetichizada.

Uma realidade fetichizada faz a todos colocarem em primeiro plano as mercadorias como fins em si mesmos, ignorando que o valor delas não está nelas próprias, mas sim nas relações humanas fundamentais que as constituem. Essa desatenção para com o essencial - que não é imediatamente visível - atrai todas as atenções para o supérfluo - que é imediatamente visível. Isso torna a faculdade humana do pensamento - a faculdade crítica por excelência, isto é, a faculdade capaz de perceber o visível no invisível e o invisível no visível -, uma faculdade ociosa, rarefeita. Essa desatenção para com a importância do pensamento crítico, de uma consciência crítica, isto é, a importância de as pessoas serem mais do que "receptores" passivos de informações, termina prendendo a todos na mesma cadeia informacional, em que todos terminam se debruçando apenas sobre variáveis como a quantidade ou o alcance das informações consideradas favoráveis ou desfavoráveis a determinados objetivos táticos imediatos, perdendo-se completamente de vista um horizonte mais amplo, em que as informações não sejam instrumentos para usar as pessoas.

Esse equívoco, essa inversão entre sujeito e objeto, a inversão de quem usa e de quem é usado, até pode favorecer que cenários, mesmo antagônicos, superem-se uns ao outros, por exemplo, ao mobilizar pessoas para

que se indignem contra o governo da situação, favorecendo a emergência de outro radicalmente oposto. Se o governo que cai não tem nossa simpatia, ao passo que ao sucessor somos simpáticos, então poderíamos dizer que tal processo foi positivo. Entretanto, ao buscarmos na história recente, não só do Brasil, mas também na do mundo, quase todos esses episódios (Occupy Wall Street, Primavera Árabe e as próprias Jornadas de Junho no Brasil), que em sua maioria começaram com reivindicações legítimas por ampliação da força popular dos 99% (Harvey, 2012), quase todos esses processos terminaram produzindo o exato oposto, o recrudescimento de posições antagônicas e ascensão dos capatazes dos 1%.

Essa situação de gangorra entre horizontes políticos radicalmente distintos (aquele do 99% e aquele do 1%), como já enfatizamos anteriormente, pode ser explicada por vários elementos, sem dúvida pelo poderio fático que detém o 1% em relação ao 99%, atualmente caracterizado pelo domínio que se dá pelo controle de algoritmos digitais que tornam as populações alvos fáceis para guerras híbridas (Korybko, 2018). Todavia, se quisermos considerar além dos aspectos "objetivos" também os elementos "subjetivos", isto é, psicossociais, constataremos que, em termos comunicacionais, mesmo os mais distintos e antagônicos horizontes políticos, tendem a permanecer umbilicalmente vinculados aos fundamentos de um mesmo ambiente, de uma mesma "ambiência", isto é, de uma mesma dimensão psicossocial fetichizada, a qual assume a interminável espiral de acúmulo de informações como o único campo de batalhas eficaz, no qual aqueles que detêm a maior capacidade de produzir e disseminar informações estariam mais próximos da vitória que outros. A contradição dessa situação é que os "alvos" dessa batalha, as pessoas de carne e osso, também passaram a compartilhar desse pressuposto, e consideram que quanto maior a quantidade de informações que adquirirem, mais próximas estarão da "salvação", isso faz com que as pessoas cada vez mais estejam suscetíveis a "novas informações", forçando aqueles que querem vencer essa disputa a produzir uma quantidade cada vez maior de "novas informações". A consequência disso é que apenas os detentores das técnicas e tecnologias serão capazes de responder a essa demanda, pois, ao dominarem o poder econômico, podem reproduzir ao infinito esse ciclo de produção de mercadorias informacionais.

Se retornarmos ao início desta discussão, onde apontamos que as tendências políticas que ignoram a dimensão psicossocial tendem a aceitar

que a capacidade de manipulação de variáveis objetivas é o fator decisivo para a condução da conduta da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, reconhece-se que essa capacidade está historicamente nas mãos daqueles que detêm o controle das técnicas e tecnologias capazes dessa manipulação objetiva; como os grupos que pretendem se opor a esse poderio dos 99%, historicamente desprovidos dessa capacidade, podem alimentar pretensões de transformações efetivas na sociedade? A questão decisiva deste ponto é que, enquanto o poder dos 99% é um poder essencialmente quantitativo, o poder dos 1% é essencialmente qualitativo. Não reconhecer a distinção de natureza desses poderes é travar uma guerra às cegas no terreno do adversário, necessariamente fadada ao fracasso.

O que tais episódios como as eleições de 2018 no Brasil parecem revelar é que a quantidade de informações, mesmo quando esdrúxulas, são capazes de produzir quaisquer efeitos sobre grande parte da sociedade porque não mobilizam apenas a cognição mercantil, mas as crenças e valores profundos já criados anteriormente, em grande parte pela Grande Mídia. Dito de outro modo, todas as técnicas e tecnologias digitais utilizadas nos episódios investigados por este livro não visavam a criar símbolos, afetos ou ideologias, mas mobilizar, combinar, unificar aquilo que já estava circulando de maneira mais ou menos coerente na sociedade. Justamente por isso a forma sempre se mostrou mais relevante do que o conteúdo. O que queremos sugerir é que, apenas reconhecendo nossas limitações poderemos investir em nossas potencialidades, contudo aquilo que é considerado limite e potência depende fundamentalmente da perspectiva ética com que enquadramos cada um desses aspectos. Por isso tomamos por fundamental termos clareza de que existem perspectivas éticas distintas com relação às informações, e que caberá a cada um de nós refletirmos sobre a partir de qual delas pretendemos nos situar em relação a nós mesmos, aos outros e ao mundo. Por mais sutil que possam parecer as diferenças de como se expressam materialmente éticas distintas, termos clarezas de tais distinções é essencial para podermos avançar. Por isso, para abordarmos o desfecho das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, precisamos ter em mente ao menos três "éticas informacionais" distintas: liberal, totalitária e crítica[10].

10 Para uma compreensão dessas distinções, remetemos à Guareschi (2009, pp. 28-59), em que as discussões sobre as distintas grandes cosmovisões da sociedade inspiraram a divisão das éticas informacionais que apresentamos aqui.

Uma ética informacional liberal, honesta ou meramente de forma retórica, sustenta certa reticência em relação à possibilidade de se alcançar uma verdade última. Em razão disso, todo seu esforço vai na direção de assegurar uma "paridade de armas" entre as diversas verdades pontuais que se enfrentam e disputam a hegemonia momentânea na condução dos assuntos coletivos. A tendência de tal ética é a de empreender todos os esforços para igualar as veracidades pontuais, tornando-as todas equidistantes em relação à "verdade". Para assegurar que nenhuma verdade se proclame detentora da verdade última - o que interromperia a circulação informacional -, a própria noção de verdade é desconsiderada, tornada uma questão de ordem individual, e não pública. A noção de verdade que convém a essa ética é a de certeza. Essa ética, portanto, favorece a aceleração máxima da circulação informacional.

Talvez o melhor exemplo de uma ética informacional liberal seja aquela alimentada pela formação de certas comunidades científicas, as quais, se mantêm céticas em relação a quaisquer respostas últimas sobre os fenômenos estudados, pretendendo apenas garantir que o máximo possível de "evidências" sejam apresentadas, sem a pretensão de que quaisquer delas encerre uma verdade última. Muitos grupos de cientistas dedicam suas vidas para obtenção dessas evidências, mas por mais que eles estejam certos delas, para continuarem sendo cientistas, não podem pretender que elas sejam a última palavra da discussão do fenômeno, já que, como apontou Karl Popper (2001), o que distingue o discurso científico de todos os demais é justamente sua possibilidade de falseabilidade, isto é, uma afirmação científica, uma certeza, que não traga em si a possibilidade de uma verificação que venha a lhe considerar falsa, não se trata de um discurso científico válido.

Em segundo lugar, a ética informacional totalitária, isto é, todas aquelas subjacentes às doutrinas totalitárias (o nazismo, o fascismo, o stalinismo, o integralismo, a doutrina de segurança nacional etc.) têm em comum o fato de a categoria básica e elementar da realidade ser o todo, um todo fechado e completo em si mesmo. A distinção entre a ética liberal e totalitária é que esta traz consigo uma intuição: a de que a sociedade não pode existir sem uma verdade última e que, portanto, a mera circulação informacional que propõe a ética liberal não é possível. Desse modo a dinâmica liberal só aparecerá como sendo harmônica e igualitária sob um ponto de vista estritamente formal, pois materialmente, alguma verdade

estará subjacente à circulação informacional, ainda que esta verdade esteja oculta até mesmo para os próprios agentes da circulação informacional. Isto é, alguma verdade, provavelmente não explícita, estará prevalecendo sobre as demais. Um exemplo que se poderia dar é a própria valorização da certeza que a ética informacional liberal promove. Ao fim e ao cabo, a certeza é tomada como uma verdade, e essa verdade é assim assumida porque espelha a forma da dinâmica elementar da sociedade capitalista: a circulação mercantil.

A partir da constatação dessa debilidade (de que a sociedade não poderia viver sem uma verdade e de que a ética informacional liberal apenas formalmente opera como se não se pautasse por uma verdade última), a ética informacional totalitária promete, ao mesmo tempo, desvendar a verdade subjacente à ética informacional liberal (uma verdade má) e oferecer uma alternativa radicalmente oposta a essa verdade (uma verdade boa). No entanto, o que a ética informacional totalitária faz nesse processo não é "desvendar" realmente a verdade liberal, mas a ética informacional totalitária simplesmente atribui a todos que não estejam a ela submetidos a pecha de professarem uma suposta verdade contra a qual a verdade totalitária - essa sim uma verdade verdadeira - pode e deve se opor para "salvar" a sociedade. A essência do totalitarismo é fomentar o seguinte paradoxo em relação às informações: nenhuma informação pode ser digna de veracidade porque a verdade está além das informações, mas, ao mesmo tempo, é através das informações que o totalitarismo dissemina essa sua afirmação paradoxal. Esse paradoxo se torna possível e quase inquebrantável porque, diferentemente da ética informacional liberal, que abdica de uma verdade última explícita em proveito de certezas imediatas, o totalitarismo abdica de certezas imediatas em proveito de uma verdade última. Em outros termos, uma vez mobilizada a verdade que já está na sociedade, mas que não pode ser enunciada porque comprometeria a circulação informacional mercantil, a ética informacional totalitária não precisa submeter sua verdade a escrutínio para certificá-l; apenas as certezas liberais precisam ser certificadas para adquirirem valor de veracidade, fora dessa ética, uma verdade, ou não precisa de provas, ou não é verdadeira. Daí em diante, o que o totalitarismo precisa fazer é combater a verdade falsa com sua verdade verdadeira, e o critério totalitário para identificação de verdades falsas é simplesmente o fato de elas não serem a verdade totalitária (a única verdade possível).

Para o totalitarismo derrotar a ética informacional liberal é relativamente fácil, já que apenas se precisa combater a incerteza com relação a uma verdade última que suscita a ética liberal, afirmando a certeza de uma verdade última totalitária. Como a própria ética liberal ensinou a superioridade do valor da certeza em relação à incerteza, a ética informacional totalitária derrota a ética informacional em seus próprios termos. Nas palavras de Adolf Hitler, "Quem quiser viver é constrangido a matar. Martelo ou bigorna. Minha intenção é preparar o povo alemão para ser martelo". Sendo assim, a verdade verdadeira - o martelo - precisa ao mesmo tempo manter suspensas quaisquer possibilidades de outra verdade que não seja a sua ser reconhecida como verdadeira.

É importante termos clareza das semelhanças que aproximam uma ética informacional liberal e uma ética informacional totalitária, para podermos avançar na compreensão de uma ética informacional crítica. Ambas as éticas informacionais, totalitária e liberal, de algum modo não tornam acessíveis uma verdade definitiva - a liberal porque formalmente afirma que ela não existe, a totalitária porque afirma que só será possível acessá-la depois de destruídas as falsas verdades presentes -, cada uma dessas éticas, a seu modo, termina fomentando apenas uma circulação informacional vazia. É por essa razão que ambas as éticas favorecem e são favorecidas, ora mais, ora menos pelo fenômeno pós-verdade, como discutido nos ensaios da primeira parte deste livro.

Uma ética informacional crítica, por fim, dispõe de uma singularidade em relação às anteriores, no exato sentido de não tomar como objeto a informação ou a circulação dessa informação, e sim as relações concretas das pessoas que se relacionam com essa informação, isto é, o modo como as informações podem ser utilizadas, incorporadas nas relações concretas que as pessoas estabelecem consigo, com os outros e com o mundo, em um momento específico, em um contexto específico. Em outras palavras, o investimento crítico não se dá sobre as variáveis que incidem diretamente nas informações, e sim sobre as pessoas que se relacionarão com tais informações. Diferentemente da ética informacional liberal, que só se ocupa da certeza das informações, ignorando a relevância de uma verdade última, ou da ética informacional totalitária, que só se ocupa da certeza da verdade última, ignorando a certeza das informações, uma ética informacional crítica desloca completamente seu olhar da mera circulação das informações, pairando sobre os agentes que as fazem circular. Ao invés

do investimento nos modos de fomentar ou impedir que a certeza de determinadas informações sejam ou não transmitidas (liberal), e fomentar ou impedir que determinadas verdades últimas sejam tomadas como certas (totalitária), o investimento crítico se dá na capacidade do pensamento crítico, isto é, na capacidade de pensar criticamente sobre aquilo que se recebe e transmite. Em outras palavras, o investimento se dá numa educação crítica libertadora, isto é, em fomentar nas pessoas o exercício constante e interminável de uma consciência crítica de si mesmo e das coisas que as rodeiam.

A capacidade de reconhecer a possibilidade da existência de uma verdade sem certeza, é fundamento de uma ética informacional crítica. Deixa de ser central quaisquer preocupações em fazer prevalecer as certezas ou as verdades últimas, pois é da cobiça pelo monopólio da verdade de onde derivam as hierarquias e injustiças, já que uma verdade tomada como certeza, por se impor como verdadeira, torna-se cogente, coercitiva, obrigando todos a se curvarem a ela. Em oposição a certeza dessa verdade, uma ética informacional crítica toma a temporalidade como uma categoria fundamental, reconhecendo que toda certeza é histórica, portanto precária, restando aos seres históricos como somos nos pautarmos em *consensos críticos temporários*, os quais não atribuem certezas às verdades, mas que são necessários e incontornáveis para existirmos e continuarmos existindo, sempre argumentando e sempre pensando, incessantemente. É o que defende Paulo Freire (1983) quando destaca que as relações humanas são "situações gnosiológicas", isto é, que não há um que sabe mais ou um que sabe menos - alguém que tenha e outro que não tenha acesso ao saber -, mas que as pessoas sabem coisas diferentes - têm acessos diferenciados à verdade - e que a diferença desses saberes desvela mundos e significados diferentes, nenhum hierárquica e definitivamente superior a outro. Desde essa perspectiva, radicalmente crítica, portanto ética, mais importante do que afirmar se um saber é mais certo ou verdadeiro do que outro, seria perguntar se a certeza ou verdade de algum saber é mais justa do que outro. E para saber da justiça de um saber, são os injustiçados por esses saberes aqueles que precisam ser ouvidos.

Não podemos enfatizar a necessidade de uma ética informacional crítica, sem resgatarmos a ruptura que o pensamento crítico produz na dinâmica mercantil da sociedade. Como já discutimos anteriormente, em uma sociedade mercantil a certeza desempenha um papel central, permeando

todas nossas ações cotidianas, desde as mais banais até as mais complexas, já que é ela que assegura a circulação das mercadorias. Sustentamos a tese central de que, em um mundo mercantil, é o estatuto das mercadorias o que determina a dinâmica da sociedade, e não o contrário. A forma do pensamento dos sujeitos, portanto, espelha as formas elementares da sociedade em que existem. Como em nossa sociedade a forma elementar é a mercadoria - e as mercadorias não pensam e não precisam pensar para serem vendidas e compradas no mercado -, apenas uma cognição estritamente calculista, a razão instrumental, já é suficiente para concretizar a logística mercantil, assim a forma do nosso pensamento assume também a forma da mercadoria.

Dentre todas as inumeráveis capacidades humanas, aquela que é mais antagônica a todas as etapas da mercantilização é a faculdade do pensamento. Não apenas porque não visa a produzir obras, ou porque é o antípoda do mero sobreviver que o pensamento se faz antagônico à mercantilização, mas sim porque inaugura uma temporalidade particular, a qual torna impossível qualquer pretensão mercantil. A inutilidade e antinaturalidade do pensamento são elementos importantes no antagonismo que ele estabelece com a mercantilização, mas a temporalidade particular que o pensamento inaugura é o aspecto determinante de sua singularidade.

> Para evitar mal-entendidos: as imagens que estou usando para indicar, metafórica e experimentalmente, a localização do pensamento só podem ser válidas no domínio dos fenômenos espirituais. Aplicadas ao tempo histórico e biográfico, essas metáforas não podem fazer nenhum sentido; aí não ocorrem lacunas no tempo. É apenas na medida em que pensa, e portanto que *não* é, nas palavras de Valéry, que o homem - um "Ele", como Kafka tão precisamente o chama, e não um "alguém" -, na realização total do seu ser concreto, vive nessa lacuna entre passado e futuro, nesse presente atemporal. (Arendt, 2018, p. 232, *grifo no original*)

Em outras palavras, a faculdade do pensamento faz sucumbir a temporalidade ordinária, fora da qual as mercadorias não podem ser produzidas ou transacionadas. Como as formas elementares da sociedade condicionam as formas elementares do pensamento, tudo aquilo que se dá fora da temporalidade ordinária que exige a nossa sociedade mercantil aparece assombrosamente como "sem sentido". Dentro dos estreitos limites

de nossa sociedade mercantil, "tempo é dinheiro", e ninguem quer perder dinheiro, nem para pensar sobre o que é esse tal tempo que tantos lucros pode nos dar quando bem "investido".

É por isso que em nossa sociedade o pensamento é cada vez mais hostilizado - até mesmo desconhecido -, enquanto a cognição meramente calculista é prestigiada. Nem a ética informacional liberal, nem a ética informacional totalitária se ocupa do pensamento; a ambas repugna o sentido crítico. Na encruzilhada em que o fenômeno pós-verdade nos coloca, reconhecemos que não podemos aceitar o totalitarismo, mas se não prestarmos atenção aos rastros que nos fizeram chegar até aqui, talvez estejamos condenados a repetir incessantemente um mesmo ciclo, o qual sempre recomeça com uma marcha à ré diante do monstro que uma ética informacional liberal alimentou e fez crescer até já não mais poder conter nas débeis grades de suas jaula mercantil.

Considerações finais

A dissolução da relação entre verdade e certeza é o que permite tomarmos o fenômeno pós-verdade como sendo radicalmente crítico, no sentido de, por ser contraditório, abrir possibilidades heterotópicas e distópicas para o futuro, a depender da capacidade ética de nos relacionarmos com as informações. Heterotópicas no sentido de favorecer a emergência uma nova ética, uma ética crítica, no caso da comunicação, uma ética informacional crítica, despojada de qualquer certeza definitiva *a priori*, condição para uma abertura, uma alteridade, uma hospitalidade radical, abandonando, desse modo, a verdade - entendida como certeza - como princípio e finalidade soberanos; passando a se adotar uma verdade crítica, entendida como *aletheia*, como processo interminável e incerto de relação consigo próprio, com os outros e com o mundo. Por outro lado, dessa contradição, também emergem possibilidades distópicas, em que a verdade como certeza é ao mesmo tempo negada e enaltecida radicalmente. Negada no sentido de que, toda e qualquer certeza - verdade - produzida até então é acusada de falsidade, justamente por se pretender verdadeira; mas, ao mesmo tempo, a certeza da existência de uma verdade última não só é resguardada, mas sobretudo enfatizada de todos os modos, custe o que e a quem custar.

O distanciamento de alguns movimentos políticos de uma ética informacional crítica - com a consequente e inevitável aproximação a uma ética informacional liberal - pode estar entre os fatores que favoreceram a eclosão dessa ética informacional totalitária que se dissemina pelo mundo nas velocidades cada vez mais altas com que os dados cibernéticos conseguem ser processados. É nesse sentido que atuações voltadas às variáveis econômicas e sociológicas que não puderam nos proteger da situação a que chegamos talvez não sejam suficientes para reverter o atual cenário, necessitando que seja resgatado o sentido profundamente político e radical desempenhado pela ética. Para podermos compreender com mais rigor os desafios dos novos tempos que se aproximam, é de fundamental importância compreendermos o entorno imediato que nos envolve e que deve ser o ponto de partida de brasileiras e brasileiros que pretendem enfrentar esse novo contexto em que as experiências recentes estão demonstrando a insuficiência do investimento em meras "informações" mais corretas ou mais verdadeiras que outras.

A ideia de que um cidadão munido de todas as informações disponíveis seria um "cidadão esclarecido" capaz de decidir livre e conscientemente, parece ter se tornado apenas mais um dos tantos mitos que a modernidade construiu. Nunca houve na história da humanidade um período com tantas informações disponíveis, mas isso, ao invés de favorecer a emancipação das populações, parece estar fazendo justamente o inverso, as escravizando com maior eficácia, eficiência e segurança. Nesse sentido muitos combates devem ser travados nos campos macro-estruturais, institucionais, econômicos e sociológicos, todavia, por mais necessários que tais intervenções sejam, consideramos que, mais cedo ou mais tarde, mesmo que um dia elas viessem a se realizar a contento, ainda assim, uma dimensão psicossocial suscetível e vulnerável sempre manterá vivo o fantasma da dominação. Diante de tal constatação, é que continuamos avançando na compreensão de que, numa Era Pós-verdade, os dados, mesmo que viciados, foram lançados, cabendo a quem deseja tornar concreta uma sociabilidade alternativa, ter como horizonte que, sem um pensamento radicalmente crítico como fundamento desta sociabilidade alternativa, nenhuma transformação substancial pode ser sustentada por muito tempo, já que sem uma ética crítica nenhuma sociabilidade consegue evitar de se tornar, mais cedo ou mais tarde, mera adaptação.

As questões que, ao fim deste ensaio, propomos como combustível dessa caminhada rodeada pela provisoriedade dos sentidos críticos que

foram lançamos aqui são: o que seria uma ética crítica? E como é possível (será que é possível?) construirmos uma sociedade eticamente crítica? Como se contribui para esse percurso? O que a Era Pós-verdade limita e potencializa nesse processo?

Nenhuma dessas perguntas exige resposta para que faça sentido. O sentido de cada uma dessas perguntas está na capacidade de nos provocar a continuar pensando.

Referências

Amon, D. (2017). *O contexto socioantropológico da pós-verdade*. In: Guareschi, P., Amon, D., e Guerra, A. *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade.* 2° ed. Florianópolis: ABRAPSO.

Arendt, H. (2011). A condição humana. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

Arendt, H. (2018). A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Arkonada, K. (2019, abril 13) *Comunicação e Política em tempos de "Big Data"*. Recuperado de https://www.jornada.com.mx/2019/04/13/opinion/022a1mun Acesso em 22 de setembro de 2019

Azzi, R. (2018 outubro 8). *Sua tia não é fascista, ela está sendo manipulada*. Carta Maior. Recuperado de https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Eleicoes/Sua-tia-nao-e-fascista-ela-esta-sendo-manipulada-/60/41968 Acesso em 22 de setembro de 2019.

Baltazar, Bächtold, de Lara, Bianchi, Demori (2019, setembro 8). *Conversas de Lula mantidas sob sigilo pela Lava Jato enfraquecem tese de Moro*. Folha de São Paulo. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2019/09/conversas-de-lula-mantidas-sob-sigilo-pela-lava-jato-enfraquecem-tese-de-moro.shtml?__twitter_impression=true Acesso em 22 de setembro de 2019.

Bengo, C. (2018). O *impeachment* da Presidenta eleita Dilma Rousseff e a Pós-Verdade". In: Guareschi, P., Amon, D., e Guerra, A. *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade.* 2° ed. Florianópolis: ABRAPSO.

Benício, J (2019, janeiro 8). *Presidente Bolsonaro começa sua cruzada contra a Globo.* Terra. Recuperado de https://www.terra.com.br/diversao/tv/blog-sala-de-tv/presidente-bolsonaro-comeca-sua-cruzada-contra-a-globo,d648c093d79af2e9ff02afe7d39d4766s5b2vsil.html Acesso em 22 de setembro de 2019.

Billig, M. (2008). Argumentando e pensando: uma abordagem retórica à psicologia social. Petrópolis: Vozes.

Bliacheris, M.W. (2018) Trump e a política da Pós-Verdade. In: Guareschi, P. Amon, D. e Guerra, A. *Psicologia, Comunicação e Pós-Verdade.* Porto Alegre: Evangraf , 2ª. Ed.

Brasil247 (2018, outubro 27). *Miguel Lago: para uma nova vitória das redes sociais na democracia?*. Brasil247. Recuperado de https://www.brasil247.com/midia/miguel-lago-para-uma-nova-vitoria-das-redes-sociais-na-democracia Acesso em 22 de setembro de 2019.

Bresciani, E. (2018 agosto 9). *Filho de bolsonaro diz que marqueteiro de trump vai ajudar seu pai*. Época. Recuperado de https://epoca.globo.com/filho-de-bolsonaro-diz-que-marqueteiro-de-trump-vai-ajudar-seu-pai-22963441 Acesso em 22 de setembro de 2019.

Cadwalladr, C. (2018 março 18). *I made Steve Bannon's psychological warfare tool': meet the data war whistleblower.* The Guardian. Recuperado de https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/data-war-whistleblower-christopher-wylie-faceook-nix-bannon-trump Acesso em 22 de setembro de 2019.

Carta Capital (2015, março 23). *Quem são os irmãos Koch?* Recuperado de https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-irmaos-koch-2894/ Acesso em 22 de setembro de 2019

Carta Capital (2018 julho 9). *Jogo de decisões sobre Lula termina como começou, mas expõe TRF4*. Recuperado de https://www.cartacapital.com.br/politica/jogo-de-decisoes-sobre-lula-termina-como-comecou-mas-expoe-trf4 Acesso em 22 de setembro de 2019.

Carta Capital (2018, agosto 6). *O poder do Whatsapp de manipular eleitores*. Carta Capital. Recuperado de

https://www.cartacapital.com.br/politica/o-poder-do-whatsapp-de-manipular-eleitores/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Castro, F. (2018, março 8). *"Fake news" têm 70% mais chance de viralizar que as notícias verdadeiras, segundo novo estudo*. Recuperado de https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,fake-news-se-espalham-70-mais-rapido-que-as-noticias-verdadeiras-diz-novo-estudo,70002219357 Acesso em 22 de setembro de 2019.

Estadão Conteúdo (2019, fevereiro 28). *Pessoas mais velhas compartilham mais fake news, revela estudo*. Recuperado de https://exame.abril.com.br/tecnologia/pessoas-mais-velhas-compartilham-mais-fake-news-revela-estudo/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Fligenspan, F. (2018, janeiro 29). *O julgamento de Lula e o mercado financeiro*. Sul 21. Recuperado de https://www.sul21.com.br/colunas/flavio-fligenspan/2018/01/o-julgamento-de-lula-e-o-mercado-financeiro/

Folha de São Paulo (2018, outubro 10). *Falha no WhatsApp permite invasão de hackers a contas por chamada de vídeo, diz site*. Folha de São Paulo. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/10/falha-no-whatsapp-permite-invasao-de-hackers-a-contas-por-chamada-de-video-diz-site.shtml Acesso em 22 de setembro de 2019.

Folha de São Paulo (2018, maio 17). *Papa Francisco acusa mídia de difamação que fomenta golpes de Estado*. Folha de São Paulo. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/papa-francisco-acusa-midia-de-difamacao-que-fomenta-golpes-de-estado.shtml Acesso em 22 de setembro de 2019.

Freire, P. (1983). Extensão ou comunicação. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

G1 (2014, outubro 6). *Facebook finaliza aquisição do Whatsapp por US$ 22 bilhões*. G1. Recuperado de http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/10/preco-de-compra-do-whatsapp-pelo-facebook-sobe-us-22-bilhoes.html Acesso em 22 de setembro de 2019.

GaúchaZH (2018, setembro 28) *Fux suspende liminar de Lewandowski e proíbe entrevistas de Lula*. Recuperado de https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/09/fux-suspende-liminar-de-lewandowski-e-proibe-entrevistas-de-lula-cjmmtq9w-d00w401pixofk5754.html Acesso em 22 de setembro de 2019.

Gragnani, J. (2018, abril 20). *Pesquisa inédita identifica grupos de família como principal vetor de notícias falsas no WhatsApp*. Recuperado de https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43797257 Acesso em 22 de setembro de 2019.

Guareschi, P., et al (2000). Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P., Maya, P., Possamai, H. (2000). *"Essa gentalha infeliz: a representação social dos sem terra segundo Mendelski*. In: Guareschi, P., et al (2000). Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. (2009). Psicologia Social Crítica como prática de libertação. 4ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Guareschi, P. (2013). O Direito Humano à Comunicação: pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes.

Guareschi, P. (2018). Psicologia e Pós-verdade. In: Guareschi, P., Amon, D., e Guerra, A. *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade*. 2° ed. Florianópolis: ABRAPSO.

Guimarães, S. P. (2019, julho 26). *A Operação Lava Jato e os objetivos dos Estados Unidos para a América Latina e o Brasil*. Carta Maior. Recuperado de

https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Operacao-Lava-Jato-e-os-objetivos-dos-Estados-Unidos-para-a-America-Latina-e-o-Brasil-/4/44776 Acesso em 22 de setembro de 2019.

Halpern, S. (2017, Junho 8). How He used Facebook to Win, in *The New York Review of Books.* Recuperado de http://www.nybooks.com/articles/2017/06/08/how-trump-used-facebook-to-win/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Harvey, D. *et al* (2012). Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior.

Justificando (2016, outubro 20). *Desembargador que irá julgar suspeição de Moro declarou "amizade crescente" em livro*. Recuperado de http://www.justificando.com/2016/10/20/desembargador-que-ira-julgar-suspeicao-de-moro-declarou-amizade-crescente-em-livro/

Korybko, A. (2018). Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular.

Lago, M. (2019, maio). *Procura-se um Presidente*. Piauí. Recuperado de https://piaui.folha.uol.com.br/materia/procura-se-um-presidente/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Lellis, L. (2019, abril 4). *Toffoli retira da pauta do STF ações sobre prisão em 2ª instância*. Veja. Recuperado de https://veja.abril.com.br/politica/toffoli-retira-da-pauta-do-stf-acoes-sobre-prisao-em-2a-instancia/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Leone, I. (2019, junho 25). *In Fux we trust*. Carta Capital. Recuperado de https://www.cartacapital.com.br/justica/in-fux-we-trust/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Marques, J. (2018, janeiro 8). *Caso Lula passa à frente de 7 ações da Lava Jato em tribunal*. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1948737-caso-lula-passa-a-frente-de-7-acoes-da-lava-jato-em-tribunal.shtml Acesso em 22 de setembro de 2019.

Marreiro, F. (2019, maio 14). *Próxima vaga do STF é de Sérgio Moro, o "compromisso" público de Bolsonaro*. El País. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/12/politica/1557677235_562717.html Acesso em 22 de setembro de 2019.

Marx, K. (2013/1867). O Capital: crítica da economia política: Livro I : o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo.

Mascaro, A. L.(2013). Estado e forma política. São Paulo: Boitempo.

Mello, P. C. (2018, outubro 18). *Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp*. Folha de São Paulo. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml Acesso em 22 de setembro de 2019.

Mello, P. C. (2019, agosto 20). *Deputados americanos questionam colaboração dos EUA com a Lava Jato*. Folha de São Paulo. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/deputados-americanos-questionam-colaboracao-dos-eua-com-a-lava-jato.shtml Acesso em 22 de setembro de 2019.

Mello, P. C. (2019, junho 18). *Empresas contrataram disparos pro-bolsonaro no Whattsapp*. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-diz-espanhol.shtml Acesso em 22 de setembro de 2019.

Mello, P. C. (2019, junho 18). *Empresas contrataram disparos pró-Bolsonaro no WhatsApp, diz espanhol*. Folha de São Paulo. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/

poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-diz-espanhol.shtml Acesso em 22 de setembro de 2019.

Moscovici, S. (2011) A invenção da sociedade: sociologia e psicologia. Petrópolis: Vozes.

Pavarin, G. (2019, maio 15). *Como a milícia digital bolsonarista resgatou sua máquina de fake news para atacar universitários*. The Intercept Brasil. Recuperado de https://theintercept.com/2019/05/14/milicia-digital-bolsonarista-contra-universidades/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Popper, K. R. (2001). A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix.

Pragmatismo Político (2011, novembro 29). *Após 22 anos, Boni admite que Globo armou contra Lula para eleger Collor*. Pragmatismo Político. Recuperado de https://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/11/apos-22-anos-boni-admite-que-globo.html Acesso em 22 de setembro de 2019.

(Reuters (2018, outubro 10). *Falha no WhatsApp permite invasão de hackers a contas por chamada de vídeo, diz mídia*. Reuters. Recuperado de https://br.reuters.com/article/internetNews/idBRKCN1MK22C-OBRIN Acesso em 22 de setembro de 2019.

Rosenberg, Confessore e Cadwalladre (2018, março 17). *How Trump Consultants Exploited the Facebook Data of Millions*. The New York Times. Recuperado de https://www.nytimes.com/2018/03/17/us/politics/cambridge-analytica-trump-campaign.html Acesso em 22 de setembro de 2019.

Rossato, J.F. e Leobeth, T. (2018) Não ao acordo de paz: a Colômbia no contexto da Pós-Verdade. In: Guareschi, P., Amon, D., e Guerra, A. *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade*. 2° ed. Florianópolis: ABRAPSO.

Safatle, V. (2019, julho 31). *Não houve eleição e não há presidente*. El País. Recuperado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/30/opinion/1564520568_228934.html Acesso em 22 de setembro de 2019.

Simões, M. (2018, outubro 22). *Grupos pró-Bolsonaro no WhatsApp orquestram fake news e ataques pessoais na internet, diz pesquisa*. Pública. Recuperado de http://apublica.org/2018/10/grupos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-orquestram-fake-news-e-ataques-pessoais-na-internet-diz-pesquisa/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.

Stahlschmidt, A. P. M. (2000). *O bandido deve morrer: um estudo sobre a pena de morte a partir da visão do cinema norte-americano*. In: Guareschi, P., et al (2000). Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes.

Streck, L. (2016, março 4). C*ondução coercitiva de ex-presidente Lula foi ilegal e inconstitucional*. Conjur. Recuperado de https://www.conjur.com.br/2016-mar-04/streck-conducao-coercitiva-lula-foi-ilegal-inconstitucional Acesso em 22 de setembro de 2019.

Struck, J.P. (2018, outubro 30). *Como 2018 mudou a forma de fazer política no Brasil?* Carta Capital. Recuperado de https://www.cartacapital.com.br/politica/a-eleicao-que-transformou-a-politica-brasileira/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Tardáguila, C., Benevenuto, F. e Ortellado, P. (2018, outubro 17). *Fake News Is Poisoning Brazilian Politics. WhatsApp Can Stop It*. New York Times. Recuperado de https://www.nytimes.com/2018/10/17/opinion/brazil-election-fake-news-whatsapp.html Acesso em 22 de setembro de 2019.

Tardelli, B. (2017, agosto 31). *Análise: Dilma Rousseff foi afastada do cargo sem ter cometido crime de responsabilidade*. Justificando. Recuperado de http://www.justificando.com/2017/08/31/dilma-rousseff-foi-afastada-do-cargo-sem-ter-cometido-crime-de-responsabilidade/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

The Intercept Brasil (s.d.), *As mensagens secretas da Lava Jato*. Recuperado de https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/ Acesso em 22 de setembro de 2019.

Thompson, J. B. (2011). Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes.

Tribuna do Norte (2016, novembro 29). *O livre mercado é a mão de Deus*. Tribuna do Norte. Recuperado de http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-o-livre-mercado-a-a-ma-o-de-deusa/364895 Acesso em 22 de setembro de 2019.

Visentini, A. e Paiva, M.R.G. (2018) O Movimento 'Leave' – o Brexit na Pós-Verdade. In: Guareschi, P., Amon, D., e Guerra, A. *Psicologia, Comunicação e Pós-verdade*. 2° ed. Florianópolis: ABRAPSO.

PARTE III
CONCLUSÃO

ENSAIO 13

PSICOLOGIA, COMUNICAÇÃO E PÓS-VERDADE: UMA DIMENSÃO CRÍTICA, ÉTICA E PROPOSITIVA

Pedrinho A. Guareschi, Denise Amon e André Guerra

Introdução

Após percorrer essa provocativa e difícil caminhada, julgamos indispensável fazer uma parada e retomar as perguntas que nos orientaram: como identificar, analisar e, na medida do possível, compreender o fenômeno da pós-verdade? Como analisar e interpretar alguns fatos concretos em que essa realidade se mostrou presente de maneira mais visível?

Para responder ao primeiro objetivo percorremos, na Primeira Parte, diversos passos interligados através de sete ensaios que nos orientaram, partindo de diferentes enfoques, na compreensão do fenômeno que foi tratado de modo mais específico no Ensaio 4.

Apresentamos um *intermezzo*, que introduziu os ensaios empíricos, relacionando genericamente a pós-verdade a cinco fatos que adquiriram a dimensão de acontecimentos midiáticos com repercussão mundial, numa antecipação dos ensaios empíricos, onde cada evento foi analisado com mais profundidade em relação ao seus contextos específicos.

Na resposta ao segundo objetivo procuramos exemplificar, com informações e dados empíricos, alguns casos que surpreenderam o mundo, e que não estavam previstos nas análises e nas especulações de estudiosos e de pesquisadores. Vimos, assim, a surpreendente resposta dada pelos

ingleses à consulta sobre o *Brexit*; o complexo e confuso movimento para o *impeachment* da Presidenta eleita do Brasil Dilma Rousseff; a resposta negativa dada pela comunidade colombiana ao tratado com as FARC; a inesperada vitória de Donald Trump nos Estados Unidos; e, sem dúvida, o evento mais chocante para nós brasileiros foi ver o posto máximo do Brasil ser ocupado por tudo aquilo de mais tenebroso, violento e ignóbil que ainda sobrevive no universo simbólico, moral e intelectual da sociedade brasileira.

Ao nos aproximarmos do final da jornada julgamos fundamental trazer à reflexão, de maneira mais explícita e detalhada, algumas questões cruciais e imprescindíveis. Pensamos ser de grande importância ao menos três considerações sobre esse fenômeno que passou a ser chamado de pós-verdade. Primeiramente, uma análise na dimensão *crítica,* onde questionamos seu próprio entendimento e as análises já feitas sobre o fenômeno, mostrando suas limitações e suas dimensões não suficientemente investigadas e analisadas. A seguir, uma análise na dimensão *ética*, pois não existe fenômeno humano que não carregue consigo conotações valorativas. Pensamos não ser suficiente afirmar simplesmente, como muitas vezes se constata, que pós-verdade seja um sinônimo de mentira. Uma discussão mais aprofundada e pormenorizada deveria ser feita sobre sua constituição ética. E, finalmente, apresentar uma análise na dimensão *propositiva*, indicando, na medida do possível, alternativas e luzes que se mostram viáveis no tratamento do fenômeno.

Na forma como pensamos, estas três dimensões estão imbricadas, ainda que cada uma contenha suas especificidades. Consideramos que a dimensão crítica relacionada ao pensamento e à aceitação de que há sempre um outro lado, uma outra alternativa a ser cogitada, que incorpora a diferença respeitosamente e que avalia a si mesma como sempre limitada, resulta, necessariamente, em uma faculdade valorativa, qualquer que seja a cosmovisão a partir da qual se avalia. O produto da crítica é a ética. Ademais, em nossa visão, a ética está associada a um tipo de ação, mesmo que esta ação seja a não-ação. O exercício da capacidade de julgamento valorativo, impulsionado e nutrido pela perspectiva crítica que se adquire com o pensamento, conduz à vontade de agir. A ação pode adquirir muitas formas, até mesmo a de uma pergunta que, pelo simples fato de ser formulada, mostra-se como uma luz sobre um fenômeno que antes estava obscuro; uma pergunta pode ser libertadora. Neste sentido, uma análise crítica contém uma perspectiva propositiva em si mes-

ma. Proporcionar as condições para a crítica significa também proporcionar as condições para a ação pelo caminho da dimensão ética.

Adentremos com cuidado nessas questões.

Dimensão crítica

A problematização que pretendemos suscitar com este livro é se poderíamos considerar que estamos vivendo uma Era Pós-verdade e quais seriam suas características peculiares. Como foi discutido no Ensaio 1, é impossível resgatarmos a história do nosso pensamento sem nos depararmos com o contexto socioantropológico que emergiu com a modernidade. Sob muitos aspectos, a modernidade foi uma era da crítica. Porém, o modo como a crítica moderna foi empreendida a tornou indissociável de uma íntima relação com a verdade, terminando por resgatar até mesmo significativos elementos presentes na epistemologia platônica, como foi trabalhado no Ensaio 4. Nesse sentido, por um lado, a radical transformação ontoepistemológica iniciada com a modernidade encontrou sua principal barreira em um dos seus próprios pressupostos internos, que era a pretensão de acesso à verdade, esta entendida como uma perfeita correlação entre a racionalidade e as entidades da natureza. Nesse processo em que a modernidade determinou não só a possibilidade de se chegar à verdade, como também o que deveria ser legitimado como verdadeiro, terminou sendo dissociado conhecimento e humanidade, como se discutiu no Ensaio 5.

Uma Era Pós-verdade – se é que tal fenômeno de algum modo é possível – talvez abrisse a possibilidade para a emergência de uma verdadeira era da crítica, uma era em que não mais seria buscada "a verdade" dos fatos, mas tão somente as possibilidades de sentido que cada um desses fatos teria o poder de desvelar, e que essas próprias possibilidades seriam tudo aquilo que o fato poderia ser em "essência". Reaproximaríamo-nos, assim, da noção grega de *aletheia*, em que a verdade era compreendida como o próprio processo infinito de desvelamento que nunca encontra o seu termo.

Não estamos fazendo uma apologia à pós-verdade como uma espécie de prelúdio da maturidade humana, até porque não poderíamos dizer que a consequência necessária da pós-verdade seria uma era da crítica; tudo irá depender de todas as lutas que ainda virão para decidir como na História será incorporado esse momento histórico. Sendo assim, se as forças que pretendem restaurar o poder da Verdade tiverem sucesso em

construir a interpretação de que o que está ocorrendo agora – assim como sempre teria ocorrido – é o simples afastamento da Verdade – e não que a existência dessa ambição humana pela absolutização daquilo que está sendo seja uma quimera –, então é possível que voltemos a viver momentos de puro dogmatismo, quando alguns fatos – contando com o poder de enunciação de quem os factualiza – sempre conseguirão fazer prevalecer a legitimidade de serem mais verdadeiros do que outros. Chegamos à queda da Verdade e agora os dados foram lançados.

Enquanto essa guerra não conseguir impor a paz, continuaremos vislumbrando um cenário interessante, no qual ficará cada vez mais explícito aquilo que até então fora ocultado, a saber, que é mais fácil sermos integrados em um contexto em que há somente "a verdade". Assim fica fácil percebermos a estreita relação entre uma crença veemente na verdade e a política. Cada vez com mais astúcia, diversos grupos disputam a opinião das pessoas através de informações, falsas ou não. Nessas disputas, as informações e os fatos são apenas meios para um único fim, que é o convencimento, a sedução, o fascínio.

Para o cidadão médio, proporcionalmente à crescente facilidade em se cruzar informações, também se torna cada vez mais impossível checar todos os dados, de todas as fontes, em meio a todas as infinitas possibilidades de jogos e relações de poder em que a sua opinião, a sua crença, as suas certezas, como troféus, são o que há de mais valioso no centro do jogo.

Poderíamos dizer até mais: não é só o cidadão médio que está perdido em meio a esse oásis informacional. O cidadão chamado de "alto nível intelectual" e com acesso a muitos recursos também encontra uma radical dificuldade em selecionar as informações que melhor lhe convém. Por mais que se tenha habilidades de *seleção* – que talvez seja a competência educativa do milênio – ainda assim restará sempre uma angústia indissolúvel – por mais competentemente ignorada que ela seja: qual critério de *seleção* podemos usar para selecionar a pertinência dos fatos – a sua veracidade – senão a crença na própria capacidade de discernimento? Esse incômodo produzido pela constatação da pós-verdade sinaliza uma impertinente provocação a todos nós, cientistas sociais, porque quase nos obriga a reconhecer a existência de um "fato empírico" no âmago do próprio fenômeno social, a contingência *absoluta*.

As recentes discussões que se propõem a problematizar a pós-ver-

dade tendem a formar um consenso segundo o qual estaríamos vivendo momentos ímpares na história da humanidade. Talvez levados pelo prefixo *pós-*, deixemo-nos convencer de que, hoje, diferentemente de ontem, não estaríamos mais na Era da Verdade. Essa convicção pode ser perigosa, ainda que haja nela ao menos dois pontos distintos a serem explorados: I) sim, talvez não estejamos mais na Era da Verdade; e II) não, talvez a questão é que nunca estivemos na Era da Verdade (ou a era da verdade em que supostamente vivíamos era uma mentira). Talvez não exista e nunca tenha existido um momento no passado em que não havia a mentira – desde suas formas mais elementares materializadas no poder, que são a distinção e a hierarquia. Não seria o caso, ao invés disso, que em outros tempos poucas pessoas tinham o monopólio e o privilégio do direito de mentir?

Bourdieu (2001) destacou que a coesão epistemológica é precondição para a coesão moral e, portanto, para a efetividade da dominação simbólica. A força da dominação sempre será diretamente proporcional à inconsciência dos dominados a respeito de sua própria submissão. É o não saber dos dominados que contribui para o desfecho satisfatório do dominador, já que este necessita dos dominados como cúmplices de sua dominação, processo este no qual a inconsciência é o elemento mais relevante. A coesão epistemológica nada mais é do que o poder que alguns têm de fazerem *crer*, impor sobre os outros aquilo que é ou não "o" verdadeiro, "o" real, tudo isso como prelúdio da consolidação daquilo que é bom ou mau. O poder sobre a verdade é o primeiro instrumento de dominação que todo tirano deve possuir. O que estamos assistindo é esse poder ser questionado. Mas e o que restaria aos sacerdotes da verdade se suas igrejas fossem à bancarrota?

Há fenômeno mais antagônico à ciência, aos especialistas e às autoridades do que um contexto em que citações falsas nas redes sociais podem adquirir o poder de tótens a despertar furor que nem décadas de estudos exegéticos sobre aprofundadas reflexões herméticas de um autor revolucionário seriam capaz de produzir? O que dizer dos nossos jornalistas e "formadores de opinião"? Quão insípido é vê-los perdendo seu poder "carismático" para moleques disseminadores de notícias falsas? A questão é saber se em algum momento da nossa história poderíamos afirmar, sem ressalvas, que nossos paladinos da imparcialidade conseguiram disseminar notícias *verdadeiras*. Em outras palavras, podemos pensar não que a verdade perdeu lugar para a mentira, mas que tão somente o direito sobre

a mentira não é mais um privilégio monopolista. A mentira, assim como tudo na nossa sociedade financeirizada, também entrou como mais uma *commodity* no mercado de capitais, podendo se tornar verdadeira se for capaz de superar a concorrência com tantas outras mentiras. Essa é a lei do mercado que foi ensinada geração após geração nos grandes meios de comunicação.

Se a mentira deixou de ser um monopólio, devemos isso a Gutemberg, a Lutero, a Galileu, a Descartes e a tantos outros. Para alguns a frase anterior pode parecer estranha, mas ela está correta. Se pensarmos que graças a Galileu descobrimos a verdade sobre a órbita celeste, também podemos dizer que graças a ele descobrimos que fomos enganados por séculos. Assim, ao lutar pela verdade, todo dissidente acaba rendendo algum tributo também à mentira. É uma contradição insolúvel, pois acreditar na verdade é também ter certeza da mentira.

A grande revolução trazida com a modernidade foi que a verdade deixou de servir a poucos tiranos, gradativamente ela democratizou o seu poder: formalmente – agora perante a lei e não mais perante Deus – todos se tornaram igualmente capazes de oprimir valendo-se da posse da verdade. Esse processo não acabou com a opressão, apenas a tornou praticável por todos – ou ao menos por um número maior de pessoas. A verdade não seria mais oriunda das autoridades ou sequer dos fatos, mas de uma relação solipsista de si consigo mesmo. As verdades absolutas, enfim, poderiam ser encontradas nas crenças individuais. Talvez seja nesse momento – em que se emancipou a possibilidade de acreditarmos nas "nossas verdades" – que o acreditar que um fato é verdadeiro se tornou mais importante do que se a verdade é um fato.

Ainda que não possamos precisar com exatidão quando a corrida pelos fatos verdadeiros teve seu início ou seu apogeu, já não podemos mais negar que a disputa constante por fatos talvez seja a essência das relações de poder em nossas sociedades midiatizadas. Para tornar qualquer ficção uma realidade, o único elemento que precisamos ter são os fatos adequados às nossas ambições. A política – quem sabe até mesmo a ciência e a economia – não se fundamenta mais na busca da verdade dos fatos, mas na construção dos fatos que melhor se adequem à versão da verdade preferida. Tudo o que imaginamos e ficcionamos na sociedade midiatizada pode vir a se tornar realidade. As tecnologias de tratamento de imagens, bem como a possibilidade concreta de condicionarmos as informações que determinados

grupos receberão, possibilitaram que a imaginação de alguns se libertasse de todos os seus limites. Se por um lado essa descrição parece remeter ao inferno orwelliano, por outro lado – diferentemente da distopia descrita por George Orwell – simbioticamente a essa overdose de fatos legitimadores das mais variadas verdades veio junto outro componente: a crítica – ainda que apática. É nesse sentido que a pós-verdade não é e não deve ser pensada como um substantivo, como um eufemismo para a mentira. Ao contrário, a pós-verdade pode ser pensada como um contexto socioantropológico-existencial em que não há mais o monopólio da mentira. Tem início, com essa redescoberta da pluralidade de perspectivas, uma verdadeira "política midiática", para usar um termo de Manuel Castells (2015), em que a luta política não se dá mais na construção da confiança na verdade que queremos sustentar, mas no esforço para impor a desconfiança na verdade à qual queremos nos opor. Percebe-se aqui que, com a disseminação de versões "verdadeiras" sobre o mundo, a verdade também deixou de ser um adjetivo (ser ou não *verdadeiro*) para se tornar um substantivo (a minha verdade, a sua verdade). Essa subjetivação da verdade criou o curioso fenômeno de fazer com que uma verdade seja ao mesmo tempo verdadeira e falsa de acordo com perspectivas diferentes. Ou seja, verdade e mentira puderam se tornar faces de uma mesma moeda.

Nesse momento curioso em que vivemos, entre a realidade e a ficção, o único obstáculo que se interpõe são os "fatos". Hoje, a qualquer ficção imaginada está resguardado o prêmio de adquirir a legitimidade de tornar-se "real", bastando para isso que os interessados sejam capazes de apresentarem fatos que "evidenciem" sua imaginação. O milagre da transubstancialização hoje se dá pelas mãos dos especialistas e das autoridades legitimadas a transformarem estórias em História. Todas as ficções que nem Júlio Verne sonhou ganharam realidade no momento em que foi possível filmar o primeiro passo lunar.

A discussão em torno da pós-verdade, considerada à luz de uma perspectiva crítica, nos leva a uma problematização muito mais profunda, independentemente de decidirmos qualificá-la como boa ou má. Pois, antes de mais nada, precisamos refletir se a desestabilização provocada pela pós-verdade não nos permite vislumbrar a própria constituição mais profunda do fenômeno social como tal e o papel fundamental e radical que as crenças desempenham na dinâmica das relações sociais. Se assim for, a discussão basilar que precede a compreensão da pós-verdade como fenô-

meno está na ambiência socioantropológica, ontoepistemológica e ética que sustenta e constitui nossa realidade. As crenças são os elementos basilares que distinguem aquilo que é real, ou presente, daquilo que também é real, mas intangível, a ficção.

Evidentemente não devemos tomar, sob nenhuma hipótese, estes apontamentos como uma apologia à pós-verdade, já que vivemos um fenômeno paradoxal, no qual quanto menos a verdade importa, mais ela se constitui como uma ambição. Os dados estão lançados e não é possível entrever uma resolução em definitivo. Todos aqueles que souberem jogar – e que já estão jogando – com esse estado de coisas estarão em uma guerra na qual poderíamos pensar que o centro está na disputa pelo estabelecimento do estatuto ontoepistemológico da realidade, isto é, uma guerra que, como todas as guerras políticas, não poderia deixar de ser travada no terreno ético. Neste momento, para todo mundo que esteja do lado daquilo que alguns chamam de emancipação, menos do que lutar para provar o melhor método de recolocar a ambição pela verdade dos fatos, poder-se-ia lutar para instituir uma nova ética. Menos do que a verdade dos fatos, talvez instaurar uma dimensão de discussão crítica em torno das possibilidades e dos limites de cada versão acerca dos fatos. Sobre cada evento sempre haverá versões diametralmente opostas, mas que, nem por isso, sejam, necessariamente, excludentes.

Se pararmos para refletir criticamente, qual é, concretamente, a relevância essencial de precisarmos afirmar "a verdade" de um acontecimento? Não poderia ser considerado mais importante do que vereditos definitivos escolhermos examinar com tamanha profundidade os acontecimentos que, ao final, ao invés de sustentarmos a afinidade da nossa versão com "a verdade", engajássemos em hierarquizar todos os limites de cada uma de todas as versões possíveis desses mesmos acontecimentos? Isto é, ao invés da obsessão pela definição de superioridades e de inferioridades, não se poderia pensar em trabalhar com a categoria da complementaridade, sempre precária, de todas as versões? Em outras palavras, ao invés de entendermos que uma versão, em oposição às outras, traria, em si, "a verdade" de um acontecimento, não poderíamos entender que o acontecimento, "em si", ao invés de uma cápsula ou um átomo sólido, nada mais é do que um espaço, uma abertura no mundo, uma espécie de convite para que múltiplas racionalidades e sentidos contribuam com a sua constituição e com o seu desvelamento de modo sempre provisório?

Esse reconhecimento da realidade como constituída de pluralidades poderia, de uma certa forma, instigar o nosso senso crítico, o que poderia abrir as portas para uma nova era que, sim, seria a Era Pós-verdade, mas não de uma forma ressentida; uma era em que "a verdade" finalmente nem seria mais uma questão, não por razões de os fatos objetivos terem menor capacidade de influenciar a opinião comparados ao poder dos afetos e das crenças, mas porque o estatuto ontoepistemológico da realidade seria outro. Nesta heterotopia, a realidade seria entendida tão somente como efeito de uma comunidade de inteligências interpretantes agindo, em conjunto, para *produzirem* um fato. Extinguidas as fronteiras brutas entre realidade e ficção, verdade e versão, todos os fatos poderiam ser não mais do que derivas de consensos críticos, portanto temporários, transitórios, assim como a vida – que, apesar de estar sempre à deriva, nem por isso perde o seu esplendor.

Mas, afinal, a pós-verdade é um fenômeno positivo ou negativo, ela é boa ou má, significante ou insignificante? No momento, tudo o que se pode dizer é que os dados foram lançados... Um novo jogo começou e quem souber jogar, jogará para vencer. A quem a vitória coroará, só a História dirá. A nós caberá ficarmos atentos a que lado do tabuleiro tentarão nos colocar e de que modo poderemos usar aquilo que nos usa.

Por um lado, podemos estar num momento histórico de amadurecimento. Por outro lado, podemos estar apenas em mais um momento histórico em que se aumentam as tentativas de racionalização/negação de um momento de pungente humilhação. Seria amadurecimento se o infindável número de circunstâncias que foram absolutamente naturalizadas e tidas como corriqueiras até agora (nossas inúmeras submissões cotidianas ao poder da verdade) finalmente tivessem chegado ao fim. Ainda assim seria traumático fazer esse enfrentamento, pois nos daríamos conta de todo o tempo que já aceitamos o inaceitável. Porém, amadureceríamos se pudéssemos olhar para esse horizonte e nos contentar com o fato de que, apesar de tudo, a partir de agora, a vida que projetamos e a que viveremos estariam reconciliadas e harmonizadas, graças a essa ruptura, a essa crise, a essa amarga constatação sobre nossa condição. A pergunta que fica é: somos suficientemente confiantes para respirar aliviados e com a sensação de missão cumprida, como se estivéssemos apenas fatigados pela exaustão de um desafio vencido? Se não pudermos fazer isso, aí é que estaríamos falando em humilhação, mo-

mento em que o horizonte projetado não indica os rastros de um novo caminho, mas tão somente distrai da constatação de que nunca estivemos caminhando, apenas de que continuamos andando em círculos.

Dimensão ética

Não se pode falar em ética sem que de imediato se deixe claro o que vai se entender pelo termo. É o que fazemos agora.

O que é comum a todos os que falam de ética é um entendimento que ela tem a ver com algo referente a bom ou ruim; isto é, ética é uma dimensão valorativa dos fenômenos e das relações estabelecidas entre os seres humanos. Se pensarmos um pouco, vamos ver que esse fato é impossível de não acontecer. Veja o que você está fazendo agora; essa sua ação carrega uma coloração ética, um valor. Por isso se diz que a toda ação corresponde uma dimensão valorativa.

É interessante notar a etimologia das duas palavras que são empregadas para designar essa dimensão valorativa: ética e moral. Ambas designam costume: *ethos*, em grego; e *mos, moris*, em latim. Por que isso? Quando alguém começa a viver junto, imediatamente vão se estabelecendo costumes, maneiras de viver, rotinas de trabalho, relações que vão tacitamente sendo aceitas como normais, corriqueiras, costumeiras. Note que *normal* já vai designar algo que, supostamente, deve ser assim, uma norma. É daí que vem ética, ou moral.

Alguém pode logo objetar dizendo que nem todos aceitam esses costumes. É verdade. Isso ajuda, então, a mostrar como os dois termos foram se diferenciando; moral começou a se referir aos costumes em geral, às rotinas que foram se estabelecendo e que começaram a ser aceitas sem objeção. Claro, por detrás sempre havia alguém mais esperto que procurava fazer predominar seus interesses. Mas a maioria ia aceitando tacitamente, pacificamente, essa situação, por perceber que seria difícil buscar outro caminho. Então se começou a distinguir entre moral e ética: moral seria essa moralidade costumeira e ética passou a designar aquela parte da filosofia que refletia sobre esse costume e se perguntava pelos fundamentos, pelas razões de porque esses costumes deviam ser assim. A ética é, então, para os que distinguem entre os dois termos, uma reflexão crítica da moral.

Na busca dessa fundamentação do que seria bom ou ruim, surgiram várias teorias, também chamadas de paradigmas. Lembramos dois deles

e aprofundamos um terceiro que é o que privilegiamos na nossa reflexão. Um primeiro costuma ser denominado de paradigma da *lei natural*, e afirma que uma coisa é boa, ou ruim, se está de acordo com a natureza, que seria o padrão ético de tudo. Um segundo, chamado de paradigma da *lei positiva*, defende que uma coisa é boa, ou ruim, se sobre a questão em conflito existir uma lei que legisle; as leis vão dizer se uma coisa é boa, ou ruim.

Evidentemente, como em tudo, há defensores de ambos os lados, com suas argumentações e suas razões. É nosso entendimento que, ao menos para o presente caso, é possível pensar num outro fundamento para justificar o que é bom, ou mau, que está sendo chamado de Ética do Discurso. Tentemos aprofundar esse paradigma.

Para se entender a Ética do Discurso é importante levar em conta dois passos, interligados mas indispensáveis, que levam ao estabelecimento de tal ética. O primeiro é o pressuposto do *entendimento,* isto é, que em toda fala normal existem certos pressupostos inerentes ao próprio ato da fala, que garantem a possibilidade de nos entendermos no nosso comunicar. Esses pressupostos são a inteligibilidade (ao falarmos, supomos que os outros podem nos entender); a correção (no ato da fala estamos nos expressando de maneira correta e não estamos ofendendo as pessoas); e a sinceridade (estamos sendo autênticos e sinceros no ato da fala). É evidente que com isso não estamos afirmando que sempre seremos inteligíveis, corretos e sinceros. O pressuposto do entendimento não diz nada além do fato de que temos de ter presentes sempre estes pressupostos; no momento em que duvidarmos ou questionarmos qualquer um deles, não há outra maneira de fazê-lo a não ser com outra fala *que necessariamente vai ter de pressupor essas exigências (reivindicações)*. Habermas (1987) justificou essa questão dizendo que *no ato da fala há um telos intrínseco para o entendimento*.

O segundo passo parte do primeiro e acrescenta; já que ao falar supomos um entendimento – e se não nos entendermos a única maneira de superar o problema é novamente com uma fala com as exigências acima colocadas –, é também intrínseco à fala *argumentar*, trazer razões e justificativas sobre o que estamos falando. Não podemos negar que ao argumentar, escutando e questionando as razões do(s) parceiro(s), queremos chegar a um nível mais avançado de compreensão da questão sobre a qual estamos discutindo. Evidentemente, não precisamos chegar a um consenso, mas podemos chegar a um acordo temporário.

Para esclarecer mais, tentemos examinar o que sucederia caso não aceitássemos esses dois passos. Que sentido teria alguém falar se supusesse que não poderia ser entendido, que as pessoas não seriam sinceras, que não poderiam se expressar corretamente e sempre nos estariam prejudicando? Que sentido teria alguém argumentar se supusesse que, além de não nos entendermos, não temos interesse em chegar a certo acordo, ainda que temporário? Apenas uma pessoa totalmente cética poderia comportar-se assim e sua convivência humana estaria absolutamente impossibilitada; sua única alternativa seria refugiar-se em algum local isolado, aproveitando sozinho seu mundo totalmente egocêntrico e ensimesmado.

Alguns pensadores conceituam a Ética do Discurso como sendo uma instância crítica (e propositiva) do *dever ser* (o ético) das relações humanas, à qual se pode chegar através da ação comunicativa (Habermas, 1987), do diálogo (Freire, 1979). Creio que pode nos ajudar relacionar ética com o entendimento que os gregos tinham de verdade. Ao menos enquanto podemos saber, eles expressavam o que entendiam por verdade com o termo *aletheia,* sendo que *a* significa negação e *létheia* significa esquecimento: *aletheia* seria uma ação de nunca esquecer as coisas, algo por isso ligado de algum modo à verdade. Heidegger, em sua reflexão em *Ser e Tempo* (2012), aprofundou criticamente sua compreensão mostrando que *aletheia* seria o ato de desvelar, de *tirar o véu* que está sobre algo, seja um fenômeno, ou outra realidade qualquer. Verdade seria um des-cobrimento e um des-velamento, como um processo sem fim. Assim seria também a ética, um processo contínuo, a partir de um diálogo em pé de igualdade, no qual poderíamos chegar a uma instância nunca pronta ou consumada, a um possível acordo, sempre crítico, sempre sujeito a reformulações.

Como aplicar agora esse fundamento ético ao que estamos assumindo como pós-verdade?

Um primeiro ponto, como acabamos de discutir, se estivermos convencidos de que é possível e proveitoso agir a partir desse fundamento, é o de que nunca poderemos chegar a uma "instância crítica", isto é, a um patamar onde existiria um acordo, sozinhos, sem diálogo, sem buscar e sem examinar as razões dos outros. Não seremos nós que decidiremos o que é bom ou mau, justo ou injusto, belo ou feio, qual valor poderá ou deverá ser aceito. Todo diálogo implica, necessariamente, ao menos duas exigências: a aceitação da existência de outro, com seu pensar, seus valores, suas crenças e o pressuposto de que jamais se pode dizer que chega-

mos a um ponto final, isto é, a uma ética universal. É essa dimensão que é expressa pela palavra *crítica*. A crítica supõe sempre a existência do outro lado, de outros pontos de vista. *Krinein*, em grego, é julgar. O essencial do julgamento é que se leve sempre em consideração o contraditório. Levinas (1998), numa tentativa de síntese corajosa mas coerente, insistiu em repetir que "a ética é o rosto do outro".

Como poderíamos iluminar esse fenômeno da pós-verdade que discutimos até agora com os recursos que uma Ética do Discurso nos traz?

Uma primeira consideração que julgamos pertinente é a quase surpresa de que somos tomados ao nos darmos conta de que foi exatamente no espaço da comunicação que esse novo fundamento para a ética foi buscado. Foi precisamente pela reflexão e pela discussão do fenômeno da comunicação, a partir da virada linguística, que começaram a ser descobertas, dentro dela, questões surpreendentes que foram sendo aos poucos repensadas e articuladas, tal como a noção de linguagem como uma prática social, passando a se constituir como um novo fundamento para o estabelecimento de uma sociedade mais justa, isto é, mais respeitosa, plural, democrática, participativa.

Falando agora de situações mais concretas, no decorrer de nossas reflexões deparamo-nos com inúmeros casos que poderiam ou que deveriam ser questionados no momento que tomarmos a Ética do Discurso como parâmetro. Por exemplo, vejamos o que as novas tecnologias da comunicação fazem com o uso indiscriminado de algoritmos, de perfis psicológicos íntimos colhidos de maneira muitas vezes invasiva nas redes sociais e nas informações existentes em inúmeras fontes como bancos de dados, cartões de crédito, passaportes, listas de filiação religiosa, listas de eleitores, cadastros comerciais e de instituições bancárias, censos populacionais, passaportes, carteiras de identidade, entre outras. A questão que se coloca é: com que direito pode-se fazer uso desses conjuntos de informações sem que as pessoas tenham ciência e consciência de que estão sendo contatadas e investigadas? As pessoas não são conhecedoras nem mesmo dos *critérios* de seleção das informações empregados pelos algoritmos para as *definirem*.

Outro ponto que tem a ver com questões de ética é o que está sendo denominado de *panoptismo midiático*, um guardião que vê tudo ao nosso redor e nos vigia a todo momento sem que o vejamos. Quem é monitorado, por sua vez, assume a forma de vida de vigiado, pois tende a comportar-se controlado por essa vigilância invisível. Como advertiu Olaya

Fernandes (Ely, 2017, para. 6): "um bom exemplo para pensar essas contradições é o fato de criticarmos e vivermos a vida do panopticismo, à medida que primamos por nossa autonomia, mas nos sujeitamos à servidão de algoritmos como o do *Facebook* e sua economia dos *likes*". O pensador francês Eric Sadin (2017a) lembrou que é necessário fazer uma análise crítica dessas nossas *inocências* e das consequentes práticas de controle e de exploração econômica que os senhores do mundo obtêm às nossas custas.

Um terceiro ponto que se soma a essa invasão da privacidade, sem nosso consentimento, é o emprego massivo feito principalmente pelas mídias sociais, muitas vezes com o auxílio de robôs, de condicionamentos que vão desde sugestões, autossugestões, técnicas persuasivas, pressões morais, emprego de sentimentos de culpa, quando não de técnicas subliminares e outros condicionamentos conscientes, semiconscientes ou mesmo inconscientes, com objetivos e com propósitos fora de nosso alcance. Os exemplos são inúmeros, alguns extremamente sérios, como o discutido por Musk[1] que, ao comentar o grau de desenvolvimento das técnicas empregadas pela Inteligência Artificial, referiu: "[As máquinas] poderiam começar uma guerra publicando notícias falsas, roubando contas de e-mail e enviando comunicados de imprensa falsos, apenas manipulando a informação. A caneta é mais poderosa do que a espada" (Musk, 2017, para. 4). Conclui, de maneira um tanto assustadora: "Até que as pessoas não vejam robôs matando gente na rua, não se entenderão os perigos da inteligência artificial" (Musk, 2017, para. 2).

Uma pergunta que se poderia formular é: qual pode ser o impacto (iminente) de robôs no mercado de trabalho? Eles não cansam, não ficam doentes, são mais capazes, mais baratos e mais produtivos que os seres humanos. Farão o trabalho muito melhor que todos nós. Contribuirão, assim, para enriquecer a alguns, causando desemprego em massa. Poderão ser utilizados para hackear e para promover guerras; para enganar pessoas e para executar fraudes, ou até mesmo para controlar armas nucleares, um tema de séria preocupação de muitos líderes mundiais.

Há, finalmente, outros problemas que já se avizinham e que mais se escondem, do que se discutem, como o que se está designando, em âmbitos restritos, de *informática emocional,* uma tentativa de conquista dos

1 Elon Musk, fundador do PayPal, CEO da fabricante dos veículos Tesla Motors, da empresa aeroespacial SpaceX, é considerado um dos principais protagonistas da inovação. Luta através de suas empresas para acelerar a transição às energias renováveis. Mas no que se refere à Inteligência Artificial, acredita que é preciso pisar no freio. "É um risco para a existência da nossa civilização" (2017, para. 4).

sentidos pela indústria digital, em que é travada uma verdadeira guerra. O estudo de perfis digitais oferece uma visualização cada vez mais aprimorada e mais profunda do comportamento humano, e esses dados são os que estão sendo comercializados para companhias de todo o mundo.

Encerramos essas considerações referentes à ética lembrando uma questão sobre a qual pretendemos discutir no item que segue referente à *liberdade*, um ponto recorrente para os que pensam o mundo das novas tecnologias, com suas conquistas e com seus riscos. Vamos relacionar a liberdade à *consciência,* pois cremos que seja possível, através de seu exercício e de seu aprimoramento, encontrar alternativas que nos possam ajudar a superar muitas das limitações e dos riscos trazidos por nosso mundo em ebulição. Cremos ser também através dela que seja possível garantir maiores espaços de liberdade, superando tentativas crescentes de condicionamentos que se apresentam sempre de novas e de diferentes maneiras. É o que passamos a discutir.

Dimensão propositiva

A pergunta que brota ao final desta longa e provocativa caminhada é: que alternativas se vislumbram diante das implicações trazidas pelo fenômeno da pós-verdade? Existem linhas de fuga, luzes ao fim do túnel?

Não aderimos – apesar de reconhecermos sua possibilidade – a uma postura cética e determinista diante de qualquer realidade. Pressupomos uma história aberta a possibilidades, a mudanças, a transformações; um futuro não acabado e não determinado, um futuro de diferentes possibilidades. Qual seria o primeiro passo possível?

Hannah Arendt, em seu livro "A vida do espírito", perguntou: "O que estamos 'fazendo' quando nada fazemos a não ser pensar? Onde estamos quando, sempre rodeados por outros homens, não estamos com ninguém, mas apenas em nossa própria companhia?" (Arendt, 2016, p. 22).

Estamos equivocados quando pensamos que para haver diálogo são necessárias duas pessoas. Arendt nos mostrou que *pensar* também é uma ação, é aquele momento em que, como ela disse, somos *dois-em-um*. Toda sua argumentação parte daí, numa tentativa de resgatar o *pensamento*. Pois, o que é *pensar* senão um diálogo conosco mesmos? Acreditamos nós também que aqui pode se colocar um ponto de partida iluminador

e emancipatório, pois o pensar leva à condição crítica que, por sua vez, é condição para a ética e para a ação propositiva no mundo.

A parábola das estátuas pensantes narrada por Elias (1994) mostrava uma sociedade de indivíduos pensantes, cada um na sua estrutura rígida questionando-se sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Elas podiam ver e escutar, porém, não se viam, não se comunicavam, cada estátua tinha a sua ideia. O isolamento em que se encontravam era por fora e por dentro, pensavam sozinhas. Este é o modo individualista do pensar, aquele que apesar de poder ver e escutar o outro não o considera respeitosamente, verdadeiramente, talvez tolere-o apenas pela necessidade de conviver no coletivo, concebido mais como um agregado de individualidades do que como pessoas se relacionando. Não é deste pensamento que estamos falando. O pensamento que consideramos iluminador e emancipatório é aquele que se dá num diálogo interno que considera os outros e as outras visões em essência, numa relação. É essa consideração sincera por aquilo que é diferente que promove a capacidade de aprofundar e de ponderar. Isso não depende de haver duas ou mais pessoas, depende de uma pessoa, em companhia apenas de si mesma, considerar-se em relação com as outras, ter a consciência de si como um ser em relação, incorporar na sua reflexão os limites daquilo que pensa, questionar convenções, dissolver insignificâncias, aprofundar. Abrir mão desta capacidade que todas as pessoas têm de pensar sobre os fatos e sobre a vida subjetiva pode ter efeitos muito ruins para a sociedade. Arendt (2016) elaborou a hipótese de que a "banalização do mal" poderia estar relacionada à atitude de abrir mão do pensamento. Desenvolveu esta ideia relacionando ao julgamento de Eichmann em Jerusalém. Thompson (2002) trabalhou a noção da banalização do escândalo, relacionando sua prática com os dias atuais, onde nos deparamos com a banalização das mentiras e com tantas outras banalizações.

Priolli, um dos primeiros a trazer uma reflexão mais crítica sobre o fenômeno da pós-verdade, argumentou que o termo designa mais um comportamento, uma atitude: "não seria então, exatamente, o culto à mentira, mas a *indiferença* com a verdade dos fatos. Eles podem ou não existir, e ocorrer ou não da forma divulgada, que tanto faz para os indivíduos. Não afetam os seus julgamentos e preferências consolidados" (Priolli, 2016, p. 54).

O que seria essa *indiferença*, esse *tanto faz,* essa apatia e essa abulia ao pensar, ao criticar? Desse modo, essa preguiça mental, essa passividade no pensar, pode-se constituir ao menos numa das causas dessa ambiên-

cia pós-verdade. Não pensar faz parte da vida cotidiana; se pensássemos sobre tudo que fazemos a todo momento, não conseguiríamos realizar as atividades que precisamos para viver, pois o pensamento ocupa um espaço mental grande e relevante. Porém, abrir mão do pensamento como uma atitude diante da vida, ou colocar a ação na frente do pensamento, pode ter consequências nefastas para as pessoas e para a sociedade. Arendt (2016) nos mostrou que o pensar é uma disposição que implica em uma atitude calma e dedicada de exame detido sobre as coisas, sobre o mundo, sobre nós mesmos e sobre outros. É uma condição para o discernimento, para que possamos decidir sobre o certo e o errado, o bom e o ruim. A supressão ou a banalização do pensar carrega junto a capacidade de julgamento e sem esta capacidade, que é potencializada pelo pensamento, ficamos à mercê do que vier, inaptos a decidir e possivelmente carregados pelas crenças dos outros, que tomamos por verdades – crenças, estas, que talvez não fossem as nossas se tivéssemos tomado o tempo de pensar sobre elas. Adotar a *irreflexão*, a indiferença, a apatia ao pensar, a preguiça mental e, em decorrência, a falta de crítica como *modus vivendi* pode acarretar na difusão em ainda mais larga escala e com consequências mais nefastas dessa ambiência pós-verdade.

Se examinarmos a história da humanidade, desde que os seres humanos conseguiram algum conhecimento sobre eles mesmos, vamos perceber que há uma pergunta que atravessa todos os tempos e que continua até hoje: quem é o ser humano? Quem somos afinal?

O mito da Esfinge, um dos mitos fundantes da humanidade, nos apresenta o desafio sobre a necessidade de tentarmos compreender quem é o ser humano na própria manifestação corporal retratada na Esfinge: uma estátua com cabeça humana e com corpo de animal. O *enigma* já se manifestava em sua visualização. Esse ser misterioso fazia uma *pergunta* a todos os que o encontrassem. Quem não respondesse sua pergunta seria devorado. A narrativa popular afirma que seria a pergunta sobre qual é o ser que no início da vida teria quatro pernas, depois apenas duas e, finalmente, ao final de sua vida, três. Seria, então, o próprio ser humano, sua condição de existência. Essa interpretação traz, contudo, apenas uma explicação simplória. A lição da Esfinge é, e continua sendo, outra bem mais fundamental: o ser humano é um ser pensante e interrogante. Nessa busca nunca chegamos ao fim. Mas é necessário caminhar e no momento em que pararmos de *perguntar* seremos devorados.

É importante dar-se conta aqui de um ponto crucial: a *pergunta*. Mas

para que a pergunta, se não precisamente para sermos levados a *pensar?* O que sucede quando nos perguntam? Imediatamente colocamo-nos a *pensar!* Está aqui a intuição do filósofo e educador Paulo Freire, um dos maiores pedagogos de nossos tempos, que resume toda sua contribuição pedagógico-libertadora na afirmação de que a essência do processo educativo é *fazer a pergunta*.

Chegamos ao ponto que desejamos enfatizar, na tentativa de refletir sobre posturas e sobre caminhos possíveis de um processo emancipatório diante do fenômeno da pós-verdade, que é a questão da *consciência*, da tomada de consciência, do desenvolvimento de uma consciência libertadora.

O que é consciência? Nessa perspectiva, a consciência pode ser entendida como *o quanto de respostas* nós conseguimos a determinadas perguntas como: quem somos nós? Que mundo nos rodeia? Quanto mais respostas conseguirmos a essa pergunta, mais *consciência* nós vamos adquirindo, mais conhecimento nós teremos sobre nós mesmos, sobre nossas condições e sobre o mundo que nos rodeia.

Um último passo agora para fecharmos o círculo diz respeito ao fato de assumirmos que é esse conhecimento de nós mesmos e das circunstâncias que nos rodeiam que pode nos levar a um crescimento em *liberdade*. Podemos nos surpreender, mas liberdade pode também ser entendida não como algo pronto, mas como um *processo* que, através da reflexão e da busca de possíveis explicações e respostas, ajuda a nos desvencilhar das amarras que nos aprisionam, nos condicionam, nos iludem, nos dominam e limitam de algum modo nossa possibilidade de ação.

Ao menos dois pontos podem ser aprofundados aqui. O primeiro, ao qual já acenávamos acima, é que o fenômeno da pós-verdade dificulta, de maneira bem perceptível, a possibilidade de reflexão. Vivemos num mundo em que todas as ofertas, e ofertas de todo tipo, nos são postas diante dos olhos. Sem um exercício contínuo de nos esforçarmos para pensar, seremos conduzidos ao mundo do imediato, do que nos propicia menor esforço, do que está mais próximo do nosso alcance. Brota daí a indiferença, a preguiça mental, a recusa à reflexão, a acomodação sem responsabilidade diante de qualquer fato. Se por um lado a pós-verdade, como uma reação à modernidade, trouxe as crenças de volta, por outro, a *irreflexão* sobre elas leva à impossibilidade de discernir o certo do errado, o bom do ruim, o que é significativo do que não é. As mídias se alimentam da difusão da irreflexão pelo atordoamento de informações que, por sua vez, tendo

um efeito tóxico pela quantidade, gera ainda mais irreflexão, num ciclo vicioso.

O segundo é o condicionamento, maior ou menor, que é exercido sobre nossos sentidos, sobre nossa vontade. Em algumas campanhas, como no caso de Trump, chegaram a ser veiculadas mais de 175 mil variantes de determinado anúncio num só dia (Halpern, 2017). Isso apenas no *Facebook*, sem contar o *Twitter*, o *Whatsapp* e os outros meios. Pensemos no que acontece quando tal avalanche de informações é apresentada? Ao ver-se cercado das mesmas informações, a todo momento, dificilmente um receptor vai poder acreditar que *algo daquilo* não seja verdade, ou que não tenha a ver com o que é dito, ou que não deva ser levado em consideração. No momento em que um canal de TV se coloca a serviço da divulgação de um acontecimento, ou até mesmo de uma proposta, 24 horas ao dia, como foi o caso da *Globonews* nos dias das demonstrações a favor do *impeachment* contra a Presidenta Dilma, a conclusão do espectador normal não pode ser outra que a verbalizada por um dos pesquisados sobre as acusações feitas contra ela: "Não é possível que tantas informações não tenham algum suporte sobre algo real e verdadeiro..."

O que questionamos aqui é o quanto de *liberdade* pode ser atribuída a situações como estas? O pensador Eric Sadin (2017b, para. 1) nos ajuda a iluminar essa questão ao mostrar como "as tecnologias digitais estão se desenvolvendo com tal potência que banalizamos sua penetração nos assuntos humanos, adentram em nossa vida e as vivemos como um fenômeno normal". Mostra que podemos ser acusados de uma "*inocência culpável,* a partir do momento em que não nos compromete a responsabilidade de defender princípios que regem nossa existência há séculos, como a autonomia de juízo, a livre decisão e a deliberação individual e coletiva".

É diante de situações assim que, ao final de nossas reflexões sobre o fenômeno da pós-verdade, ao nos questionarmos sobre quais são as possibilidades de superação de situações que comprometem nossa liberdade e nossa autonomia, diante do que Sadin (2017b, para. 2) chama de "anti-humanismo radical", arriscamos a hipótese de que uma das ações alternativas que se apresenta é o *pensar* (Arendt, 2016), o *fazer a pergunta que liberta*. O Oráculo de Delfos – *conheça-te a ti mesmo* – pode ser considerado como uma tentativa de ação propositiva para não sermos devorados pela Esfinge. Santo Agostinho (1993, pp. 16-18), ao pro-

por uma compreensão radical de si e do mundo, partiu dessa mesma pergunta libertadora: *factus eram ipse mihi magna quaestio* – transformei-me, eu próprio, numa grande pergunta.

Referências

Arendt, H. (2016). *A vida do espírito.* (5ª ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bourdieu, P. (2001). *O Poder. Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Castells, M. (2015). *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos,* organizado por M. Schröter. Rio de Janeiro: Zahar.

Ely, L. (2017, 28 de agosto). Filósofa espanhola analisa aspecto paradoxal do panóptico descrito por Foucault. In *IHU Newsletter – Instituto Humanitas Unisinos*. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570920-filosofa-espanhola-analisa-aspecto-paradoxal-do-panoptico-descrito-por-foucault Acesso em 22 de setembro de 2017.

Freire, P. (1979, outubro). Palavração. *Tempo e Presença, 157*, 7.

Habermas, J. (1987). *Teoría de la acción comunicativa*. (2 vols). Madrid: Taurus Humanidades.

Halpern, S. (2017, June 8). How He Used Facebook to Win. In *The New York Review of Books*. Recuperado de http://www.nybooks.com/articles/2017/06/08/how-trump-used-facebook-to-win/ Acesso em 22 de setembro de 2017.

Heidegger, M. (2012). *Ser e tempo.* Trad. de Fausto Castilho. Editora da Unicamp; Vozes.

Levinas, E. (1998). *Totalidade e infinito*. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70.

Musk, E. (2017, 19 de julho). Elon Musk: "A inteligência artificial ameaça a existência da nossa civilização". In *IHU Newsletter – Instituto Humanitas Unisinos*. Reportagem de Félix Palazuelos, publicada por *El País*, 18 de julho de 2017. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569762-elon-musk-a-inteligencia-artificial-ameaca-a-existencia-da-nossa-civilizacao Acesso em 22 de setembro de 2017.

Priolli, G. (2016, 28 de dezembro). A era da pós-verdade. In *Carta Capital*, Ano XXII, n. 933, 54-57.

Sadin, E. (2017a, 26 de junho). O tecnoliberalismo lança-se à conquista integral da vida. In *IHU Newsletter – Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista de Eduardo Febbro, publicada por *Página/12,* Buenos Aires, 23 de junho de 2017. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568991-o-tecnoliberalismo-lanca-se-a-conquista-integral-da-vida-entrevista-com-eric-sadin Acesso em 22 de setembro de 2017.

Sadin, E. (2017b, 28 de junho). Eric Sadin e Era do Anti-Humanismo radical. In *IHU Newsletter – Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista ao jornal argentino *Río Negro,* 27 de junho de 2017. Recuperado de http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/569082-eric-sadin-e-a-era-do-anti-humanismo-radical Acesso em 22 de setembro de 2017.

Santo Agostinho (1993). *Confissões*. Vol. II. Livros IV-VI (pp. 16-18). Turim: Mondadori, Lorenza.

Thompson, J.B. (2002) *O Escândalo Político – Poder e visibilidade na Era da Mídia*. Petrópolis: Vozes.

SOBRE O LIVRO E OS AUTORES

Este livro é fruto de uma inquietação que tomou conta dos participantes do Seminário *A mídia na era da Pós-verdade: perspectivas psicossociais para uma leitura crítica contemporânea dos meios de comunicação*, oferecido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2017. Aos poucos fomos percebendo que a problemática era extremamente complexa e urgente. Após dois meses de trabalho surgiu a ideia de aprofundar os pontos em discussão, dar-lhes uma lógica interna e organizá-los em uma publicação orgânica. O Seminário foi prolongado por mais um semestre para complementar os ensaios que foram lidos, criticados e ampliados por todos os participantes. Convidamos o Prof. Sérgio Amadeu da Silveira para escrever o prefácio, tendo em vista sua contribuição crítica e atuante perante as implicações éticas e políticas decorrentes das transformações tecnológicas. Sem maiores pretensões, esperamos que possa servir como subsídio aos muitos que estão perplexos diante desse fenômeno, tanto dentro quanto fora da Academia.

Os autores

Aline de Freitas Visentini - Psicóloga graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Servidora Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Aluna do Seminário do PPG em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). E-mail: alinevisentini@gmail.com

André Guerra (Organizador) - Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CAPES de doutorado. E-mail: guerra.andreguerra@gmail.com

Cláudia Moro Barbosa - Empresária, graduada em Ciência Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Gastronomia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: claumorobar@hotmail.com

Camila Bengo - Estudante de Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participa ativamente de diversos movimentos sociais em âmbito regional e nacional. E-mail: camilabengo@outlook.com

Carolina Gandon Brandão - Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua nas áreas de Marketing e Relações Públicas. E-mail: carollinabrandao@gmail.com

Denise Amon (Organizadora) - Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pesquisadora, vice-líder do Grupo de Pesquisa "Ideologia, Representações Sociais e Comunicação" certificado pelo CNPq. E-mail: deniseamon@gmail.com

Glauco Cavalheiro - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: glaucocavalheiro@gmail.com

Jean Felipe Rossato - Mestre em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: jean.rossato@museu.ufrgs.br

Juliana dos Santos Betat - Psicóloga graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e trabalhadora da Proteção Social Básica na Política Nacional de Assistência Social em Porto Alegre-RS. E-mail: betat.juliana@gmail.com.

Marcos Weiss Bliacheris - Advogado da União, especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: bliacheris@gmail.com

Marcus Vinicius Castro Witczak - Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Psicólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: marcus@unisc.br

Maria Rita Guareschi Paiva - Graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialização em Marketing Digital. E-mail: rita_guareschi@hotmail.com

Pedrinho Arcides Guareschi (Organizador) - Doutor em Psicologia Social pela University of Wisconsin-Madison, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa. E-mail: pedrinho.guareschi@ufrgs.br

Ricardo Melo Czekster - É graduado, Mestre e Doutor em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto do Departamento de Computação e do PPG em Processos e Sistemas Industriais da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: ricardoc@unisc.br

Sérgio Amadeu da Silveira - Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). É professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC). Consultor de Comunicação e Tecnologia. Foi professor titular do Programa de Mestrado da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. Presidiu o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e foi membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa as relações entre comunicação e tecnologia, práticas colaborativas na Internet e a teoria da propriedade dos bens imateriais. E-mail: sergio.amadeu@ufabc.edu.br

Sofia Amon Idiart - Estudante do 1º ano do Ensino Médio, na ocasião da primeira edição, e estudante do 3º ano do Ensino Médio, na ocasião da terceira edição, no Colégio Israelita Brasileiro. E-mail: sofiaaidiart@gmail.com

Thaís Leobeth - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CAPES de mestrado. Jornalista pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: thaisleobeth@gmail.com

Impressão:
Evangraf
Rua Waldomiro Schapke, 77 - POA/RS
Fone: (51) 3336.2466 - (51) 3336.0422
E-mail: evangraf.adm@terra.com.br